

ISSN 1517-5901 (online)

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

POLÍTICA

TRABALHO

Ano XXXIII - Julho - Dezembro 2016

45



DOSSIÊ

**Reordenamento agrário
e reprodução social**

Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Universidade Federal da Paraíba

Publicação semestral do PPGS/UFPB
nº 45 - Julho/Dezembro de 2016
ISSN 1517-5901 (online)

CONSELHO EDITORIAL

André Berten (Université Catholique de Louvain, Bélgica); Ariosvaldo da Silva Diniz (UFPB); Armelle Giglio Jacquemot (Université Charles de Gaulle – Lille 3, França); Bryan S. Turner (University of Western Sidney, Australia); César Barreira (UFC); Cláudia Fonseca (UFRGS); Cynthia Lins Hamlin (UFPE); Edgard Afonso Malagodi (UFCG); Howard Caygill (Goldsmiths College, Inglaterra); Ilse Scherer-Warren (UFSC); Jacob Carlos Lima (UFSCAR); Jessé Souza (UFJF); Joaílido A. Burity (FUNDAJ); José Arlindo Soares (UFPB); Julie Antoinette Cavnac (UFRN); Maria Carmela Buonfiglio (UFPB); Maria de Nazareth Baudel Wanderley (UFPE); Paulo Henrique Martins (UFPE); Regina Novais (UFRJ); Rubens Pinto Lyra (UFPB); Sandra J. Stoll (UFRJ); Theophilos Rifiotis (UFSC); Vera da Silva Telles (USP).

EDITORIA

Roberto Vêras de Oliveira, UFPB, Brasil
Giovanni Boaes, UFPB, Brasil

COMITÊ EDITORIAL

Roberto Vêras de Oliveira, UFPB, Brasil
Giovanni Boaes, UFPB, Brasil
Tereza Queiroz, UFPB, Brasil
Teresa Cristina, UFPB, Brasil
Monica Franch, UFPB, Brasil

SUPORTE E ACESSORIA TÉCNICA

Hosana Helena (Secretária)
Ana Carolina Costa Porto (Bolsista PNPd)
Mayrinne Meira (Bolsista PNPd)

REVISORA

Ana Godoy

DESIGN GRÁFICO

Fotografia de capa: Marconi Cruz
Projeto gráfico de capa: Helton Nóbrega
Diagramação: Brunos Gomes

A apresentação de colaborações e os pedidos de permuta e/ou compra devem ser encaminhados ao PPGS/UFPB:
Universidade Federal da Paraíba – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Bloco V – Campus I – Cidade Universitária CEP 58.051-970 – João Pessoa – Paraíba – Brasil – Telefax (83) 3216 7204 - E-mail: politicaetrabalho@gmail.com

POLÍTICA & TRABALHO

Revista de Ciências Sociais

**Publicação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia
da Universidade Federal da Paraíba
(Campus I - João Pessoa)**

Ano XXXIII

Número 45

Julho/Dezembro de 2016

ISSN 1517-5901 (online)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitora: Margareth Diniz

Vice-Reitor: Eduardo Rabenhorst

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa: Isaac Almeida de Medeiros

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretora: Mônica Nóbrega

Vice-Diretor: Rodrigo Freire

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Coordenadora: Tereza Queiroz

Vice-coordenadora: Teresa Cristina Furtado Matos

Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFPB
indexação



Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho está licenciada
com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.
Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte PPGS/UFPB.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central - Campus I - Universidade Federal da Paraíba

R449 Revista Política e Trabalho / Programa de Pós-Graduação em
Sociologia – Vol. 1, Ano 33, n. 45(jul./dez. 2016). João Pessoa, 2016.
393p.
1517-5901 (online)-1. Ciências Sociais. 2. Política. 3. Trabalho.

UFPB/BC

CDU: 32

SUMÁRIO

9 Editorial

DOSSIÊ

REORDENAMENTO AGRÁRIO E REPRODUÇÃO SOCIAL

- 13 REORDENAMENTO AGRÁRIO E REPRODUÇÃO SOCIAL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: considerações iniciais | *Patrícia Alves Ramiro, Alzira Salete Menegat*
- 25 A REFORMA AGRÁRIA QUE TEMOS: revisitando uma polêmica acesa | *Luís Antonio Barone, Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Henrique Carmona Duval*
- 47 REORDENAMENTO DE TERRAS NO SUL DE MATO GROSSO DO SUL | *Viviane Scalon Fachin*
- 67 TERRITORIALIDADES CAMPESINAS ENTRE LO HETERÓNOMO Y LO DISIDENTE: formas de gestión de la producción y tenencia de la tierra en el campo argentino | *Diego Domínguez*
- 85 ESTRATÉGIAS DE USO DA TERRA E SUAS IMPLICAÇÕES NO MEIO RURAL: uma análise a partir de três municípios do Seridó Ocidental paraibano | *José Aderivaldo Silva da Nóbrega*
- 105 TRAÇOS DA MODERNIZAÇÃO NO SERTÃO: o empresário rural como um novo ator | *Ramonildes A. Gomes, Kaliane de Freitas Maia*
- 123 RELAÇÕES INTERÉTNICAS E FORMAS DE ACESSO À TERRA: Reciprocidade e dependência entre quilombolas e pomeranos na Serra dos Tapes, Rio Grande do Sul | *Maurício Schneider, Renata Menasche*
- 139 OS DESAFIOS DO EMPODERAMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS: notas sobre uma experiência vivida | *Losandro Antonio Tedeschi*
- 155 EXPROPRIAÇÃO E TRABALHO DE MULHERES EXTRATIVISTAS EM SERGIPE | *Dalva Maria da Mota, Heribert Schmitz, Amintas da Silva Junior, Emanuel Pereira de Oliveira*
- 175 GÊNERO E AMBIENTE NO INTERIOR DA ILHA DE SANTIAGO/CABO VERDE: a apanha de areia desde mulheres chefes de família | *Miriam Steffen Vieira, Eufémia Vicente Rocha*

193 JUVENTUDE RURAL, DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS: a primeira geração *jovem* dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude | *Elisa Guaraná de Castro*

213 CONFIGURAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA: o surgimento de novas gerações e a construção de novos projetos de vida | *Alexsandro Elias Arbarotti, Rodrigo Constante Martins*

233 ALÉM DA TERRA, O DIREITO AO PASSADO: notas sobre o ensino de história no MST | *Fernando Perli*

ARTIGOS

251 “ARES DO MUNDO” E MEDITAÇÕES SOBRE CENTROS DE DECISÕES NACIONAIS: o valor heurístico da “obra autobiográfica de Celso Furtado | *Afrânio Raul Garcia Jr.*

285 TEMPO DE URGÊNCIA E ESTRATÉGIAS PREVENTIVAS DE SAÚDE DOS TRABALHADORES | *Leo Vinicius Maia Liberato*

303 OS RELATÓRIOS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DAS NAÇÕES UNIDAS E AS CONDIÇÕES ATUAIS DE AMBIVALÊNCIAS | *Maria José De Rezende*

327 GRANDES PROJETOS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA: a Suzano Papel e Celulose no Maranhão | *Vanda Maria Leite Pantoja, Jesus Marmanillo Pereira*

341 RELAÇÕES LABORAIS NO CAPITALISMO INFORMACIONALISTA | *Elizardo Scarpati Costa*

359 ENTRE REPRESENTANTES E FOFOQUEIROS | *Gustavo Belisário*

ENTREVISTA

375 O MUNDO SOCIAL ENTRE COMPARTILHADO E SEGMENTADO: lembrando os espaços de *O Sul: caminho do roçado*. Entrevista com Afrânio Garcia Jr. | *Patrícia Alves Ramiro*

CONTENTS

9 Editorial

DOSSIER

AGRARIAN REORGANIZATION AND SOCIAL REPRODUCTION

- 13 AGRARIAN REORGANIZATION AND SOCIAL REPRODUCTION
AT THE BEGINNING OF THE 21ST CENTURY: Initial considerations |
Patrícia Alves Ramiro, Alzira Salete Menegat
- 25 THE AGRARIAN REFORM WE HAVE: revisiting a heated debate | *Luís
Antonio Barone, Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Henrique Carmona Duval*
- 47 REORDERING OF LAND IN THE SOUTH MATO GROSSO DO SUL |
Viviane Scalon Fachin
- 67 PEASANT TERRITORIALITIES BETWEEN HETERONOMOUS AND
DISSIDENT: ways of managing production and land tenure in the Argentine
countryside | *Diego Domínguez*
- 85 LAND USE STRATEGIES AND THEIR IMPLICATIONS IN RURAL
AREAS: an analysis from three counties of Western Serido of the Paraíba |
José Aderivaldo Silva da Nóbrega
- 105 TRAITS OF MODERNIZATION IN THE NORTHEAST HINTERLAND
(SERTÃO): rural entrepreneur as a new actor | *Ramonildes A. Gomes, Kaliane
de Freitas Maia*
- 123 INTERETHNIC RELATIONSHIPS AND FORMS OF ACCESS TO LAND:
reciprocity and interdependence between Quilombolas and Pomeranians in
Serra dos Tapes, Rio Grande do Sul | *Maurício Schneider, Renata Menasche*
- 139 THE CHALLENGES OF THE EMPOWERMENT OF WOMEN FARMERS:
notes on a living experience | *Losandro Antonio Tedeschi*
- 155 EXPROPRIATION AND THE LABOR OF GATHERER WOMEN IN
SERGIPE, BRAZIL | *Dalva Maria da Mota, Heribert Schmitz, Amintas da
Silva Junior, Emanuel Pereira de Oliveira*
- 175 GENDER AND ENVIRONMENT IN THE INTERIOR OF SANTIAGO
ISLAND/CAPE VERDE: the gathering of sand from women heads of families
| *Miriam Steffen Vieira, Eufémia Vicente Rocha*

193 RURAL YOUTH: the first young generation of the social rural movements in Brazil and its impact on youth policies | *Elisa Guaraná de Castro*

213 CONTEMPORANEOUS CONFIGURATIONS OF AGRARIAN REFORM
RURAL SETTLEMENTS: the appearance of new generations and the
construction of new life projects | *Alexsandro Elias Arbarotti, Rodrigo
Constante Martin*

233 BEYOND THE LAND, THE RIGHT TO THE PAST: notes on history
teaching within MST | *Fernando Perli*

ARTICLES

251 “WORLDWIDE EXPERIENCE” AND MEDITATIONS ON NATIONAL
DECISION CENTERS: the heuristic value of “Celso Furtado’s
autobiographical work” | *Afrânio Raul Garcia Jr.*

285 TIME OF EMERGENCY AND PREVENTIVE STRATEGIES ON
OCCUPATIONAL HEALTH | *Leo Vinicius Maia Liberato*

303 THE UNITED NATIONS HUMAN DEVELOPMENT REPORTS AND THE
CURRENT CONDITIONS OF AMBIVALENCE | *Maria José De Rezende*

327 GREATS PROJECTS AND TRADITIONAL POPULATIONS IN TE AMAZON:
the Suzano Paper and Cellulose in the Maranhão | *Vanda Maria Leite Pantoja,
Jesus Marmanillo Pereira*

341 LABOUR RELATIONS IN INFORMATIONAL CAPITALISM | *Elizardo
Scarpati Costa*

359 BETWEEN REPRESENTATIVES AND GOSSIPERS | *Gustavo Belisário*

INTERVIEW

375 THE SOCIAL WORLD BETWEEN SHARED AND FRAGMENTED: Recalling
the spaces of O Sul: caminho do roçado. Interview with Afrânio Garcia Jr. |
Patrícia Alves Ramiro

EDITORIAL

Neste número de *Política & Trabalho* temos como foco as ruralidades. Mas o que se pode falar do rural numa época tão urbano-digitalizada como a atual? Desde há muito tempo que a relação entre o rural e o urbano vem sofrendo transformações. Com o desenvolvimento da sociedade moderna e o avanço da industrialização e da urbanização, o campo foi colocado em posição secundária e subalterna pelos atores políticos, no campo científico e no imaginário social. Contudo, a vida rural persiste, reproduz-se e reinventa-se permanentemente. Os estudos dedicados a tal temática, onde se destaca a Sociologia, a Antropologia, a Economia, e outras disciplinas, assim como as vertentes interdisciplinares, continuam disputando um lugar de destaque nas Ciências Sociais e nas áreas afins. Formas de produzir, modos de se relacionar com a terra, padrões de sociabilidade, envolvendo relações de trabalho, de gênero, entre gerações, interétnicas, de poder e de viver, reafirmam-se como temas de relevância também para as novas gerações de cientistas sociais. No Brasil, assim como nos demais países da América Latina, a retomada, nas últimas décadas, de políticas de desenvolvimento, reeditando um novo protagonismo do Estado nos incentivos aos investimentos e na regulação da distribuição da renda gerada, de um lado, e a virada mais recente na direção da reafirmação do foco no “mercado”, de outro, são fatores de importantes transformações nesses países, com fortes implicações no rural. Este dossiê é a prova viva da pujança da temática em pauta. Nunca se recebeu tanta colaboração para um número como neste caso. Uma demanda reprimida que, oportunamente, a revista *Política & Trabalho* quis acolher. O dossiê temático *Reordenamento Agrário e Reprodução social*, organizado por Patrícia Ramiro, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB\Brasil) e Alzira Salette Menegat, da Universidade Federal da Grande Dourado (UFGD\Brasil), busca contribuir com esse debate. Reúne 12 artigos de pesquisadores brasileiros e estrangeiros versando sobre aspectos diversos das transformações pelas quais vem passando o espaço rural, nas suas dinâmicas internas e na sua relação com o urbano.

O presente número é composto, ainda, por seis artigos de autores de diversas filiações institucionais, que versam sobre temas variados. Esta sessão é aberta com o artigo do antropólogo Afrânio Garcia Jr., “Ares do mundo’ e meditações sobre centros de decisões nacionais: o valor heurístico da “obra autobiográfica de Celso Furtado”, analisando a publicação *Obra autobiográfica de Celso Furtado*, visando melhor compreender seu itinerário social e intelectual, assim como melhor avaliar sua contribuição à “formação da economia brasileira” e à diversificação do campo do poder no Brasil. O material estudado são os escritos que foram editados como

testemunhos autobiográficos contrapostos aos seus próprios livros enquanto economista.

O artigo “Tempo de Urgência e Estratégias Preventivas de Saúde dos Trabalhadores”, de Leo Vinicius Maia Liberato, aborda as estratégias comunicativas de prevenção à saúde adotadas por trabalhadores que se utilizam de uma racionalidade econômica da prevenção, apontando sua condição geral de ineficácia em um contexto em que o regime de urgência da atividade de trabalho impede a projeção temporal da saúde dos trabalhadores.

Em “Os Relatórios do Desenvolvimento Humano das Nações Unidas e as condições atuais de ambivalências”, Maria José de Rezende argumenta que tais relatórios, de periodicidade anual, possuem um caráter ambivalente, ao difundir propostas em favor da ampliação de políticas de combate à pobreza extrema, ao mesmo tempo em que constata a permanência de impedimentos de mudança nas áreas de renda, de saúde, de educação e de moradia.

Na sequência, Vanda Maria Leite Pantoja, Jesus Marmanillo Pereira, em “Grandes Projetos e Populações Tradicionais na Amazônia: a Suzano Papel e Celulose no Maranhão”, discutem os efeitos sócio-espaciais de grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia, detendo-se no caso da implantação da empresa Suzano Papel e Celulose (SPC) e suas implicações sobre o modo de vida das comunidades da Estrada do Arroz, na cidade de Imperatriz, localizada no sudoeste maranhense.

Com “Relações Laborais no Capitalismo Informacionalista”, Elizardo Scarpati Costa trata, em perspectiva conceitual e contextual, das transformações das relações laborais trazidas com a implementação das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) no contexto do capitalismo da “Era da Informação”, na acepção de Manuel Castells, que tem apontado para uma crescente heterogeneização, fragmentação e complexificação das relações laborais.

Por fim, o artigo de Gustavo Belísário, intitulado “Entre representantes e fofoqueiros”, aborda as atividades da representante de turma do 6º ano de uma escola de Ensino Fundamental na Cidade Estrutural (DF), composta por crianças de 11 a 14 anos. O foco recaiu sobre os processos de classificação da representante eleita, pelos colegas de turma, como “fofoqueira”.

Boa leitura!

Giovanni Boaes e Roberto Vêras de Oliveira Editores

Dossiê

Reordenamento agrário e reprodução social

**REORDENAMENTO AGRÁRIO E REPRODUÇÃO SOCIAL NO
INÍCIO DO SÉCULO XXI:
considerações iniciais**

***AGRARIAN REORGANIZATION AND SOCIAL REPRODUCTION
AT THE BEGINNING OF THE 21ST CENTURY:
initial considerations***

Patrícia Alves Ramiro*
Alzira Salette Menegat**

Do antigo e não acabado debate sobre a permanência ou a incorporação do rural ao urbano, o chamado “fim do rural”, diante das mudanças na agricultura brasileira nas décadas de 1940/50, guiadas por uma “bomba de sucção”, se utilizado a expressão de Florestam Fernandes (1979), criou as bases necessárias para a configuração de um contínuo entre campo e cidade, efetivando interdependência entre espaços, consolidando predomínio do urbano. As décadas de 1960/70 seguiram por essa lógica, de modernização agrícola e extensão de suas fronteiras, locais dos mais intensos conflitos agrários, atribuindo sobre o campo o pacote tecnológico que o tornou produtivo (na lógica do mercado), mas manteve praticamente intocada sua estrutura. No Brasil, conforme aponta Graziano da Silva (1982), tivemos uma modernização dolorosa, isto porque foi conservadora ao “modernizar” o campo, mantendo o latifúndio como modelo, tendo as necessidades do mercado como seu fio condutor para as relações de produção privilegiadas. No entanto, nesse cenário de manutenção de estrutura excludente e da produção guiada pela lógica do mercado, há aqueles que se preocupam em demonstrar, como nos textos reunidos nesse dossiê, a permanência de grupos sociais cuja identidade está vinculada à terra e ao trabalho na terra (ou à busca pelo retorno à terra, como é o caso dos trabalhadores rurais sem terra). Ainda que apareçam, através de múltiplas facetas, na qualidade de um

* Doutora em Sociologia e professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil. E-mail: patriciaalvesramiro@gmail.com

** Doutora em Sociologia, professora nos cursos de Graduação em Ciências Sociais e no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGS/UFGD), Brasil. E-mail: alziramenegat@ufgd.edu.br

“campesinato ameaçado”, para usarmos a expressão de Chayanov (1974), continuam, nesse início do século XXI, a acionar estratégias antigas e/ou inovadoras para permanência no campo.

A diversidade de formatos de um rural, onde se imbricam inovações e permanências, agora ressignificadas pelo contexto vivido, reafirma a necessidade da constante construção de conhecimento, a fim de desvendar esse universo campesino contemporâneo por onde circulam parceiros, meeiros, arrendatários, diaristas, boias-frias, sitiantes, caipiras, foreiros, seringueiros, colonos, assentados, indígenas, quilombolas, entre outros, conforme o contexto socioespacial de onde veem o mundo e são vistos; categorias construídas pela academia que não são internamente homogêneas, exigindo o esforço de pesquisas empíricas para a evolução do saber construído. Ainda que saibamos que existem permanências no modo de vida destas populações, fala-se em novas ruralidades no meio acadêmico com o intuito de atualizar os debates e compreender as características do campo brasileiro, envolto por um cenário que é múltiplo, com diferentes sujeitos (antigos e novos), os quais, constantemente, atualizam suas estratégias de reconversão (muitas vezes de forma alheia à sua vontade) para fins de reprodução social. Se olhado para a pequena produção, que foi pelo Estado denominada agricultura familiar¹, é possível identificar essa multiplicidade nas temáticas privilegiadas desde as últimas décadas do século XX: pluriatividade, multifuncionalidade da agricultura, associativismo, economia solidária, agroecologia, produção orgânica, movimentos sociais, relações de gênero e de gerações ocupam espaços importantes de discussão e construção do conhecimento (congressos, fóruns e revistas acadêmicas). Todavia, não há como compreender estas estratégias de reconversão de um campesinato em constante ameaça sem olharmos para a forte presença, nesse espaço social, do latifúndio, configurado no atual agronegócio, que produz movido pelo histórico tripé: latifúndio, monocultura e referenciais tecnológicos do mercado (insumos, inseticidas, fungicidas, sementes transgênicas e financiamentos bancários).

Nesse conjunto, é preciso considerar a emergência dos assentamentos rurais como novos encaminhamentos no reordenamento de terras, reivindicados pelos movimentos sociais brasileiros, com pessoas organizadas entorno de um conjunto de demandas e, que, em meados da década de 1980, encaminharam força social que resultou na institucionalização da política de reforma agrária, iniciada no contexto brasileiro com o I Plano Nacional de Reforma Agrária/PNRA, em 1985. Os movimentos sociais pautam questionamentos sobre a estrutura agrária, numa rede de sujeitos e de demandas, e acenam para a urgência no fortalecimento da reforma agrária como meio de mudança no campo brasileiro, bem como em suas relações com as cidades. Nessa rede, imprimem força social sobre demandas, tais como:

1 Sobre o viés político da construção da categoria agricultores familiares pelo Estado brasileiro que tenta englobar uma multiplicidade de atores sociais do meio rural, cabem as asserções de Garcia Jr e Grynszpan (2002, p. 338) de que “[...] o adjetivo familiar aparece mais como designação de um agente outro que não os agricultores patronais, não se tratando de um atributo especificador de uma forma particular de vínculo social a ser tratada ela mesma sociologicamente”.

acesso à terra por meio da reforma agrária, fomento à moradia, fomento agrícola, acesso à educação, saúde, ao reconhecimento das diferenças de gênero e de gerações, imprimindo resistências ao modelo com base no latifúndio e defendendo outras formas de produção.

Nesse contexto, emergem sujeitos historicamente invisibilizados, dentre eles, as mulheres e a juventude. O movimento de mulheres camponesas alcançou efervescência na década de 1980, especialmente na segunda metade, no mesmo período da implantação da Reforma Agrária e da promulgação da Constituinte, na qual foram assegurados direitos jurídicos para as mulheres do campo, voltados ao reconhecimento da condição de trabalhadoras, dentre eles: aposentadoria aos 55 anos e licença maternidade, consolidados no início do século XXI, com a garantia da inclusão do nome das mulheres nos títulos de propriedade da terra, bem como na nota de comercialização da produção. Isso possibilitou o seu reconhecimento como trabalhadoras, favoreceu o questionamento da condição de ajudantes, mesmo atuando em diferentes espaços, especialmente na casa e na roça, combinando jornadas, por vezes sobrepostas, imbricadas pelo fazer em diferentes espaços.

Associado ao movimento de mulheres, outros movimentos compuseram aquele momento histórico, como o das comunidades indígenas, comunidades quilombolas e ribeirinhos, evidenciando a tensão social no campo, decorrente do modelo de estrutura fundiária que não integrava, e ainda não integra, todos os grupos sociais. Por isso, nos dias atuais, são movimentos atuantes no cenário nacional, com as velhas e também com novas demandas, fazendo com que novos personagens entrem em cena (parafrazeando Sader, 1998), dentre eles, a juventude do campo, pautando os conflitos geracionais. Nesse sentido, percebemos que falar da terra requer análises sobre múltiplos processos e diferentes sujeitos, o que demonstra que o campo brasileiro é um espaço em construção, como veremos nos artigos aqui compilados.

Em virtude dessa complexidade, vale destacar que, na busca pela compreensão adequada desses espaços, os estudos do meio rural nas ciências sociais necessitam de “[...] laços estreitos entre os diferentes aspectos da vida social que leva a que estes aspectos sejam do domínio de diferentes áreas da sociologia ou de outras ciências sociais” (JOLLIVET, 1998, p. 9) e, desse modo, a interdisciplinaridade é condição necessária para produção do conhecimento. Essa complexidade do rural justifica a presença, nesse dossiê sobre “reordenamento agrário e reprodução social”, de pesquisadores de diferentes formações: sociólogos, antropólogos, historiadores e economistas, que somam esforços para trazer suas representações sobre alguns contextos contemporâneos. Vamos às principais contribuições de cada um deles.

Os artigos

No artigo de Ferrante, Barone e Durval, intitulado “Reforma agrária no Brasil do Século XXI: bloqueios e ressignificações”, os autores apresentam um balanço da reforma agrária neste início de século XXI, no Brasil, entendendo-a como processo que envolve duas dimensões: como política pública, instituída pelo Estado, como utopia,

em virtude da “capacidade de mobilizar a ação política de diferentes grupos sociais que vivem no campo”.

Para essa compreensão, os autores se debruçam sobre os dados estatísticos relativos ao número de pessoas assentadas em lotes de reforma agrária, desde o primeiro governo civil, no pós-64, associando a esses dados às análises direcionadas à compreensão do alcance e dos impasses da reforma agrária, debatendo suas culminâncias, do que denominam de “grande ciclo” da reforma agrária, numa avaliação das políticas de intervenção efetivadas pelos diferentes governos brasileiros, bem como da emergência dos movimentos sociais, especialmente o MST, na construção de uma agenda questionadora da estrutura fundiária.

Nesse balanço, os autores trabalham com a hipótese do “fim de ciclo”, o que não deve ser entendido como o fim da reforma agrária, mas a necessidade de ressignificar seu sentido, nesse novo século. Esse ressignificar está configurado, conforme os autores, em quatro ideias centrais: direito de acesso à terra para aqueles que lutam por terra; produção diferenciada de base familiar e/ou comunitária, agroecológica; urgência no debate e encaminhamentos relacionados a questão agrária em sua relação com a questão ambiental; e implementação de políticas de desenvolvimento territorial com vistas ao desenvolvimento sustentável. Nesse formato, os autores apontam para a reforma agrária num conjunto de elementos que tem como pano de fundo a terra, mas envolvendo diferentes sujeitos e processos de produção e de vida.

Fachin, com seu texto “Reordenamento de terras no sul de Mato Grosso do Sul”, mostra como ocorreu o reordenamento agrário de terras naquela região, em decorrência da criação de assentamentos rurais de reforma agrária tanto federais quanto estaduais, por meio de recorte temporal que se inicia no ano de 1985, quando foi promulgado o I Plano Nacional de Reforma Agrária no Brasil (I PNRA), indo até 2003, data da promulgação do II PNRA. Valendo-se da metodologia da história do tempo presente, a autora faz um recorte histórico da questão agrária no MS, onde se combinam história da agricultura e história agrária, mesclando legislação pertinente sobre desapropriação para fins de reforma agrária nos diferentes níveis (federal, estadual e municipal) e, com base em dados quantitativos, apresenta os descompassos entre as expectativas (mesmo as decretadas em lei) e a realidade (sempre menor) da quantidade de famílias em assentamentos.

Dessa forma, ainda que a quantidade de famílias assentadas no Estado do Mato Grosso do Sul não atenda às promessas quantitativas feitas e nem à demanda pela redistribuição da terra na região, foi no sul do estado que se concentraram as disputas e onde, no período pesquisado pela autora, estão instalados 56% dos assentamentos. Aos poucos, a paisagem do latifúndio pecuarista e monocultor da região se altera com as práticas agrícolas dos assentados. Segundo Fachin, a reforma agrária no Mato Grosso do Sul é um processo em andamento que necessita, para sua consolidação, da participação ativa da luta organizada pelos movimentos sociais de acesso à terra.

O artigo de Domínguez, intitulado “Territorialidades campesinas entre lo heterónomo y lo disidente: formas de gestión de la producción y tenencia de la tierra en el campo argentino”, apresenta uma reflexão sobre as condições da

heterogeneidade e das diferenças na apropriação da territorialidade camponesa, em contexto argentino. O autor reflete, mais especificamente, sobre as estratégias utilizadas por camponeses da província de Chaco para promoverem o acesso à terra e também o controle dos bens naturais, com base nos assentamentos rurais com modelo comunitário. Para isso, o autor apresenta reflexões sobre o cenário de industrialização da agricultura, quando da expansão da produção de grãos, especialmente da soja, o que levou à concentração da terra e à expulsão de camponeses. Estes passaram a se organizar em movimentos sociais com a finalidade de retomarem a identidade camponesa, consolidada com os assentamentos na região do Chaco, onde encaminham autogestão com a produção e com os bens naturais, tendo como referenciais a base familiar, o que garante a autonomia na gestão da produção.

Nóbrega, autor do artigo “Estratégias de uso da terra e suas implicações no meio rural: uma análise a partir de três municípios do Seridó Ocidental paraibano”, contribui para a atualização do debate sobre as novas formas de reconversão adotadas pelos agricultores familiares a fim de preservarem sua identidade. O desejo do roçado, tão brilhantemente pesquisado por Afrânio Garcia Jr. (1989), resiste, mesmo em áreas paraibanas onde a especulação de mineradores aparece com intensidade após os anos de 1990 e a degradação ambiental se torna mais intensa. O trabalho como garimpeiro pelos agricultores na microrregião do Seridó ocidental paraibano, municípios de Junco do Seridó, Santa Luzia e Várzea, aparece como estratégia familiar de garantia do roçado, na qual se complementam “o tempo do caulim e da pedra” e o “tempo da agricultura”, para usarmos expressão de um entrevistado pelo autor. Esta reorganização do trabalho familiar é possível pela condição climática da região, fazendo do tempo do “inverno”, palavra usada pelos moradores para os períodos de chuva, época boa para plantios e menos propícia para a exploração de minérios, em razão da possibilidade de inundação das minas e, ao revés, viabilizando a intensificação do garimpo nos períodos de seca, momento de estagnação da atividade agrícola. Além disso, o ciclo de vida da família reorganiza o estabelecimento da divisão das tarefas, com vistas à reprodução social deste campesinato. Assim, especialmente os filhos homens jovens podem atuar com mais intensidade no garimpo, durante períodos maiores, mas tal situação não retira seu papel para a estratégia familiar de manutenção na agricultura, afinal, é com parte do recurso financeiro obtido no garimpo que é feita a substituição de sua força de trabalho no roçado da família, via contratação de diarista(s).

Nessa trama de relações que se estabelecem entre os usuários do subsolo e os do solo está presente uma complexa disputa pelo controle dos recursos do subsolo do espaço rural, da qual participam pessoas físicas, jurídicas, cooperativas, estando excluídos pequenos proprietários, ainda que parte dos minérios esteja em suas terras, dada a dificuldade de acesso aos capitais econômicos e sociais necessários para tanto, conforme legislação vigente.

O artigo “Traços modernização no sertão: o empresário rural como um novo ator”, escrito por Gomes e Maia, faz parte dos trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande sobre o histórico da região do sertão do semiárido

paraibano, região Nordeste do Brasil. O trabalho aqui apresentado atualiza a produção acadêmica sobre este espaço social onde convivem diferentes agentes sociais, e destaca o que consideram ser um novo ator nesse cenário, denominado pelas autoras de empresário rural do sertão.

Através de estudo de caso sobre um desses empresários sertanejos, produtor de aves de postura, habitante da Microrregião da Serra do Teixeira, na qual predominam pequenas propriedades rurais desde a década de 1960, as autoras utilizam seus depoimentos sobre sua trajetória para demonstrar como seu imaginário social circula entre a tradição, caracterizado pelo apego a um passado no meio rural da pequena agricultura, e a modernidade, que se apresenta no formato de uma postura considerada empreendedora. Se, por um lado, aparece um desejo manifesto de ser visto como agricultor, cuja origem está na memória de ser neto e filho de pequenos agricultores expropriados, por outro, constrói seu discurso de empreendedor rural com base na recusa dos saberes do passado sobre o modo de produzir. Assume, assim, a postura de empresário rural construída através da aquisição de capitais escolares obtidos em curso técnico agropecuário, cuja base reside no uso de tecnologias avançadas e no conhecimento de estratégias de acesso a um mercado mais amplo, com vistas à obtenção do lucro.

O artigo de Schneider e Menasche, “Relações interétnicas e formas de acesso à terra: reciprocidade e dependência entre quilombolas e pomeranos na Serra dos Tapes”, contribui para a compreensão de processos históricos agrários característicos da região Sul do país. Através de pesquisa de campo realizada na Colônia Triunfo e nas comunidades quilombolas do Algodão e Favila, na região da Serra dos Tapes, os autores mostram como colonos e quilombolas coexistem com base em relações, ora de reciprocidade, ora de dependência, construídas a partir da posição que ocupam no espaço social em relação à propriedade ou não de terra de trabalho. Relações horizontais ou verticais se estabelecem a partir do formato de produção do fumo viabilizado pelo tipo de estratégia de reprodução social: troca de serviço, parcerias ou diaristas. Pomeranos e quilombolas aparecem, utilizando a ideia de Lamarche (1993), como duas tipologias de agricultores familiares atuais do meio rural do Rio Grande do Sul que, assim como as principais análises sobre o tema, tem na categoria de *terra* e de *trabalho* o arcabouço para a compreensão da sociabilidade existente e suas implicações para o desejo de manutenção ou de mudança da estrutura fundiária encontrada. Foi através do olhar e ouvir, característicos do bom trabalho etnográfico (OLIVEIRA, 2006), que os autores conseguiram desvendar a complexidade das representações sociais que se constroem entre eles. É o *trabalhar dentro* (em suas terras) ou o *trabalhar fora* (em terras alheias) que norteiam as redes de relações de horizontalidade ou verticalidade entre pomeranos e quilombolas.

O texto de Tedeschi, com o título “Os desafios do empoderamento de mulheres agricultoras: notas sobre uma experiência vivida”, apresenta uma experiência com as integrantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, na região Noroeste do Rio Grande do Sul, na qual o autor analisa a organização das mulheres em movimento, compreendendo as relações que estabelecem entre elas e com as diferentes instituições, bem como as práticas por elas exercidas cotidianamente.

O autor aponta para a permanência de diferenças de pertencimentos sociais, numa desigualdade entre homens e mulheres no espaço rural, com relações de poder que atribuem a elas um lugar de menor prestígio, mesmo para aquelas que atuam nas etapas da produção e, especialmente, para as mulheres que assumem os encaminhamentos das demandas do movimento, lugares onde ocorre subordinação e não reconhecimento de suas atuações.

Os referenciais tradicionais do ser mulher, cuidadora, zelosa para com os seus, circunscrita à esfera da casa, se faz presente na vida das mulheres, conforme o autor, mesmo no intramovimento, o que evidencia contradições no fazer da organização, porque lidam com pautas reivindicatórias, mas acabam naturalizando relações de dominação, sendo enredadas pela força do bem-estar da família, reforçando, assim, valores tradicionais, valorizando os cuidados com a casa, os filhos, o companheiro, sem se darem conta de que esses elementos reforçam sua dominação e submissão. Isso indica que o empoderamento das mulheres diante das condições de submissão e de poderes diferenciados é difícil de ser alcançado. Por isso concordamos com Deere e León (2002) quando dizem que o empoderamento das mulheres do campo não é fácil e nem mesmo definitivo, já que “a subordinação da mulher parece normal dentro da ideologia patriarcal, e é difícil que a mudança entre em erupção espontaneamente da condição de subordinação. O empoderamento deve ser induzido primeiro pela criação de uma consciência da discriminação de gênero” (DEERE; LEÓN, 2002, p. 55). O empoderamento requer romper com elementos internalizados e repassados ao longo do tempo, naturalizados no cotidiano, tornados, por vezes, imperceptíveis, e vivenciados no fazer até mesmo das mulheres organizadas politicamente.

O artigo “Expropriação e trabalho de mulheres extrativistas em Sergipe”, de Mota, Schmitz, Silva Jr. e Oliveira, reforça o problema da expropriação dos camponeses por meio de estudo de caso realizado com grupo de mulheres catadoras de mangaba do município de Barra de Coqueiros, litoral sergipano, que passam a ter o acesso livre à área de extração impedido, após 40 anos de trabalho em uma propriedade em estado de abandono. O texto traz os paradoxos dessa vivência do processo de expropriação, o qual se relaciona com diferentes aspectos da realidade social e econômica do território. Dentre os acontecimentos, destacam-se o crescimento dos plantios para produção de *commodities*, especialmente da cana-de-açúcar e do eucalipto, que fez reduzir a quantidade significativa da área de extração da mangaba; a especulação imobiliária em razão da melhoria da infraestrutura de acesso ao município e a descrença no poder judiciário. Esta descrença aparece nos depoimentos após verem fracassar a tentativa de luta pela criação de um assentamento agroextrativista, visto que, embora a propriedade tenha sido declarada improdutiva pelo Instituto Nacional para Colonização e Reforma Agrária (Incra), o processo de desapropriação para fins de reforma agrária não ocorreu. Pelo contrário, a fim de impedir a desapropriação da área, o acesso ao local de extração da mangaba passou a ter acesso privado e a cobrar pela extração do fruto.

Concluída a expropriação, e em decorrência da condição mercantil de acesso ao local de extração, as mulheres extrativistas precisam reorganizar suas práticas materiais e simbólicas para adequação à nova realidade que ameaça fortemente a identidade de catadoras de mangaba construída pela tradição.

As autoras Vieira e Rocha, em artigo intitulado “Gênero e ambiente no interior da ilha de Santiago/Cabo Verde: a apanha de areia desde mulheres chefes de família”, analisam o trabalho do que chamam de “apanha de areia”, que consiste na extração de areia, brita e cascalho dos mares e rochas, em Cabo Verde, atividade combatida ambientalmente, especialmente por órgãos do Estado, mas praticada por muitas pessoas, especialmente pelas mulheres, que, com sua atuação, abastecem a construção civil daquele lugar. A finalidade das autoras foi analisar os meandros desse trabalho sob a perspectiva do trabalho assumido pelas mulheres, inseridas no interior de Santiago, no Charco, município de Santa Catarina. Essa atividade é condenada, sob o enfoque institucional, porque provoca degradação ambiental, sendo as mulheres até mesmo culpabilizadas porque a desenvolvem, provocando danos a natureza. No entanto, para as autoras, nesse dilema, é preciso atentar para a estrutura do lugar da pesquisa, tanto ao ambiente físico, onde existe escassez de terras de cultivo e também carência de água potável, como ao ambiente social, com elevados índices de pobreza.

São salientes as condições de vulnerabilidade social, e daí a existência de atividade combatida ambientalmente, mas justificada pelas mulheres, em virtude da carência de outras formas de geração de renda. Na organização de suas jornadas de trabalho, as mulheres da “apanha” combinam antigos saberes, pautados no que as autoras denominam de “ritmos do trabalho entrelaçados aos ritmos da natureza, ou seja, o mar é um importante demarcador do ritmo de trabalho e permite uma maior autonomia na sua gestão”. A maré baixa e as fases da lua são elementos de atenção na organização dos trabalhos, lançando mão de referenciais apreendidos quando crianças, época em que foram inseridas na atividade. Com isso, observa-se que, nesse cenário de fragilidades sociais, as mulheres lançam mão de saberes e de estratégias de geração de renda, para então proverem unidades familiares, mesmo que isso resulte em contradições.

As reflexões de Castro, em artigo intitulado “Juventude rural, do *campo*, das águas e das *florestas*: a primeira geração *jovem* dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude”, direcionam-se à compreensão da emergência da juventude como categoria de identificação política, analisando seus marcos na sociedade brasileira, dando ênfase aos dilemas e possibilidades da juventude rural. Para isso, a autora faz um percurso histórico analisando o momento em que foram instituídas ações governamentais nas esferas municipal, estadual e federal, especialmente durante os governos Lula e Dilma, culminando com a criação da Secretaria Nacional da Juventude e do Conselho Nacional da Juventude, em 2005, por meio da qual é criada uma série de políticas e direitos para a juventude, dentre eles o Estatuto da Juventude, promulgado em 2013.

A autora analisa a maneira como a juventude rural se organiza, atentando para os elementos que constituem esse novo ator político no cenário rural brasileiro, bem como as políticas públicas efetivadas para atender esse segmento, observando se tais políticas criaram meios para transformar a realidade do campo e reduzir a saída da juventude desse espaço.

Já o artigo de Arbarotti e Martins, intitulado “Configurações contemporâneas dos assentamentos rurais de reforma agrária: o surgimento de novas gerações e a

construção de novos projetos de vida”, contém reflexões sobre o processo de sucessão e coexistência geracional no Assentamento Reunidas, situado no município de Promissão, em São Paulo. Os autores analisam os objetivos que levaram a primeira geração ao assentamento, quando da luta pela terra, comparando-os com aqueles da segunda geração. Nesse comparativo, identificam mudanças de projetos em relação aos elementos que movimentam cada geração: na primeira, parece haver uma relação sentimental e de memória com a terra, sendo oriundos da terra, mas com passagem pelas cidades, buscaram, no retorno ao campo, com o assentamento, autonomia e liberdade e, por isso, nessa terra se identificam. O estranhamento provocado pelo modo de vida urbano, quando foram lançados para as cidades, fez com que, no retorno ao campo, passassem a se relacionar com as terras no assentamento na dimensão de terra de trabalho e lugar de morada, aproximando-se da concepção defendida por Heredia (1979), uma morada da vida; a segunda geração apresenta afastamento afetivo em relação à terra, mesmo que dela dependam economicamente, vendo-a como meio para acesso à renda. Enfatizam a importância em melhorar a produção para que possam aumentar os ganhos e com isso obter maior acesso a bens de consumo, especialmente vestuário. Para isso, seus projetos para a terra têm uma dimensão empresarial, construindo inclusive outros projetos lançados para fora do assentamento, assumindo o trabalho assalariado com o objetivo de conseguir maior renda. Desse modo, os autores “contrapõem dois objetivos que são bastante caros para a primeira geração – autonomia e liberdade – aos novos valores dos sujeitos da segunda geração – garantias do dinheiro”. Isso permite notar o desencontro de projetos entre as duas gerações, resultando na propagação de mudanças econômica, cultural e social no contexto do assentamento.

Por fim, no artigo de Perli, com o título “Além da terra, o direito ao passado: notas sobre o ensino de história no MST”, encontramos reflexões voltadas às demandas educacionais defendidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), especialmente em relação ao ensino de história, direcionado para a formação política dos sem-terra. Para isso, o autor faz um percurso histórico, buscando compreender o surgimento e a organização do MST, tendo como base de pesquisa os materiais produzidos pelo movimento social, com ênfase nos *Cadernos de Formação* e *Cadernos de Educação*, ambos elaborados e utilizados pelo MST na formação de quadros políticos e no fortalecimento da militância.

Nesse material, o autor intenta compreender de que maneira o aprendizado dos processos históricos possibilitou as bases para a formação da consciência organizativa do MST, e como isso serviu, nas palavras do autor, de “ferramenta de socialização das estratégias políticas do grupo social, dando ao passado uma função de legitimação da luta pela reforma agrária”. Nesse sentido, a consciência histórica emerge fomentando a força social do movimento em torno da luta pela terra e também da condição dos sujeitos demandantes, como na percepção da condição de invisibilidades das mulheres, debate presente nos primeiros cadernos, bem como da necessidade de uma educação popular. Para o autor, o MST nutria a ideia de que “estudar história e fortalecer variados lugares de memória significava articular trabalho com luta social, capacidade de organização e formação política”.

A entrevista

Nesse dossiê, tivemos o privilégio de entrevistar o antropólogo Afrânio Garcia Jr. Entendemos que um dossiê que se propõe a apresentar discussões sobre reordenamento agrário e estratégias de reprodução social tem muito a enriquecer quando retoma uma obra que pode ser considerada um clássico para os interessados no meio rural brasileiro. O fio condutor da entrevista foi o livro *O sul: caminho do roçado*, escrito inicialmente como tese de doutorado do pesquisador, que foi, após amadurecimento em pós-doutoramento realizado junto à Pierre Bourdieu no Centro de Sociologia Europeia, publicado no Brasil e na França, simultaneamente, em 1989². Além disso, neste ano faz 40 anos da primeira etapa da pesquisa de campo de Afrânio Garcia Jr., na região do brejo e do agreste do estado da Paraíba, nos municípios de Areia e Remígio, ocorrida nos meses de julho a setembro de 1976, o que torna essa entrevista uma singela homenagem.

A entrevista nos oferece ainda a oportunidade de conhecer um pouco do percurso acadêmico do autor e das dificuldades e potencialidades da pesquisa no meio rural. Afrânio Garcia Jr. revisita aqui algumas das contribuições fundamentais dessa sua obra, a qual, através da análise das categorias de libertos e sujeitos, já detectadas em outras pesquisas, apareceram, no caso paraibano, como categorias explicativas do universo social do presente e, portanto, fizeram parte de material etnográfico obtido via pesquisas de campo.

A importância do cuidado com os limites das teorias, cujo risco primordial reside em fazer do trabalho empírico sua ilustração, bem como a acuidade na coleta e no tratamento de dados podem ser expressas pela frase presente em seu livro, “a pesquisa de campo não é um confessionário”, sobre a qual nos fala um pouco mais durante a entrevista. Evidencia-se, assim, uma postura metodológica que permitiu aprofundar a compreensão das representações, também presentes em outras pesquisas, sobre a recorrente migração para o Rio de Janeiro e São Paulo de alguns dos membros das famílias de agricultores nordestinos. É durante a pesquisa na Paraíba que Afrânio Garcia Jr. percebe que não deveriam mais interpretar essas trajetórias migratórias apenas como resultado de expropriação da terra, mas, pelo contrário, e isso é brilhantemente demonstrado em *O Sul: caminho do roçado*, como mundos que se conectavam profundamente. Daí a expressão, que de início parecia enigmática ao autor, ouvida durante entrevista que dá título ao livro: “O Sul hoje é o caminho do roçado”. Na contramão das análises da época, que destacavam as diferentes facetas da proletarianização do campesinato, Garcia Jr. mostra que, nessa região paraibana, havia um processo de encampesinamento, no qual a migração aparecia como fator importante para investimentos no roçado da família.

Enfim, “O mundo social entre compartilhado e segmentado: lembrando os espaços de *O Sul: caminho do roçado*” (título dado à entrevista presente nesse dossiê), recorda como foi a transformação do espaço social do brejo e do agreste da Paraíba no momento de declínio da dominação tradicional personalizada. Neste mundo

2 No Brasil, o livro foi alvo de duas resenhas publicadas por Grynszpan (1990) e Galano (1990).

compartilhado e segmentado, todos, os de cima e os de baixo, viram-se obrigados a buscar estratégias de reconversão. Todavia, nem sempre as reconversões foram favoráveis, mesmo para aqueles que passaram da condição de sujeição para a de liberdade, caso dos moradores de engenhos que se viram obrigados a deixar seus domínios e não conseguiram ter acesso à terra de trabalho e morada e, assim, para muitos deles, essa liberdade significou pauperização, i.e., declínio social.

Além, obviamente, da qualidade do processo de pesquisa empreendido, que serve de modelo para jovens pesquisadores, as análises realizadas por Garcia Jr. permanecem atuais, em razão da persistência de um campesinato ameaçado no Brasil que insiste em buscar soluções, mesmo que a luta pela terra custe milhares vidas que são deixadas, em esquecimento, pelo caminho. Embora a análise realista do autor rompa com projeções (que pareciam possíveis) de uma sociedade mais justa durante o período de declínio do modelo tradicional de dominação, que poderia ter reduzido a distância entre as casas grandes e as senzalas no país, Afrânio Garcia Jr. reforça a percepção da necessidade de mudanças “em cima” (no caso, latifúndio), para que os “de baixo” (pequenos agricultores) possam se reverter. É preciso um verdadeiro reordenamento agrário no país, ideia que fortalece a urgência do acesso e garantia do direito de permanência na terra daqueles que, apesar das enormes dificuldades, ainda conseguem e desejam viver do trabalho na terra e, assim, garantir sua reprodução social na qualidade de agricultores. Alguns destes exemplos estão reunidos nesse dossiê. Boa leitura!

Referências

- CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- FERNANDES, Florestan. Anotações sobre o capitalismo agrário. In: QUEDA, Oriowaldo; DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.
- GALANO, Ana Maria. **O Sul: caminho do roçado**. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, 1990.
- GARCIA JR., Afrânio; GRYSZPAN, Mário. Veredas da questão agrária e enigmas do grande sertão. In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na ciência social brasileira**. São Paulo: Anpocs; Sumaré; Brasília, DF: Capes, 2002. p. 311-343.
- GARCIA JR., Afrânio. **O Sul: caminho do roçado**. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero, Brasília: CNPq/ Ed. da UnB, 1989.
- _____. **Terra de Trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GRYSZPAN, Mário. Do geral ao particular. **O Sul: caminho do roçado**. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 285-288, 1990.
- HEREDIA, Beatriz Alásia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- JOLLIVET, Marcel. A “vocação atual” da sociologia rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 11, p. 5-25, nov. 1998.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1993.

OLIVEIRA, Francisco Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**: olhar, ouvir, escrever. 3. ed. São Paulo: Ed. da Unesp, 2006.

SADER, Emir. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

Recebido em 12/02/2017

Aceito em 13/03/2017

**A REFORMA AGRÁRIA QUE TEMOS:
revisitando uma polêmica acesa**

***THE AGRARIAN REFORM WE HAVE:
revisiting a heated debate***

Luís Antonio Barone*
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante**
Henrique Carmona Duval***

Resumo

A Reforma Agrária no Brasil sempre foi um tema a suscitar polêmicas, não só pelos antagonismos que evidenciou, manifestados numa defesa ou rejeição quase que a priori de sua proposição, tomada na forma mais simples (a redistribuição de ativos fundiários no país), como também pela polissemia e multivocidade que marcaram a construção e a trajetória dessa bandeira política. Desde os primeiros debates acerca do tema, nos anos 1950, diferentes sujeitos, em diferentes posições no campo político, expressaram ideias sobre a reforma agrária. Hoje, a polêmica não é menos acesa: novamente postam-se aqueles para os quais não há mais sentido prático numa política de reforma agrária; por outro lado, diferentes agências, que têm a reforma em seu horizonte, se debruçam sobre a questão, embora de forma nada consensual. O presente artigo busca refletir sobre os embates e as ressignificações da luta pela terra no sentido de pensar novos caminhos para a compreensão do que possa ser uma reforma agrária no Brasil atual.

Palavras-chave: Reforma Agrária. Assentamentos Rurais. Novos Sentidos da Luta pela Terra.

Abstract:

The Agrarian Reform in Brazil has always been an issue to raise controversy, not only by the antagonisms that showed, manifested in a defense or rejection almost “a priori” of his proposition in a simplest form (the redistribution of land assets in the country), as also by polysemy and plural

* Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Brasil. E-mail: labarone@uol.com.br

** Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Brasil. E-mail: mestrado@uniara.com.br

*** Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil. E-mail: henriquecarmona@hotmail.com

that marked the construction and evolution of this political banner. Since the first debate on the subject in the 1950s, different subjects at different positions in the political, expressed ideas about land reform. Today, the controversy is no less lit: again if post those for which there is no more practical sense in a land reform policy; on the other hand, different agencies that have the reform on the horizon, have addressed the issue, although nothing consensual. The opportunity to reflect about the conflicts and the struggle for land to reinterpretation seems odd, in this article, to think of new ways of understanding what may be an agrarian reform in Brazil today.

Keywords: Land Reform. Rural Settlements. New Directions of the Fight for Land.

Introdução

A reforma agrária sempre sintetizou, não sem divergências de conteúdo, o anseio de camadas significativas da população rural brasileira. Mesmo com a forte redução desse contingente demográfico desde os anos 1970, a reforma agrária pode ser entendida, empiricamente, como a demanda diretamente resultante das distintas formas de luta pela terra empreendidas por diferentes sujeitos subalternizados, em diferentes contextos regionais do país. Também, empiricamente, diferentes ações públicas voltadas ao atendimento das demandas por melhoria das condições de vida no campo, notadamente desses mesmos segmentos subalternos, acabam por receber alguma chancela de reforma agrária – até por estarem muito vinculadas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)¹, considerado o responsável pela reforma agrária no Brasil nos primeiros quinze anos do século XXI, juntamente com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Sempre que nos referirmos à reforma agrária, neste trabalho, estaremos falando sobre: 1) as lutas pela conquista e pela manutenção da terra por parte de distintos grupos sociais marginalizados política e economicamente, 2) o conjunto de políticas públicas geradas em resposta a essas lutas, bem como 3) os possíveis projetos políticos que envolvem e dão sentido às lutas e às ações oficiais. É da diversidade social e regional dessas lutas e suas consequentes respostas que brotam distintas dinâmicas territoriais, entendidas aqui como a apropriação concreta de projetos políticos e econômicos acerca dessa necessária (re)distribuição de terras, numa tensa relação entre a utopia e a política pública, entre o projetado e o vivido.

Reconhecendo-se esse terreno movediço, de obrigatória travessia para quem discute a reforma agrária, lançamos a proposta de, neste trabalho, toma-la a partir de duas chaves de interpretação: entender a reforma agrária como política pública e

¹ Estas reflexões foram escritas em meio à completa instabilidade desta pasta ministerial, extinta nas primeiras medidas do então governo interino Temer (2016), sendo, logo em seguida, substituída pela Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, que, como o próprio Incra, ficaram vinculados à Casa Civil da Presidência da República. Pouco antes da posse definitiva de Michel Temer como presidente (entre agosto e setembro de 2016), publicizou-se, por parte de interlocutores privilegiados do governo, as negociações para a reinstalação deste Ministério.

como utopia. Essa distinção facilita uma postura analítica necessária, embora estas não sejam dimensões excludentes, posto que é a interface e a retroalimentação delas que, a nosso ver, anima o debate sobre seu futuro e sua resignificação. A existência da reforma agrária, bem como sua presença no debate nacional, dessa forma, não pode ser refutada – mesmo a partir da posição mais veementemente contrária à política pública –, pois não se pode furta de reconhecer o sentido utópico da reforma agrária (goste-se dele ou não), ou seja, sua capacidade de mobilizar a ação política de diferentes grupos sociais que vivem no campo.

Ressignificar a reforma agrária, neste texto, não tem a vocação de uma síntese totalizante dessa diversidade de sujeitos e lutas, seja para definição de uma nova agenda de debates ou uma nova postura política. Mais modestamente, procuramos prospectar as possibilidades e os limites do que se pode chamar de “mística da reforma agrária” diante dos desafios concretos da luta pela terra empreendida, explícita ou de modo latente, por um conjunto díspar de agentes. Como pontos em comum, que dão sentido ao todo dessa luta, consideramos alguns elementos bastante conhecidos da estrutura social brasileira: a forte concentração fundiária historicamente herdada e o excludente processo de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, ingredientes que se reforçam mutuamente. Aliados a estes marcos estruturais não se pode esquecer a existência de elementos simbólicos que permeiam a relação entre grandes proprietários e a pequena agricultura, tais como o clientelismo e o forte paternalismo geradores de dependência no campo.

Frente ao poderoso fluxo do capitalismo agrário em vigor no país, a luta de grupos mais ou menos significativos denuncia diferentes aspectos regressivos desse avassalador processo de acumulação, bem como indica possibilidades de alternativas que privilegiem a cidadania, a diversidade cultural e uma nova relação com o meio ambiente. É nesse horizonte de possibilidades que uma resignificação da Reforma Agrária pode ser encontrada: nessa busca/disputa por espaços de mais participação cidadã, inclusão socioeconômica e sustentabilidade no meio rural, numa escala territorial (portanto, circunscrevendo territórios) que ultrapassa em muito o recorte formalmente expresso pela dicotomia rural-urbano. A existência de “territórios reformados”, leia-se latifúndios improdutivos e terras públicas transformadas em assentamentos rurais no país, parece-nos ingrediente fundamental para a superação de desequilíbrios sociais flagrantes, garantindo, ao lado dos setores mais integrados aos mercados agroalimentares globais, a manutenção virtuosa de agriculturas alternativas de base familiar e comunitária, nas suas mais distintas modalidades de expressão.

As considerações feitas neste trabalho buscam uma visão ampla sobre os impasses da reforma agrária neste início de século XXI no Brasil. No entanto, além de limitações óbvias decorrentes do caráter restrito desse trabalho, esclarecemos que, não obstante buscarmos dar conta dos processos mais gerais e de suas imbricações com as diferentes realidades regionais do país, embasamos nossas observações numa sólida experiência de investigação e reflexão sobre a reforma agrária (como luta social, como projeto/utopia e como política pública) no contexto do Estado de São Paulo, onde temos uma trajetória de pesquisa que pode

ser posta cronologicamente, mas também politicamente, em paralelo com as ações de reforma agrária empreendidas desde os anos 1980².

Esclarecemos, ainda, que, embora até apresentemos números (como os de famílias assentadas desde os anos 1980), não nos prenderemos a uma análise quantitativa da reforma agrária. Esse debate, tantas vezes envolvido por uma verdadeira “guerra de números” empreendida entre governos e movimentos, nunca possibilitou, infelizmente, afirmar que as políticas de assentamento das últimas décadas – aquilo que podemos chamar de a reforma agrária possível – tivesse logrado uma significativa desconcentração fundiária no país, com exceção da evidenciada em algumas áreas muito localizadas, em diferentes regiões.

O fim de ciclo da Reforma Agrária?

Esta reflexão busca, primeiramente, evidenciar de forma sucinta os momentos cruciais da evolução da luta pela reforma agrária neste período democrático que o país vive. Temos acompanhado essa evolução a partir de um recurso teórico-metodológico por nós elaborado – a noção de “trama de tensões sociais”. Tal trama se constitui historicamente pelo confronto dos agentes e das agências que se (dis)põem num campo específico, qual seja, o campo sociopolítico gerado a partir das distintas demandas por reforma agrária no país. Os trabalhadores rurais, seus mediadores (organizações dos trabalhadores ou políticas e as agências oficiais que tratam da questão fundiária), as organizações patronais, os grupos econômicos e os detentores do poder político institucional (partidos e/ou grupos que lideram governos de turno nas esferas federal, estadual e municipal) são os sujeitos, com mais ou menos clareza política, que se digladiam na arena pública em torno das ações pró ou contra a reforma agrária (BARONE; FERRANTE, 2012).

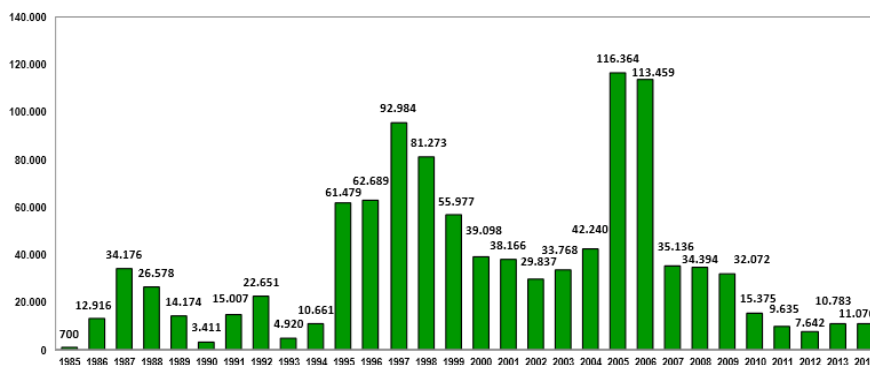
A resultante da confrontação dessas forças gera uma trama de tensões, expressão das relações complexas e singulares travadas pelos sujeitos, assim como gera o próprio campo específico da Reforma Agrária, constituindo pautas, discursos e espaços privilegiados para a definição de projetos acerca de sua execução (ou não). Conflitos, acomodações e resistências se sucedem nesse jogo, cujas regras são, conforme preconiza Bourdieu (1992), definidas e redefinidas pelos contendores, a partir das suas estratégias, acúmulo de forças e suas conquistas mais ou menos institucionalizadas.

Temos discutido criticamente, também, se a reforma agrária, apenas e restritamente entendida como uma política pública de cessão de terras aos trabalhadores rurais, acrescida de uma insuficiente – e muitas vezes claudicante – política de apoio a essas novas unidades produtivas rurais, não vive, nos últimos anos, o fim de um ciclo. As mobilizações de trabalhadores rurais, que tiveram início

2 Os dois primeiros autores foram fundadores, em 1988, do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor), que se constituiu, desde então, num dinâmico centro de pesquisa sobre a reforma agrária e as políticas de assentamento no Estado de São Paulo.

ainda na primeira metade da década de 1980 (no bojo do processo de reconquista de uma ordem institucional democrática no país) e receberam, como contrapartida, desde então, a implementação de uma política de assentamentos rurais, vivem um reconhecido refluxo, o que pode ser demonstrado pela diminuição drástica no número de novas famílias assentadas (ver Gráfico 1, a seguir) e consequente diminuição do volume de área destinada para a distribuição de terras. O gráfico abaixo permite visualizar e, ao mesmo tempo, arriscar uma interpretação desse “ciclo” – que pode ser subdividido em três momentos.

Gráfico 1 - Número de famílias assentadas no período 1979-2011 (Brasil)³



Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2015.

No gráfico do número de famílias assentadas desde o primeiro governo civil pós-64, temos a demonstração do que estamos chamando de “grande ciclo” da reforma agrária no Brasil – que, hipoteticamente, estaria findando. No bojo desse grande ciclo, no entanto, os dados revelam, de forma bem evidente, a existência de três picos (que corresponderiam a três momentos de intensificação e refluxo) de assentamento de sem-terras. O primeiro momento do grande ciclo teve início em 1986, ano em que ocorre um “salto” no número de famílias atendidas em assentamentos, seguindo até 1989. Esse é o período do governo de José Sarney (1985-1989), durante o qual foi lançado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA). A publicização da demanda por terra, fortemente reprimida no período anterior

3 A escolha desse indicador tem o propósito de demonstrar a falácia da “guerra de números” na reforma agrária, bastante evidente durante os governos FHC e Lula. Independentemente dos critérios do Dataluta/Nera, coordenado pelo geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, este vem a ser o banco de dados acadêmico mais completo sobre os números da reforma agrária no Brasil. O Dataluta evidencia a quase igualdade no número de famílias beneficiadas nas ações de assentamento nos dois períodos. Esse desempenho, é importante dizer, é extremamente similar também se tomarmos como indicador o volume de área destinado para reforma agrária. Para economia de texto, não apresentaremos uma exaustiva série de dados, que, enfim, apontam para a mesma direção.

(regime militar), o surgimento de movimentos de luta pela terra (como o MST, mas também um “novo” sindicalismo rural) e compromissos publicamente assumidos pelo então recém-falecido presidente eleito, Tancredo Neves (PMDB), determinam, nesse primeiro momento, o início do ciclo.

É certo também que, nesse período, configurou-se uma importante oposição antirreformista, tanto no Congresso Nacional – nucleada pelo “Centrão” durante o período constituinte (1987-1988)⁴ – quanto no próprio Executivo, que diminuiu as metas do I PNRA ainda em 1985, bem como o alcance da execução das ações de Reforma Agrária nas décadas seguintes. Também nesses anos da “Nova República” é fundada a União Democrática Ruralista (UDR), agremiação constituída por segmentos da classe proprietária rural temerosa da reforma agrária.

O governo Collor de Mello (1990-1992) apresenta uma inflexão no ritmo de assentamentos de trabalhadores rurais (embora o ano de 1992 exiba números mais altos), o que se mantém no período interino de Itamar Franco (1993-1994). Nesse último período presidencial, no entanto, é digna de nota a aprovação da Lei Complementar que trata do “rito sumário” para desapropriação de terras (1993), legislação inferior que orienta os procedimentos do Executivo no processo de desapropriação para fins de reforma agrária e dá uma formatação legal mais definitiva à ação do Estado.

O segundo momento do ciclo se refere aos dois governos FHC (1995 - 2002). O movimento ascendente no número de sem-terras assentados cresce desde 1995 e atinge o clímax no ano de 1997, momento a partir do qual se observa um descenso constante até o primeiro ano do período Lula (2003). A intensa mobilização dos trabalhadores rurais marca o período, assim como a pressão internacional advinda do impacto das chacinas de Corumbiara e Eldorado dos Carajás (ambas no Estado do Pará). Em resposta às pressões, mesmo que em meio à oposição de parcela dos movimentos de luta pela terra (principalmente o MST), o governo federal assenta cerca de 460 mil famílias no período.

Quase do mesmo montante – aproximadamente 420 mil famílias, segundo o Dataluta – é o número de famílias assentadas no terceiro momento desse grande ciclo, que compreende o período dos dois governos Lula (2003-2010)⁵. Mas não é só essa a similaridade entre esses dois governos: partindo de um patamar relativamente baixo (cerca de 30 mil assentados em 2002), o novo governo assenta um número crescente de famílias nos anos entre 2004 e 2006 (sendo o pico em 2005, com 116 mil assentados, seguido de 113 mil em 2006) – o que corresponde ao primeiro mandato de Lula. No seu segundo governo, no entanto, o ritmo de assentamentos cai bastante,

4 Essa ação antirreformista no Congresso Constituinte refletiu-se diretamente na dubiedade manifesta na Constituição Federal, que contrapõe, ao progressista dispositivo da “função social da propriedade”, um polêmico critério de “produtividade” no direcionamento das ações relacionadas às terras passíveis de ação reformista.

5 No primeiro ano do governo Lula (2003), é lançado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), com meta de assentar 400 mil famílias. Assim como o I PNRA, uma proposta organizada por um grupo de especialistas sofreu severa restrição no quantitativo de assentados (CARTER, 2010).

praticamente repetindo a performance do segundo governo FHC e definindo um viés de baixa que se mantém durante todo o governo Dilma (2011-2014). Sobre este último período, temos que o número de famílias assentadas só é comparável aos períodos Collor e Itamar Franco.

Como explicar essa persistente baixa iniciativa de distribuição de terras no país atualmente? O discurso mais comum, desde o final do período Lula, insiste numa relação direta com a baixa demanda por terra observada no período, sem previsão para uma retomada no ímpeto das lutas dos sem-terra. Essa leitura é realizada pelos próprios movimentos sociais (como o MST). Para adeptos de uma visão mais apologética do capitalismo agrário nacional, no entanto, esses números apenas demonstram a morte da reforma agrária, sepultada pelo retumbante sucesso do chamado agronegócio. No entanto, podemos acurar mais essa visão, buscando elementos explicativos a partir da dinâmica desse vasto campo de disputas que é a reforma agrária.

É digna de nota a perda relativa do tema da reforma agrária nas campanhas presidenciais mais recentes (inclusive do Partido dos Trabalhadores - PT), em nada lembrando a polêmica sobre os números da demanda potencial para a reforma agrária no Brasil que animou debates acadêmicos e político-partidários nos finais do século XX. A partir de diferentes clivagens, ao longo das últimas décadas desse século, estimou-se o público demandante por reforma agrária no Brasil entre 2,5 a 7 milhões de famílias (GASQUEZ; CONCEIÇÃO, 2000, p. 103). Observando-se o gráfico anterior, tem-se que aproximadamente 700 mil famílias foram beneficiadas em programas de assentamentos desde 1998 (nos vários governos desde então), restando quase 4 milhões de famílias rurais que, mesmo excluídas, pouco têm chamado atenção nos debates mais recentes sobre a reforma agrária no país.

Nessa perspectiva, diferentes fatores se conjugam para essa inflexão. Uma nova conjuntura econômica, com forte incremento no emprego, alia-se a uma conjuntura política na qual as diferentes organizações de trabalhadores rurais buscam um reposicionamento frente aos governos liderados pelo PT. Os discursos mudam, refletindo o esforço de compreender/interpretar essa nova situação, ao mesmo tempo em que o governo federal, liderado pelo maior partido de esquerda desse contemporâneo período democrático, busca desenvolver uma pauta bastante ampla, contemplando o que podemos definir como uma opção cheia de antagonismos, com um apoio muito forte à agropecuária capitalista (produtora de *commodities*) simultaneamente à implementação de ações que atendem alguns aspectos demandados pelas organizações ditas camponesas.

Um misto de diálogo e de imposição de pautas e discursos, difícil de ser avaliado, marca essa relação, sem dúvida determinante politicamente nessa conjuntura. O próprio ritmo de assentamento de famílias revela uma evolução que, após momentos de pico de cessão de terras (nos anos FHC e Lula), indica um refluxo fortíssimo no número de trabalhadores assentados.

Essa hipótese de um final de ciclo, definitivo ou transitório, embora não manifestamente assumida, altera visivelmente a lógica de ação dos movimentos sociais camponeses. Neste sentido, sua relação com o Estado é exemplar, pois revela uma busca por “caminhar no fio da navalha” (se isso for possível). As ligações sempre

pouco claras entre partido-governo e movimentos, com especial destaque para o mais importante de todos, o MST, por vezes levou a uma postura de adesão acrítica deste, mesmo que mantendo um discurso fortemente anticapitalista e patrocinando ações de confronto com o “agronegócio”⁶. Ao lado desse radicalismo de protesto, uma tentativa bastante discutível de fomentar uma “disputa de projetos” no interior do governo sustentou um discurso e uma prática política por demais ambíguos. A evolução dos governos do PT demonstrou uma inequívoca aliança estratégica com o setor empresarial rural (DELGADO, 2010), mantendo, ao menos num período (primeiro governo Lula), um ritmo de assentamento de famílias comparável ao do primeiro governo FHC. No entanto, desde o final do segundo mandato de Lula, o número de famílias assentadas caiu fortemente. No governo Dilma, a tônica para consolidar a reforma agrária consistiu em desenvolver os assentamentos existentes, ao invés de focar na criação de novos. Esta opção se alinhou à proposta do MST que passou a atuar, mais fortemente, no desenvolvimento dos assentamentos e nas propostas de fortalecimento das políticas públicas. A manifestação pública de retomada mais acentuada da distribuição de terras, talvez um recurso para agregar forças políticas mais à esquerda no leque partidário da coalizão governista, fez-se sentir em conjunturas específicas, como nas vésperas das eleições de 2014 e nas últimas semanas de Dilma Rousseff à frente do Palácio do Planalto (2016).

A partir do discurso oficial, uma avaliação dessa complexa relação conclui que a participação dos movimentos sociais de luta pela terra e reforma agrária na discussão da agenda governamental alterou, ao longo dos anos de governo Lula, a direção das reivindicações. Segundo um artigo de circulação acadêmica, mas com forte tonalidade governamental,

[...] gradualmente, mas não linearmente, as pautas de reivindicações dos movimentos deslocaram-se, não completamente, da demanda pela criação de políticas e novos instrumentos para a promoção de ajustes incrementais nas políticas, nas suas condições e em seus procedimentos [por exemplo, ampliação do volume de recursos destinados e do público beneficiado, melhorias das condições financeiras etc.] (FRANÇA, 2010, p. 72).

A ideia aventada do “deslocamento das pautas” indicaria a mudança de postura das organizações de trabalhadores em relação ao governo federal – agora reivindicando “ajustes incrementais” e “procedimentais”. Dessa abordagem, no entanto, infere-se que há uma concordância com a direção geral da política agrária do governo federal. O mesmo autor dá conta da miríade de militantes que se tornaram agentes governamentais desde 2003 (FRANÇA, 2010), algo que precisa

6 As ações diretas do MST, no segundo governo Lula, pautaram-se sempre por iniciativas que objetivaram denunciar o “agronegócio” como aspecto mais visível do sistema capitalista globalizado. Ocupações e depredações de laboratórios de transgênicos e grandes monocultivos ligados a investimentos internacionais (como nos casos das empresas de papel e celulose e de citros) se intensificaram na pauta de ações do MST/Via Campesina.

ser mais bem analisado sociologicamente. Esse enorme contingente, sem dúvidas, atua como um grupo de mediação bastante capacitado, buscando gerar legitimidade e confiança numa série de ações governamentais. O alinhamento de governo e movimentos – que não exclui práticas de cooptação – foi construído durante muitos anos de parceria (mais ou menos imediata) entre movimentos e o partido que lidera a coalizão governista (PT). Uma vez alçado à condição de partido do governo, as engrenagens dessa parceria parecem ter começado a girar no sentido inverso: antes, a energia dos movimentos dinamizava o partido; agora, a força do governo “trava” os movimentos em sua capacidade de luta pela terra.

O MST, exemplo evidente desse processo, esteve, até a queda de Dilma, diante do “enigma demoníaco da política”, que expressa a tensão entre envolver-se com os governos e manter sua autonomia política. Ao alinhar-se com o PT e o governo federal, a organização correu o risco de perder legitimidade junto a setores que propõem uma atitude mais crítica ante o arranjo conservador que sustentou o governo petista (BARONE, 2011).

Abre-se uma brecha para cobrar, do próprio MST, parcela de responsabilidade sobre a desmobilização da luta pela terra e pela reforma agrária. Por outro lado, a organização ainda é limitada em formular uma nova agenda de lutas em defesa da agricultura familiar, ficando a reboque do governo e perdendo um espaço político que tem sido solidamente ocupado por outras organizações de trabalhadores (como a CUT), assim como por agências historicamente ligadas à agricultura patronal (como a Confederação Nacional da Agricultura – CNA). Haverá uma mudança de postura da mais conhecida organização de trabalhadores rurais em proveito da reforma agrária no novo período que se inicia (governo Temer)? Tudo indica que ações de mobilização e protesto inscritas no “DNA” do MST – por assim dizer – podem voltar a acontecer, mas sempre correndo o risco de serem capturadas pela lógica governista.

A trajetória dessa organização (algo que foge do escopo deste trabalho) sem dúvida é um indicador forte de uma partidarização do debate sobre a Reforma Agrária, além de reiterar a multivocidade dos sentidos da reforma agrária no Brasil. Defender uma reforma agrária massiva, num horizonte de superação do capitalismo, demonstrou ser mais uma convicção ideológica – muito eficaz no recrutamento de militantes – do que uma alternativa concreta frente aos dilemas da sociedade brasileira nessa quadra histórica, crítica recorrente nos últimos anos (MARTINS, 2000a). No entanto, conforme lembrou Carter (2010), a inequívoca atuação do MST no combate à desigualdade no país supera eventuais erros políticos de estratégia – até porque o Movimento se desenvolveu na luta pela democracia no Brasil e nunca evidenciou uma guinada em favor da ruptura com a ordem constitucional vigente.

Questiona-se, ao menos prospectivamente, a possibilidade do MST atuar novamente como referência inequívoca na luta pela terra, dada a adesão à estratégia política maior do governo do PT. Além disso, o MST precisará movimentar-se num contexto social que pulverizou e diversificou enormemente a demanda pela terra, fazendo emergir atores nunca abarcados pelo discurso mais genérico da organização. Resta, ainda, construir referências para a defesa da agricultura familiar nascida da reforma agrária, o que avançou significativamente sob a égide da crescente importância assumida por este setor na construção do desenvolvimento sustentável.

A polissemia e a multivocidade da reforma agrária: ontem e hoje

Como nos voltamos para uma avaliação dos processos de assentamento evidenciados nos últimos trinta anos – período iniciado com a transição democrática no Brasil e que teve dois Planos Nacionais de Reforma Agrária como principais instrumentos governamentais (lançados, respectivamente, em 1985 e 2003) –, já aí podemos apresentar elementos de um debate permanente e multívoco acerca dos sentidos da Reforma Agrária. Em meados dos anos 1980, conjuntura do lançamento do I PNRA, a crise econômica e o novo momento pós-ditadura possibilitaram a reorganização da demanda por acesso à terra daqueles que passaram a ser genericamente chamados de sem-terra. Essa “novidade” também ensejou, por parte de grupos políticos de esquerda, agora livres na arena pública, discursos favoráveis a uma ampla e massiva reforma agrária, instrumento de transformação da estrutura latifundista vigente (e de ruptura mesmo com o capitalismo). Por outro lado, o debate acadêmico – com alguma repercussão no debate político – pautou-se pela reavaliação da chamada “questão agrária” no país e o papel da Reforma Agrária nesse novo contexto.

Diante da evidente pujança da agropecuária empresarial de grande escala – os latifúndios modernizados e os então chamados complexos agroindustriais – era impossível não reconhecer que uma ampla reforma agrária, como forma de incrementar o desenvolvimento do capitalismo agrário no Brasil (ideia-força da proposta de Reforma Agrária em discussão no país antes do golpe de 64⁷), já não tinha a mesma centralidade estratégica. As políticas de modernização da agricultura brasileira, levadas a cabo pelos governos militares, lograram garantir uma posição de destaque para o setor na economia urbano-industrial do Brasil dos anos 1980.

Então, à reforma agrária caberia, no máximo, uma função econômica suplementar de fomentar o desenvolvimento rural das regiões que não usufruíram desse dinamismo econômico (excluindo-se, portanto, praticamente todo o centro-sul do país). E mais: a chamada “dívida social” desse processo de modernização conservadora encontrou na Reforma Agrária uma forma de ser saldada. Os herdeiros dessa “modernização dolorosa” (SILVA, 1982) passaram a ser sujeitos e alvos da reforma agrária, cuja legitimidade ganhou um conteúdo mais social (VEIGA, 1984)⁸. Isso colocou claramente o projeto de reforma agrária em outra chave de compreensão, em oposição tanto a uma proposição mais estrutural, de reforma de base contribuinte com a industrialização capitalista, ideia-chave de uma reforma agrária clássica (solução da questão agrária na formação de uma sociedade capitalista) como aos projetos mais utópicos de superação do próprio Modo de Produção Capitalista.

7 Toma-se como sabido que, pela própria natureza política do tema, os sentidos da reforma agrária sempre foram polêmicos no Brasil, desenhando um debate no pré-golpe de 1964 entre aqueles que defendiam a Reforma Agrária como forma de desenvolver o capitalismo e aqueles que a viam como estratégia para implantar o socialismo (MEDEIROS, 2003).

8 O termo “resgatar a dívida social” foi um *slogan* recorrente no processo de transição democrática.

A execução claudicante do I PNRA se deu num contexto de disputas políticas no qual as forças antirreformistas lograram êxito, notadamente na redação da nova Constituição. A ideia de que a reforma agrária não tinha mais sentido, pois aquilo que hoje é genericamente chamado de agronegócio tinha “desenvolvido” o rural brasileiro, já era parte do discurso defendido por segmentos muito poderosos. Restava sempre, no entanto, a contestação moral da perversidade desse “desenvolvimento” e a crescente luta dos setores subalternos do campo, ora evidenciando a chamada questão social do campo, ora legitimando supostos projetos políticos anticapitalistas. Nessa luta pela Reforma Agrária, no entanto, ficava evidente a diversidade de grupos sociais envolvidos, além dos distintos mediadores mais organizados: os posseiros em conflito com os grandes fazendeiros, os ex-arrendatários expulsos das regiões modernizadas, os minifundistas expropriados, os assalariados rurais extremamente pauperizados e sem cobertura de direitos (MARTINS, 1985).

O campo social gerado em torno do projeto político de uma reforma agrária (no qual se deve incluir também os antirreformistas) se formou ao longo dessas décadas, manifestando um debate que, muitas vezes, obscurecia o saber acadêmico em favor dos discursos políticos. O protagonismo do MST, que se consolida nos anos 1990, levou à construção de um discurso bastante politizado que, buscando repercutir o anseio de distintos segmentos de sem-terra, direcionava a luta pela terra – e pela Reforma Agrária – teoricamente para uma luta anticapitalista, embora, na prática, buscando sempre o assentamento do maior número de famílias possível. Se a hipótese de uma partidarização excessiva (ou equivocada) do debate foi formulada ainda no período de governo de FHC, sob a rubrica de um “impossível diálogo” (MARTINS, 2000a), os anos de governo Lula aumentaram as limitações políticas dessa estratégia. O MST buscou, na adesão ao ideário da Via Campesina, um discurso ainda radical – claramente anticapitalista (OLIVEIRA, 2010) – embora sofrendo de um dilema bastante evidente no posicionamento em face do governo federal encabeçado pelo PT: um misto de apoio político, disputa interna por posições e frustração com relação aos resultados⁹. Sem dúvida, as incertezas da conjuntura deste momento (recente posse do governo Temer) são bastante grandes, o que não nos permite avaliar possíveis mudanças de posição do Movimento diante do novo e “conservador” governo Temer.

Conquanto revelasse uma grande diversidade na luta pela terra, a luta pela Reforma Agrária – sobretudo na conjuntura dos anos 1990 – foi sendo unificada e hegemonizada pelas grandes organizações de trabalhadores rurais (sobretudo o MST e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - Contag). Por outro lado – e em resposta a uma pressão política que se tornava mais forte e unida –, a reação governamental, mesmo que assentando centenas de milhares de famílias, gerou um enrijecimento burocrático no encaminhamento das políticas

9 O geógrafo Ariovaldo Umbelino Oliveira detecta o (res)surgimento de um protagonismo dos posseiros da região Norte na luta pela terra no Brasil, enquanto lamenta o abandono, na prática, da bandeira reformista pelo MST (OLIVEIRA, 2010).

públicas nessa área, tanto na forma de assentar quanto nos diferentes estímulos ao desenvolvimento dos assentamentos – fenômeno pouco atento às diversidades de cada segmento em luta e seus contextos regionais específicos. Mesmo na Amazônia, região que teve uma atenção especial dos governos, sobretudo por suas características ambientais, as modalidades mais específicas de reforma agrária acabaram, em muito, sendo sufocadas por políticas de crédito e de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), genéricas e engessadas, além de claramente insuficientes.

O saldo de avanços da reforma agrária nesse grande ciclo perfaz um número na casa de 1 milhão de beneficiários (a maior parte deles na região amazônica) e o surgimento de uma nova categoria de agricultores familiares que, apesar da padronização das respostas públicas, guarda uma grande diversidade entre si. Mesmo com reconhecidas dificuldades, o impacto desses assentamentos rurais se faz sentir em distintas dimensões do meio rural brasileiro, ainda que com diferentes magnitudes de rebatimento conforme as regiões onde estão instalados (LEITE et al., 2004). Como uma resultante direta do atual período republicano brasileiro, portanto, os assentamentos de reforma agrária são reveladores dos limites e possibilidades da democracia, sendo, eles mesmos, expressão das contradições econômicas e políticas no campo. Pode-se afirmar que os assentados são sujeitos ativos, mesmo que muitas vezes em posição de subalternidade, desenvolvendo estratégias mais ou menos coerentes de possíveis projetos políticos de fortalecimento da agricultura familiar via assentamentos. Por vezes, é verdade também, parecem tão somente submergir num sistema de controles e de poderes aniquilante (FERRANTE; BARONE; KURANAGA, 2006).

Acrescenta-se que, no atual tabuleiro político, bloqueios a essa ação reformista – mesmo que tímida – são reiterados de diferentes maneiras. Como exemplo, podemos citar a manifestação do Tribunal de Contas da União (TCU) que, em abril de 2016, determinou a paralisação do programa de reforma agrária do governo federal, dadas as irregularidades constatadas nos projetos de assentamentos auditados pelo órgão, que indicavam mais de 500 mil beneficiários irregulares¹⁰ – praticamente a metade dos beneficiários da reforma agrária desde 1985 (BORGES, 2016). Esse bloqueio se inscreveu, é importante frisar, no movimento institucional que reforçou o descrédito do governo federal capitaneado por Dilma, às vésperas de seu afastamento provisório. No entanto, simultaneamente, levanta a questão do reconhecido descontrole que o Incra tem sobre assentamentos na região amazônica – exatamente onde mais se assentou famílias no período sobre o qual refletimos.

10 O Incra imediatamente se manifestou contrário aos números divulgados, denunciando erros metodológicos nesse cálculo – como, por exemplo, considerar irregulares assentados que, depois de conquistarem essa condição, são eleitos para cargos públicos ou se tornam diretores de empresas cooperativas (direitos inamovíveis da cidadania); ou mesmo o critério de considerar a aquisição de veículos de grande porte como indicador de situação econômica incompatível com a de assentados da reforma agrária. Para o órgão gestor da política fundiária, o número de irregularidades é infinitamente menor do que o divulgado pelo Tribunal de Contas da União - TCU (vide “Nota oficial Incra – Acórdão TCU”, de 07/04/2016).

Esta opção por assentar em áreas (geralmente florestais) da Amazônia significou sempre uma tentativa de contornar outras formas de bloqueio, representadas pelo alto custo financeiro e político da desapropriação de terras em outras regiões do país. Reiterou-se, assim, a marcha para a Amazônia, patrocinada pelo regime militar, o qual, com o passar dos anos, redundou em graves conflitos envolvendo a posse da terra. No ciclo democrático da reforma agrária brasileira, a cessão de terras na Amazônia continuou gerando conflitos e uma pernicioso apropriação, por parte de uma elite econômica e política regional, desse ativo fundiário distribuído para trabalhadores sem-terra (BARONE, 2006).

A hipótese de “fim de ciclo”, mais do que o simples término da querela em torno da reforma agrária, parece evidenciar o estágio no qual se encontra o debate sobre o tema, em sintonia com o momento político do país, assim como em relação às alternativas postas nesta conjuntura. Observamos que a dinâmica político-institucional apresenta-se relativamente consolidada, oferecendo limites para as alternativas desenhadas pelas forças em confronto. Mesmo os defensores de uma reforma agrária estrutural ou anticapitalista reconhecem esse estreitamento de possibilidades, que afasta a perspectiva de uma ampla redistribuição de terras. Isso gera um consenso silencioso, não dialogado ou acordado, que atravessa todo o espectro de sujeitos que compõe o campo sociopolítico da Reforma Agrária, fazendo com que o discurso das agências já consagradas no campo se volte mais para o universo das famílias assentadas, em busca de alternativas para seu desenvolvimento.

Sem dúvida, a combinação entre um período de baixo desemprego, incremento na renda das classes trabalhadoras e um governo – o do PT – com uma grande capacidade de interlocução e de hegemonia sobre os movimentos e organizações de trabalhadores rurais consolidou uma tendência de diminuição da pressão por novos assentamentos. Desde o final do século XX já se discutia o fato de que não haveria mais um amplo estoque de terras para esses assentamentos rurais (excetuando-se, talvez, áreas florestais na Amazônia, também indesejáveis por questões ambientais). O que foi combatido por amplos segmentos da esquerda até 2002, sob a rubrica de um discurso conservador contrarreformista, foi incorporado, a partir de 2003, pelos próprios grupos pró-reforma agrária. Senão, o que seria a proposta de revisar e elevar os índices de produtividade mínimos para que uma terra seja considerada produtiva? Essa bandeira, defendida pelo MST junto ao governo Lula, não seria a assunção de que, nas condições econômicas e institucionais vigentes, é impossível detectar novas áreas improdutivas no centro-sul do país?

No entanto, o fim de ciclo – caso a hipótese se confirme – não é o fim da reforma agrária. A multivocidade que o termo historicamente sempre expressou pode articular novos sujeitos que estão, efetivamente, se mobilizando, hoje, por terra e cidadania, agregando novas significações ao projeto da reforma agrária. Até porque, em que pese o discurso de superação da miséria no país, a perversidade do processo de desenvolvimento econômico ainda mantém uma gama de grupos mais ou menos residuais expostos à precarização e à violência. Além disso, a situação social das periferias urbanas recoloca a questão de uma ação reformista inovadora, aberta para experiências de produção agroalimentar alternativas, como os assentamentos periurbanos e as Comunas da Terra.

Da anomia teórica à anomalia da modernidade brasileira: atraso e avanço da reforma agrária

Assumindo um debate muitas vezes “de surdos”, buscamos refletir sobre a questão de a reforma agrária ser, na atual quadra histórica que o Brasil atravessa, avanço ou retrocesso. Essa dúvida pode ser compreendida como constitutiva da ambiguidade que caracteriza a modernização (processo socioeconômico) e a modernidade (processo sociocultural) brasileiras. Temos que a modernização da agricultura no país deve ser reavaliada, posto que, ainda no século XXI, incorpora – às vezes como fator central do processo de valorização do capital – práticas extremamente perversas e regressivas (devastação ambiental, trabalho forçado, expropriações violentas etc.), próprias de um processo de acumulação primitiva que, na realidade brasileira, não é apenas um estágio inicial do capitalismo (uma acumulação originária, delimitada cronologicamente pelo limiar da industrialização e/ou da acumulação capitalista *stricto sensu*), mas um elemento estrutural (e estruturante) das relações de produção, notadamente, mas não exclusivamente, no setor primário da economia brasileira.

A questão da Amazônia, em suas diferentes facetas, a situação social dos sertanejos nordestinos, as dificuldades das populações tradicionais de todas as regiões, bem como a (re)introdução de processos de desregulamentação e informalização nas franjas (geográficas e sociais) das metrópoles brasileiras – e, por extensão do modelo, de praticamente todas as cidades do país – são dimensões da questão agrária transmutada e da acumulação primitiva estrutural (OLIVEIRA, 1981) expressas no Brasil “moderno”. Uma “acumulação primitiva estrutural”, em oposição à “genética” (prévia ao estágio plenamente capitalista e moderno), se repõe no presente do país, justamente quando se discute um “novo” surto desenvolvimentista.

Daí, uma questão agrária desponta e se mantém, indicando a reposição do atraso no seio da modernidade brasileira anômala e inconclusa (MARTINS, 2000b). Dialogando explicita e criticamente com as reflexões de José de Souza Martins, o reconhecimento dessa característica anômala do processo histórico brasileiro, aquilo que esse autor qualificou – em outros trabalhos – de “anomia” das agências de mediação do campo (MARTINS, 2000), tende a ser um elemento intrínseco da práxis social, dado o deslocamento entre o ser/estar e o pensar a modernidade no Brasil. Assim, não só a CPT e o MST – agências de mediação da luta pela terra – estão em estado de anomia (MARTINS, 2000), mas também os representantes da agricultura empresarial vivem uma anomia homóloga. Estes últimos podem estar empoderados, mas não escapam das contradições entre a realidade evidenciada no cotidiano das classes trabalhadoras do campo e o que pensam de si – como elite econômica e política – e do processo de desenvolvimento do país.

A anomia, então, deve ser tomada de forma relacional/posicional. Isto porque se a agricultura brasileira é “moderna”, ela também lança mão de práticas típicas da acumulação primitiva (devastação da “fronteira” amazônica, trabalho análogo

ao escravo etc.). Os mesmos agentes econômicos que se arrogam “modernos” reproduzem tais práticas regressivas e têm forte aliança com setores os mais atrasados. Ao mesmo Martins, nos estudos sobre a Amazônia publicados nos anos 1980, devemos, por exemplo, a revelação do rentismo e do apoio às forças mais regressivas por parte de empresas como Volkswagen e Bradesco (MARTINS, 1989).

Conforme esse importante pensador brasileiro, seria nas fissuras da ordem patrimonial que se insinuaria a modernidade no Brasil (MARTINS, 1994; 2000b), caracterizando sua inconclusão e demonstrando nossa especificidade como sociedade capitalista periférica (ou, para usarmos termos mais atuais, do “Sul”). Portanto, a bandeira da reforma agrária carrega, dada a anomalia em face da modernidade clássica, essa ambiguidade de ser passado e futuro. O autor, fecundo estudioso da sociedade brasileira, destaca, desde os anos 1980, o campesinato (sobretudo amazônico) lutando contra as péssimas condições para sua reprodução social no sistema capitalista (MARTINS, 1989). Da mesma forma, na atuação da igreja, Martins detecta uma mediação política progressista empreendida por setores sociais tradicionais (MARTINS, 1994).

Esse descompasso histórico entre a ação social e as teorias clássicas do capitalismo marca a sociedade brasileira (assim como outras do chamado “Sul”). Isso nos parece fecundo heurísticamente, posto que os sujeitos mais evidenciados nos últimos anos na arena de luta pela terra no Brasil sequer são mais os agricultores sem-terra – a base política e social do MST – mas outras categorias sociais que se tornam protagonistas (e adversários incômodos tanto para o governo quanto para as forças do capitalismo no campo) na luta pela terra: posseiros, índios e quilombolas. Uma perspectiva informada apenas pelas teorias do desenvolvimento clássicas nada veria além de atraso nesses sujeitos, testemunhas sociais da história lenta e de uma modernização/modernidade inconclusa. Atribuir-lhes protagonismo poderia, também, parecer um romantismo político equivocados.

É na configuração complexa entre passado e presente, algo típico e notável de formações sociais periféricas do capitalismo, que a questão da reforma agrária pode ser relida e ressignificada. Deve haver reforma agrária ainda no Brasil? Quais os sentidos de uma reforma agrária hoje (século XXI) neste país? No entanto, não devemos pensar apenas em “para que” a Reforma Agrária, mas também “para quem” tal reforma tem sentido. Da mesma forma, é importante identificar e distinguir os elementos de atraso e de progresso que essa discussão comporta. Esses “novos sujeitos” – os segmentos mais tradicionais, assim como os marginalizados do voraz processo de acumulação atual – podem carregar a dimensão do utópico que o moderno institui? Essas últimas questões não comportam respostas simples, pois revelam as ambiguidades de uma sociedade tão diversificada quanto desigual.

Um pensar sobre os condicionantes sociais de uma ressignificação

É bastante significativo que, em pleno século XXI, o segmento social que mais tem pressionado e se mobilizado na luta pela terra no Brasil é o conjunto de etnias

indígenas. Silenciados por séculos e, agora, articulados por mediadores diferentes das agências consagradas no campo da reforma agrária (embora com forte presença da Igreja Católica, através do Conselho Indigenista Missionário - Cimi), os indígenas lutam por reconhecimento e por direitos garantidos na Constituição. O que era um estigma de invisibilidade na arena política brasileira acabou por ser um elemento de vantagem desses sujeitos no processo constituinte de 1987-1988. Essa desimportância resultou numa normativa constitucional bastante clara com relação ao direito dos índios à terra, bem mais do que no caso dos trabalhadores rurais. Dessa forma, ao longo desses vinte anos, os movimentos indígenas se organizaram para reivindicar direitos que lhes são constitucionalmente garantidos.

Essa frente de “luta pela terra” soa completamente estranha numa discussão de reforma agrária no Brasil, justamente porque tem como mobilizadores sujeitos que nunca se articularam com as organizações de trabalhadores rurais¹¹. Diferente de vários outros países latino-americanos, nos quais há laços de identidade entre o camponês e o indígena, no Brasil essa separação sempre foi estimulada pelas elites, além de ser evidenciada uma replicância, junto ao indígena, do processo de exploração econômica que o camponês sofria do fazendeiro. Ademais, se tomarmos o período em apreciação neste trabalho (desde a transição democrática), é possível identificar episódios críticos que opuseram diretamente índios e sem-terra – como no próprio surgimento do MST, no Rio Grande do Sul, na década de 1980.

Mais recentemente ainda, ao mesmo tempo em que as populações indígenas de várias regiões do país adotam táticas consagradas pelos sem-terra nas suas reivindicações por demarcação e ampliação de terras indígenas, estes se tornam os principais entraves ao pleno desenvolvimento do “agronegócio”. No ano de 2013, assistiu-se a uma fortíssima pressão dos líderes da agricultura empresarial para que o Executivo Federal e o Congresso Nacional mudassem as regras do processo de reconhecimento, demarcação e homologação de áreas indígenas – e isso a partir de conflitos ocorridos de norte a sul do país.

A questão indígena, paralela e interligada à questão agrária, não se dá somente em áreas distantes – em que pese o agronegócio ter interesses presentes mesmo nos rincões mais remotos da Amazônia, afetando indígenas e demais populações tradicionais (como a “Terra do Meio”, no oeste do Pará) –, mas se manifesta violentamente no Paraná e no Mato Grosso do Sul, disputando territórios diretamente com agentes do pujante setor agropecuário do país. Mesmo onde indígenas estariam “disputando terras” com assentados da reforma agrária (como no sul da Bahia, em conflitos recentes), não deixa de ser notável que, conforme veiculado pela grande imprensa, prováveis não índios estariam assumindo uma identidade étnica específica (no caso da Bahia, Tupinambá) para ter acesso à terra. A luta pela terra (e por uma ressignificada reforma agrária) parece que continua, transmutando os sem-terra em indígenas e indígenas em sem-terra. O imbróglia

¹¹ A exceção, talvez, possa se dar na Amazônia, embora lutas concretas unindo esses sujeitos ainda sejam raras.

legal e os desafios políticos que marcam essas demandas expressam as contradições e as ambiguidades da nossa modernidade inconclusa¹².

Outros velhos personagens também entram em cena, como as comunidades remanescentes de quilombos, que lograram sair da invisibilidade imposta desde o período escravista e lutam contra o extermínio e a assimilação (ambas situações que implicam a perda de suas terras comunais). Isso acontece inclusive no rico Estado de São Paulo, onde interesses imobiliários ameaçam comunidades que buscam reconhecimento e acesso a políticas públicas – que, para este público, sim, são mediadas pelos órgãos de terras ligados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. A eles se juntam os posseiros e os ribeirinhos – principalmente, mas não só – da Amazônia, que enfrentam o desafio de se manter nas suas terras, dar respostas em termos de produção sustentável e enfrentar o avanço da agropecuária convencional sobre biomas delicados e ameaçados.

Essas lutas são muitas vezes pulverizadas e, como no caso de indígenas e quilombolas, levadas a cabo por populações ditas “residuais”. No entanto, é possível pensar no qualitativo presente nessa demanda – apontando para a (re)criação e manutenção de agriculturas alternativas, reconhecendo-se o desafio do diálogo e a interface com as exigências da sociedade nacional. Ainda falando da luta pela terra, não se pode esquecer os grupos que ainda se mantêm totalmente inseridos nos marcos do ciclo da reforma agrária que estaria findando, mobilizados – de forma mais ou menos intermitente – por todas as regiões do país, reivindicando assentamento. A soma desses pequenos focos de resistência e luta faz um volume que, se não é capaz de redirecionar a política agrária do Estado, torna-se merecedora de atenção, até mesmo por direito de cidadania.

Outro aspecto digno de nota é a busca difícil, mas assumida tenazmente, por alternativas mais saudáveis de agricultura – um verdadeiro *front* erigido contra a oligopolização dos mercados agroalimentares e uma possibilidade de participação virtuosa da agricultura familiar na economia do país. Nesse *front* se postam as organizações de trabalhadores rurais, organizações não governamentais e agentes governamentais imbuídos do que resta da “mística” da reforma agrária. Experiências pontuais, mas bem sucedidas (como a de cooperativas no norte paranaense, que participam de redes internacionais de *fair trade*), mantêm viva a chama de uma reforma agrária sustentável socioambientalmente. A chamada “transição agroecológica”, processo lento e inovador defendido pelo MST e outros grupos, que está ainda pouco presente, mesmo no âmbito dos assentamentos, pode significar um caminho para o desenvolvimento dessas unidades produtivas, dada a crescente valorização da segurança e seguridade alimentar.

12 É digna de nota a realização do “Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas”, ocorrido em agosto de 2012, objetivando reunir diversas organizações do campo (assentados e populações tradicionais) para, juntos, elaborarem um projeto político para a agricultura brasileira, alternativo ao agronegócio. Embora tenha sido uma importante iniciativa de articulação, resta ela resultar em lutas mais significativas reunindo a base desses distintos movimentos.

Na interface desses dois elementos acima descritos (luta pela terra e agriculturas alternativas), desenvolve-se, atualmente, uma luta por uma reforma agrária periurbana – juntando as questões agrária e urbana. No estado de São Paulo, experiências de luta e assentamentos nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas abrem brechas para uma alternativa próxima da agricultura urbana, plausível num país com aglomerações tão populosas e com uma imensa periferia precarizada. É importante frisar que tais experiências buscam referências na agroecologia, aumentando o contingente de propostas diferenciadas de acesso e trabalho na terra.

Por fim, ao menos nesse balanço ligeiro de lutas e possibilidades, a reforma agrária ganha novo significado em experiências como a dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDSs), tipo de assentamento ambientalmente protetor, criado originalmente para implantação na Amazônia¹³. É importante dizer dos dilemas próprios para o desenvolvimento dessas experiências na região Norte do país – ameaçadas pela ausência de projetos claros e pelo assédio, muitas vezes violento, da agropecuária convencional, das empresas de mineração, dos madeireiros e seus agentes. Mas chama atenção a “exportação” dessa modalidade de assentamento para outras regiões do país – como no caso de São Paulo.

Ali, diferente da Amazônia, os PDSs surgem como contraponto aos danos ambientais causados pela agricultura mais moderna, como a contaminação do Aquífero Guarani, comprovada na região de Ribeirão Preto/SP. Ao invés de preservar maciços florestais, esses novos PDSs paulistas têm, como missão explícita, garantir a recarga saudável do Aquífero, através do desenvolvimento de práticas agropecuárias ambientalmente sustentáveis e também do reflorestamento de áreas já devastadas. O destino dessas experiências poderá dizer muito sobre os novos significados da Reforma Agrária num futuro de prováveis e severas alterações climáticas e ambientais. Para Duval e Ferrante (2016), a criação de assentamentos desta modalidade no estado de São Paulo representa uma renovação das pautas dos movimentos sociais e da gestão pública, baseada na combinação da política de redistribuição de terras com a de incentivo à prática de uma agricultura de base ecológica para a produção de alimentos e a recomposição ambiental. No entanto, a constituição dos PDSs em São Paulo enfrenta dilemas semelhantes aos dos assentamentos convencionais, no sentido de haver novos descompassos entre o planejado e a realidade vivida.

Conclusão

O exercício de ressignificar a Reforma Agrária no contexto brasileiro do século XXI tem sentido, posto que, ao contrário do que afirmam alguns acadêmicos, uma ação pública com vistas a intervir no meio rural para ampliar a democracia,

13 Tal modelo de assentamento foi criado nos anos 1990 para garantir acesso à terra e aos bens naturais pelas comunidades extrativistas da borracha (seringueiros), sua principal liderança foi Chico Mendes.

através do incremento das liberdades instrumentais (SEN, 2000), sempre estará às voltas com a altíssima concentração fundiária, característica estrutural do desenvolvimento agrário do país e sua modernidade anômala e inconclusa, quase sempre geradora de desigualdades que confrontam uma proposta de desenvolvimento como liberdade.

Embora nosso objetivo tenha sido mais analítico, buscando compreender alguns caminhos pelos quais a Reforma Agrária possa superar o final de ciclo vivido atualmente, listamos quatro ideias fundamentais no encaminhamento desse processo de ressignificação. A primeira é a garantia do direito de acesso à terra por parte dos segmentos populares que por ela lutam. Os segmentos sociais periféricos, resultantes dos processos historicamente excludentes que o capitalismo agrário promove, sempre terão (às vezes de forma mais intensa, outras de maneira menos explícita) a terra como demanda na busca por melhores condições de vida. A democratização do acesso à terra como indicador de cidadania é tomada, aqui, como ponto fulcral de uma discussão acerca da pertinência e ressignificação do termo reforma agrária, extrapolando os limites políticos e institucionais da questão – como no caso da luta indígena, baseada num segmento tradicionalmente excluído das políticas públicas de desenvolvimento rural promovidas pelo MDA.

A busca por uma agricultura de base familiar e/ou comunitária diferenciada, agroecológica e com vocação para produção de alimentos “limpos” é outro objetivo da reforma agrária ressignificada. Toda uma gama de experiências de agriculturas alternativas – aqui entendidas como formas comunitárias, tradicionais e/ou de base agroecológica – tem se mobilizado em busca de “viver na e pela terra”, intensificando essa demanda que, virtualmente, perfaz um novo ciclo de luta pela terra e pela reforma agrária. Reitera-se a importância estratégica dessa busca nas franjas das áreas metropolitanas – o que indica um potencial mobilizador que rompe com a ideia de um “resíduo social” demandante por reforma agrária.

Outra frente de luta que se impõe de forma cada vez mais evidente, aliando mais uma vez a questão agrária à questão ambiental, é aquela que tem, mais do que a disputa por terra, a disputa por água como definidora. No sertão nordestino, a questão da seca – possivelmente intensificada pelas mudanças climáticas, mas também pela destinação das águas da transposição do rio São Francisco – ressurgiu, indicando o quanto estamos longe de projetos de desenvolvimento inclusivos das populações rurais tradicionais. Falar do acesso à água, no entanto, não deve se restringir ao clássico tema do Nordeste brasileiro (a Região Metropolitana de São Paulo que o diga), mas implica reconhecer que, em diferentes partes do país – no interior paulista, por exemplo –, os agricultores familiares, assentados ou não, começam a enfrentar restrições de acesso a esse bem natural essencial que, com uma clara perspectiva de escassez, torna-se cada vez mais valioso. Em São Paulo, todo um regimento de outorga de uso de água, fortemente restritivo aos agricultores pobres, tem levantado essa questão em diferentes setores.

Esclarece-se, de sobejo, que ações complementares de desenvolvimento territorial-rural também estão consignadas nesse exercício de ressignificação, o que torna a reforma agrária uma política pública permanente, com vistas ao desenvolvimento sustentável dos setores mais precarizados do campo – não

exclusivamente dos trabalhadores rurais assentados. A construção/consolidação de políticas públicas que apoiem essas iniciativas produtivas e esses modos de vida alternativos e ambientalmente mais adequados já é percebida como missão dessa nova etapa da reforma agrária.

Por fim, temos a certeza de que, se a reflexão é fundamental nessa busca de ressignificação, apenas a luta social – persistente e renovada – é que vai determinar os novos sentidos da reforma agrária, bandeira que não se esgotará, haja vista a (re) criação de demandas e pautas para a superação dos desequilíbrios brutais presentes na sociedade brasileira. Essa luta está presente e visível, basta dispor-se de capacidade política para construir articulações que definirão as pautas da futura reforma agrária.

Referências

BARONE, Luís Antonio. O MST frente ao campo político institucional do início do Século XXI. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 3, n. 2, 2011. Disponível em <<http://seer.fclar.unesp.br/redd/article/view/4441>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. **Levantamento sócio-econômico dos agricultores integrantes de projetos de assentamentos do INCRA e de produtores rurais estabelecidos na área de entorno da Estação Ecológica de Maracá/RR para subsidiar a elaboração do seu Plano de Manejo**. Boa Vista, RR, Ibama, 2006 (circulação restrita).

BARONE, Luís Antonio; FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta. Assentamentos rurais em São Paulo: estratégias e mediações para o desenvolvimento. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 3, p. 755-785, 2012.

BORGES, André. TCU paralisa reforma agrária após identificar 578 mil beneficiários irregulares. **O Estado de S. Paulo**, 6/4/2016. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/04/06/tcu-paralisa-reforma-agraria-apos-identificar-578-mil-beneficiarios-irregulares.htm>>. Acesso em: 1º jul. 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CARTER, Miguel (ed.). **Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Ed. da Unesp, NEAD/Ministério Desenvolvimento Agrário; Oxford: Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, 2010.

DELGADO, Guilherme Costa. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em Debate**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 111-125, 2010.

DUVAL, Henrique Carmona; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Avanços e desafios na implementação de assentamentos PDS em São Paulo: agentes e conjunturas políticas. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 19, n. 1, p. 69-98, 2016.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; BARONE, Luís Antonio; KURANAGA, Alcir Antonio. Reforma Agrária e “Desenvolvimento como liberdade”: uma nova visão sobre os assentamentos rurais do Estado de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n. 10, p. 19-44, 2006.. Disponível em <<http://www.uniara.com.br/arquivos/file/nupedor/revistas-retratos/Retratos-v102006/conteudo.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

FRANÇA, Caio Galvão. Participação social na organização da agenda e na gestão de políticas públicas de desenvolvimento rural. **Desenvolvimento em Debate**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 65-81, 2010.

GASQUEZ, José Garcia; CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P. R.. A demanda da terra para a reforma agrária no Brasil. In: LEITE, Pedro Sisnando (org.). **Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, DF:

Paralelo 15/NEAD-MDA, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA INCRA. **Nota Oficial Incra - Acórdão TCU**. 7/4/2016. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/noticias/nota-oficial-incra-acordao-tcu>>. Acesso em: 1º jul. 2016.

LEITE, Sergio et al. (coords). **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília, DF: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura - IICA, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD; São Paulo: Unesp, 2004.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil** (terra e poder: o problema da terra na crise política). Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

_____. **Caminhada no chão da noite**. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000a.

_____. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000b.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária no Brasil**: história e atualidade da luta pela terra. **São Paulo**: Fundação Perseu Abramo, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Os posseiros voltam a assumir o protagonismo da luta camponesa no Brasil. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (org.). **Conflitos no campo Brasil**. Goiânia: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SILVA, Jose Graziano da. **A modernização dolorosa**: Estrutura Agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Hucitec, 1982.

VEIGA, José Eli. **Que é reforma agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Col. Primeiros Passos, 33)

Recebido em 22/09/2016

Aceito em 20/01/2017

**REORDENAMENTO DE TERRAS NO SUL
DE MATO GROSSO DO SUL**

***REORDERING OF LAND IN THE SOUTH
MATO GROSSO DO SUL***

Viviane Scalon Fachin*

Resumo

O estudo comporta análises sobre o movimento de reordenamento de terras ocorrido no sul do Mato Grosso do Sul, entre os anos de 1985 e 2003. Pretende, dessa perspectiva, perceber em que medida esse processo contribuiu para reconfigurar não apenas o espaço físico do campo na área em pauta, mas também o social, entendendo que essa reconfiguração apresenta novos aspectos socioeconômicos provocados por um conjunto de fatores que, ao longo da última metade do século XX, levaram à organização e aceleração de ações dos movimentos sociais, bem como à criação de novas legislações, mediando a questão agrária. Para as reflexões apresentadas, além das referências bibliográficas, foram utilizadas como fontes entrevista, jornais, planilhas e documentos produzidos pelos órgãos responsáveis pela ocupação da terra e reforma agrária. Considera-se que o reordenamento que reconfigurou o Estado de Mato Grosso do Sul, mais acentuadamente a sua porção meridional, nos aspectos territorial e social, resultante dessa nova política agrária, mesmo não atendendo a totalidade dos encaminhamentos previstos nos documentos analisados, operou transformações na posse da terra, diminuindo a concentração fundiária.

Palavras-chave: Estrutura agrária. Reconfiguração. Movimentos sociais. Plano Nacional de Reforma Agrária

Abstract:

The study includes analyzes of the land reordering movement in the south of Mato Grosso do Sul, between the years 1985 to 2003 and from that perspective to realize to what extent this process has contributed to reconfigure not only the physical space of the field in the area on the agenda, but also social, understanding that this reconfiguration presents new economic partners aspects caused by a number of factors that, over the last half of the twentieth century led the organization and acceleration of actions of social movements as well as the creation new laws, mediating the agrarian question. For the reflections presented, besides the references were used as sources, interviews,

* Doutora em História, docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Uems). Brasil. E-mail: sfviviane@uems.br

papers, spreadsheets and documents produced by the agencies responsible for the occupation of land and agrarian reform. In conclusion we believe that the reorganization that reshaped the state of Mato Grosso do Sul, more sharply its southern portion, in the territorial and social aspects resulting from this new agricultural policy, even not meeting all of the referrals provided for in the documents examined operated transformations land tenure, reducing land concentration.

Keywords: Agrarian structure. Reconfiguration. Social movements. National Agrarian Reform Plan.

A promulgação do I Plano Nacional de Reforma Agrária no Brasil (IPNRA), em 1985, propiciou a ampliação dos campos de estudo sobre reordenamento de terras. Dada a amplitude geográfica do vasto território para o qual foi planejado, entendemos ser necessário estudar os impactos gerados a partir dessa reorganização em recortes específicos. Dessa perspectiva, delimitamos a porção meridional do estado do Mato Grosso do Sul, para as análises que propomos acerca da implementação dessa política pública¹ executada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), região em que ocorreram inúmeros conflitos pela posse da terra, gestados e encaminhados a partir da década de 1970.

Pensamos o estudo dessa temática pela metodologia da História do Tempo Presente, formulada por Dosse, segundo a qual “[...] o historiador tem chance de poder trabalhar, sob controle de testemunhos do acontecimento que analisa” (DOSSE, 2000, p. 175). Ressaltando que, embora esse “manejo” de acontecimentos recentes traga a problemática metodológica, é relevante pensar que a partir da memória é possível utilizar as “[...] fontes orais na escritura do tempo presente” (DOSSE, 2000, p. 175). Temos também em Hobsbawm a consideração de que,

A despeito de todos os problemas estruturais da história do tempo presente, é necessário fazê-la. Não há escolha. É necessário realizar as pesquisas com os mesmos cuidados, com os mesmos critérios que para os outros tempos, ainda que seja para salvar do esquecimento, e talvez da destruição, as fontes que serão indispensáveis aos historiadores do terceiro milênio (HOBSBAWM, 1998, p. 156).

Assim, apropriamo-nos da argumentação do autor para reforçar a necessidade de escrever uma história da questão agrária, a qual vem sendo debatida por sociólogos e geógrafos e que tem recebido uma tônica especial nas últimas décadas, chamando atenção dos historiadores voltados para a discussão da História Agrária, em seu amplo campo de estudo, que consiste em combinar a história da agricultura com a história agrária, enquanto modalidade de história social da agricultura (LINHARES; SILVA, 1981).

1 Pensando política pública pela ótica de Bucci (2006, p. 241), “[...] Políticas públicas são programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados. Políticas públicas são metas coletivas conscientes e, como tais, um problema de direito público, em sentido lato”.

Para interpretar as diferentes formas de contestação que geraram os conflitos na região e a sua real capacidade para o reordenamento tanto geográfico quanto social, tomamos como ponto de partida o Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA)² do Estado de Mato Grosso do Sul, elaborado a partir do I PNRA, no qual foram determinadas as áreas para desapropriação e o levantamento do número de famílias que deveriam ocupar essas terras, entre os anos de 1985 e 1989. No Mato Grosso do Sul³, a previsão era assentar 41.200 famílias em uma área de 14.800 quilômetros quadrados.

O *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, em seu número 48, apresentou os mesmos dados, acrescentando o percentual das áreas a serem desapropriadas em relação aos latifúndios que, no Mato Grosso do Sul, era de 7%, sabendo-se que a área total de latifúndios existentes no Estado era de 21.720.000 hectares. Na apresentação da matéria, sob o título “Golpe nos trabalhadores”, foi feita uma análise do formato com o qual o I PNRA foi aprovado, iniciando com a pergunta “PNRA ou PNPL? Plano Nacional de Reforma Agrária ou Plano Nacional de Proteção ao Latifúndio?”⁴ (JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA, 1985, p. 10).

A mais dura crítica contida na matéria mostrava a ausência de delimitação das áreas regionais prioritárias para fins de reforma agrária, determinada pelo artigo 34 do Estatuto da Terra (BRASIL, 1964), o que representaria para o Mato Grosso do Sul a possibilidade de desapropriação de áreas em conflito, tal como a da região de fronteira com o Paraguai.

No Plano Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR)⁵, aprovado concomitantemente ao PNRA e apresentado por José Sarney como apoio à reforma agrária, a sugestão era para que a política agrícola fosse implementada “[...] na faixa de fronteira que vai desde o Estado de Mato Grosso do Sul até o território do Amapá [...]” (O GLOBO, 1985, p. 37).

No que diz respeito à operacionalização da reforma agrária no Mato Grosso do Sul, segundo Avelino Júnior, esta ficou a cargo do “[...] primeiro Programa Regional de Reforma Agrária (PRRA), juntamente com o INCRA e com o Departamento de Terras de Mato Grosso do Sul (TERRASUL), os quais passam a ser os responsáveis pelos projetos de Assentamento e Colonização no Estado” (AVELINO JÚNIOR, 2004, p. 139), lembrando que essa legislação só foi promulgada em 2 de maio de 1986.

De acordo com o autor, a previsão dos jornais *O Globo* e dos *Trabalhadores Sem Terra*, foram desapropriadas apenas 0,06% de terras e assentadas 8,2% de famílias (AVELINO JÚNIOR, 2004). Para cumprir a meta, numa distribuição ano a

2 Assinado em maio de 1986.

3 Segundo matéria publicada no jornal *O Globo*, de 11 de outubro de 1985, p. 37.

4 O artigo ainda discute os pontos considerados ambivalentes e que contrariam as proposições dos trabalhadores rurais do Brasil, retiradas nos debates que antecederam a promulgação do I PNRA e que, segundo os editores do jornal, comprometeriam a operacionalização da RA.

5 Elaborado pelos Ministros da Agricultura (MA), Pedro Simon, do Desenvolvimento e Reforma Agrária (MIRAD), Nelson Ribeiro, e do Planejamento (MP), João Sayad.

ano, seria necessário que os governos federal e estadual tivessem assentado famílias a partir de outubro de 1985, o que não ocorreu, pois até outubro de 1985 havia sido desocupada área de 28.729,7620 hectares e assentadas 700 famílias nas áreas da Fazenda Conceição (Nioaque), Santa Luzia (Guia Lopes da Laguna) e Mimoso (Chapadão do Sul)⁶.

Sobre os a aprovação dos PRRAs, Silva (1987, p. 178) esclarece:

Se o Plano Nacional levou exatamente 136 dias para sair (de 27 de maio a 10 de outubro de 1985), os Planos Regionais de Reforma Agrária demoraram 203 dias, de 11 de outubro até 02 de maio de 1986 quando os sete primeiros foram decretados. Não ocorreu a prometida retomada das concessões havidas no PNRA, medida na escala do tempo, e a má vontade persistia.

No interstício da promulgação do PNRA até os sete primeiros PRRAs, entre os quais estava o de Mato Grosso do Sul, houve muita especulação sobre como seria conduzida a reforma agrária em nível nacional. Enquanto isso, a imprensa nacional se manifestava, na medida em que salientava as consequências das prorrogações para a aprovação dos PRRAs. Nessa esteira, a *Folha de São Paulo* noticiou que, desde março de 1986, havia a expectativa da assinatura dos planos regionais, e que a demora se devia ao fato de o presidente precisar ler, pessoalmente, os 26 planos regionais.

Em Mato Grosso do Sul, os jornais deram publicidade à sociedade sul-mato-grossense sobre os encaminhamentos nacionais que viabilizavam a assinatura dos PRRAs. Um dos maiores jornais em circulação no Estado, o *Correio do Estado* publicou, em 8 de abril de 1985, notícia na qual informava que José Sarney poderia assinar os PRRAs em Mato Grosso do Sul, na sua vinda ao estado para participar da abertura da 48ª Exposição Agropecuária de Campo Grande, em 13 de abril de 1985. Segundo a publicação, havia rumores sobre essa possibilidade circulando no Terrasul e no Incra, não tendo sido confirmados nem pelo então presidente da Comissão de assuntos Fundiários do Estado, Aparício Rodrigues, nem pelo diretor regional do Incra, Alberto Manna, visto não haverem recebido nenhuma confirmação de Brasília, até a data da publicação.

Diante dessa possibilidade, continuava a matéria,

[...] o presidente da Fetagri/MS enviou telex a Brasília solicitando uma audiência com José Sarney, oportunidade em que os sem terra, bóias-frias, brasiguaios e pequenos produtores entregarão documentos sobre a situação em que vivem no Estado e também com várias reivindicações (CORREIO DO ESTADO, 1985, s.p.).

6 Tais informações foram obtidas por meio de consulta à Relação de Projetos de Assentamentos criados no Estado de Mato Grosso do Sul no período de 1984 a 2014, fornecida pelo Incra-MS SR-16/Campo Grande.

A matéria acrescentava que a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri/MS) havia convocado os sindicatos de todos os municípios a enviarem caravanas para recepcionar José Sarney no seu desembarque na Base Aérea de Campo Grande e registrava a expectativa com a vinda anunciada, sinalizando os anseios da sociedade sul-mato-grossense, mais especificamente dos movimentos e órgãos ligados à questão agrária no estado, em face da morosidade do processo da reforma agrária, que exigia para sua operacionalização a definição, em lei federal, das áreas prioritárias nos PRRAs de cada estado da federação.

Em 14 de abril, um dia após a visita de cinco horas do Presidente da República à Campo Grande, o *Jornal da Manhã* informou que José Sarney garantiu à imprensa que iria fazer a reforma agrária nos estados, que era apenas uma questão de dias para assinar os PRRAs. Na mesma matéria, constou que, embora tendo sido frustrada a expectativa de a assinatura ocorrer em Campo Grande, o governador Wilson Barbosa Martins⁷ reafirmou a intenção do governo federal em assinar os planos nos próximos quinze dias, acrescentando que, nos estudos sobre a situação fundiária de Mato Grosso do Sul, todos os setores tinham sido ouvidos. Enfim, a assinatura dos planos regionais não ocorreu no evento, mas somente quarenta e quatro dias mais tarde.

O *Jornal da Manhã*, em publicação subsequente, estampou a seguinte chamada: “Começa hoje discussão sobre o PRRA”; na sequência, noticiou que estava sendo organizado pelo Incra, com apoio do governo do estado, um encontro para tratar de projetos de assentamento com fins de subsidiar o PRRA/MS. Informava ainda que, no encontro, seria ouvida toda a comunidade interessada em debater o tema. Estaria presente no evento o diretor geral do Terrasul, que demonstrava preocupação com a morosidade dos processos de desapropriação em Mato Grosso do Sul e alertava

[...] para o perigo de Mato Grosso do Sul se transformar num depósito de bóias-frias, caso o Governo Federal não atenda à solicitação do governador Wilson Barbosa Martins, que propõe que as terras só sejam ocupadas por sem-terra que comprovem moradia de dois anos no Estado (JORNAL DA MANHÃ, 1986).

Na sequência, a matéria dizia que a demanda por terras em Mato Grosso do Sul não tinha sido atendida pelas desapropriações e que os acampados aumentavam dia a dia. Enumerava os municípios de Sete Quedas, Novo Horizonte, Naviraí e Bonito⁸ como áreas que concentravam grande número de famílias acampadas sob o risco de ficarem sem alimentação num prazo de 10 dias, conforme informado pelo diretor do Terrasul. Enquanto o PRRA/MS não era aprovado, prossegui a matéria, “[...] o Governo do Estado tem dado apoio à execução de planos de emergências, como a recente desapropriação da Fazenda São João do Guaraí, em Ivinhema, que está recebendo mais de cem famílias vindas de Naviraí e Sucuriú” (JORNAL DA MANHÃ, 1986).

7 Governou Mato Grosso do Sul em dois mandatos, de 1983 a 1986 e de 1995 a 1999.

8 Dos municípios citados na notícia apenas Bonito não faz parte do sul do Mato Grosso do Sul.

Em 2 de maio de 1986, sob o n.º 92.621, o decreto foi assinado, e trazia o seguinte preâmbulo: “Declara a área rural do Estado de Mato Grosso do Sul como zona prioritária para efeito de execução e administração da reforma agrária, e dá outras providências.” (PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS).

No corpo do texto, eram explicitados os seis artigos que disciplinavam a norma, estabelecendo o prazo de cinco anos para a execução e administração da reforma agrária na área total estipulada como zona rural de Mato Grosso do Sul e para as desapropriações dos latifúndios ou imóveis rurais explorados em desacordo com o interesse social, aos quais seria aplicada legislação pertinente. A área não deveria ultrapassar a prevista no PRRA, anexo ao decreto que previa, por meio de sete decretos, a desapropriação de sete imóveis.

Dois decretos foram assinados em 27 de junho de 1986, sendo o primeiro, o Decreto n.º 92.834. Em seu artigo 1º determina:

É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d e 20, itens I e VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda São João», com a área de 2.996,5321ha (dois mil, novecentos e noventa e seis hectares, cinqüenta e três ares e vinte um centiares), situado no Município de Bonito, no Estado de Mato Grosso do Sul, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986.

Na relação de Projetos de Assentamentos criados no Estado de Mato Grosso do Sul, no período de 1984 a 2014, fornecida pelo Incra-MS SR-16/Campo Grande, em Bonito/MS há apenas o registro do assentamento Guaicurus, implantado no imóvel Fazenda Marabá, onde foram assentadas, em 1986, 129 famílias em uma área de 2.772,3164 hectares. Esse assentamento tem Ato de Criação com data anterior ao decreto em discussão, conforme registrado no documento citado, tendo sido criado por meio da Resolução n.º 002, em 8 de janeiro de 1986.

O segundo decreto, assinado em 27 de junho de 1986, sob o n.º 92.835, em seu artigo 1º determina:

É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Colônia Nova», com a área de 1.314,1405 ha (hum mil, trezentos e quatorze hectares, quatorze ares e cinco centiares), situado no Município de Nioaque, no Estado de Mato Grosso do Sul, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986.

Esta área consta, na íntegra, no documento do Incra-MS SR-16/Campo Grande, com registro em 3 de dezembro de 1987, e deu origem ao assentamento Colônia Nova, onde foram assentadas 88 famílias.

Em 27 de julho de 1986, foram assinados os demais decretos que finalizavam a definição das áreas prioritárias para o Mato Grosso do Sul, acompanhando a

decretação ocorrida em 2 de maio do mesmo ano. Na ordem de numeração, temos o decreto n.º 93.039 que, em seu artigo 1º, determina:

É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Morraria», com a área de 1.248 ha (hum mil, duzentos e quarenta e oito hectares), situado no Município de Bonito, no Estado de Mato Grosso do Sul, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986.

Nos registros do Incra-MS SR-16/Campo Grande, não há indicação da desapropriação e criação de assentamento na área designada no decreto. Importante constar que, em Bonito, cidade turística, só consta instalação de um assentamento, conforme já descrito.

Na sequência, com data de 27 de julho de 1985, temos o Decreto n.º 93. 040 que determina, em seu artigo 1º:

É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado “Posse Mato Grande”, com área de 1.352 ha (um mil, trezentos e cinqüenta e dois hectares), situado no Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986.

A área citada é registrada no documento Incra-MS SR-16/Campo Grande, como assentamento Mato Grande, criado pela Resolução n.º 576, de 13 de julho de 1987, com área de 1.264, 3543 hectares, onde foram assentadas 50 famílias.

Os decretos n.º 93.041, n.º 93.042 e n.º 93.043, todos desapropriando áreas no município de Nova Andradina, em seus artigos 1ºs determinam, respectivamente:

É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado Fazenda Curitibanos, com a área de 14.335,2800 ha (catorze mil, trezentos e trinta e cinco hectares, vinte e oito ares), situado no Município de Nova Andradina, no Estado de Mato Grosso do Sul, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986. (BRASIL, Decreto n.º 93.041, 1986f).

É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, parte do imóvel rural denominado “Fazenda Douradinho”, com área de 3.160 ha (três mil, cento e sessenta hectares), situado no Município de Nova Andradina, no estado de Mato Grosso do Sul, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986. (BRASIL, Decreto n.º 93.042, 1986g).

É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado “Fazenda Garota” com a área de 17.512,4413 ha (dezessete mil, quinhentos e doze hectares, quarenta e quatro ares e treze centiares), situado no Município de Nova Andradina, no Estado de Mato Grosso do Sul, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986 (BRASIL, Decreto n.º 93.043, 1986h).

Sobre os imóveis nominados nos três decretos, há registro no Incra-MS SR-16/Campo Grande da Portaria n.º 393, de 22 de dezembro de 1987, que criou o assentamento Casa Verde, nas Fazendas Curitibanos e Garota, com uma área total de 29.859.9889 hectares, menor, portanto, do que determinava a soma dos decretos n.º 93.041 e n.º 93.043, que deveriam perfazer 31.847,7210 hectares. Sobre a Fazenda Douradinho, não há indicação de nenhuma outra área onde tenha sido criado assentamento em Nova Andradina no período de cinco anos, como determinava o Decreto n.º 92.621.

Importante constar que nenhuma das áreas tidas como prioritárias no PRRA/MS contemplava o sul do Mato Grosso do Sul, região de conflitos constantes, com ocupações e despejos violentos, e onde ocorreram enfrentamentos e mortes.

Essa situação foi corroborada pela publicação do *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, ao informar que o Incra/MS tinha o levantamento de áreas feito pela Comissão Municipal dos Sem Terra de Naviraí, no sul do Mato Grosso do Sul, que ocupou o prédio do órgão em 17 de março de 1986 e entregou ao coordenador regional uma relação de 19 áreas aptas à desapropriação, por apresentarem grande número de arrendatários e conflitos. Todas estavam localizadas no sul do estado e nenhuma dessas áreas⁹ constou dos decretos federais que estabeleceram as áreas prioritárias para o Mato Grosso do Sul. Na mesma publicação, constava que o Incra foi instado a assinar um documento se comprometendo,

[...] a assentar, mesmo que provisoriamente, as 700 famílias de sem terras do município; mais 150 famílias de bóias-frias acampadas em Naviraí; 32 famílias de posseiros expulsas da fazenda Santa Rosa, também acampadas em Naviraí e, ainda, 500 famílias de bóias-frias acampadas no município de Eldorado (JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA, abril de 1986, p. 9).

Assim, as áreas com maior ocorrência de acampamentos, localizadas no sul do Mato Grosso do Sul, não foram priorizadas nos sete decretos que acompanharam como anexos o PRRA/MS, apenas em Nova Andradina foi criado o assentamento Casa Verde, instalado em área menor do que havia sido estabelecido. Dificilmente

9 Fazendas: Nova Esperança, Santa Rita de Cássia, Gávea, Entre Rios, Belo Horizonte, Juncal, Porto Alegre, Santa Helena do Vasco, Vaca Branca, Bulle, Maragujipe, Capim Guaíba, Mestiço, Tamakavi, São José do Pica Fumo, Santa Lúcia, Ajuricaba e Rodeio.

podemos conceber um plano regional que não definisse o sul do Mato Grosso do Sul como área prioritária, visto que nela ocorriam o maior número de conflitos.

Em resposta aos encaminhamentos dados com a decretação do PRRA/MS, houve intensa movimentação dos movimentos sociais organizados em Mato Grosso do Sul, que passaram a reivindicar, por meio de ocupações, as terras que haviam sido identificadas como aptas para desapropriação. O enfrentamento entre os trabalhadores do campo, que haviam, pacificamente, aguardado o desfecho dos atos federais para implantar a reforma agrária, agora se fazia sentir, e os latifundiários passaram a se armar no intuito de defender o que consideravam direito de propriedade.

As medidas que deveriam ser tomadas para desapropriar áreas já indicadas pelos movimentos como aptas a reforma agrária foram proteladas. Em nível nacional, o *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra* denunciou que, mesmo após a promulgação dos PRRAs, que foram assinados em dois momentos¹⁰, a desapropriação esbarrava em aspectos legais, previstos no I PNRA, que davam legitimidade aos sucessivos insucessos de desapropriação.

No ano de 1986, 705 famílias ocuparam terras no Mato Grosso do Sul para tentar garantir a implantação de assentamentos. Avelino Júnior (2004, p. 152) diz que as ocupações de terras ocorridas no período de 1985 a 1989 deram origem a diversos acampamentos e assentamentos distribuídos pelos municípios do Estado.

Para uma melhor visualização do proposto pelo I PNRA para o período de 1985/89 em relação ao que foi executado no Mato Grosso do Sul, podemos comparar os números apontados pela Tabela 1 que apresenta os dados planejados e os aplicados.

Tabela 1 – Proposta do PNRA para Mato Grosso do Sul e assentamentos criados

Ano	Área/ meta(ha)	Área/ desapropriada (ha)	Meta/ famílias(n.º)	Famílias/ assentadas(n.º)
1985/86	160.000	52.801,934	4.400	1.786
1987	320.000	43.661,7941	8.900	1.039
1988	480.000	9.613,1421	13.300	295
1989	520.000	19.940,0401	14.600	1.160
TOTAL	1.480.000	126.016,91	41.200	4.280

Fontes: *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, out/nov 1985, p. 10. Relação de Projetos de Assentamentos criados no Estado de Mato Grosso do Sul no período de 1984 a 2014, fornecida pelo Incra-MS SR-16/Campo Grande.

¹⁰ Conforme Silva (1987, p. 19), os PRRAs foram assinados em dois blocos. Os sete primeiros, em 02 de maio de 1986, entre os quais está incluído o estado de Mato Grosso do Sul e contemplava ainda os estados do Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Paraná e Pará. Os dezessete restantes, assinados em 19 de maio de 1986, contemplavam o Acre, Amapá, Amazonas, Piauí, Pernambuco, Rondônia, Paraíba, Roraima, Alagoas, Sergipe, São Paulo, Goiás, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais.

Observando os números pensados para o Mato Grosso do Sul, tomando por base os levantamentos feitos pelos responsáveis, no caso específico pelo Terrasul e pelo Incra/MS, e os números da Relação de Projetos de Assentamentos criados no Estado do Mato Grosso do Sul, no período de 1984 a 2014, fornecida pelo Incra-MS SR-16/Campo Grande, ano a ano, constatamos a precariedade do executado em relação ao proposto.

Comparando a meta para o estado estabelecida no I PNRA, que compreendia 1.480.000 hectares de área desapropriada e 41.200 famílias beneficiárias, respectivamente, verificamos que, nos anos de 1985 e 1986, período dividido entre a promulgação do I PNRA e do PRRA/MS, foram atingidos 33% e 40%; em 1987, 13% e 11%; em 1988, os percentuais ficaram em 2% e 2,2% e, finalmente, em 1989, os percentuais foram de 3,8% e 8% (FACHIN, 2015, p. 163).

Verificamos que o pior resultado ocorreu no ano de 1988 e o melhor entre os anos de 1985 e 1986, salientando que, em 1985, 28.729,7620 hectares da área total dos 52.801,934 hectares havia sido desapropriada anteriormente à aprovação do I PNRA, sendo que, das 1.786 famílias, 700 foram assentadas em período anterior ao I PNRA, o que equivaleria a dizer que a área desapropriada pós reforma agrária é de 24.072,172 hectares e o número de famílias assentadas é 1.086, transformando o percentual de 33% e 40%, respectivamente, em 15% e 24%, mantendo ainda a classificação de melhor resultado (FACHIN, 2015, p. 164).

Essas 4.280 famílias assentadas entre 1985-1989 o foram em razão da ação constante dos movimentos sociais da luta pela terra em Mato Grosso do Sul representados majoritariamente pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) rural, visto que as ocupações passaram a pressionar o governo pela execução da reforma agrária, mesmo antes da aprovação do PRRA/MS pelo Presidente da República.

Os dados coligidos por Avelino Júnior apontavam que dos três acampamentos existentes em Mato Grosso do Sul no ano de 1984, dois estavam situados no sul do estado, em Itaporã e Ivinhema. Entre os anos de 1985 a 1989, houve significativa concentração de acampamentos em municípios localizados na região sul do estado. No ano de 1986 também se verifica essa concentração, visto que dos 16 municípios identificados com ocorrência de acampamentos, 12 localizavam-se nesse espaço. Em 1987, não há registros de acampamentos e, em 1989, há registro de ocorrência de 14 acampamentos, dos quais 11 também se concentravam no sul do Mato Grosso do Sul (AVELINO JÚNIOR, 2004, p. 153).

Em 22 de outubro de 1987, o Decreto-Lei n.º 2.363 extinguiu o Incra¹¹ e criou o Instituto Jurídico das Terras Rurais (Inter). No intervalo da extinção do órgão, as atribuições que lhe cabiam foram passadas para o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (Mirad). Importante constar que, no mesmo

11 Dezesete meses depois da extinção do Incra, o Decreto Legislativo nº 2, de 29 de março de 1989, rejeitou o texto do Decreto-lei nº 2.363. O Incra foi restabelecido pelo Decreto nº 97.886, de 28 de junho de 1989, com vigência a partir de 31 de março de 1989, mantendo sua estrutura anterior e sendo vinculado ao Ministério de Agricultura, ainda durante o governo de José Sarney. (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2001).

decreto de extinção do Incra, foram incluídas várias medidas que inviabilizaram as desapropriações. O *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra* destacou algumas na matéria “Sarney dá golpe mortal na Reforma Agrária”, eram elas: a proibição de desapropriação de qualquer área em produção, de modo que, para provar produtividade, bastava que o latifundiário tivesse umas poucas cabeças de gado para ser considerado produtor, não era mais necessário ter boa produção, apenas produzir o mínimo que fosse (JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA, dez. de 1987, p. 3).

Na sequência veio à decisão de desapropriação de apenas 75% do latifúndio. Desapropriar apenas 75% quando o imóvel era considerado improdutivo dava direito ao latifundiário, consequentemente, de escolher a parte que iria ser desapropriada, nos 25% restantes poderia concentrar as melhores terras, fontes de água e as benfeitorias que existissem. Com isso, a reforma agrária foi transformada numa demanda que se configurou num grande negócio para os latifundiários detentores de terras com baixo potencial produtivo, uma vez que eram indenizados pela desapropriação, sem com isso perder as áreas com valor de mercado. O ônus das terras ruins ficou para a pequena produção descapitalizada, que estava sendo criada com os assentamentos rurais. Cita-se como exemplos, em Mato Grosso do Sul, os assentamentos Casa Verde, em Nova Andradina, Padroeira do Brasil, em Dois Irmãos do Buriti, e outros que foram criados no estado em áreas de solo impróprio para cultivo agrícola, atividade que caracteriza a demanda da pequena produção.

A matéria destacava, ainda, a possibilidade de perseguição que se sucederia sendo o assentado e o latifundiário vizinhos, ou seja, não existiria nenhuma segurança para os futuros beneficiários da reforma agrária. E, por último, apontava o quesito Títulos da Dívida Agrária, cujos recursos¹² destinados inicialmente eram escassos, visto que o Incra já vinha pagando terras a preço de mercado, ignorando a decisão de pagar o preço declarado para fins de imposto de renda pelo latifundiário. Como se constatou ao final dos cinco primeiros anos, a análise feita pelo periódico se mostrou acertada, os recursos não foram suficientes.

Nesse íterim, foi promulgada a Constituição de 1988, na qual a bancada ruralista do Mato Grosso do Sul teve expressiva participação, não se furtando ao enfrentamento direto com os trabalhadores rurais nas regiões de conflito e garantindo a aprovação de seu programa no que se referia ao parágrafo em defesa da propriedade privada, com definição de indenização¹³ justa e prévia, em dinheiro vivo, nos casos de existência de benfeitorias úteis e necessárias, nas desapropriações.

12 Tais recursos eram da ordem de 212 bilhões de cruzados e deveria ser suficiente para indenizar 118,541 latifundiários e assentar um milhão de famílias. Na avaliação do jornal, esse recurso só seria suficiente para assentar cem mil famílias, cumprindo, consequentemente, apenas 10% da meta estabelecida. (JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA, dez. de 1987, p. 3).

13 Como se lê na Medida Provisória n.º 2.183-56, de 24.08.2001: “Art. 12. Considera-se justa a indenização que reflita o preço atual de mercado do imóvel em sua totalidade, aí incluídas as terras e acessões naturais, matas e florestas e as benfeitorias indenizáveis. § 1º Verificado o preço atual de mercado da totalidade do imóvel, proceder-se-á à dedução do valor das benfeitorias indenizáveis a serem pagas em dinheiro, obtendo-se o preço da terra a ser indenizado em TDA.” (BRASIL, 2001).

É justo lembrar que o índice que mede a produtividade¹⁴ da terra para fins de desapropriação foi estabelecido em 1979 e ainda permanece em vigor, embora os avanços tecnológicos inseridos, ao longo das últimas décadas, na agricultura e pecuária brasileiras, influam decisivamente no aumento da produtividade e no aproveitamento e recuperação de novas áreas (ESSELIN; OLIVEIRA, 2011). Desta forma,

Em 1988, com a elaboração da nova Constituição, a reforma agrária sofreu duro golpe da bancada ruralista. Embora tivesse sido aprovada na Constituição, necessitava, contudo, de lei complementar para a sua realização. Somente em 1993, com a aprovação da Lei 8629, passou a existir regulamentação para a desapropriação de terras. Todavia, mesmo com a existência desta nova Lei, os ruralistas conseguem impedir a desapropriação de terras, arrolando os processos desapropriatórios, conseguindo até mesmo reverter situações em processos já assinados pelo presidente da República (FERNANDES, 2003, p. 17).

Importante destacar as legislações consideradas complementares à política agrária praticada no Brasil. A Lei n.º 8629, de 25 de fevereiro de 1993, mencionada por Fernandes, foi promulgada pelo Congresso Nacional e regulamentou as disposições relativas à reforma agrária, previstas na Constituição Federal de 1988 (art. 184 a 191). Entre as regras estabelecidas na Lei, estavam os critérios para seleção de famílias a serem assentadas e os que mediam a produtividade dos imóveis rurais.

Ficou definido como impossibilitado de ser beneficiado, via reforma agrária, o candidato que participasse de ocupações; esse dispositivo foi incluído e detalhado na Medida Provisória n.º 2.183-56, de 2001, que criminalizou as ocupações de terras, impedindo-as de serem vistoriadas e desapropriadas por dois anos, em caso de invasão.

Para cumprir a função social prevista na legislação, a propriedade rural deveria atender a requisitos específicos, em graus e critérios definidos, entre os quais o aproveitamento racional e adequado do imóvel, a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente, aludindo à garantia da sustentabilidade, visando os direitos das gerações presentes e futuras. Também determinava a observância das disposições que regulavam as relações de trabalho, o que implicava respeitar os direitos e leis trabalhistas, traduzidos em contratos coletivos de trabalho, de arrendamento e parcerias rurais.

No mesmo ano, foi promulgada a Lei Complementar n.º 76, em 6 de julho de 1993, com o propósito de regulamentar o processo de desapropriação para fins de reforma agrária, previsto na Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 184 e seguinte, e que estabeleceu, para tanto, um procedimento contraditório especial, de rito sumário.

14 Os índices de produtividade foram fixados com base nos dados do censo agropecuário de 1975 pelo grau de utilização da terra (GUT) e pelo grau de eficiência de exploração (GEE). (FERREIRA; CARVALHO FILHO, 2011, p. 233-234).

Embora o vocábulo *sumário* corresponda a algo realizado de forma breve e simplificada e que essa definição também valeu para a esfera jurídica, nem sempre a celeridade se faz presente, visto que esse ordenamento dividiu o procedimento de desapropriação em fases administrativa e judicial, fato que diminui a agilidade para realização da reforma agrária, pois é necessário findar cada etapa para que outra se inicie.

Resta claro que, com as legislações agrárias, complementares à Constituição de 1988, a reforma agrária perdeu a celeridade pretendida por ocasião das discussões que antecederam a promulgação do I PNRA e os subsequentes PRRAs.

Ainda que na primeira metade da década de 1990 essa morosidade perdurasse, a partir de 1995 há um aumento significativo na criação de assentamento pelo Incra/MS, conforme podemos visualizar na Tabela 2.

Tabela 2 – MS – área desapropriada e n.º de famílias assentadas

Ano	Área (ha)	Famílias (n.º)
1991	4.719,8113	149
1992	4.321,0281	148
1994	1.599,6128	114
1995	10.635,5828	319
1996	32.557,6205	1.196
1997	66.215,5311	2.487
1998	91.567,3196	3.059
1999	4.586,2519	192
2000	73.724,9305	2.755
TOTAL	289.927,67	10.419

Fonte: Relação de Projetos de Assentamentos criados no Estado de Mato Grosso do Sul no período de 1984 a 2014, fornecida pelo Incra-MS SR-16/Campo Grande. FACHIN, 2015, p. 163.

Desta forma, constatamos que em Mato Grosso do Sul, no período de 1990 a 2000, houve um aumento no número de famílias assentadas, o que refletiu a organização da luta pela terra no estado, apresentando um número de 10.419 famílias assentadas numa área de 289.927,67 hectares¹⁵. Nos anos de 1990 e 1993, não há registro da criação de assentamentos. O aumento mais significativo do número de assentamentos instalados no Estado se deu entre os anos de 1995 a 2000, quando o aumento no número de famílias assentadas foi de 10.008, ocupando uma área de 279.287,23 hectares, o que representa 96% do total de famílias assentadas na década

¹⁵ Dados extraídos da Relação de Projetos de Assentamentos criados no Estado de Mato Grosso do Sul no período de 1984 a 2015, fornecida pelo INCRA-MS SR-16/Campo Grande.

em 80,9% da área total desapropriada. Esse período representa a retomada da luta pela terra pelo MST em Mato Grosso do Sul, com diversas ocupações e conquistas de assentamentos (FACHIN, 2015, p. 115-117).

Dos 78 assentamentos criados pelo Incra/MS, entre os anos de 1990 a 2000, 47 estavam situados em municípios¹⁶ do sul do Mato Grosso do Sul, e esse aumento dos assentamentos situados na porção meridional do Estado demonstra que, a partir de meados da década de 1990, as áreas dessa região passaram a ser vistoriadas e desapropriadas com maior agilidade, o que se justifica pela intensa ação do MST/MS.

Em 6 de abril de 2000, foi baixada a Portaria n.º 10/MDA, objetivando, conforme exposto em seu texto, “[...] intensificar as ações em favor da consolidação dos assentamentos de reforma agrária [...]”, considerando a existência de regiões nas quais persistiam tensões sociais ocasionadas pelo conflito em relação à posse da terra. No artigo 1º, definia os Estados e as respectivas áreas consideradas especiais para fins de reforma agrária; no inciso VII, definia como área especial “parte do Estado de Mato Grosso do Sul” e determinava às Superintendências Regionais do Incra, de cada estado contemplado, a tarefa de elaborar Diagnóstico e programar Planos de Ação com o intuito de superar os problemas diagnosticados. Tanto o Diagnóstico quanto o Plano de Ação deveriam ser construídos em parceria com os demais organismos¹⁷ envolvidos na execução da determinação da Portaria, no prazo de noventa dias.

O Relatório de Atividades (exercício de 1998), concluído e encaminhado ao governo do estado pela Superintendência Regional do Incra/MS, já apresentava um panorama da situação fundiária do Mato Grosso do Sul, com dados da realidade agrária do Estado, levantamento das dificuldades enfrentadas pelo órgão para fazer cumprir as metas estabelecidas e apresentando os avanços na instalação e acompanhamento dos assentamentos em curso. Foi esse relatório que serviu de base para os documentos que foram produzidos em consonância com a Portaria n.º 110, de 6 de abril de 2000/MDA, que criou as áreas especiais, notadamente concentradas no sul do Mato Grosso do Sul.

O documento elaborado é composto por duas partes e bastante detalhado, e apresenta as principais características das áreas selecionadas, tendo sido condensado no caderno Programa de Reforma Agrária a ser implementada no Estado de Mato Grosso do Sul, no qual constam as ações previstas para a efetivação da reforma agrária nas áreas especiais, situadas nos municípios de Amambai*, Anaurilândia*, Angélica*, Antônio João*, Aral Moreira*, Bataguassu, Bataiporã*, Bela Vista,

16 Bataiporã (3), Itaquiraí (7), Bela Vista (2), Nova Alvorada do Sul (2), Ponta Porã (5), Sidrolândia (7), Dourados (2), Rio Brillhante (6), Japorã (2), e 1 em cada um dos demais municípios: Iguatemi, Ivinhema, Paranhos, Eldorado, Maracajú, Aral Moreira, Anaurilândia, Tacuru, Mundo Novo, Caarapó e Amambai.

17 Secretaria-Executiva estadual do Pronaf; Unidade Técnica estadual do Banco da Terra/Cédula da Terra; Órgão Fundiário do governo estadual; Outros órgãos estaduais envolvidos com o desenvolvimento agrário; Instituições Oficiais de Créditos que atuam na região respectiva; Federação Estadual de Trabalhadores Rurais na Agricultura; Movimentos Sociais atuantes na promoção do desenvolvimento agrário; Associações de municípios existentes. Esses órgãos estão listados na Portaria n.º 110/MDA como colaboradores.

Caarapó*, Corumbá, Coronel Sapucaia*, Deodápolis*, Eldorado*, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi*, Itaquiraí*, Ivinhema*, Jardim, Japorã*, Maracaju*, Mundo Novo*, Naviraí*, Nioaque, Nova Alvorada do Sul*, Nova Andradina*, Paranhos*, Ponta Porã*, Rio Brillhante*, Sete Quedas*, Sidrolândia* e Tacuru*. Dos 31 municípios selecionados, 25 compõem o sul de Mato Grosso do Sul, conforme destaque.

A seleção desses municípios para compor a área estratégica definida para Mato Grosso do Sul foi feita em parceria com órgãos Federais, Estaduais e Municipais, Movimentos Sociais, Federação da Agricultura e CNBB, num total de 21 Instituições¹⁸, sob a coordenação colegiada da Gerência Especial composta pela Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de MS (Empaer), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de MS (Fetagri), Incra/MS, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/MS) e Departamento de Terras e Colonização do Estado de Mato Grosso do Sul (Terrasul)¹⁹.

O representante do Terrasul que atuou na elaboração dos documentos em 2000, o engenheiro agrônomo Ivan de Oliveira Santos, em entrevista concedida em 16 de dezembro de 2014, informou que a criação da área especial em Mato Grosso do Sul foi o resultado da chegada ao governo estadual de um partido alinhado com a reforma agrária, durante o qual a ocupação de áreas teve um grande incremento. Segundo o entrevistado, o que definiu a área foi o grande número de ocupações e famílias acampadas às margens das rodovias no estado. Ainda esclareceu que os trâmites para a reforma agrária nas áreas especiais eram incumbência do Incra e que não teve aplicação significativa na reforma agrária em Mato Grosso do Sul. O governo do estado, por meio do Terrasul, era responsável pela condução do PRRA/MS.

Esses dados, constantes no Diagnóstico (volume I, 2000, p. 99, 128, 145), permitiram-nos concluir que a definição da área especial no Mato Grosso do Sul se deu, realmente, pela existência de demanda por terras, representada pelos acampamentos existentes na área. Salientamos que dos 67 acampamentos, 59 estavam situados no sul do Mato Grosso do Sul, respaldando a assertiva de que a

18 Superintendência Regional do Incra/MS, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama/MS), Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Delegacia Federal de Agricultura (DFA/MS), Secretaria de Estado de Planejamento, Ciência e Tecnologia (Seplanct), Secretaria de Estado de Produção e Desenvolvimento Sustentável (Seprodes), Secretaria de Estado de Habitação e Infraestrutura (Sehinfra), Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), Superintendência do Banco do Brasil/MS, Secretaria Executiva do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf/MS), Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de MS (Empaer), Departamento de Terras e Colonização do Estado de Mato Grosso do Sul (Terrasul), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MS), Centro de Pesquisa Agropecuária do Oeste (CPAO-Embrapa/Dourados), Associação de Municípios de Mato Grosso do Sul (Assomasul), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de MS (Fetagri), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/MS), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – Regional Oeste 1 (CNBB), Federação da Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (Famasul) e Departamento Estadual de Trabalhadores Rurais (DETR/CUT/MS).

19 Informações obtidas no volume I do documento *Diagnóstico*.

reforma agrária pretendida representava o reordenamento de terras que possibilitaria a transformação na produtividade e propriedade da terra, ocasionando uma mudança na estrutura fundiária do Estado.

Nos anos subsequentes até a promulgação do II PNRA (2003), foram criados 11 assentamentos, 9 em 2001 e 2 em 2002, ocupando áreas de 19.6126,2715 e 29.496,2115 há, e beneficiando 782 e 1174 famílias, respectivamente. Em 2003, não foi criado nenhum assentamento.

Fica claro que o número de assentamentos instalados no Mato Grosso do Sul, a área ocupada e a quantidade de famílias beneficiadas pela reforma agrária, no período determinado para execução das áreas especiais, ficou muito aquém do planejado, e que os trabalhos atendendo a Portaria MDA tiveram duração de apenas 15 meses, sem aplicação significativa na reforma agrária no Estado.

São essas constatações que nos levaram a entender que a reforma agrária no Mato Grosso do Sul, da forma como foi e continua sendo conduzida, não atende às expectativas dos movimentos sociais, o que obstaculiza a transformação das forças produtivas e da estrutura fundiária, em continuidade ao processo de reordenamento iniciado em 1985.

Considerações finais

Ao concluir a discussão aqui apresentada, destacamos que em Mato Grosso do Sul, no período de 2001 a 2015, segundo dados obtidos na Unidade Avançada de Dourados do Incra, foram assentadas 14.875 famílias em 85 assentamentos criados pelo órgão e 694 famílias em 8 assentamentos criados pelo Estado. A área perfaz um total de 663.182,9201 e 14.400,8050 hectares, respectivamente. Ainda de acordo com a mesma fonte, atualmente existem, no Mato Grosso do Sul, 29.756 famílias assentadas pelo Incra, desde 1984, totalizando 702.265,4438 hectares, além de outros 8 assentamentos criados pelo Estado de 1996 a 2004, somando 14.400,8050 hectares.

São 187 assentamentos distribuídos por todo o território do Mato Grosso do Sul, em municípios que compõem as oito microrregiões que o constituem. É uma população significativa em um estado que possui o oitavo menor índice de densidade demográfica – 6,86 – do Brasil²⁰, segundo o IBGE, representando 4,2% da área total do território brasileiro, e em relação ao qual os assentamentos da Reforma Agrária representam 1,88% de uma área total de 6.718,6 km².

Sobre o assunto, é necessário salientar que a representação na densidade demográfica dos assentamentos da Reforma Agrária é significativa, ao considerarmos os dados disponíveis. A população de Mato Grosso do Sul é de 2.682,386 habitantes²¹ (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016) e a dos

20 Este índice é relativo ao ano de 2010, conforme informação disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=ms>>.

21 Conforme estimativa do IBGE para 2016 disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=ms>>.

assentamentos, tomando como critério o número de famílias assentadas multiplicado por cinco membros, temos corresponde a um total de 152.250 habitantes nos assentamentos da Reforma Agrária, apenas no Mato Grosso do Sul.

Considerando que o reordenamento de terras em decorrência da reforma agrária no sul do Mato Grosso do Sul teve uma representação de 56% dos assentamentos instalados no estado, no período de 1984 a 2003, faixa de tempo considerada para esse estudo, podemos concluir que o processo foi e continua sendo significativo e, apesar de ainda persistir a concentração de terras em latifúndios na região em foco, a paisagem vem mudando. Onde havia apenas áreas de pastagens extensivas e de monoculturas, é possível ver que cederam lugar à agricultura e pecuária intensivas, praticadas pelos assentados, numa área de 2.763.674,872 hectares trabalhados, gerando emprego e renda, e principalmente uma vida mais digna para as 10.615 famílias instaladas (TERRA, 2009; SILVA, 2004).

Interpretamos esses aspectos da reforma agrária não apenas pelo viés do *status* econômico, da organização e comercialização da produção ou mesmo da inserção no mercado, mas também pela percepção das próprias famílias assentadas, quando afirmam que vivem muito melhor nos assentamentos, em terra de sua propriedade, uma vez que, embora sua produção seja apenas de subsistência, o seu trabalho é uma garantia conquistada, assim como algumas políticas públicas de acesso à educação, saúde e crédito (LEITE et al., 2004).

O reordenamento tratado aqui, com a instalação dos Assentamentos da Reforma Agrária, ocorreu de forma tímida, visto que a área em discussão não chega a 2% da área total do Mato Grosso do Sul, o que significa entender que esse processo ainda se encontra na fase inicial, embora passados mais de 30 anos. Por essa razão, os movimentos sociais, especialmente o MST, têm encaminhado a demanda por um novo plano nacional de reforma agrária sob o lema Reforma Agrária Popular, visando um projeto da sociedade para a sociedade.

Referências

- AVELINO JÚNIOR, Francisco José. **A Questão da terra em Mato Grosso do Sul: Posse/Usos e conflitos**. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito Administrativo e Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- BRASIL. Decreto nº 91766, de 10 de outubro de 1985. Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 11/10/1985, p. 14903. Disponível em: 10 jun. 2014.
- <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91766-10-outubro-1985-441738-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jun. 2014.
- _____. Decreto n.º 92.621, de 02 de maio de 1986. Declara a área rural do Estado de Mato Grosso do Sul como zona prioritária para efeito de execução e administração da reforma agrária, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 05/05/1986a, p. 6411. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1986-05-02:92621>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. Decreto n.º 92.834, de 27 de junho de 1986. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado “Fazenda São João”, situado no Município de Bonito, no Estado de Mato Grosso do Sul, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto n.º 92.621, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 30/6/1986b, p. 9483. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-92834-27-junho-1986-443032-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. Decreto n.º 92.835, de 27 de junho de 1986. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado “Colônia Nova”, situado no Município de Nioaque, no Estado de Mato Grosso do Sul, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto n.º 92.621, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 30/6/1986c, p. 9483. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-92835-27-junho-1986-443035-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. Decreto n.º 93.039, de 27 de julho de 1986. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado “Fazenda Morraria”, situado no Município de Bonito, no Estado de Mato Grosso do Sul, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto n.º 92.621, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 30/7/1986d, p. 11293. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-93039-27-julho-1986-443017-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. Decreto n.º 93.040, de 27 de julho de 1986. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado “Posse Mato Grande”, situado no Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto n.º 92.621, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 30/7/1986e, p. 11293. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-93040-27-julho-1986-443020-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. Decreto n.º 93.041, de 27 de julho de 1986. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado “Fazenda Curitibaanos”, situado no Município de Nova Andradina, no Estado de Mato Grosso do Sul, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto n.º 92.621, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 30/7/1986f, p. 11293. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-93041-27-julho-1986-443023-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. Decreto n.º 93.042, de 27 de julho de 1986. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado “Fazenda Douradinho”, situado no Município de Nova Andradina, no Estado de Mato Grosso do Sul, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixado pelo Decreto n.º 92.621, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 30/7/1986g, p. 11294. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-93042-27-julho-1986-443026-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10.06.2014.

_____. Decreto n.º 93.043, de 27 de julho de 1986. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado “Fazenda Garota”, situado no Município de Nova Andradina, no Estado de Mato Grosso do Sul, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto n.º 92.621, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 30/7/1986h, p. 11294. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-93043-27-julho-1986-443030-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jun. 1986.

_____. Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, Suplemento, 30/11/1964, p. 49.

- CORREIO DO ESTADO. Editorial, CampoGrande, 08.04.1986, s/p. (Acervo do MST/Campo Grande)
- DOSSE, François. **A história**. Trad. Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru: Edusc, 2000.
- ESSELIN, Paulo Marcos; OLIVEIRA, Tito Machado de. Formas de aproximação, geopolítica e a lógica capitalista na aventura dos brasileiros no Paraguai. **História: Debates e Tendências**, v. 10, n. 2, jul./dez. 2010 [publicado no 2º sem. 2011]
- FACHIN, Viviane Scalon. **Os processos de ordenamento de terras no extremos sul de Mato Grosso Sul**: da colonização à reforma agrária. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Grande Dourados, 2015.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. **Osal**, Observatório de Análise Social, ano 4, n. 11, maio/ago. 2003.
- FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio; CARVALHO FILHO, José Juliano. Constituição Vinte Anos: caminhos e descaminhos da reforma agrária – embates (permanentes), avanços (poucos) e derrotas (muitas). In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA.
- Políticas Sociais**: acompanhamento e análise. Brasília: Ipea, 2011. P. 155-226. Disponível em: <http://www.mprj.mp.br/documents/20184/167323/politicas_sociais_acompanhamento_e_analise_ipea_17.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2013.
- [O] GLOBO. Reforma agrária dentro da política de desenvolvimento da agricultura. Rio de Janeiro, 11.10.1985. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo>>. Acesso em: 14 nov. 2014.
- HOBSBAWM, Eric. **Sobre a história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Portal. Estado@. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=ms>>. Acesso em: 26 jan. 2014.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Incra SR-16**. Projetos de Assentamento criados e/ou reconhecidos pelo INCRA-MS. Documento. Incra/Mato Grosso do Sul, 2015.
- _____. **Programa de Reforma Agrária a ser implementado no Estado de Mato Grosso do Sul**. Incra/Mato Grosso do Sul, 2000.
- _____. Resumo das Atividades do Incra – 1985 / 1994. Brasília: Incra, 2001.
- _____. Superintendência Regional – Campo Grande-MS. Áreas Especiais em Mato Grosso do Sul - Diagnóstico e Plano de Ação, vol. I e II, 2000.
- _____. Superintendência Regional – Campo Grande-MS. **Relatório de Atividades**. Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul. 1998.
- JORNAL DA MANHÃ. Editorial, Campo Grande, 29.04.1986, s/p. (Acervo do MST/Campo Grande).
- JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA, São Paulo, ano IV, n. 48, out./nov. 1985. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=2985>>. Acesso em: 26 jan. 2014.
- JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA, São Paulo, ano V, n. 51, abr. 1986. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=2985>>. Acesso em: 26 jan. 2014.
- JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA, São Paulo, ano VI, n. 68, dez. 1987. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=2985>>. Acesso em: 26 jan. 2014.
- LEITE, Sérgio et al. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Ed. da Unesp, 2004.
- LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da Agricultura Brasileira**: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Portaria n.º 110, de 6 de abril de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 07/04/00, p. 53.

PETER, Cynthia. **Ecos da terra**: uma jornalista retratando o poder e a luta pela terra. Brasília: Thesaurus, 2001.

SILVA, José Gomes da. **Caindo por terra**. Crises da Reforma Agrária na Nova República. São Paulo: Busca vida, 1987.

SILVA, Tânia Paula da. **As formas organizacionais de produção dos camponeses assentados do município de Batayporã/MS**. 2004. 165 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, São Paulo, 2004.

TERRA, Ademir. **Reforma Agrária por conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “o pivô da questão”**. Tese 2009. 325f. (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, São Paulo, 2009.

Periódicos

FOLHA DE SÃO PAULO, entre os anos de 1985 e 2000. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 5 jul. 2014.

Recebido em 15/09/2016

Aceito em 10/03/2017

**TERRITORIALIDADES CAMPESINAS ENTRE LO
HETERÓNOMO Y LO DISIDENTE:
formas de gestión de la producción y tenencia
de la tierra en el campo argentino**

***PEASANT TERRITORIALITIES BETWEEN
HETERONOMOUS AND DISSIDENT:
ways of managing production and land tenure
in the Argentine countryside***

Diego Domínguez *

Resumen

Distinguimos en Argentina actualmente diversos patrones de apropiación de la tierra y el espacio entre las poblaciones rurales que se identifican como campesinas o se reconocen como parte del campesinado. Incluso cuando se trata de poblaciones rurales con similares posiciones socio-económicas, encontramos distintas estrategias de acceso y control de la tierra. Cabe entonces analizar cuáles son las condiciones que explican la heterogeneidad y diferenciación entre territorialidades campesinas. En este trabajo nos preguntamos en qué condiciones las poblaciones rurales despliegan una territorialidad que se propone el acceso a la tierra y el control de los bienes naturales en términos comunitarios.

Palabras-clave: Territorialidad. Campesinado. Tierra. Comunitario.

Abstract

In Argentina currently we distinguish different patterns of land appropriation and the gap between rural people who identify themselves as peasants. Even when it comes to rural populations with similar socio-economic positions we are different strategies for access and control of land. We need to analyze what are the conditions that explain the heterogeneity and differentiation between peasants territorialities. In this paper we wonder about the conditions in which rural populations display a territoriality that access to land and control of natural resources in community or cooperative terms.

Keywords: Territoriality. Peasantry. Land. Community

* Investigador de Estudios Rurales Instituto Gino Germani, Universidad Buenos Aires, Conicet, Argentina.
E-mail: didominguez1@yahoo.com

Introducción: territorialidades campesinas en el capitalismo agrario argentino¹

La problemática del acceso, tenencia y gestión de la tierra rural se ha reactualizado en Argentina, con la necesidad de incorporación de áreas antes marginales en el marco del llamado “avance de la frontera agropecuaria” (VIGLIZZO; JOBBAGY, 2010). Se trata de frentes de expansión agropecuaria que se han reabierto a partir de las transformaciones del agro argentino introducidas por las medidas neoliberales de gobierno en las últimas décadas. En este sentido, la década de 1990 coronó un reordenamiento profundo de la estructura agraria y de los sistemas agroalimentarios del país, y la reconfiguración de los lugares y los territorios rurales. Paradigmático de este proceso ha sido la intensificación de la agricultura industrial de gran escala de la mano de la “revolución biotecnológica”², como ejemplarmente lo expresa la expansión del frente sojero (con la semilla resistente al herbicida glifosato), llevando a cabo lo que se ha denominado como “agriculturización” y “pampeanización” de vastas porciones del espacio agrario y rural argentino, con un saldo general de concentración de la tierra bajo diferentes modalidades de tenencia, y origen de los capitales agrarios y extra-agrarios, locales y transnacionales (REBORATTI, PRUDKIN, LEON, 1996; GIARRACCA, TEUBAL, 2008; APARICIO, 2005; PENGUE, 2009).

A su vez, el nuevo escenario presenta la aparición de sujetos políticos productores de espacio en áreas rurales, o bien movimientos socioterritoriales, que retoman una identidad campesina.

En el cruce del despliegue de la intensificación agrícola y el ascenso de reivindicaciones socioterritoriales, situamos nuestro interés de análisis. En los frentes de avance la demanda empresarial de nuevos espacios para la producción cerealera y ganaderas, fundamentalmente de exportación, se encuentra con unas poblaciones que se posicionan desde la condición campesina o indígena, y que persisten a partir de una emergencia política³ anclada en el derecho a la tierra y al territorio con acciones directas, administrativas y legales, reivindicando sus modos de vida en interacción con unos ecosistemas singulares.

Se asiste a la “doble presión” sobre la tierra, que adquiere mayor magnitud según cada provincia, y va delineando una creciente conflictividad por el control

1 En el documento se utilizan “comillas” para conceptos y citas de autores, “comillas y cursiva” para citas textuales de los actores sociales, y *cursiva* solamente, para realzar contenidos o aportes conceptuales propios.

2 Como la llamaron sus propios apogetas, tales como el editor del suplemento Clarín Rural, Hector Huergo, o el empresario más mediático del agronegocio, Gustavo Grobocopatel.

3 En línea con las consideraciones de Jacques Rancière (1996) ,la política está ligada a una ruptura en la lógica del orden de lo visible y lo decible, de los procedimientos establecidos, los roles y posiciones definidas, es la aparición de un sujeto nuevo, allí donde no se consideraba presencia y enunciado alguno. La política como distorsión de la dominación naturalizada, a partir de la institución de una existencia donde no la había, como proceso de subjetivación que produce “escenarios paradójicos”, instalando la contradicción.

de los recursos naturales. En la provincia de Chaco lo anterior es particularmente significativo (BARBETTA; DOMÍNGUEZ, 2013). El punto crítico de esta convergencia se expresa fundamentalmente como disputa por la tierra. Desde la década de 1990 en adelante, en el país se registra un aumento de la conflictividad por la tierra y los bienes naturales en general, sobre todo en zonas con población rural (RED AGROFORESTAL CHACO ARGENTINA, 2013).

En el marco de esta conflictividad, distinguimos en Argentina actualmente diversos patrones de apropiación de la tierra y el espacio entre las poblaciones rurales que se identifican como campesinas o se reconocen como parte del campesinado. Incluso cuando se trata de poblaciones rurales con similares posiciones socio-económicas encontramos distintas estrategias de acceso y control de la tierra. Cabe entonces analizar cuáles son las condiciones que explican la heterogeneidad y diferenciación entre las emergentes *territorialidades campesinas*. En este trabajo específicamente una pregunta que nos guía es en qué condiciones las poblaciones rurales despliegan una territorialidad que se propone el acceso a la tierra y el control de los bienes naturales en términos comunitarios y/o cooperativos.

Para dar cuenta de la pregunta central del artículo, analizaremos comparativamente los procesos a partir de los cuales un conjunto de poblaciones, que se definen como campesinas, configuran distintas formas de tenencia de la tierra y gestión de la producción. Primero nos detendremos en los aspectos teórico-metodológicos sobre la cuestión del territorio y las territorialidades campesinas. Luego identificaremos diversos patrones de asentamiento campesino, a partir de un conjunto de casos presentes en la provincia de Chaco. A continuación analizaremos la génesis de los asentamientos observando las particularidades en los modos de acceso a la tierra, los contextos históricos agrarios y rurales, los tipos de sujetos sociales implicados, y otras variables que consideramos con capacidad explicativa.

Aspectos teórico-metodológicos: campesinado y territorio

El objetivo principal de este trabajo es abordar la relación entre las poblaciones que en la actualidad se asumen como campesinas y el espacio físico, la tierra y el ambiente en general, en el marco de disputas por su apropiación. Este interés se inscribe en el análisis acerca de la producción de territorialidades rurales y la emergencia política de lo campesino como producción de espacio disidente.

El interés en Argentina como parte de Latinoamérica y la clave de análisis centrada en las territorialidades campesinas están asociadas con la conflictividad que se produce en el marco del avance de los agronegocios, y en términos más amplios de lo que se ha conceptualizado como consenso de los *commodities* o neo-extractivismo, es decir, la privatización y sobre-mercantilización de los bienes comunes de la naturaleza (tierras, bosques, reservas de agua dulce, riquezas del subsuelo, semillas, códigos genéticos de plantas y animales, etc.).

En este marco, parte de la reactualización del debate sobre la cuestión campesina ha puesto foco, además del permanente interés por la delimitación socio-económica del sujeto y su participación en procesos estructurales, en su activismo

político, en los procesos de etno-génesis, en la producción de juridicidades y saberes subalternos, y en la relación con el Estado y las acciones de gobierno, en un periodo histórico de “nuevos cercamientos” (DE ANGELIS, 2012).

Es decir, en esta línea de la acción colectiva de los sujetos inscribimos nuestro registro de análisis. Un conjunto de referentes académicos a nivel continental y global entienden que en escenarios paradójicos, de pobreza rural, cambio cultural y tecnológico, migración campo-ciudad, y afianzamiento del capital en todas las etapas de la producción agropecuaria, no obstante el campesinado vive tiempos de “clasificación” (QUIJANO, 2000), “re ruralización” (BENGOA, 2003), o de “recreación” (SHANIN, 2008), que ha “resucitado” con vigor e imaginación (BARTRA; OTERO, 2008).

Es una presencia que se ha reactualizado, que está siendo reinventada, ha sostenido Teodor Shanin (a instancias de la conferencia realizada en 2008 para el IV Simposio Nacional de Geografía Agraria de Brasil). En cuanto a la actualidad del campesinado se pueden identificar tres procesos principales que lo atraviesan: la situación de pobreza, habilidades para la sobrevivencia incluso a escala de redes internacionales, y la recreación a partir de la acción política.

Los movimientos campesinos y, por su parte, los pueblos originarios registran desde la década de 1980, en nuestros países, una intensa presencia en las arenas públicas y además un desplazamiento de sus luchas por la tierra al reclamo territorial, como también lo viene reflejando la alianza global Vía Campesina en sus conferencias y documentos⁴.

El registro y análisis del giro territorial del sujeto fue apuntalado por los aportes provenientes de la geografía crítica⁵, que han otorgado nueva fertilidad a la comprensión de la cuestión campesina hoy. Entre los resultados de estos diálogos interdisciplinarios nos interesa destacar, por un lado, las conceptualizaciones que reconocen la existencia de “territorialidades campesinas”, y por otro lado, el análisis del activismo campesino en términos de movimientos socioterritoriales, acciones colectivas que producen espacios políticos, esto es, territorios que portan “una intencionalidad”, un proyecto territorial (FERNANDES, 2000).

En referencia a las territorialidades campesinas existe una creciente bibliografía sobre el tema en Latinoamérica⁶, donde se retoman las propuestas teóricas que destacan la dimensión conflictiva de la gestación de territorios y se relacionan estas territorialidades con un modelo de producción de espacio “alternativo” o diferenciado del que produce el capital, como emblemáticamente lo ejemplifican las investigaciones

4 Disponible en: <<https://viacampesina.org/es/index.php/nuestras-conferencias-mainmenu-28>>.

5 Como señala Diego Fernando Silva Prada, desde la geografía se ha operado también un “giro territorial o espacial”, en el cual se destacan J. Gottmann (1973), H. Lefebvre (1974), C. Raffestin (1990), M. Santos (1990) D. Harvey (1985 y 2012), o E. Soja (1989), trayendo la “desnaturalización o desobjetivación del concepto de espacio” (SILVA PRADA, 2016).

6 Sobre este punto pueden consultarse: De la Fuente Fernandez (2002); Hoczman (2006); Torres-Mazuera (2009); Vacaflores (s/d); Coca (2013), Bustos Avila (2013); Vieira dos Santos, Miyasaka Porro y Porro (2015).

sobre las Reservas Extractivistas y los asentamientos del Movimiento Sin Tierra en Brasil (FERNANDES, 2000; PORTO GONÇALVES, 2001) o las Zonas de Reserva Campesina de Colombia (ZRC) (ORDÓÑEZ GÓMEZ, 2013; SILVA PRADA, 2016). Para las realidades de Argentina pueden recogerse definiciones como las que brinda el trabajo de Monica Bendini y Norma Steimbreger (2013), donde la territorialidad campesina refiere a la persistencia -en situación de vulnerabilidad- de productores campesinos mediante “estrategias adaptativas y organizativas” en un escenario de expansión concentrada. Entendemos como parte de la territorialidad campesina, en tanto modo de organizar el espacio (conjunto de valores y acciones cotidianas), ya sean las formas de tenencia de la tierra, como las formas de gestión de la producción.

Hemos seleccionado un conjunto de casos en la provincia de Chaco. Esta provincia es de especial interés dada la cantidad y diversidad de experiencias de asentamientos que reivindican una condición campesina. Además es de notarse que estamos frente a poblaciones que buscan recrearse cultural, económica y políticamente, en términos que no pueden identificarse con resabios de estructuras agrarias feudales o pre-modernas. Estamos frente a realidades gestadas en tiempos de “avance de frontera agropecuaria” durante los siglos XIX y XX, y de agronegocios desde finales del siglo XX a la actualidad.

En la provincia de Chaco se destacan, por un lado, la existencia de las denominadas “*colonias*”⁷, asentamientos rurales bajo formas familiares de tenencia de la tierra y gestión de la producción. Se trata de aglomerados de vecindad y parentesco compuestos por unidades familiares o “*individuales*”, regularizadas o no, con tierra en propiedad, arrendamiento, ocupación, posesión, etc. También encontramos espacios comunitarios de tenencia de la tierra (recursos naturales) y gestión de la producción, por parte de conjuntos de familias del campo que no se reivindican como parte de algún pueblo originario. En una y otra modalidad de asentamiento observamos el *groganadero* que ya había registrado Raúl Paz en Santiago del Estero (2006). O sea, tanto en las zonas de parcelas individuales/familiares como en las experiencias de manejo comunitario de la tierra hemos registrado la adopción del ganado vacuno como principal fuente de ingreso familiar, desplazando definitivamente al algodón. Para el análisis de esta abigarrada territorialidad -ligada al carácter “*campesino*”- tomamos un conjunto de situaciones de los departamentos de Bermejo (tres “*reservas*”) y Maipú (ocho “*colonias*”).

Disponemos de información y documentación significativa, producto de investigaciones y de los convenios de cooperación entorno de la cartografía social entre el Grupo de Ecología Política, Comunidades y Derechos (del cual este autor forma parte) y la Unión de Pequeños Productores Chaqueños (Unpeproch). Este proceso

7 Actualmente en Chaco se utiliza en forma coloquial esta referencia (“*colonia*”) para señalar los asentamientos rurales en general (y no tiene necesariamente implicancias legales), pero sobre todo aquellos que tuvieron origen en el asentamiento de familias inmigrantes, como parte de las políticas de colonización. No obstante, como antecedente desde el relato y la práctica jurídica estatal existió en esta región una primera ley (número 686) que utilizó tal denominación, al crear “*colonias-cantones*” para radicar población inmigrante.

data del año 2006 cuando realizamos un primer taller de recuperación de la memoria histórica sobre la experiencia de las poblaciones rurales de Chaco en las Ligas Agrarias. Luego siguieron trabajos de campo durante los años de 2009, 2010, 2011, 2013, 2014 y 2015, en la ciudad de Resistencia y en distintos asentamientos rurales, donde se realizaron entrevistas individuales y colectivas con técnicos, funcionarios, pobladores e integrantes de organizaciones campesinas locales y provinciales⁸.

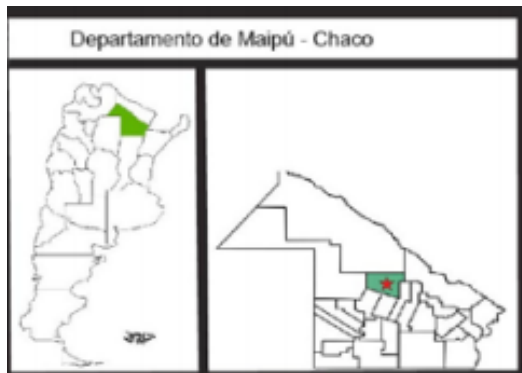
Territorialización de las poblaciones rurales: los casos de Maipú y Bermejo

En Argentina, como producto de la superposición histórica de múltiples patrones de apropiación de los bienes naturales y de las disputas que desencadenaron, se distinguen diversas modalidades de resistencia y asentamiento territorial de las poblaciones rurales organizadas de Argentina, y particularmente de Chaco. Para abordar estas heterogeneidades en las modalidades de producción del espacio presentamos dos conjuntos de casos.

Génesis de los asentamientos familiares del departamento Maipú:

Hemos registrado un conjunto amplio de colonias del departamento Maipú, ubicados en torno de la cabecera urbana de Tres Isletas: Campo Florido, Lote 11, Lote 12, Lote 18, Palmar Chico, Pampa del Gallo, Tres Naciones (Lote 19 y 20), Raíz Chaqueña.

Figura 1 – Ubicación del departamento de Maipú, en provincia de Chaco, Argentina.



Fuente: elaboración propia.

⁸ Desde el año de 2006 hemos establecido como equipo de investigación un vínculo de cooperación con la Unión de Pequeños Productores Chaqueños (Unpeproch). A partir de ello hemos elaborado proyectos y solicitado conjuntamente financiamiento a la Universidad de Buenos Aires para su ejecución. Como es una organización con presencia provincial hemos podido acceder para el trabajo de campo a diferentes zonas (colonias, parajes, comunidades, familias, etc). En este momento ejecutamos como parte del convenio con la Unpeproch una cartografía social o mapeo comunitario en la zona de Pampa del Indio, con parajes y establecimientos familiares en un radio que abarca gran parte del departamento Libertador General San Martín, Chaco.

Las familias se han asentado en estas zonas a lo largo de las décadas de 1940 y de 1950, en tierras que en ese momento eran consideradas “*campos fiscales*”⁹, denominadas como “*vacías*” en los testimonios recogidos. La proveniencia de las personas y familias es variable, aunque siempre se manifiesta un origen exterior al departamento. Una parte de los migrantes se desplazaron desde otros países, limítrofes en unos casos (Paraguay) y extra-continenciales en otros, mayormente de Europa. Mayoritariamente las familias entrevistadas señalan tener antepasados provenientes de otras provincias como Corrientes.

En un inicio los recién llegados se dedicaron al trabajo en obrajes y en la cosecha del algodón. Algunos destacan que la experiencia familiar que portaban a la llegada se vinculaba tanto al trabajo asalariado como al trabajo como agricultores independientes. Desde la llegada, las actividades como peones rurales se combinaron con la producción algodonera por cuenta propia. El trabajo como hacheros o cosecheros fue en simultáneo con lo que los entrevistados llamaron “*hacerse productores algodoneros*”. En algunos testimonios se reconoce incluso que la realización de tareas como cosecheros permitió aprender “*el oficio del algodón*”.

Según los testimonios en esta zona, la tierra fue comprada o adjudicada por el Estado, aunque estas modalidades de acceso no presupusieron necesariamente la adquisición de un título de propiedad. Algunos manifestaron que “*en ese entonces era posible comprar el derecho de ocupación de tierras fiscales*”¹⁰. En parte, según los entrevistados, debido a los resultados de las “*buenas cosechas de algodón*”.

Estas realidades cambiarían en los años de 1990. La crisis algodonera y la modernización agraria que sobrevino con las políticas neoliberales no sólo truncaron el acceso a la tierra vía mercado para estos sectores, sino que dejaron a estos agricultores sin protecciones para enfrentar la pérdida de la rentabilidad en la producción algodonera. Para estos productores, el nuevo escenario no les permitió seguir haciendo algodón, debiendo imaginarse salidas posibles para permanecer en el campo. Este fue el puntapié para organizarse. Con los años, ya a mediados de los años 2000, y luego de recorrer apuestas de readaptación productiva, las familias incorporan la ganadería. Se trató de una decisión forjada colectivamente, resultado de una intensa evaluación realizada entre dirigentes e integrantes de la organización, en diversas instancias (talleres, reuniones, encuentros, etcétera). La ganadería se realiza tanto para cubrir el auto-abasto como para abastecer al pueblo (Tres Isletas). Este cambio productivo también puso en consideración la necesidad de obtener mayores dotaciones de tierra capaces de albergar la hacienda vacuna.

9 Son campos o tierras “*fiscales*” aquellas propias del dominio público (provincial en este caso de Chaco). Históricamente, salvo casos particulares de “*reservas*”, etcétera, estas “*tierras fiscales*” formaron parte de una legislación que incorporaba tierras a la producción a partir de diferentes modalidades de adjudicación, entre las cuales se destacó la prioridad para “*productores familiares*”.

10 Se está haciendo referencia a la posibilidad de compra de tierras públicas, como primer ocupante, por un precio de fomento o simbólico (no de mercado) que fijaba el Estado para promover la política de colonización. De este modo un número significativo de productores familiares logró acceder a la tierra en la provincia de Chaco, sobre todo entre las décadas de 1940 y principios de 1950.

La primera experiencia organizativa fue en el año de 1996. Con apoyo del Instituto de Promoción Humana del Chaco (Inproch), se crea la Asociación de Campesinos del departamento Maipú (Adeca), y ya en el año 2000 se suman a la Unpeproch. Como antecedente de organización -en general- se reconoce la participación directa o de parientes en las Ligas Agrarias de la década de 1970, y antes incluso ya en las cooperativas de comercialización del algodón. Cabe mencionar que el actual proceso de organización significó revertir la desarticulación política que la dictadura militar a partir del golpe de 1976 produjo particularmente en esta zona, donde las Ligas Agrarias Chaqueñas tenían extendida presencia.

En un inicio estar organizados favoreció la solicitud y ejecución de proyectos referidos a la diversificación productiva: molinos comunitarios, fábricas de alpargatas, producción de alimento para animales, producción de cosméticos naturales. También se vehiculizaron conjuntamente el tendido eléctrico en las colonias. La organización permitió a su vez efectivizar en muchos casos la obtención de títulos de propiedad de la tierra y “*cerrar*” -alambrando- cada predio en momentos que el manejo ganadero lo exigían. Con la ganadería surgieron también otras necesidades que hicieron con que la organización impulsara proyectos de reforestación (con algarrobo) y capacitación en manejo del monte nativo.

Actualmente en las colonias registradas en Tres Isletas, salvo excepciones, se observan predios no mayores a 20 hectáreas, ocupadas por uno o dos núcleos familiares, que cuentan con títulos de propiedad o en trámite avanzado. Tomadas como unidades productivas, los predios familiares combinan ganadería vacuna con pasturas naturales y sembradas, lotes de maíz, zapallo, sandía, hortalizas, etc. En cada una de las colonias existe un núcleo o grupo de integrantes de la Unpeproch (“*organizados como campesinos*”), que se reúne periódicamente y trata diversos temas, algunos vinculados con problemáticas del lugar o que afectan a las poblaciones rurales de la provincia y el país, o bien temas propuestos por los delegados a nivel provincial. En estos espacios sociales se definen acciones a seguir con respecto a las problemáticas tratadas. Son espacios que han ido gestando el control democrático de ciertas decisiones a nivel de cada colonia: se definen peticiones y gestiones ante el municipio, acciones directas circunstanciales, se dirimen tensiones internas, se organizan las festividades locales: “*Además de juntarnos para hacer, tenemos ocasiones en que nos juntamos para celebrar*”. Su capacidad de acción es amplia, aunque se ve mermada por la falta de participación de aquellos habitantes de la colonia que no integran la organización campesina. En ninguna de las colonias estos espacios grupales o colectivos de toma de decisiones han hecho nacer algún tipo de experiencia de control colectivo de los recursos naturales, de la producción o del trabajo, que son cuestiones llevadas a cabo “*individualmente cada familia*”, salvo excepciones ligadas más bien a ciertas líneas de financiamientos de ONGs.

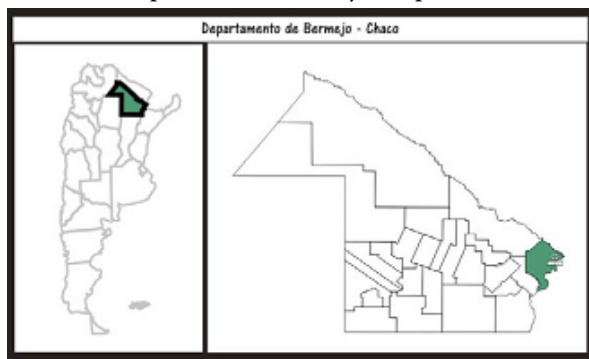
- *Tenencia de la Tierra*: las familias cuentan con títulos de propiedad, o bien están en trámite las adjudicaciones por venta ante el Instituto de Colonización de Chaco. Las parcelas en algunos casos están subdivididas de hecho entre parientes por cuestiones de herencia, sin que se actualicen legalmente las sucesiones.

- *Gestión de la producción:* las parcelas se organizan a partir de la división familiar del trabajo y la vivienda. El espacio de la producción y de la vida familiar reconoce sectores de vivienda, huerta y granja, por otra parte, sectores para la sementera (zapallo, mandioca, maíz, etcétera), para las pasturas, y para la hacienda con piquetes y corrales. A su vez se mantienen sectores de monte donde se realiza algún tipo de manejo relativamente sustentable de los recursos.

Génesis de los asentamientos comunitarios del departamento Bermejo:

Los primeros casos se ubican en el departamento Bermejo. Allí hemos registrado tres asentamientos, en tierras que fueron ocupadas históricamente por el Ingenio Las Palmas. Se trata de las denominadas “*reservas campesinas*” de Limitas, El Palmar y La Roca.

Figura 2 – Ubicación del departamento Bermejo, en provincia de Chaco, Argentina.



Fuente: elaboración propia.

Si bien cada asentamiento guarda sus particularidades, presentan aspectos comunes. Las poblaciones implicadas provienen de otras provincias, básicamente Corrientes y Formosa, y también de otros países como Paraguay. La antigüedad del establecimiento de estas poblaciones, según los testimonios, data de tres generaciones atrás. Se trató de migrantes que llegaron al Ingenio Las Palmas como asalariados “*transitorios*” o integrando “*tropas*” de cosecheros para trabajar en la zafra de la caña de azúcar, y acabaron por permanecer en esas tierras. Una parte fueron empleados en momentos de cosecha solamente, como transitorios, y otros realizaban tareas durante todo el año, como permanentes

La ocupación de la tierra era en tanto asalariados del Ingenio. El Ingenio permitía a las familias asentarse otorgándoles pequeñas parcelas para levantar su vivienda, donde en general se realizaban pequeñas chacras de autoconsumo. Era común que las familias migraran en tiempos de cosecha del algodón hacia las zonas correspondientes.

El desmantelamiento del Ingenio en la década de 1990 rompería con este escenario. La mayor parte de los trabajadores abandonaron las tierras con diversos destinos, sin embargo varios núcleos de familias decidieron permanecer en sus lugares. Se trataba de familias que venían protagonizando -desde mediados de la década de 1980- un proceso de organización a partir del vínculo con una ONG de apoyo, como el Instituto de Cultura Popular (Incupo), así como con instancias provinciales de activismo campesino, como la Unpeproch. Si bien los primeros pasos en la organización de las familias giraron en torno de la implementación de proyectos productivos, específicamente de adopción de prácticas ganaderas, con el nuevo escenario lo que emergió fue un tipo de acción ligada a la resistencia a los desalojos y a la apropiación privada de las tierras. Es decir, la reivindicación colectiva de la identidad de “*pequeño productor*” fue simultánea con la necesidad de defender el espacio habitado o de ocupar nuevos, en términos ahora de “*derecho a la tierra*”.

La acción colectiva de los ex jornaleros del Ingenio se desarrolló en el marco de un conjunto de conflictos por el acceso a la tierra. Durante toda la década de 1990 y la primera mitad de la década de 2000, los distintos asentamientos que registramos estuvieron atravesados por disputas frente a empresarios y funcionarios públicos de la zona en torno de diversos lotes de tierra del ex Ingenio, frente al mismo Estado a través de acciones del gobierno provincial, o por la contaminación causada por las fumigaciones en los extensos sembradíos de arroz, o debido al robo de hacienda vacuna. Frente a ello, las familias organizadas realizaron múltiples protestas, acciones legales y directas, como modo de hacer prevalecer lo que consideran son sus derechos. Incluso en uno de los casos, en el departamento de San Martín la ocupación de la tierra y la reivindicación de la posesión de la misma contó con el involucramiento de familias provenientes de otras zonas de la provincia, que también formaban parte de la Unpeproch. O sea, en estos casos se trata de experiencias de asentamiento rural gestadas en el marco de la conflictividad por el control del espacio rural/agrario. A partir de mediados de la década de 2000 las familias lograron algún tipo de reconocimiento estatal de sus posesiones: en algunos casos como declaración de “*reserva*” otorgada por el Instituto de Colonización del Chaco a favor de la Unpeproch, en otros con la entrega de títulos de propiedad para pequeñas parcelas donde se ubican las viviendas.

Actualmente cada una de las “*reservas*” despliega alguna actividad productiva en forma comunitaria, además de las producciones familiares. Estas actividades son coordinadas en el marco de un espacio asambleario, donde opera una suerte de control democrático de las decisiones. Allí se tratan también cuestiones vinculadas a la tenencia de la tierra, ordenamiento del territorio comunitario, solicitudes ante autoridades, acciones directas, se establecen reglas de convivencia, entre otras. Es decir, en estas experiencias de tenencia de la tierra y gestión de la producción - más o menos comunitarias - se observa la existencia de una instancia de participación colectiva. Se trata de un espacio que se instituye como *autoridad local*, y funciona a partir de reuniones periódicas de todos o de la mayoría de los miembros de las familias que integran cada “*reserva comunitaria*”.

- *Tenencia de la Tierra*: la tierra está bajo la figura de “*reserva*” a nombre de la Unpeproch, otorgada por el Instituto de Colonización de Chaco, salvo algunas porciones pequeñas de esos espacios que tienen otro *status*, como el de propiedad

- privada (a nombre de integrantes de las “*reservas comunitarias*”), o bien tienen carácter fiscal a nivel del Estado nacional.
- *Gestión de la producción*: la “*sementera*” y los animales de granja permanecen en el espacio productivo familiar, mientras que la hacienda mayor es manejada en forma comunitaria, ya sea de manera integral, o a partir de compartir la infraestructura (corrales, alambrados, piquetes, etcétera), o bien por el manejo común de pasturas (naturales o cultivadas), entre otras combinaciones.

Las territorialidades campesinas entre lo heterónimo y lo disidente

A partir de la presentación de los casos hallamos formaciones territoriales bien diferenciadas, como repertorio o abanico de unas poblaciones que se reconocen parte del campesinado.

En primer lugar, en las entrevistas individuales y colectivas, y en demás instancias de registro, pudimos observar los tipos de *trayectorias socio-económicas* de los sujetos. En los asentamientos de Maipú, al igual que en Bermejo, las familias provienen de otras provincias o países, y las experiencias laborales anteriores están ligadas al trabajo asalariado rural, combinadas con una agricultura predial (sin tierra propia) en el algodón o la caña de azúcar. No hemos registrado, a la hora de explicar la producción de territorialidades, algún peso o importancia ligada al origen nacional o étnico. Una de las razones es que en ambos casos encontramos un perfil de población similar, resultado de la mixtura que históricamente –no sin violencia– se ha dado en el campo chaqueño.

En segundo lugar, los testimonios destacaron los diferentes *contextos históricos* en los cuales se gestaron los asentamientos. Los casos de asentamiento rural en Maipú se desenvuelven dentro del llamado modelo de agroindustria de inclusión subordinada (1930-1991), mientras que los casos de Bermejo tienen como marco la predominancia de la lógica de los agronegocios que se consolidan con las políticas de desregulación y reorientación exportadora del agro desde la década de 1990 (GIARRACCA; TEUBAL, 2008).

Según los relatos recogidos en las colonias del departamento Maipú, la gestación de los asentamientos coincidió con el periodo histórico de pasaje del “*territorio nacional*” a su constitución como provincia de Chaco (1952), caracterizado por el creciente protagonismo del Estado en la asignación de recursos dentro del sector agropecuario. El asentamiento de las familias es asociado con un periodo en el cual “*había facilidades*” para alcanzar la “*tierra propia*”, tanto para los “*criollos*”¹¹

11 Se utiliza en las zonas rurales para referir a la población de ascendencia local, no europea, en algunos casos producto del mestizaje (de la conquista española, o de otros momentos de avance de la frontera nacional sobre zonas de población aborígen). O sea que se utiliza “*criollo*” en estas zonas para señalar población que no es ni europea ni aborígen.

como en mayor medida para los “gringos”¹². La percepción que registramos es aquella de la existencia de un espacio disponible que podía ser ocupado y explotado económicamente. Las principales causas que se identifican como condición principal del acceso a la tierra son, por un lado, la rentabilidad de la producción algodonera, y por otro lado, las condiciones que el Estado impulsaba en torno de los precios y de la oferta de tierra fiscal para familias agricultoras. Ya en los casos del departamento Bermejo, se señala como contexto en el cual se originaron los asentamientos la crisis de la actividad algodonera, y el desguace del Ingenio Las Palmas como parte de la ola privatizadora de los años de 1990.

En tercer lugar, como se pudo observar en los contextos de la génesis de los asentamientos de uno y otro caso, las *modalidades de acceso a la tierra* han sido diferentes. En las experiencias del departamento Maipú, la configuración del espacio campesino se realizó sin contar con una estrategia forjada por organizaciones de base rural en el marco de procesos de configuración identitaria de las propias poblaciones locales. En lo que respecta a las situaciones del departamento Bermejo, el acceso a la tierra tiene origen en las ocupaciones realizadas bajo la modalidad de creación de “reservas” llevadas a cabo por organizaciones como la Unpeproch, y caracterizadas por el efectivo control colectivo del espacio. El acceso a la tierra a partir de la ocupación campesina refiere directamente a la presencia de un sujeto político. Según Bernardo Mançano Fernandes (2000), la *ocupación de tierras* es un indicador de la vitalidad social y política del campesinado, y sostiene que la ocupación de la tierra es el modo en el cual este sujeto se recrea a sí mismo, atacando el núcleo del capital. Sea como estrategia familiar o como accionar de las organizaciones campesinas, la ocupación de tierras se instala como camino alternativo al de la migración a la ciudad y a la proletarianización, como un factor de producción y reproducción del campesinado (PAZ, 2006).

El campesinado entre la heteronomía y la disidencia:

En el análisis comparativo distinguimos tres dimensiones: a) las diversas trayectorias socio-económicas y políticas de los sujetos; b) los contextos institucionales del Estado y de la configuración capitalista del agro; y c) los modos de acceso a la tierra y las disputas por su apropiación. En base a esto avancemos en un intento de conceptualización de las modalidades de asentamiento o producción de territorio.

12 En lenguaje coloquial rural, sobre todo de la región pampeana, se le dice “gringo” al inmigrante europeo que se asentó en las tierras argentinas como arrendatario primero y luego en menor medida como propietario. Es decir, en el campo “gringos” serían la gran masa de inmigrantes que asumieron la producción agraria en forma directa, el trabajo en las chacras (unidad productiva y doméstica rural). Por ello se los denominaba también “chacarero”, el que está en la chacra. En las regiones extrapampeanas a este sujeto se le llamó más comúnmente “colono”. En Chaco “gringo” refiere al agricultor de origen europeo (sujeto agrario), pero también a un fenotipo ligado a la población alemana, ucraniana, rusa, etc., no exclusivamente rural, cuando presenta rasgos tales como cabellos claros, ojos claros, piel blanca, etc.

Adoptamos una definición de territorio en tanto espacio apropiado por determinada relación social, como campo de fuerzas atravesado por el conflicto. En línea con tal definición, Marcelo Lopes de Souza (2009) diferencia dos formas de poder que pueden proyectarse sobre un substrato material creando territorios. Por un lado, territorios producidos a instancias de relaciones de poder heterónomas, y por otro, aquellos erigidos a partir de una configuración autónoma del poder. Los territorios autónomos son definidos no como espacios aislados culturalmente o económicamente autosuficientes, sino como espacios regidos por alguna forma de autogobierno o nivel de autogestión, libre de jerarquías, cuya soberanía reside en el propio grupo contra una legitimidad originada en fuentes externas o trascendentales de poder. Se trata no obstante de acciones de territorialización en general de escala local, y de corta duración, marcadas por la inestabilidad. Para este autor, existen disputas al interior de los territorios heterónomos que pueden producir “espacios de resistencias política, cultural y hasta económica” o “territorios disidentes” (LOPES SOUZA, 2009).

Proponemos aplicar esta clave que va de lo *heterónimo* a lo *disidente* a la comprensión de las territorialidades que analizamos. Reconocimos más arriba que las proyecciones espaciales comunitarias (tanto de tenencia como de gestión), se mostraban directamente relacionadas con la elaboración de una intencionalidad territorial campesina y su confrontación con otras territorialidades, caso de los actores del agronegocio local. Es decir, distinguimos aquellas configuraciones territoriales donde:

- a) el acceso a la tierra fue el resultado de una acción colectiva de ocupación del espacio, expresión de una forma de recreación propia del campesinado, a distancia de las formas estatales o capitalistas (colonización, mercado de tierras, etc.).
- b) la presencia de un constructo organizativo –en estos casos vinculado con la emergencia de identidades campesinas- capaz de establecer, defender y realizar, un proyecto territorial campesino.

Las resistencias al despojo de la tierra, y las ocupaciones de tierra, remiten a la presencia de un sujeto político que postula la reproducción de un sujeto social desde un proyecto propio de producción del espacio rural, que enfrenta procesos de proletarianización y mercantilización de los recursos naturales, oponiéndose a la “territorialidad excluyente” (GRUPO DE ECOLOGÍA POLÍTICA, COMUNIDADES Y DERECHOS, 2007) de los actores más dinámicos del capitalismo agrario.

De modo tal, entendemos la pertinencia de caracterizar estas territorialidades campesinas como *disidentes* (en resistencia y conflicto), frente a la “monopolización capitalista del territorio”¹³. El carácter disidente referido a la territorialidad campesina significaría su diferenciación frente a las territorialidades que tratan de hegemonizar la configuración de los mundos agrarios y rurales en la actualidad. La

13 Para profundizar el concepto citado puede leerse Tomiasi Paulino y Aparecida de Almeida (2010).

territorialidad disidente lo es en tanto se produce a instancias de la territorialización de la lógica de los agronegocios, no puede pensarse escindida de la reproducción social del espacio agrario por el capital. No obstante la territorialidad disidente se despliega en condición de una propuesta de control y configuración del espacio propio, parafraseando a Arturo Escobar (2008), como producción de un territorio de “diferencia”.

En estos términos entendemos que los casos de estudio nos ofrecen la comprensión de dos modalidades diferentes de territorialidad campesina:

- En el caso de los asentamientos de Maipú, lo campesino aparece como *territorialidad heterónoma*, ligada fuertemente a la territorialización de regímenes capitalistas de producción del espacio agrario, en el marco de sistemas de integración subordinada propiciada por las políticas públicas (acceso a la propiedad privada de la tierra fiscal, crédito, regulación de precio, etc.), con ausencia de proyecciones territoriales propias de las poblaciones rurales.
- En el caso de los asentamientos de Bermejo, lo campesino aparece como *territorialidad disidente*, ligada a experiencias de producción autónoma del espacio (como la ocupación colectiva de la tierra y el giro ganadero en el marco de formas comunitarias de tenencia de la tierra y gestión de la producción), bajo una acción antagonista y una semiótica crítica del paradigma industrial de agricultura en contextos de procesos de exclusión de las cadenas agroindustriales y de acumulación por desposesión.

Pensar en términos de territorialidades disidentes quizás sea una clave fecunda para comprender la aparición del campesinado organizado¹⁴, reinscribiendo la problemática del acceso a la tierra en la defensa de un modo de vida, recuperando la figura del *productor directo*, y estableciendo el derecho a un tipo de configuración territorial singular.

En estas condiciones aparecen formas comunitarias de tenencia de la tierra, prácticas productivas basadas en la agroecología o en el fortalecimiento de la producción pecuaria (sobre todo vacuna) generadora de mayor autonomía relativa del productor, en la organización cooperativa del trabajo, entre otras cuestiones como la preservación del monte nativo, o la provisión de alimentos para los sectores populares de las pequeñas y medianas ciudades, la actuación o gestación de lazos locales de cooperación o ayuda mutua y la generación de instancias de

14 Citemos sólo algunas de las instancias organizativas activas a escala provincial del políticamente emergente campesinado argentino que tempranamente han desandado estos procesos singulares de tenencia de la tierra: Movimiento Campesino de Córdoba (MCC), Movimiento Campesino de Santiago del Estero (Mocase-VC), Unión de Pequeños Productores Chaqueños (Unpeproch), entre otras de gran significancia.

autoridad de base local. Se trata de experiencias asociadas directamente al accionar de organizaciones campesinas o de productores familiares que son capaces de reivindicar una *territorialidad disidente*, cuya potencialidad -a pesar de la vulnerabilidad de las experiencias- refiere a un cuestionamiento más amplio de las formas hegemónicas de producción del espacio social agrario/rural, a distancia del sistema jurídico formal y los encadenamientos agroindustriales, caso de la creación de “parcelas” o “campos comuneros”, “asentamientos comunitarios”, en la escala nacional, o en el caso de Chaco, como las “reservas comunitarias”.

Las “reservas” son espacios que nacen de la ocupación campesina del espacio, pero a la vez se desenvuelven en un marco de reconocimiento estatal que mantiene la titularidad sobre la tierra. Se observan variantes, según otras investigaciones se identifican al menos 3 tipos: reservas con subdivisiones familiares, reservas con subdivisiones familiares y espacios comunitarios, y reservas comunitarias. Desde mediados de la década de 1980 las organizaciones campesinas lograron que se decretaran y legislaran expropiaciones de tierras a favor de las familias rurales, y que también el Instituto de Colonización resolviera poner “en reserva” a favor de la organización áreas de tierra para que accedan familias o grupos de familias. Según una de las organizaciones que más resultados ha tenido en este sentido (la Unión de Pequeños Productores Chaqueños – Unpeproch), se han logrado “recuperar” o consolidar el control sobre un total aproximado de 20.000 hectáreas. Se trata de más de 30 experiencias en las cuales, a través de la gestión de resoluciones, decretos, o leyes, se despliegan formas comunitarias de tenencia de la tierra.

Reflexiones finales

El énfasis del trabajo estuvo puesto en la temática de las territorialidades campesinas y de la emergencia política de lo campesino como producción de espacio. Este trabajo fue recorriendo reflexiones sobre asentamientos rurales en tanto experiencias de apropiación comunitaria de la naturaleza por parte de productores directos, y sobre la gestación de relaciones sociales no asalariadas en base a la producción social del espacio.

Con el análisis realizado sobre los casos de asentamientos rurales, hemos identificado diferentes modalidades de territorialidad de poblaciones que se consideran campesinas, diversas formas de control del espacio agrario/rural, gestados al compás de variables contextos históricos socio-económicos y conflictos sociales.

Se desprende de esta investigación un aporte sobre -al menos- dos cuestiones referidas a las territorialidades campesinas: no se puede derivar un tipo único de territorialidad de poblaciones rurales con similares posiciones socio-económicas; y la importancia que juega la elaboración política de lo campesino a la hora de desplazar una experiencia territorial *heterónoma* hacia una de tipo *disidente*.

La existencia de territorialidades *heterónomas* y *disidentes* refuerza la concepción de la historicidad de lo campesino, que pretende contribuir con

una mirada no esencialista sobre su configuración y reconfiguración singular frente a la territorialización hegemónica del capital en los diversos ecosistemas y agroecosistemas, la gobernanza de los espacios y las poblaciones, y de la politicidad de los sujetos agrarios subalternos.

Referencias

- BARBETTA, Pablo; DOMINGUEZ, Diego (2013) Recreación comunitaria del campesinado en la interfase socio-jurídica. En: Congreso Argentino y Latinoamericano de Antropología Rural, V., marzo 2013, La Pampa. **Anales...** La Pampa: Núcleo Argentino de Antropología Rural, 2013.
- BARTRA, Armando; OTERO, Gerardo. Movimientos indígenas campesinos en México: la lucha por la tierra, la autonomía y la democracia. En: MOYO, S.; YEROS, P. (coord.). **Recuperando la tierra**. El resurgimiento de movimientos rurales en África, Asia y América Latina. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008.
- BENDINI, Mónica; STEIMBREGER, Norma. Territorialidad campesina en el sur de Argentina. Cambios productivos y laborales como formas de resistencia. **Eutopia**, n. 4. p. 25-44, sept. 2013.
- BENGOA, José. Pueblos indígenas, Tierras y Territorios. En: EGUREN, Fernando (ed.). **Reforma Agraria y Desarrollo Rural en la Región Andina**. Lima: Cepes, 2006.
- BUSTOS AVILA, Camilo Alejandro. O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento do Putumayo (Colômbia). **Revista Nera**, v. 16. p. 9-26, jan.-jun. 2013.
- COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. Territorialidades camponesas nos tipos de assentamento rurais do Território Cantuquiriguaçu, Estado de Paraná, Brasil. **GeoGraphos**, Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, Alicante, v. 4, n. 48, p. 383-410, mar. 2013.
- DE ANGELIS, Massimo (2012) "La teoría de la acumulación primitiva en Marx: una reinterpretación sugestiva", 2012. Disponible en: <<http://homepages.uel.ac.uk/M.DeAgnelis/PIMACCA.htm>>.
- DE LA FUENTE FERNANDEZ, Rosa. Cartografía de la resistencia. Transformaciones del espacio social en Chiapas. **Revista Memoria**, n. 157, 2002.
- ESCOBAR, Arturo. **Territories of Difference: Place Movements Life Redes**. Durham: Duke University Press, 2008.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimiento Social como categoría geográfica. **Terra Livre**, Sao Paulo, n.15, 2000.
- GRUPO DE ECOLOGÍA POLÍTICA, COMUNIDADES Y DERECHOS - GEPCYD. Transformaciones Territoriales en San Pedro: Para una reflexión sobre las ausencias conceptuales y la exclusiones sociales. En: Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales, V., nov. 2007, Centro de Estudios Agrarios, Facultad de ciencias Económicas. **Anales...** Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2007.
- GIARRACCA, Norma; TEUBAL, Miguel. Del desarrollo agroindustrial a la expansión del "agronegocio": el caso argentino. En: FERNÁNDES, Bernardo Mançano (org.). **Campesinato e Agronegocio na América Latina: A questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- HOCSMAN, Luis Daniel. Territorialidad campesina y economía de subsistencia. **Estudios**, Universidad Nacional de Córdoba-Centro de Estudios Avanzados (CEA), Córdoba, n.19, p. 91-102, primavera 2006.

- LOPES SOUZA, Marcelo. Território da divergência (e da confusão). En: SAQUET, M. A.; SPOSITO, Eliseu Saveiro (org.). **Territórios e Territorialidades: teorias, procesos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-72.
- MEZA RAMIREZ, Carlos Andrés. Territorios de frontera: Embate y resistencia en la cuenca del río Cacarica. **Universitas humanística**, Bogotá, v. 62, n.62,p. 385-429, jul.-dic. 2006.
- ORDOÑEZ GOMEZ, Freddy. **Territorialidades alternativas a las del capital en Colombia**. El caso de la Zona de Reserva Campesina del Valle del río Cimitarra. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia; Instituto Latinoamericano para una Sociedad y un Derecho Alternativos, 2013.
- PAZ, Raúl. ¿Desaparición o permanencia de los campesinos ocupantes en el noroeste argentino? Evolución y crecimiento en la última década. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, Canada, v. 31, n. 61, 2006.
- PENGUE, Walter. El desarrollo rural sostenible y los procesos deagriculturización, ganaderización y pampeanización en la llanura chaco-pampeana. En: MORELLO, Jorge H.; RODRIGUEZ, Andrea F. (eds.). **El Chaco sin bosques: la Pampa o el desierto del futuro**. Buenos Aires: Orientación Gráfica, 2009. p. 111-146.
- PORTO GONÇALVES, Carlos W. **Geo-grafías**. Movimientos Sociales, Nuevas Territorialidades y sustentabilidad. México: Siglo XXI, 2001.
- QUIJANO, Aníbal. Los movimientos campesinos contemporáneos en América Latina. **Revista OSAL**, Observatorio Social de América Latina, Buenos Aires, año 2, p. 172-180,sept. 2000.
- RAFFESTIN, Claude. **Por una geografía do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RANCIÈRE, Jacques. **El desacuerdo**. Política y Filosofía. Buenos Aires: Nueva Visión, 1996.
- REBORATTI, Carlos; PRUDKIN, Nora; LEON, Carlos. ¿Pampeanización del NOA o la adaptación al ecosistema local? En: MANZANAL, M. (Comp.). **El desarrollo rural en el noroeste argentino**-Antología. Argentina: Proyecto Desarrollo Agroforestal en comunidades rurales del Noroeste Argentino, 1996. p. 161-168.
- RED AGROFORESTAL CHACO ARGENTINA – REDAF. **Conflictos sobre tenencia de tierra y ambientales en la región del Chaco argentino: 3º Informe**. Reconquista: REDAF, 2013.
- SILVA PRADA, Diego Fernando. Construcción de territorialidad desde las organizaciones campesinas en Colombia. **Polis**, Revista Latinoamericana, Chile, v. 15, n. 43, p. 1-16, jul. 2016.
- SHANIN, Teodor. Lições camponesas. em: Paulino, E.; Fabrini, J. E. (org.). **Campesinato e territorio em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- TOMIASI PAULINO, Eliane; APARECIDA DE ALMEIDA, Rosemeire. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- TORRES-MAZUERA, Gabriela. La territorialidad rural mexicana en un contexto de descentralización y competencia electoral. **Revista Mexicana de Sociología**, Universidad Nacional Autónoma de México, México, v. 71, n 3, p. 453-490, jul.-sept. 2009.
- VALENZUELA, Cristina. Transformaciones y conflictos en el agro chaqueño durante los '90. Articulaciones territoriales de una nueva racionalidad productiva. **Mundo Agrario**, Revista de estudios rurales, Centro de Estudios Histórico Rurales, Universidad Nacional de La Plata, v. 5, n. 10, primer semestre de 2005.
- VACAFLORES, Carlos. **La lucha por la tierra es la lucha por el territorio: una perspectiva decolonial de la lucha campesina, indígena y originaria en América Latina**. Presidente Prudente, SP: Unesp, s.d.
- VIEIRA DOS SANTOS, Ione; MIYASAKA PORRO, Noemi; PORRO, Roberto. Mobilidade de camponeses entre assentamentos de reforma agrária: territorialidades em cheque no desenvolvimento local da Transamazônica, Pará, Brasil. **Interações**, Campo Grande, v. 16, n. 1, p. 43-53, jan./jun. 2015.

VIGLIZZO, Ernesto Francisco; JOBBAGY, Esteban (ed.). **Expansión de la frontera agropecuaria en Argentina y su impacto ecológico-ambiental**. Buenos Aires: Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria, 2010.

Recibido em 28/08/2016

Aceito em 17/02/2017

**ESTRATÉGIAS DE USO DA TERRA
E SUAS IMPLICAÇÕES NO MEIO RURAL:
uma análise a partir de três municípios do Seridó Ocidental paraibano**

***LAND USE STRATEGIES AND
THEIR IMPLICATIONS IN RURAL AREAS:
an analysis from three counties of Western Serido of the Paraiba***

José Aderivaldo Silva da Nóbrega *

Resumo

Este artigo tem o objetivo de discutir até que ponto a disputa pelos recursos minerais no subsolo do Seridó paraibano repercute sobre as formas de uso da terra e sobre as estratégias de sobrevivência das populações do meio rural paraibano. No estudo dos casos de Junco do Seridó, Santa Luzia e Várzea, todos na microrregião do Seridó Ocidental paraibano, ressaltamos uma face particular da questão agrária que diz respeito à especulação econômica da terra feita a partir do monopólio dos títulos minerários e das estratégias de cobrança de porcentagem, arrendamento e venda das propriedades utilizadas por empresas e atravessadores. Além disso, buscamos explicar o processo de reorganização do trabalho familiar a fim de compatibilizar a agricultura com a mineração de modo a garantir as condições de sobrevivência no campo inclusive em períodos de seca.

Palavras-chave: Novas Ruralidades. Uso da Terra. Trabalho Familiar. Mineração.

Abstract

This article aims to discuss to what extent the competition for mineral resources in Seridó of the Paraíba reverberates in the forms of land use and in the survival strategies of the population of Paraíba countryside. In the study of cases of Junco do Seridó, Santa Luzia and Várzea, all in the microregion of Western Seridó of the Paraíba, we emphasize a particular face of the agrarian question with regard to economic land speculation made from the monopoly of mining titles and collection strategies percentage, leasing and sale of properties used by companies and middlemen. In addition, we seek to explain the family reorganization process in order to reconcile agriculture with mining to ensure the living conditions in the country even in times of drought.

Keywords: New Ruralities. Land use. Work Family. Mining.

* Doutorando em Ciências Sociais no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG). Professor de Sociologia, Brasil. E-mail: aderivaldocg@gmail.com

Introdução

As atividades econômicas de caráter extrativista fazem parte de uma estratégia importante dos agricultores familiares para garantirem as condições de sobrevivência de sua família no meio rural. Na microrregião do Seridó Ocidental da Paraíba, onde estão os municípios de Junco do Seridó, Santa Luzia e Várzea, além da extração de lenha para fabricação de carvão, os agricultores têm se dedicado à atividade de extração de alguns minerais como caulim, granito, calcita, quartzito, entre outros.

Estes minerais extraídos são muito importantes, sobretudo para o setor de construção civil. A partir da expansão destas atividades na Paraíba, ocorrida de modo mais intenso a partir da década de 1990, o espaço rural paraibano foi ocupado por diferentes atores sociais cujos interesses são muito variados: funcionários de indústrias paraibanas designados para comprar minério, agentes do Estado que exercem sua atividade de fiscalizadores ambientais, trabalhistas e de segurança, caminhoneiros que fazem frete de cargas de minério, administradores, mecânicos, eletricitistas, operadores de máquinas pesadas, e muitas outras categorias sociais podem ser encontradas nas estradas rurais cotidianamente realizando as mais variadas atividades.

As relações entre estes atores nem sempre são de cooperação, mas, ao contrário, de disputa. As empresas, os atravessadores e as cooperativas de garimpeiros disputam o acesso ao direito de exploração do subsolo. Porém, a conquista de tal direito não lhes permite entrar nas propriedades e deflagrar a extração mineral. Para isto, um verdadeiro mercado paralelo é estabelecido, no qual as empresas ou atravessadores negociam o pagamento de porcentagens, arrendamentos ou mesmo a compra da terra para poderem explorar o subsolo. Além do mais, os agentes econômicos interessados em extrair minério acabam mobilizando a força de trabalho dos agricultores.

Diante desta situação observada, levantamos o seguinte questionamento: até que ponto a disputa pelos recursos minerais no subsolo do Seridó paraibano repercute nas formas de uso da terra e nas estratégias de sobrevivência das populações do meio rural paraibano? Para respondê-la, fizemos, em primeiro lugar, um levantamento dos processos de regularização das terras para as atividades minerais nos municípios de Junco do Seridó, Santa Luzia e Várzea. Os dados deste levantamento são secundários e foram colhidos no sistema de consulta de processos de requerimento de áreas do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), além destes, outros dados secundários foram colhidos no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nosso quadro de análise se completa com algumas informações resultantes de observações de campo e de entrevistas que temos feito nos três municípios. Ressaltamos uma face particular da questão agrária, que diz respeito à especulação econômica da terra feita a partir do monopólio dos títulos minerários e das estratégias de cobrança de porcentagem, arrendamento e venda das propriedades utilizadas por empresas e atravessadores. Destacamos ainda o processo de reorganização do trabalho familiar enquanto estratégia de compatibilização da agricultura com a mineração de modo a garantir as condições de sobrevivência no campo, inclusive em períodos de seca.

Começaremos por apresentar um resumo das abordagens sociológicas que superam a tese do fim do rural e que dão conta da sua complexidade. Na segunda parte do artigo, enfatizamos a importância da mineração na estratégia nacional de desenvolvimento econômico e, na terceira e última parte, destacamos a importância da mineração no contexto local como fator de redefinição do uso da terra e de reconfiguração do trabalho familiar dos agricultores.

Nem o fim e nem o ressurgimento: o mundo rural se tornou mais complexo

Não parece ser apenas o senso comum que, visualizando o adensamento populacional das metrópoles e demais cidades, considera que o mundo rural chegará ao seu fim. Esta hipótese também foi colocada no debate acadêmico – com maior requinte, é verdade. O olhar para o mundo rural a partir do espaço urbano, na efervescência do desenvolvimento da indústria moderna e do crescimento populacional nas cidades, talvez tenha levado o intelectual Henri Lefebvre a levantar a hipótese da completa urbanização. Lefebvre observou, na capital francesa, o crescimento do número de bairros periféricos e, ao mesmo tempo, nos anos 1960, a ocupação da cidade pelos jovens nos protestos de Maio de 1968. No rescaldo deste ambiente de transformações e agitações sociais e com certa leitura da obra de Marx, o autor vai formular, em 1970, a noção de “sociedade urbana”, e enfrentará sua hipótese da completa urbanização.

Para Lefebvre (2002), a sociedade urbana nasceu da industrialização, uma vez que passou a concentrar “não só a população, mas os instrumentos de produção, o capital, as necessidades, os prazeres” (LEFEBVRE, 2002, p. 49). O espaço urbano, na lógica deste autor, cria uma subordinação do campo à cidade e a sua consequente dissolução:

O agrupamento tradicional próprio da vida camponesa, a saber, a aldeia, transforma-se; unidades mais vastas o absorvem ou o recobrem; ele se integra à indústria e ao consumo dos produtos dessa indústria. [...] O tecido urbano se prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano”, não designam de maneira restrita o domínio edificado nas cidades, mas designam o conjunto das manifestações do domínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano. (LEFEBVRE, 2002, p. 17).

A argumentação da completa urbanização e a dissolução do mundo rural no tecido urbano reverberou no Brasil, sobretudo com Otávio Ianni (1996, p. 60):

[...] faz tempo que a cidade não só venceu como absorveu o campo, o agrário, a sociedade rural. Acabou a contradição cidade e campo, na medida em que o modo urbano de vida, a sociabilidade burocrática, a cultura do capitalismo, o capitalismo como processo civilizatório invadem, recobrem, absorvem ou recriam o campo com outros significados.

Para outros autores, caso de José Graziano da Silva (1999), não existem mais diferenças substantivas entre o espaço urbano e o rural, ambos constituem um *continuum*. Por esta razão, é um equívoco supor que o rural é “sinônimo de atraso”, uma vez que nele, em sua nova dinâmica, as populações têm mais acesso aos bens materiais como luz elétrica, carros, motos, celular etc. Além disso, o novo rural passa a ser “composto tanto pelo *agribusiness* quanto por novos sujeitos sociais que exploramos nichos de mercados das novas atividades agrícolas” (SILVA, 2001, p.37). As ocupações não são mais exclusivamente agrícolas, compreendendo atividades dos setores industrial, do turismo, lazer, todas com características semelhantes ao mundo urbano, como, por exemplo, flexibilização da jornada de trabalho, diversidade de contratos de trabalho etc.

Tanto Nazareth Wanderley como Maria José Carneiro problematizam teses como a de Lefebvre e a abordagem desenvolvida por Graziano, por considerarem que eles exacerbam a importância do processo de urbanização. Para elas, a inserção em atividades produtivas não agrícolas seria característica da estratégia de reprodução das próprias famílias rurais, o que marcaria uma aproximação entre estes dois espaços sem que, necessariamente, ocorra perda de sentidos e significados que marquem suas especificidades.

Não se identifica, conforme fora previsto pela primeira vertente de análise, à modernização do “rural” nos padrões da cidade, mas à constituição de novas formas de sociabilidade e de relações sociais sustentadas numa complexa rede de atores sociais que não pode mais ser compreendida pura e simplesmente como um processo de urbanização que se encaminharia na direção da homogeneização espacial e social entre o campo e a cidade. (CARNEIRO, 2008, p. 12).

Este argumento sustenta a ideia de que o rural é muito maior do que a agricultura e tão dinâmico quanto os processos de urbanização e mecanização. As dinâmicas de ocupação do espaço rural implicam não só a realocação das pessoas no espaço como a redefinição dos valores que orientam a maneira como as pessoas se relacionam com ele. Nestes termos, destaca Carneiro,

As combinações possíveis são muito mais diversas que isso, não só em termos da origem social dos atores sociais, mas também de suas posições em relação ao território: há aqueles que moram no lugar, mas trabalham fora, os que trabalham no lugar e moram fora (os técnicos responsáveis pelos projetos de desenvolvimento rural, por exemplo), os que moram e trabalham no lugar, os que passeiam etc. Essa heterogeneidade se expressa também nas maneiras de se apropriarem, uns e outros, dos bens materiais e simbólicos das localidades (ou territórios). (CARNEIRO, 2008, p. 32).

Wanderley (2009), em sentido semelhante, conclui que o meio rural é “um espaço singular e ator coletivo” (WANDERLEY, 2009, p. 203). Ela se refere ao fato de que os processos de descentralização econômica – típicos do modo flexível de

acumulação do capital – “quebraram a antiga vinculação entre industrialização e urbanização” e, deste modo, “criaram condições para que plantas industriais e centros comerciais se instalem em certos espaços rurais, beneficiando-se precisamente de vantagens locacionais de caráter econômico e social” (WANDERLEY, 2009, p. 212).

Outro argumento levantado pela autora é que houve, de fato, a redução das distâncias física e social que separavam os habitantes do campo e da cidade, chegando a “uma paridade econômica e social”, o que, por conseguinte, facilitou a interação cotidiana das populações rural e urbana. Um terceiro aspecto desta percepção sobre o rural e a nova ruralidade é o de que o perfil social dos espaços rurais se tornou diversificado, compreendendo a interação de pessoas com interesses variados, trajetórias distintas e relações com a terra também distintas. Wanderley (2009) constata que ocorre a ampliação da população não agrícola, o que redundou na existência de categorias sociais diversas coexistindo no espaço rural.

Wanderley (2009), trazendo para o Brasil o debate europeu sobre os elementos que têm reestruturado o mundo rural, aborda a possibilidade de análise da localidade rural como um lugar de confluência de distintos atores coletivos “que estabelecem entre si relações sociais variadas e que passam a disputar o uso da terra e do espaço rural e o controle das instâncias decisões da vida local” (WANDERLEY, 2009, p. 215). Decorre deste conjunto de relações

[...] um confronto entre os discursos sobre a ruralidade destes diversos grupos sociais, particularmente em torno de algumas questões centrais – agricultura x outras atividades; eficiência econômica x preservação ambiental; espaço produtivo x espaço de lazer; produção x consumo, etc. (WANDERLEY, 2009, p. 215).

A ruralidade abordada por Wanderley (2009) está marcada por três posicionamentos decorrentes das intencionalidades dos atores sociais. O primeiro atribui importância ao meio rural enquanto um espaço produtivo que, como visto, não é mais exclusivamente agrícola. O segundo posicionamento enfatiza o meio rural como espaço importante para a busca da qualidade de vida. Ao invés de espaço da produção, o foco seria espaço de consumo, especificamente, o consumo de serviços de lazer, turismo, moradia etc. O terceiro posicionamento seria o reconhecimento de que o espaço rural é patrimônio ambiental que precisa ser preservado.

O mundo rural, por um lado, não deixou de existir em face dos processos de urbanização e do acesso das populações rurais a meios materiais como energia elétrica, televisão, telefonia, internet, carro, moto etc. Para além da paisagem natural, há diferenças indenitárias e de formas de sociabilidade muito significativas, que fazem deste um universo social próprio. Por outro lado, inegavelmente, a relação rural-urbano se intensificou e velhas problemáticas como o acesso à terra, trabalho no mundo rural, os movimentos e lutas sociais no campo são ressignificados e recolocados (SAUER, 2003) à luz de processos externos como a globalização e o pós-fordismo (WANDERLEY, 2001) e de processos internos como a definição das próprias identidades (CARNEIRO, 2008), o enfoque territorial do desenvolvimento

que tem orientado as políticas públicas (FAVARETO, 2006), a governança das terras (REYDON, 2014), a sucessão na terra etc.

A convergência de atores para o rural, a presença dos variados nichos de mercado que não são mais estritamente agrícolas e as questões relacionadas à adoção de diferentes estratégias de sobrevivência no meio rural são perfeitamente observáveis no Estado da Paraíba, especificamente no que concerne ao desenvolvimento do setor da mineração e seu impacto sobre a paisagem natural e as relações econômico-sociais dos vários municípios que exploram esta atividade. Este é o ponto que passamos a discutir.

A importância da atividade mineral para a economia brasileira

A mineração é uma atividade historicamente importante para o desenvolvimento econômico do Brasil, tendo sido, inclusive, incentivada como estratégia para o povoamento do interior brasileiro. Assim como a agricultura, o setor mineral nacional passou por um processo de modernização deflagrado entre as décadas de 1930-1940, fruto de acordos de cooperação entre Brasil e Estados Unidos cuja finalidade era explorar minérios importantes para a indústria, especialmente, a bética. Destes acordos, que incluíam transferência de capital e de tecnologia, resultou, por exemplo, a Companhia Siderúrgica Nacional, fundada em 1941, numa negociação que exigia do Brasil a exportação de 1,5 mil toneladas de minério de ferro por ano para os Estados Unidos e a Inglaterra. Também é deste mesmo contexto a criação da Vale do Rio Doce, uma das maiores empresas do setor mineral que, no atual contexto, é constituída de capital misto e, a propósito, é uma das principais responsáveis pela tragédia de Mariana-MG¹.

Alguns especialistas atribuem o crescimento econômico do Brasil entre 2002 e 2012 à exportação das *commodities* minerais e agrícolas (MACHADO, 2015; PRATES, 2007) que tiveram o seu valor muito ampliado no mercado internacional no período. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), o minério de ferro liderou, em 2014, a pauta de exportações (11,47%), seguido da soja (10,34%). Dentre outros minerais importantes para o mercado exterior encontram-se o Nióbio, o Cobre, a Bauxita/minério de alumínio, as Rochas Ornamentais, o Caulim (INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO, 2015, p. 14).

O setor mineral brasileiro é caracterizado não só pela grande variedade de minerais extraídos, mas pelas diferenças em termos de aporte de capital das empresas exploradoras, da capacidade de extração e beneficiamento mineral, da posse da titularidade de terra, da capacidade de contratação formal ou mesmo da sua incapacidade. Enquanto a mineração mais capitalizada e mecanizada

¹ No dia 5 de novembro de 2015, na cidade de Mariana em Minas Gerais, uma barragem da mineradora Samarco se rompeu e os detritos de minérios como manganês, ferro e mercúrio comprometeram rios, solos em vários municípios por onde a correnteza de lama passou. A Vale possui 50% das ações da empresa Samarco.

lidera as exportações minerais, há outro tipo de empreendimento minerador, com baixo volume de capital, baseado no trabalho familiar ou o trabalho baseado nas relações de vizinhança, com baixo nível de mecanização e para o fim da subsistência, cuja importância econômica e social se verifica no contexto local, onde a atividade se realiza, uma vez que ela se constitui numa das principais formas de inserção produtiva e de geração de renda acessível às populações urbana e rural. É este segundo tipo de atividade que ocorre nas cidades de Junco do Seridó, Santa Luzia e Várzea – todas situadas na Microrregião do Seridó Ocidental da Paraíba.

As atividades minerais, sejam elas em grande ou pequena escala, para subsistência ou para acumulação de capital, têm repercussões no meio rural sob dois aspectos que são os seguintes: o processo de ocupação e uso da terra – que se desdobra na concentração fundiária e na degradação ambiental – e as estratégias de sobrevivência familiar no campo, que se desdobram, no caso da Paraíba, na reorganização do trabalho familiar para a compatibilização entre as atividades agrícola e de extração mineral. Ambos os processos podem ser centrais no entendimento da nova ruralidade porque informam sobre as funções do espaço rural enquanto lugar de morada e lugar de produção; sobre a preservação ambiental e o consumo dos recursos naturais; sobre a complexa rede de relações que se estabelece entre os distintos atores sociais que ocupam este espaço etc. Vejamos, no caso dos municípios de Santa Luzia, Várzea e Junco do Seridó, de que forma a mineração implica estes dois aspectos do mundo rural.

Uso da terra para atividade de mineração: consequências ambientais e sociais no meio rural paraibano

Dos 223 municípios do Estado da Paraíba, pelo menos 62 exploram economicamente a atividade mineral. As cadeias produtivas são muito variadas. No Litoral Sul do Estado, onde estão localizados Alhandra, Pitimbu e Caaporã, a exploração mineral mais importante é a do Calcário, que é um componente fundamental para fabricação de cimento. No Litoral Norte, especificamente em Mataraca, a dinâmica já é outra, mas também é bastante importante. Há jazidas, neste município, de Titânio e outros minerais metálicos a ele associados. A exploração mineral é feita pelo capital estrangeiro representado pela empresa Cristal, que controla sete fábricas de dióxido de titânio em seis países: Arábia Saudita, Austrália, Brasil, França, Inglaterra e Estados Unidos, mas a extração de minérios é feita somente na Austrália e no Brasil.

Das várias Microrregiões em que se subdivide a Mesorregião da Borborema, duas são destaques na mineração: Seridó Ocidental (onde estão Santa Luzia, Várzea e Junco do Seridó) e Seridó Oriental, onde estão Picuí, Pedra Lavrada etc.). A atividade desenvolvida em todos estes municípios, no geral, se organiza em torno da exploração de granito, quartzito, caulim e feldspato, vermiculita e calcita. A maior parte destes minerais é destinada a abastecer o mercado paraibano, havendo, ainda, a exportação para Pernambuco, Ceará, São Paulo, Paraná, entre outros estados. Na

Paraíba, as indústrias de fabricação de cimento, de cerâmicas de revestimento e a construção civil são os principais consumidores dos produtos minerais extraídos.

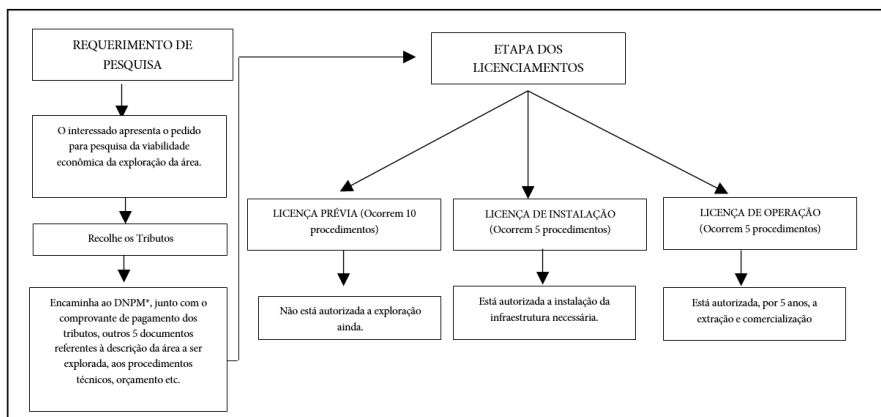
Se, por um lado, na ponta da cadeia, as empresas consumidoras de minerais extraídos no Seridó contam com a mecanização da produção, trabalhadores formais, equipamentos de segurança e, sobretudo, com algum nível de proteção social de seus empregados, por outro lado, no começo da cadeia, ou seja, no garimpo, a extração é informal e o trabalhador não desfruta de proteção social. O modelo de realização da atividade de extração mineral no Seridó, a que tantos autores fazem referência (CABRAL et al., 2009; CARDINS, 2010; CAVALCANTE, 2010; GOMES, RIBEIRO, ARAÚJO, 2008; LIMA, 2010; NÓBREGA, 2012), é extremamente eficiente na produção do dano e do passivo ambiental. Isto porque o trabalho é feito com ferramentas rudimentares, em boa parte dos casos com explosivos e, além do mais, as minas são a céu aberto e é difícil o acesso a máquinas para fechar os buracos após o encerramento da produção, logo não há replantio de árvores e recuperação do entorno que foi degradado.

Essa atividade também degrada os corpos dos trabalhadores, uma vez que se trata de trabalho manual que exige um grande número de flexões da coluna, em uma jornada que começa às seis horas da manhã e, às vezes, se estende até as 17 horas. A maioria dos garimpeiros faz uma pausa para o lanche às 9 horas da manhã, almoça por volta de 11 e meia da manhã e toma café às 15 horas, sempre no espaço de trabalho. Estão submetidos à inalação de partículas de minério que pode comprometer o funcionamento dos pulmões e levar a morte. Completando este cenário de precariedade, vêm os acidentes de trabalho que, quando não matam, deixam o garimpeiro incapaz para trabalhar.

Este modelo de atividade está sustentado numa complexa rede de relações sociais e econômicas envolvendo, além dos garimpeiros, empresas, cooperativas, o exército e técnicos de agências financiadoras e reguladoras do trabalho e da atividade de mineração em âmbito municipal, estadual e federal. Estas relações nem sempre são de cooperação, implicando disputas pelo monopólio de recursos minerais. O acesso às riquezas minerais no subsolo é a razão econômica que atrai empresas para o meio rural do Seridó paraibano, e a arena de disputas pelo seu monopólio tem regras muito claras que são dadas pela legislação ambiental, tributária e trabalhista.

Para que uma empresa possa explorar legalmente uma área, ela precisa atender a um rol de requisitos legais que estão resumidos no Quadro 1, abaixo. Para empresas capitalizadas que dispõem de engenheiros, advogados, geólogos, economistas etc., como a Vale do Rio Doce, o processo é simples; porém, para os garimpeiros, o processo de regularização é quase inexequível.

Quadro 1 – Resumo do processo de legalização da exploração mineral



*Departamento Nacional de Produção Mineral

Fonte: Elaboração própria a partir da legislação vigente²

O processo de regularização da exploração mineral, como se pode ver no resumido Quadro 1 acima, é bastante complexo e oneroso, tendo em vista que os relatórios dependem da contratação de engenheiros e geólogos cujos valores cobrados por serviço são altos, favorecendo a concentração do direito de exploração do subsolo em poucos grupos, geralmente, empresas. Tais empresas possuidoras deste direito nem sempre executam a exploração, mas sempre impedem os garimpeiros de fazê-lo ou então os submete a uma espécie de “regime paralelo de concessão do direito de exploração”, no qual as empresas cedem suas áreas, mas, ao mesmo tempo, exigem do garimpeiro exclusividade na venda do produto, cobram aluguel de algum equipamento cedido, descontam o frete para ir buscar o minério etc.

Durante uma das observações de campo que fizemos durante nossa pesquisa de mestrado, em 2012, ouvimos relatos de agricultores que foram impedidos de extrair caulim de suas próprias terras, uma vez o direito de explorar o subsolo naquela propriedade já havia sido concedido a uma empresa e esta haveria negado autorização para a extração do caulim. O fato de os agricultores terem a titularidade da sua terra não lhes dá o direito de explorar o subsolo, dado que este pertence à União e sua exploração depende de uma concessão que é dada mediante o processo que mostramos acima.

A existência de grupos que podem explorar o subsolo e de grupos impedidos de fazê-lo, ainda que estes últimos sejam os proprietários da terra, nos faz questionar

² Decreto-Lei nº 227, de 28/02/1967; Portaria/DNPM nº 392, de 21/12/2004; Portaria/DNPM nº 268, de 27/09/2005; Portaria/DNPM nº 270, de 10/07/2008; Portaria/DNPM nº 374, de 28/10/2010 e Portaria/DNPM nº 691, de 03/09/2011.

o seguinte: quem são os detentores do direito da exploração do subsolo com o fim de extração mineral nos municípios de Junco do Seridó, Santa Luzia e Várzea? Que relações se estabelecem entre os usuários do subsolo e os do solo?

Na busca de respostas, levantamos dados secundários no portal do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) a respeito dos processos ativos de licenciamento dos empreendimentos mineradores nos três municípios. Constatamos que estão ativos, em Santa Luzia, 106 processos em fases distintas (autorização para pesquisa, para lavra); em Junco do Seridó são 81 processos ativos e, em Várzea, 26. Estes processos compreendem uma área vastíssima dos territórios destas cidades, como a Tabela 1 aponta.

Tabela 1 – banco de dados sobre os processos de licenciamento das atividades minerais

Item	Municípios		
	Junco do Seridó	Santa Luzia	Várzea
Nº de processos de ativos junto ao DNPM	81	106	26
Área que compreende o município (km ²)	170.420	455.717	190.526
Soma das áreas requeridas para atividade mineral no município (em hectares)	31.181,48	62.100,25	17.637,16
Proporção do território do município requerida para atividade mineração	18%	14%	10%

Fonte: Elaboração própria a partir de DNPM (2016) e IBGE (2016).

Não é de se desprezar o tamanho da área requerida para utilização na atividade mineradora no espaço rural de cada um destes municípios. A quantidade de processos também chama atenção, assim como o número de interessados requerendo áreas. A Tabela 2 nos mostrará que disputas muito intensas pelo monopólio das áreas para minerar estão em curso.

Tabela 2 – Quantidade de processo por tipo de interessado

Municípios	Tipos de interessados		
	Pessoas físicas	Pessoas Jurídicas (Empresas)	Pessoas Jurídicas (Cooperativas)
Junco do Seridó	24	54	3
Santa Luzia	21	85	0
Várzea	6	18	2

Fonte: Elaboração própria a partir de DNPM (2016).

Os 24 processos de Junco do Seridó, movidos por pessoas físicas, foram abertos por 14 interessados (dos quais 5 são mulheres). Só um dos requerentes tem sete processos abertos. Quanto às pessoas jurídicas, especialmente as empresas, identificamos 27 interessadas. Os três processos de cooperativas foram abertos pela Cooperativa dos Mineradores dos Municípios das Regiões do Seridó, Cariri, Curimataú da Paraíba Ltda. (Cooperjunco) e pela Cooperativa dos Trabalhadores de Minério e Agricultura de Equador e do Seridó³.

No município de Santa Luzia, os 21 processos foram abertos por 15 pessoas físicas, das quais 5 são mulheres (uma coincidência apenas de número em relação ao Junco). No que diz respeito às empresas, 28 abriram processos, sendo que as duas principais tiveram, respectivamente, 25 e 17 processos. Este município não possui cooperativa de garimpeiros e nem houve cooperativa de outra cidade interessada.

O último município que estudamos foi Várzea. Os 6 processos abertos por pessoas físicas foram demandados por seis interessados, dos quais 3 eram mulheres. Ao todo, 13 empresas foram autoras dos 18 processos deste tipo de personalidade jurídica. Duas cooperativas, uma de Ouro Branco (cidade vizinha a Várzea) e a outra do próprio município, entraram com processos.

Estas informações fazem notar aspectos muito interessantes da disputa pelo monopólio dos recursos minerais no meio rural. Em primeiro lugar, o domínio das empresas no controle dos direitos de uso do subsolo. O predomínio deste tipo de pessoa jurídica tem relação com a facilidade em executar os processos burocráticos, tema que já abordamos acima, e com a própria estratégia econômica das empresas de se espalharem pelo interior do país identificando as jazidas minerais cujo potencial de exploração seja viável.

Outro dado que não pode escapar ao nosso olhar é que boa parte dos requerentes de área são mulheres. O trabalho na mineração, conforme já tínhamos observado há alguns anos (NÓBREGA, 2012), é eminentemente masculino. Porém, existe um espaço destinado às mulheres que, geralmente, é na gestão da produção mineral. No caso do trabalho dos garimpeiros, que recebem por produção ou diária, são as esposas ou filhas, em grande parte dos casos, que contabilizam quanto o garimpeiro vai receber. Em relação ao trabalho das mulheres que atuam nos processos de regularização, os dados colhidos são de empreendedoras cujos maridos também são do setor. Noutros casos, são viúvas ou mulheres separadas que deram continuidade ao trabalho que realizavam com seus companheiros. Em Junco do Seridó ainda encontramos duas mulheres que deram seguimento às atividades minerais que herdaram de seu pai. Assim, há uma divisão doméstica do trabalho, uma vez que as esposas cuidam da burocracia e os esposos vão a campo, mobilizam os trabalhadores para extrair os minérios etc.

Um terceiro aspecto que gostaríamos de mencionar é o baixo acesso às áreas para exploração pelas cooperativas, não obstante tenha havido, nos últimos anos, uma política de investimento na formalização do trabalho na mineração por meio

3 Esta cooperativa tem a sede na cidade de Equador, no Estado do Rio Grande do Norte, cidade que faz divisa com vizinha de Junco do Seridó.

deste tipo de organização. Dos 213 processos analisados, apenas 5 foram abertos por cooperativas, sendo que três foram de cooperativas do Rio Grande do Norte e dois da Paraíba. Enquanto no caso das empresas e das pessoas físicas, geralmente, há um mesmo proponente para mais de um processo, no caso das cooperativas vemos que a Coopervárzea e a Cooperjunco conseguiram abrir apenas um processo⁴.

Os dados levantados até aqui nos ajudam a levar a cabo a tese da complexidade do mundo rural contemporâneo. Considerando os atores que estão em disputa pelo controle dos recursos do espaço rural, vemos essa complexidade expressa, no caso do setor mineral, pelas disputas que se estabelecem entre empresas, cooperativas, pessoas físicas que têm empreendimentos na mineração.

A questão agrária na microrregião do Seridó Ocidental da Paraíba inclui, como nossa pesquisa tem apontado, a especulação com o direito de exploração do subsolo e também com a terra, que são resultantes desta dinâmica de concorrência pelo monopólio dos recursos minerais. Quase 90% dos processos de requerimento são para autorização de pesquisa. Como vimos no Quadro 1, este tipo de autorização não libera para a extração com o fim de comercialização, na verdade, libera apenas para extração com a finalidade de estudo. Nela, deve ocorrer, apenas, a pesquisa que vai planejar todo o processo de extração. No entanto, duas situações ocorrem mais frequentemente: a primeira é a obtenção do registro de área com o fim de repassá-lo para outras empresas⁵; a segunda é requerer a área para impedir que terceiros a pleiteiem e, já na fase de pesquisa, arremonta-se trabalhadores para extrair minério.

Quando se decide extrair o minério e se prossegue com as outras etapas do processo de regularização, vem outra negociação importante: o direito de entrar na propriedade rural. Na maior parte dos casos, as empresas negociam com o proprietário da terra o pagamento de uma porcentagem da produção extraída – é o que os garimpeiros chamam de conga. Assim, por exemplo, se uma empresa extrai o equivalente a R\$ 1.000,00, ela deve pagar ao proprietário de terra o equivalente a R\$ 100,00, ou seja, 10%. Nas diversas comunidades rurais que visitamos não encontramos nenhum contrato formal de arrendamento da terra para exploração mineral. Toda a negociação é verbal e tem por fundamento a confiança entre as partes. Não há contrato, mas o empenho da palavra.

Perguntamo-nos como o proprietário da terra faz para saber quanto deve receber. Algumas entrevistas nos fizeram compreender que a base do cálculo é a contagem da quantidade de caminhões carregados de minério que saem por dia da propriedade rural. Geralmente, um caminhão transporta 11 toneladas de minério

4 Estas duas cooperativas e os seus resultados positivos são consequências das políticas de desenvolvimento do setor mineral que vêm ocorrendo desde 2006 e dos investimentos no Arranjo Produtivo de Base Mineral. Além disso, o Governo do Estado da Paraíba concedeu às cooperativas minerais a redução da cobrança de impostos. Além disso, abriu linhas de crédito com juros muito abaixo do mercado. Registre-se, ainda, a parceria firmada com a UFCG, CDRM e Sebrae no sentido de disponibilizar apoio técnico para levar a frente os processos regularização das áreas.

5 A legislação mineral permite que uma empresa detentora de autorização para explorar uma área possa repassar esse direito a outra empresa.

e com esse dado, que é multiplicado pelo valor da tonelada do minério, calcula-se quanto vai ser recebido. Esse cálculo não implica o absoluto controle da quantidade de minério extraída e as evidências por nós obtidas apontam para o fato de que as empresas extraem muito mais do que aquilo que acertam com os proprietários da terra. Na cidade de Santa Luzia, especificamente, no sítio Talhado, a extração de granito é muito forte. Os proprietários daquela comunidade só descobriram que estava sendo retirada quantidade de granito maior que a informada em razão da atuação do DNIT e PRF no sentido de fiscalizar os caminhões que estavam trafegando com o peso superior à capacidade de transporte dos veículos.

Ao invés de se preocuparem com porcentagens da produção, os proprietários de terra podem estabelecer um valor fixo, ou seja, podem arrendar suas terras, o que faz o arrendamento ser mais simples que a conga. Em uma propriedade que visitamos no sítio Noruega, em Junco do Seridó, constatamos que um dos proprietários tinha arrendado uma área do seu sítio a uma empresa de Recife para extração de granito pelo valor de R\$12 mil pagos em doze parcelas de R\$ 1.000,00. A terceira alternativa é a aquisição da terra. Em Junco do Seridó, o grupo alemão Germer, que tem fábricas no Paraná, enviou, na década de 1980, um de seus funcionários para comprar minério em Recife. Na capital pernambucana, este funcionário soube, através de caminhoneiros, da existência de minério de boa qualidade na cidade de Junco do Seridó. Seguindo a orientação dos caminhoneiros, este comprador de minério veio até a cidade, onde comprou amostras e, uma vez verificada a boa qualidade do material, passou a comprar constantemente. Este funcionário acabou se instalando definitivamente na cidade, e comprou e regularizou as terras que atualmente explora. Em Santa Luzia, o grupo espanhol Mineração Coto, que extrai granito, também adquiriu várias terras e as regularizou. Em Várzea, um empresário veio de Portugal e passou a explorar o quartzito, que serve para produção de cerâmica e mosaico para revestimento de pisos e paredes. Naquele município, o “Português”, como é chamado pela população, constituiu um verdadeiro polo de produção de peças de revestimento para exportação. Ele também se tornou proprietário de terra.

Nas três formas de acesso à terra para o fim de exploração do subsolo (pagamento de conga, arrendamento ou compra da propriedade), a ocupação da terra é especulativa e predatória. Conforme destaca Reydon (2014), em seu texto sobre governança fundiária, a especulação sobre a terra ocorre quando “o agente econômico percebe a possibilidade de obter ganhos no futuro com a aquisição ou a obtenção de um ativo” (REYDON, 2014, p. 739). No caso paraibano, a especulação ocorre com os títulos minerários e também com áreas de propriedades rurais nas quais se visualiza a possibilidade de grandes reservas de minério.

Assim, a tendência vista por Reydon (2014), de mudança na forma de uso da terra, de fato persiste. Mesmo quando se tem a expansão de atividades do setor primário, como é o caso da extração mineral, a função da terra enquanto espaço de produção é ressignificada. Está claro que nos três municípios de nosso estudo paga-se porcentagem pelo uso da terra, arrenda-se ou compra-se a terra não para explorar o seu solo com atividades agrícolas ou pecuárias, mas para usá-lo como suporte às atividades de exploração das riquezas minerais que estão no subsolo.

Além do mais, o espaço rural é ocupado por uma atividade econômica degradante. Se as lentes da sociologia e da economia captaram o caráter predatório da expansão do *agrobusiness*, especificamente, a transformação das florestas em pastagens ou em plantios de soja, milho, etc., nossa lente está focada na destruição das serras e morros em proveito da extração mineral. A extração de granito em Santa Luzia, de quartzito em Várzea e de feldspato em Junco do Seridó, é feita, em todas elas, a céu aberto, ou seja, implica escavação de grandes áreas para deixar descoberta a rocha na qual se encontram estes minerais. A consequência, como se pode deduzir, é o desmatamento, erosão, emissão de poeira, destruição de *habitats* de pequenos animais da caatinga etc.

Assim, se a preservação ambiental para a garantia do futuro se transformou em um novo valor e numa nova função para os atores sociais do meio rural, tal função, sob a lógica do capital, é, para dizer o mínimo, desafiada. Esta é uma percepção já muito antiga, remontando, inclusive, ao próprio Marx (2013), para quem o desenvolvimento capitalista da agricultura teria consequências drásticas para o meio ambiente:

[...] todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade. [...] Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador. (MARX, 2013, p.703).

Se o desenvolvimento da atividade produtiva agrícola tem impactos sobre o meio ambiente, o que se pode dizer da mineração, que consiste na retirada do subsolo de toda a riqueza de minerais e, para tanto, implica destruição do solo? Inegavelmente, há correntes novas surgindo como a agroecologia e a economia solidária que se colocam como alternativa ao modelo de desenvolvimento predatório, mas, no que diz respeito à atividade de mineração, não temos percebido, em nosso trabalho de campo, avanços na implementação de projetos de recuperação das áreas degradadas (os chamados Prads).

Tendo já abordado as repercussões da atividade de mineração sobre a forma de uso da terra e o meio ambiente, cabe-nos agora enfrentar a questão das estratégias de sobrevivência e da reorganização do trabalho familiar.

Nos municípios do Seridó a relação entre garimpo e agricultura é de complementaridade, uma vez que o garimpo gera a renda para adquirir os mantimentos, remédios, roupas e serviços que a agricultura não é capaz de prover. Em segundo lugar, esta atividade é muito compatível com o ciclo agrícola, o que permite a inserção dos agricultores no garimpo sem a perda do roçado. Do ponto de vista das características da atividade produtiva em si, as tarefas executadas exigem praticamente o mesmo tipo de movimento e esforço físico que a agricultura, ou seja, curvaturas na coluna, força para escavar etc. Um terceiro atrativo seria que esta atividade acontece próxima das áreas de roçado. Em quarto lugar, não há

grandes exigências senão força física, resistência e habilidade para descer até grandes profundidades no subsolo.

A compatibilidade entre a agricultura e a mineração é possível não em razão da seca, mas da estratégia de sobrevivência da família a partir da reorganização do trabalho familiar. Passamos a uma descrição de como as famílias se organizam para cuidar da terra e de como isso permite o ingresso na mineração.

O ciclo agrícola começa com o preparo da terra. Ara-se a terra com trator ou cultivador puxado por boi, geralmente entre os meses de dezembro e janeiro; depois, com as primeiras chuvas no mês de fevereiro, acontece a chamada *primeira planta*.

Entre os meses de março e abril ocorre o “inverno”, palavra utilizada na região para se referir ao período de chuvas mais frequentes, mais fortes e que, por deixarem a terra bem molhada, favorecem o plantio. Toda família participa do plantio, cabendo aos homens adultos e aos jovens cavar a terra para que as mulheres semeiem. Findo o plantio, inicia-se, imediatamente, a primeira limpa – a retirada do mato das covas onde foram plantados o milho, o feijão, a melancia e o jerimum. Essa primeira limpa dará mais chance para as plantas crescerem e se expandirem bem. Entre abril e maio é, basicamente, o período de cultivo, feito pelos rapazes e os pais, mas há casos em que as mulheres também participam.

Já no mês de maio começam as primeiras colheitas. Mães e filhos retornam com o pai para o roçado para as primeiras apanhas de feijão e a quebra do milho. A colheita se intensifica em meados de maio até junho – período de maior pico. Posteriormente, o volume de trabalho na colheita começa a ser reduzido e cessam as chuvas. Em julho, praticamente só há os roçados de milho que não foi ainda colhido e que secou na espiga para fazer “a semente do próximo ano”, feijão e pouca melancia e jerimum.

No período posterior ao inverno, os trabalhadores entram em plena atividade nos garimpos, com turmas de seis pessoas, às vezes mais. Isso não quer dizer que não haja trabalho nas minas antes de julho, mas ocorre que no período de fevereiro a abril, quando as chuvas são mais intensas e constantes, o trabalho tem o ritmo reduzido, uma vez que as minas ficam inundadas. Durante o inverno, os garimpeiros tendem a se dedicar um pouco mais à lavoura. Há aqueles que ficam exclusivamente cuidando do roçado na época de plantio, cultivo e colheita e, somente depois desse período, é que voltam ao garimpo. As entrevistas⁶ realizadas nos informam sobre esta dinâmica que combina agricultura e garimpo:

O senhor trabalhou em roçado?

Trabalhei e trabalho. É tudo na base da enxada e do cultivador. Eu planto milho e feijão no tempo do inverno. Mas quando passa, aí eu tenho que fazer outra coisa. (ACN, 45 anos).

6 Os trechos de entrevistas apresentados neste artigo identificam apenas as iniciais do nome e a idade, sendo este último o dado que ajuda a diferenciar um entrevistado de outro. Transcrevemos estas falas tal como foram feitas, razão pela qual aparecem erros de concordância e supressões de letras para ressaltar que se trata de transcrição de áudio de entrevista.

Outro entrevistado ratifica esta combinação:

Como você concilia o garimpo com o roçado?

Tem o período que a gente trabalha com caulim e pedra e o tempo da agricultura. Lá em casa cada um tem seu roçado que é mais ou menos três hectares. A gente prepara no fim do ano que é pra em janeiro estar pronto. Eu tenho cinco irmãos e desenvolvem a mesma atividade. (PN, 41 anos)

Fizemos uma visita a uma família rural no sítio Noruega, em Junco do Seridó. A família é composta por seis pessoas (pais e quatro filhos). Dois são casados e têm residência na propriedade do pai. Questionamos a mãe sobre como é a organização do trabalho familiar e obtivemos o seguinte relato:

Seus filhos trabalham no roçado?

- Ah, é do caulim pro roçado! Então, quando tá no tempo de chuva eles ajuda a plantar e depois vai pro caulim, mas na seca, aí fica só no caulim. Então assim eles de tardezinha, sábado, domingo vão ajudar, mas quando num pode ir ou quando num quer ajudar no roçado, aí eles pega o dinheiro e diz: mãe pague uma diária. Então assim, a gente vai e bota uma pessoa pra ajudar no roçado ou, às vezes, até eu vou ajudar, porque aí a gente fica com o dinheiro pra ajudar nas coisas da casa mesmo (MJN, 55 anos).

A organização do trabalho nesta família implica maior dedicação do pai, já idoso, ao roçado, enquanto seus filhos vão para o trabalho no garimpo para obter mais renda. Entretanto, a ligação dos filhos com a agricultura não se perde: quando eles não vão para o roçado com o pai limpar mato ou colher, dão uma ajuda monetária para que seja contratada, por diária, uma pessoa para auxiliar aos pais.

Em Santa Luzia, no sítio São Gonçalo, temos exemplos de famílias que arrendaram suas propriedades e que tiveram, ao mesmo tempo, alguns membros aproveitados no trabalho de extração de minério. Na Serra de Santa Luzia, também verificamos que a condição para que uma empresa exploradora de granito entrasse na propriedade, além do pagamento da conga, seria a contratação dos netos do proprietário da terra⁷.

De qualquer forma, a expansão da atividade de mineração no meio rural do Seridó consolidou o caráter polivalente das famílias de agricultores familiares, confirmando uma tendência já discutida por Wanderley (2009). Deste modo, concluímos que não há uma anulação da atividade agrícola, mas uma reorganização da divisão do trabalho entre os membros da família, com diferentes combinações entre as duas atividades em diversas demarcações do tempo: um período do dia na agricultura e outro no garimpo; seis meses dedicados à agricultura e seis meses dedicados ao garimpo, neste segundo caso, quando se esgota a produção agrícola. Independente da forma de combinação do tempo, no geral, o ciclo agrícola marcado

⁷ Os exemplos se multiplicam e o espaço para descrevê-los neste texto se esvai...

pelas estações de chuva e seca é central na determinação da maneira como se fará a combinação entre as duas atividades.

A expansão da mineração organizada na forma de garimpo não tem implicado o fim da agricultura na região do Seridó, mas o estabelecimento de uma dinâmica de combinação entre uma atividade e outra ao longo de todo o ano. Os agricultores desenvolvem no seu cotidiano as duas atividades, sendo a mineração, ao contrário do que afirmavam autores como Forte (1994), Vasconcelos (2006) e Andrade (1989), não mais uma atividade sazonal decorrente das secas, mas uma atividade permanente que é parte da estratégia de sobrevivência das famílias rurais. Esta estratégia envolve a obtenção dos recursos monetários para custeio dos gêneros que, geralmente, a agricultura não oferece, por exemplo, para aquisição de bens materiais como moto, televisor, celular etc.

Considerações finais

A Sociologia elaborou explicações para as dinâmicas atuais do mundo rural, de forma que não se trata de um objeto de estudo “para arqueólogos”, mas um campo muito fértil no que concerne às possibilidades de análise. Coube-nos, neste artigo, refletir um pouco sobre as explicações sociológicas que desconstroem a tese da dissolução do mundo rural no urbano e tentar pensar, a partir de casos específicos, quais as tendências e processos em curso que nos permitiriam verificar a vitalidade do espaço rural e a existência de novidades quanto ao que já se sabe sobre este objeto de estudo.

A tese do rural como espaço singular e ator coletivo, que é levantada no debate brasileiro por Wanderley (2009), nos chama especialmente atenção, porque permite discutir como as características naturais das serras atraem para o meio rural atores diferentes que, ao criarem uma complexa rede de relações, põe em jogo diferentes interesses e formas de uso da terra. Isso implicou, do nosso ponto de vista, novas formas de ocupação do espaço agrário e novos tipos de disputa pelo usufruto dos recursos naturais. Especificamente, a conquista da autorização legal para extrair minério do subsolo envolve negociações e conflitos com os proprietários de terra.

Um mercado de títulos minerários se constrói em meio a uma disputa pelo monopólio de determinadas áreas, onde há reserva de minerais importantes para a indústria. Nesta disputa, como vimos, empresas que atuam no setor de serviços, especialmente consultorias especializadas em regularização de áreas, passam a lucrar com a exploração do meio rural. Uma segunda arena de negociações é instaurada após a obtenção dos títulos minerários: o acesso à propriedade rural. Mesmo se tratando de uma atividade do setor primário, a mineração consegue ressignificar o uso da terra, que deixa de ser exclusivamente agrícola, implicando outras atividades e funcionalidades.

Para as populações que vivem no campo e do campo, o desenvolvimento do setor mineral representou novas possibilidades de renda para o sustento da família na propriedade. A despeito dos vários problemas, em especial a precariedade das condições de trabalho e a informalidade, inegavelmente a emigração para os centros urbanos se tornou uma dentre outras possibilidades.

Um complexo sistema de trocas põe em relação diferentes atores sociais que negociam, entre outras coisas, o valor da diária, o valor do frete, a área onde podem extrair, o valor do arrendamento da terra, a quantidade de pessoas por turma de trabalho, como fazer o trabalho, quem coordena, quanto vale a propriedade etc. A mineração, no plano do município, tem uma importância econômica muito grande, pois se trata, na maioria dos casos, da única fonte de renda monetária fora da agricultura e dos serviços públicos e no comércio. Portanto, para os menos escolarizados, para os desempregados e para os agricultores, o garimpo passa a ser uma alternativa interessante.

A sobrevivência das famílias rurais no Seridó paraibano exige, cada vez mais, que elas sejam polivalentes e pluriativas (WANDERLEY, 2009, p. 238), o que implica adoção de várias estratégias de combinação da agricultura com outras atividades econômicas. Para tanto, é necessária a reorganização do trabalho familiar que, no caso da mineração, é feita a partir do ciclo agrícola, que é marcado pelas estações de chuva e estiagem. O vínculo com o mundo rural não se perde, tendo em vista que a renda não agrícola é aplicada na aquisição de animais, na ajuda aos pais para contratação de trabalhadores para as tarefas do roçado e muitos outros gastos que simbolizam o reconhecimento da origem social e o compromisso de dar retorno financeiro para garantir a manutenção do empreendimento familiar.

Referências

- ANDRADE, Manuel Corrêa de. **Mineração no Nordeste**: depoimentos e experiências. Relatório. Brasília: CNPq, 1989.
- CABRAL, Eduardo da Silva et al. Impactos Ambientais: Uma Abordagem das Atividades de Beneficiamento de Caulim na Região Borborema/Seridó na Paraíba. **Enciclopédia Biosfera**, Centro Científico Conhecer, Goiânia, v.5, n.8, p. 1-14, 2009.
- CARDINS, I. A problemática ambiental da extração de caulim no alto do chorão em Junco do Seridó/PB. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, XVI. Crise, Práxis e autonomia – espaços de resistências e esperanças. **Anais...** Porto Alegre: AGB, 2010. 1 CD-ROM.
- CARNEIRO, Maria José. “Rural” como categoria do pensamento. **Ruris**, v. 2, n. 1, p. 9-38, 2008.
- CAVALCANTE, Camila de Melo. Perfil Sócio-Econômico das Cidades Pequenas do Seridó Ocidental da Paraíba. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, XVI. Crise, Práxis e autonomia – espaços de resistências e esperanças. **Anais...** Porto Alegre: AGB, 2010. 1 CD-ROM.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM. **Sistemas DNPM**. Brasília-DF: DNPM, 2016. Disponível em: <<https://sistemas.dnpm.gov.br/SCM/Extra/site/admin/pesquisarProcessos.aspx>>. Acesso em: 30 jul. 2016.
- FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão** – do agrário ao territorial. 2006. 220f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2006.
- FORTE, José Filgueira. **Cooperativas de Pequenos Mineradores** – A experiência nos garimpos de pegmatíticos do Nordeste. 1994. 163f. Dissertação (Mestrado em Geociências, Administração e Política de Recursos Naturais) - Programa de Pós Graduação em Geociências, Administração e Política de Recursos Naturais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 1994.

- GOMES, Márcia Maria Costa; RIBEIRO, Estanley P.; ARAÚJO, Isabella Oliveira de. O garimpo: as relações de trabalho e capacitação profissional no junco do seridó paraibano. In: JORNADA DO TRABALHO DINÂMICA TERRITORIAL DO TRABALHO NO SÉCULO XXI, IX.: em busca dos sujeitos que podem emancipar a sociedade para além do capital. 2008. **Anais...** Goiás: UFGO/Catalão, 2008. 1 CD-ROM
- IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades@**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 30 jul. 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO - IBRAM. **Informações sobre a economia mineral brasileira 2015**. Brasília-DF: Ibram, 2015.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução Urbana**. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.
- LIMA, Rosa do Carmo de Oliveira. Diagnóstico dos impactos ambientais decorrentes do beneficiamento de caulim no município de Equador – RN. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, Sergipe, v. 10, n. 2, p. 91-96, 2º sem. 2010.
- MACHADO, Iram F. Fim da bolha das commodities minerais obriga Brasil a repensar seu papel no mercado mundial. **Longevidade ADunicamp**, 22 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://longevidadeadunicamp.org.br/?p=1415>>. Acesso em: 30 jul. 2016.
- MARX, Karl. (1818-1883). **O Capital** – Crítica da Economia Política. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- NÓBREGA, José Aderivaldo Silva da. **Homens subterrâneos: o trabalho informal e precário nos garimpos de Junco do Seridó**. 2012. 168f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Paraíba, 2012.
- PRATES, Daniela Magalhães. A alta recente dos preços das commodities. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 27, n.º 3 (107), p. 323-344, jul./set. 2007.
- REYDON, Bastiaan Philip. Governança de terras e a questão agrária no Brasil. In: BUAINAIN, Antônio Márcio et al. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014.
- SAUER, Sérgio. A luta pela terra e a reinvenção do rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, XI. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2003.
- SILVA, da José Graziano. **O novo rural brasileiro**. Vol. 1. Campinas: Unicamp, 1999.
- _____. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n.43, p. 37-50, 2001.
- VASCONCELOS, Santiago A. **O uso do território do município de Pedra Lavrada PB pela mineração: elementos de inserção do lugar do fazer no contexto atual da globalização**. 2006. 216f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

Recebido em 19/08/2016

Aceito em 30/01/2017

**TRAÇOS DA MODERNIZAÇÃO NO SERTÃO:
o empresário rural como um novo ator**

***TRAITS OF MODERNIZATION IN THE NORTHEAST
HINTERLAND (SERTÃO):
rural entrepreneur as a new actor***

Ramonildes A. Gomes *

Kaliane de Freitas Maia**

Resumo

Pesquisas desenvolvidas por pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande têm procurado rever a história da formação dos espaços rurais no semiárido nordestino. Combinando técnicas qualitativas, particularmente a realização de entrevistas com a análise de dados secundários, indicando que há um conjunto complexo de formas de ocupação de territórios, marcados por diferenciações em suas formações sociais e nas estruturas produtivas dos empreendimentos agropecuários. Convivem, nos mesmos espaços, empresas agropecuárias modernizadas, empresas tradicionais com baixa tecnificação, agricultores familiares modernizados e tradicionais e, ainda, propriedades absenteístas, estabelecimentos familiares, cujas formas de organização do trabalho e da produção se assemelham ao camponado tradicional. A identificação desse mosaico de estratégias produtivas no chamado sertão semiárido revela também a presença de novos atores e nos leva a problematizar o percurso sócio-histórico, que convergiu para a emergência do rural contemporâneo. A presença recente do empresário rural suscita a necessidade de compreender melhor esse novo ator a partir das seguintes questões: Quais são as estratégias produtivas adotadas nos diversos espaços rurais? Quais atores emergem nesse novo contexto de experimentações e a partir de quais arranjos e racionalidades?

Palavras-chave: Empresário rural. Agronegócio sertanejo. Modernização. Semiárido nordestino.

Abstract

Researches carried out by researchers from PPGCS/UFCG have sought to review the history of the formation of rural areas in the Brazilian Northeastern semi-arid. From combining qualitative

* Doutora em Sociologia, Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UACS/CH da Universidade Federal de Campina Grande, Brasil. E-mail: rnildes@hotmail.com

**Doutora em Sociologia, Bolsista PNPd no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UACS/CH da Universidade Federal de Campina Grande, Brasil. E-mail: kalianemaia@yahoo.com.br

techniques, particularly interviews with the analysis of secondary Data, it has become clear that there is a complex set of forms of occupation of the territory, which is characterized by differences in the social groups and productive structures of agricultural enterprises. In the same space coexist modernized agricultural companies, traditional companies with low technological level, modernized and traditional farmers and also family farms, whose form of work and production organization are similar to those of traditional peasantry, as well as absentee property. The identification of this mosaic of actors and forms of organization of productive strategies in the called semi-arid hinterland leads us to question the socio-historical path that converges to the emergence of the contemporary rural. The recent presence of rural entrepreneurs in this space raises the need to better understand this new actor, from the following questions: What are the productive strategies adopted in the various rural areas? What actors emerge in this new context of trials, and from what arrangements and rationales?

Keywords: Rural Entrepreneur. Hinterland's agribusiness. Modernization. Brazilian semiarid northeastern.

Introdução

O Nordeste e, principalmente os pequenos municípios que abrangem o semiárido, são descritos como áreas de atraso, de tradição e de predomínio do latifúndio. Não levam em consideração as especificidades de cada, mostram em seus textos uma visão estereotipada, configurada pelo lugar das secas e da pobreza, que não experimentou lampejos de modernização.

Em estudos que vêm sendo desenvolvidos por pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG), aliado às leituras de trabalhos que buscaram revisitar a história da formação dos espaços rurais do semiárido nordestino, percebe-se que há um conjunto complexo de formas de ocupação desse território, gerando diferenciações nas formações sociais e nas estruturas produtivas dos empreendimentos agropecuários. Convivem, nesses mesmos espaços, propriedades absenteístas, empresas agropecuárias modernizadas, empresas tradicionais pouco tecnificadas, estabelecimentos de agricultores familiares modernizados e agricultores familiares tradicionais e, ainda, estabelecimentos familiares, cujas formas de organização do trabalho e da produção se assemelham ao campesinato tradicional.

Para refletir sobre a emergência e a consolidação do empresário rural no semiárido nordestino, buscamos inspiração na noção de agronegócio sertanejo, tipologia formulada por Maia (2013), na qual proprietários de terras se modernizam e assumem formas sociais distintas tanto dos antigos latifundiários quanto dos agricultores familiares. Todavia, adotam uma racionalidade que mobiliza elementos da tradição e da modernidade. Este artigo será então norteado pelas seguintes questões: (1) Em que medida podemos compreender a emergência e consolidação do empresário rural como um novo ator? e (2) Como podemos compreender esse empresário rural do Sertão Paraibano, a partir da noção de “agronegócio sertanejo”?

Para entender o lugar do empresário rural é fundamental ressaltar o caráter inovador, o processo de racionalização e as características empreendedoras, assinaladas

por Monteclaro (2005). Para ele, a maioria das pessoas que inicia um negócio nem sempre dispõe de um modelo de empreendimento que funcione; em geral apostam no conhecimento do senso comum associado a um conhecimento técnico adquirido. Este processo pode não se configurar numa tarefa espontânea, pois

A transformação de alguém em empresário é, portanto, um processo complexo, que envolve não só aspectos pessoais, como liderança e disposição de assumir riscos, mas também o acesso a informações estratégicas, tecnologia, rede de contatos comerciais, crédito, incentivos governamentais, etc. Em resumo, um empreendedor não se improvisa do dia para a noite. (MONTECLARO, 2005, p. 2).

Para compreender a emergência de novos atores, é necessário imergir nos espaços rurais do semiárido nordestino, particularmente do chamado sertão semiárido, com objetivo de problematizar as distintas representações do Nordeste, revelando, através de um percurso sócio-histórico, diversas versões que convergiram para a emergência do rural contemporâneo. O que é o sertão semiárido nos dias atuais? Quais são as estratégias produtivas adotadas nos diversos espaços rurais? Quais atores emergem nesse novo contexto de experimentações e a partir de quais arranjos e racionalidades?

As reflexões postas nesse artigo estão organizadas em dois momentos. Inicialmente, fazemos uma descrição da estrutura fundiária do sertão paraibano, dialogando com a literatura estabelecida que retratou o sertão como região problema, terra de latifúndio e de coronéis, onde impera a exploração e a pobreza (FURTADO, 2009; ARAÚJO, 2002). Tomamos o caso da microrregião da Serra do Teixeira, no estado da Paraíba, Nordeste do Brasil, como uma situação exemplar de um sertão que, desde o início do século XX, apresenta uma estrutura fundiária desfragmentada, com fortes tendências para o desenvolvimento de uma agricultura de base familiar.

No segundo momento, debruçamo-nos sobre o caso empírico, trata-se de um empresário rural que descende da agricultura familiar, mas que, na década de 1990 compra 15 hectares de terra, acessa o sistema de crédito bancário e empreende um negócio no setor de frangos de postura. Atualmente, esse personagem combina racionalidades que tanto estão amparadas em disposições tradicionais quanto modernas, o que faz deste um ator que se diferencia do grande proprietário do passado, do empresário do agronegócio e do agricultor familiar do presente. Este caso constitui uma situação sociológica interessante, na medida em que o ator em questão apresenta atitudes, opiniões e comportamentos fundamentados em princípios e práticas diversas, constituídas por outros indicadores da disposição.

Metamorfoses do sertão paraibano: a microrregião da Serra do Teixeira

As imagens cantadas, recitadas e descritas em verso e prosa sobre o Nordeste em geral, são homogeneizadoras, imagens quase caricaturadas do que se convencionou chamar de Nordeste Seco. No livro, *Nordeste, nordestes: que Nordeste?* (2002), a professora Tania Bacelar chama atenção para o fato de que

a região Nordeste, tradicionalmente conhecida pela concentração da pobreza e por uma economia tipicamente periférica, já vinha passando por um processo de heterogeneização, em virtude da emergência de polos de desenvolvimento, estimulados pelas obras de infraestrutura levadas a efeito por investimentos estatais e privados, geralmente em associação. Celso Furtado (2009), ao refletir sobre uma política alternativa para o desenvolvimento do Nordeste, reafirma que o quadro de flagelo que assolou a região, durante anos foi palco de imagens calamitosas que revelavam um brutal contraste nos níveis de renda médio entre as populações do campo e da cidade; imagens como esta já existiam antes da grande seca de 1979 e se mantiveram até quase 20 anos depois, apesar dos esforços voltados para o desenvolvimento econômico.

Ainda que tenham sido feitos investimentos em obras de infraestrutura¹, constata-se que esses investimentos tiveram pouca capacidade de produzir dinâmicas virtuosas. Sabe-se que esta pouca capacidade de operar transformações deve-se ao fato de que eles não se fizeram acompanhar de duas reformas estruturais necessárias: a alteração da estrutura fundiária e a elevação dos níveis educacionais da população local. Como resultado, têm-se imagens (rurais e urbanas) mais coloridas e heterogêneas, que apresentam certo dinamismo econômico e que convivem com um mar de desigualdade e precariedade social. Essa complexidade de situações se metamorfoseia criando a possibilidade da emergência de novos cenários e personagens, entre os quais, agricultores familiares, empresários do “agronegócio sertanejo”², assentados da reforma agrária e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), empresários rurais etc. O chamado empresário rural do sertão é um desses personagens que pretendemos analisar empiricamente, a partir de um estudo de caso que, seguramente, emergiu nos diversos espaços do semiárido nordestino.

Entre os cenários, destacamos o Sertão Paraibano. Este possui uma área de 22.720,482 km², equivalente a 40,01% do território estadual. É formado por sete microrregiões (Catolé do Rocha, Cajazeiras, Sousa, Patos, Piancó, Itaporanga e Serra de Teixeira) e 83 municípios agrupados. Como em outras regiões interioranas do Nordeste, a motivação econômica para ocupação do Sertão foi a pecuária bovina, seguida cultura do algodão em algumas áreas e, em outras, da cultura do sisal. Com a expansão da cotonicultura e/ou do sisal consolida-se um tripé que vai marcar a organização do espaço agrário sertanejo paraibano até a segunda metade do século XX, combinando ora pecuária/algodão/culturas alimentares, ora pecuária/sisal/culturas alimentares. Independentemente do tamanho da propriedade, se pequenas,

1 Fizemos referência a obras como o polo petroquímico de Camaçari, os polos de turismo da faixa litorânea, os polos de tecnologia e informática de Recife e Campina Grande, e os polos agroindustriais de fruticultura, como o do Vale do Açu, no Rio Grande do Norte, ou o de Petrolina e Juazeiro, na divisa entre Pernambuco e Bahia, esta última região notadamente com a barragem de Sobradinho, nos anos 1970.

2 Agronegócio Sertanejo foi uma tipologia formulada por Kaliane de Freitas Maia em sua tese de doutorado intitulada *O “agronegócio sertanejo”: (re)peculiarização e grande propriedade rural na microrregião de Catolé do Rocha (PB), semiárido nordestino*.

médias ou grandes, esse sistema foi responsável pela estruturação social e econômica do sertão da Paraíba.

Considerando os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do censo agrícola de 1960 e do censo agropecuário de 2006, a microrregião da Serra do Teixeira, localizada na região do Sertão Paraibano, já apresentava desde a década de 1960 baixos índices de concentração da propriedade fundiária, predominando na região um grande número de pequenas e médias propriedades rurais.

A divisão territorial da atual microrregião da Serra do Teixeira, denominada na década de 1960 de Zona do Sertão Alto, era composta por 5 municípios, dentre eles: Água Branca, Desterro, Princesa Isabel, Tavares e Teixeira, sendo registrado nesse mesmo censo um total de 8.503 estabelecimentos que somavam uma área de 150.150 hectares. Da área total recenseada na zona do Sertão Alto, os estabelecimentos que mediam de 0,1 a 50 ocupavam 81.598, ou seja, 54,34% da área total já era formada por estabelecimentos que mediam até 50 hectares. Nesse mesmo período, registravam-se apenas 9 estabelecimentos que mediam de 500 a 2000 ha, somando uma área de 5.900 ha, correspondendo apenas a 3,92% da área total, ocupadas por grandes propriedades (Tabela 1).

Tabela 1 – Número e área de estabelecimentos rurais por grupo de área total
– Censo Agrícola de 1960

	Total		Menos de 1 ha		1 a menos de 2 ha		2 a menos de 5 ha		5 a menos de 10 ha	
	N. Estabel	área (ha)	N. Estabel	área (ha)	N. Estabel	área (ha)	N. Estabel	área (ha)	N. Estabel	área (ha)
Zona do Sertão Alto	8503	150150	14	14	268	300	2273	6768	2080	13298
Água Branca	486	11229	-	-	4	4	65	201	72	479
Desterro	664	7342	-	-	-	-	179	570	258	1459
Princesa Isabel	2683	48630	14	14	159	191	834	2430	356	3562
Tavares	1825	30734	-	-	82	82	479	1429	463	2978
Teixeira	2845	52215	-	-	23	23	716	2138	731	4687
	10 a menos de 20 ha		20 a menos de 50 ha		50 a menos de 100 ha		100 a menos de 200 ha		200 a menos de 500 ha	
	N. Estabel	área (ha)	N. Estabel	área (ha)	N. Estabel	área (ha)	N. Estabel	área (ha)	N. Estabel	área (ha)
Zona do Sertão Alto	1845	22862	1392	38356	413	26001	148	17999	60	15553
Água Branca	133	1640	145	4058	49	2964	18	1883	-	-

Desterro	148	1920	68	1826	6	354	2	360	3	720
Princesa Isabel	505	6153	419	11813	117	7280	56	6734	17	4253
Tavares	367	4501	308	8581	88	5393	23	2670	13	3600
Teixeira	692	8648	452	12377	153	10010	49	6352	27	6980

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 2006.

Em se tratando do município de Princesa Isabel, também no censo agrícola de 1960, registrou-se um total de 2.683 estabelecimentos agropecuários, totalizando uma área de 48.630 hectares. Destes constata-se 24.163, ou seja, 49,68% mediam até 50 ha, o equivalente a um pouco mais de um módulo fiscal no município de Princesa Isabel, que é de 40 hectares, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)³.

Passado quase meio século, a microrregião da Serra do Teixeira é composta por 11 municípios, 5 deles já definidos na década de 1960 e 6 novos oriundos de distritos que pertenciam aos 5 municípios da antiga microrregião do Sertão Alto e que foram emancipados politicamente nas últimas décadas, de acordo com o Censo de 2006, totalizando 11 municípios. São eles: Água Branca, Cacimbas (emancipa-se do município de Desterro em 1994); Desterro, Imaculada (emancipa-se do município de Teixeira em 1965); Juru (emancipa-se do município de Tavares em 1961); Manaíra (emancipa-se do município de Princesa Isabel em 1961); Maturéia (emancipa-se do município de Teixeira em 1994); Princesa Isabel, São Jose de Princesa (emancipa-se do município de Princesa Isabel em 1994); Tavares e Teixeira.

Comparando os dados do Censo Agrícola de 1960 com os do Censo Agropecuário de 2006 observa-se que a estrutura fundiária da microrregião da Serra do Teixeira continuou apresentando uma tendência para a desfragmentação das terras, conseqüentemente para a emergência e permanência de pequenas propriedades do tipo minifúndios. Ainda com base nos dados do Censo de 2006, na microrregião da Serra do Teixeira existem 12.778 estabelecimentos recenseados; desse total, 11.797 medem entre 0,1 e 50 ha, totalizando 92,32% do número de estabelecimentos com até 50 ha. Já 5,2% dos estabelecimentos medem de 50 a 2.500 ha. Enquanto 2,49% correspondem a estabelecimentos que o Censo

3 Módulo fiscal é uma unidade de medida agrária usada no Brasil, instituída pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979. É expressa em hectares e é variável, sendo fixada para cada município, levando-se em consideração: a) tipo de exploração predominante no município; b) a renda obtida com a exploração predominante; c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; d) conceito de propriedade familiar. O módulo fiscal corresponde à área mínima necessária a uma propriedade rural para que sua exploração seja economicamente viável. A depender do município, um módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares. Nas regiões metropolitanas, a extensão do módulo rural é geralmente bem menor do que nas regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos.

Agropecuário de 2006 designou como “produtores sem área”. Com relação à área dos estabelecimentos, podemos afirmar que 52,16%, ou seja, mais da metade das áreas recenseadas na microrregião da Serra do Teixeira estão em propriedade de agricultores familiares (Ver Tabela 2).

Tabela 2 – Número e área de estabelecimentos rurais por grupo de área total

Grupos de área total	Variável			
	N. de estabel. (Unidades)	N. de estabel. (%)	Área estabel. (há)	Área estabel. (%)
Total	12.778	100	173.467	100
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	59	0,46	4	0
De 0,1 a menos de 0,2 ha	41	0,32	6	0
De 0,2 a menos de 0,5 ha	196	1,53	62	0,04
De 0,5 a menos de 1 ha	578	4,52	342	0,2
De 1 a menos de 2 ha	2.089	16,35	2.419	1,39
De 2 a menos de 3 ha	1.812	14,18	3.805	2,19
De 3 a menos de 4 ha	1.129	8,84	3.488	2,01
De 4 a menos de 5 ha	742	5,81	3.033	1,75
De 5 a menos de 10 ha	2.019	15,8	13.423	7,74
De 10 a menos de 20 ha	1.780	13,93	23.709	13,67
De 20 a menos de 50 ha	1.352	10,58	40.199	23,17
De 50 a menos de 100 ha	410	3,21	26.935	15,53
De 100 a menos de 200 ha	163	1,28	21.305	12,28
De 200 a menos de 500 ha	69	0,54	20.764	11,97
De 500 a menos de 1000 ha	20	0,16	12.772	7,36
De 1000 a menos de 2500 ha	1	0,01	1.201	0,07
De 2500 ha e mais	-	-	-	-
Produtor sem área	318	2,49	0	0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 2006.

Partindo desses dados, reconhecemos que a estrutura fundiária da microrregião da Serra do Teixeira apresenta uma distribuição de terras desconcentrada em relação à média estadual. Embora a concentração fundiária tenha se constituído em uma narrativa dominante quando se trata de descrever o Nordeste brasileiro, verificam-se diferenciações entre as microrregiões do estado da Paraíba. Como já o dissemos, na Microrregião da Serra do Teixeira a tendência para a desconcentração data da década de 1960, quando já se registrava a presença de minifúndios, dado que se explica pela maior predisposição das terras e do clima para a agricultura, contrariamente ao que ocorreu em outras microrregiões do

sertão paraibano, onde predominou o latifúndio e a pecuária, como, por exemplo, a microrregião de Patos e de Catolé do Rocha.

Na Serra do Teixeira, historicamente, se desenvolveu uma atividade agrícola diversificada, provavelmente favorecida pela localização, uma vez que a maior parte da microrregião corresponde a um conjunto de serras com linha de escarpa muito íngreme, cujo relevo é bastante acidentado e com fortes ondulações, dificultando uma maior expansão da pecuária e a utilização de máquinas e tratores, em geral indispensáveis para a agricultura intensiva.

Moreira e Targino (1997) já observavam essas duas tendências – fragmentação de terras e predomínio da atividade agrícola – quando escreveram a obra *Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba*. Segundo os autores,

Merece destaque a maior concentração da produção alimentar nas áreas de exceção, como os brejos de altitude existentes no Sertão, a exemplo de Monte Horebe, Bonito de Santa Fé, Teixeira. Nessas manchas verdes, houve uma maior concentração da produção e da população, bem como um padrão de distribuição de terras menos concentrado do que nas demais áreas sertanejas (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 78).

A microrregião da Serra de Teixeira ficou historicamente conhecida, do ponto de vista econômico, pelo predomínio da pecuária extensiva e da agricultura de ciclos (algodão, sisal, feijão, milho etc.). Assim, a pecuária não sai de cena como o algodão e o sisal, contudo esta não mantém o mesmo tipo de relação de trabalho, ou seja, o sistema de morada predominante nas grandes propriedades. Isso não significa que não tenham existido nessa microrregião grandes propriedades e famílias proprietárias de terras e detentoras de poder político, porém estas não eram expressivas se comparadas à quantidade de minifúndios. Exemplo emblemático no município de Princesa Isabel foi o coronel José Pereira de Lima, conhecido como um dos maiores chefes políticos do Estado da Paraíba, porém não possuía terras neste Estado, suas propriedades ficavam do outro lado da fronteira, em municípios do estado de Pernambuco. Assim como no caso do Coronel, eram figuras públicas e proprietários de terras os coronéis Joaquim Florentino Rodrigues e Marçal Florentino Diniz, que possuíam terras no povoado de Patos de Ireré, município de Princesa Isabel.

Segundo relatos de antigos moradores de Princesa Isabel, a grande propriedade nunca foi característica dominante na área rural do município, sendo a sucessão de terras, por herança, entre descendentes de um mesmo grupo familiar a explicação mais comum para a expansão dos minifúndios e dos pequenos estabelecimentos familiares. Aliando as informações obtidas pelos relatos orais às contidas na literatura produzida pelos “filhos da terra”, definimos como hipótese para ser aprofundada em outros trabalhos de pesquisa que a explicação sobre a origem dos estabelecimentos de base familiar e com áreas que não ultrapassam um módulo fiscal reside nas dificuldades para o transporte de alimentos e mercadorias, em virtude do relevo acidentado, fazendo com que os chamados tropeiros, viajantes, almocreves, caixeiros, mercadores etc. se fixassem por dias, semanas, em faixas de terras cujos donos não eram conhecidos e ali construíam uma morada definitiva, casando e constituindo família.

Acompanhando o padrão da estrutura fundiária da microrregião, o município de Princesa Isabel pode ser considerado um município rural, cuja sede urbana possui uma área significativamente menor que a área total do município, além de a sua economia ser oriunda dos espaços rurais e marcadamente de atividades agropecuárias (VEIGA, 2002). Desde a sua origem, a agricultura e a pecuária extensivas e de base familiar figuram como pilares econômicos do município de Princesa Isabel. A pecuária, especialmente de bovinos, se desenvolvia paralelamente à produção agrícola, todavia prevalecia uma agricultura do tipo tradicional, de sequeiro⁴, predominando as culturas que compõem a dieta básica do sertanejo, feijão, milho e mandioca, associadas a um pequeno número de bovinos. Além das culturas temporárias, os agricultores exploravam algumas espécies de modo extrativista, a exemplo dos cajueiros nativos que, na época da safra, eram colhidos para a vendada castanha do caju. A implementação das ações do Polo nordeste⁵ pela Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), na década de 1980, voltadas para a difusão de técnicas de cultivo com vistas a diversificar e inovar as estratégias produtivas dos agricultores familiares, além dos esforços de modernização institucional nos anos 1990, modificam o cenário da agricultura e da pecuária no município de Princesa Isabel, que se torna mais diversificado. Têm-se então agricultores mandiocultores, criadores de gado de corte, criadores de gado de leite, suinocultores, apicultores, horticultores, agricultores agroecológicos e avicultores de postura e de corte, sendo este último grupo formado por agricultores familiares e empresários rurais.

É sobre um caso particular, de um empresário rural, criador de galinha de postura, que trataremos no segundo momento deste artigo. O caso que será descrito e analisado nos chama atenção porque se trata de um arranjo idiossincrático, em que aparece, de modo combinado, relações de proximidade e distanciamento entre imaginários da tradição e da modernidade. Tal como definido por Giddens (1997), a tradição estaria ligada à memória, especificamente à memória coletiva, envolvendo rituais e combinando conteúdo moral e emocional. Nesse sentido, o autor afirma que

A tradição está ligada ao ritual e tem suas conexões com a solidariedade social, mas não é a continuidade mecânica de preceitos que é aceita de modo inquestionável. [...] é a cola que une as ordens sociais pré-modernas [...]; tradição

4 Para fins deste artigo definimos como agricultura de sequeiro, cultura sequeiro a cultura agrícola que cresce sem a necessidade de adição de água ao solo por meio de irrigação. Assim, essas culturas crescem com a água apenas da chuva. Ver mais em: <http://www.webartigos.com/artigos/cultura-de-sequeiro/26461>

5 O Polonordeste (Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste), um dos programas que integrava o Plano Nacional de Desenvolvimento, o II PND, que atendiam pela denominação de desenvolvimento rural integrado. Além do Polonordeste, implementado em 1974, destacam-se os seguintes programas: o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste (Projeto Sertanejo), em 1976; e o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP) apoiado pelo Banco Mundial, em 1982. Todos estes tomaram por base uma estratégia do governo federal dos anos 1970, em que era necessário expandir agricultura, ampliando sua escala e promovendo sua integração, sob a ótica do planejamento, problemas de produção, mercado, infraestrutura econômica e social, pesquisa, assistência técnica e financiamento. Sobre este assunto Ver: Gomes (2005), Nunes e Schneider (2013).

é uma orientação para o passado, de tal forma que o passado tem uma pesada influência ou, mais precisamente, é constituído para ter uma pesada influência sobre o presente. (GIDDENS, 1997, p. 80-81).

Para o mesmo autor, a modernidade se caracteriza por uma interligação, com “penetração das instituições modernas nos acontecimentos da vida cotidiana. Não apenas a comunidade local, mas as características íntimas da vida pessoal e do eu tornam-se interligadas a relações de indefinida extensão no tempo e no espaço.” (GIDDENS, 1997, p. 77). Assim, a tecnologia, seja como “técnica”, seja como sistema abstrato, exerce papel fundamental, “tanto na forma de tecnologia material quanto da especializada *expertise social*”.

O empresário rural e as galinhas dos ovos de ouro: uma face da modernização no semiárido

Na microrregião da Serra do Teixeira e, de forma exemplar, no Município de Princesa Isabel, encontramos perfis diversos de agricultores e de estratégias produtivas. Chamaremos atenção, particularmente neste artigo, para um achado de pesquisa com o qual nos deparamos no município de Princesa Isabel. Trata-se de um caso exemplar de empresários rurais modernizados. Analisaremos a trajetória empresarial de Antônio José⁶, filho de agricultor, que decide pôr em prática os conhecimentos aprendidos no curso técnico, no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, localizado no município de Bananeiras, situado no Brejo paraibano. Atualmente, ele é proprietário da Granja Coral, situada no sítio Riacho do Meio, na zona rural do município.

Antônio José neto e filho de pequenos proprietários de terras. Nascido no município de Princesa Isabel e criado na zona rural, sempre teve um apego à terra. Saiu do município para fazer o curso técnico em agropecuária e, ao retornar, cheio de ideias e com os conhecimentos adquiridos na escola agrícola, elaborou um projeto para criação de galinha de postura com a finalidade de produzir ovos, considerando todos os requisitos necessários para levar adiante o seu empreendimento. Todavia, Antônio não possuía terras, nem recursos financeiros para colocar seu audacioso projeto em prática. Já sendo casado, tudo o que possuía era uma casa de morada, que vendeu para investir o dinheiro na compra de uma pequena propriedade de 15 hectares. Agora com a terra, faltavam os recursos para iniciar as instalações do aviário. Decide então ir ao Banco do Nordeste para obter um empréstimo e, a partir daí, constrói o primeiro galpão, com todas as instalações necessárias para dar início ao seu empreendimento.

Ao ser indagado sobre como se definia, qual era sua identidade pública, Antônio afirma ser um empresário rural, e assinala:

6 Para resguardar a identidade do informante e preservar a confiança conquistada durante a realização da pesquisa, apesar de haver comprovação legal da concessão deste para uso das informações, não temos autorização para o uso do nome real, por isso adotaremos o pseudônimo Antônio José.

Eu me considero um empresário, porque eu não tenho só essa atividade da criação de galinhas de postura, eu tenho também uma distribuição de carnes e derivados e eu me considero também um empreendedor, porque eu consigo ver as coisas longe, eu consigo ganhar dinheiro, eu tenho facilidade de ganhar dinheiro, 'eu sei ganhar dinheiro'. Qualquer negócio que eu faça eu tenho essa facilidade. (Entrevista com Antônio José, realizada em Princesa Isabel, outubro de 2015).

Analisando as escolhas feitas pelo informante para dar início ao seu empreendimento, observa-se que ele corre riscos vendendo o único bem da família – a casa de morada –, ou seja, as escolhas feitas por ele implicam uma inclinação para a realização de um autoprojeto, que é a autorrepresentação, não apenas a própria biografia que seria determinada. Mudanças intensas passam a ser experimentadas nesse contexto, a exemplo da estrutura física da granja que, na década de 1990, possuía apenas 2.000 aves e atualmente comporta 200 mil por galpão. A presença da Granja Coral no município mobiliza novas relações de trabalho e novas redes de comercialização. Maria José Carneiro (2012), ao discorrer sobre as características do renascimento do rural no Brasil, infere que a relativização da representação do mundo rural atrelada à atividade agrícola é um aspecto inquestionável de um processo de ressignificação dos espaços rurais, em geral informados pelas tecnologias para melhorar a produção e a produtividade.

Durante a realização da entrevista com Antônio, percebemos que mesmo não havendo concorrência para a comercialização de ovos de granja localmente, digo no raio da microrregião, Seu Antônio desde sempre manifesta uma preocupação com a busca crescente de ganhos de produtividade e com a abrangência de novos mercados consumidores. Os galpões da Granja Coral têm capacidade para 200.000 mil aves produzindo todos os dias da semana, com uma média de 85% de aproveitamento de ovos, totalizando, em média, uma produção de 5.100.000,00 milhões de ovos/mês.

Com a crescente demanda do mercado, a produção está se tornando insuficiente para atender o consumo. Para resolver esta equação, "seu" Antônio fez um novo empréstimo para a construção de mais dois galpões modernos, com sistema de condicionamento de ar e com capacidade para mais 200.000 mil aves, ou seja, seu objetivo é dobrar a produção. O empresário rural entrevistado salienta que tendo ele disputado o mercado precisa agora se manter, e pontua: *"o mercado cresceu, eu cresci com o mercado, eu briguei pelo mercado, eu agora estou voltando a investir para aumentar a infraestrutura produtiva, aumentando a minha produção com mais duzentas mil aves"*.

A racionalidade que subjaz o discurso do Sr. Antônio aparece na definição assinalada por Schumpeter (1982) do que seria genericamente o empresário, ou seja, o indivíduo que promove inovações no processo produtivo que, para além das inovações administrativas, tem capacidade de criar novos negócios. De acordo com Schumpeter (1982), as inovações englobam cinco casos: a introdução de um novo bem ou de uma nova qualidade de um bem; a introdução de um novo método de produção; a abertura de um novo mercado; conquista de uma nova fonte de matérias-primas; e o estabelecimento de uma nova organização. Vejamos o que afirma o informante sobre conhecimento e tecnologia:

Eu acredito muito na tecnologia, acredito muito. Eu não gosto de ficar pra trás não. Eu vivo atento, estudando, olhando, pesquisando, participando de encontros, em São Paulo, em Belo Horizonte, Florianópolis, onde tem eu tô indo e trazendo tudo de novo que a gente acha por lá, então esses galpões é dos mais novos que têm no Brasil, tanto que alguns estados do Nordeste como Rio Grande do Norte, Piauí, sei que eles não têm ainda. O primeiro na Paraíba sou eu. Pernambuco já tem em uma empresa lá perto do Recife e Fortaleza já tem, o resto eu sei que não tem ainda esse novo que eu trouxe que é tudo, tudo automatizado, clima, se eu quero vinte e cinco graus ele dá vinte e cinco graus. A coleta do ovo é toda automatizada, o esterco é automatizado, assim não vão ser 15 caras pra cuidar de cem mil aves, a partir de agora eu vou precisar de 01 cara para cada galpão. (Entrevista com Antônio José, realizada em Princesa Isabel, outubro de 2015).

Partindo desses pressupostos, a ação de investir não é tarefa para um “homem comum”. A expressão entre aspas, para Schumpeter, implica que o empresário é alguém dotado de talentos, disposto a correr riscos. É preciso que se tenha nestas condições um tipo de indivíduo especial, motivado por uma racionalidade intrínseca, que seja capaz de planejar, projetar e executar negócios rentáveis. Segundo Schumpeter (1982), o empresário não seria motivado apenas pelo desejo de lucro:

[...] antes de tudo, há o sonho e a vontade de fundar um reino particular, geralmente, embora não necessariamente, uma dinastia também...Depois há o desejo de conquistar; o impulso de lutar, para provar a si mesmo que é superior aos outros, ter sucesso, não pelos frutos que podem daí advir, mas pelo sucesso em si... Finalmente há a alegria de criar, de realizar as coisas, ou simplesmente de exercitar sua energia e engenhosidade. (SCHUMPETER, 1982, p. 65).

Identificamos, em outra passagem da narrativa do Sr. Antônio, que, além da vocação para os negócios, o conhecimento do mercado e o desejo de inovar, há em seu discurso uma ambição que se associa a certa vaidade, expressa no desejo de querer ser uma referência, como alguém que obteve sucesso na atividade que abraçou. Mas há também um desejo de ser o porta-voz de uma imagem do próprio semiárido mediante a desconstrução a partir de experiências que sinalizam para a viabilidade de estratégias produtivas e relações distintas daquelas já conhecidas do sertanejo.

Eu arrisco com responsabilidade, eu sou audacioso no sentido de ir lá, querer, ter coragem de ir, eu tenho vontade de ir é minha característica, né? E sou um cara apaixonado pela terra e sou realizado, porque eu gosto do que eu faço e eu vivo disso aí. Então eu me considero um produtor lógico. E gosto demais, mas sou produtor numa produção empresarial, não aquela produção desorganizada que eu não conheço os resultados, que eu não sei onde estou botando o pé e hoje a agricultura não pode mais ser aquela agricultura tradicional, tem que ser aquela agricultura empresarial que tem custos, que saiba do mercado, que você estuda a legislação, que você tenha compromisso ambiental, social também, eu tenho e a granja também tem. (Entrevista com Antônio José, realizada em Princesa Isabel, outubro de 2015).

Como empresário rural, Antônio toma a si mesmo como modelo, exemplo de ator comprometido com o desenvolvimento do lugar, uma espécie de ícone que se coloca na vitrine para ser copiado. Ao sofisticar o conceito de empresário, Schumpeter(1982) o associa ao conceito de inovação, apontando-o como o elemento que dispara e explica o desenvolvimento econômico, agregando o empreendedor ao desenvolvimento econômico e ao aproveitamento de oportunidades em negócios, abrindo um novo campo de estudos fundamental para o entendimento dos fatores essenciais que promovem o surgimento e o crescimento dos negócios e das empresas.

Entre os marcadores modernos presentes na trajetória de Antônio José, inovação e empreendedorismo, identificamos a sua expertise em racionalizar diferentes estratégias produtivas, colocando-as em cadeia com interdependências de processos. Assim, além de proprietário da Granja Coral Ltda, Antônio cria mais duas novas empresas, a Coral Carnes e Derivados Ltda e a Comércio Atacadista de Carnes Bovinas e Suínas e Derivados.

Percebendo que, na década de 2000, a economia do Brasil estava em crescimento e que a propriedade, assim como a Granja que fora seu primeiro investimento, dispunha de condições para agregar novos empreendimentos. Antônio procurou unir a avicultura, sua atividade principal, à sua antiga paixão pela pecuária bovina, tornando-a uma atividade secundária, mas também rentável e lucrativa. O empresário/produtor estava preocupado em encontrar uma raça adaptável às características físicas e climáticas da região, que tivesse uma maior aptidão para o corte. Observando critérios como manejo, adaptabilidade, rusticidade, produção e mercado, decidiu investir em um plantel puro das raças Nelore e Brahman, com a finalidade de criar um mercado para a venda de carnes. Segundo Antônio, ambas as raças oferecem uma morfologia adequada para a produção de carnes, proporcionando ganhos substantivos se comparado ao gado mestiço. Nas suas palavras:

Se você pegar um boi desse aqui de vinte arrobas, seiscentos quilos, esse pé duro aqui, quando você matar ele que tirar a cabeça, que tirar o buxo, que tirar perna, tirar tudo ele vai dá trezentos quilos, certo? Cinquenta por cento. Se pegar um nelore desse aqui que é melhorado geneticamente, o osso dele é mais fino, que tem a bunda mais cheia, que tem o mamilão com o mesmo peso daquele vivo seiscentos quilos, vinte arrobas, quando você matar ele você tem trezentos e trinta e seis quilos, ou seja você tem a mais trinta e seis quilos do que o pé duro é onde entra a genética aí, onde entra o melhoramento genético prá produzir carne, esse boi é feito prá produzir carne, o leite que a mãe dele dá só dá pra ele mesmo certo? Então veja só o agricultor tem que vê isso, então num boi quanto é um quilo de carne? Ele tá vendendo um quilo de carne hoje por dez reais no mínimo, tô dizendo vendendo ao açougueiro tá certo? Então, trinta e seis a dez dá quanto? Dá trezentos e sessenta reais, por exemplo vinte bois, já ia embora mais de sete mil reais que ele conseguiu agregar valor dentro do peso do animal mas aí o cara não tem conhecimento, fica botando boi de casa pra cruzar com a vaca dele um ruim cruzando com um ruim. Se um animal ruim cruzar, a sua vaca ela é ruim cruza com touro ruim sai o que? Mas se sua vaca é fraca é ruim cruzar com um touro bom. (Entrevista com Antônio José, realizada em Princesa Isabel, outubro de 2015).

O lugar a partir do qual o empresário rural enxerga o mundo e toma decisões é um lugar onde os sistemas de valores ampliam o leque das atividades econômicas exercidas no meio rural, privilegiando o econômico, seja ele essencialmente agrícola ou não. A compreensão do conceito de empresário rural adotada na análise do caso “Antônio José” está referenciada também na noção de “agronegócio sertanejo”, desenvolvida por Kaliane Maia (2013) em sua tese de doutorado, tendo em vista que as atividades produtivas inter-relacionadas desenvolvidas pelo Sr. Antônio na Granja Coral fortalecem novas estratégias produtivas no município de Princesa Isabel – a exemplo da pecuária de corte, do melhoramento das raças e do frigorífico.

Em sua propriedade, o Sr. Antônio José administra, além da criação de galinhas de postura e da comercialização dos ovos, mais três outros empreendimentos que mobilizam toda uma cadeia produtiva dentro das suas propriedades. Apecuária intensiva tendo como ordem de investimento e prioridade a bovinocultura, a suinocultura e a caprinocultura, todas para o corte e comercialização da carne. A estruturação da cadeia foi sendo feita com a abertura de um frigorífico no centro do município de Princesa Isabel para a venda dos animais abatidos, delegando a gerência do estabelecimento para uma irmã sua. Além da venda no atacado e varejo, o frigorífico ainda comercializa produtos para churrasco (sal grosso, temperos, molhos, carvão etc.).

De modo emblemático, o “empresário rural do sertão” que emerge no semiárido valoriza o conhecimento científico e os sistemas peritos como característica da modernização, nos termos descritos por Giddens, na medida em que Antônio busca racionalizar e integrar em cadeia as atividades desenvolvidas em suas propriedades. A narrativa de Antônio José sobre a organização das suas estratégias produtivas é reveladora de um esforço de modernização que pode ser observado no trecho abaixo:

A granja e os ovos é o que me dá renda, é o maior investimento, mas a coisa que eu mais gosto é cuidar do curral, eu vou dez vezes por dia no curral e uma vez no galpão de galinhas, mas eu tenho relatórios diários sobre a produtividade, tudo que acontece lá é anotado direitinho. E prá isso eu tenho bons profissionais o Richard, tem Fernanda, que é a veterinária, então eles fazem tudo e fazem bem feito[...]. Se vocês olharem lá para cima onde tem o setor de cria e recria vão vê que é tudo automatizado, lá já temos uma tecnologia bem avançada, porque a gente tem que dá o maior conforto na formação inicial da pintinha, é como uma criança prá ela crescer bem, desenvolver bem, ela tem que ser bem cuidada. (Entrevista com Antônio José, realizada em Princesa Isabel, outubro de 2015).

A narrativa guarda também significativa aproximação com as características adotadas por Maia (2013) na definição da categoria “agronegócio sertanejo”, quais sejam: a) Investimento no padrão alimentar do rebanho, com ampliação das áreas de pastagens plantadas para o uso de forragens, além do cruzamento de novas variedades de forrageiras que melhor se adaptem às suas terras; b) Investimentos na infraestrutura da propriedade para viabilizar e otimizar os custos, e agregar valor tanto à produção de ovos como à pecuária de corte; c) Investimento em tecnologias

para autossuficiência de água: construção de uma estação de tratamento de água, de barragens subterrâneas, e recuperação de açudes; d) Aquisição de maquinário (tratores, plantadeira, colheitadeiras, grades de arados, pulverizador, compactador, máquina forrageira, balança, ensiladeira, vagão forrageiro e empilhadeira); e) Expansão sempre crescente de novos mercados consumidores, seja através da comercialização dos ovos, seja através da carne.

De maneira geral, Maia (2013) identifica e analisa as transformações sociais, econômicas, técnicas e produtivas experimentadas nas médias e grandes propriedades rurais da microrregião de Catolé do Rocha, situada na mesorregião do Sertão de Paraíba. A análise dos seus achados de pesquisa corrobora um modelo de agronegócio que caracteriza um sistema produtivo diferente do antigo sistema que se fazia presente no sertão paraibano semiárido, ancorado no tripé latifúndio, algodão/pecuária e sistema de morada, todavia também diferenciado do modelo da “sociedade do agronegócio”, dominante na agropecuária do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país.

Maia (2013) constatou e chamou de “agronegócio sertanejo” o modelo social e produtivo resultante dos esforços de modernização adotados nas propriedades rurais da microrregião de Catolé do Rocha – principalmente, mas não exclusivamente, na agricultura patronal – que expressa a reorganização do setor agropecuário regional após a crise do latifúndio a partir de finais da década de 1970. E a partir daí enfatiza suas principais características (MAIA, 2013 p.171): a) diversidade de possibilidades e estratégias produtivas; b) tendência à especialização produtiva, como efeito da experimentação de diferentes alternativas econômicas, envolvendo e experimentando novas tecnologias e conhecimentos científicos; c) investimentos em novas redes de comercialização; d) relativo predomínio da informalidade nas relações de trabalho, com atualização do antigo sistema de morada; e) direcionamento de rendas não agrícolas (empregos públicos ou rendas resultantes de outras atividades) para investimento na modernização da atividade agropecuária, com menor dependência de financiamentos bancários; f) importância da herança familiar e do poder político como ativos utilizados nos processos de modernização produtiva das grandes propriedades.

É interessante refletir sobre as semelhanças entre os indicadores presentes no caso do empresário rural analisado e na noção de “agronegócio sertanejo”, porque a conceituação mais abrangente para agronegócio se refere à cadeia produtiva, agrícola ou pecuária, em termos das relações econômicas e industriais, ou ao conjunto dos negócios relacionados à agricultura e/ou pecuária e, neste sentido, não seria necessário expandir ou qualificar essa noção para incluir as experiências produtivas do caso Antônio José. Todavia, faremos algumas aproximações que possibilitam inferir as semelhanças existentes entre o *modus operandi* “agronegócio sertanejo” e do empresário rural do sertão paraibano. Independentemente do tamanho das propriedades, o que importa para se encaixar nessa classificação são os vínculos que se estabelecem em torno das atividades produtivas engendrada nessas propriedades.

Guardadas as particularidades dos casos empíricos analisados por Maia (2013), importa mencionar que a conceituação mais geral ajudou a perceber que o empresário rural da Granja Coral apresenta características que ora se aproximam

daquelas mencionadas por Maia (2013), ora se distanciam, mas não anulam o sentido de utilizar tal terminologia para caracterizá-lo. Antônio José está continuamente experimentando estratégias produtivas, e não adota apenas uma atividade produtiva nas suas propriedades. A situação mais exemplar para pensar as aproximações está relacionada à criação de gado que, além de ser uma atividade lucrativa para o empresário, satisfaz um sonho antigo de ser criador; porém, Antônio não queria empreender em qualquer lugar, mas categoricamente afirma que sua intenção desde sempre foi se fixar em Princesa Isabel, também não queria criar qualquer gado, ele investiu na criação de gado de raças melhoradas geneticamente, donde se pode concluir que ele é guiado por uma racionalidade que uneo lucro aosafetos.

Outro elemento que chama atenção como exemplo de aproximações com a noção de “agronegócio sertanejo” é a racionalização da suinocultura. Uma estratégia inicialmente pensada como suporte para a avicultura, no sentido de aproveitar os ovos que eram desperdiçados na granja e que passam a fazer parte da alimentação dos suínos. Segundo o entrevistado, faz-se uma espécie de “omelete” gigante comxerém, farelo de soja e os ovos que seriam descartados. Além disso, os porcos são alimentados com toda uma ração balanceada e preparados para a engorda. Percebe-se uma lógica empresarial envolvida, colocando cada produto em um lugar para formar uma cadeia produtiva e sustentável.

Com relação à especialização produtiva, como efeito da experimentação entre diferentes alternativas econômicas, uma característica desta é que resulta da opção por experiências produtivas “bem-sucedidas” e do abandono de investimentos que não deram certo. Neste sentido, os produtores não são simplesmente reprodutores de processos produtivos desenvolvidos por institutos de pesquisas, mas adaptadores de modelos às suas realidades econômico-produtivas – por exemplo, quando Antônio analisa suas escolhas com relação às novas áreas de pastagens, testando variedades de capim que melhor se adaptem as suas terras. O empresário assinala que foi criticado quando comprou a primeira terra para estruturar a granja, “*disseram que a terra era fraca e que eu ia perder o dinheiro investido*”, contudo ele provou que fez um bom negócio:

Hoje eu também aproveito a terra, eu aproveito a terra em tudo. Essas terras quando eu comprei disseram assim: “você é louco comprar aquela terra? Essa terra aqui é considerada como uma das terras mais fracas da região de Princesa, ela é um tabuleiro raso” né? Mas eu tô produzindo aqui ó capim abufelado de origem africana, palatável tá certo? [...] crio gado nessa propriedade tá certo? Aí planto milho em outra propriedade que tem solos profundos que é lá na frente e crio cabra na Serra do Gavião que tem muita vegetação e também tem muito capim, então eu coloco na terra o que ela pode produzir melhor né? (Entrevista com Antônio José, realizada em Princesa Isabel, outubro de 2015).

Aprendemos que o empresário valorizaos aspectos modernizantes e intenciona que as mudanças se expandam por todo o sertão paraibano. Sempre adepto dos novos conhecimentos, Antônio se mostra motivado a agregar novas

atividades ao seu negócio, percebe-se, assim, que a motivação empresarial extrapola nuances da vocação e da tradição. O aspecto que mais o estimula é a própria dinâmica do mercado, para Antônio José o mercado exige que o empresário esteja constantemente correndo riscos e investindo em novas tecnologias. Para ele, não tem mais sentido, nos dias de hoje, adotar as mesmas práticas agrícolas e pecuárias experimentadas por seus pais e avós no passado. Segundo o entrevistado, “é possível viver bem no semiárido, no sertão, *desde que a gente trabalhe com tecnologias, com técnicas, eu acredito demais nisso, sabia?*” (Entrevista com Antônio José, realizada em Princesa Isabel, outubro de 2015).

No que se refere às novas redes de comercialização, isso fica bem claro como sendo uma característica forte do empresário rural alinhada ao agronegócio sertanejo: Antônio José fez uma pesquisa de mercado bem profissional, com cálculos e testes, visando obter informações que balizassem suas escolhas e decisões. Primeiro, buscou construir uma rede de comercialização e, posteriormente, partir para a disputa alcançando outros estados (Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) e municípios, alargando o raio do comércio de ovos.

A guisa de conclusão

As conclusões aqui apresentadas se referem a uma pesquisa cujas questões, em termos conceituais e empíricos, estão longe de ser esgotadas. O empresário rural, enquanto um novo ator, é de fato a expressão de um traço do que tem representado a modernização no semiárido nordestino. Acompanhando a trajetória do nosso personagem, observamos os deslocamentos de atividades, de momentos, mas também de suas dimensões subjetivas. Contudo, consideramos precipitado condensar a singularidade de um caso em uma fórmula, um conceito etc. (LAHIRE, 2004, p. 45). Ao aproximarmos os conceitos de empresário rural e de “agronegócio sertanejo”, constatamos que representam uma espécie de radicalização do processo de transformação da agropecuária do sertão semiárido, em que a dimensão agrícola e pecuária perde um pouco de sua importância, adquirindo relevância a associação dessas atividades às dimensões técnica e comercial. Supostamente, a emergência desses cenários resulta de dispositivos diversos do processo de modernização da agricultura no Brasil e no semiárido em particular.

Compreender a emergência do empresário rural do sertão a partir de indicadores que definem o “agronegócio sertanejo” implica admitir que a dinâmica dos processos econômicos, políticos e sociais experimentados nas últimas três décadas no semiárido nordestino foram intensas, no sentido de produzir reestruturações e ressignificações de valores, hábitos e técnicas, desafiando a capacidade da produção acadêmica e da literatura especializada em registrar. O produto resultante dessas mudanças convida outros pesquisadores a avançarem sobre a compreensão das dinâmicas sociais no mundo rural do semiárido e suas conexões com outros espaços e atividades econômicas, de modo a revelar contradições que estão sendo gestadas e os desafios postos para superação das desigualdades e para a promoção do desenvolvimento rural.

Referências

- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna /; tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- CARNEIRO, Maria José (coord.). **Ruralidades Contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: MauadX; Faperj, 2012.
- GOMES, Ramonildes Alves. **A qualidade de vida das famílias do Perímetro Irrigado de São Gonçalo**: ética e racionalidade. 2005. 213f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agrícola de 1960**. VII Recenseamento Geral do Brasil. Vol. II, t. V, 1ª parte. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.
- _____. **Censo Agropecuário 1995-1996**. n. 11. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.
- _____. **Censo Agropecuário**. Censos econômicos de 1985: Censo Agropecuário. n. 13. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- _____. **Censo Agropecuário**. Recenseamento Geral do Brasil 1980. n. 9, vol. 2, t. 3. Rio de Janeiro: IBGE, 1983-1984.
- _____. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- _____. **Censo Agropecuário. VIII Recenseamento Geral – 1970**. Vol., t. IX. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.
- LAHIRE, Bernard. **Retratos Sociológicos**: disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MAIA, Kaliane de Freitas. **O “Agronegócio sertanejo”**: (re)peculiarização e grande propriedade rural na Microrregião de Catolé do Rocha (PB), Semiárido nordestino. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Paraíba, 2013.
- NUNES, Emanuel Márcio; SCHNEIDER, Sergio. Reestruturação Agrícola, Instituições e Desenvolvimento Rural no Nordeste: A diversificação da agricultura familiar do Polo Aççu-Mossoró (RN). **Revista Economia**, NE, Fortaleza, v.44, n. 3, p. 601-626, jul.-set. 2013.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Col. Os Pensadores)
- VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

Recebido em 19/09/2016

Aceito em 30/01/2017

**RELAÇÕES INTERÉTNICAS E FORMAS DE ACESSO À TERRA:
Reciprocidade e dependência entre quilombolas e pomeranos na
Serra dos Tapes, Rio Grande do Sul**

***INTERETHNIC RELATIONSHIPS AND FORMS OF ACCESS TO LAND:
reciprocity and interdependence between Quilombolas and
Pomeranians in Serra dos Tapes, Rio Grande do Sul***

Maurício Schneider*
Renata Menasche**

Resumo

Este artigo busca refletir sobre as diferenciadas estratégias de busca de acesso à terra entre quilombolas e pomeranos na Serra dos Tapes, Rio Grande do Sul. Esses grupos viveram processos históricos distintos e, atualmente, encontram-se em situações diferenciadas em relação à capacidade de acessar terras produtivas. Os pomeranos chegaram à região por meio de processo de colonização incentivado pelo Estado, ainda que, em alguns casos, financiado por empresas privadas, sendo as terras adquiridas pelos colonos. As comunidades quilombolas constituíram-se na resistência ao regime escravocrata. No presente, os colonos pomeranos vivem em pequenas propriedades dedicadas, sobretudo, à produção de fumo. No que se refere aos quilombolas, alguns são proprietários de terras e também cultivam fumo, enquanto outros trabalham como diaristas em propriedades de colonos pomeranos. A etnografia mostra que, enquanto quilombolas proprietários estabelecem com pomeranos relações de tipo horizontal, aqueles que são diaristas mantêm com eles relações de dependência. No contexto estudado, as relações entre os dois grupos são acionadas como justificativa para a opção por não demandar a regularização do território a que quilombolas têm direito.

Palavras-chave: Campesinato. Comunidades negras rurais. Colonos. Relações interétnicas.

Abstract

This paper intends to reflect on the different strategies of demand for access to land between Quilombolas and Pomeranians in the Serra dos Tapes, Rio Grande do Sul. These groups lived

* Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGAnt/UFPel), Brasil. E-mail: mauriciodsneider@gmail.com

**Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. E-mail: renata.menasche@gmail.com

distinct historical processes and, nowadays, they are in different situations in relation to the capacity to access productive lands. The Pomeranians arrived in the region by means of process of colonization, even in some cases financed by private companies and being the land acquired by the colonists, it was encouraged by the state. The Quilombola communities constituted themselves in the resistance to the slave regime. At present, Pomeranians live in small farms engaged in the tobacco production, mainly. With regards to the Quilombolas, some of them are owners of land and also cultivate tobacco, while others work as day workers in property of Pomeranians. The ethnography shows that, while Quilombolas owners establish relationships of the horizontal type with Pomeranians, those who are day workers keep with them dependent relationships. In the studied context, relationships between the two groups are actuated as justification to the option for not demanding the territorial regularization that Quilombolas have right.

Keywords: Peasantry. Rural black communities. Colonists. Interethnic relationships.

Introdução

O presente trabalho se propõe a refletir sobre as diferenciadas formas de busca por acesso à terra entre quilombolas e pomeranos na região da Serra dos Tapes, Rio Grande do Sul¹. A partir do olhar sobre os percursos históricos dos dois grupos, bem como da etnografia realizada, busca-se refletir a respeito de alguns aspectos das relações entre quilombolas e pomeranos e sobre as formas de busca por acesso à terra. Assim, a atenção se volta, principalmente, para a dimensão do trabalho, especificamente na produção de fumo, que conecta membros dos dois grupos e é acionado como justificativa para a opção por não demandar a regularização do território ao qual os quilombolas têm direito.

Este artigo se apresenta com um recorte da pesquisa de mestrado do primeiro autor, que tem como tema as redes formadas entre quilombolas e pomeranos na Serra dos Tapes (SCHNEIDER, 2015). Tal estudo se insere no quadro de iniciativas de pesquisa realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura (Gepac), vinculado ao Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais da Universidade Federal de Pelotas (LEAA-UFPel). A partir da agenda de pesquisa nominada *Saberes e Sabores da Colônia*, o Gepac vem, desde 2011, desenvolvendo estudos na região da Serra dos Tapes/RS, articulados em torno da Antropologia da Alimentação, do Consumo e do Rural².

A pesquisa decampo teve lugar na localidade de Colônia Triunfo e nas comunidades quilombolas do Algodão e da Favila, as duas primeiras situadas no município de Pelotas e a terceira no município vizinho de Canguçu. A pesquisa pautou-se pelo método etnográfico, com o emprego de observação participante, registro em diário de campo e realização de entrevistas. Procurou-se acompanhar

1 Uma versão inicial deste trabalho foi submetida à discussão no Grupo de Trabalho “A luta pela terra e a política fundiária” no VI Encontro da Rede de Estudos Rurais, ocorrido em Campinas, no período de 2 a 5 de setembro de 2014.

2 Os trabalhos desenvolvidos pelo GEPAC encontram-se disponíveis em: <<https://www.ufrgs.br/gepac/>>.

o cotidiano das pessoas nas atividades ligadas ao trabalho, bem como nas esferas de relações familiares e comunitárias, produzindo, a partir da convivência e troca com os interlocutores, registros no diário de campo. Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e abertas, bem como conversas informais com as famílias. Foi, ainda, produzido registro imagético em forma de fotografias.

Da formação social

A Serra dos Tapes localiza-se ao sul do Estado do Rio Grande do Sul e compreende parte dos municípios de Pelotas, Canguçu, Arroio do Padre e São Lourenço do Sul, entre outros. Conforme apontam Giancarla Salamoni e Carmen Waskiewicz (2013), até o século XIX esta região constituía-se como território dos Tapes – de quem é derivada sua denominação –, povo indígena pertencente à família linguística Tupi-Guarani. A partir de 1779, teve início na região sul do Rio Grande do Sul um importante ciclo econômico, a produção de charque, movimentando-a até seu declínio, em meados do século XIX, conforme observa o historiador Mário Osório Magalhães (1993).³ Os charqueadores, de origem luso-brasileira, instalaram-se em grandes propriedades às margens dos rios, na planície costeira do que hoje é o município de Pelotas/RS.

Como a produção de charque era realizada por mão de obra escrava, o desenvolvimento dessa indústria trouxe grande número de escravos para a região (MAGALHÃES, 1993). Segundo Paulo Afonso Zarth (2002 apud RUBERT; SILVA, 2009), mesmo quando comparado à região nordeste do País – onde se instalou o regime da *plantation*, em posição secundária durante os períodos do Brasil Colônia⁴ e Brasil Império –, o Rio Grande do Sul contou com expressiva presença de escravos. Durante o período de desenvolvimento da atividade, o número de charqueadas oscilou entre dezoito e quarenta. Considerando que cada charqueada contava em média com oitenta escravos, a população negra em Pelotas chegou, neste período, a um contingente de mais de 3000 indivíduos (MAGALHÃES, 1993), sendo que, em 1814, por ocasião da emancipação do município, representava mais de 50% da população total (PESSI, 2012).

Nos períodos de entressafra da produção charqueadora, os escravos eram levados a Serra dos Tapes – vizinha da planície onde se instalaram as charqueadas –, a fim de extrair madeira e cultivar alimentos (SALAMONI; WASKIEWICZ, 2013). Ainda, segundo Rosane Rubert e Paulo Sérgio da Silva (2009), destaca-se que a propriedade de escravos não era restrita a grandes estancieiros e charqueadores, estando bastante disseminada entre a população livre rural, sobretudo entre os

3 As charqueadas eram empreendimentos destinados ao abate de gado e produção de charque: peças de carne salgadas e secas ao sol, que seriam exportadas para outras regiões do Brasil e para o exterior, servindo como alimento, especialmente aos escravos.

4 A fim de tentar dirimir possíveis equívocos na interpretação dos termos colônia e colonial, optamos por usar a expressão Brasil Colônia (com maiúsculas) sempre que nos referimos ao período histórico; quando se tratar de temas relacionados aos projetos estatais de colonização ou a questões relacionadas à vida dos colonos, os termos aparecerão com letra minúscula.

lavradores açorianos que habitavam a Serra dos Tapes. Desse modo, embora a escravidão estivesse principalmente associada à atividade charqueadora, desenvolvida na planície costeira, também a região da Serra dos Tapes integrava o circuito escravagista. Com a fuga das charqueadas, os escravos, buscando estrategicamente por lugares mais íngremes e distantes, passaram a ocupar a Serra dos Tapes. Posteriormente, com a abolição da escravatura, outras comunidades quilombolas foram se constituindo nessa região (RUBERT; SILVA, 2009).

No Brasil, conforme apontam Rubert e Silva (2009), durante o período escravagista e depois dele, tem destaque a constituição de comunidades quilombolas, o que se deu pelas mais variadas estratégias: fuga do regime de escravidão, doação do senhor, compra com pagamentos em dinheiro ou em serviços, posse de áreas consideradas impróprias para atividades produtivas e, ainda, recompensa por participação em guerras. Tais estratégias não se excluíam mutuamente, geralmente constituindo-se como complementares. Segundo esses autores, o termo quilombo passou por um processo de ressignificação: se antes designava um grupo formado a partir de ação desviante, a fuga da condição de escravo, hoje é representativo de diversas formas de resistência à discriminação racial e exclusão histórica.

A partir do início do século XIX, a imigração de famílias oriundas de países europeus não ibéricos passou a ser incentivada no Brasil, sobretudo nos estados do sul. Conforme aponta Giralda Seyferth (2002), entre os motivos principais da política de imigração estava a preocupação em substituir o trabalho escravo, aumentar a produção de alimentos e defender as fronteiras nacionais, bem como promover o branqueamento da população. Como indica a autora, acreditava-se que, com a chegada dos europeus, a mestiçagem, que cada vez mais tornava a população mulata e, portanto, “degenerada” (segundo as teorias racistas vigentes à época), tomaria o rumo inverso – o que acabou por não se concretizar, em razão do fechamento das comunidades de imigrantes, principalmente alemãs, em casamentos endogâmicos. Assim, os projetos de colonização tomaram áreas tidas como devolutas (efetivamente vazias ou ocupadas por grupos indígenas), impróprias para a atividade pecuária, dividindo-as em pequenos lotes de terra destinados aos colonos.

Cabe notar que o termo *colono* tem sua origem nos projetos estatais de colonização, sendo posteriormente apropriado pelos imigrantes como categoria genérica de identificação. Como aponta Seyferth (1992, p. 80), “para o Estado, eram colonos todos aqueles que recebiam um lote de terras em áreas destinadas à colonização”. Segundo a autora, a categoria colono passou a designar todos os imigrantes europeus não ibéricos e a servir como elemento de diferenciação em relação aos demais grupos.

Na Serra dos Tapes, os primeiros projetos de colonização estabeleceram-se a partir de 1848. Por diferentes iniciativas, seja do Governo Imperial, do Governo Provincial, seja ainda de alguns particulares, foram criadas, nesta região, colônias de imigrantes, especialmente de origem germânica e italiana (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013). Também algumas famílias luso-brasileiras foram assentadas nessas colônias e, mesmo não sendo imigrantes, assumiram a identidade de colonos, sendo identificados como *pele duro* pelos descendentes de imigrantes, os ou *de origem*. Nesse sentido, pode-se sugerir que, na Serra dos Tapes/RS, a diversidade de

etnias presente no processo de colonização apresentou-se como que amalgamada pela identificação comum *colono*, em processo semelhante ao que Seyferth (1992) descreve em estudo realizado no Vale do Itajaí, em Santa Catarina.

Em 1856, o empresário alemão Jacob Rheingantz, em parceria com o Coronel local José Antonio de Oliveira Guimarães, fundou a colônia de São Lourenço, no atual município de São Lourenço do Sul/RS, estabelecendo o primeiro núcleo de colonização pomerana na Serra dos Tapes (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013). Conforme observam Filipe Monteiro e Igor Mello (2008), a Pomerânia localizava-se ao norte da Europa, na costa sul do mar Báltico, tendo seu nome o significado de “terra perto do mar”. Em 1806, seu território foi invadido por exércitos de Napoleão Bonaparte e anexado à Prússia. Ao final da Segunda Guerra Mundial, esse território foi repartido entre Alemanha e Polônia. Os pomeranos que até então não haviam emigrado – muitos já o haviam feito –, abandonaram por completo a região. Desde o século XIX, houve levas de imigração oriundas da Pomerânia destinadas, sobretudo, ao Brasil, Estados Unidos e Canadá. No Brasil, além do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo também receberam imigrantes oriundos da Pomerânia (MONTEIRO; MELLO, 2008).

Como mostra Ellen Woortmann (1995), a migração de famílias europeias para a América não se explica apenas pela conjuntura política e econômica dos países de onde saíram, nem pelos projetos de colonização levados a cabo pelos países onde aportaram, mas também por configurações internas ao campesinato. Para a autora, nos grupos camponeses em questão, para que a propriedade não se fragmentasse, a herança era orientada a partir do princípio da unigenitura, isto é, seria outorgada a um único herdeiro, restando aos demais, entre outras possibilidades, a migração e constituição de nova unidade familiar.

A colônia de São Lourenço foi a primeira e mais importante colônia de pomeranos na região em estudo. Contudo, com o passar do tempo, as novas gerações foram se estabelecendo em outras localidades da Serra dos Tapes, sendo hoje encontradas famílias pomeranas em toda a região (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013).

Das comunidades

Apesar da proximidade entre seus territórios e das relações entre seus membros, são distintas as origens das comunidades quilombola do Algodão e da Favila. Conforme relatam os quilombolas do Algodão, a ocupação da região onde hoje se encontra a localidade Colônia Triunfo começou com a instalação, há cerca de 150 anos, de famílias de ascendência africana. Essas famílias teriam se estabelecido em pequenas áreas separadas umas das outras, em uma época em que os colonos ainda não habitavam a região. Apenas após os quilombolas terem se estabelecido chegaram os pomeranos.

Segundo os membros da comunidade do Algodão, os colonos pomeranos dividiram a terra em lotes e ocuparam todo o território em torno de onde viviam as famílias quilombolas, restando-lhes apenas as áreas das casas. Sem terras cultiváveis, os quilombolas não puderam estabelecer lavouras ou criar animais, podendo apenas

cuidar de pequenas hortas, que, como relatam, eram insuficientes para suprir suas necessidades alimentares. Assim, desde cedo alguns quilombolas passaram a trabalhar em propriedades de colonos pomeranos. Também eram frequentes, segundo relatam, casos em que quilombolas apropriavam-se de alimentos de lavouras vizinhas.

Atualmente, as famílias quilombolas do Algodão ainda vivem em áreas separadas e entremeadas por propriedades de colonos pomeranos, formando núcleos da comunidade. Ao todo, são oitenta e três famílias. Os núcleos estendem-se desde a Colônia Triunfo, onde se situa o núcleo sede, até localidades vizinhas, como Colônia Aliança e São Francisco, dentro dos limites do município de Pelotas/RS, e Favila, já no município de Canguçu/RS. O núcleo sede da comunidade é onde mora Nilo Dias⁵, seu presidente, e onde foi construída uma sede física da associação, destinada ao encontro dos membros da comunidade e reuniões. Os núcleos também estão ligados por meio de relações de parentesco entre seus moradores.

Entre 2007 e 2008, essas famílias começaram a se organizar em torno de uma associação. O processo de reconhecimento enquanto comunidade quilombola teve início em 2010, com o pedido encaminhado à Fundação Cultural Palmares, com o intuito de tornarem-se beneficiárias de políticas públicas do Governo Federal. Uma vez que não possuem escrituras das terras onde vivem, sem o reconhecimento como comunidade quilombola essas famílias não podiam se inscrever nessas políticas. O reconhecimento veio em 2010: a comunidade recebeu recursos para a construção de uma sede e os membros passaram a ter acesso a documentos, tais como certidão de nascimento e documentos de identidade, especialmente Registro Geral (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF). Passaram também a acessar políticas públicas federais, como Luz para Todos, Minha Casa Minha Vida, Fomento à Produção e à Estruturação Produtiva e Bolsa Família; e estaduais, como RS Rural, voltado para a construção de moradias populares.

A Comunidade Quilombola da Favila situa-se na localidade de mesmo nome, no município de Canguçu/RS, a cerca de um quilômetro da sede da localidade Colônia Triunfo, essa já em Pelotas/RS. Conforme relatam os moradores, o território onde hoje está estabelecida a comunidade pertencia a dois ancestrais de atuais membros: o bisavô paterno e o avô materno do presidente da associação quilombola. Esse território serviu de herança aos descendentes. Entretanto, conforme os descendentes foram se casando, a propriedade foi sendo dividida e muitos acabaram vendendo suas frações para colonos pomeranos.

5 Cabe destacar que, ao longo do texto, nomes de alguns interlocutores foram mantidos e outros omitidos ou substituídos por nomes fictícios. Uma vez que o contexto de pesquisa é marcado por relações muitas vezes conflituosas, a não utilização de nomes verdadeiros se mostrou, por vezes, necessária, dado o risco de expor demasiada e desnecessariamente os interlocutores. No entanto, não faria sentido omitir os nomes de alguns interlocutores, pois características particulares de suas identidades ou posições que ocupam os tornam facilmente identificáveis. É o caso dos presidentes das associações das comunidades quilombolas pesquisadas.

Desse modo, todos os membros da comunidade guardam algum grau de parentesco entre si – ligados que estão por ancestrais comuns de quem herdaram os lotes de terra. Muitos também têm laços de parentesco com membros da comunidade do Algodão, distante poucos quilômetros dali. Seu Olívio, por exemplo, é tio de Nilo, presidente da associação daquela comunidade.

A comunidade da Favila é igualmente reconhecida, desde 2009, pela Fundação Cultural Palmares. De lá para cá, também essas famílias vêm acessando diversas políticas públicas dos Governos Estadual e Federal.

A localidade Colônia Triunfo está situada no 4º distrito do município de Pelotas/RS, na fronteira com o município de Canguçu/RS. A localidade é formada majoritariamente por famílias quilombolas que pertencem à comunidade do Algodão e por famílias de colonos pomeranos. Em geral, as famílias quilombolas não possuem terras cultiváveis, dispendo apenas das áreas onde se encontram as casas. Já as famílias pomeranas vivem em pequenas propriedades familiares, onde cultivam suas lavouras.

Na localidade, existe uma pequena vila, onde estão instalados alguns equipamentos públicos e para onde as estradas confluem. Encontra-se ali a sede da subprefeitura do 4º distrito do município de Pelotas, a Unidade Básica de Saúde (UBS) da Colônia Triunfo, um pequeno mercado de varejo (também chamado pelos moradores de *venda* ou *bolicho*), uma transportadora de fumo, um salão de festas – antes particular e agora vendido para uma das igrejas luteranas da localidade⁶ –, um restaurante, uma escola de Ensino Fundamental e uma rádio comunitária. Cabe destacar que os espaços comerciais, como o mercado e o restaurante, são de propriedade de famílias pomeranas. No entanto, todos esses espaços são partilhados e oferecem serviços tanto para quilombolas quanto para pomeranos.

É preciso mencionar que, por meio de políticas públicas direcionadas às comunidades quilombolas, o posto de saúde e a escola da Colônia Triunfo – ambos utilizados por quilombolas e pomeranos – passaram também a receber recursos. Desse modo, a partir de incentivos destinados a quilombolas, também pomeranos usufruem de melhorias nos equipamentos da localidade.

Atualmente, as relações entre quilombolas e pomeranos na região estudada apresentam-se de forma complexa, marcadas pela proximidade em que vivem, bem como pelas relações sociais que tecem. Neste trabalho, o olhar recai sobre uma das esferas em que melhor se pode evidenciar a complexidade de tais relações, a esfera do trabalho, especialmente na produção de fumo, como veremos a seguir. Observa-se que o trabalho conecta membros dos dois grupos, criando relações, em alguns casos, de reciprocidade e, em outros, de dependência. Por outro lado, nota-se também a existência de rupturas, diferenças e conflitos.

⁶ Na localidade, há uma Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e uma Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), também chamada de igreja independente, por não seguir a mesma estrutura hierárquica da de Confissão Luterana, tendo maior autonomia. Cada uma das igrejas promove anualmente uma festa de comunidade.

Fumicultura: padrões, empregados, parceiros e trocas de serviço

O Brasil é o maior exportador mundial de fumo em folha, concentrando-se na região sul a maior parte do fumo produzido (BONATO; ZOTTI; ANGELIS, 2010). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), o Brasil produziu, em 2015, 867.355 toneladas de fumo, sendo que 697.650 toneladas foram produzidas na região sul, o que equivale a cerca de 80% da produção total. Em 2016, a produção de fumo envolveu por volta de 144 mil famílias nessa região (OBSERVATÓRIO DA POLÍTICA NACIONAL DE CONTROLE DO TABACO, 2017). O Vale do Taquari e o Vale do Rio Pardo são as maiores regiões produtoras do Rio Grande do Sul. Nas últimas décadas, entretanto, a fumicultura vem crescendo consideravelmente na Serra dos Tapes, que já ocupa posição de destaque no contexto estadual. Na safra de 2014/2015, os municípios de Canguçu e São Lourenço do Sul produziram juntos mais de 38 mil toneladas de fumo (PORTAL DO TABACO, 2016).

A introdução da fumicultura nessa região ocorreu na década de 1960, concomitante com a crescente dificuldade em comercializar produtos tradicionalmente cultivados, como a cebola, a batata inglesa, o milho e o pêssego. (AGOSTINELLO et al., 2000). Atualmente, a fumicultura vem se constituindo como principal atividade agrícola na Serra dos Tapes. A maior parte dos colonos, de diferentes etnias, bem como dos quilombolas que dispõem de terras produtivas, reduziram significativamente a produção de alimentos para produzir fumo.

É frequente os agricultores declararem que a produção de fumo se apresenta como uma das poucas alternativas produtivas a que têm acesso. Além disso, afirmam que, desde a introdução da fumicultura na região, o poder aquisitivo das famílias rurais aumentou consideravelmente. No entanto, também mencionam a preocupação com a possibilidade de danos à sua saúde pelo uso intensivo de agroquímicos e reconhecem como preocupação os malefícios causados aos consumidores pelo uso de tabaco. Outro motivo de inquietação em relação à fumicultura apontada por eles consiste no difícil relacionamento com as empresas fumageiras, que fazem muitas exigências para que os agricultores possam se adequar ao sistema de produção e oferecem valores considerados aquém para seus produtos.

Cabe mencionar que o fumo tem características específicas para ser produzido. Por um lado, em uma pequena porção de terra é possível cultivar milhares de mudas e, por outro, necessita-se de grande quantidade de mão de obra para realizar o plantio e a colheita, bem como para classificar e estocar as folhas antes de enviá-las para a empresa compradora. Por esses motivos, as pequenas propriedades familiares se tornam ideais para desenvolver tal atividade (BIOLCHI; BONATO; OLIVEIRA, 2003).

Na região estudada, percebe-se que, além do trabalho da família nuclear, é comum o emprego de uma série de estratégias, impulsionadas pelas demandas próprias da atividade fumicultora, para agregação de mão de obra às atividades relacionadas à produção de fumo, sobretudo na etapa de colheita. Tais estratégias traduzem-se em *trocas de serviço*, *cultivos de meia* e contratação de *diaristas*.

As *trocas de serviço* não envolvem pagamento em dinheiro. São comumente realizadas entre duas famílias proprietárias que trabalham com produção de fumo. A família que se encontra na etapa de colheita é ajudada por outra família, o que possibilita que a atividade seja realizada mais rapidamente. Quando a família que ajudou entra no período de colheita de sua lavoura de fumo, é a vez da família antes ajudada retribuir. Estabelecem-se, desse modo, relações de reciprocidade que fortalecem os laços sociais. Essas trocas são, em geral, realizadas por famílias que já têm um relacionamento prévio: vizinhos ligados por laços de amizade ou parentesco, podendo ocorrer, por exemplo, entre uma família quilombola e uma pomerana.

Outra forma de agregação de mão de obra é a *sociedade*, também chamada de *parceria* ou *cultivo de meia*. O sistema é uma espécie de arrendamento da terra, realizado por famílias que não possuem áreas disponíveis para plantio. Nesse caso, a parceria é realizada entre uma família proprietária e outra não proprietária. A primeira entra com a área de cultivo e a segunda com a mão de obra, sendo todos os gastos e lucros divididos igualmente. Apesar de não se constituir em regra, o mais comum é que o cultivo de meia seja realizado por famílias quilombolas em áreas pertencentes a colonos pomeranos. Isto se dá porque, em geral, como já dito, são quilombolas os que não dispõem de terras para cultivar suas próprias lavouras. O trabalho é realizado apenas por esses e de forma familiar. Quem trabalha é o casal e, eventualmente, também os filhos. O proprietário, por sua vez, cede apenas uma parcela de terra para a atividade, continuando a trabalhar com sua família em outras áreas de sua propriedade.

Segundo contam os moradores mais antigos, as sociedades entre quilombolas e colonos pomeranos são anteriores ao desenvolvimento da fumicultura, muitos tendo trabalhado em parceria no cultivo de outros produtos, como a soja. Atualmente, o *cultivo de meia* é pouco frequente na região estudada, sendo mais recorrentes as práticas de troca de serviço e de emprego de diaristas.

Os *diaristas*, como o termo indica, trabalham e recebem por dia de serviço. Também são chamados de *empregados* ou *peões*. Costumam ser mais requisitados no período de colheita – etapa cuja realização deve ser a mais rápida possível, para que as folhas de fumo não percam qualidade, resultando em redução de seu valor. Alguns também trabalham *no galpão*, fazendo as *manocas* (maços de folhas da mesma classe que são amarradas juntas), fazendo *metro* (cortar lenha para aquecer as estufas de secagem das folhas de fumo), ou em outras etapas de produção, que envolvem semeadura, adubação, transplante de mudas, capina (realizada manualmente) – ou, alternativamente e de forma mais comum, controle de plantas daninhas realizado com agroquímicos –, secagem de folhas na estufa e armazenamento de folhas secas em fardos. Ou, ainda, em outras atividades não relacionadas à fumicultura, como a produção de milho. Contudo, a oferta de serviço nessas atividades é muito menor se comparada com o período de colheita do fumo.

A maior parte dos diaristas é quilombola, uma vez que, como apontado no caso daqueles que trabalham com o *cultivo de meia*, são os quilombolas que não dispõem de terras próprias onde possam cultivar suas lavouras. No entanto, também alguns pomeranos, proprietários de áreas em condições de estabelecimento de cultivo, trabalham como diaristas. Justifica-se tal fato pelo elevado custo para iniciar uma plantação de fumo, envolvendo construção de estufa e aquisição de insumos. Além disso,

no caso de famílias com poucos filhos ou com filhos pequenos, que ainda não participam do trabalho na produção, e sem outros familiares que possam ajudar, a demanda de trabalho externo torna-se muito grande, exigindo mais recursos financeiros.

Ambas as práticas, *cultivo de meia* e contratação de *diaristas*, ainda que de algum modo resolvam o limite dado pela indisponibilidade de terras cultiváveis, muitas vezes não são encaradas como desejáveis, o que é dado a perceber a partir da oposição entre *trabalho para dentro* e *trabalho para fora*. O primeiro significa o trabalho desempenhado pela família em sua própria propriedade, enquanto o segundo é o trabalho para outros, seja na forma de sociedade com colonos, seja como diarista. No contexto estudado, é possível sugerir que se trabalhar para fora se apresenta como estratégia diante da indisponibilidade de terras cultiváveis, trabalhar para dentro é a estratégia privilegiada como forma de reprodução social de um modo de vida camponês.

Pode-se ainda indicar que, na região estudada, consideradas as estratégias de agregação de mão de obra encontradas no cultivo de fumo, há dois tipos de relações: horizontais e verticais. Se as trocas de serviços se configuram como relações horizontais entre famílias proprietárias, as parcerias e as contratações de diaristas constituem-se enquanto relações de trocavertical, permeadas pela hierarquia entre proprietários e não proprietários, patrões e empregados. Nesse sentido, os empregados se encontram em relação de troca, mas também em condição de dependência em relação aos patrões.

Dependências e reciprocidades

Atualmente, dados os processos de reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, tanto a comunidade do Algodão quanto a comunidade da Favila poderiam demandar a regularização dos territórios a que têm direito, o que asseguraria terras produtivas para todas as famílias.

A regularização das terras tradicionalmente ocupadas por comunidades quilombolas tem posição central na legislação que incide sobre esses grupos. Como observa Eliane Cantarino O'Dwyer (2005), o marco que instituiu as comunidades remanescentes de quilombo enquanto sujeitos de direitos, o Artigo 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), inserido na Constituição Federal de 1988, teve como principal objetivo conferir direitos territoriais a grupos quilombolas que estivessem ocupando suas terras, sendo-lhes assegurada, pelo Estado brasileiro, a titulação definitiva⁷. Os demais direitos a que esses grupos passaram a ter acesso vieram posteriormente, na esteira desse primeiro direito fundamental.

7 Note-se que a inserção, no texto constitucional, de direitos étnicos ou diferenciados ocorreu por meio de "Disposições Transitórias" e não como parte permanente da Constituição. Ilka Boaventura Leite (2000) comenta que se acreditava, à época, que a sociedade brasileira estaria em processo de "embranquecimento" e que por isso não faria sentido uma lei definitiva para as comunidades quilombolas. Também se presumia que no lapso temporal de cinco anos todos os territórios de quilombos já estivessem regularizados, daí o caráter transitório do dispositivo.

É interessante notar a diferença do processo de regularização de territórios quilombolas em relação à regularização de territórios dos povos indígenas. Segundo a legislação, as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas são, após realizado estudo de delimitação e identificação, registradas como bens da União com usufruto exclusivo da comunidade indígena. Já em relação às comunidades quilombolas, o título das terras é coletivo e em nome da associação quilombola.

Conforme destaca Ilka Boaventura Leite (2000, p. 339), se em boa parte do período do Brasil Colônia os territórios quilombolas carregaram o sentido de resistência contra o regime escravocrata, de defesa contra o inimigo, no final desse período e após a Abolição, os quilombos tornaram-se “fatos normais”. A partir de então, a organização espacial desses grupos assumiu outra dinâmica, uma vez que passaram a estabelecer outro modelo de convivência com os demais grupos e, de forma mais geral, com a sociedade nacional. Para a autora, visto que muitos grupos quilombolas tiveram seus territórios expropriados e ainda assim mantêm suas existências, a terra teria se tornado, mais do que exclusiva fonte de dependência, uma metáfora para se pensar os grupos quilombolas.

Embora seja direito assegurado pela Constituição Federal, muitas comunidades enfrentam dificuldades para acessar a regularização de seus territórios. Na bibliografia brasileira sobre comunidades quilombolas, encontram-se exemplos de casos de conflito entre interesses da comunidade em ter seu território regularizado e de outros grupos ou setores da sociedade. Alfredo Wagner Berno de Almeida (2011) comenta as dificuldades do estabelecimento de processos de regularização de territórios quilombolas em face de interesses antagônicos, como os de representantes do agronegócio, industriais e militares⁸. Para o autor, diante das disputas por territórios, as ações governamentais têm ido menos ao encontro de garantir os direitos dos grupos quilombolas, enfrentando os interesses dos outros setores, e mais no sentido de prestar assistência na forma de serviços básicos, como alimentação, saúde e educação.

Na região estudada, contudo, as comunidades quilombolas do Algodão e da Favila expressam não ter interesse em dar início ao processo de regularização territorial. No caso do Algodão, os membros da comunidade alegam temer que, uma vez iniciado o processo – e contando com a demora na conclusão –, os colonos, sabendo que poderiam ser desapropriados, deixem de lhes oferecer empregos. Desse modo, ainda que os quilombolas sejam conhecedores de seus direitos, receiam que, ao acessá-los, explicitem situação de conflito com seus atuais patrões, pondo em risco a manutenção da fonte de renda que têm. Assim, pode-se dizer que, ao assumir uma nova condição enquanto sujeitos de direitos, sua ação segue circunscrita pela dependência resultante da situação de assalariamento.

⁸ O autor comenta vários conflitos envolvendo, de um lado, comunidades quilombolas e, de outro, mineradoras, indústrias de papel e celulose, usinas de ferro-gusa, empreendimentos sulcareiros, sojicultores, a Marinha (no caso da disputa pelo território da Ilha de Marambaia, no Rio de Janeiro) e a Agência Espacial Brasileira (no caso da disputa pelo território de Alcântara, no Maranhão, onde essa Agência construiu uma base de lançamentos de foguetes).

Para os quilombolas, como já dito, as atividades como *diaristas* e as *parcerias* com colonos não são muitas vezes encaradas como ideais ou desejáveis. Muitos declaram que gostariam de possuir áreas próprias onde pudessem cultivar suas lavouras e trabalhar *para si* ou *para dentro* e não mais trabalhar *para os outros* ou *para fora*. Apesar disso, trabalhar para os colonos pomeranos apresenta-se como garantia de obter sustento. Conforme mencionado, desde a chegada dos pomeranos, a configuração fundiária da região modificou-se e os quilombolas deixaram de dispor de terras suficientes para desenvolver cultivos voltados ao autoconsumo ou à comercialização. Desse modo, a presença dos pomeranos restringiu o acesso dos quilombolas a terras produtivas, mas também estabeleceu demanda por mão de obra, sobretudo a partir da produção de fumo.

Tampouco na Comunidade Quilombola da Favila está posta a demanda pela regularização do território. Os motivos, entretanto, são diferentes, ainda que também associados às relações com os colonos pomeranos. Também aqui, segundo acreditam, o processo de regularização poderia acarretar o desalojamento de famílias que vivem próximas a eles. Conforme relatam os quilombolas, o território original de sua comunidade possuía o dobro de extensão do que tem atualmente, sendo que alguns membros venderam áreas para colonos pomeranos, muitas vezes por valores irrisórios. Nesse contexto, consideram que não seria certo “desalojar” os proprietários que atualmente vivem nessas terras, mesmo que em tais casos o Governo Federal indenize pelas terras sobre as quais tenham domínio e pelas benfeitorias nelas existentes.

Conforme relatam os quilombolas, mesmo que os colonos pomeranos tenham pagado valores muito baixos, a terra foi vendida e comprada, não apropriada indevidamente. Ainda, os quilombolas dizem não desejar criar conflitos com os colonos, com quem, segundo relatam, se *dão bem*, isto é, mantêm relações próximas e cordiais. Deve-se acrescentar que há, inclusive, pomeranos que são membros da comunidade da Favila, uma vez que casados com quilombolas.

Sugere-se, assim, que se as relações entre pomeranos e quilombolas da comunidade do Algodão podem ser consideradas como de tipo mais vertical, ou de dependência dos segundos em relação aos primeiros; na Favila, as relações entre pomeranos e quilombolas podem antes ser entendidas como de reciprocidade, isto é, de tipo horizontal.

Isso aqui foi um território do meu avô. Isso foi uma fração grande de terra, muito grande. Só que uns foram vendendo a pouco mais que nada para os colonos. E essas demarcações, como acho que você tem visto isso em diversos lugares, isso tem dado até conflitos com proprietários, hoje em cima dessas terras, que eram de quilombolas. [...] E com o tempo a gente ia até desapropriar essas pessoas. Eu achei que criar um conflito, uma inimizade com pessoas que a gente se criou se dando bem... E eu acho que, na realidade, eles não

invadiram essa terra. Seja pouco mais que nada, mas eles compraram. (Seu Olívio Dias, presidente da Associação Quilombola da Favila).⁹

Os membros da comunidade da Favila não apenas não desejam a regularização das áreas que outrora lhes pertenceram como tampouco demonstram interesse na regularização da parte do território que atualmente ocupam. Segundo eles, isso se deve ao fato de que cada família, através de pedidos de *usucapião*, já possui ou está em processo de obter o título de suas propriedades. O *usucapião* é uma forma assegurada no Código Civil de aquisição de propriedade, dada por sua posse contínua por um morador. Já a regularização de território de comunidade quilombola, realizada pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), propicia a titulação coletiva, em nome da associação dos membros da comunidade e com cláusulas de proibição de venda, conforme destacam Adéli do Canto e Marcio Bernardes (2007). Trata-se de medida protetiva, que busca assegurar os direitos territoriais às gerações futuras.

Pesa, assim, sobre a decisão de não demandar a regularização do território como quilombola a impossibilidade de venda da propriedade no futuro. Conforme relatado, alguns dos membros, com o intuito de mudar-se para a cidade, já venderam seus lotes. Outros têm planos de fazer o mesmo ou, ao menos, não desejam ter descartada tal possibilidade. Destacam, ainda, o fato de já terem dispendido recursos com os processos de *usucapião*, o que, acreditam, seria desperdiçado caso o território fosse titulado para a comunidade. É preciso observar, contudo, que, segundo a legislação, incorre sobre o membro da comunidade que possua título dominial da terra, adquirido por compra ou em ação de *usucapião*, direito à indenização por essa terra quando do processo de regularização do território quilombola.

Diferentemente dos quilombolas do Algodão, as famílias da Favila possuem, cada uma, um lote de terra onde cultivam suas lavouras de fumo. No entanto, segundo relatam, para poder integrar-se às empresas fumageiras, com a garantia de comercialização do produto, as empresas exigiriam escritura de suas propriedades. Como mencionado anteriormente, ainda que a atividade como *diaristas* e as *parcerias* com colonos sejam estratégias empregadas pelos quilombolas para obter renda, possuir e trabalhar em suas próprias áreas é a condição mais valorizada por eles. Faz-se importante ressaltar: juridicamente, não haveria qualquer impeditivo para que as empresas estabelecessem contratos com a entidade coletiva, especificamente, a associação quilombola.

⁹ Patrícia dos Santos Pinheiro e Carolina Vergara Rodrigues (2015) relatam situação semelhante em outras comunidades quilombolas da Serra dos Tapetes. As autoras observam que os membros das comunidades de Rincão das Almas, Vila do Torrão e Picada, no município de São Lourenço do Sul, não demandam a regularização dos territórios que teriam direito, alegando que *ninguém quer arranjar confusão com os vizinhos*, também colonos pomeranos, com quem convivem há muito tempo. Há ainda, segundo as autoras, o receio de sofrer retaliações ao terem suas reivindicações territoriais interpretadas como provocações às frágeis relações consolidadas.

Pode-se sugerir que, no caso em estudo, estamos diante de dois projetos distintos: um projeto familiar e outro comunitário. Ainda que esses dois projetos não sejam necessariamente excludentes (havendo quem argumente que o projeto comunitário não fere a ordem moral camponesa, contribuindo, pelo contrário, para a continuidade dessa ordem moral), na comunidade estudada, os quilombolas muitas vezes enfatizam os projetos das famílias em detrimento da comunidade.

Conforme descrito, as famílias da Favila ocupam um território contíguo que poderia ser entendido como um “território de parentela” e, se efetivado o processo de regularização, titulado em nome da associação quilombola. Todavia, os projetos envolvendo a propriedade da terra, em geral, são elaborados de forma estrita para o núcleo familiar, seja o projeto de trabalhar em área própria, com mão de obra da família, seja o de vender a propriedade para que a família possa se mudar para a cidade, ou o de deixar em herança a propriedade para os descendentes. Assim, ao invés da opção por obter o território em regime de propriedade coletiva, em nome da associação quilombola, preferem a possibilidade do título individual, registrado, via de regra em nome do pai de família.

É preciso notar, entretanto, que a opção por não demandar o processo de regularização territorial não se constitui como decisão definitiva e irrevogável por parte das comunidades. Na comunidade do Algodão, admite-se que, se no atual momento essa não é a melhor opção para a comunidade, no futuro poderá vir a ser. Segundo eles, o acesso a políticas públicas, obtido a partir do reconhecimento pela Fundação Palmares, é percebido como prioridade da comunidade, mais do que a regularização do território. Conforme relatam, enquadramento nessas políticas públicas representa grande avanço para os membros da comunidade, que passaram a ter acesso à educação, saúde e habitação, dentre outros benefícios.

Claro que o território é importante. A gente espera estar preparado mais para frente para ter o reconhecimento do território. Mas também é importante educação, saúde, habitação. [...] Não tinha tido nenhum Programa de Habitação para a comunidade negra rural. E agora tem o Programa Minha Casa Minha Vida. [...] Nesse pouco tempo que a gente conversou, já deu para ti perceber os avanços da comunidade, mesmo sem ter o território demarcado. Mesmo sem ter o território demarcado e titulado. Agora tu imagina depois. (Nilo Dias, presidente da Associação Quilombola do Algodão).

Considerações finais

É importante mencionar que, embora este trabalho tenha se situado em uma localidade específica, notadamente a Colônia Triunfo, relações como as observadas e aqui apontadas entre quilombolas e pomeranos podem, ainda que consideradas as especificidades de cada local, ser notadas em outras localidades da Serra dos Tapes. Patrícia Weiduschadt, Marcos Souza e Cássia Beiersdorf (2013), por exemplo, apontam que, no município de Canguçu/RS, muitos quilombolas falam a língua pomerana e alguns são adeptos do luteranismo, religião trazida para o Brasil principalmente por imigrantes germânicos, grupo do qual os pomeranos fazem parte.

Contudo, enquanto relações entre quilombolas e pomeranos encontram-se – em razão da presença de outros grupos étnicos, tais como italianos, alemães e brasileiros –, de certa forma, diluídas em outras localidades, a presença quase exclusiva desses dois grupos na Colônia Triunfopotencializa a observação das relações entre eles.

A exemplo do que evidenciam Alexandre Daros et al.(2007), ao descreverem relações entre quilombolas e colonos (no caso, alemães e italianos) no Vale do Taquari/RS, relações marcadas por proximidade e complexidade entre os dois grupos podem ser observadas também em outras regiões do Rio Grande do Sul. Segundo os autores, quilombolas se casam com alemães e italianos e também relações de compadrio são estabelecidas entre os dois grupos. Ainda, muitos quilombolas adotam hábitos alimentares associados aos colonos, como a preparação da cuca e da polenta. Ao mesmo tempo, os autores chamam atenção para relatos de discriminação de colonos em relação a quilombolas.

Como procuramos mostrar neste artigo, as relações sociais entre quilombolas e pomeranos na região estudada constituem-se ora de modo mais horizontal, ora como dependência dos primeiros em relação aos segundos, marcadas também por conflitos e disputas. Além da esfera do trabalho, abordada neste artigo, outras dimensões da vida social vinculam os dois grupos, a exemplo da religiosidade, festas e casamentos interétnicos. Algumas dessas dimensões, como as associadas à religiosidade e às festas, foram estudadas no âmbito da etnografia que serviu de base a este artigo e analisadas na dissertação de mestrado elaborada pelo primeiro autor e orientada pela segunda autora deste artigo¹⁰. Outras permanecem por ser estudadas e convidam a novas iniciativas de pesquisa das relações entre quilombolas e colonos.

Referências

- AGOSTINELLO, Dirceu et al. Caracterização da fumicultura no município de Pelotas - RS. **Revista Brasileira de Agrociência**, Pelotas, v. 6 n. 2, p. 171-175, 2000.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Calhambolas, quilombolas e mocambeiros: a força mobilizadora da identidade e a consciência da necessidade. In: **Quilombos e as novas etnias**. Manaus: Ed. da UEA, 2011. p. 162-169.
- BIOLCHI, Marilza Aparecida; BONATO, Amadeu Antonio; OLIVEIRA, Marcos Antonio de. A cadeia produtiva do fumo. **Contexto Rural**, v. 3, n. 4, p. 6-50, 2003.
- BONATO, Amadeu Antonio; ZOTTI, Cleimary Fatima; ANGELIS, Thiago de. **Tabaco**: da produção ao consumo, uma cadeia da dependência. Curitiba: Deser, 2010.
- CANTO, Adéli Casagrande do; BERNARDES, Marcio de Souza. Territórios quilombolas: por uma análise crítica da regularização fundiária das terras de preto no Brasil. **Revista Jurídica**, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 6-7, 2007.
- DAROS, Alexandre et al. Agriculturas familiares: práticas agrícolas, autoconsumo e modos de vida entre colonos e quilombolas. In: MENASCHE, Renata (org.). **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas**

10 A esse respeito ver Schneider (2015).

- da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007. p. 142-153.
- LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Lisboa, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.
- MAGALHÃES, Mario Osório. **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Pelotas: Livraria Mundial, 1993.
- MONTEIRO, Filipe; MELLO, Igor. A Pomerânia é aqui: cultura perdida na Europa sobrevive em terras capixabas. **Revista de História**, 2008.
- OBSERVATÓRIO DA POLÍTICA NACIONAL DE CONTROLE DO TABACO. **Produção de fumo e seus derivados**, 2017. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/home/dados_numeros/producao_fumo>. Acesso em: 12 jan. 2017.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e as fronteiras da antropologia. **Antropolítica**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 91-111, 2005.
- PESSI, Bruno Stelmach. **Entre o fim do tráfico e a abolição**: a manutenção da escravidão em Pelotas, RS, na segunda metade do século XIX (1850 a 1884). 2012. 204f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- PINHEIRO, Patrícia dos Santos; RODRIGUES, Carolina Vergara. Entre memórias e ressignificações de práticas alimentares: um estudo sobre alimentação em comunidades negras rurais. In: MENASCHE, Renata (org.). **Saberes e sabores da colônia**: alimentação e cultura como abordagem para o estudo do rural. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. (no prelo)
- PORTAL DO TABACO. **Onde mais se produz tabaco no sul do Brasil?**, 2016. Disponível em: <<http://portaldotabaco.com.br/onde-mais-se-produz-tabaco-no-sul-do-brasil/>>. Acesso em: 12 jan. 2017.
- RUBERT, Rosane Aparecida; SILVA, Paulo Sérgio da. O acamponesamento como sinônimo de aquilombamento: o amálgama entre resistência racial e resistência camponesa em comunidades negras rurais do Rio Grande do Sul. In: GODOI, Emilia Pietrafesa; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. Construções identitárias e sociabilidades. Vol. 1. São Paulo: Ed. da Unesp, 2009. p. 251-275.
- SALAMONI, Giancarla; WASKIEWICZ, Carmen Aparecida. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. **Tessituras**, Revista de Antropologia e Arqueologia, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 73-100, 2013.
- SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 78-95, 1992.
- _____. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, p. 117-149, 2002.
- SCHNEIDER, Maurício. **Identidades em rede**: um estudo etnográfico entre quilombolas e pomeranos na Serra dos Tapes. 2015. 150f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, 2015.
- WEIDUSCHADT, Patrícia; SOUZA, Marcos Teixeira; BEIERSDORF, Cássia Raquel. Afro-pomeranos: entre a Pomerânia lembrada e a África esquecida. **Identidade!**, São Leopoldo, v. 18, n. 2, p. 249-263, 2013.
- WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. Brasília: Ed. da UnB, 1995.

Recebido em 15/08/2016

Aceito em 17/02/2017

**OS DESAFIOS DO EMPODERAMENTO
DE MULHERES AGRICULTORAS:
notas sobre uma experiência vivida**

***THE CHALLENGES OF THE EMPOWERMENT
OF WOMEN FARMERS:
notes on a living experience***

Losandro Antonio Tedeschi *

Resumo

A desigualdade que afeta as mulheres em contextos produtivos, que se reproduzem muitas vezes a partir das próprias organizações populares, é um fenômeno estrutural e histórico que, apesar das políticas de desenvolvimento elaboradas pelo Estado, os resultados ainda são insipientes do ponto de vista da promoção das condições de equidade de gênero. As mulheres na atualidade, em grande parte, venceram a exclusão, mas não venceram as desigualdades e a segregação. A permanência de um percentual ainda elevado de mulheres “confinadas” à esfera doméstica ou em profissões tipicamente femininas é constante. A exclusão da cidadania em razão do gênero, classe, etnia está ligada a políticas históricas do patriarcado, que permanecem até hoje tão dissimuladas e profundas do que no passado, muitas vezes legitimadas pelo próprio movimento que as representa.

Palavras-chave: Mulheres do campo. Trabalho. Gênero. História.

Abstract

The inequality that affects women in productive contexts, which often reproduce from their own popular organizations, is a structural and historical phenomenon that despite the development of policies developed by the state, the results are still ignorant of the promotion of gender equality conditions and point of view. Women today, to a large extent, have overcome exclusion, but have not overcome inequality and segregation. The persistence of a still high percentage of women “confined” to the domestic sphere or in typically female professions is constant. The exclusion of citizenship on the basis of gender, class, and ethnicity is linked to historical policies of patriarchy, which remain to this day so disguised and profound that in the past, often legitimized by the movement that represents them.

Keywords: Rural women. Work. Gender. History.

* Doutor em História Latino-americana, pesquisador sobre História das Mulheres, estudos de gênero, memória e interculturalidade. Coordenador da Cátedra Unesco em “Diversidade Cultural, Gênero e Fronteiras” na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD/MS), Brasil. E-mail: losandrotedeschi@ufgd.edu.br

O movimento de mulheres agricultoras: entre a inércia e a ruptura

O mundo camponês está experimentando transformações muito profundas nas últimas décadas, transformações a ver nada mais e nada menos com sua posição na sociedade global na qual está inserida, com sua função social (com as necessidades que satisfaz) e com seu significado e sentido no imaginário coletivo. Talvez o desafio mais claro que esta transformação vem ocasionando é a perda da centralidade da atividade agrária com estas duas dimensões da identidade camponesa, a econômica e a simbólica.

As mulheres, na atualidade, são as artífices e receptoras desse processo de mudança. Elas estão inseridas e agindo no centro dessas transformações, implantando claras estratégias de gênero tendentes a aumentar a sua cota de participação e de poder social.

Nesse sentido, esse texto reflete sobre as práticas de experiência vivida com as integrantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, na região Noroeste do Rio Grande do Sul, que, por meio de entrevistas, conversas e do convívio com seu movimento por um período aproximado de 15 anos, nos permitiu refletir sobre questões conceituais e analíticas que o emprego das categorias como trabalho, poder, relações de gênero e cidadania pelas mulheres no movimento exprimem.

Seus depoimentos descortinam o momento em que despertaram para a luta pelos direitos sociais, traduzindo os significados que estas atitudes produziram na vida privada e pessoal pós-conquistas¹.

A atuação do Movimento² e suas bandeiras de reivindicação não almejavam a construção de canais fortes de resistência à exclusão de gênero³ e, portanto, não implicavam a construção de novas identidades sociais. Constatamos que as ferramentas de mobilização social⁴ articuladas pelos discursos e práticas das mulheres agricultoras refletem a presença de um sistema de valores que não pertence

1 Quando falamos em conquista de direitos sociais, referimo-nos às lutas pelo direito à aposentadoria rural, salário maternidade, documentação rural, bandeiras de mobilização na década de 1990.

2 O movimento referido nesse texto é o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, vinculado a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag-RS), conhecido também como Movimento das Margaridas.

3 Segundo Joan Scott (1995, p.23): “A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico, implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou diferença sexual”. Sua emergência no âmbito dos debates sociais, da história, está atrelada ao seu importante papel em chamar atenção para “os símbolos culturais”, para “os conceitos normativos”, para “as instituições”, para “a organização social”, assim como para “as identidades subjetivas”, apontando para a reflexão sobre suas construções relativas à constituição das identidades sociais, inclusive promovendo uma releitura do significado do “político” que, nesse sentido, promove um questionamento dos papéis público e privado na história.

4 Ao falar em mobilização social, referimo-nos às pautas de luta do período da década de 1980 e início dos anos 90, onde o atrelamento das bandeiras de reivindicação femininas ficava sob o controle do sindicalismo rural.

às mulheres, mas foi incorporado como uma prática cultural eminentemente masculina, definido por relações de poder, vinculado à lógica da cultura patriarcal rural e destinado ao espaço reprodutor e não criador.

Para reforçar nossa hipótese, era importante realizar entrevistas⁵ com as mulheres que participaram do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), tendo como objetivo avaliar sua participação no processo de mobilização social; como estavam refletindo na atualidade as relações de gênero no meio rural e, ainda, se as relações sociais criadas pelo movimento haviam modificado ou não as relações de poder e trabalho na roça.

Foram organizados três grupos de depoimento: o primeiro com lideranças que ainda continuam a atuar no Movimento⁶; o segundo composto por ex-lideranças⁷; e o terceiro constituído por mulheres que, não tendo sido lideranças do Movimento, participaram do processo⁸.

As mulheres trabalhadoras rurais poderiam construir seu ambiente pós-mobilização de uma infinidade de maneiras para resistir ou não à pressão da sociedade. As mulheres rurais passaram por negociações culturais, instalando-se em lugares até então nunca ocupados e, de certa forma, afirmando certas práticas de poder tradicionais.

Ocorre que as estruturas de poder local, combatidas pelas agricultoras, que estavam situadas no espaço público, acabaram em grande medida sendo reproduzidas por elas, neutralizando justamente aquilo que o Movimento chama de “transformação”. A experiência pessoal e coletiva das agricultoras determinou a reprodução dos valores, de ideias e tradições presentes no imaginário rural. Logo, as experiências que as mulheres viveram, suas ações e percepções, não modificaram as regras internalizadas acerca de seus papéis. E, com isso, acabaram determinando não só suas ações futuras, mas também sua identidade. Conforme Hall (2003, p 38),

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”.

A análise das entrevistas revelou dois tipos de discurso: um de base individualista, principalmente de mulheres que participaram do Movimento sem

5 Esses depoimentos foram coletados entre os anos de 2006 a 2008. Ver TEDESCHI, 2016.

6 Foram formuladas as seguintes questões: Quais os motivos que levam a continuar? Vale a pena continuar?

7 Valeu a pena o desempenho de mobilização no período? Os objetivos levantados naquele contexto modificaram a sua realidade no campo, na sua família, na sua casa? Passados 15 anos, o que mudou nas relações de gênero? Por que não são mais líderes?

8 O que levou a participar? Porque não se tornaram líderes na época? E hoje, como vê a luta do Movimento? Valeu a pena?

assumir papéis de liderança, e outro de base coletiva, que destaca a importância da conquista de direitos, porém não expressando a presença consciente da discriminação de gênero, tanto no âmbito do privado como do público.

Me recordo que em 1980 foi lançado o movimento das trabalhadoras [...] Num trabalho contínuo de sol a sol fomos progredindo. Temos hoje comissões municipais, movimentos regional e estadual. A organização da trabalhadora rural foi um importante marco e junto com os sindicatos conseguimos a conquista da Previdência Social, com orgulho nós nos aposentamos com salário integral, nos sindicalizamos e podemos participar do sindicato...Essas conquistas foram todas frutos da luta, muitas viagens, mobilizações, desgaste físico feito com orgulho por nós, com a colaboração do Sindicato dos trabalhadores Rurais e da FETAG [...] Olhando para o passado, podemos afirmar que o trabalho dedicado das pioneiras e de todas as outras trabalhadoras rurais que colaboraram com um pouco de suor e fibra neste movimento, valeu a pena. Que esse passado sirva de orgulho para nós todas e devemos continuar lutando pelos direitos de todos (LS, Comunidade de Três Vendas, Catuípe, abril de 2007).

No imaginário da entrevistada, o papel do Movimento e seus próprios papéis sociais são complementares e seguem um mesmo fim. Nota-se que ela não menciona os novos desafios ou a necessidade de ir além dos benefícios sociais ou até mesmo de buscar o “empoderamento”, não alimentando, portanto, as mudanças nas relações de gênero.

É importante destacar aqui que o debate sobre o “empoderamento” feminino na América Latina está associado à desigualdade de gênero e vinculado a um conceito de poder que historicamente atrelou o protagonismo feminino em vários sentidos. Para Deere e León (2002, p. 26), ele é “fonte de sua opressão quando de objeto de abuso e uma fonte de emancipação em seu uso [...] um mecanismo de poder ou resistência sobre a forma existente dos mesmos”. Ou seja, o poder, na história das mulheres agricultoras na América Latina e no Brasil, esteve muitas vezes relacionado ao lado negativo, evidenciando o lado enfraquecido, dependente, por sugerir vitimização ou dependência.

Ao incorporar as representações sociais sob a “orientação” do sindicalismo rural, elas passam a negar e negociar sua autenticidade enquanto movimento e, por isso, a pauta feminista, que se refere a direitos individuais, sexuais e reprodutivos, não atingiu o MMTR, até porque tais pautas eram ade mulheres urbanas.

Na análise dos depoimentos das mulheres agricultoras que *não foram lideranças*, mas participaram do Movimento, os discursos apontam também para a continuidade das representações sociais sobre as relações de gênero, revelando que elas não se sentem discriminadas, o que demonstra a continuidade dos tradicionais papéis atribuídos ao feminino.

Eu nunca me senti discriminada [...] embora... eu acho que para não ser discriminada devo ser mais atenciosa e trabalhadora do que os homens [...] eu

9 Participou do Movimento, mas não exerceu atividade de liderança.

acho que está tudo igual... principalmente a parte da família, todos trabalhamos juntos na roça, o dinheiro do leite hoje mantém a propriedade, eu faço os meus afazeres dentro de casa, e se sobra tempo vou na lavoura também [...], pois aqui na roça não adianta pensar em outra coisa, só em trabalhar.

Eles sabem que comigo eu não ajudo na roça mais, já fiz minha parte nesses anos todos... eu me lembro de todas aquelas viagens a Porto Alegre para manifestações [...] toda a semana o sindicato vinha com notícias para mobilização para aqui, para lá, e nós junto, porque o movimento estava junto [...] hoje parou tudo isso, estou mais tranquila (LS, Comunidade de Três vendas, Catuípe, abril de 2008).

Podemos observar que as agricultoras que não exerceram atividades de liderança no movimento não percebem as mudanças resultantes das mobilizações sociais, e seu discurso não identifica a discriminação de gênero, nem a subordinação ao masculino e muito menos ao movimento. Seus relatos apontam para uma postura de “acomodação” e consentimento em relação à realidade vivida no campo.

Michelle Perrot afirma que, mesmo com limitações e práticas de consentimento que as mulheres adotaram no decorrer da história, elas “[...] souberam tirar partido dos espaços que lhes eram confiados ou deixados, para dar, a si mesmas, prazeres próprios e contrapoderes eficazes, usando armas para fazer o seu lugar” (PERROT, 2005, p. 485).

Essas agricultoras não se sentem discriminadas e não almejam uma visibilidade, no sentido de reivindicarem posições sociais no espaço público, o que, segundo Scott, só é possível enquanto sujeito político, ou seja, quando “as mulheres se mobilizam como categoria social” (SCOTT, 2005 p. 70).

As mulheres rurais em grande medida não almejavam participar de um movimento com bandeiras, ações próprias, pois, para elas, o objetivo central era conseguir direitos civis e assistenciais junto ao sindicalismo agrário. Muitas entrevistas justificam tal afirmação:

Tive de trabalhar e trabalho muito mais do que o meu marido hoje, [...] não, eu não me sinto nada mal por não participar mais, até acho que nós já conquistamos muitas coisas [...] hoje eu deixo para as mais novas ir nas reuniões [...] já fiz a minha parte, conseguimos a aposentadoria, licença-maternidade, auxílio-doença... acho que o desafio maior foi vencido (OCE, 62 anos, Comunidade de Vista Alegre, Catuípe, abril de 2007).

Eu nunca quis ser líder porque tinha que sair muito de casa e largar as coisas e depois quem iria fazer para mim? Todas nós temos tarefas e obrigações a cumprir, e eu já não tenho mais idade para isso (MT, 60 anos, Comunidade de Três Vendas, Catuípe, maio de 2007).

Na perspectiva dessas entrevistadas, o que está posto, do ponto de vista discursivo, é a permanência de seus papéis tradicionais, porém essa responsabilidade pela expressão pública familiar, do cuidado com a família, a casa, as relações sobre o cuidado, são expressões de poder importantes para as agricultoras.

Assumindo a perspectiva de Foucault¹⁰, de que a consciência de ação implica resistência, pode-se interpretar que a negação da existência de discriminação por parte das mulheres rurais na atualidade é uma forma de afirmação e controle sobre seus papéis. Como a ordem social não é questionada e não se sentem discriminadas, vemos o assumir de uma natureza feminina e masculina fixa e de uma prática individualista pós-conquistas de direitos. Além disso, uma mulher disciplinada e sujeitada é valiosa economicamente e diminui o desgaste do poder patriarcal.

Não obstante, quando nos referimos às mulheres com um passado nas mobilizações do MMTR, muitas agricultoras insistem em que o resto das mulheres “não participa porque não quer”, não reconhecem as limitações das relações de gênero no espaço privado e apresentam tudo como uma escolha pessoal, como podemos notar nos depoimentos de ex-lideranças do Movimento:

Não sobra tempo para participar, se a gente participa de tudo o que é Movimento, vai abandonar a propriedade e isso a gente não quer. A minha mãe não podia nem votar, por isso acho que a mulher agricultora já conquistou muita coisa através de suas lutas. O agricultor que não faz nota de produtor em conjunto com a mulher não consegue se aposentar (LD, 52 anos, Grupo de Mulheres de Catuípe, abril de 2006).

Eu sou uma pessoa muito mais direta hoje, tenho maior abertura, consigo até falar nas reuniões na comunidade [...] consegui isso pelo Movimento naquela época. E hoje é o marido que vai pra cidade fazer os negócios, resolver os problemas com o banco, a cooperativa e o sindicato.

Eu acho um negócio normal. Eu acho que fiz minha parte [...] construímos a mobilização e conquistamos muitas coisas. Só que[...] sei lá... A mulher ficando em casa cuidando dos filhos e o marido vai para a roça... eu não sei bem se tem diferença... só que... é o homem, por ser mais forte, aguentar mais... E o homem está habituado a outros serviços mais pesados do que a mulher, né? Fiz minha parte, temos que pensar em nossas coisas (MB, Comunidade de Três Vendas, Catuípe, maio de 2006).

Esses depoimentos de ex-lideranças parecem construir uma subjetividade¹¹ muitas vezes sem resistência às normas sociais vigentes, com uma adesão indiscutível ao papel tradicional de responsabilidade sobre a esfera familiar. Essa subjetividade,

10 Ao fixar o olhar no cotidiano, Foucault chama atenção, ao mesmo tempo, para as formas de poder – que de tão frequentes tornam-se imperceptíveis. Para o autor, o poder constitui, atravessa, produz os sujeitos, categorizando o sujeito e impondo um regime de verdade – que o une à sua própria identidade – e que ele deve reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele, levando a práticas discursivas, inviabilizando a condição de sujeito. Cf. FOUCAULT, 1984.

11 A construção do conceito de subjetividade feminina, apesar de apresentar uma grande variedade de concepções, neste trabalho, é examinado a partir da perspectiva das relações de gênero, adotada por pesquisadoras que têm procurado revelar a presença da mulher na História, dentro de um processo de desconstrução dos papéis sociais atribuídos historicamente às Mulheres. Ver: RAGO, 1995, p. 67-82.

construída historicamente pelo desejo e razão masculina, ainda é um modelo seguido pelas mulheres rurais. Conforme Lauretis (1994, p. 159),

Experiência é o processo pelo qual, para todos os seres sociais a subjetividade é constituída. Através desse processo a pessoa se coloca ou é colocada na realidade social, e assim, percebe e compreende como subjetivas (que se originam no indivíduo e se referem a ele próprio) aquelas relações – materiais, econômicas e interpessoais – que são, de fato, sociais, e, numa perspectiva maior históricas, construídas socialmente.

As trabalhadoras rurais são construídas pelo olhar do outro, do marido, do padre, da mídia..., pela historicidade das relações de gênero, e muitas vezes não percebem que são representadas e interpretadas por um discurso misógino, sexista e patriarcal. Há em Foucault, em seu livro *Ética, Sexualidade, Política*, o termo construção da subjetividade ou modos de subjetivação, que nos ajuda a entender tais práticas humanas, visto como o “processo pelo qual nós obtemos a construção de um sujeito, mais exatamente de uma subjetividade de que nada mais é que uma das possibilidades dadas de uma organização de uma consciência de si” (FOUCAULT, 2004, p.106). A experiência das mulheres trabalhadoras rurais não é, portanto, algo autoevidente ou definida, é antes uma representação que precisa ser desnudada e rompida.

As representações sociais sobre os papéis de gênero funcionam, nesse caso, como um sistema de interpretação da realidade, regulando as relações dos indivíduos com seu meio ambiente físico e social, orientando seus comportamentos e suas práticas. Isto porque as representações sociais possuem funções específicas no ambiente em que são produzidas e reproduzidas constantemente:

Elas podem ter a função de (a) *saber* – em que as representações sociais permitem compreender e explicar a realidade; a função (b) *identitária* - em que as representações têm também por função situar os indivíduos e os grupos no campo social; a função (c) *de orientação* – em que orientam os comportamentos e as práticas por meio da definição da finalidade da situação, de um sistema de antecipação das expectativas e de uma prescrição do comportamento; e a função (d) *justificadora* - que permitem justificar a posteriori as tomadas de posição e os comportamentos (MINAYO, 1995, p. 75, grifos nossos).

Considerando as funções das representações sociais, é possível compreender o funcionamento das ações das mulheres agricultoras e das formas que usam para explicar e justificar suas condutas numa situação ou em relação ao movimento ou em relação à família, pós-mobilização. Todos os discursos sociais produzem representações sociais e, algumas delas, terminam por adquirir a autoridade do óbvio e do senso comum, como é o caso das ex-lideranças do MMTR. Contudo, as representações sociais não determinam inteiramente as decisões tomadas pelo indivíduo, mas elas limitam e orientam o universo de possibilidades postas à sua disposição.

No depoimento das ex-líderes do MMTR, está implícito que apenas os homens são capazes de conquistar a cidadania e ser sujeitos. Porém, existem aspectos da vida daquelas mulheres que escapam da teoria vigente, pois não necessariamente todas as mulheres querem ter poder, querem ser sindicalizadas; nem todas querem ter uma atuação política, e nem todas querem ter acesso ao poder no espaço público.

A maneira como se construiu o MMTR e as conquistas sociais não apenas mascara essa pretensa universalidade do conceito de cidadania, como também é excludente e, no melhor dos casos, invisibilizadora em relação àqueles sujeitos que não compartilham as características requeridas.

As mulheres, como se sabe, foram longamente excluídas da cidadania, por causa não só dos interesses da comunidade familiar, como também da sua diferença em relação aos “iguais” – os homens. [...] A diferença foi política e simbolicamente construída com a noção de cidadania, de tal modo que sua exclusão aparece na própria origem dessa noção (SARACENO, 1994, p. 207).

Os relatos das ex-lideranças referem-se a muitas obrigações internas, expressões gerais de emoções, atributos essencialmente femininos, num discurso centrado na ação individual; defendem pelo discurso a igualdade da mulher e do homem na esfera pública, mas diferenciam-se no plano privado. Utilizam o discurso na primeira pessoa e negam a hipótese de serem discriminadas, isto porque elas se sentem detentoras do poder no espaço privado e porque sabem que, além do reconhecimento jurídico da atividade agrícola (trabalhadoras rurais), elas são proprietárias da terra junto com o marido.

Essa compreensão de que “*já fiz minha parte*” é uma das expressões claras que demarcam e reproduzem a identidade feminina com o privado, com a natureza e com a desigualdade em relação ao espaço público. O espaço público, por sua vez, como assinala Célia Amorós (2003), é o espaço dos que *são iguais*, dos que se reconhecem como tais – como cidadãos – e onde o poder é distribuído de forma equitativa, já o espaço privado é o espaço onde habitam as “*idênticas*”, posto que se nega o reconhecimento de sua individualidade.

Podemos constatar também que algumas entrevistadas, quando abordamos temas em relação à família, ou sua percepção sobre a liderança no Movimento naquele período, colocam as assimetrias de poder com o marido, e adotam um discurso individualista referindo-se muito mais ao sofrimento, ao complexo de culpa por deixar a casa e à dificuldade de conciliar tarefas, enquanto outras (que não foram líderes, mas participaram), não deixando obviamente de ter os mesmos problemas, não questionam o porquê de seus papéis sociais:

Nesses anos todos que se passaram desde o reconhecimento da profissão trabalhadora rural não foram sem lutas e muita força de vontade, a mulher não sabia o que era sindicalismo, era só trabalhar e trabalhar; na hora que o homem dormia no meio-dia, eu fazia o serviço, e quando ele via que tava na hora de voltar para a roça me chamava, o meu marido sempre achava que mulher era para trabalhar igual à homem. Não foi nada fácil para nós mulheres, o marido não deixava ir no movimento, mas a nossa profissão não era reconhecida, e

conseguimos provar que nós éramos agricultoras (HR, 58 anos, Comunidade da Linha 7 leste, Ijuí, abril de 2006).

Continuou a mesma coisa, [...] claro que a gente não trabalha igual trabalhava antigamente, mas se continua a fazer todos os mesmos serviços de antes, participar de reuniões hoje já não é fácil, muito serviço na casa. Existe um trabalho que está sendo realizado nos municípios, onde as mulheres estão participando, nas associações, nas igrejas, nos sindicatos. Também há uma maior valorização das atividades do lar, sabemos que existem muitas injustiças a serem derrubadas e não podemos ser ingênuas e nos calar [...].Hoje aqui em casa estamos nos virando, trabalhamos lado a lado, todo mundo, e a roça não deixa tempo para participar mais das atividades do Movimento (IG, 60 anos, Comunidade da Linha 7 leste, Ijuí, maio de 2006).

Esses depoimentos apontam para uma espécie de redimensionamento dos espaços de poder, no qual as mulheres, através de seus benefícios sociais, afirmam sua identidade constituída no mundo privado e optam por ele. Os relatos mostram uma dimensão de identificação com o movimento, porém não se desligando dos afazeres tradicionais, pois essa não era a proposta do MMTR.

Quando a depoente afirma que “continuou a mesma coisa”, está implícita uma afirmação de seu trabalho na esfera doméstica. Entendemos que a primeira consequência da permanência dessa representação sobre seu trabalho é o seu distanciamento do movimento, e o fato de que, sendo proprietária, desconstruir esses papéis ocasionaria a perda de poder na unidade familiar.

Se “continuou a mesma coisa”, uma dada realidade, não sendo discutida ou mesmo comentada, acaba por legitimar-se como “efeito de verdade”. Assim, desprovida de reflexão e mudança, remete-se novamente, no imaginário dessas mulheres agricultoras, ao mundo do espaço doméstico. Se o que as mulheres desejavam obter estava restrito à conquista de direitos sociais, por que haveria de mudar a outra dimensão de suas vidas – a doméstica? As depoentes colaboram também para representar as tarefas domésticas como naturais, na medida em que atribuem a elas próprias a necessidade de “ficar em casa”, em favor dos seus desejos e necessidades e também daqueles com quem se relacionam por meio do trabalho doméstico.

Ao submeterem-se à lógica da mobilização social articulada ao sindicalismo rural masculino, as mulheres tentaram ser reconhecidas pelos homens, com a linguagem do mundo dos homens. Apoiados em Muraro (1996, p. 24), podemos afirmar que essa condição de retorno aos papéis tradicionais se deve a não existência de condições de ruptura e de reflexão profunda pelo Movimento sobre a construção histórica discursiva do sujeito mulher.

A vinculação a uma estrutura sindical conservadora, herança de um marxismo mal digerido, levou o MMTR a reducionismos. Procurou-se, na mulher, a trabalhadora e não a pequena proprietária rural; gastou-se muito tempo e energia em discussões mal formuladas sobre relações entre classe e gênero, permanecendo o discurso da “classe” como o eixo consensual de mobilização, até porque elas eram

parte de uma classe social – a dos proprietários, fazendo com que permanecessem, mesmo vinculadas ao MMTR e ao sindicalismo, as desigualdades entre homens e mulheres no que concerne às relações de poder e gênero.

Não houve a intenção de aprofundar a problemática das mulheres rurais ou focar a vida feminina na dimensão do trabalho, das relações de gênero ou de poder. Resultado da “integração” entre o Movimento de Mulheres e o Sindicalismo, as mulheres ocupam um lugar subordinado e secundário que as converte em um grupo vulnerável, perpetuando situações de dependência em relação ao masculino:

[...] comecei minha luta em 1984, dentro do sindicato, ouvindo as queixas dos agricultores... pensei que a minha participação pudesse levar adiante as reivindicações das mulheres. [...] O trabalho das mulheres vai continuar como vinha sendo, desde o antigo presidente (o fundador Sr. Barassuol). Eu só cheguei à presidência do sindicato porque me associei, e enquanto a mulher trabalhadora rural não entender que deverá se associar, ela nunca vai poder participar ativamente... Eu estou empenhada ainda hoje em levar essa luta do pequeno agricultor, porque considero a mulher como parte dessa luta. Além de dona de casa, mãe e esposa, ela também trabalha na roça ao lado do marido e dos filhos[...]. (MB, 58 anos, presidente do Sindicato de trabalhadores Rurais de Catuípe e atual coordenadora do Movimento das Mulheres, abril 2008).

Veja-se que, no depoimento, a “mulher é parte da luta do agricultor”. No imaginário coletivo, o papel social das mulheres, forjado pelo sistema patriarcal, segue sendo o modelo familiar tradicional, em que o cabeça da família (homem) é o representante, no espaço público, da família rural, mas não o provedor, pois as depoentes sabem muito bem disso.

Como assinala Bourdieu (2002), o mundo social constrói a identidade como realidade sexuada, e o faz através de princípios de visão e divisão sexuentes. Este marco vai além de uma mera representação sexual para constituir-se basicamente em um instrumento político, ou seja, mediante os espaços que as mulheres rurais foram construindo se impuseram códigos dominantes de dependência social ao masculino.

A ordem social, segundo Bourdieu, funciona como uma máquina simbólica, que tende a perpetuar as representações que homens e mulheres fazem de si mesmos e explicam suas práticas de acordo com tais representações, construindo identidades sociais.

[...] Não, eu não me sinto nada mal por ter sido a segunda mulher do estado a ser presidente do sindicato... O trabalho da mulher rural é muito forçado e ela nem tem tempo para perceber certas coisas. O Movimento tem seu valor por ajudar a mulher enxergar certas coisas, que o trabalho não deixa. Mulher que só fica da casa para a lavoura, da lavoura para a casa, está perdendo tempo. Ela tem que sair, ter participação, colocar em prática suas idéias, dar a sua opinião. Ela deve ajudar o homem também [...] Acho que valeu a pena toda essa mobilização (DB, líder atual do Movimento de Mulheres trabalhadoras rurais da região de Ijuí, 49 anos, maio 2006).

Por meio da socialização que o MMTR construiu juntamente com o sindicalismo, as mulheres passam a adquirir práticas sociais, não negligenciando o papel de liderança e os papéis de mãe e esposa, já que a identidade da mulher agricultora continua baseada na família e no trabalho na roça. Entretanto, é necessário relativizar a participação das mulheres, pois grande parte da mobilização social empreendida pelas mulheres acabou sendo resolvida no Congresso Nacional.

Assim, quando a depoente expressa que “o movimento tem seu valor” e “ela deve ajudar o homem também”, convém assinalar que há um caráter normativo nesse discurso, onde o imaginário feminino se afirma como detentor de poder no espaço privado, indicando que há certa equidade nas relações de gênero.

A desigualdade nas relações de trabalho e poder deve ser relativizada, pois existem certos espaços de negociação cultural acerca da divisão dos papéis na esfera política, econômica e produtiva, fortalecendo, muitas vezes, os pilares da divisão das relações de gênero.

[...] A mulher avançou bastante na sua luta. E muitas mulheres têm se destacado, desde o dia em que despertaram [...]; também sei que muitas companheiras foram e continuam sendo discriminadas e usadas na política partidária, o que é muito ruim para o Movimento. Mas a mulher que tem fibra vai em frente e, se os homens estão dando espaços, é simplesmente porque elas conquistaram esse direito e estão se organizando. É claro que existe pressão para dismantelar esse trabalho, mas a mulher não quer tomar o poder e nem o controle da situação. Ela só quer trabalhar ao lado do homem (DB, líder atual do Movimento de Mulheres trabalhadoras rurais da região de Ijuí, 49 anos, maio 2007).

Apesar de a depoente afirmar que a mulher está conquistando espaços, mas “não quer tomar o poder e nem o controle da situação”, é possível entender que, historicamente, as mulheres foram “educadas” para o desempenho das tarefas simbólicas (proteção, carinho, educação dos filhos, basicamente) e, dentro dessa definição social dos papéis femininos, não cabe a elas se defrontar com a realidade do poder exterior (público).

[...] Vou continuar dando prioridade a minha família, procurando levar o meu trabalho no Movimento e no sindicato como venho fazendo desde 1984. Vou continuar sendo esposa, mãe e líder sindical, cumprindo com as minhas obrigações de dona de casa, agricultora que sempre acompanha o marido e os filhos nas lidas da roça. A minha família está consciente da minha luta e tem me dado apoio (DB, líder atual do Movimento de Mulheres trabalhadoras rurais da região de Ijuí, 49 anos, maio 2007).

As mulheres líderes, vinculadas pelo Movimento ao mundo social, não discutem e refletem sobre situações que envolvem o mundo doméstico, pois sabem que podem muito bem conciliar tarefas e atribuições – os homens não sabem fazer isso. É importante salientar que a postura deliberada no depoimento, “*cumprindo*

com as minhas obrigações de dona de casa”, denuncia que, sob a aparência da privacidade, essas mulheres não querem abrir mão dos poderes do espaço doméstico.

[...] A diferença da época do início do Movimento e de hoje é que no início nós era discriminada... A FETAG não queria nossa participação, vinha com explicações jurídicas que não podíamos participar, o que havia no fundo era a idéia que nos não devíamos ocupar espaços [...] Os sindicatos diziam que nós éramos dependentes do marido, e porque deveríamos então sindicalizar se o marido era sindicalizado? [...]. Hoje estou na presidência do sindicato, foi suado conseguir entrar... sempre fui discriminada. Continuo como dona de casa fazendo o meu trabalho em casa. O que mudou mesmo foi que as mulheres conseguiram muitos benefícios e hoje é preciso dar mais vida ao Movimento... me parece que as companheiras não querem mais se mobilizar, mas eu continuo firme na luta (MB, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ajuricaba, Líder do Movimento de Mulheres trabalhadoras Rurais, 60 anos, maio de 2006).

Mas se tenho que participar de alguma reunião da Cooperativa ou do Sindicato, não penso duas vezes em ter que adiar o serviço da casa por mais algumas horas. Sempre prefiro deixar a roupa por lavar ou passar, do que não comparecer em alguma reunião. Basta boa vontade que a mulher sempre encontra jeito para fazer todo o serviço da casa, da lavoura e participar de reuniões, que só fazem a mulher crescer (JJ, 56 anos, líder do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Ijuí, maio de 2006).

Essas mulheres líderes, ao se referirem sobre sua trajetória, suas opiniões e experiências, falam a partir de um discurso coletivo, plural; têm noção de seus papéis sociais e de seu poder em casa e no movimento, ou da existência de uma prática de exclusão das mulheres. Porém, o MMTR não teve uma ferramenta de transformação social, como tiveram as feministas no mundo urbano. As mulheres rurais tinham objetivos muito claros e específicos. Isso não se pode encarar como submissão ou inferioridade, mas, sim, como uma racionalidade na busca do que quiseram para fundamentar seus papéis, apontando soluções, resultantes de uma situação sócio-histórica ligada à cultura patriarcal rural, presente no sindicalismo agrário ao qual se filiaram.

A constatação que fazemos é de que a participação das mulheres em lugares de poder no espaço público está destituída de reflexão, pois elas não estão preocupadas em deter o poder masculino ou combatê-lo, mas em manter o bem-estar da família e os tradicionais papéis que o patriarcalismo na história delegou a elas: servir, cuidar e nutrir, e elas sabem que essas funções são ferramentas de negociação cultural em suas vidas.

Os depoimentos são colocados na perspectiva de afirmação de seus papéis sociais, abraçando substancialmente sua jornada de trabalho e suas responsabilidades para com o bem-estar da família. A fala das mulheres reproduz a importância da sua força de trabalho: “o leite só paga a comida do animal” - mas “paga” muito mais. Elas sabem do valor e da expressão de sua renda para a manutenção da casa e da família.

Como as atividades que garantem o sustento – alimentos – resultam dos serviços de homens e filhos, estes são considerados principais pela sociedade. A mesma ótica considera os produtos adquiridos pelo trabalho feminino secundários, apesar de as mulheres arcarem com boa parte das despesas da família e saberem que suas tarefas não são inferiores nem secundárias.

Diante desse cenário, é preciso observar que a situação das mulheres ultrapassa os aspectos puramente econômicos ou políticos. O destaque para o reconhecimento profissional da agricultora não amplia o conceito de cidadania e, em geral, continua a dependência econômica em relação a outros aspectos, principalmente aqueles ligados ao acesso ao crédito, à terra e a renda, não garantindo a igualdade real entre homens e mulheres,

Embora os papéis sociais tenham-se flexibilizado, na maioria das vezes as mulheres continuam as principais responsáveis pela administração da organização doméstico-familiar. O que se torna evidente é que, na década de 1980/90, aquilo que o MMTR pauta como transformação social – conquista da cidadania no espaço público – não produziu indagações acerca dos papéis tradicionais, uma vez que a conquista dos direitos civis, no imaginário das agricultoras, era suficiente para dar conta do problema da diferença sexual e individual, além de resolver certas insatisfações vividas no mundo privado. Os discursos das mulheres rurais confirmam a tendência de seguir o imaginário masculino.

O MMTR se construiu dentro de um contexto cultural ditado pelas regras do sindicalismo masculino, seja de direita ou de esquerda. Com algumas mulheres líderes, o sindicalismo masculino ganhou força no campo, legitimando-se. A conquista de “pseudos-espacos de igualdade” na esfera pública acabou instalando pequenas elites de mulheres a serviço do sistema patriarcal, que assumem cada vez mais o discurso masculino, e, por outro lado, as mulheres que não exercem mais a liderança ou que participaram do MMTR estão imbuídas de representações sociais que asseguram a persistência das tradicionais relações de gênero, poder e trabalho no campo.

As representações socioculturais a respeito da maternidade e dos papéis de dona de casa são a forma como o imaginário social configura determinados aspectos da realidade das mulheres, a ponto de muitas dessas crenças que cercam os tradicionais papéis femininos – servir, cuidar e nutrir – terem se transformado numa verdade imutável. Muitas vezes, as mulheres agricultoras omitem seu próprio cotidiano e suas histórias pessoais, e até deslocam para um segundo plano seus interesses individuais, pela necessidade de reproduzir ou ajustar-se às identidades construídas pelas representações sociais.

A divisão dos papéis sociais parece, assim, se afastar da concepção do sujeito submetido, pois, para elas, apesar de serem semianalfabetas, foram extremamente inteligentes, pois participaram do MMTR até o momento da concessão de direitos previdenciários iguais aos do homem da mesma categoria profissional, abandonando ou relativizando a importância do movimento logo após essa conquista.

A família, no meio rural, é resultado desse contexto simbólico cultural. Há fatores (inclusive laços afetivos) que fazem com que as pessoas colaborem dentro da família, mas há também forças que levam as pessoas a exercitarem competições

entre si – e tudo isto é permeado por relações de poder construídas material e historicamente através das leis, das instituições. Os laços de dependência que unem as pessoas têm mais a ver com seu poder de negociação cultural do que, necessariamente, com a sua própria “vontade” ou “determinação”.

Considera-se errôneo não enxergar na cultura patriarcal uma atuação sobre os papéis sociais do homem e da mulher. Tampouco se considera incorreta a interpretação de que, sob a ordem patriarcal de gênero, as mulheres não detêm nenhum poder. Os depoimentos são a prova disso, pois, com efeito, a cumplicidade exige consentimento e este só pode ocorrer numa relação entre pares, nunca díspares, caso das relações de gênero no meio rural. O consentimento exige que ambas as partes desfrutem do mesmo poder, mostrando como o discurso dominante reproduz literalmente a lógica androcêntrica presente no meio rural. Mesmo essa lógica discriminando a mulher rural, elas se atribuem poderes e veem esse espaço como próprio de seu domínio.

Os modelos de representação que caracterizam o trabalho feminino expressam as distintas funções determinadas aos homens e às mulheres e suas posições desiguais na história. Esta diferenciação de papéis e sua hierarquização se integram na lógica de funcionamento do imaginário social. Assim, as obrigações domésticas são o principal argumento pelo qual as mulheres são objeto de discriminação no âmbito familiar, de maneira que, quando participam e ascendem a outros trabalhos e funções, são mais mal remuneradas e menos valorizadas do que os homens.

A análise dos elementos que vimos apresentando permite entender os pressupostos que sustentam as representações sobre a relação de gênero e trabalho em sociedades como a nossa. São estas representações que atuam sobre a realidade e mantêm as relações de trabalho e poder do feminino em face do masculino.

Se, dentro da família, no mundo rural, há relações de desigualdade, subordinação e não reconhecimento do trabalho da mulher, não se deve incorrer no risco de desconsiderar a existência de regras e definições de acesso a recursos que se dão no interior de outras instituições, e que reforçam essa desigualdade no interior da família. Muitas vezes, tendemos a ver a família como o lugar do conflito e da negociação, esquecendo-nos de que ela é influenciada por outras regras que estão além dela própria.

As relações entre mulheres e homens na família e na organização da produção não são só objetivas, mas encontram-se impregnadas por valores morais, éticos, que perpassam representações simbólicas, a religiosidade, a subjetividade. Não é possível, contudo, pensar as relações de gênero com base apenas nas diferenças de papéis; elas são desiguais e se combinam com outras categorias sociais, como poder, trabalho, dominação masculina, que legitimam uma hierarquia e, conseqüentemente, sua inferioridade social.

Não são as mulheres que se inferiorizam, são as relações de poder que lhes atribuem um lugar menor, pois elas falam do trabalho pesado, da divisão dos papéis na família, numa perspectiva de afirmação e não de submissão. Mesmo quando é negado às mulheres o direito de decidir, de participar dos processos de decisão na produção e no próprio espaço doméstico, as mulheres estão em todos os lugares;

basta olhar a dinâmica cotidiana rural para que se constate que elas, em maior ou em menor medida, realizam todas as atividades produtivas e reprodutivas na família. E por serem proprietárias do lote rural, o discurso de dominação e de subserviência ao homem não tem sentido para elas.

(In) conclusões

Há certos desafios no horizonte das mulheres do campo sobre os quais é preciso refletir à luz das novas mudanças econômicas das últimas décadas. Um desses desafios é a participação das mulheres camponesas nos processos de tomada de decisão como desafio fundamental para eliminar os tradicionais desequilíbrios existentes entre homens e mulheres. A participação plena e igualitária das mulheres nos processos decisórios não somente é uma questão de justiça e igualdade numa sociedade democrática, como infunde vigor em uma democracia frágil e seus mecanismos. Somente mediante uma distribuição equilibrada de poder e responsabilidades entre homens e mulheres se poderia melhorar o nível de qualidade de vida da sociedade camponesa.

O papel das mulheres no campo e a manutenção da renda familiar agrária são fundamentais. As mulheres rurais conhecem as necessidades que se colocam em seu meio familiar e comunitário. É fundamental que as mulheres camponesas se vejam implicadas no desenho, planejamento, gestão e desenvolvimento de programas de sustentabilidade.

É inegável a carga histórica de preconceito e invisibilidade do trabalho feminino. Como também é inegável o papel fundamental que as mulheres têm em suas mãos nas comunidades camponesas. Mas é necessário que a sociedade em geral comece a reconhecer os valores das mulheres do campo, para possibilitar uma sociedade integrada e digna, em que nascer homem ou mulher não limite as capacidades nem a possibilidades das pessoas.

Que necessidades, na atualidade, colocam as mulheres do campo, assentadas, ribeirinhas etc.? Se analisarmos com cuidado, damos conta de que as necessidades das mulheres do campo não são diferentes daquelas que vivem no meio urbano. Obviamente, temos que levar em conta que elas estão inseridas em um meio distinto, com características socioeconômicas, culturais próprias do espaço, mas com riquezas e possibilidades infinitas.

Mas se negarmos seu papel, se limitarmos seu acesso ao trabalho, aos serviços básicos, levando-a a emigrar, quais podem ser as consequências? Devemos pensar seriamente sobre isso. Como nota para reflexão, basta dizer que mais de 50% dos alimentos produzidos no mundo vêm das mulheres do campo. As mulheres rurais necessitam que se eliminem as dificuldades que ainda experimentam nos aspectos educativos, sanitários, participativos, do acesso à saúde, a moradia etc. Necessitam um reconhecimento da sociedade de seus papéis históricos de conselheiras, de agentes da saúde, de educadoras, de protetoras do meio ambiente etc. Necessitam que se criem meios econômicos e estruturais nas zonas e comunidades onde vivem para possibilitar o acesso à educação, saúde, lazer, estas por sua vez ainda distantes

dos programas da classe política e do próprio Estado. As mulheres do campo necessitam avançar nas fórmulas que permitam o reconhecimento profissional e legal, necessitam da divisão igualitária das tarefas da casa, de formação dirigida às especificidades do meio rural, enfim, necessidades que não são diferentes daquelas da mulher da cidade e que são, na realidade, direitos de todas as pessoas.

Para finalizar, a mulheres agricultoras que participaram direta ou indiretamente desse processo através do MMTR apresentam característica de empoderamento na sua dimensão privada, expandindo suas liberdades substantivas, tornando-se agentes do seu espaço, ocupando, dessa forma, esse lugar “impróprio”, tolerado, conquistado, que escorrega pelos labirintos da história, sempre por se fazer, experimentando-se, recriando-se.

Referências

- AMORÓS, Celia. **Tiempo de feminismo**. Madrid: Cátedra, 2003.
- _____. **Hacia una crítica de la razón patriarcal**. Barcelona: Anthropos, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- DEERE, Carmem Daiana; LÉON, Margarida de. **O empoderamento da mulher**. Direitos à terra e direitos à propriedade na América Latina. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Ética, Sexualidade e Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- _____. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado, 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Tendências e Impasses: o feminismo como a crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- MURARO, Rose Marie. **Sexualidade da Mulher Brasileira: Corpo e Classe Social no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. **As mulheres e os silêncios da história**. São Paulo: Edusc, 2005.
- RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social, Revista de Sociologia**, São Paulo, v. 7, n.1-2, p. 67-82, 1995.
- SARACENO, Chiara. A dependência construída e a interdependência negada. Estruturas de gênero da cidadania. In: BONACCHI, Gabriella; GROPPI, Ângela. **O dilema da cidadania**. Direitos e deveres das mulheres. São Paulo: Ed. da Unesp, 1994.
- SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, jul.-dez., 1995.
- _____. O Enigma da Igualdade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, jan.-abr. 2005.
- TEDESCHI, Losandro Antonio. **Histórias de Mulheres que lutam: a construção do Movimento de Mulheres Trabalhadoras rurais no Noroeste do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Oikos, 2016.

EXPROPRIAÇÃO E TRABALHO DE MULHERES EXTRATIVISTAS EM SERGIPE¹

EXPROPRIATION AND THE LABOR OF GATHERER WOMEN IN SERGIPE, BRAZIL

Dalva Maria da Mota*

Heribert Schmitz**

Amintas da Silva Junior***

Emanuel Pereira de Oliveira****

Resumo

O artigo se debruça sobre a expropriação e a reorganização do trabalho de mulheres extrativistas no processo de mudança do acesso livre para o acesso privado aos recursos naturais (plantas) dos quais extraíam a mangaba em um estabelecimento de Sergipe. A pesquisa foi realizada por meio de um estudo de caso com observações e entrevistas (abertas e semiestruturadas) com 23 catadoras de mangaba que coletam ou já coletaram mangaba no estabelecimento, três pesquisadores e três técnicos no município de Barra dos Coqueiros, Sergipe. As principais conclusões mostram que: i) tensões foram vivenciadas em virtude da reivindicação da desapropriação do estabelecimento por interesse social, mas a desproporcionalidade de forças garantiu o direito do proprietário; e ii) a mudança do acesso livre para o acesso privado influenciou na perda de autonomia das catadoras na organização do trabalho (jornada, horário e controle do instrumento), na compreensão e na viabilização das regras para o manejo das plantas e nos papéis dos diversos atores envolvidos no extrativismo, particularmente no que diz respeito à conservação da biodiversidade.

Palavras-chave: Catadoras de mangaba. Bens comuns. Regras. Conflito social.

1 Pesquisa financiada com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

* Doutora em Sociologia, pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental, em Belém (PA), Brasil. E-mail: dalva.mota@embrapa.br

** Doutor em Sociologia Rural, professor de Sociologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém (PA), Brasil. E-mail: heri@zedat.fu-berlin.de

*** Mestre em Agriculturas Familiares, professor de Ciências Agrárias e da Natureza da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), em Marabá (PA), Brasil. E-mail: amintas@unifesspa.edu.br

**** Mestre em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Sergipe. Perito Federal Agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Brasil. E-mail: moabop@uol.com.br

Abstract

This article addresses the expropriation and reorganization of the work of women gatherers, during a process that resulted in a change from free to private access to natural resources. It discusses *mangaba* (*Hancornia speciosa* Gomes) gathering in a property in Sergipe. The research encompassed a case study with observations and interviews (open and semi-structured) with 23 women who gather or have already gathered *mangaba* in the farm, three researchers and three technicians in the Municipality of Barra dos Coqueiros, Sergipe. The main findings were: i) disputes emerged during the demands for the expropriation of the property for social interest and that the disproportionality of forces guaranteed the rights of the landowner; and ii) the change in the access regime from free to private access was an influential factor in the loss of the gatherers' autonomy vis-à-vis work arrangements (working day, times and control of tools), the understanding and feasibility of rules and regulations regarding *mangaba* management, as well as the roles of different actors involved in gathering activities, including the conservation of biodiversity.

Keywords: Mangaba gatherer women. Commons. Rules. Social conflict.

Introdução

Neste artigo, analisamos o simultâneo processo de expropriação e de reorganização do trabalho de mulheres extrativistas de mangaba decorrente da passagem do acesso livre² para o acesso privado aos recursos naturais (plantas) dos quais, tradicionalmente, elas extraíam a mangaba em Sergipe. Trata-se das autodenominadas catadoras de mangaba³, camponesas cujos modos de vida se particularizam pela simultaneidade de atividades e por uma relação específica e de baixo impacto sobre os recursos naturais, mas que, recentemente, vivenciam a expropriação, “[...] o divórcio entre o trabalhador e as coisas de que necessita para trabalhar” (MARTINS, 1991, p. 50).

O tema da expropriação dos camponeses constou nos debates de autores das ciências sociais durante décadas no Brasil. As transformações nas relações tradicionais de trabalho com a expropriação da terra e a consequente proletarianização

2 No debate sobre bens comuns, distinguem-se várias formas de acesso aos recursos. No caso de “acesso livre”, ninguém pode ser excluído do uso de um determinado recurso. No entanto, o uso pode ser regulamentado por ordenamento jurídico formal ou consuetudinário, mas sem garantia de fazer cumprir essas regras.

3 Mulheres, predominantemente negras e pobres, são as principais envolvidas no extrativismo da mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes) nas áreas de restinga e de tabuleiros costeiros no Nordeste brasileiro. O extrativismo é tradicionalmente praticado por meio do acesso livre aos frutos em terras devolutas, de terceiros e, em menor escala, em sítios próprios. Paralelamente, desenvolvem outras atividades, tais como agricultura, pesca, artesanato, comércio e prestação de serviços domésticos ou no turismo. Semelhantes a outros povos e comunidades tradicionais que ao longo do tempo lidam com as potencialidades e limitações do ambiente natural, as extrativistas construíram uma cultura diversa com a utilização dos recursos disponíveis localmente, assegurando desse modo a sua reprodução social (ALMEIDA, 2000; CASTRO, 1997; MOTA; SCHMITZ; SILVA JÚNIOR, 2008).

ocasionaram a constituição de um segmento social “volante” de migrantes (“boias-frias”) no processo de modernização da agricultura patrocinado pelo Estado (BACCARIN, 2015; D’INCAO E MELLO, 1976; MARTINE, GARCIA, 1987; MARTINS, 1991; SIGAUD, 1979). Os “investimentos de grande porte” em hidrelétricas e na mineração (CASTRO, 1995, 2012; MARIN, CASTRO, 1995; SCOTT, 2012; ZHOURI, 2012) ou ainda na demarcação de unidades de conservação por preocupações ambientais (ALARCON, TORRES, 2014; MOURA, 2012) também provocaram desterritorializações.

Bianco (2012, p. 9) sintetiza essa tendência dos anos recentes:

Nessa conjuntura do capitalismo global, vivemos uma situação no mínimo paradoxal [no Brasil]. De um lado, o governo estimula programas de inclusão social [...]. Por outro lado, a reemergência de grandes projetos de desenvolvimento, originados ainda durante a ditadura militar e que ameaçam o meio ambiente e o modo de vida das populações locais, constitui uma reedição da era da “modernização” e da ênfase no “progresso” em detrimento do meio ambiente e da tradição.

Para o caso em análise, e em consonância com essa concepção de desenvolvimento, nas duas últimas décadas ampliaram-se as infraestruturas (pontes e estradas) e as áreas destinadas à produção de *commodities* (cana-de-açúcar e eucalipto) em ecossistemas frágeis que constituem territórios tradicionalmente ocupados pelas catadoras de mangaba em Sergipe⁴, o que provocou conflitos e ameaças aos seus modos de vida. Paradoxalmente, tais conflitos e ameaças persistem quando há o reconhecimento legal de povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares e camponeses, a partir da promulgação da Constituição de 1988 e da Lei da Agricultura Familiar⁵ em 2006. No caso específico das catadoras de Sergipe, uma lei estadual reconhece-as como um grupo culturalmente diferenciado⁶.

Não obstante o reconhecimento legal, persiste o debate sobre a expropriação de grupos camponeses nos estudos rurais no Brasil, mas a partir de novos atributos, porque o acesso aos recursos naturais ou às “[...] coisas de que [o trabalhador] necessita para trabalhar” (MARTINS, 1991, p. 50), e que fundamentam as suas existências e reconhecimento à luz da legislação, estão sob ameaça.

4 As catadoras de mangaba enfrentam a diminuição de áreas de coleta em nove comunidades nas quais, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015), a área plantada com cana-de-açúcar aumentou de 46.665 ha, em 2010, para 52.903 ha, em 2014. Sobre o plantio de eucalipto, as falas das catadoras e dados do IBGE (2015) indicam que seis municípios são produtores de lenha e tora em áreas anteriormente ocupadas por mangabeiras nativas. Ademais, a construção de pontes e de condomínios e a pavimentação de estradas deram-se em detrimento da vegetação nativa (RODRIGUES et al., 2016).

5 Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

6 Lei Estadual nº 7.082, de dezembro de 2010, Estado de Sergipe.

“A expropriação, além de acarretar as perdas mais óbvias [...]” de acesso aos recursos e de autonomia no trabalho, “[...] desencadeia um amplo processo de desenraizamento e contribui para a desarticulação de todo o grupo”, uma vez que sujeita as catadoras a regulamentações externas para a organização do trabalho, com “[...] abalo nas suas identidades” (ALARCON; TORRES, 2014, p. 72).

Considerando a problemática, dedicamo-nos, neste artigo, a analisar a experiência de um grupo de catadoras que, durante aproximadamente 40 anos, até o ano de 2007, teve acesso livre a um estabelecimento de cerca de 160 ha, tido como abandonado, no município de Barra dos Coqueiros, litoral do Estado de Sergipe. Após uma contenda judicial, por causa da possibilidade de desapropriação da área em decorrência da reivindicação do Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM), sob o argumento de que o persistente uso dos recursos suplantava a condição de propriedade, o imóvel foi fechado pelos seus donos, o que teve repercussão nas relações tradicionais de trabalho em torno do extrativismo.

As catadoras de mangaba residentes no entorno do estabelecimento citado têm estratégias diversas de trabalho que se articulam, e são praticadas nas proximidades dos seus lugares de residência. Destacam-se a coleta de mariscos e de mangaba, a venda de frutas na Central de Abastecimento (Ceasa) e em barracas à margem da rodovia e a ocasional prestação de serviços (faxineiras). Em conversas informais, as catadoras explicitam rejeitar trabalhar como empregadas domésticas em casa de família. A rejeição expressa, por um lado, o valor atribuído à experiência de “autonomia”⁷ nas suas práticas cotidianas no trabalho e, por outro, a necessidade de permanência nos espaços próximos às residências para conciliar as atividades de produção e de reprodução (HIRATA, 2003) que dificultam a inserção regular no mercado de trabalho. Daí porque a perda do acesso livre traz outras implicações, que incidem na autonomia enquanto capacidade de “autodeterminação do indivíduo para organizar e desenvolver seu trabalho, definindo os propósitos e agindo em consequência deles [...]” (FERNANDES; MOTA, 2014, p. 10). A permanência das catadoras de mangaba é ainda reforçada pelas condicionalidades das políticas a que têm acesso – o Programa Bolsa Família e o Seguro Desemprego do Pescador Artesanal.

Diferentemente de outras evidências, quando homens e mulheres migram para assalariarem-se temporariamente (NOGUEIRA, 2013), ali, apenas os homens migram e trabalham na condição de assalariados para gerar meios que assegurem a permanência nas suas localidades, o que guarda alguma semelhança com o conteúdo da análise de Garcia Júnior (1989) e, mais recentemente, com a de Menezes (2012), no que diz respeito ao uso local do dinheiro proveniente dos salários ganhos em lugares distantes. Tal exercício da diferença expressa relações de gênero que atribuem às mulheres e aos homens diferentes responsabilidades nas esferas doméstica e pública, respectivamente.

7 A autonomia é entendida como constituída por dois aspectos: i) a autodeterminação para organizar e desenvolver o trabalho, definindo os próprios objetivos e agindo em consequência deles; ii) a capacidade de gerar renda e de decidir a forma como essa renda será utilizada para gastos próprios ou com a família (FERNANDES; MOTA, 2014).

A pesquisa foi realizada por meio de um estudo de caso com observações e entrevistas. As primeiras dizem respeito aos eventos do MCM e aos processos de coleta de mangaba. As entrevistas foram feitas com lideranças e com catadoras de mangaba que viviam nos arredores do estabelecimento até 2015, auge do processo de especulação imobiliária na região, após a construção de uma ponte que interliga o município de Barra dos Coqueiros e a capital do estado.

Viver a expropriação

A expropriação das catadoras não é um evento recente e concretiza-se com a extinção do acesso livre aos recursos naturais para a prática do extrativismo. Esse processo, nas palavras de Martins (1991), configura a separação entre o trabalhador e as coisas de que necessita para trabalhar, ou seja, a separação entre o trabalhador e a terra, as ferramentas, as máquinas, as matérias primas, em decorrência de transformações nas relações de trabalho. No caso em análise, ocorre sempre que interessados (proprietários ou grileiros) privatizam as áreas e impedem a prática do extrativismo por grupos sociais politicamente desfavorecidos. Em decorrência do impedimento, resistir individualmente, sob tensão (ROCHA, 2012), e depois buscar áreas mais distantes em pequenos grupos, têm sido as estratégias mais usuais das catadoras. O caso em análise, entretanto, registra-se como o primeiro no qual as catadoras reivindicaram a prevalência do direito local sobre o jurídico formal (MOTA; SCHMITZ; SILVA JÚNIOR, 2015), pela inexistência de áreas para coletar os frutos livremente nos lugares onde residem e pela possibilidade de descontinuidade da condição objetiva e identitária de catadora.

A disputa pelo estabelecimento

A proposta de requerer a desapropriação do estabelecimento era consenso entre as catadoras que ali coletavam frutos há cerca de 40 anos e contou com o apoio de autoridades do poder público municipal. A formalização deu-se por meio de uma carta da presidente do MCM ao Ministério Público Federal (MPF) em março de 2008, na qual foi explicitado que a Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros, considerando a importância do estabelecimento para a sobrevivência de significativo número de famílias, havia reivindicado a desapropriação do imóvel ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), tendo em vista a criação de um projeto de assentamento agroextrativista. A carta destacava ainda o conflito envolvendo as catadoras de mangaba e o proprietário do estabelecimento:

[...] [o proprietário], através do cercamento da área e do uso da força, vem impedindo o acesso das catadoras às mangabeiras nativas, como ocorria há mais de 40 anos. O caso é de extrema gravidade, uma vez que a catação da mangaba é meio de vida para muitas famílias, as quais, hoje, se encontram ameaçadas e sem essa importante fonte de renda, além de se constatar na área a ocorrência de crime ambiental com o desmatamento da regeneração da vegetação nativa da restinga, protegida por lei, por fazer parte do bioma da Mata Atlântica.

Paralelamente, o MCM atuou junto ao Incra e, no processo instaurado por essa instituição em 2008, o imóvel foi classificado como grande propriedade improdutivo que não cumpria a função social. Atestavam-se ainda evidências de conflito social em virtude da interdição da atividade extrativista e da apressada construção de cercas, do desmatamento e da divisão da área entre os filhos do proprietário. Segundo o registro, o processo de desapropriação encontrava-se no aguardo do decreto presidencial (BRASIL, 2008). Dadas tais evidências, eram solicitadas providências pelo MCM para dirimir o conflito, impedir a derrubada da vegetação e assegurar às famílias o acesso aos recursos. Na sequência, ocorreram várias reuniões entre órgãos estaduais e federais, sob a liderança do Ministério Público Federal. A principal deliberação, nessas ocasiões, consistiu na realização de um mapeamento das áreas extrativistas para identificar conflitos e possíveis áreas a serem transformadas em unidades de conservação em Sergipe. Como resultado, o referido mapeamento do extrativismo foi realizado em 2009 (VIEIRA; RODRIGUES, 2009).

Quanto ao estabelecimento objeto de disputa, entrevistadas afirmam que foram convidadas a ir ao MPF e ali participaram de reuniões específicas sobre a questão, inclusive com a surpreendente presença do proprietário em uma delas. Elas explicitaram a tensão que vivenciaram em decorrência do encontro, porque, paralelamente à reivindicação da desapropriação, localmente, circularam boatos de que só poderia se registrar⁸ para continuar coletando frutos no estabelecimento quem não estivesse reivindicando a sua desapropriação. Pelo lado das catadoras, uniram-se o temor da expropriação e a certeza da desproporcionalidade de forças entre elas e o proprietário na esfera jurídica. Do lado deste último, foram postas em prática estratégias para impedir o acesso livre ao estabelecimento, com estrito controle da entrada e interferência política no desenrolar do processo, para impedir a desapropriação. O êxito dessa iniciativa implicou a resignificação das regras para o prosseguimento da atividade extrativista, tradicionalmente sujeita a regras locais (SANTOS, 2007).

A consequência central da desigual correlação de forças foi o aumento da tensão entre as compreensões amparadas no direito local (que norteia as práticas das extrativistas) e a esfera jurídica formal, que sedimenta as iniciativas do proprietário. A esfera jurídica formal, ao mesmo tempo em que comporta as normas que deveriam favorecer mais as catadoras, foi acionada pelo seu antagonista, que conseguiu tirar mais vantagem das relações de poder existentes (SCHMITZ et al., 2011).

Paradoxalmente, a decepção com o mundo jurídico deu-se no contexto de maior reconhecimento e mobilização política das catadoras de mangaba em Sergipe: participavam do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) desde 2006; estavam organizadas no MCM, recém-criado em 2007; estavam envolvidas, desde 2008, em um projeto de agregação de valor à fruta; contaram com o apoio do MPF para o mapeamento das áreas de extrativismo, em 2008. Mesmo assim, os reflexos da não

8 Após o cercamento do estabelecimento e o subsequente início da cobrança pelos frutos coletados, o proprietário passou a exigir o cadastramento prévio das catadoras como requisito para permitir seu trânsito na área.

desapropriação do imóvel foram devastadores para a autoestima e a esperança de assegurar o acesso aos recursos. Contribuíram também para incutir nas catadoras a ideia de que o privado não pode ser invadido (MARTINS, 1991) e estimularam a incorporação de um ideário de superioridade do mundo jurídico formal no tocante à propriedade da terra.

Nessas bases, o sistema de coleta foi reestruturado, com a mudança do acesso livre para o acesso privado. A instituição do controle da entrada e do trabalho das catadoras põe em prática o exercício da expropriação, como analisaremos neste artigo.

O controle da entrada e dos instrumentos de trabalho

O acesso das catadoras ao estabelecimento, anteriormente livre, atualmente é controlado por um empregado, que deve ser avisado no momento da entrada e que também entrega os ganchos⁹ a serem utilizados por cada uma na coleta. O gancho é o símbolo mais mobilizado pelas catadoras para se fazerem reconhecer. No passado recente, os ganchos se encontravam sob o domínio das catadoras, que os portavam cada vez que iam e vinham dos campos de coleta. A situação atual conforma aquele processo em que “o trabalhador perde o que lhe é próprio, perde a propriedade dos seus instrumentos de trabalho” (MARTINS, 1991, p. 51).

Na última frase do primeiro volume de *O Capital*, Marx (1988, p. 894) declara: “O modo capitalista de produção e de acumulação e, portanto, a propriedade privada capitalista exigem, como condição existencial, o aniquilamento da propriedade privada baseada no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador.” Este processo se inicia com a expropriação do produtor rural, do agricultor, da sua terra, além da usurpação das suas terras comunitárias. Marx caracteriza este processo como acumulação primitiva, que é “[...] o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção” (MARX, 1988, p. 830). Vários autores se referem a este conceito não apenas para descrever a formação histórica do modo de produção capitalista, mas também processos de apropriação atuais, a exemplo do *Land Grabbing*¹⁰, caracterizando-o como acumulação primitiva continuada (BACKHOUSE et al., 2013). Em nosso artigo, referimo-nos à exploração neste sentido, numa escala microssocial, quando descrevemos a perda de acesso livre das mulheres extrativistas aos recursos naturais dos quais viveram durante décadas.

Para o caso em análise, as consequências da expropriação são explicadas por uma catadora:

9 Gancho: instrumento fabricado pelas próprias mulheres e utilizado em todo o Brasil como um dos símbolos da coleta. Consiste em uma vara de madeira com um gancho de ferro entortado na ponta, preso à vara. Pode ser também improvisado com uma galha de árvore que tenha o mesmo formato.

10 Por *Land Grabbing* entendemos processos de tomada, apropriação ou privatização de terras em grande escala, especialmente por grandes empresas com atuação mundial (ver BACKHOUSE et al., 2013).

Tem que chamar um empregado pra ele ver que a gente está entrando e pra sair também, porque eles sabem quem entra lá e quem sai. Às vezes, o dono chega e ele não sabe quem entrou, quem não entrou, vê o povo lá dentro, pensa que foi roubar. Por isso, nós temos que avisar, pra ele saber quem está lá dentro.

O controle imposto a quem entra ou sai do estabelecimento, condicionado à presença do empregado, incide tanto na constituição de uma nova relação com quem organiza o acesso aos recursos quanto na liberdade de organização do próprio trabalho (ir e vir em articulação com outras atividades anteriormente) com o envolvimento dos demais membros da família que, por causa do controle, nem sempre se adaptam ao horário “comercial”.

Após a coleta, o empregado verifica o volume colhido e registra o valor correspondente a ser pago. A atual circunstância de pagamento por um recurso que antes era coletado livremente implica a instituição de uma nova relação hierárquica entre quem vende e quem compra e a vigência da condição de propriedade, e também dificulta a realização de outras atividades. Há a imposição de uma hierarquia na relação e, conseqüentemente, na organização do trabalho, cujo objetivo é o controle dos recursos naturais (as mangabeiras, *Hancornia speciosa* Gomes). As catadoras são, assim, despojadas de qualquer controle sobre os recursos.

Mesmo que o trabalho das catadoras seja em regime familiar e sem venda da força de trabalho, a situação guarda alguma semelhança com a constatação de Marglin (2001) sobre os operários da fábrica. Segundo o autor, “[...] o operário não é mais livre para decidir como e quanto quer trabalhar para produzir o que é necessário; mas é preciso que ele escolha trabalhar nas condições do patrão ou não trabalhar, o que não lhe deixa nenhuma escolha” (MARGLIN, 2001, p. 41).

No caso das catadoras, o horário, os instrumentos e a quantidade dos frutos colhidos estão sob o controle de terceiros, assim como as plantas. No passado recente, todos esses elementos eram de responsabilidade das catadoras e o cuidado com as plantas se constituía uma das regras mais restritas, e sujeita a repreensões para quem a transgredisse. No novo modelo de extrativismo, as catadoras são expropriadas de uma prática tradicional e incentivadas a se desincumbirem do cuidado com as plantas, que é de responsabilidade do proprietário.

Além de tal constrangimento, os discursos indicam que, embora o imóvel se encontrasse abandonado, as catadoras não ignoravam o fato de que havia um proprietário. Por isso, transitavam pela área com receio de serem descobertas e repreendidas. Por outro lado, o sentimento de vergonha em invadir o que é de domínio privado, analisado em outras situações (MARTINS, 2003; SCHMITZ et al., 2011), também as acompanhava em suas incursões ao estabelecimento. Entretanto, esse sentimento não é válido para o acesso às plantas – recurso considerado fruto da ação divina e, portanto, podendo ser usufruído pelos que dele necessitam.

Reações às novas relações no lugar de trabalho

A privatização dos recursos (terra e plantas) implica a ruptura de um padrão local de trabalho caracterizado pelo exercício da atividade por pessoas vinculadas pelo parentesco e pela vizinhança (MOTA, SCHMITZ, SILVA JÚNIOR, 2011; PEREIRA, 2008; ROCHA, 2012; SANTOS, 2007) que tinham autonomia sobre as suas idas e vindas e os cuidados com as plantas.

A condição mercantil de acesso ao estabelecimento e o trânsito de pessoas no seu entorno têm sido intensificados pelo aumento populacional após a construção da ponte, pelo incremento local da construção civil, pela redução das mangabeiras e pelo estabelecimento de uma nova rota de tráfego ao longo da via costeira. Todos esses fatores influem na organização social preexistente, e as consequências mais visíveis são a intensificação do uso dos recursos, crescentemente devastados em decorrência das grandes áreas destinadas à construção de condomínios, e a reestruturação do tecido social local.

Em virtude de tais mudanças, a coleta de mangaba no interior do estabelecimento tem sido avaliada de forma controversa pelas catadoras entrevistadas. Para algumas, aumentou a insegurança, porque qualquer pessoa pode entrar e coletar, desde que pague. Assim, pessoas desconhecidas e vindas de longe, sobre as quais elas não possuem nenhuma informação, têm frequentado o estabelecimento.

Porque quando num tinha isso aqui [o pagamento], era só os daqui que caminhavam e aqui todo mundo conhece todo mundo, aqui ninguém mexe com ninguém, mas hoje em dia que vêm pessoas que ninguém nunca nem viu, você vai confiar?

Antigamente, quando ninguém pagava, também não vinha ninguém de fora. Não tinha pista [estrada], então só era gente daqui. Agora que é pago, vem todo mundo, de Pirambu, Santo Amaro, Barra dos Coqueiros [municípios vizinhos].

Nos discursos, há uma desqualificação dessas pessoas, cuja recusa em pagar pelos frutos coletados é reprovada, tanto quanto sua condição de homens jovens que trabalham para atender a finalidades pessoais e não para ajudar as famílias.

Outros depoimentos apontam, contraditoriamente, o aumento da segurança no local, decorrente do controle na entrada, que não existia à época do acesso livre. Entretanto, essa compreensão das catadoras parece estar mais relacionada ao risco de serem descobertas na transgressão do que à preocupação com pessoas desconhecidas: *“Olhe, acho que está melhor agora, porque a gente tira [coleta] com segurança. Antes, a gente não pagava, mas tirava com medo do dono chegar de uma hora pra outra. Está melhor, a gente não paga uma fortuna por um balde e agora a gente vem com calma e vai com calma”*.

Não nos passa despercebido que, localmente, foi veiculada a informação de que o proprietário do estabelecimento poderia interditar a entrada de catadoras

favoráveis à desapropriação, o que influenciaria, de certa forma, na valorização da retomada da propriedade para permitir o acesso às plantas.

Para outras catadoras, a coleta feita por muitas pessoas resulta em consequências relacionadas não somente à segurança, mas também à exploração excessiva que compromete a oferta do recurso. Nas palavras de uma catadora, “*as árvores não têm descanso*”. As explicações evidenciam o entendimento de que, antes, quando o acesso era livre, menos pessoas frequentavam o local, de maneira que havia mais frutos. A escassez, porém, ocorre em um contexto de intensa incorporação do território ao mercado imobiliário. Consequentemente, um maior número de pessoas transita por ali, graças à construção de estradas e à atração de trabalhadores para a construção civil. Ademais, pessoas entram sem autorização e, subsequentemente, não pagam, assumindo o comportamento do aproveitador (*free rider*), conforme analisado por Olson (1998).

Tradicionalmente, a gestão dos campos de mangaba realizada pelas catadoras, em Sergipe, incluía o acesso indiscriminado de todos os habitantes a qualquer planta para coletar frutos, desde que segundo determinadas regras. O usufruto do direito ao recurso era prerrogativa de todos os que residiam num dado território ou mesmo em territórios vizinhos (SCHMITZ; MOTA; SILVA JÚNIOR, 2009), conforme o princípio do interconhecimento. Entretanto, no novo contexto, esse princípio é desestruturado objetivamente, embora a compreensão ainda persista, como demonstra a fala de uma catadora: “*poderia estar melhor se diminuísse a quantidade de pessoas, só que todo mundo precisa, então não pode tirar as pessoas*”.

O acesso regulado por meio da compra dos frutos no estabelecimento expressa a ruptura de uma conduta partilhada historicamente pelo grupo, cujas consequências incidem sobre a organização do trabalho e do cotidiano.

Uma nova divisão do trabalho

Tradicionalmente, o extrativismo da mangaba com acesso livre aos recursos é realizado, predominantemente, pelas mulheres, com a ocasional participação dos filhos (FERNANDES; MOTA, 2014; LIMA, 2012; MOTA et al., 2014). Os deslocamentos para os campos dão-se em grupos de mulheres, muito embora a coleta seja praticada a partir de uma divisão do trabalho, cabendo a cada uma a realização do trabalho em uma só planta de cada vez. Os instrumentos de trabalho são os ganchos e as vasilhas para acondicionar os frutos, principalmente baldes. Diferenças culturais influem no modo de lidar com os frutos que já estão no chão¹¹, na pós-colheita e nas práticas de gestão e conservação das plantas. Não obstante as diferenças, é comum o padrão de conservação do recurso visando a sua continuidade, expresso nas práticas de não quebrar galhos e de não colher frutos

¹¹ Em Sergipe são denominados frutos “de caída” e são muito valorizados por serem mais doces. No Pará, esses mesmos frutos não são consumidos porque tiveram contato com a terra e são considerados inapropriados.

verdes, entre outras regras impostas na interação face a face (SCHMITZ; MOTA; SILVA JÚNIOR, 2009). Os trabalhos de pós-coleta são realizados por diferentes membros da família, ficando a comercialização sob a responsabilidade das catadoras (MOTA; SCHMITZ; SILVA JÚNIOR; 2008). O conjunto de atividades que compõe o elenco, que vai da conservação do recurso à comercialização dos frutos, está sob o domínio das catadoras, em situação oposta à da expropriação, uma vez que elas têm autonomia em todas as atividades, condição possível por não haver uma separação entre a trabalhadora e os recursos e instrumentos de trabalho.

No estabelecimento em análise, a condição de expropriação implica o exercício ocasional de algumas atividades anteriormente realizadas pelas catadoras. Grosso modo, compõem extratos sociais específicos o proprietário, os empregados (que controlam a entrada e o instrumento de trabalho – o gancho –, pesam e cobram pelos frutos e realizam os tratos culturais mecanizados) e as catadoras que coletam os frutos. Para além da divisão do trabalho entre o proprietário e os que não detêm os meios de produção, especificidades registram-se também com base na hierarquia entre esses atores e em suas práticas. A diferenciação social posta em prática recentemente, entretanto, resvala em tensão quanto ao que deve ser feito por cada um que está no campo, expressão do contraste entre o padrão tradicional de extrativismo e o atual.

De acordo com os depoimentos, as catadoras são orientadas a não quebrar galhos das árvores e a não tirar frutos verdes – *“Ele só não quer que pegue as verdes e quebre as galhas”*. Inexiste, porém, a relação face a face que caracterizava a coibição, o que gera nas catadoras uma aparente sensação de ausência de regras e a reivindicação de fiscalização, condição oposta à autonomia exercitada anteriormente: *“Lá não tem isso, não tem uma pessoa acompanhando a gente. Pode quebrar galho, tirar verde, não tem ninguém para reclamar, só querem saber da quantidade que você apanhou. Isso eu acho um erro”*.

Na atual divisão do trabalho, a reivindicação de autoridade para manter as regras tradicionais que regem o extrativismo da mangaba expressa a preocupação com a conservação das plantas e a exigência de uma contrapartida do proprietário pelo fato de estarem pagando.

Pode-se inferir que as catadoras, como consequência da expropriação, apenas coletam e já não realizam as demais atividades de conservação das plantas. O fato de pagar pelos frutos, situação também observada em Alagoas e em Pernambuco, em pesquisa em 2004, leva-as a entender que o cuidado com as árvores não é mais obrigação delas, mas do proprietário. Elas também não se sentem mais à vontade para repreender oralmente os infratores das regras, meio tradicionalmente empregado para debelar práticas predatórias, porque agora pagam pelos frutos em um estabelecimento que conta com empregados responsáveis, entre outras atribuições, pela vigilância da área.

Em todos os casos, analisamos que as catadoras ressentem-se da falta do conteúdo da tradição caracterizado por relações horizontais no campo da coleta. Nesse sentido, delinea-se um cenário no qual a responsabilidade pela conservação das plantas é gradativamente transferida das catadoras para o proprietário, que agora também auferir lucros com a atividade extrativa em uma região de alto dinamismo no mercado imobiliário.

Como analisado por Martins (1991), em sua reflexão sobre os trabalhadores rurais expropriados na agricultura pela desestruturação das relações de trabalho que davam suporte à expansão da pecuária em substituição das lavouras, o sistema extrativista da mangaba já não é mais um evento individual e manual, mas uma produção social baseada na divisão do trabalho e no trabalho combinado entre quem administra a propriedade, quem coleta e quem realiza parte dos tratos culturais. Diferentemente do passado, em que a catadora era dona do produto do seu trabalho, agora ela paga pelos frutos coletados, e há apropriação dos resultados pelo proprietário do estabelecimento. O dismantelamento do acesso livre tem consequências no sistema extrativista, e observam-se situações de incerteza quanto às regras e ao papel dos diferentes atores envolvidos na gestão dos recursos, as quais tendem a se agravar com a maior concorrência pelos recursos.

Transformações na relação com a biodiversidade

A divisão do trabalho provocada pela expropriação das catadoras incide na transformação da sua relação com a biodiversidade. A cobrança pelos frutos coletados é o demarcador simbólico das responsabilidades, pois, para as catadoras, alguma contrapartida deve haver, por parte do proprietário, quanto a condições mais confortáveis no local de trabalho e aos cuidados com as plantas. Entretanto, nesse aspecto, as catadoras manifestam opiniões variadas. A capina mecânica realizada pelos funcionários é, simultaneamente, comemorada e criticada: *“Lá não tinha assim zelo, era só mato e coqueiro, não tinha aquele zelo. A gente chegava lá, apanhava e vinha embora, não tinha aquele zelo que hoje tem, que hoje eles estão arando, tirando aquelas matas mais fechadas, não é como antigamente”*.

Predomina, entre as catadoras, a ideia de que as árvores estão mais bem cuidadas hoje do que antes, em decorrência dos tratos realizados pelos empregados, e de que o acesso às plantas é mais fácil:

Porque as mangabeiras que estão no sujo, botam, mas ninguém vê mangaba. A limpa põe mais, porque está tudo limpo debaixo. Quando eles limpam, a gente vê a diferença das mangabas que estavam no limpo para as que estavam no sujo. E agora que está tudo limpo, as mangabas ficam melhores.

Contraditoriamente, tanto a convicção de que as condições para apanhar os frutos são melhores hoje em dia quanto a crítica ao fato de que os serviços oferecidos não são suficientes encontram eco na censura à inação do proprietário com relação à expansão da área zelada: *“eles limpam, passam o trator, cortam as matas, roçam e só. E ainda não é em tudo”*. Em decorrência do aludido descaso do proprietário, a qualidade da mangaba (por exemplo, coletada ainda verde) é questionada em vários depoimentos, quando comparada com a de outras propriedades limítrofes. Nessas, segundo as catadoras, haveria mais rigor quanto ao cumprimento das regras que preservam as plantas.

Ademais, pessoas que provavelmente não tiveram aprendizado social para lidar com os frutos comprometem a conservação: “*Lá no estabelecimento é mangaba pra você apanhar o ano todo, se fosse possível, mas ela não aguenta quatro meses, o pessoal [que entra sem autorização] devora tudo*”.

Em decorrência disso, às providências cobradas do encarregado, no sentido de arrefecer a ação predatória de algumas pessoas que pagam, somam-se aquelas destinadas a coibir o furto. No entanto, as catadoras dizem que nunca são atendidas em ambas as solicitações, porque “*o pessoal que não paga, pega. Pega, esculhamba e ele [o proprietário] não controla*”.

A limpeza que as catadoras avaliam como positiva teria sido realizada apenas em partes do terreno, ou seja, ainda há muitas mangabeiras “no sujo”, o que é motivo de reclamações constantes, inclusive comunicadas ao empregado encarregado do controle da entrada e da saída das pessoas. As queixas manifestas devem-se ao fato de que é perigoso apanhar “no sujo”, situação na qual as catadoras podem encontrar cobras ou outros animais peçonhentos, marimbondos, abelhas e ainda plantas urticantes.

Além disso, o trabalho de limpeza não estaria sendo realizado de forma adequada, no tocante à integridade das mangabeiras:

No início, ele começou a roçar, pra deixar as mangabeiras livres, mas agora deixou de mão, que agora foi proibido de cortar os matos, que foi denunciado, ele não pode derrubar mais, mas ele estava cortando era tudo. Eu vi muita mangabeira cortada ali, que eles mesmos cortavam, os próprios trabalhadores dele.

De acordo com os depoimentos, os empregados, quando roçam, removem tudo o que não seja mangaba e, às vezes, nem essa escapa: “*daqui a pouco, nem coqueiro a gente está vendo mais*”. Em decorrência dessa negligência, outras espécies frutíferas nativas estariam fadadas a desaparecer.

A diversidade na área parece estar diminuindo consideravelmente, em razão do manejo realizado pelos empregados que privilegia a mangaba, único fruto coletado mediante pagamento. Apesar do tom de denúncia conferido aos relatos acerca do desaparecimento de outras espécies, as catadoras não questionam o manejo que provoca esse desaparecimento, materializado na roçagem seletiva; antes o comemoram ou até mesmo o exigem, o que evidencia a ruptura das relações tradicionalmente existentes entre extrativistas e plantas, provocada pela mudança no sistema de acesso ao recurso.

A constatação evidencia que as formas pelas quais se dá o acesso influem sobremaneira no domínio de práticas e saberes. A desvinculação entre catadoras e recursos nos sistemas de meia, arrendamento e compra, quando prevalecem relações mercantilizadas, como no presente caso, tem consequências profundas, conforme identificado por Marin e Castro no contexto dos quilombolas em Trombetas (PA): “*Nessa correlação de forças, o processo provoca, sobre protagonistas mais fragilizados, uma profunda transformação pela destruição de traços culturais e do ecossistema*” (MARIN; CASTRO, 1995, p. 317).

No jogo das implicações, entretanto, pesa o provável processo de invalidação cultural (ALARCON; TORRES, 2014), porque o conjunto de saberes fruto de gerações de convivência com os campos de mangaba pouco ou nada vale em um novo sistema de trabalho.

Ruptura da socialização intergeracional

Em Sergipe, tradicionalmente, as crianças são socializadas no extrativismo com dupla finalidade: aprender as práticas que aliam conservação e eficiência e exercitar a noção de que o trabalho dignifica e garante o acesso a bens por elas desejados. É frequente a menção a um jovem que necessitava de um tênis e comprou na safra de tal ano. Habitualmente, a participação de jovens e crianças nas coletas dava-se sob a responsabilidade das mães e em horários que não atrapalhassem a escola.

O controle do horário e das entradas no estabelecimento, impostos na nova ordem de disciplinamento do acesso aos recursos, limita a persistência do exercício da tradição na socialização para o trabalho familiar, agora sujeito a inúmeros condicionantes. A consequência mais imediata é o não aprendizado das crianças por meio da demonstração das práticas e da oralidade.

Delineia-se, assim, a impossibilidade de os filhos das catadoras se tornarem extrativistas autônomos como o foram suas mães, bem como a ruptura de um padrão em que a inserção das crianças no trabalho familiar é parte da tradição de transmissão “[...] do patrimônio de saberes e disciplinas de certas profissões e de construção do herdeiro e, principalmente, do sucessor, no caso do trabalhador artesanal, profissional ou camponês” (NEVES, 1999, p. 10). A análise da autora põe fronteiras entre o que seria trabalho infantil socialmente condenado e trabalho infantil que “[...] não responde diretamente à crescente expansão da apropriação da mais valia e ao uso descartável de seu portador”. Não obstante o debate, as interdições orientadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) têm permeado o cotidiano de famílias no mundo rural.

Para finalizar

O tema do artigo é a expropriação e a reorganização do trabalho de mulheres extrativistas no processo de mudança do acesso livre para o acesso privado aos recursos naturais que coletam em Sergipe. A pesquisa foi realizada por meio de um estudo de caso no município de Barra dos Coqueiros, Sergipe, e envolveu um grupo de catadoras de mangaba que, há anos, coleta frutos em um estabelecimento, antes considerado em situação de abandono e, a partir de 2007, valorizado após a construção de infraestruturas públicas.

As principais conclusões mostram que as tensões vivenciadas em um processo de reivindicação da desapropriação desse estabelecimento, frequentado há décadas pelas catadoras de mangaba, sucumbem a um conjunto de estratégias do proprietário na esfera local e jurídica.

A mudança do acesso livre para o acesso privado influencia a organização do trabalho, a compreensão e a viabilização das regras para o manejo das plantas e os papéis dos diversos atores envolvidos no extrativismo em relação à conservação da biodiversidade e a visão do judiciário.

Em se tratando da organização do trabalho, a mudança do acesso livre para o privado implicou imposição de uma hierarquia cujo propósito não é a eficiência técnica, tampouco a exploração econômica, mas a retomada do controle da propriedade para evitar a desapropriação. Há uma reconfiguração das relações para permitir a continuidade do acesso às plantas pelas catadoras a partir de negociações prévias e da tentativa de controle de quem entra e sai do estabelecimento. Em consequência, intensificou-se a diferenciação social, em torno do extrativismo, entre os que detêm a propriedade do recurso, aqueles que controlam o seu uso (os empregados) e as catadoras de mangaba.

Novos mecanismos de controle são postos em prática, como a supervisão da entrada (simbolicamente exercitada pela entrega do gancho a cada catadora no momento da chegada) e da saída (pela verificação do volume de frutos coletados, pela cobrança do pagamento concernente e pelo recolhimento do gancho). Tais iniciativas contrastam com a liberdade de ir e vir exercida anteriormente, além de dificultar a conciliação do extrativismo com outras atividades, uma vez que as mulheres extrativistas dependem da presença do empregado para os trâmites. Ademais, o símbolo do extrativismo da mangaba, o gancho, usado por todas as catadoras do Brasil, passa a ser guardado nos domínios do estabelecimento e não mais em suas residências, o que representa a perda do controle da totalidade do processo extrativista pelas mulheres que historicamente o realizam.

Enfim, a perda do acesso livre ao recurso significa, para o caso das catadoras de mangaba, uma ruptura material e simbólica com o território onde há décadas manejam recursos naturais essenciais à sua reprodução como um grupo social culturalmente diferenciado.

No que concerne à relação das catadoras com os demais atores, a mudança também se dá no âmbito das regras de coleta, cujo conteúdo evocado é o mesmo adotado quando tinham livre acesso ao estabelecimento. Todavia, a responsabilidade pelo seu cumprimento é atribuída ao proprietário, por intermédio de seus representantes. Assim, as catadoras excluem-se do exercício do papel de repreensão aos infratores e reivindicam que esse papel seja assumido pelos empregados responsáveis.

Concluimos que o pagamento pela produção coletada estimulou uma revisão dos papéis. Assim, as catadoras reivindicam que as obrigações inerentes aos cuidados com os recursos, anteriormente sob sua responsabilidade, sejam de quem vende os frutos. Do mesmo modo, exigem que os responsáveis pelas vendas lhes assegurem condições de trabalho mais adequadas.

No tocante à reprodução da força de trabalho, a separação entre as catadoras e os seus meios de produção provoca o estabelecimento de uma nova relação que, embora não seja o assalariamento, concretiza a condição de sujeitá-las a uma nova hierarquia. A expropriação implica o desestímulo à vivência da condição de catadora e a tendência à migração para o setor do comércio informal, como o processamento

de doces, por exemplo, e para a prestação de serviços ocasionais em consonância com o exercício da conciliação.

A noção de trabalho como fundamento da reprodução da força de trabalho e fonte de “um conjunto de significados permeados de representações” (MORAES SILVA, 2013, p. 165) transforma-se pela alienação e pela fragmentação do fazer.

Em Barra dos Coqueiros, a mangabeira sintetiza em seus frutos, agora comprados em uma nova modalidade, o fim de uma história de acesso livre aos recursos. Os impactos da mudança manifestam-se na desestruturação do modo de vida das catadoras de mangaba. A relação com forças privadas tece uma nova rede de relações, exige disponibilidade e acompanhamento dos passos, das estratégias e das ações levadas a efeito pelos empreendimentos. Por sua vez, a relação com o judiciário provocou medo e a sensação de derrota pelo contato entre mundos com símbolos e processos tão diferentes, além da falta de aliados fortes e atuantes cotidianamente e do sentimento da impossibilidade de justiça para a questão da expropriação.

Para finalizar, retomamos a ideia de Martins (1991) sobre o fato de que parte significativa dos expropriados da agricultura dirigia-se às grandes cidades à procura de trabalho. Para o caso em análise, entretanto, essa possibilidade é remota, porque, pelas desigualdades de gênero, as mulheres são condicionadas culturalmente a permanecer no lugar, tendo sob seu encargo o cuidado com as crianças e os idosos, além do mais elas têm pouca educação formal. Terminam, assim, por rearranjar as suas atividades sob a marca da menor autonomia e da persistente resistência ao trabalho assalariado.

Referências

- ALARCON, Daniela F.; TORRES, Mauricio. “**Não tem essa lei no mundo, rapaz!**”: a Estação Ecológica da Terra do Meio e a resistência dos beiradeiros do alto Rio Iriri. São Paulo: Instituto Socioambiental; Altamira: Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, 2014.
- ALMEIDA, Mauro. **As reservas extrativistas e as populações tradicionais**. Entrevista do mês. 10 nov. 2000. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/entrevistas/almeida.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2016.
- BACCARIN, José Giacomo. Retomando o debate sobre o trabalho volante na agricultura paulista dos anos 1980. **Cadernos Ceru, São Paulo**, v. 26, n. 2, p. 56-73, 2015.
- BACKHOUSE, Maria et al. (orgs.). **Die globale Einhegung: Krise, ursprüngliche Akkumulation und Landnahme im Kapitalismus**. Münster: Verlag Westfälisches Dampfboot, 2013, p. 9-18.
- BIANCO, Bela Feldman. Prefácio. In: ZHOURI, Andréa (org.). **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais**. Brasília, DF: ABA, 2012. p. 7-10.
- BRASIL. **Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto de 7 de maio de 2008**. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado “Fazenda São José do Arrebançado”. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 maio 2008, p. 4. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11572.htm>. Acesso em: 3 jun. 2008.
- BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, Seção 1, 25 de setembro de 2006, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2006-2007/2006/Lei/L11326.htm>.

gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 3 jun. 2008.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. Industrialização, processos de trabalho e modelos de gestão empresarial. In: CASTRO, Edna Maria Ramos de; MOURA, Edila Arnaud Ferreira; MAIA, Maria Lúcia S. (org.). **Industrialização e grandes projetos**: desorganização e reorganização do espaço. Belém: Editora Universitária, 1995. p. 91-120.

_____. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, Edna Maria Ramos de; PINTON, Florence (org.). **Faces do trópico úmido**: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio-ambiente. Belém: Cejup, 1997. p. 263-283.

_____. Expansão da fronteira, mega projetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, jan./abr. 2012.

D'INCAO E MELLO, Maria Conceição. **O boia fria**: acumulação e miséria. Petrópolis: Vozes, 1976.

FERNANDES, Thiara; MOTA, Dalva Maria da. “É sempre bom ter o nosso dinheirinho”: sobre a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba no Pará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n. 1, p. 9-24, jan./mar. 2014.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. **O Sul**: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; CNPq; UnB, 1989.

HIRATA, Helena. Apresentação à edição brasileira. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (org.). **As novas fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. Trad. Clevi Rapkiewicz. São Paulo: Senac, 2003. p. 15-20.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Produção agrícola municipal**: culturas temporárias e permanentes. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/66/pam_2014_v41_br.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2016.

LIMA, Bianca Ferreira. **Vida e trabalho**: Um estudo sobre as mulheres extrativistas de mangaba na Ilha do Marajó, Estado do Pará. 2012. 132 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

MARGLIN, Stephen A. Origem e funções do parcelamento das tarefas. Para que servem os patrões? In: GORZ, André. (Org.). **Crítica da divisão do trabalho**. Trad. Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 39-77.

MARIN, Rosa Acevedo; CASTRO, Edna Maria Ramos de. Grandes projetos e terras de negros: conflito e resistência no Trombetas. In: CASTRO, Edna Maria Ramos de; MOURA, Edila Arnaud Ferreira; MAIA, Maria Lúcia S. (org.). **Industrialização e grandes projetos**: desorganização e reorganização do espaço. Belém: Ed. da UFPA, 1995. p. 301-336.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **O sujeito oculto**: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro Primeiro: O processo de produção do capital. Vol. II. 12. Ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988. Original: 1890.

MENEZES, Marilda A. Família, Juventude e Migrações. **Revista Antropológicas**, Recife, v. 23, n. 1, p. 114-136, 2012.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Camponesas, fiandeiras, tecelãs, oleiras. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (org.). **Mulheres Camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. p. 163-183.

- MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco da. Atores, canais de comercialização e consumo da mangaba no Nordeste brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 46, n. 1, p. 121-143, jan./mar. 2008.
- _____. Conflito e consenso pelo acesso aos recursos naturais no extrativismo da mangaba. **Antropolítica**, Niterói, n. 31, p. 123-146. 2011.
- _____. (Des)acordos quanto ao uso dos recursos naturais em contexto de transformação fundiária em Sergipe. **Ambiente & Sociedade**, Dossiê Direito, Meio Ambiente e Território, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 43-60, abr./jun. 2015.
- MOTA, Dalva Maria da et al. O trabalho familiar extrativista sob a influência de políticas públicas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, Supl. 1, p. S173-S188, 2014.
- MOURA, Jaciel Ramos. **A criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e as mudanças no modo de vida dos moradores de Travosa**. 2012. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- NEVES, Delma Pessanha. **A perversão do trabalho infantil: lógicas sociais e alternativas de prevenção**. Niterói: Intertexto, 1999.
- NOGUEIRA, Verena Sevá. Trabalho assalariado e campesinato: uma etnografia com famílias camponesas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 241-268, jan./jun. 2013.
- OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva: bens públicos e teoria dos grupos**. Trad. M. D. C. Guerreiro; M. L. Faria. Rev.téc. P. T. Pereira. Oeiras: Celta, 1998.
- PEREIRA, Emanuel Oliveira. **Extrativismo da mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes) no Povoado Alagamar, Pirambu-SE**. 2008, 102 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.
- ROCHA, Maria Margarette Lisboa. **Conflitos sociais pelo acesso aos recursos: o extrativismo da mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes) no Povoado Pontal/Sergipe**. 2012. 135 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém. 2012.
- RODRIGUES, Raquel Fernandes de Araújo et al. **Mapa do extrativismo da mangaba em Sergipe: evolução e perspectivas**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2016. (no prelo).
- SANTOS, Jane Velma dos. **O papel das mulheres na conservação das áreas remanescentes de mangabeiras (*Hancornia speciosa* Gomes) em Sergipe**. 2007. 103 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.
- SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco da. Gestão coletiva de bens comuns no extrativismo da mangaba no Nordeste do Brasil. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 273-292, 2009.
- SCHMITZ, Heribert et al. O. Conflitos e movimento social: ameaças e reações das catadoras de mangaba. In: MOTA, Dalva Maria da et al. (eds.). **A mangabeira, as catadoras, o extrativismo**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011. p. 251-290.
- SCOTT, Parry. Duplamente atingidas: violência, mulheres e políticas do estado numa grande barragem no Nordeste. **Revista Antropológicas**, Recife, v. 23, p. 189-201, 2012.
- SERGIPE (Governo do Estado). Lei Estadual nº 7.082, de dezembro de 2010. Reconhece as catadoras de mangaba como grupo cultural diferenciado e estabelece o auto-reconhecimento como critério do direito e dá outras providências. **Diário Oficial**, Aracajú, nº 26138, 17 de dezembro de 2010.
- SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- VIEIRA, Daniel Luís Mascia; RODRIGUES, Raquel Fernandes de Araújo (coord.). **Mapa do extrativismo da mangaba em Sergipe: ameaças e demandas**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2009.

ZHOURI, Andréa. **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais**. Brasília, DF: ABA, 2012.

Recebido em 30/08/2016

Aceito em 20/02/2017

**GÊNERO E AMBIENTE NO INTERIOR DA ILHA
DE SANTIAGO/CABO VERDE:
a apanha de areia desde mulheres chefes de família¹**

***GENDER AND ENVIRONMENT IN THE INTERIOR
OF SANTIAGO ISLAND/CAPE VERDE:
he gathering of sand from women heads of families***

Miriam Steffen Vieira*

Eufémia Vicente Rocha**

Resumo

Cabo Verde é um país insular e saheliano, cujas condições climáticas acarretam um déficit pluviométrico, originando, a partir daí, períodos de seca que perseveraram e, por conseguinte, impõem um frágil desenvolvimento agrícola. O mundo rural enfrenta vários problemas como a carência de terras para o cultivo, a insuficiência de água e a erosão dos solos. A “apanha de areia” refere-se à extração de areia e brita/cascalho dos mares e rochas. Embora considerada um crime ambiental, a atividade acompanha gerações e abastece a construção civil do país. Focalizaremos esta atividade desde a perspectiva de mulheres do interior de Santiago, na localidade do Charco, no concelho/município de Santa Catarina. A pesquisa foi realizada a partir de uma etnografia de longa duração, com visitas de campo espaçadas, desde janeiro de 2009, e do acompanhamento de políticas ambientais e gênero, em Cabo Verde. Como resultados, destacamos a agência destas mulheres em face de um contexto de crescentes desigualdades sociais.

Palavras-chave: Gênero. Ambiente. Apanha de areia. Cabo Verde.

Abstract

Cape Verde is an island country and Sahelian, where the climatic conditions cause an rainfall deficit originating dry periods causing a fragile agricultural development. The rural world is facing various

1 O presente trabalho foi realizado com o apoio da Capes, entidade do governo brasileiro voltada para a formação de recursos humanos, através do Programa de Mobilidade Internacional Capes/AULP.

* Doutora em Antropologia Social, Professora Assistente II no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos, Brasil. E-mail: miriamsv@unisinos.br

** Doutora em Ciências Sociais, Professora Auxiliar na Universidade de Cabo Verde (UNICV), Cabo Verde. E-mail: eufemia.rocha@docente.unicv.edu

problems such as lack of land for cultivation, lack of water and soil erosion. The “apanha de areia” refers to the extraction of sand and gravel from the sea and rocks. Although it is considered as an environmental crime, the activity is carried for generations and supplies the civil construction business of the country. We are going to analyze this activity from the perspective of women from the interior of Santiago, in the locality of Charco, in the municipality of Santa Catarina. The research was carried out based on an ethnography of long duration, with spaced field visits, since January 2009 and the monitoring of environmental and gender policies in Cape Verde. As results, we highlight women’s agency in the face of a context of growing social inequalities.

Keywords: Gender. Environment. Sand extraction. Cape Verde.

Introdução

Já é comum na literatura apresentações de Cabo Verde como um país insular e saheliano, cujas condições climáticas acarretam um *deficit* pluviométrico, originando, a partir daí, períodos de seca que perseveram e, por conseguinte, impõem um frágil desenvolvimento agrícola. Em decorrência disto, pode-se afirmar que a pobreza e a vulnerabilidade são fenômenos que têm atravessado toda a história do arquipélago².

O arquipélago de Cabo Verde está situado na costa ocidental africana. É formado por dez ilhas, das quais nove são habitadas, sendo a população composta por 248.280 mulheres e 243.403 homens, de acordo com o recenseamento populacional de 2010 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2011). Considerado como um País de Desenvolvimento Médio, a percentagem da população pobre (pessoas vivendo abaixo do limiar da pobreza, considerado como menos de 49.485\$00 por ano³) era de 26,6%, em 2007, conforme o Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar de Cabo Verde, publicado no Anuário Estatístico (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2015, p. 63). Em relação à distribuição da pobreza, o mesmo inquérito apontou incidência maior no meio rural, indicando que “a profundidade da pobreza foi de 8,1%, sendo que no meio urbano este valor foi de 3,3% e no meio rural foi de 14,3%” e, em relação a intensidade da pobreza, “esta atingiu o valor de 3,4% em 2007, sendo que no meio urbano foi de 1,3% enquanto no meio rural atingiu o valor de 6,3%” (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2015, p. 63).

Entretanto, o conceito de pobreza não abrange apenas o rendimento e o consumo. Enquanto uma categoria institucional que ampara políticas públicas, para além da privação das necessidades elementares, a noção de pobreza passou a integrar a privação de liberdade para escolher, para contornar uma situação anterior e, conseqüentemente, a não participação nos processos de construção de políticas.

2 A esse respeito cf. Furtado (2008).

3 Para fins de uma referência em relação a valor: 49.485\$00ECV (quarenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e cinco escudos de Cabo Verde) corresponde a R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais), em 05/11/2016, segundo as taxas de câmbio para a conversão de moedas do Banco Central do Brasil.

Trata-se de uma privação múltipla, isto é, uma privação em vários domínios. Neste caso, pode-se falar de exclusão, ainda que os dois conceitos – pobreza e exclusão social – sejam realidades distintas que nem sempre possam coexistir, embora inúmeras vezes sejam confundidos e atrelados um ao outro.

Pedro Demo (1995) fala de duas pobrezas diferentes: a socioeconômica e a política. Na sua perspectiva, quando se pensa na pobreza, o primeiro aspecto que nos surge é aquilo que é material; trata-se de carência. Entretanto, o sociólogo reconhece uma pobreza associada ao campo do poder, ou seja, à dimensão de cidadania, da participação e das formas de organização política. Tudo isto é conquistado a partir do momento em que os pobres passam a refletir sobre a sua condição e buscam soluções para romper com a lógica influente, quando deixam de ser meros objetos e não visionam a pobreza como algo inato.

A partir da década de 1990, os governos caboverdianos passaram a incluir a dimensão da pobreza nas suas políticas. Em 1997, o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP) se apresentou como um ferramenta de descentralização e de participação dos vários atores sociais envolvidos, dado que o combate à pobreza passou a ser compreendido, também, como uma tarefa dos próprios pobres. Esse esforço de redução e de erradicação da pobreza passou a contar com políticas tanto macro como microeconômicas, ficando claro que a intenção era ter “um crescimento com inclusão, um crescimento com rosto humano”, conforme registra o Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (2008-2011). Estas características vêm sendo apontadas nas pesquisas desenvolvidas por Furtado (2008) sobre o desenvolvimento de políticas voltadas à pobreza em Cabo Verde e por Veríssimo (2015) sobre a implementação do Programa de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural de Santiago.

Considerando que a pobreza configura-se e distribui-se de formas diferentes, consoante as ilhas e os municípios, sendo mais incidente entre a população rural, destaca-se que as ilhas que, na sua maioria, abranjem habitantes rurais sejam as mais atingidas, entre estas, a ilha de Santiago. Conforme Furtado (2008, p. 21):

As condições naturais, técnicas e sociais de produção agrícola, uma estrutura fundiária assente maioritariamente na exploração indirecta da terra e em minifúndios, técnicas e tecnologias de produção rudimentares nas agriculturas de sequeiro caracterizam o mundo da produção agrária cabo-verdiana, fazendo com que a produtividade agrícola seja extremamente baixa e que os rendimentos auferidos não garantam minimamente a sobrevivência das famílias, fazendo com que mais de dois terços dos membros das explorações agrícolas tenham fontes de rendimento em atividades extra-agrícolas.

Assim, o mundo rural enfrenta vários problemas relacionados à carência de terras para o cultivo, além de outros fenômenos ambientais como a insuficiência de água tanto para o consumo quanto para o uso agrícola. No que toca à água consumida em Cabo Verde, ela é principalmente de origem subterrânea. A exploração das águas superficiais é bastante regulada pelo seu tipo de escoamento, de origem torrencial. Por isso, pode-se afirmar que a sua quantidade é subaproveitada, em razão das dificuldades de captação.

A problemática da água é considerada de vital importância para a superação das barreiras ao desenvolvimento. Daí os inúmeros esforços visando atuações no que diz respeito à construção de infraestruturas hídricas capazes de solucionar o problema da escassez desse recurso em Cabo Verde, a exemplo das barragens (FERREIRA, 2016).

Nestas políticas, pressupõe-se um desenvolvimento que aposta num caráter multidimensional, numa abordagem interdisciplinar, em que se articulam diferentes dimensões da vida e se exigem metodologias participativas e de empoderamento. Como bem mostrou Chambers (1983), espera-se que os agricultores e agricultoras tornem-se “arquitetos e actores do seu próprio desenvolvimento”.

De acordo com o Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza III (DECRP III - 2012-2016), a pobreza em Cabo Verde é considerada como sendo rural e feminina:

A respeito dos diferentes impactos em cada grupo populacional, a pobreza em Cabo Verde tem sido um problema histórico tendo em conta as fragilidades e as vulnerabilidades enfrentadas pela nação. A pobreza tende a ser rural e uma proporção maior de mulheres do que homens são pobres. O mesmo acontece para agregados familiares liderados por mulheres em relação aos liderados por homens. A pobreza em Cabo Verde por isso ser considerada rural e feminina. (CABO VERDE, 2012, p. 11).

Neste contexto, pretendemos trazer algumas reflexões desde uma etnografia de longa duração – iniciada em janeiro de 2009 –, acompanhando a perspectiva de mulheres da localidade do Charco, no concelho de Santa Catarina⁴.

A região do Charco

A ilha de Santiago é a maior em termos de superfície – 991km² – e concentra mais da metade da população total do país (aproximadamente 54%). Dos nove concelhos da ilha de Santiago, encontramos o de Santa Catarina, no interior da ilha, no passado, a região mais populosa, e onde a agricultura e a pecuária são, ainda hoje, atividades de peso.

Para esta pesquisa, elegemos a Vila de Ribeira da Barca, região litorânea que compõe o concelho de Santa Catarina, e outras zonas na sua grande área, particularmente o Charco, considerada como uma região fortemente impactada pela *apanha de areia*, que consiste na extração de areia do mar, mas também de rochas, como cascalho, brita e jorra, pela população local, e vendida para uso na construção civil (Moassab; Vieira, 2016).

4 A distribuição territorial e política do país está organizada em Concelhos, nas diferentes ilhas do arquipélago, sendo o Charco uma zona dentro da ampla região do Concelho de Santa Catarina, na Ilha de Santiago.

A Bacia Hidrográfica do Charco estende-se por uma área de 35,58km² com um perímetro de 32km. As suas precipitações médias são de 400 mm/ano nos espaços de altitude superior e de 150 mm/ano nos de pequena altitude. Ainda, na bacia encontramos extremos climáticos que se diversificam do subúmido, semiárido ao árido, ou seja, ela é confrontada com três zonas agroecológicas. As áreas da bacia contíguas ao mar, hoje, enfrentam problemas de intrusão marinha. Daí a salinização dos solos que, segundo técnicos caboverdianos, é resultado da exploração de inertes (*apanha de areia*) pela população local e dos arredores.

A comunidade do Charco, com uma população de 266 habitantes, dentre os quais 144 mulheres e 122 homens, é composta pelas zonas de Figueira Coxo, Covão Dentro, Djangago, Lém Freire, Terra Vermelha, Taberna e Locale (Dogoule). Nelas, identificou-se um total de 51 agregados familiares que são chefiados, na sua maior parte, isto é, 30 agregados, por mulheres, conforme dados do III Recenseamento Geral da População e Habitação do ano de 2010 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2011).

No entanto, não foi primeiramente esse fato que chamou nossa atenção para a comunidade do Charco, mas, por um lado, a evidência de uma intensa movimentação de mulheres dedicando-se à *apanha de areia*— algo que vinha de décadas atrás, e, por outro, as falas institucionais que emergiam nesse cenário e remetiam para a degradação ambiental e consequente culpabilização das mulheres. Por isso a necessidade de (re)conversão das mulheres para a agricultura, ou para outras atividades de geração de renda, com apoio governamental e/ou não governamental⁵.

No âmbito das políticas, além do mencionado programa voltado à redução da pobreza, foram desenvolvidos, na área ambiental, os Planos de Ação Ambiental (Pana). O primeiro, para o período de 1994 a 2004 (Pana I) e, posteriormente, abrangendo o período de 2004 a 2014 (Pana II). Este segundo Plano foi composto por seis volumes, sendo o primeiro destinado ao tema do “impacto da apanha e extração de inertes”. Esta atividade é considerada como responsável pela “degradação da paisagem”, com prejuízos ao desenvolvimento do turismo. Na sequência, em 2007, a extração de inertes sem autorização foi criminalizada.

Assim, não é por acaso que a pobreza e a exclusão social tenham se tornado problemas políticos, uma vez que estão em jogo as condições de existência das populações, e as leis, os direitos, não são somente encenações, pelo contrário, a sua eficácia legitima a democracia. Num contexto democrático, as decisões devem passar pelo público-alvo de determinadas políticas, programas, e reconhecê-los como atores sociais desses meios é a forma de garantia de participação nos processos decisórios⁶. A viabilidade desta dinâmica numa comunidade rural caboverdiana faz-nos refletir sobre o conceito de ética dialógica de Roberto Cardoso de Oliveira (2000), uma vez que, para o autor, a questão envolve um processo democrático, um processo que deve ser

5 Nesse panorama, emergem outras atividades. Por exemplo, uma matéria veiculada no Sapo Notícias apresentava o trabalho de conversão da apanha de areia para o artesanato (MULHERES..., 2010).

6 A esse respeito cf. Oliveira (2000).

pautado pela simetria, desde a demanda de compreensão daqueles que se tocam pelo discurso. Todos têm de fazer parte de um mesmo espaço de participação e intervenção.

O que o Senhor Sogni, morador de Ribeira da Barca, assegurou-nos é que, “*por necessidade não tem mais areia, o povo tirou tudo para apanhar, para vender, para viver*”⁷. Esta colocação permitiu-nos identificar uma hierarquia entre os próprios moradores dessas comunidades. As mulheres que realizam a *apanha de areia* reclamam que são desprezadas, são insultadas de pescoços compridos, são bastante criticadas. Nesse caso, elas fazem questão de mostrar que, de um lado, estão as mulheres que apanham areia e que, por isso, apresentam sinais de luta quotidiana e, de outro, aparecem as outras pessoas, mulheres e homens, que nada fazem e esperam só receber ou, simplesmente, esperam que os outros lhes dêem.

Neste contexto, a *apanha de areia* revela uma dimensão de agência e de contestação em relação à situação de desigualdade social e econômica de mulheres e famílias do meio rural.

Mais recentemente, a organização não governamental Renascença Africana: Associação das Mulheres da África Ocidental (Ramao), Célula de Cabo Verde, no ano de 2015, realizou sessões públicas voltadas à sensibilização da população em diversas ilhas onde se manifestam atividades extrativas. Trata-se de um projeto que envolve outros países da sub-região africana e que visa a “prevenção de riscos nas zonas costeiras”. A primeira ação foi no norte da ilha de Santiago, compreendendo os concelhos de Tarrafal, São Miguel, Santa Cruz Santa Catarina, portanto, abrangendo as mulheres da comunidade do Charco (ASSOCIAÇÃO..., 2015).

A notícia televisiva sobre esta ação de sensibilização apresentou a perspectiva das mulheres que participaram do encontro. Um grupo de mulheres que está na *apanha de areia* nesta região fez uma manifestação intitulada “lenço branco na cabeça”. Uma das senhoras manifestou que a *apanha de areia* “prejudica a nossa saúde, primeiramente, depois, prejudica o meio ambiente; mas como nós não temos uma outra alternativa, nós seguimos indo lá”. Outra senhora contou das dificuldades enfrentadas para manter a família, sendo um dos filhos uma pessoa com deficiência, restando-lhe, então, a *apanha de areia* (ASSOCIAÇÃO..., 2015).

Acompañamos a segunda sensibilização da Ramao, realizada no dia 11 de julho, na Cidade Velha, contemplando o sul da ilha de Santiago. O encontro, intitulado Prevenção de Riscos nas Zonas Costeiras da Ilha de Santiago, contou com a participação de mulheres vindas das diversas localidades daquela região, muitas acompanhadas dos filhos. Ali permaneceram durante aquela manhã de sábado, num evento encerrado com um almoço comunitário e apresentação de batuko⁸, com a presença de autoridades em políticas de gênero, representantes do Instituto Cabo-

7 Conversa informal com as pesquisadoras em 02/2010. Os nomes são fictícios para preservar as identidades dos/as interlocutores em campo.

8 *Batuko* é uma manifestação tradicional cabo-verdiana, especialmente na ilha de Santiago. Conforme Semedo (2009, p. 14), “O *batuko* é majoritariamente um espaço feminino, onde as mulheres, as *batukadeiras*, por meio das letras de música, falam sobre homens e sobre mulheres (sobre si mesmas e outras), falam do espaço local e do espaço cabo-verdiano.”

verdiano para a Igualdade e Equidade do Gênero (Icieg), e da ONU Mulheres em Cabo Verde, de pesquisadoras do Centro de Investigação e Formação em Gênero e Família da Universidade de Cabo Verde (Cigef), bem como de representantes do governo na área ambiental. O evento iniciou com duas formações técnicas sobre proteção ambiental e riscos decorrentes de práticas extrativas pela população. Às participantes, foram distribuídas folhas e canetas para as anotações. Por fim, foi aberta a palavra às mulheres. Do silêncio inicial, emergiram, em sequência, muitos e muitos depoimentos de mulheres que estão há 6, 15 ou 34 anos na *apanha de areia*: “tenho mais de 23 anos na areia, minha vida é na areia”; “para a nossa vida, é aquela areia que vale; não há o que fazer”; “nós temos que tirar areia, se não nós não sobrevivemos”; “sou mãe e pai dos meus filhos”; “sou chefe de família”; “estou na apanha de areia desde os quinze anos, desde que tive filho”; “eu tenho 34 anos dentro da areia, meu marido morreu há 29 anos e me deixou com seis filhos”.

Por fim, ao serem indagadas sobre as possíveis alternativas para saírem da *apanha de areia*, uma senhora não hesitou em criticar medidas paliativas, referindo-se a programas de geração de renda a partir da criação de animais. Desabafou: “eu tenho que ir pegar areia para alimentar os leitões!”⁹.

Estes eventos tornam explícito o lugar de fala das mulheres, evidenciando o sobretrabalho a que estão expostas para a reprodução familiar, a fragilidade do Estado na oferta de serviços de cuidado¹⁰, bem como de possibilidades de trabalho remunerado e em condições dignas para a manutenção delas e de suas famílias.

***Maré ta kunpanha lua*¹¹: natureza, gênero e trabalho**

A primeira casa que visitamos fica próxima do mar, logo a primeira casa, na encosta que dá início à zona de Lém Rocha. Ao lado da porta de entrada há um espaço quadrado cheio de areia. Não perguntamos, mas depois, conversando com Tê, ela explicou-nos que após o dia 8 de Janeiro não podiam mais apanhar areia. Entretanto, a areia que estava fora da beira do mar, que já estava apanhada, poderia ser utilizada. Deste modo, vimos alguns montinhos próximos às residências. Interessante ver o uso, ali não parecia ser para venda. Talvez, reparos nas casas? Muitas estão em construção.

Na frente da casa, um barco construído pelo Sr. Davi, com cerca de 70 anos, pescador, embora só trabalhasse na pesca de vez em quando. Conversamos com ele durante o almoço.

9 A mesma crítica apareceu em áreas protegidas de Cabo Verde, na ilha de Santiago e na ilha de São Nicolau, entre mulheres que aderiram a programas de empoderamento e buscaram crédito para a criação de suínos, mas que, entretanto, viram-se endividadas, além de passarem por esta experiência de não terem como alimentar a criação, de modo a deslocarem recursos familiares e da educação dos filhos para manterem o empreendimento e saldarem as dívidas (MOASSAB; VIEIRA, 2016).

10 Referimo-nos aqui às demandas de equidade de gênero nas políticas sociais, tal como proposto em Esquivel (2011), em decorrência do sobretrabalho das famílias e, dentro destas, das mulheres, com o trabalho de cuidado.

11 “A maré acompanha a lua”, disse-nos o Sr. Sogni em 07/03/2010.

Da casa, avistamos as crianças brincando no mar, os jovens jogando futebol, pequenos caminhões¹² rumando para o Charco, com algumas pessoas em cima, e muitas mulheres e crianças que passavam em direção ao Charco, com baldes na cabeça e água – o que Eufémia designou como Romaria. (Diário de Campo, Ribeira da Barca, 20/02/2010)

Figuras 1 e 2 – Caminho de Ribeira da Barca para o Charco



Fonte: Imagens coletadas pelas pesquisadoras, fevereiro de 2010.

Quando conversamos com algumas jovens sobre o ritmo com que enchem os galuchos, como vulgarmente chamam os veículos de transporte de inertes, tudo dependia, diziam. Não dava para saber direito, uma vez que o mar, principalmente, ditava as regras. Por dia, podiam encher um galucho, ou até mais, caso a maré estivesse boa. Quando o mar estava bravo, já era perigoso demais; para que não corresse o risco de se machucar nas pedras escorregadias e até sofrer outros acidentes, evitavam entrar no mar e ir mais além. Logo, o melhor momento para a apanha de areia era quando a maré estivesse baixando. Daí observarmos o que denominamos mais acima de romaria, o que era o movimento grupal de mulheres, cada uma levando o seu balde e outros utensílios – o lenço, a *sulada*¹³, a *unheira*¹⁴ – em direção à praia de Djangago, no Charco, e onde, igualmente, identificamos a

12 São veículos de marcas variadas como Toyota Dina, Mitsubishi e/ou outro, que se destacam pela carroceria para carga geral e basculante da marca Galucho. E, neste contexto, é o meio de transporte usado, por excelência, na circulação dos inertes extraídos em diversas praias do país.

13 Lenço ou pano grande muito comum entre mulheres para sobrepor à roupa, mas que pode ter múltiplos usos, como amarrar nos quadris para aumentar o equilíbrio, para dar força, para proteger do sol, etc.

14 Pá utilizada para a apanha de areia.

ida de alguns veículos pesados. Mulheres essas que outrora foram crianças e mesmo nesse ciclo de vida experienciaram a apanha de areia, como fez questão de frisar Beta, referindo-se ao fato de se dedicarem a essa atividade quando crianças, durante as suas férias letivas e nos feriados: “*cada um tem seu peso, cada um apanha o que pode!*” (Beta, Ribeira da Barca, 02/2010).

Sogni, pai de Beta, fez questão de nos explicar sobre a interferência da lua no mar. Este era acompanhado por aquela. Quando a lua estivesse no alto, acima de nossas cabeças, isto significava que a maré estava seca ou baixa. Ao contrário, a maré ficava cheia ou alta no nascer e no sair da lua, e, ainda, que o mar mudava a cada 40h ou 45h.

Essa relação entre o mar e a lua era importante para a construção dos seus botes de pesca, dado que o corte da madeira para tal feito correspondia à maré, ou seja, a madeira estaria seca e boa para o corte e uso no fabrico do bote caso a maré estivesse, da mesma forma, seca.

Portanto, os ritmos do trabalho entrelaçam-se aos ritmos da natureza, ou seja, o mar é um importante demarcador do ritmo de trabalho e permite uma maior autonomia na sua gestão. A apanha de areia depende não só do estado do mar, entram em jogo as tarefas domésticas, as situações de doença e/ou outros. Como nos esclarece Beta, uma jovem de cerca de 30 anos que se dedica a essa atividade de extração de areia e/ou cascalho, essas mulheres constituem sociedades. Ela mesma é sócia da mãe, que já conta com os seus 56 anos, e mais duas outras mulheres; todas residem em Ribeira da Barca e vão trabalhar no Charco.

Ane, irmã de Beta, exemplificou-nos, com ela, a irmã e as sócias, dizendo que, no geral, não há conflitos, mas em outros grupos há. Às vezes, um sócio/a pode não ir num dia e os demais determinam, de comum acordo, se ele ganha ou não aquele dia. No caso delas, afirma: “*Eu posso não vir num dia, posso ter roupa para lavar, passar a ferro e posso não ir e sei que a Beta trabalha por mim. Eu sei que posso ficar doente e elas trabalham por mim, mas dividimos o dinheiro. Mas, sei que em outros grupos não, daí as discussões*” (Ane, Ribeira da Barca, 2010). Por este motivo, observamos as trocas e ajustes nas composições de equipas. Embora essas tensões surjam não só entre as mulheres, mas idênticamente entre as mulheres e os condutores dos veículos, que, normalmente, são os compradores dos inertes. Isto por certas razões: 1) eles podem demorar meses para pagar; 2) podem não pagar; e 3) se eles têm uma clientela certa, se forem fiéis a ponto de comprarem areia somente de algumas equipas, as demais não ficam contentes.

Nesta sequência, essa aparenta ser uma organização mais flexível em relação ao mercado de trabalho, com acordos entre os membros de uma equipa, acordos entre equipas, com uma gestão maleável do horário de trabalho, e um trabalho suportado em redes nas quais a presença das famílias, principalmente chefiadas por mulheres, é a base.

Essa flexibilidade, similarmente, surge em outras situações, quando, por exemplo, Sogni contou-nos que o filho caçula, que frequentava o 1º ano na universidade, não conseguiu um subsídio de apoio aos estudos através da Fundação Cabo-Verdiana de Ação Social Escolar (Ficase) e fazia “ginástica” extraindo areia, uma vez que só o mar, a pesca, não dava para suportar determinados gastos com

a escola. Até finais de 2015, soubemos que esse jovem terminou a sua licenciatura, mas, pelo fato de não ter conseguido emprego, permanecia conciliando a pesca com a extração de areia.

Embora a *apanha de areia* seja reconhecida localmente como um trabalho que envolve mais as mulheres, também os homens, cada vez mais, estão presentes nesta atividade, mas em algumas circunstâncias, conforme nos explicaram dois sócios que estavam a caminho do Charco. Estes jovens, um de 22 e o outro de 27 anos, entendem-se como pescadores; contam que preferem ir à pesca, mas como o mar estava *brabo*, teriam que ir para a *apanha de areia*, pois precisava entrar algum dinheiro para aguentar o fim do ano e não seria possível esperar o mar *amansar*.

Entretanto, não é apenas a relação com a natureza que compõe o ritmo da vida no Charco, o Sr. Sogni lastima que “*hoje já não há mais peixe!*”. Ele nos explica sobre os acordos do governo de Cabo Verde com o estrangeiro, possibilitando a entrada de navios para a pesca e, a partir daí, sobre a impotência das técnicas tradicionais de pesca diante dos barcos estrangeiros: “*a gente pegava um atum, mastigava e cuspi no mar, era isca! A pesca era à barra ou linha. Mas os estrangeiros têm maior capacidade, e a pesca é em maior quantidade, por isso não há peixe em Cabo Verde!*” (Sogni, Ribeira da Barca, 02/2010)¹⁵.

Este fenômeno também foi observado por Gonçalves (2016), em estudo sobre a pesca artesanal na Cidade Velha, num contexto de restrições enfrentadas pela patrimonialização do espaço, assim como de normativas ambientais e acordos internacionais neste campo. Segundo a autora, os

[...] acordos e contratos de pescas internacionais e regionais que têm resultado no aumento da pressão das capturas das espécies, da extração de areias para construção civil e de entre outros. Situações que têm refletido na prática pesqueira nas comunidades rurais como as de Cidade Velha, *locus* da nossa pesquisa, mas também em outras localidades quais sejam o Porto da Ribeira da Barca, Porto Mosquito, Calheta de São Miguel, Santa Cruz, todos na ilha de Santiago. (GONÇALVES, 2016, p. 94-95).

15 Os referidos acordos de pesca com a União Européia iniciaram em 2007 e seguem com renovações. Possibilitam que navios da Espanha, Portugal e França pesquem em águas cabo-verdianas. Em notícia da imprensa online, foi possível acompanhar várias manifestações contrárias à renovação do acordo, entre estas: “A escravatura continua, fartamo-nos de trabalhar e não ganhamos nada com estes europeus aqui a roubar as nossas riquezas”; “Europeus e China são destruidores do fundo do mar e de árvores na terra. Depois, na terra deles, os caboverdianos são tratados que nem bandidos, e escravos”; “mais tarde vamos passar a comprar latas de atum da União Européia” (ACORDO..., 2013).

Figura 3 – Apanha da Areia, Praia de Djangago/Charco



Fonte: Imagens coletadas pelas pesquisadoras, março de 2010.

Sobre a participação de jovens na *apanha de areia*, o então Presidente da Associação de Pescadores e Peixeiras de Ribeira da Barca¹⁶, afirmou que mesmo com o ensino secundário concluído, por falta de trabalho, eles se dedicavam à atividade. Não obstante reconhecer que esse é um problema cuja solução caberia ao governo, considerou que a Associação deveria desencadear ações de sensibilização contra a *apanha de areia*, pelo fato de ser melhor para a população em geral, que pode tirar mais vantagens com o turismo. Ele apontou algumas dificuldades enfrentadas em função desta atividade: primeiramente, explicou que, à medida que a atividade da *apanha de areia* avança, ela dificulta a vinda das tartarugas para desovar nas praias e, conseqüentemente, a possibilidade de desaparecimento desses animais da biodiversidade marinha aumenta. Segundo, ele diz que a extração afeta a própria reprodução dos peixes, dado que as mulheres entram no mar e vão até a uma altura em que a água chega aos seus pescoços. Terceiro, que há inúmeras queixas na Capitania dos Portos, por parte dos moradores e agricultores do Charco, retratando a salinização dos seus terrenos e a infiltração da água do mar nas nascentes ou poços de água doce/potável, tornando esta insalubre. Quarto, menciona a invasão do mar a ponto de pôr em risco as casas e propriedades mais próximas das praias, já que a areia e o cascalho deixam de estar lá para fazerem o seu papel natural de proteção¹⁷. Por último, critica as autoridades pelo não exercício das suas funções, isto é, existe um mau controle dessa questão pelo fato de não haver fiscalização da *apanha de areia*.

¹⁶ Entrevista concedida às pesquisadoras em 02/2010.

¹⁷ Esse risco em Ribeira da Barca foi veiculado, anteriormente, pela RTC-Radiotelevisão Cabo-verdiana (EXTRACÇÃO..., 2010).

Todavia, ao longo destes anos, fomos observando a intensificação de discursos e ações, por parte das instituições estatais, a propósito da extração de inertes por moradores, através da imprensa, tanto na ilha de Santiago como em outras ilhas do arquipélago. A título de exemplo, a 15 de maio de 2010, o veículo online *A Semana* noticiava: “A Direcção Geral do Ambiente (DGA) manifesta contra a extracção de areia nas praias em São Filipe”, na ilha do Fogo. Por isso, iria propor ao governo a suspensão da apanha de inertes nestas praias, como forma de evitar um “desastre ambiental.” (CENTEIO, 2010). Mais recentemente, em 2014, dava-se conta desse fenómeno na ilha de São Nicolau (PINA, 2014), bem como resistências por parte de extratores na Ilha de São Vicente (EXTRATORES..., 2014).

Igualmente, passaram a ser recorrentes os estudos sobre os impactos da extração de inertes e os dispositivos jurídicos para a sua regulação. Destacamos, a esse respeito, uma notícia do início de 2016 que aponta a necessidade de um novo instrumento que regulamente a atividade extratora e a intensificação de fiscalização em alguns pontos do país, dentre os quais, Ribeira da Barca. Esta é aludida como “um caso especial” por alguns dos motivos expostos acima pelo dirigente associativo citado, só que desta vez nas palavras do então Diretor Nacional do Ambiente, que apontou o seguinte:

Apenas com diálogos não estamos a conseguir e dentro de curto prazo vamos ter que tomar medidas mais radicais. Vamos ter que articular nos próximos tempos com a Polícia Nacional e eventualmente com as Forças Armadas, no sentido de entrarmos na comunidade e fazer as pessoas cumprirem a obrigação legal. Extração de areia em Cabo Verde é proibido por lei e não faz sentido as pessoas estarem a inventar desculpas seja de qual natureza for. (RETOMA..., 2016).

Terra e água como masculinas

Estas mulheres encontram-se “no meio” de duas grandes famílias proprietárias, que também em questão de terra e água frequentemente as disputam. Logo, por serem as famílias que vêm explorando esses bens na zona, desde antes da independência do país, a prioridade permanece sendo delas em detrimento dessas mulheres chefes de família. Segundo uma liderança da Associação Brianda Norte, que tem acompanhado a comunidade e estas mulheres na tentativa de fazerem os seus pedaços de terra render,

[...] nestes casos estas senhoras sempre ficam em desvantagem. A vantagem permanece sempre do lado dos mais fortes e apesar da conjuntura estar a mudar eles continuam a ser os mais fortes.

Exatamente,... isso é um problema que nós temos essencialmente, aquela água, como pudeste ver, cai no reservatório lá em cima... alagamento... É muito fundo, ele leva mais de 4 toneladas de água. Então, hoje nós não temos água para esse tipo de agricultura [de alagamento], ali é a única batata quente que nós temos, única. São duas coisas; [mais] a apanha de areia, não há política para isso.

Essas pessoas que têm a água, mesmo que a água esteja... eles não querem que se mexa nessa água. [...] A água tornou-se tipo um patrimônio, mas seus, [porque] eles herdaram, é privado. (Donan, Charco, 04/2015).

Ao longo destes anos que vimos acompanhando essas mulheres na comunidade do Charco, a questão da água tornou-se cada vez mais presente, uma vez que, pela falta desse bem, chegamos ao ano de 2015 e as mulheres já começavam a perder a esperança de um dia poderem trabalhar nos pedaços de terra que haviam ganho, como uma política de conversão da apanha de areia para a agricultura. Mesmo que até o momento não tenham conseguido instalar um sistema moderno de rega gota a gota, segundo diziam, pelo menos poderiam carregar a água na cabeça. Porém, nem isso os dois grandes proprietários permitiam.

E o que esse líder associativo nos mostrou durante os vários encontros e diálogos que tivemos foi uma disputa que não vê uma dissociação entre um bem e o outro. Pois, se os grandes proprietários sempre exploraram essas terras, conseqüentemente a posse da água nunca foi posta em causa. Ela também fazia parte do “pacote”.

Em momentos diferentes em que visitamos a comunidade, por vezes o panorama era desolador. Muita água desperdiçada em terrenos que nem estavam em produção – via alagamento, um sistema tradicional na prática da agricultura em Cabo Verde e que tem caído em desuso, mas uma situação por vezes diária na localidade. As pessoas queixavam-se de que, principalmente, alguns homens dessas famílias, e gestores desses bens, esbanjavam água só como uma amostra de que podiam fazer o que quisessem, como uma demonstração de poder. Mesmo que não a usassem, não estavam dispostos a partilhar.

Nesta sequência, uma das estratégias que se quer implementar é a introdução de um sistema de gestão e conseqüente pagamento pelo uso da água na tentativa de mostrar que ela é um bem público, e não privado, mesmo que seja água de nascente, como é o caso do Charco. Daí as negociações mais recentes com a entrada em jogo da Agência Nacional de Água e Saneamento (Anas), que coloca no horizonte destas mulheres, especialmente, uma das condições de possibilidade para a produção agrícola.

Loide, uma senhora de 58 anos, sempre mostrou-se com força e com vontade de trabalhar na sua parcela de terra. Relata-nos que trabalhou desde bem pequena – “uma criança”; os seus pais não a colocaram na escola, logo, cresceu na labuta diária. Chegava o tempo das chuvas e ela lá estava num vai e vem todos os dias até a colheita. Ainda hoje, quando chega o período de colheita, ela trabalha no terreno de outrem e paga uma renda; e dos produtos que colhe entrega cerca da metade ao rendeiro. Conta, igualmente, com o apoio do marido e de dois dos sete filhos nessa lida quotidiana de sobrevivência.

Como afirma Loide, bastaria darem-lhes trabalho para trabalharem. Mas, ao mesmo tempo questiona: “É porque somos mulheres?” E responde: “*Mas, nós temos alguém para trabalhar, nós temos filhos, nós temos marido também. Nós estamos em busca de trabalho. Ter água, o que falta é água!*”

Essa fala de Loide é interessante para se perceber como a lógica de concentração e exploração dos bens – terra e água –, e o consequente poder exercido, é masculino, fazendo com que as mulheres vivam em desigualdade. Uma desigualdade que, à primeira vista, atinge não só o gênero, por pôr em causa a capacidade das mulheres na tomada de decisões no que respeita à aquisição dos seus meios de subsistência, mas parece perpassar a classe social e acertar os homens. Mesmo em se tratando da possibilidade de não serem elas a trabalhar diretamente, ou a serem representadas pelos seus filhos e maridos, igualmente homens, reconhecem que não há espaço para estes últimos.

Nesse percurso, existem mais mulheres e famílias do Charcoem situação idêntica, o que instiga inúmeras reflexões. Manifestam imensa vontade de trabalhar e driblar as dificuldades, ter meios e produzir nas suas parcelas de terra, e não só ficar na dependência tanto dos seus lares como na dos grandes proprietários e seus rendeiros:

Se eles [grandes proprietários] fizerem gogo¹⁸é para nós comprarmos, se fizerem mel, nós temos que comprar, até às crianças não dão uma ponta de cana! Logo, os meus filhos criei-os que nem à fornadja¹⁹eles iam; eu não os deixava ir, porque quando iam eles ficavam a censurar, a dizer que iam esmirrar-nos. Assim, os criei até que agora estão crescidos e já são alguém. (Loide, Charco, 04/2015).

Contudo, essa moradora da comunidade coloca, além da água, a sua preocupação e ansiedade pela instalação de um sistema alternativo, ou seja, conseguir ter acesso à água através de um “furo” que precisa de um mecanismo extra para funcionar; em médio e longo prazo os efeitos seriam positivos, mas era caro instalar o sistema de irrigação gota a gota, por mais que a sua parcela fosse pequena. Tanto ela como outras mulheres esperavam uma ajuda por parte do ex-Ministério do Desenvolvimento Rural, atual Ministério da Agricultura e Ambiente. Esclarece-nos Loide que,

Eles dizem que nos vão dar uma ajuda, que eles vêm colocar uma bomba num furo para puxar água e que vai dar para a rega por forma a trabalharmos. Porque se encontrarmos água nós trabalharemos nem que seja um pouco, pedaço por pedaço, e quando menos sentirmos já terminamos de trabalhar. (Loide, Charco, 04/2015).

Deste modo, Loide dá conta de um cenário de modernização da agricultura posta em marcha desde há algum tempo, conforme menciona Victor Reis (2015, p. 152):

O governo de Cabo Verde tem afetado importantes recursos à agricultura desde os primeiros anos da Independência. Para isso, tem contado com a ajuda internacional tanto no plano financeiro como técnico.

18 Águardente de cana.

19 Espaço de produção do gogo, aguardente de cana de açúcar.

O Programa Nacional de Investimento Agrícola, iniciado em 2010, com um horizonte de execução de seis anos, prevê investimentos, alguns já em curso, no valor de 250 milhões de dólares destinados à modernização da agricultura. O financiamento previsto é suportado quer pelo Governo (15,5%) quer por fontes externas, designadamente Linha de Crédito Portuguesa (11,7%) e BADEA²⁰(10,5%).

Cerca de 61% deste valor é destinado a melhorar a gestão de água, sendo 52% para a construção de barragens, abertura de furos, construção de poços, diques, sistemas de bombagem, unidades de dessalinização, reservatórios e 9% para a promoção da irrigação, em especial da micro-irrigação. Outra parte importante (23%) destina-se à mudança nas práticas agrárias, silvícolas e pastoris.

A água a que se referia Donan, da Associação Brianda Norte, citado anteriormente, vinha cair em uns reservatórios espalhados pelo Charco. Ela nascia entre as rochas e desembocava numa galeria construída para o efeito no período colonial. Era a “água da disputa”, a que Loide nos contava que as antigas famílias proprietárias das terras acreditavam, conjuntamente, possuir. Então, tanto Loide como outras mulheres teriam que aguardar a instalação da bomba para terem acesso à água do furo aberto bem mais recentemente, ainda que contra a vontade dos grandes proprietários.

Eles por aqui desde sempre tiveram a sua água, [desde] os tempos antigos. Mais velhos que o meu pai, que os meus avós. Então, agora para regarmos dali dá canseira. A sua água não dá mais... Eles acham que por terem tido hortas em primeira mão, eles é que são donos. E nós que ganhamos essas parcelas recentemente, eles não queriam que nos fossem dadas... Então, a nós não nos deixam de maneira nenhuma.

[...] São as gentes mais grandes do tempo antigo e já a sua água não dá para regar deste lado e partilhar conosco. Não dá para repartir com a gente, logo eles não repartem. (Loide, Charco, 04/2015).

Com efeito, a mensagem enviada pelos grandes proprietários do Charco para essas mulheres foi que elas sempre viveram sem água e acostumar-se-iam sem água. Ao contrário deles que sempre tiveram os seus potes cheios e cujos potes para sempre assim deveriam permanecer.

Na perspectiva destas mulheres chefes de família, nem as parcelas de terra distribuídas pelo Ministério foi alvo de alguma satisfação por parte dos proprietários – uma vez sem terra, para sempre, portanto, deveriam ficar, mesmo que as parcelas tenham sido retiradas da ribeira, um espaço pelo qual tradicionalmente esses proprietários nunca se interessaram, seja por ser o caminho das enxurradas das chuvas, seja por ser considerado como propriedade do Estado. Nas suas percepções, eles teriam maiores direitos tanto sobre a terra quanto sobre a água, na medida em que todos, desde os que vivem até os que são falecidos, suas condições e histórias, são testemunhos da antiguidade dos seus patrimônios.

20 Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África.

Neste momento, enquanto esperavam ver algum desfecho para a sua situação, estas mulheres olhavam para o céu com o intuito de ler os sinais que poderiam indicar um bom ano agrícola. A erupção vulcânica na ilha do Fogo, em novembro de 2014, era para a comunidade um bom presságio, uma vez que, segundo a memória oral, nos anos de erupções sempre se colhia em abundância. Ainda que a *azágua*²¹ não desse muita comida para eles, pelo menos haveria muita palha para os seus animais. Simplesmente, o que tinham a fazer era dedicarem-se à plantação todos os anos, sem perder a esperança, e contando que, se nesse ano a *azágua* fosse fraca, Deus poderia permitir que no próximo ano fosse melhor.

Comentários finais

O objetivo que nos conduziu à Ribeira da Barca e ao Charco foi acompanhar a perspectiva de mulheres que estavam na *apanha de areia* – as quais conhecíamos pela visão corrente da culpabilização. Segundo Oliveira (2000), no que diz respeito às ações do Estado voltadas aos povos indígenas, no Brasil, o compromisso ético e moral para a garantia de um diálogo simétrico é responsabilidade do polo dominante, no caso, do Estado. Fomos guiadas por esta proposta ao longo deste trabalho.

Desde a imersão em campo, aprendemos que a *apanha de areia* não se trata de um mero recurso natural disponível ou um trabalho eventual, na forma de um “biscate”, como nos alertou um dos jovens a caminho do Charco, mas compõe o ambiente do meio rural cabo-verdiano e está relacionada a diversas dinâmicas, temporalidades, memórias e interações, considerando humanos e não humanos. Pensamos aqui, a partir de Tim Ingold (2012, p. 32), na “mútua permeabilidade e conectividade” que compõe o ambiente como um “mundo aberto” que se faz desde as práticas, em constante movimento/fluidez. Para ele, “as coisas estão vivas [...], porque elas vazam” (Ingold, 2012, p. 32), ou seja, as fronteiras entre natureza e cultura são borradas. Desta forma é que percebemos os ensinamentos do Sr. Sogni sobre o mar e os ritmos da vida em Ribeira da Barca e no Charco, mas também sobre a esperança de uma boa colheita, sobre o sentido das limitações do humano, ou sobre um senso de justiça que atravessa temporalidades e planos do existir. Seria este diálogo íntimo com a natureza (e com não humanos) um espaço cultivado e possibilitado pela experiência colonial?

Relativamente à *apanha de areia*, observamos que há uma culpabilização das mulheres, sem que, no entanto, se problematize a estrutura de desigualdades tanto em termos de gênero como em termos de classe. A posse e o controle dos recursos -- terra e água –, no domínio masculino, demonstra que essa comunidade rural inspira e expira desigualdades.

A manifestação “lenço branco na cabeça”, mencionada no início deste texto, estabelece alguns nexos históricos no campo das relações de gênero, no interior de Santiago. Esposas de homens que emigraram e que permanecem no país, mantendo

21 Tempo das águas, ou seja, época das chuvas em que se dedica à agricultura de regadio e que decorre de julho a setembro.

uma conjugalidade à distância, são reconhecidas como “viúvas de lenço branco”, em comparação com o lenço preto usado por viúvas como um indicativo de luto. É o que nos mostra o estudo realizado por Veiga (2016) na comunidade de Pilão Cão, no concelho de São Miguel. Conclui a autora que estas mulheres são fundamentais para o projeto de migração dos maridos ausentes, seja pela sobrecarga com a manutenção social e econômica das famílias, seja por ser um elo com os demais familiares. O seu estudo nos apresenta o fardo social carregado por estas mulheres que permanecem e que são constrangidas a viverem nesta condição de “viúvas de lenço branco”. A manifestação “lenço branco na cabeça”, organizada por mulheres chefes de família e que estão na *apanha de areia*, poderia ser tomada como uma crítica ao sistema de gênero presente na forma de organização social e, também, no corpo do Estado?

Referências

- ACORDO de pesca entre Cabo Verde e UE considerado “mais do que satisfatório”. **A Semana**. [Economia]. Cabo Verde, 19 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article93865>>. Acesso em: 10 nov. 2016.
- ASSOCIAÇÃO das mulheres da África Ocidental promove atelier de sensibilização sobre a apanha de areia. **RTC – Radiotelevisão Caboverdiana**. Praia, 27 de junho de 2015. Disponível em: <http://rtc.cv/index.php?paginas=13&id_cod=42017>. Acesso em: 27 jun. 2015.
- CABO VERDE. **DECRP III** - Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza III (2012-2016). Praia: Governo de Cabo Verde, 2012.
- CENTEIO, Nicolau. DGA propõe suspensão da apanha de areia nas praias de São Filipe. **A Semana**. [Atualidade]. Cabo Verde, 15 de maio de 2010. Disponível em: <<http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article52792>>. Acesso em: 15 maio 2010.
- CHAMBERS, Robert. **Rural development: putting the last first**. London: Longman, 1983.
- DEMO, Pedro. **Pobreza Política**. São Paulo: Autores Associados, 1995.
- ESQUIVEL, Valeria. **La economía del cuidado em América Latina**: poniendo a los cuidados en el centro de la agenda. El Salvador: Centro Regional de America Latina Y el Caribe del PNUD, 2011. (Série Atando Cabos e Deshaciendo Nudos)
- EXTRACÇÃO de inertes e a degradação ambiental provocado preocupa o país. **RTC – Radiotelevisão Caboverdiana**. Praia, 8 de janeiro de 2010. Disponível em: <http://rtc.cv/index.php?paginas=21&id_cod=172>. Acesso em: 08 jan. 2010.
- EXTRATORES resistem interdição da apanha de inertes em São Vicente. **A Semana**. Cabo Verde, 06 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://asemana.publ.cv/spip.php?article104471&ak=1>>. Acesso em: 06 nov. 2014.
- FERREIRA, Vladimir. Barragi sta finkadu ma nós nu fika disariadu: espaços de afrontamento entre as dúvidas do presente e as incertezas do futuro na comunidade de Boaventura, Figueira Gorda, Ilha de Santiago, Cabo Verde. **Repocs**, Maranhão, v. 13, n. 26, p. 107-120, jul/dez 2016.
- FURTADO, Claudio Alves (coord.). **Dimensões da pobreza e da vulnerabilidade em Cabo Verde**: uma abordagem sistêmica e interdisciplinar. Dakar: Codesria, 2008.
- GONÇALVES, Maria de Lourdes Silva. A pesca artesanal na Cidade Velha num contexto de patrimonialização do espaço. **Repocs**, Maranhão, v. 13, n. 26, p. 93-106, jul/dez 2016.
- INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012.

- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico 2015**. Praia: INE, 2015.
- _____. **III Recenseamento Geral da População e Habitação no ano de 2010**. Praia: INE, 2011.
- MOASSAB, Andréia; VIEIRA, Miriam Steffen. Políticas de gênero e desenvolvimento em Cabo Verde. **Tom**, n. 28, p. 51-71, jan/jun 2016.
- MULHERES de Gouveia aderem a patchwork em alternativa à areia. **Sapo Notícias**, 4 de fevereiro de 2010. Disponível em: <<http://noticias.sapo.cv/inforpress/artigo/3649.html>>. Acesso em: 04 fev. 2010.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Ação indigenista, eticidade e o diálogo interétnico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n. 40, set./dez. 2000. p. 213-230.
- PINA, Constança. Apanha desenfreada de areia nas Praias do Tarrafal de São Nicolau: moradores acusam autoridades de descaso. **A Semana**. [Ambiente]. Cabo Verde, 20 de fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article96956&kak=1>>. Acesso em: 20 fev. 2014.
- REIS, Victor. Fontes de rendimentos das famílias rurais e a segurança alimentar em Cabo Verde. **Cadernos de Estudos Africanos** [Online], Lisboa, n. 29, p.129-157, 2015.
- RETOMA de extração de inertes só com nova lei. **A Nação**. [Actualidades]. Cabo Verde, 03 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://anacao.cv/2016/02/03/retoma-de-extracao-de-inertes-so-com-nova-lei/>>. Acesso em: 03 fev. 2016.
- SEMEDO, Carla Indira Carvalho. “**Mara sulada e dā ku torno**”: performance, gênero e corporeidades no Grupo de Batukadeiras de São Martinho Grande (Ilha de Santiago, Cabo Verde). 2009. 147 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.
- VEIGA, Maria Anilda Martins da. (Re)configurações identitárias entre mulheres cujos maridos/companheiros emigraram: o caso de Pilão Cão. In: SILVA, Carmelita de Afonseca; VIEIRA, Miriam Steffen. (orgs.). **Gênero e sociabilidades no interior de Santiago**. Praia, Santiago, Cabo Verde: Uni-CV; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2016. p. 151-180.
- VERÍSSIMO, Paulo. Capital social como estratégia de redução da pobreza: a implementação do Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural em Santiago. In: FURTADO, Claudio Alves; VIEIRA, Miriam Steffen (orgs.). **Desigualdades sociais e dinâmicas de participação em Cabo Verde**. Praia, Santiago, Cabo Verde: Uni-CV; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 117-150.

Recebido em 31/08/2016

Aceito em 01/02/2017

**JUVENTUDE RURAL, DO CAMPO,
DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS:
a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua
incidência nas políticas públicas de juventude**

***RURAL YOUTH:
the first young generation of the social rural movements
in Brazil and its impact on youth policies***

Elisa Guaraná de Castro *

Resumo

A partir dos anos 2000, observamos uma presença importante no cenário político nacional: a *juventude* como categoria de identificação política, configurando um *campo político da juventude*. Um ator que não se esgota na arena do debate das políticas públicas, uma vez que passa a intervir em outros campos e esferas da sociedade como identidade política. Essa organização política foi bastante evidente nos movimentos sociais e sindicais rurais, em que a juventude rural passa a se organizar nacionalmente sob a categoria *juventude*. Em forte diálogo com esse processo, também se configurou outro campo, o das *políticas públicas de juventude*, com intensa participação de pesquisadores, da juventude organizada e do governo. Na esfera governamental, tivemos a institucionalização da temática em iniciativas no âmbito do próprio governo federal, nos estados e municípios. A criação da Secretaria Nacional da Juventude e do Conselho Nacional da Juventude, em 2005, é determinante para que a temática assumira visibilidade nacional. Nesse contexto, observa-se a constituição da juventude como ator político e a relação desse processo com a configuração de dois campos: o *das políticas públicas da juventude* e o *campo político da juventude*. É sobre este contexto histórico, mais especificamente os 14 anos dos governos Lula-Dilma, que esse artigo pretende realizar um balanço, na perspectiva da organização da juventude rural, da constituição de uma primeira geração de jovens rurais que se identificam com a categoria *juventude* e do diálogo/incidência sobre a agenda e efetivação de políticas públicas para esse segmento.

Palavras-chave: Juventude. Juventude rural. Geração. Políticas públicas.

* Doutorado em antropologia. Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Brasil.
E-mail: elisaguarana@gmail.com

Abstract

From the 2000s, we observed a significant presence on the national political scene: youth as political identification category that sets up a political field of youth. An actor who is not limited to the public policy debate arena, it passes to intervene in other fields and spheres of society as a political identity. Youth political organization was quite evident in the rural social movements and unions. The rural youth was being organized nationally under the youth category. In strong dialogue with this process another field was set, a field of public policies for youth with intense participation of researchers, youth organizations and government. At the governmental level the institutionalization of the thematic was through initiatives within the federal government itself, the states and municipalities. The foundation of the National Youth Secretariat and the National Youth Council in 2005, are crucial so that the theme took national visibility. In this context to observe the youth constitution as political actor and this process with the configuration of two fields: the field of public policies of youth and the political field of youth. Analyzing this historical context, more specifically, 14 years of the Lula-Dilma governments, this article aims to overview the perspective of rural youth organization, of the constitution of a first generation of rural young people who thus identify with the youth category and its dialogue/impact on the agenda and effective implementation of public policies for this segment.

Keywords: Youth. Rural Youth. Generation. Public policies.

Apresentação

No Brasil, juventude e políticas públicas como tema investigativo alcança maior visibilidade nos anos 1990, recebendo grande impulso nos anos 2000, ao mesmo tempo em que sofre alteração em seu paradigma conceitual. A partir de então, os enfoques se multifacetaram e permitem hoje uma densidade de análise em forte diálogo com a diversidade da população jovem brasileira. E o processo de visibilidade acadêmica ganhou contornos mais dialógicos com a intensificação e ampliação de processos organizativos nos partidos políticos, movimentos sociais, e em uma infinidade de formas de organização política e cultural, seja em organizações políticas que, em sua trajetória, não reconheciam o tema, seja na presença cada vez maior de organizações de jovens não circunscritas às chamadas formas representativas “tradicionais”. Assim, a partir dos anos 2000, observamos uma presença importante no cenário político nacional: a *juventude* como categoria de identificação política. Nesses 15 anos, podemos afirmar que se configura um *campo político da juventude* (CASTRO, 2011).

Esse processo de visibilidade também se expressou no âmbito governamental com a institucionalização da temática em iniciativas do próprio governo federal. De 2005 a 2015, o Brasil experimentou uma década de políticas públicas de juventude. Um esforço nacional a partir, principalmente, de iniciativas do Governo Federal (durante os Governos Lula e Dilma). A construção de uma institucionalidade, implantada pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que criou a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e instituiu o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, o Projovem, foi um marco para as políticas públicas de juventude. Sendo que as conferências de juventude se configuraram como importantes espaços de efetivação dessa visibilidade e disputa de

agendas. A I Conferência Nacional de Juventude – I CNJ (2008), a II CNJ (2011) e a III CNJ (2015) foram marcadas pela forte presença da juventude rural, indígena, dos povos e comunidades tradicionais, ainda que o espaço desses segmentos tivesse que ser conquistado, uma vez que a presença de segmentos urbanos, especialmente na I CNJ, foi maioria. Outro momento central nesse processo foi a promulgação, em agosto de 2013, do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852), principal marco legal das políticas e direitos da juventude brasileira. Podemos afirmar que essas ações combinadas garantiram um novo *status* para a juventude, antes fortemente associada à *delinquência e situação de risco*, agora reconhecida como *sujeito de direitos*.

A criação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) e do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) foi determinante para que a temática assumisse visibilidade nacional. A institucionalidade da coordenação da execução das políticas públicas de juventude no Brasil, concentrada na Secretaria Nacional de Juventude, que nasce com o Conjuve, aponta para a construção de políticas públicas com a participação dos atores que representam a juventude brasileira, bem como com especialistas no tema. São inegáveis os avanços de elaboração e a visibilidade alcançada sobre as agendas e questões da juventude no Brasil nesse período. Contudo, também observamos fragilidades e limites que mostram que a juventude e, principalmente a juventude rural, segue enfrentando fronteiras invisíveis², aspecto que trataremos adiante.

Nesse contexto, observamos a constituição da juventude como ator político e a relação desse processo com a configuração social (ELIAS, 1994) de dois campos: o *campo das políticas públicas da juventude* e o *campo político da juventude*³. É sobre este contexto histórico, mais especificamente os 14 anos dos governos Lula-Dilma, que esse artigo pretende realizar um balanço na perspectiva do entendimento da juventude rural como categoria política e do diálogo/incidência sobre a agenda e efetivação de políticas públicas para esse segmento. E, ainda, a possível fragilização dessas iniciativas no contexto de um golpe parlamentar que interrompeu o Governo Dilma em 31 de agosto de 2016.

2 Ver *Agenda juventude Brasil: pesquisa nacional sobre o perfil e a opinião dos jovens brasileiros* (SNJ,2014) que demonstra os acúmulos e os desafios dessa década de políticas públicas. A pesquisa foi tratada de forma mais densa no livro *Agenda Juventude Brasil : leituras sobre uma década de mudanças* (2016), organizado por Diógenes Pinheiro, Eliane Ribeiro, Gustavo Venturi e Regina Novaes.

3 Debate de forma mais aprofundada a constituição desses campos no capítulo “O campo das políticas públicas de juventude e o campo político da juventude: contribuições para a reflexão” (CASTRO, 2011), no livro *Juventude em Pauta: políticas públicas no Brasil* (PAPA; FREITAS, 2011). O livro é fruto do Seminário “Políticas Públicas: juventude em pauta”, realizado em São Paulo, em dezembro de 2010, em parceria com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), o Instituto Pólis, o Observatório Jovem da Universidade Federal Fluminense (UFF), o Observatório da Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o Núcleo de Análises em Políticas Públicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e o Instituto Paulista da Juventude, e com o apoio da Fundação Avina e da Norwegian Church Aid (NCA). O Seminário realizou um balanço após 5 anos de criação da SNJ, do Conjuve e do Projovem e contou com a participação de pesquisadores, representantes do governo federal e representantes de organizações juvenis.

Como ponto de partida para essa análise, revisitamos a Pesquisa *Os jovens estão indo embora? – a construção da categoria juventude rural em movimentos sociais no Brasil*. De 2006 a 2009, realizamos uma pesquisa com jovens, assim autoidentificados ou identificados pelos movimentos sociais, nos principais movimentos sociais e sindicais de caráter nacional (CASTRO, et al., 2009). A pesquisa foi realizada com lideranças nacionais e em eventos dos movimentos sociais e/ou organizados especificamente pela juventude desses movimentos, e revelou, dentre as muitas questões abordadas, a forte presença de jovens mulheres nos eventos e, em alguns movimentos, ocupando posição em direções nacionais; um movimento paulatino de introdução de novas agendas como o da diversidade sexual; um nível elevado de escolarização dos militantes desses movimentos sociais, em comparação com a média nacional para a as mesmas idades; além de demonstrar a configuração de uma geração identificada com a categoria *juventude* atuante nesses movimentos.

Este artigo revisita essa pesquisa em um momento extremamente complexo, após 10 anos de políticas públicas de juventude construídas no âmbito dos governos Lula-Dilma, que fortaleceu tanto o *campo das políticas públicas de juventude* quanto o *campo político da juventude*. Nessa década, experimentamos forte articulação de atores diretamente envolvidos na constituição desses *campos*: a juventude organizada, o chamado terceiro setor, gestores e a academia. A própria categoria *juventude* foi se transformando e assumindo contornos que demonstram a incidência desses dois campos de disputa. Juventude rural por sua vez também sofre fortes alterações como categoria, o que já vínhamos apontando em reflexões anteriores (CASTRO et al., 2010).

Na primeira parte desse artigo, retomo o debate sobre a categoria *juventude* e *juventude rural*. Na segunda, busco debater a construção política da categoria *juventude rural* dialogando com a pesquisa supracitada. Na terceira parte, procuro contribuir para um balanço, ainda que preliminar, dos governos Lula-Dilma no que diz respeito às políticas públicas para a *juventude rural* e a incidência das agendas dessa categoria política.

As mudanças da categoria *juventude* de *juventude em situação de risco* para *juventude sujeito de direitos* e a consolidação da *juventude* como ator político

Como já mencionado acima, *juventude* e políticas públicas, como tema investigativo, no Brasil, alcança maior visibilidade nos anos 1990 e experimenta um grande impulso nos anos 2000, ao mesmo tempo em que seu paradigma conceitual é alterado. Observa-se o processo de distanciamento da dicotomia substantivada “*juventude problema/juventude solução*” para uma maior diversificação de leituras. Convivem desde perspectivas que reificam esse antigo paradigma (*juventude problema/solução*), até as que centram a análise no caráter transitório da condição juvenil, ou ainda as que revisitam as teorias geracionais. Especialmente a partir dos anos 2000, ganha força no debate o reconhecimento da categoria como *sujeito* demandante de direitos sociais. Forja-se então a categoria *juventude sujeito de*

direitos, que suplanta, no debate de políticas públicas, antigas categorias como *juventude em situação de risco*⁴ (INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS, 2010). As novas leituras trazem em seu bojo um olhar que valoriza cortes interseccionais e que percebem, na categoria, um entrecruzamento de interesses e realidades, em forte diálogo com a diversidade da população jovem brasileira⁵. (CASTRO, 2011)

Com isso, legitima-se a categoria social *juventude no campo acadêmico/pesquisa* e no âmbito governamental, como vimos acima, ou seja, temos o reconhecimento social da categoria *juventude*. Nesse processo, define-se a faixa etária de 15 a 29 anos, seguindo organismos internacionais (PINHEIRO et al., 2013), que identifica a população jovem, e caracteriza-se o seu perfil no Brasil como majoritariamente marcado por desigualdades sociais⁶. No que se refere ao *campo das políticas públicas de juventude*, a visibilização temática é central para a sua consolidação, mas sem dúvida o marco é a mudança de paradigma de *juventude em situação de risco* para *juventude sujeito de direitos* – Regina Novaes (2012) contribui fortemente na disputa desse novo paradigma. Essa mudança imprime, em primeiro lugar, um importante simbolismo para o debate público, propondo uma leitura distinta do binômio *juventude-violência*, que contribui para reificar a imagem *juventude perigosa*. Mas a repercussão é mais profunda, e altera significativamente os rumos de uma política pública para a *juventude*. Grosso modo, as primeiras iniciativas para atender com políticas públicas a população jovem definiam como público alvo uma categoria perigosamente “cooptável” pela “delinquência”, refratária ao “socorro” do Estado e desinteressada em seu possível papel na sociedade (CASTRO, 2011).

A consolidação da categoria *juventude sujeito de direitos* representa uma alteração de paradigma em que o público-alvo passa de passivo à agente, corresponsável pela construção das políticas públicas. Se esse processo ainda está em curso, e evidentemente pode sofrer recuos, ele aponta a possibilidade de consolidação de uma importante conquista: a legitimação de novos atores e, principalmente, da “juventude” como agente nesse processo de construção do *campo das políticas públicas de juventude*. Ou seja, percebe-se uma mudança de paradigma de políticas públicas em que o predomínio de uma visão conservadora Estado/provedor - Jovem/atendido é suplantado pela concepção de políticas públicas como processo de construção participativa no qual o/a *jovem* pode ser agente (CASTRO, 2011).

4 Categoria utilizada na primeira geração de políticas públicas que tiveram *jovem* como público-alvo. A preocupação centrava-se nos jovens capturados pela delinquência e alvo da violência urbana. Para um aprofundamento desse debate ver a Tese de Doutorado de João Paulo Macedo e Castro UNESCO - Educando os jovens cidadãos e capturando redes de interesses: Uma pedagogia da democracia no Brasil, João Paulo Macedo e Castro – Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, 2005.

5 São inúmeras as referências. Dois marcos acadêmicos que consolidam essa perspectiva de análise se destacam: *Galerias Cariocas*, organizado por Hermano Vianna (1997), e *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas*, organizado por Regina Novaes e colaboradores (2006).

6 Um importante ponto de partida dessa formulação foi o Projeto Juventude (2004).

Essa mudança de paradigma só pôde ocorrer porque um terceiro ator se fez presente. Como afirmei anteriormente, especialmente a partir dos anos 2000, observamos uma presença importante no cenário político nacional da *juventude* como categoria de identificação política que, paulatinamente, configura um *campo político da juventude*. Um ator que não se esgota na arena do debate das políticas públicas, uma vez que passa a intervir em outros *campos* e esferas da sociedade como identidade política. Ou seja, o processo de visibilização tanto acadêmica quanto no âmbito governamental ganhou contornos mais dialógicos a partir dos anos 2000, com a intensificação e ampliação de processos organizativos nos partidos políticos, movimentos sociais, e em uma infinidade de outras formas de organização política e cultural, seja em organizações políticas que, ao longo de suas trajetórias, não reconheciam o tema, seja na presença cada vez maior de organizações de jovens não circunscritas às chamadas formas representativas “tradicionais”. O tema conquistou, assim, densidade política e, nesse sentido, desenha-se um campo de disputa de políticas públicas com a configuração de categorias identitárias de juventude.

Especialmente a partir dos anos 2000, observa-se uma mudança de representação social dos jovens em formas organizativas que se autoidentificam como *juventude* ou, ainda, em processos identitários que surgem, ainda que não de maneira formal, em movimentos organizados por outros recortes políticos. Até vinte anos atrás e, em alguns casos, mesmo há dez anos, não se encontrava a categoria *juventude* como identificadora de representação política em muitos partidos políticos brasileiros e movimentos sociais. A representação de juventude como “naturalmente rebelde” permeou, por muito tempo, as leituras sobre a possibilidade de agência política dos jovens dos chamados movimentos sociais tradicionais e mesmo de partidos políticos, que associavam a categoria muito mais a um corte etário do que à sua complexa identificação social e política. Ou seja, a identificação da presença de jovens em movimentos históricos que propunham transformações sociais reificava a ideia de que é da “natureza da juventude” atuar politicamente. No entanto, a imagem midiática, senso comum, que construiu a chamada “juventude *shopping center*” dos anos 1990, tensionou essa leitura e precisou ser contraposta, em termos dos múltiplos significados e distintos contornos que os grupos que se autoidentificam como *juventude* assumem.

Isto é, por um lado, vivenciamos um processo de desnaturalização da ideia de “juventude naturalmente rebelde” e seu oposto binário “juventude apática”. Por outro, a própria representação política da *juventude* se apresenta de múltiplas formas, reproduzindo “antigos” e “novos” significados do “que é ser jovem”; quais as opressões vividas por aqueles assim identificados na sociedade e quais suas agendas políticas (CASTRO, 2011).

A mudança mais significativa, portanto, seria que os jovens estavam organizados politicamente em espaços onde a juventude não era, necessariamente, uma categoria de identificação política ou mesmo uma categoria de autorreconhecimento. Um exemplo foi a primazia da categoria *estudante* sobre a categoria *juventude* como identidade política até o início dos anos 1990 no Brasil. A literatura que aciona “juventude” como historicamente representada nos principais movimentos sociais, especialmente de resistência à ditadura militar e, posteriormente, no ressurgimento institucional do movimento estudantil nos anos

1980 e início dos anos 90, o faz a partir não de categorias de autorreconhecimento identitários e sim como categoria analítica⁷. Isto é, embora tratassem analiticamente da categoria juventude, o objeto de análise se autoidentificava como *estudante* e não como *juventude*. Pode-se mesmo afirmar que havia certa negação da categoria juventude como representação política, como uma categoria que diluía ou conflitava com processos organizativos mais estruturantes. Penso ainda que essa negação também estava associada – e essa inflexão é perceptível – a uma visão que privilegiava a característica transitória da identidade juventude e que, portanto, deslegitima quem a ela é associada⁸.

Hoje, observamos *juventude* como categoria identitária de representação política presente em uma diversidade de expressões organizativas e formas de participação política. Nas organizações que existiam anteriormente a esse processo destaca-se a inflexão do movimento estudantil (que assume a categoria mais recentemente), a presença de organizações de juventude na maioria dos partidos políticos e em movimentos sociais consolidados “não juvenis” (sindicatos, movimentos sociais de luta pela terra, feministas, LGBT etc.). Longe de se ler esse processo como de importação de categorias políticas, o que se observa é um processo identitário em curso a partir, principalmente, dos que se autoidentificam como *jovens* nos movimentos sociais rurais e urbanos, por exemplo. Esse processo se dá de forma dialógica, no qual se percebe aos poucos que jovens que já viviam a identidade atribuída *jovem* em seu dia a dia passam paulatinamente a se reconhecer a partir do debate sobre o tema, impactando de forma significativa suas formas de representação política em suas organizações de origem. Temas como as tensões e conflitos de hierarquia entre jovens e adultos, que muitos identificam em outros espaços, passam a ser visibilizados em seus espaços de militância. Acresce-se a isso ainda a identificação do impacto das desigualdades sociais em uma população brasileira jovem. Assim, esse processo identitário configura distintas respostas organizativas que precisam lidar com a representação social e política da juventude. E nesse amplo universo da categoria juventude temos aqueles que se identificam como rurais ou do campo.

Juventude rural, do campo, da agricultura familiar, seringueiros, quebradeiras de coco... desafiando conceitos e preconceitos

Podemos afirmar que, nesses 15 anos, desde o início dos anos 2000, observamos a consolidação da identidade política juventude nos principais

7 A esse respeito cf. Forachi (1972) e Mische (1997), dentre outros. Não será objeto desse artigo, mas tivemos uma importante experiência de organização sob a identidade juventude em movimentos da Igreja Católica no histórico processo de resistência das Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Escolar Católica (JEC), Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Independente Católica (JIC) organizações da Ação Católica, com muita *presença nos anos 1960*. Ver Khoury (2005).

8 Discuto essa hipótese de leitura em Castro (2010b, 2013).

movimentos sociais rurais. Nesse processo, tivemos uma primeira movimentação que abraçou a categoria analítica *juventude rural*, extremamente útil para a organização em espaços nacionais de representação e na disputa por políticas públicas para a organização das múltiplas identidades abarcadas nessa categoria. Com o avanço dos processos de visibilização da diversidade das populações do *campo*, das águas e das *florestas* – cada vez mais presentes como identidades específicas em conselhos de participação social e em outros espaços formais de representação –, as identidades políticas constituídas nos movimentos sociais aparecem de forma mais clara.

Observamos um processo de reafirmação da identidade juvenil em diálogo com fronteiras invisíveis ainda intransponíveis para uma parcela importante da juventude rural. Isto é, com o mundo objetivado e ressignificado por meio de agendas e pautas das organizações de juventude. Para muitos jovens, viver no *mundo rural*, hoje, ainda significa enfrentar barreiras para sua autonomia e suas possibilidades de escolha. Ou seja, as possibilidades reais de escolarização, acesso à terra e à renda, muito valorizados como caminhos para a construção de autonomia, não estão ao alcance de muitos, mesmo após 14 anos dos governos Lula-Dilma⁹. Apesar dos esforços empreendidos nesse período, muitas dessas demandas não foram atendidas, como trataremos adiante.

Mas as fronteiras entre o “mundo rural” e “o mundo urbano” não são fixas e nem evidentes, são vivenciadas e construídas. Somam, de um lado, a distância, nem sempre espacial, entre as possibilidades que o *campo* e a *cidade* oferecem; e, de outro, as construções identitárias, a partir de múltiplas trajetórias e referências (CASTRO et al., 2009).

Temos, ainda, agendas cada vez mais complexas apresentadas em conjunto pelos movimentos do *campo*, das águas e das *florestas*, ou de forma específica por movimentos de um desses segmentos. Isso se expressou no I Seminário de Políticas Públicas para a Juventude Rural, promovido pela SNJ em parceria com o MDA¹⁰ – caso dos temas sustentabilidade, assistência técnica e agroecologia que constroem agendas que aproximam, mas também expressam diferenças, por exemplo, entre a juventude de movimentos extrativistas e a juventude de organizações autodenominadas da agricultura familiar.

Podemos afirmar que a agenda de pesquisa, aos poucos, também vem sendo alterada. Se a ênfase na questão sociológica do êxodo do campo para a cidade dominou os estudos até bem pouco tempo (CAMARANO, ABRPAMOVAY, 1999; CASTRO, 2013, dentre outros), observamos alterações importantes fruto de pesquisas mais recentes, demonstrando que, embora se note uma importante perda de população jovem no campo brasileiro (1 milhão entre 2000-2010), percebe-se movimentos de *permanência* e mesmo de *migração de retorno*. Recentes pesquisas demonstram que há um ritmo de desaceleração da migração da população rural

9 A esse respeito ver Secretaria Nacional de Juventude – SNJ (BRASIL, 2014).

10 O Seminário foi registrado em Menezes, Stropasolas e Barcellos (2014), e no vídeo documentário *Pé no Formigueiro*, dirigido por José Roberto Novaes e Maria Claudia Pitres.

e mesmo da população de jovens do campo, e a associa às políticas públicas dos últimos dez anos (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2016). Anita Brumer (2007, p. 50) já trazia esse tema com a seguinte provocação: “em lugar de procurar responder à questão ‘porque os jovens saem do meio rural’ busque-se responder à questão ‘por que os jovens permanecem no meio rural’”. E essa tem sido uma agenda de pesquisa mais efetiva na última década.

No mesmo sentido, temos outros olhares sobre a migração, ou como muitos preferem tratar, a circulação, e os significados atribuídos ao campo e a cidade que redefinem identidades sociais da juventude rural hoje. A visão mecânica de uma “atração” dos jovens do campo pela cidade, em que a principal explicação seria o desinteresse pelo *modo de vida no campo* e, em especial, pelo trabalho agrícola, vem sendo revista. Estudos demonstram que são múltiplas as razões que contribuem para a circulação da juventude rural, que pode ou não representar uma “saída” definitiva do meio rural. A circulação entre pequenos municípios, sobretudo pela juventude rural, como apontou Maria de Nazareth Wanderley (2007), pode ser observada por um outro olhar. A autora aprofundou essa perspectiva, estudando os jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco. Seu trabalho demonstra que os jovens querem “o melhor dos dois mundos”, quando avaliam o presente e o futuro. Ou seja, desejam a vida do campo com qualidade de vida, atuando em atividades agrícolas e não agrícolas, e viver a juventude sem ter fronteiras (CASTRO, 2016).

Marilda Menezes e Marcelo Saturnino Silva (2010) mostram como a circulação de jovens trabalhadores rurais que se deslocam anualmente dos estados do Nordeste para o Sudeste traz questões importantes para o tema da vivência da juventude no campo, no Brasil, hoje. A maioria dos que ocupam postos de trabalho na colheita da cana de açúcar são jovens e homens. A vivência da migração temporária é dolorosa para todos (SILVA, MENEZES, 2010; CASTRO, 2016).

A diferença entre a circulação de homens e mulheres traz, ainda, outras questões, como a autonomia das mulheres diante de uma organização social ainda marcada por distinções de gênero que impactam, sobremaneira, a possibilidade de circulação das jovens (CAMARANO, ABRAMOVAY, 1999; AGUIAR, STROPASOLAS, 2010; CASTRO, 2013). Mas a circulação pode ocorrer por diversos interesses, ou mesmo por redes familiares e de sociabilidade: dar continuidade aos estudos, visitar parentes, frequentar festas, participar de jogos esportivos e namorar, por exemplo (CASTRO, 2013; FERREIRA, ALVES, 2009). Assim, “ficar” ou “sair” do meio rural envolve questões como a circulação entre múltiplos espaços, motivada por diferentes razões. Além disso, a própria categoria “juventude rural” tem sido objeto de análise, dado que agrega realidades e identidades sociais diversas (CASTRO et al., 2009). Novamente, “sair” e “ficar” podem envolver questões complexas, para além de atravessar fronteiras imaginárias de “um mundo rural” para “um mundo urbano”. (CASTRO, 2016).

Mas a mudança da circulação da juventude, que pode repetir a histórica direção campo-cidade, mas também de muitas outras formas, pode ter contribuído para a consolidação da agenda de parte significativa das organizações sociais do

campo que passam a reivindicar a *sucessão rural*¹¹. De qualquer forma, o próprio sentido da *sucessão rural* esteve em disputa nos governos Lula-Dilma, como veremos adiante. Mas antes vamos dar um passo atrás para podermos avançar mais no debate sobre a categoria juventude rural hoje. Para tanto, vamos retomar a pesquisa *Os jovens estão indo embora? – a construção da categoria juventude rural em movimentos sociais no Brasil*.

Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a construção de um ator político e da juventude: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil

No período de 2006 a 2009, observamos os principais movimentos sociais que, na época, tinham organizações nacionais de juventude, tendo sido possível afirmar a existência, pela primeira vez, de uma geração que se identificava como juventude nos movimentos sociais rurais e que ressignificava identidades *rurais* em diálogo com a identidade *juventude*. Para essa discussão, tratamos o tema da participação política dos jovens nos movimentos sociais à luz do conceito de geração em Mannheim (1993). Isso porque identificamos, ao longo da pesquisa, que o próprio termo *geração* aparecia nas referências sobre a emergência da temática juventude no processo histórico de organização dos movimentos sociais. A seguir, resgatamos o debate proposto na pesquisa sobre o conceito *geração*.

Geração e juventude nos movimentos sociais rurais – resgatando o debate conceitual

O debate sobre juventude tem sido tratado, por muitos autores, a partir do corte geracional, caso de Foracchi (1972), Mannheim (1982), Bourdieu (1983) e Champagne (1979). Duas percepções podem ser destacadas nesse campo de análise. A primeira é a acionada por Bourdieu (1983) e Champagne (1979), que tratam geração a partir de uma perspectiva relacional, em que “jovem” está em oposição a “adulto” ou “velho”, em razão das disputas por bens materiais e simbólicos. Bourdieu argumenta que a vivência geracional é construída a partir de “Aspirações sucessivas de pais e filhos, constituídas em relação a estados diferentes da estrutura da distribuição de bens.” (BOURDIEU, 1983, p. 118), em especial no que concerne ao acesso a educação que progressivamente se amplia de uma geração para outra¹².

11 A pauta é defendida de forma mais direta pelo movimento sindical e pela PJR que participam diretamente na construção do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural (BRASIL, 2016). Ver <https://pjrbrasil.org/?s=sucess%C3%A3o+rural> ; <https://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=387&ap=1&nw=1> .

12 Bourdieu utiliza como exemplo o ensino secundário na França, que passou a ser acessível para filhos de todas as classes, ao mesmo tempo em que passou a ser menos valorizado no mercado de trabalho (BOURDIEU, 1983, p. 120).

Assim, a noção de juventude seria construída relacionalmente, a partir dessa perspectiva geracional, por oposição a noção de adulto, velho.

Recuperando Mannheim, temos três construções conceituais de geração, centrais para o debate de juventude¹³: 1) o recorte biológico, 2) a unidade geracional, 3) e os grupos concretos (MANNHEIM, 1993, p. 206). Mannheim define geração, em primeiro lugar, como uma construção da modernidade e de sua definição de linearidade histórica. Isto é, a ideia de que a história é um sucedâneo de fatos em uma linha de tempo e, nesse sentido, de que os homens se sucedem em gerações. Assim, para Mannheim geração é uma ideia eminentemente moderna. O que define um corte geracional é o nascimento. Ou seja, populações convivem estando em momentos distintos do ciclo de suas vidas e compartilham e disputam a compreensão de um dado momento histórico. Neste sentido, Mannheim discute com a concepção positivista e a concepção histórico-romântica alemã (MANNHEIM, 1993, p. 193-204) tratando o “problema das gerações” como um problema sociológico em uma perspectiva histórica. Essa é uma das definições utilizadas pelo autor e a mais divulgada nos estudos sobre juventude, porém ele trabalha outras duas dimensões (CASTRO et al., 2009).

Uma segunda definição, nomeada por ele unidade geracional, pode ser lida como processos identitários em um contexto histórico, ainda que, individualmente, nem todos que compõem uma dada população se reconheçam como tal. Seria a percepção social de que certa população faz parte de uma categoria social que se opõe a outra por uma identidade geracional, é o caso da categoria juventude em oposição a velhos, adultos, crianças. Isso pode ou não corresponder a grupos concretos e transcende os próprios grupos. Ou seja, é o reconhecimento de indivíduos e/ou grupos de indivíduos de que configuram uma dada categoria identitária, ainda que suas percepções sobre essa categoria diverjam¹⁴. Por outro lado, a categoria juventude passa a ser mais visível nesse contexto histórico, ainda que nem todos os jovens estejam envolvidos em algum grupo concreto de juventude (CASTRO et al., 2009).

A terceira definição de Mannheim é a de grupo social concreto, ou seja, seria a identificação nativa de geração em um mesmo contexto local. Esse grupo pode ser formado por laços prévios, isto é, por proximidade ou por livre arbítrio. No primeiro caso, o autor se refere às formações comunitárias e/ou familiares e, no segundo, às formações associativas. Neste segundo caso, a afinidade de posição social em dado contexto histórico é um elemento central (CASTRO et al., 2009).

Resgatar essas outras duas percepções de Mannheim sobre geração foi o ponto de partida para a análise de juventude que realizamos na pesquisa supracitada, como uma categoria identitária marcada por percepções e ordenações geracionais. Assim, não tratamos com um corte etário, *a priori*, mas antes de que forma as percepções

13 A esse respeito ver Weller (2007).

14 O autor exemplifica com a juventude do partido comunista alemão e a juventude nazista. Embora as concepções de sociedade, as leituras históricas sobre aquele momento vivido pela Alemanha e a própria forma de se perceberem como jovens possam ser distintos, eles se identificam como parte de uma juventude.

sobre geração contribuía para entendermos a construção da identidade juventude nos movimentos sociais rurais no Brasil.

A “primeira” geração *jovem* dos movimentos rurais, do *campo*, das águas e das florestas

Observamos na pesquisa que os entrevistados dos movimentos sociais afirmavam que sempre houve forte participação de jovens nas suas organizações, contudo também foi possível observar que isso não representou uma construção identitária política da categoria nesses movimentos. Essa unidade geracional, na perspectiva de Mannheim, que compartilha os mesmos processos histórico-sociais, e que assume um significado reconhecido em um grupo concreto, foi observada pelos entrevistados como algo mais recente.

Todavia, no que diz respeito aos movimentos sociais, a questão geracional está atrelada à problemática da renovação do movimento. Ou seja, para os dirigentes nacionais, que não se identificam como jovens, o tema central ainda é a possibilidade de renovação, em especial para o movimento sindical. Já aqueles que se reconheciam como *juventude* à época da pesquisa – as segundas e terceiras gerações dos movimentos – apontavam para a consolidação de grupos concretos, que elaboravam uma identidade, com pautas e questões específicas, tanto em oposição aos *mais velhos*, nas disputas por espaço e, portanto, pela renovação das direções, como, também, em diálogo com as questões que afetam os jovens no meio rural e na sociedade brasileira.

A consolidação de uma estrutura organizativa de jovens nos movimentos sociais não foi sem conflito, como se pôde observar na pesquisa, entretanto percebemos hoje uma presença importante desses jovens, oriundos dos espaços organizativos de juventude, em cargos de direção nos movimentos sociais que não são exclusivos de juventude. A pesquisa recolheu uma vasta quantidade de relatos sobre como *ser jovem* nos movimentos sociais também carrega limitações quanto ao espaço de participação, quanto à possibilidade de ser ouvido, ou seja, significa vivenciar o não reconhecimento em espaços de decisão. Nesse sentido, a constituição dos espaços que reforçam o reconhecimento do papel político da juventude disputa com o reconhecimento da categoria nos próprios movimentos sociais. Ainda prevalece no discurso de lideranças mais velhas a associação de *juventude* a uma população sobre a qual se deve atuar e, ainda, como um símbolo da renovação, do *futuro*, reforçando relações de subalternidade e deslegitimando a atuação política daqueles que são assim identificados.

Esse processo, que denominamos de construção de um novo ator político, envolveu uma gama de ações em busca de legitimação dos jovens como categoria social e de reconhecimento como atores políticos. Identificamos algumas transformações nas práticas dos movimentos sociais construídas pelos jovens nesse contexto, com pautas, visões e práticas políticas que demarcam diferenças e singularizam sua atuação, ainda que em diálogo com repertórios reconhecidos nos movimentos sociais¹⁵.

¹⁵ Esse tema foi tratado em Castro et al. (2009), não poderemos retomar aqui.

Contudo, o que gostaria de explorar é quais outros elementos contribuíram para o fortalecimento desse ator político e ainda a presença importante de mulheres nas direções e eventos organizados por jovens. Mais especificamente, se as políticas públicas dos últimos dez anos e o processo de institucionalização governamental do tema juventude podem ter colaborado para a constituição do que estou denominando a primeira geração *jovem* dos movimentos sociais rurais, no sentido de identitariamente constituídos. E ainda qual a incidência desses jovens nas políticas públicas e na sua institucionalização como política de Estado. Para tal, na terceira e última parte desse artigo, proponho um primeiro balanço sobre os 14 anos dos governos Lula-Dilma na perspectiva apresentada.

Avanços e limites: uma década de políticas públicas de juventude para a juventude rural

A pesquisa revelou que, na perspectiva da interseccionalidade, proposta por Verena Stolke (2006), outros elementos contribuem para percebermos como ser *jovem e rural* no Brasil constitui-se numa situação de profunda subalternidade, mais ainda quando são mulheres e homossexuais. Por um lado, ser jovem no meio rural brasileiro implicava, à época, enfrentar questões como a falta de acesso a bens e serviços em um meio rural desigual e violento que se aproximava espacialmente da cidade, mas que continuava a enfrentar a hierarquia entre campo e cidade que segue reproduzida na sociedade brasileira (CASTRO, 2013). Essa hierarquia se expressa também em práticas que estigmatizam *ser do campo*, que apareceu com frequência nas falas dos jovens entrevistados, mais frequentemente das jovens. Em todos os espaços e documentos produzidos por essas organizações de juventude, observados/analísados pela pesquisa, as demandas específicas estão diretamente associadas à urgência de mudanças estruturais na realidade do campo brasileiro. A educação do/no campo é um exemplo, como o é a centralidade da reforma agrária e da mudança de padrão de desenvolvimento nas reivindicações da juventude rural organizada (CASTRO, 2009). Estas também foram agendas principais no I Seminário de Políticas Públicas para a Juventude Rural (MENEZES; STROPASOLAS; BARCELLOS, 2014) e nas conferencias nacionais de juventude.

Esse quadro colhido na pesquisa pode ser revisto à luz dos 14 anos dos governos Lula-Dilma. Os avanços realizados nos dez anos de políticas públicas de juventude convivem com fragilidades na consolidação dessas conquistas. Muito embora se tenha reconhecido a importância da juventude e da diversidade da juventude brasileira, expressa no Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), isso não se traduziu em políticas perenes para essas juventudes. Assim, ao acompanharmos os avanços das ações realizadas de 2005 a 2015, pelos governos Lula e Dilma, percebemos que apesar das importantes conquistas nos marcos legais, a institucionalidade e as ações de políticas públicas se circunscreveram a esses governos, não tendo se consolidado como políticas de Estado. E, ainda, que a tradução da diversidade da juventude brasileira em ações de governo não se capilarizou nas múltiplas ações do próprio governo federal nesses 10 anos. No que se

refere à juventude rural, observamos que a apropriação de suas agendas pelo Estado, mesmo por governos democráticos e populares ainda esta distante.

Mesmo assim, ao longo dos anos 2011 e 2014, abarcando o primeiro Governo Dilma, observamos o maior avanço nessa agenda, com ações piloto, tais como: linhas específicas em editais de fomento, inclusão digital e economia solidária; cursos de formação; linha específica de Assistência Técnica Rural para jovens, que, embora não tenham expressado um grande alcance em número de jovens atendidos, representaram um importante avanço para a visibilidade desses jovens e fortalecimento de coletivos juvenis¹⁶. Outro avanço importante foi o espaço de representação política em conselhos de participação social, como o Conselho Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e da Agricultura Familiar, com cadeiras para a juventude rural. Também foi uma gestão que ampliou o diálogo com as *juventudes*.

No entanto, esse esforço não foi capaz de se tornar estratégico para o governo Dilma, como ainda não havia se tornado central para o governo Lula. Ou seja, mesmo após as manifestações de 2013¹⁷, que demonstraram que a juventude estava fortemente atuante na disputa política nos espaços das ruas, não houve tradução nas ações do governo federal para além da promulgação de grande relevância do Estatuto da Juventude. O marco legal, sem dúvida, foi o maior avanço nesses dez anos. Outro passo importante foi o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural (2016), que afirma as múltiplas questões envolvendo a permanência dos jovens no campo, bem como a centralidade do papel do Estado.

No entanto, não foi possível consolidar uma política nacional para a juventude rural, nem mesmo a efetivação do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, o que pode significar a não priorização por parte das instâncias dos governos Lula e Dilma desse segmento juvenil. Ainda assim, uma política de

16 Destacamos, entre os anos de 2012 e 2014, o Edital de Inclusão Digital para a Juventude Rural lançado pela Secretaria de Inclusão Digital/MiniCom, em parceria com Universidades e Institutos Federais e Estaduais para atuarem em extensão rural promovendo a inclusão digital. Foram formulados 41 projetos, envolvendo 28 Instituições Públicas, 18 estados, capacitando 6.400. Edital de Articulação de Grupos de Economia Solidária, lançado pela Secretaria de Economia Solidária/tem, alcançando 2.000 jovens rurais distribuídos em 7 estados do país. Curso de Formação Agroecológica e Cidadã com Geração de Renda para da Juventude Rural elaborado pela Secretaria Nacional de Juventude em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), envolvendo 600 jovens, com forte impacto na organização da juventude Kalunga. Residência Agrária Jovem, promovido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e pelo Conselho Nacional de Pesquisa (Incra/CNPq), envolvendo 34 projetos e o Edital Fortalecimento da Autonomia da Juventude Rural, lançado pela Fundação Banco do Brasil e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (FBB/BNDES), visando fortalecer a autonomia econômica e social da juventude rural de base familiar

17 Em 2013, nos meses de junho e julho, o Brasil viveu uma série de manifestações de rua em todas as capitais e em cidades médias. Entre as organizações dos eventos, encontrava-se o Movimento pelo Passe Livre (MPL) e outros movimentos juvenis. Nessas manifestações, surgiram de forma visível os Black Blocks.

extrema relevância impactou essa primeira geração de *jovens* dos movimentos sociais: a educação do campo.

Educação do campo

Retomando a pesquisa *Os Jovens estão indo embora?*, um de seus resultados foi a visibilização do perfil de uma juventude que, hoje, se organiza nos movimentos sociais rurais do Brasil, e que traz algumas marcas distintivas em relação ao perfil social observado em dados estatísticos, como os colhidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Um dos fatores mais importantes, por ter se apresentado como um diferencial, foi a escolaridade. A média dos jovens que participavam de movimentos sociais estava bem acima da média dos jovens que viviam nos assentamentos rurais, levantados pela Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária - PNERA (2005), e da média geral de escolarização do jovem brasileiro, aferida pela PNAD (2006). Nesse eixo, os dados da pesquisa trouxeram algumas questões iniciais para explorarmos. A primeira, diz respeito a uma oposição senso comum entre participação política e escolarização, reforçada por uma visão igualmente senso comum de que os jovens do campo têm pouco interesse pelos estudos.

Podemos afirmar que a pesquisa reforçou a existência de um corte geracional de valorização e estratégias para garantir a escolarização das crianças e dos jovens no meio rural. Um processo que se iniciou a três gerações e que se consolidou por meio de estratégias familiares e com estratégias dos próprios movimentos sociais e organizações. Observamos, à época, esforços por parte dos movimentos sociais para garantir a escolarização continuada, muitas vezes associada à formação política e técnica. Esse processo revelava um entendimento, por parte dos movimentos sociais observados, da importância da educação formal no processo de formação das lideranças jovens dos movimentos sociais. A valorização da escolarização formal pelos movimentos sociais seria parte do processo de *luta* pela mudança e pelo acesso à educação no meio rural brasileiro, que se materializou na educação do/no campo. Essa era uma bandeira presente, e permanece sendo, em todas as organizações de juventude rural.

A pesquisa Agenda Juventude Brasil (BRASIL, 2014) mostrou uma ampliação contínua da escolarização da juventude rural, embora ainda permanecesse distante dos níveis de escolarização da juventude que vive nas cidades. Contudo, não existe dúvida quanto à mudança de rumo da educação pública no Brasil, que fortaleceu a educação do campo em forte diálogo com os movimentos sociais. O Programa de Reestruturação e ampliação das Universidades Públicas Federais (Reuni) promoveu a duplicação do acesso, interiorização e política de permanência, com isso o país passou de 48 mil matrículas em 2002 para 208 mil matrículas em 2013. O Decreto nº 7.352 do Presidente Lula instituiu a Educação do Campo em 2010, desde então, por meio do programa ProCampo, foram criados 40 cursos de Licenciaturas do Campo, além do ProLind - Licenciaturas Indígenas. A evolução orçamentária é ainda mais clara quanto à definição política da atuação do Estado na educação. O orçamento

destinado à educação passa de R\$19 bilhões (2003) para R\$103 bilhões (2015), contando ainda com a aprovação dos recursos do Pré-Sal para a educação e a saúde prioritariamente.

A II Pesquisa Nacional de Educação para a Reforma Agrária - II PNERA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2015) demonstrou como os cursos de educação do campo ampliaram em quantidade e público, nos governos Lula-Dilma, chegando a 320 cursos¹⁸. No entanto, esse esforço não representou a massificação desse acesso e concorreu com o fechamento contínuo de escolas no campo por parte dos governos estaduais.

Mesmo assim, é possível afirmar que o que observamos à época da pesquisa com os movimentos sociais foi potencializado nos governos Lula-Dilma e fortalecido pelo *campo das políticas públicas de juventude*, ainda que não se trate de uma política específica para o segmento. O que temos hoje – e aqui permanece como uma agenda de pesquisa – é a percepção da consolidação da primeira geração de jovens, assim identificados, nos movimentos sociais que viveram: o encontro do fortalecimento de sua identidade política, a valorização do ensino formal e da formação política, com a ampliação concreta do ensino superior. Hoje, encontramos jovens dirigentes nacionais cursando pós-graduação e participando ativamente do debate acadêmico sobre *juventude, políticas públicas, questão agrária*. Assim, talvez esse tenha sido o grande legado desse período para juventude rural, do *campo, das águas e da floresta*: a consolidação da educação do campo, com marco legal e a institucionalização nas universidades públicas federais.

Considerações finais

Uma agenda que se consolidou nos governos Lula-Dilma foi a *Sucessão Rural*, mas, em seu bojo, temos a disputa: qual sucessão rural? Observamos tanto na pesquisa *Os Jovens estão indo embora?* quanto em espaços de participação formal da juventude rural nos governos Lula-Dilma que suas pautas não tinha referência específica na juventude, mas compreendiam que as questões específicas, importantes de serem tratadas, deveriam ser articuladas com questões estruturantes para a transformação da realidade da juventude e de toda a população do *campo, das águas e das florestas*. E, por isso, suas principais reivindicações eram e continuam sendo o acesso à terra por meio da Reforma Agrária e a regularização das terras dos povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, sustentabilidade, inclusão digital, transporte público, acesso à produção e fruição cultural, geração de renda, tecnologias para a produção e, em especial, para a produção agroecológica, assistência técnica, crédito, comercialização. Essas, dentre tantas outras, seriam

18 O Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (Pronera) foi criado no Incra em 1998, no Governo Fernando Henrique Cardoso (período em que se realizaram 84 cursos). A pesquisa fez um levantamento que mostrou a realização de 236 nos dois governos Lula. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2015).

condição para a permanência dos jovens no campo. Trata-se não só de acesso aos bens e serviços, mas da mudança de modelo de desenvolvimento econômico, em que se percebe na *juventude* um ator estratégico nesse processo de disputa política. O próprio Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural evidencia que a possibilidade da permanência dos jovens no campo envolve uma profunda mudança no país e, em especial, no projeto de desenvolvimento rural e suas consequências para o projeto de desenvolvimento para o país.

Portanto, quando falamos de *juventude rural*, *juventude do campo*, *juventude camponesa*, *juventude da agricultura familiar*, *juventude quilombola*, *juventude ribeirinha*, estamos tratando de categorias que representam populações, mas também identidades políticas e sociais que vivenciam, de forma direta ou indireta, as disputas em curso no Brasil e no mundo sobre a relação entre desenvolvimento e segurança alimentar, por exemplo. A juventude carrega, muitas vezes, a *herança da luta* ou o peso da expectativa geracional; se envolvem com os processos de disputa de significados e da concretude de suas vidas, ou escolhem não reproduzir a difícil vivência e históricos distanciamentos que hierarquizam direitos, de acordo com onde se vive, e muitos outros arranjos.

Podemos tratar a incidência dessa primeira geração de jovens organizados nos movimentos sociais do campo como uma atuação política que atravessou fronteiras invisíveis, ainda que não se tenha logrado a sua priorização nessas experiências de governo. A presença da juventude rural como ator político nesse cenário ampliou a visibilidade da diversidade das juventudes do campo, das águas e das florestas. As juventudes organizadas – ora reforçando uma identidade de juventude rural e/ou do campo numa perspectiva, ora se apresentando em sua diversidade – participaram intensamente do debate e formulação de proposições para políticas públicas de juventude, como também para a transformação do campo brasileiro. Contudo, esse processo resultou antes na formação e fortalecimento dessa geração de lideranças do que em políticas efetivas e de largo alcance que atendessem as demandas e agendas propostas.

Nos últimos 20 anos, acompanhamos a configuração de um *campo de políticas públicas de juventude* ao lado de e imbricado com o surgimento de um *campo política da juventude*. Nesse contexto, a juventude rural e/ou do campo se constituiu como ator político atuando dentro dos movimentos sociais, nos espaços de disputa das políticas públicas e na disputa pelos significados da própria identidade *juventude*. Nesse processo, podemos destacar o que chamamos de primeira geração da juventude rural/do campo.

O novo cenário político que se estabeleceu com a ruptura institucional e o afastamento da Presidenta Dilma em 31 de agosto de 2016 apresenta enormes desafios para essa geração e para as novas gerações que se identificarem como juventudes, e, em especial, para as juventudes do campo, das *águas* e das *florestas*.

Um balanço possível dos últimos 15 anos parte da leitura de que se tratou de uma experiência em que se viveu intensamente o debate, a organização e a formulação de mudanças necessárias no país para e com a juventude. E, como vimos, a juventude rural que a pouco menos de 20 anos se apresentava invisibilizada se fez presente nesse cenário, disputando seus sentidos. Atualmente, vivemos uma

forte articulação das organizações de juventude do “campo” e da “cidade”, diluindo fronteiras e aproximando repertórios de luta. Quem sabe esse é o novo cenário que poderá fazer a diferença na disputa dos rumos incertos que estão por vir.

Referências

- AGUIAR, Vilênia; STROPASOLAS, Valmir L. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Mulheres, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. **Questões de Sociologia**, Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- PINHEIRO, Diógenes et al. (orgs.). **Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças** Rio de Janeiro: Unirio, 2014.
- BRASIL. Decreto nº 8.736, de 3 de maio de 2016. Institui o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 04/05/2016, p. 2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8736.htm>. Acesso em: 8 maio 2017.
- _____. Estatuto da Juventude. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 – Estatuto da Juventude. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 6/8/2013, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 27 abr. 2017.
- BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria J.; CASTRO, Elisa G. (orgs.). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para Discussão nº 621)
- _____. O Campo das políticas públicas de juventude e o campo político da juventude: contribuições para a reflexão. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de (orgs.). **Juventude em pauta - políticas públicas no Brasil**. Vol. 1. São Paulo: Peirópolis, 2011. p. 281-306.
- _____. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria juventude rural**. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2013.
- _____. Iluminando fronteiras invisíveis: aproximações e distâncias entre ser jovem no campo e nas cidades no Brasil. In: PINHEIRO, D. et al. (orgs.). **Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças**. Rio de Janeiro: Unirio, 2016. p. 61-101. Disponível em: <<https://www.academia.edu/>>.
- CASTRO, Elisa Guaraná et al. **Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: Edur, 2009.
- CASTRO, Elisa Guaraná et al. A categoria juventude rural no Brasil: o processo de construção de um ator político. Contribuições para um estado da arte. In: ALVARADO, Sara Victoria; VOMMARO, Pablo A. (orgs.). **Jóvenes, cultura y política en América Latina: algunos trayectos de sus relaciones, experiencias y lecturas 1960-2000**. Vol. 1. Rosario: Homo Sapiens; Clacso, 2010. p. 55-87.
- CASTRO, João Paulo Macedo E. **UNESCO - Educando os jovens cidadãos e capturando redes de interesses: Uma pedagogia da democracia no Brasil**. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CHAMPAGNE, Patrick. Jeunes agriculteurs et vieux paysans: crise de la succession et apparition du “troisième âge”. In: **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 26-27. Paris: Minuit, mars – avril, 1979. p. 83-107.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio. Juventude Rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Orgs). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

FORACCHI, Marialice M. **A Juventude na Sociedade Moderna**. São Paulo: Edusp, 1972.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Livro das Juventudes Sul-americanas**. Rio de Janeiro: Ibase, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **II PNERA**. Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária. Brasília: Ipea, 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150618_relatorio_ii_pesquisa%20nacional.pdf>. Acesso em: XXXXX.

KHOURY, Yara Aun. No rastro de memórias silenciadas. **Projeto História**, São Paulo, n. 30, p. 407-414, jun. 2005. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/2279/1372>>. Acesso em: XXXXX.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia**. Org. Marialice Mencarini Foracchi. São Paulo: Ática, 1982. (Col. Os Grandes Cientistas Sociais)

_____. El Problema de Lãs Generaciones. **Reis**, Revista española de investigaciones sociológicas, Madrid, nº 62, p. 193-244, 1993.

MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton, (orgs.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. (Col. juventude. Série Estudos; n. 1). Disponível em: <http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/2708/Miolo_Juventude_rural_web.pdf>. Acesso em: XXXXX.

MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5/6, p.134-150, 1997. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/42959/mod_resource/content/1/Semin%20a%20Rio%20Mische.pdf>. Acesso em: XXXXX.

NOVAES, Regina. As juventudes e a luta por direitos. **Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, 5 de novembro de 2012**. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1285>>. Acesso em: XXXXX.

NOVAES, Regina Célia Reyes et al. (orgs.). **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude/Fundação Fredrich Ebert, 2006.

PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de (orgs.). **Juventude em Pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2011.

PINHEIRO, Diógenes et al. (orgs.). **Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças**. Rio de Janeiro: Unirio, 2016. At <https://www.academia.edu/>

PROJETO JUVENTUDE. São Paulo: Instituto Cidadania, 2004. Disponível em: <<https://registrojuventude.files.wordpress.com/2011/02/dicas-projeto-juventude-final-1.pdf>>. Acesso em: XXXX.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; BOTELHO, Rosana Ulhôa (orgs.). **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27571>. Acesso em: 8 maio 2017.

SILVA, Marcelo Saturnino da; MENEZES, Marilda Aparecida de. Homens que migram mulheres que ficam: o cotidiano das esposas, mães e namoradas dos migrantes sazonais do município de Tavares – PB. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Mulheres, 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

WELLER, Wivian. A hermenêutica como método empírico de investigação. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30., Caxambú, 2007. **Anais...** Caxambu: Anped, 2007. p. 1-16. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt17-3288-int.pdf>>. Acesso em : 8 maio 2017.

VIANNA, Hermano (org). **Galeras Cariocas**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1997.

Recebido em 22/09/2016

Aceito em 22/02/2017

**CONFIGURAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DOS
ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA:
o surgimento de novas gerações e a construção
de novos projetos de vida¹**

**CONTEMPORANEOUS CONFIGURATIONS OF AGRARIAN
REFORM RURAL SETTLEMENTS:
*the appearance of new generations and the construction
of new life projects***

Alexsandro Elias Arbarotti*

Rodrigo Constante Martins**

Resumo

O objetivo do presente artigo é analisar como ocorre o processo de sucessão e coexistência geracional nos assentamentos de reforma agrária por meio de um estudo de caso no maior assentamento do estado de São Paulo. As bases teórico-metodológicas da investigação trazem categorias de análises pouco usuais em estudos de assentamentos, articulando teorias sociológicas clássicas e contemporâneas, o que possibilita perceber por outro ângulo as metamorfoses que vêm ocorrendo nessas localidades. Partindo da comparação entre os projetos e objetivos de vida que motivaram a primeira geração a entrar na luta pela terra com os da segunda geração para permanecer no lote, foi possível interpretar que as frágeis políticas públicas e a precária assistência técnica levam os sujeitos da segunda geração a elaborar distintas estratégias de permanência, que compreendem a diversificação das atividades agrícola e não agrícola e a busca de novos mercados. No mesmo sentido, foi possível identificar uma mudança significativa no que se tinha como *ethos* camponês e do sujeito da reforma agrária, para uma nova forma de identidade da segunda geração, mais ligada à busca de renda e ao acesso ao consumo.

Palavras chave: Assentamentos. Geração. Questão Agrária. Identidades.

1 Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp (Processo nº 2012/16545-3).

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil. E-mail: arbarotti@gmail.com

** Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, Brasil. E-mail: constantemartins@gmail.com

Abstract

The objective of this paper is to analyze how the process of succession and generational coexistence occurs in the agrarian reform rural settlements by means of a case study in the biggest settlement in the state of São Paulo. The investigation theoretical and methodological framework brought to light some categories which are not commonly used in the settlements studies. These categories articulate classical and contemporary sociological theories and they have making possible to realize by another angle the metamorphoses that are taking place at these spaces. By comparing the life projects and the life objectives that motivated the first generation to join the land fight and the second generation to stay at the territory it was possible to understand that due to the fragile public policies and the precarious assistance the individuals of the second generation decided to look for different strategies to stay in the settlement. These strategies included the diversification of the rural and non-rural activities and the search for other forms of exchange the products. In this sense it has been possible to identify a significant modification between the farmer's *ethos* and the agrarian reform individual, and a new identity that led the second generation to be more linked to the income and to manners of having access to consumption.

Keywords: Settlements. Generation. Agrarian Subject. Identities.

Introdução

A utilização do conceito geração, baseado no pressuposto de que as gerações não se sucedem, mas convivem em um processo de sucessão e coexistência, é bastante fecundo para a sociologia em geral, e para o campo da sociologia rural em particular, pois traz à tona as mudanças, as dinâmicas, as tensões e as novidades que grupos e classes sociais elaboram em face das contingências da realidade cotidiana.

O objetivo deste artigo, portanto, é realizar um debate acerca das gerações em territórios rurais, demonstrando como esse processo social não configura uma superação factual de uma geração por outra, mas, sim, uma coexistência entre gerações, visto que as fronteiras que separam as gerações não podem ser claramente definidas. Considera-se, assim, que o processo geracional se configura de forma dinâmica e contínua no jogo entre preservação, esquecimento e inovação cultural e social. Com essa concepção, apreende-se o tempo que separa as gerações não como tempo cronológico, mas como um tempo qualitativo, aquele do vivido que constitui cada indivíduo. Portanto, no artigo, é pensada a convivência de diferentes gerações em um mesmo espaço e tempo, mas vivendo em eras subjetivas diversas e em relações sociais para além dos limites familiares, o que permitiu constatar conflitos, tensões, mudanças e permanências entre uma geração e outra. Esses elementos tornaram-se passíveis de apreensão a partir da análise das relações que as diferentes gerações estabeleceram com a terra – sabidamente um elemento essencial não apenas nas disputas, mas também nas identidades forjadas no cotidiano das comunidades rurais (MANNHEIM, 1993; FEIXA, LECCARDI, 2010; BORGES, MAGALHÃES, 2011).

Para alcançar a profundidade qualitativa requerida pelo tema, optou-se por desenvolver um estudo de caso no Assentamento Reunidas, localizado no município de Promissão. Outra questão que se somou à investigação foi o estatuto e a viabilidade

dos projetos de assentamentos para os descendentes da primeira geração de assentados. Nestes termos, ao investir na análise sobre a convivência geracional, o artigo discute as aproximações e distanciamentos entre os valores sociais da geração que lutou, conquistou lotes e, desde então, reordenou sua vida em função da posse da terra – aqui chamada de *primeira geração* – e aqueles dos filhos e filhas de assentados que permaneceram no assentamento e assumiram o processo produtivo – denominados de *segunda geração*. Com base nessas delimitações, foi possível identificar transformações nos valores morais da primeira geração, cuja ligação com a terra é sentimental, em relação à segunda geração, que vê a terra como um meio para o acesso à renda, sendo que os elementos que marcam suas identidades estão para além do território rural.

Para a exposição do estudo, o artigo está dividido em quatro seções. A primeira defini o local onde se deu a pesquisa empírica e os procedimentos metodológicos para sua realização, bem como as bases teóricas que guiaram as análises. A segunda traz a diferença entre o modo como a primeira geração dos assentados vivencia a relação com a terra, vista como formuladora de suas identidades por meio do trabalho e como segurança ontológica, enquanto a segunda geração identifica na terra um meio para adquirir renda. Essa discussão conduz o texto à sua terceira seção, que aprofunda a análise dos significados políticos e sociais da terra para os assentados: enquanto a primeira geração associa sua posse à autonomia e à liberdade diante de uma experiência pretérita em trabalhos urbanos e em terras de terceiros, a segunda geração compreende a posse da terra como meio para obter renda. Por fim, na quarta seção do artigo serão discutidas as implicações das diferentes modalidades de representação do acesso à terra e seus impactos nos projetos de vida e trabalho das famílias assentadas.

Universo empírico e bases teórico-metodológicas

A pesquisa, de caráter exploratório, que embasa este artigo foi realizada no Assentamento Reunidas, no município de Promissão – São Paulo. O assentamento tem grande importância histórica e política, pois fez parte do I Plano Nacional de Reforma Agrária de 1985, tendo seu direito de posse emitido em 1987. Trata-se do maior assentamento do estado, com área de 17 138,26 ha, dos quais 12 066,24 ha são destinados à produção e o restante perfaz áreas de preservação ambiental. O assentamento está dividido em 629 lotes com 19,3 ha em média, alocados em dez agrovilas. Essas agrovilas foram elaboradas de modo a facilitar a organização das famílias e a convivência. Assim, todas elas contam com uma igreja, um campo de futebol e um salão para reuniões e atividades da comunidade. Por restrição legal, não são permitidos, nesses locais, qualquer tipo de empreendimento comercial.

O estudo de caso em tela foi realizado na agrovila Campinas, constituída por 74 lotes. Segundo dados da Caderneta de Campo, da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo, referente à safra de 2010-2011, há uma grande variedade na produção agropecuária da agrovila, com destaque para a produção de leite e horticultura (quiabo e abobrinha). Os produtos provenientes da produção vegetal são divididos entre os intermediários, 44%, e o Programa de Aquisição de Alimentos

(Conab), 34%. Já a produção de leite é grande parte destinada a Cooperativas que intermediam a venda para grandes empresas de laticínios (INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2011).

A escolha desta agrovila se justifica em razão de a maior parte das famílias que a compõe ter sido organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), no período de luta pela terra, e pelo fato de a maioria das famílias ter passado pela experiência de viver em centros urbanos após longos processos migratórios e de expropriação. Esses elementos são particularmente importantes para este estudo, pois permitiram a análise de uma variada gama de experiências sociais e políticas dos sujeitos envolvidos no processo de luta pela terra, além de terem possibilitado ainda uma abordagem mais complexa da dimensão geracional na história de vida das famílias assentadas.

As bases teóricas que guiaram as análises aqui empreendidas articulam temas da tradição sociológica clássica remontados pelas diferentes vertentes da sociologia contemporânea. Esta iniciativa permitiu trazer para a pesquisa categorias analíticas pouco usuais em estudos de assentamentos, além de também possibilitar a discussão sobre as metamorfoses nos espaços rurais sob outro ângulo.

Quanto aos procedimentos metodológicos, para estabelecer o debate entre as gerações foram utilizadas entrevistas semiestruturadas realizadas com sujeitos (homens e mulheres) do que foi definido como primeira e segunda geração de assentados. Os depoimentos da primeira geração foram retirados do livro organizado por Simonetti (2011), onde a autora compila pesquisas realizadas desde o início da luta pela reforma agrária no Assentamento Reunidas. Já as entrevistas com a segunda geração foram feitas durante pesquisa de campo realizada em 2013, com filhos e filhas de assentados que estavam à frente do processo produtivo do lote.

As tensões geracionais: terra como trabalho *versus* terra como capital

A geração que fundou o Assentamento Reunidas em meados da década de 1980 trazia consigo uma leitura sociopolítica da questão agrária atrelada aos valores do *rural tradicional*, nos termos delineados por Brandenburg (2010). Neste rural tradicional está compreendida a polarização entre grande e pequena propriedade, sendo os valores dessa última decisivos na construção identitária dos fundadores do assentamento, muitos dos quais com importante militância no MST. Até os dias atuais, esses sujeitos trazem consigo as vivências do processo de reivindicação das terras da fazenda Reunidas, no município de Promissão. Seus sentimentos de ruralidade são marcados por experiências vividas por eles próprios ou por seus pais no campo, mas que, em razão do deslocamento forçado, aparecem agora somente como uma memória idílica guardada enquanto “tocavam” a vida nas periferias das cidades – realidade urbana que provoca grande sentimento de estranhamento, como se nota no depoimento dado por Dona Lúcia em 1999²:

2 Preferiu-se tomar como critério metodológico adotar nomes fictícios para dos entrevistados.

Eu cheguei na cidade, pra mim foi assim [...] uma transformação, eu ter que enfrentar tudo aquilo que não era da minha natureza, aquilo que eu nunca tinha visto antes na minha vida. Ônibus super lotado. Gente que num se conhece, um que desconfia do outro. Num ponto de ônibus ninguém olha de lado, um com medo do outro, desconfiado do outro. Se a criança adoce tem que levar no médico sozinha porque o marido está trabalhando de empregado e não pode ir junto. Aí tive que aprender a viver aquela vida dura e tão estranha (NABÃO, 2011, p. 77).

Partindo dessas palavras é possível notar que as motivações da primeira geração para retornar para a terra passa por um forte estranhamento da vida na cidade, em relação aos valores rurais tradicionais, uma vez que vivenciaram nos centros urbanos uma realidade cotidiana maçante e desenraizadora. Por isso, a oportunidade de romper com esse cotidiano da cidade e da fábrica surgiu para esses sujeitos como uma oportunidade de se colocarem em busca da volta a um modo de vida que sempre guardaram em sua memória e que está diretamente ligado à terra.

Essa memória, por sua vez, enxerga a terra não somente como local de trabalho, mas como extensão do próprio corpo, em uma ligação quase mística e divina. Essa interação dos sujeitos com a terra é entendida por Marx (1964) como resultado das experiências e valores culturais construídos por meio do trabalho, em uma contínua e teleológica transformação da natureza, por meio da qual os sujeitos se naturalizam e simultaneamente humanizam a natureza. Aspecto que se perde, segundo o autor, com o advento da sociedade capitalista e a alienação dos sujeitos da sua condição de ser genérico que tem a terra como corpo inorgânico, ou seja, a terra como prolongamento do próprio corpo e formuladora de suas identidades. Nas palavras de Bourdieu (1979), o desencantamento do mundo e o desenraizamento nas sociedades rurais se dão justamente dentro desse processo, a partir da aplicação de categorias estranhas à experiência do camponês, levando ao desaparecimento dos encantos e prestígios que levavam a atitudes de submissão e homenagem à natureza, e fazendo surgir a distinção entre o aspecto técnico e o aspecto ritual da atividade agrícola.

Nesse contexto, o retorno à terra dos sujeitos da primeira geração significava voltar a essa ligação ritual, pois a terra seria tomada como provedora de vida e não como uma saída econômica. Isso fica evidente no momento em que estes sujeitos da primeira geração remetem ao significado da terra, como Dona Clarisse, em depoimento de agosto de 1999, quando lhe perguntam o que era a terra para ela:

O que é a terra pra mim? Vou te dizer que a terra faz parte da minha natureza. Foi assim mesmo que eu respondi pro meu marido quando ele invocou de não querer vir (para o assentamento). Ele é da terra assim como eu, mas achou que nós não sabíamos mais viver na terra, que fazia muitos anos que vivíamos na cidade. [...] Foi aí que o marido invocou que eu estava doida, que ele num queria mais ir pra terra de jeito nenhum. [...] Então ele veio com aquela conversa de que nós não estávamos mais acostumados com a terra, que já fazia muitos anos que morava na cidade e que nós já não sabíamos viver na terra. [...] Assim como

é da natureza humana fazer filho, e num esquece como é que faz, também é da nossa natureza viver na terra! Como é que nós não vamos mais saber morar na terra se é da nossa natureza ser da terra? (NABÃO, 2011, p. 76).

A expressão “*é da nossa natureza ser da terra*” demonstra como a terra, para além de substrato geográfico, é vista como prolongamento do corpo e da própria vida e, por isso, o “ser” da terra, no sentido ontológico, expressa uma relação simbiótica e irreduzível para esses sujeitos. Tal como conclui Silva (2004) ao tratar das particularidades históricas que caracterizam os pobres do campo, esta relação varia de acordo com a ligação estreita que o grupo social mantém com a natureza, advindo daí várias culturas segundo a localização geográfica – tais como a cabocla, caipira, caiçara e gaúcha, dentre outras. A “itinerância” que caracteriza as trajetórias de parte dos membros dos grupos, por sua vez, não fez dos traços culturais simples resíduos nos projetos de vida destas famílias.

Por isso, o fato de esses sujeitos viverem na “itinerância”, na constante mudança e deslocamento, não fez com que a relação com a terra fosse esquecida, pois ela não é resultado de uma racionalidade ideal-abstrata, mas, sim, de ligação sentimental e transcendental formulada no ser desses sujeitos. E essa ligação é tamanha que, mesmo distante da terra por vários anos, não é esquecido o modo de lidar com ela, pois “*é da sua natureza*”, ou melhor, mais que *ser da natureza*, se “*é*” da terra, em uma verdadeira relação de pertença: “*Ele é da terra assim como eu*”. Essa frase é bastante reveladora no sentido de declarar que a própria existência é fruto da terra. E, além disso, revela a submissão, a homenagem, a reverência e a divinização da relação com a terra e a natureza, uma vez que não é a terra que é deles, mas eles é que são da terra (BOURDIEU, 1979). Assim, a transformação destes trabalhadores em seres parciais ocorre, desde a visão do próprio sujeito, a partir de sua separação da terra, experimentada como sofrimento subjetivo, como pode ser percebido na fala de Sr. Adelmo, em depoimento de abril de 1999.

O cara quando sai da terra perde um pouco da sua natureza, do seu jeito de ser. O cara fica desajeitado, em todo lugar ele se sente estranho, não encontra paradeiro, tá sempre querendo mudar de lugar, num se aquieta, parece que nada tá bom, que serviço nenhum dá certo. Em quase dez anos morando na cidade fui motorista, eletricitista e carpinteiro, nunca consegui nada na vida, sabe por quê? Nunca fiz nada disso por gosto, *mas por precisão*. Quando o cara trabalha por gosto a coisa é outra (NABÃO, 2011, p. 77, grifo nosso).

O depoimento demonstra que o trabalho fora dos parâmetros dados pela terra, mas orientado pelos ditames da aplicação técnica do capital nas cidades, nas fábricas e até no campo, em terra alheia, não são realizadores e por isso trabalha-se somente porque é preciso garantir a existência de alguma forma, “*por precisão*”. O trabalho aparece como algo que não pertence ao ser do trabalhador. O desconforto, o desenraizamento e o peso de desempenhar essas outras funções são claros no depoimento, uma vez que a afirmação demonstra que nessas relações fora da terra “*se*

perde um pouco da sua natureza, do seu jeito de ser". É desse processo de proletarização e de domínio que esses sujeitos buscam fugir, o que pode ser sintetizado na frase de Sr. Vicente: "Eu não trabalho para patrão! Não nasci para ser mandado por outro" (SIMONETTI, 2011, p. 53). Tomando esses pressupostos, Woortmann (1990) afirma que os valores ligados à terra, ao trabalho, à liberdade e a família vão compor o que se pode chamar de *ética camponesa*. Ética resgatada pelos sujeitos da luta pela terra como fundamento de *ser, estar e pensar* o mundo e a terra como local de trabalho que congrega e dá sentido a esses valores simbólicos. Em outros termos, a terra, para a primeira geração, compreende mais que o local de trabalho, mas a própria natureza, que é a expressão de uma moralidade (WOOORTMANN, 1990; SIMONETTI, 2011).

Não é possível afirmar que as falas e práticas da segunda geração contariam totalmente essa visão. Entretanto, existem dimensões subjetivas que demonstram uma mudança de concepção de trabalho na terra e o que se espera dela. É o que veremos na fala de Olivier, membro da segunda geração, filho mais novo de uma família que está no assentamento desde o início. Em sua trajetória no assentamento, ele nunca teve experiência de trabalho fora do lote. Aos 18 anos iniciou o curso superior de análise de sistemas, mas o abandonou para trabalhar no lote. Sua principal atividade atualmente é levar mercadorias do assentamento para a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo, o Ceasa³, em São José do Rio Preto, no interior do estado de São Paulo. Diz Oliver:

Para te falar a verdade é o seguinte: quando eu comecei com o CEASA eu vi que *dava um retorno bom*. Naquela época já dava um retornado até bom e já era duas vezes o salário que formado na minha área ganhava [do curso de análise de sistemas]. Ai eu parei [o curso] mais por causa disso, que dava um retorno bom. E até hoje o colega meu lá que formou está trabalhando na área, lá em São Paulo, só que ele ganha bem menos. E pra mim ficar no *sítio é outra vida né. Mais sossego, mais tranquilidade* (Pesquisa de campo, 2013, grifo nosso).

O depoimento de Oliver deixa bastante evidente a mudança das expectativas em relação à terra se comparada aos valores da primeira geração. Na fala, é possível perceber, em duas ocasiões, que a motivação para a permanência no lote está balizada pela possibilidade do bom retorno financeiro com a venda de produtos no Ceasa. E esse retorno está ligado à possibilidade de obtenção de uma boa renda e, conseqüentemente, de acesso aos bens de consumo. A isso se soma a possibilidade de sossego e tranquilidade que se pode ter com a vida *no sítio*. Destacamos a palavra *sítio*, pois ela aparece no lugar da palavra *terra*, o que demonstra o distanciamento de uma ligação mística e devocional muito presente nos sujeitos da primeira geração. Esse distanciamento da visão da terra como elemento constituinte da sua natureza aparece quando Oliver comenta sobre as técnicas de plantio que usa e sobre o empenho em implementar novas tecnologias ao processo produtivo.

3 Terceiro maior mercado atacadista do mundo e primeiro da América Latina, Ceasa de São Paulo foi criado em 1969.

Hoje em dia você tem que *pensar empresarial*, você tem que ter visão, você não pode ficar *retrocedendo que nem plantava há dez anos atrás*, quando não passava veneno. Hoje em dia não tem jeito, você tem que *por no custo* e entrar com o químico (Pesquisa de campo, 2013, grifo nosso).

Nitidamente, ao utilizar a expressão “*tem que pensar empresarial*”, Oliver se refere à aproximação com a lógica do capital de investimento. O mesmo ocorre com a expressão “*tem que por no custo*”, que remete ao cálculo racional presente nas modernas trocas do mercado capitalista. A busca, agora, é pelo lucro, a despeito da relação moral com a terra, o que põe em xeque os valores da simples reprodução da família e de uma forma de vida ligada à liberdade no trabalho. Essa busca por uma produção mais capitalizada e racional, bem como a nova visão da terra e de sua função social, é declarada quando o próprio Oliver se refere aos projetos que pretende desenvolver no lote.

Temos um projeto eu o Daniel[seu sócio e genro] de comprar maquinário para *arrendar terra*. Arrendar dos outros de 50 alqueires pra cima. Só que aí ia precisar de um *capital alto*, de uns 300 mil reais. A gente está vendo aí, analisando. Que é uma coisa boa arrendar também (Pesquisa de campo, 2013, grifo nosso).

Em sua fala aparece a palavra *capital*. Mas não se trata de qualquer capital, é um *capital alto*, pois o investimento no projeto de arrendamento demandará razoável extensão de terras para possibilitar o lucro condizente com as expectativas. Isso está em consonância com a discussão clássica promovida por Marx (1983), em sua crítica ao pensamento liberal, acerca da *renda fundiária*. Historicamente, foi o arrendamento que permitiu ao investimento capitalista suplantar os limites (ou barreiras) que a propriedade da terra poderia lhe impor. Nas palavras de Marx (1983, p. 230), a “propriedade fundiária só atua de modo absoluto como barreira à medida que condiciona o acesso ao solo em geral, enquanto campo de investimento de capital, ao pagamento de um tributo ao proprietário da terra”. Ou seja, a renda só é possível por conta da existência da propriedade privada da terra, que garante a uns o acesso a determinadas porções de solo em detrimento de outros. A necessidade de o capitalista acessar determinadas porções de terra, que normalmente não seriam acessadas e, por isso, consideradas, em hipótese, de menor qualidade, levaria à necessidade de os produtos agrícolas terem um valor superior ao seu preço de produção. Nestes termos, a renda da terra como relação social explicaria a aplicação de capital em terrenos tidos como menos férteis, desde que o preço de mercado do produto agrícola chegasse a níveis que permitissem o lucro tanto do capitalista – na forma de mais-valia – quanto do proprietário da terra – na forma de renda.

Partindo dessa reflexão, é possível compreender as várias dimensões que envolvem a iniciativa de arrendamento de terras na agrovila por Oliver. Primeiramente, é necessário supor que se existe a intenção de arrendamento é justamente porque os preços no mercado agrícola pretendido devem assegurar, pela experiência deste assentado, ganhos suficientes para garantir o pagamento

do arrendamento⁴. Em segundo lugar, este projeto empresarial também supõe, da parte do assentado, a frágil situação daqueles que, no interior da agrovila, teriam disposição de arrendar suas terras. Isso porque, no assentamento, não existe direito de propriedade da terra. A rigor, os assentados possuem o direito de uso produtivo de seus lotes – situação que, em essência, excluiria a opção do arrendamento para terceiros. Deste modo, projetar o arrendamento supõe tanto a fragilidade daquele que arrenda a terra de sua posse quanto a sublimação das causas sociais e políticas que os assentamentos rurais representam no país – e que, conforme já discutido, estão no cerne das identidades constituídas pela primeira geração de assentados.

Com esses elementos, é possível perceber a mudança de concepção que ocorre em relação ao modo como a segunda geração estabelece suas representações e seus projetos sobre a terra – tomada agora como capital –, isto é, uma relação de valor de troca na qual se objetiva produzir lucro. Neste contexto, é possível afirmar que a segunda geração está empreendendo um processo de reestruturação dos sistemas sociais, morais e éticos na localidade em relação à primeira geração, não resistindo à transformação da terra em monopólio do capital, submetendo-se ao trabalho assalariado e, no limite, abrindo mão do discurso político encampado pelo MST de condenação da propriedade privada da terra e cujo lema é “terra para quem nela trabalha!”.

É possível perceber a incorporação de novos elementos culturais, econômicos e sociais nas ambiguidades e desencontros dos projetos que ambas as gerações vislumbram. Entretanto, para que essas divergências apareçam de forma mais marcante, a próxima seção irá contrapor dois objetivos que são bastante caros para a primeira geração – autonomia e liberdade – aos novos valores dos sujeitos da segunda geração – garantias do dinheiro.

Autonomia e liberdade *versus* as garantias do dinheiro

No assentamento Reunidas, para a primeira geração de assentados, as noções de autonomia e liberdade estiveram estreitamente ligadas ao acesso à terra. A reforma agrária, portanto, significava um projeto de emancipação. Ou seja, a autonomia tem relação com a sensação de liberdade que o lote representa. E esta liberdade se opõe ao assalariamento externo ao lote, que reduz o significado do ter a *sua terra*. O trabalho assalariado, nesse sentido, não é visto com bons olhos, pois requer rotinas e obrigações determinadas por outrem, como podemos perceber nos depoimentos de Dona Telma e Sr. Zeca, respectivamente, ambos obtidos em maio de 1999:

Tá chovendo, fazendo frio, tem que ir, se perdê um dia num ganha os 30 k de arroz e num é do arroz bão não. [refere-se ao arroz que se ganha por não perder nenhum dia de serviço na colheita de laranja] Aqui hoje tá frio e eu não fiz nada,

4 Diferente do que colocou Marx aqui não será levado em consideração a qualidade do solo para a viabilização do arrendamento.

nem roupa eu lavei[referindo-se ao seu lote]. Nem tô aí! Deixa a roupa, amanhã eu lavo. Se você está trabalhando pra fora você tem que fazer seu serviço de qualquer jeito, com frio ou chuva, as vezes com dor, nossa, quanto que eu num trabalhei sentindo dor, até com febre. Nessa época eu sentia mesmo é falta de ter meu canto, pra eu pode fazer o que quiser na hora que eu quiser (NABÃO, 2011, p. 87).

A terra sendo da gente, a gente colhe e planta o que quer. Foi muito bom ter vindo pra cá, [refere-se ao assentamento], *apesar de tudo, das dificuldades*. Não tem como o *camarada trabalha pra ele mesmo*, o horário a gente que faz, a gente trabalha pra gente, com a cabeça mais leve, mais solta. Não é que nem antes que *nós ficávamos presos esperando o patrão chegar* para dar ordens. As vezes o patrão vinha só no Sábado ou Domingo, que ele era doutor em São Paulo, então eu ficava preso esperando, doido pra ir pescar ou conversar com os camarada na venda, mas não podia, tinha que esperar ele, e ele não avisava quando vinha não (NABÃO, 2011, p. 87, grifos nossos).

Nesses depoimentos reconhece-se que o trabalho na terra é duro e árduo, mas que é enfrentado de outro modo quando é realizado na própria terra. Por isso, os questionamentos sobre os horários e a rotina se referem ao trabalho em terra alheia. Estes assentados são conscientes de que o trabalho no campo requer um tempo próprio, definido por eles como o tempo da natureza. Razão pela qual é sabido que no tempo de plantio a jornada será estafante e que, no período da colheita, não há chuva ou frio que os faça abdicar do trabalho, pois o tempo da colheita é comandado pela natureza. Assim, como bem assinalam os depoimentos, quando o trabalho se realiza em terra própria estas dificuldades são subjetivamente ressignificadas. Isto é, não se tem a sensação de estar preso a outra pessoa, como indica a frase “*nós ficávamos presos esperando o patrão chegar*”. Enfim, reconhece-se que não há pessoa que experimente a liberdade plena, mas sabe-se que existe a possibilidade de não ser cativo de patrão quando se têm a terra como ancoradouro.

Toda a valorização desses elementos se deve, em grande medida, às experiências nas trajetórias desses sujeitos da primeira geração que os levaram a buscar, em seus cotidianos, o sentimento de autonomia e liberdade, em detrimento do sentimento de ser cativo, condição que muitos sujeitos experimentaram quando eram meeiros, arrendatários e parceiros em terras alheias (MARTINS, 1975; GARCIA JR., 1988). A terra lhes deu essa possibilidade. Já a segunda geração teve outras experiências e, por isso, não vê a terra com tamanha capacidade de “libertação” de suas vidas. Sendo essa uma nova relação, a terra não aparece nos discursos da segunda geração como provedora de autonomia e liberdade. É bem verdade que autonomia e liberdade não fazem parte do repertório gramatical da segunda geração, pois essas palavras foram substituídas pela busca de inserção no mercado e a possibilidade de conseguir maior renda. Oliver, ao explicar como funciona a sociedade com seu cunhado, dá pistas dessa mudança na definição sobre as possibilidades de vida a partir da terra.

Tudo que dá a gente divide no meio. Aí, por exemplo, o que dá no CEASA chega no final do mês nos divide o que sobrou aí incluí no CEASA o que eu coloquei no caminhão, o que sobrou de *dinheiro* nos divide. E lá no lote dele nos também é sócio, tudo que produz lá nos põe no caminhão. Então resumindo é assim, no final do mês o que sobra de *dinheiro* nos divide (...) eu produzo aqui e ele produz lá. O *dinheiro* é tudo do caixa, nos fala. Se ele precisar para o particular dele, ele marca no caderninho, “peguei tanto”. Aí no dia que falta ele tira do banco da conta dele e põe no caixa e marca mais lá. Esses dias eu não mandei *dinheiro* para ele, ele foi lá tirou, tinha que pagar funcionário, pagar as coisas e aí ele marcou mais. Mesma coisa aqui. Só que aqui eu estou com *dinheiro* que eu faço o CEASA, então já pago os funcionários e o que sobra eu deposito. Aí no final do mês nos faz um acerto (Pesquisa de campo, 2013, grifos nossos).

No depoimento, evidencia-se a mudança na concepção da função da terra nas relações sociais e nas redes de sociabilidade e, principalmente, em relação ao que se espera da terra. Isso é percebido na alteração da racionalidade na condução do processo produtivo dentro do lote e das atividades que vão além das de produção, que passam a estar mais voltadas para uma relação mais intensa com o mercado, visando maior rentabilidade financeira. Isto é, na segunda geração, emerge a mudança de concepção da terra como valor de uso para a terra como valor de troca, influenciada, principalmente, pela proximidade com o modo de produção capitalista. Trata-se de uma operação similar àquela interpretada por Taussig (2010) no impacto da introdução da racionalidade produtivista da economia capitalista em comunidades rurais da Colômbia e da Bolívia, que conservavam lógicas tradicionais de sociabilidade inseridas em uma economia pré-capitalista de subsistência, onde se preservava o valor de uso da terra: Como diz Taussig (2010, p. 187-88), “Apesar de a função de troca de qualquer artigo poder ser feita de maneira legítima em uma economia doméstica ou de subsistência, foi dessa função de troca que o ganho de dinheiro ou o capitalismo surgiu em detrimento da economia doméstica natural”.

Nesse sentido, é possível afirmar que o processo de mudança para a economia capitalista, baseada no valor de troca, tem sua base justamente na economia “doméstica natural”, onde as trocas eram realizadas por meio de produtos e alimentos que cada um produzia. No entanto, o que muda com a entrada da economia capitalista é que essas trocas passam a serem mediadas não mais por mercadorias, mas pelo dinheiro, aspecto igualmente observado por Bourdieu (1979) ao considerar que, na sociedade camponesa, ligada muito mais aos ciclos agrários,

[...] os produtos da agricultura, da criação de gado e do artesanato familiar permitem satisfazer pelo menos uma parte das necessidades sem ter que recorrer ao mercado. No mundo urbano, ao contrário, a universalização das trocas monetárias, correlativa do desaparecimento dos outros recursos, torna a obtenção de uma renda em dinheiro numa necessidade absoluta e universal (BOURDIEU, 1979, p. 54).

Tomando essa discussão como referência, é possível afirmar que houve um movimento de mudanças substantivas análogas na agrovila Campinas, no que diz respeito à aproximação dos sujeitos da segunda geração da racionalidade produtivista da economia capitalista, na qual a terra deixa de ser vista como viabilizadora de autonomia e liberdade e passa a ser vista como um local de investimento para se conseguir dinheiro e, conseqüentemente, acesso a bens de consumo. Nestes termos, é possível dizer, com Taussig (2010), que o dinheiro também atua no processo econômico da agrovila Campinas na perspectiva de *um meio de troca* e como *forma de capital*.

O dinheiro *como forma de capital* fica nítido, no depoimento de Oliver, que evoca a palavra *dinheiro* cinco vezes, sem contar as vezes em que a palavra fica subentendida, para explicar a sociedade que possui com seu cunhado. Isso demonstra que as relações passam a ser pautadas muito mais pelo dinheiro segundo uma perspectiva de capital de investimento. Outro assentado da segunda geração, Cláudio, que divide o lote da família com a irmã mais nova, pois seus pais estão aposentados, e que possui em sua trajetória experiências de trabalho na cidade, afirma, no mesmo sentido, que a terra só pode oferecer garantia de permanência se houver a possibilidade de investimento: “*Dá [garantias] se você tiver como investir, aí tem como você garantir, mas se você não tiver, tem mês que entra e tem mês que não entra [dinheiro] [...]*” (Pesquisa de campo, 2013). Essa fala indica que a terra deixa de ser percebida com uma visão mística e sentimental para ser vista com maior racionalidade, pois agora ela passa a ser um recurso que necessita de investimento para dar o retorno necessário para a sobrevivência. E esse retorno necessário significa a garantia de uma renda mensal que, no fundo, tem por objetivo ter dinheiro para usar *como um meio de troca*, ou seja, para ter acesso aos bens de consumo.

Como a possibilidade de os sujeitos da segunda geração terem dinheiro como capital para realizarem investimento não é uma realidade para a grande maioria, principalmente pela falta de orientação técnica e burocratização do financiamento público, muitos partem em busca do acesso ao dinheiro com trabalhos na cidade. Este é o caso do próprio Cláudio que, em razão das dificuldades de acesso a financiamento para investimento no lote, acabou por dividir seu tempo de trabalho entre o lote e a função de pedreiro na cidade de Promissão – fato que também o levou a arrendar parte do lote.

Nesse contexto, a resposta de Cláudio à pergunta sobre a grande evasão de jovens do assentamento em busca de empregos na cidade é marcante: “*Dinheiro! Você trabalhando lá na cidade registrado você sabe que todo mês você vai ter [dinheiro]. É pouco, mas tem*” (Pesquisa de campo, 2013). Essa afirmação é reveladora, mostrando claramente o contraste com a primeira geração, pois se a primeira tinha toda a segurança existencial pautada no trabalho na terra, para a segunda geração essa segurança existencial é posta na possibilidade de investimento e no trabalho na cidade, que garante mensalmente o acesso ao dinheiro.

É possível, assim, perceber que a segunda geração se distancia da temporalidade do trabalho de produção no campo, pois, diferente do trabalho assalariado, o trabalho na terra segue outro ciclo. Na verdade, a produção agrícola segue o ciclo da natureza, o que significa dizer que não haverá uma remuneração mensal pelo trabalho

desempenhado. Nesse sentido, estar ligado ao trabalho agrícola requer organização e planejamento, que historicamente os agricultores tradicionais realizavam e realizam, para reservar parte da remuneração do resultado da colheita para o investimento em um novo plantio e para a sobrevivência no período de crescimento e maturação da lavoura (CÂNDIDO, 2003; BRANDÃO, 1995). É o que coloca Martins (2006, p. 174), ao pontuar que “[...] a transformação da matéria prima em mercadoria (na agricultura) não é realizada exclusivamente pelo trabalho humano, mas sim através da combinação de seu exercício com o ritmo biológico das forças naturais”. Ou seja, os agricultores, bem como os assentados em geral, devem estar preparados para o tempo de não trabalho em sua propriedade, período em que o trabalho de transformação da mercadoria estará a cargo do ritmo biológico e dos fatores climáticos.

Todavia, esse apartamento em relação aos ritmos e lógicas da natureza pelos sujeitos da segunda geração não é um fato isolado, mas está inserido em um movimento da grande agricultura capitalista, iniciado em meados do século XX, que buscava desenvolver instrumentos tecnológicos com o objetivo de tentar relativizar essas “barreiras” naturais inerentes à produção das mercadorias agrícolas. Isso ocorreu, justamente, porque a agricultura, em virtude da sua natureza orgânica, a qual requer um tempo próprio, colocava-se como um empecilho e uma limitação para a articulação de um sistema de produção capitalista unificado com a indústria alimentícia. Assim, o movimento de relativização das “barreiras” naturais na agricultura surgiu com o propósito de aproximar ao máximo a prática agrícola da industrial, a fim de maximizar o controle sobre os processos naturais e, por consequência, aumentar a valorização do capital (GOODMAN, SORJ, WILKINSON, 1990; MARTINS, 2006).

Sem embargo, mesmo as “barreiras” naturais sendo insuperáveis, as tecnologias mecânicas, químicas e genéticas transformaram em muitos aspectos o modo de produzir. Mudanças, no entanto, que não foram democratizadas e permanecem restritas aos círculos das grandes empresas capitalistas do setor, dificultando o desenvolvimento do pequeno produtor que não tem acesso a grande parte dessas inovações.

Os sujeitos da agrovila Campinas e do Assentamento como um todo vivem essa realidade, pois, diante da dificuldade de acesso a tecnologias e inovações, ou seja, de investimentos de capital, são obrigados a buscar meios alternativos de produção e se inserem em faixas do mercado que não interessam ao grande capital. Entretanto, quando analisados os lotes, e não somente os sujeitos, é possível perceber que as estratégias de busca de renda (dinheiro) vão além da produção agrícola, principalmente com o assalariamento, como será visto no próximo tópico voltado para a relação do trabalho com o consumo.

Trabalho e identidade no consumo

O acesso à renda é um ponto fundamental no jogo de relações sociais para os sujeitos da segunda geração. Em particular, o consumo é uma prática marcante da identidade desses sujeitos, mas não somente no sentido de acúmulo de capital,

exclusivamente ligado à formação de riqueza, mas, sim, ligado aos objetos desejados por suas funções de distinção ou como marcadores de diferenças.

Um dos indicadores dessa reelaboração da identidade a partir do consumo surge na fala de Cláudio, quando esboça os motivos que o levaram a sair do lote para a sua primeira experiência de trabalho na cidade: “*Fui porque todo mundo estava indo, os jovens, todo mundo indo e você via que eles estavam indo e estava tendo as coisas deles*” (Pesquisa de campo, 2013). “*Tendo as coisas*” significa, nesse caso, a conquista de bens materiais pelos jovens que trabalhavam na cidade, sendo que os que trabalhavam no lote não conseguiam comprar. Essa é a justificativa de muitos ao apresentarem os motivos de terem saído do assentamento; a impossibilidade de adquirir bens de consumo.

A trajetória de um outro assentado da segunda geração, Junior, demonstra esses elementos, pois sempre trabalhou no lote com criação de gado de leite, porém não se identificava com esse trabalho e, por isso, resolveu abrir um salão de cabelereiro na cidade de Promissão, que a seu ver é simbolicamente mais atraente. Entretanto, Junior não abre mão de morar no lote, por se sentir mais tranquilo e seguro neste espaço social. Em sua fala, a seguir, pode-se perceber que sua ligação com o assentamento, como referência existencial, passa por um processo de transformação da própria imagem/identidade do camponês (WANDERLEY, 2009; CARNEIRO, 2012).

Que nem eu e meu irmão, o pessoal da cidade não acreditava que a gente era de roça, porque a gente realmente *trabalhava bastante* e a gente queria *se vestir bem*. Então a gente vinha para a cidade em festa e o pessoal às vezes não acreditava que a gente trabalhava na roça, e até hoje eles não acreditam (Trabalho de campo, 2013, grifo nosso).

O objetivo do trabalho, portanto, é desenhado com vistas a “*se vestir bem*”. Assim, uma dimensão importante da identidade destes sujeitos está relacionada ao consumo. Trata-se da evidenciação da fluidez de uma identidade que, embora forjada na condição de assentado, não se esgota na própria condição. Os sujeitos dessa segunda geração são permeados pelas motivações de agir que escapam à geografia do lote ou do próprio assentamento. É nestes termos, e buscando outras arenas de interação, que os jovens assentados elaboram estratégias de trabalho e geração de renda que possibilitem seu acesso aos mercados. Ainda que tais estratégias os leve a situações desafiadoras e incertas, uma vez que supõem uma rotina de árduo trabalho e, em alguns casos, ainda não garantirá a possibilidade de consumir todos os bens esperados. Conforme insiste Cláudio:

É difícil aqui, é difícil você ter as coisas aqui, fica [no assentamento] porque tem que gostar da terra mesmo. Porque você vê seu colega ali tendo um carro, tendo uma coisa e você vê que você não vai ter se você continuar aqui, a não ser que você tenha alguma coisa para investir. Se você não tiver, você sabe que você não vai ter o que ele tem. Você vai ter para comer ali, vestir uma roupinha ali, você não vai ter o bem material maior que você almeja (Pesquisa de campo, 2013).

O assalariamento, o apartamento em relação às lógicas da produção agrícola e a busca e valorização do dinheiro encontrados na segunda geração revelam a tensão com os projetos da primeira geração, que entrou na luta pela terra justamente para fugir da relação de trabalho assalariado, com uma visão mais íntima das lógicas da natureza e em busca de experimentar autonomia e liberdade. Nestes termos, os sujeitos da segunda geração estão mais próximos de outra concepção de liberdade, relacionada com a capacidade de adquirir renda em dinheiro, a despeito da falta de autonomia e da impessoalidade nas relações de trabalho. Esse elemento é importante para esses sujeitos que veem na impessoalidade do dinheiro e do trabalho também a quebra das hierarquias próprias das relações de parentesco no interior do lote. Estão, assim, em busca de uma outra forma de liberdade muito diferente daquela pretendida pelos assentados da primeira geração. Querem, neste caso, a liberdade que a impessoalidade do dinheiro pode oferecer, tal como sugere Simmel (1999). Isto é, querem a liberdade que o cálculo abstrato do dinheiro sugere à vida social, pondo em suspeição as amarras tradicionais do grupo social e da família sobre o trabalho individual e sua função no interior de um projeto coletivo.

Teresa, outra assentada de segunda geração, que tem em sua trajetória o acesso à formação acadêmica⁵ e que atua na administração pública do município de Promissão, argumenta que o assentamento não precisa ser pensado somente como política de inclusão social, mas também como local de desenvolvimento de pequenos empreendimentos. Sua fala se assemelha à de Oliver, mas vai além quando traz preocupações com o lucro do produtor individual:

Eu penso que a gente tem que dar continuidade porque a luta foi muito difícil para os nossos pais. Eu não queria ver isso aqui na mão de um latifúndio de novo, eu não sei como a gente qualificaria ou melhoraria, por isso que eu te falo que minhas ambições são maiores. Eu nunca vou ser prefeita da cidade, mas eu quero ver isso aqui como uma indústria de alimentos, eu quero ver os químicos, os engenheiros civis, os advogados trabalhando por essa indústria aqui dentro. [...] A gente precisa parar de olhar o assentamento só como uma questão social, porque é social, mas vejo também empreendedores, pequenos empreendedores (Pesquisa de campo, 2013).

A fala representa, no limite, uma nova forma de pensar o Assentamento. Existe, por parte de Teresa, e isso pode ser observado na fala de todos os sujeitos da segunda geração, o reconhecimento da árdua luta para a conquista da terra e, por isso, a necessidade de preservá-la. Mas a continuidade da luta representada pelo assentamento assume novas dimensões, conforme revela a preocupação com os potenciais de investimento e uma maior inserção no mercado, indicando uma visão para além da ligação mística e afetuosa com a terra. O desenho do Assentamento,

⁵ Teresa é graduada em economia pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), tem especialização em engenharia de produção pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), cursou cooperativismo na Espanha, e é mestre em desenvolvimento econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

feito por Teresa, vislumbra uma indústria de alimentos, o que significaria processar no local os próprios produtos produzidos no assentamento para, assim, serem vendidos com maior valor agregado. Esta noção de projeto evidencia o grande distanciamento das concepções de mundo e futuro desta segunda geração quando comparada à visão da terra como fato social total, tal como presente nos assentados da primeira geração. Esta ruptura simbólica fica ainda mais evidente quando Teresa considera as possibilidades de permanência no assentamento dos jovens que cursam o Ensino Superior.

A gente precisa de um empreendedor, alguém que olhe para isso aqui e veja um negócio. Alguém que diga, aqui dá um laticínio, um negócio de frutas, a gente precisa de alguém que consiga, eu não consigo ver isso assim. Eu até consigo ver, mas não consigo formatar e pensar esse projeto para poder trazer pessoas e montar esses negócios aqui dentro. Porque isso seguraria todos os jovens aqui, porque a gente iria precisar de químico, engenheiro, advogado, professor (Trabalho de campo, 2013).

A solução proposta por Teresa tem como pressuposto o direcionamento do Assentamento de forma mais intensa para o mercado, no sentido de um alto grau de capitalização e investimento. O que aparece de fundo nessa questão da elaboração de um projeto agroindustrial é a expectativa de que esse empreendimento traria maior retorno financeiro aos envolvidos, consequentemente atraindo a atenção dos jovens, em particular daqueles com formação superior. Sem embargo, tal preocupação é legítima para os assentados, pois, com exceção de Teresa, nenhum dos sujeitos da segunda geração que obteve formação universitária permaneceu na agrovila⁶. Assim, o desenho do Assentamento, proposto por Teresa, aponta para a capitalização por meio da industrialização e, por conseguinte, para o aumento das possibilidades de emprego dentro do próprio assentamento, permitindo, desse modo, a ampliação dos potenciais de consumo.

É nesse contexto de novas demandas sobre os repertórios de interação na localidade que, de acordo com Wanderley (2009, p. 121), podemos considerar que “[...] a profissão de agricultor sofre uma profunda transformação, o que constitui um dos maiores desafios, pois implica na reconstrução de sua própria identidade profissional”. Esta transformação marca a própria construção identitária do assentado da segunda geração – sobretudo se consideramos, conforme bem sugere Hall (2008), que a identidade também é uma construção discursiva estratégica em torno de fronteiras simbólicas. É justamente visando marcar a fronteira simbólica em relação aos fundadores do assentamento que Oliver, estrategicamente, sem abrir mão da identidade de assentado, ressalta a necessidade de o agricultor ter visão empresarial e capacidade de lidar com tarefas que vão desde o trato com o gado, a ordenha das vacas, a plantação e colheita dos alimentos, até a contabilidade, contratos de

6 Na agrovila, por ser um espaço menor dentro da realidade social do assentamento, foi possível verificar esse fato. Não é possível afirmar se corresponde à realidade de todo o assentamento.

financiamento para investimentos e visão de mercado. Esta nova performatividade do agricultor, lançada como efeito de fronteira geracional no discurso dos próprios assentados, sugere-nos a pertinência de considerar a irredutibilidade do conceito de identidade também no debate sobre reforma agrária. O que o assentado é, seus deslocamentos e seus projetos, estão, mesmo em situações de convivência entre gerações, em permanente composição.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi analisar a coexistência geracional nos assentamentos de reforma agrária por meio de um estudo de caso no assentamento Reunidas. Com tal propósito, buscou-se identificar as mudanças nas representações do trabalho e nos projetos de vida das duas gerações que vivem no assentamento. Nestes termos, foi possível realizar uma análise sobre as *novas identidades* que vêm sendo produzidas no interior dos assentamentos.

No estudo de caso da agrovila Campinas, foi possível identificar que todos os esforços de permanência da segunda geração de assentados aparecem conectados a uma forte ligação com o Assentamento. Todavia, tal ligação assume forma ressignificada quando comparada aos valores, objetivos e projetos da primeira geração. Tomando a terra como ponto de referência, foi possível delinear essas metamorfoses e ressignificações. A terra, nas representações da primeira geração, apareceu como objeto de veneração, dedicação e prolongamento do próprio corpo, em um sentido ontológico e simbiótico. Ou seja, envolvendo uma *ética camponesa*, resgatada pelos sujeitos da primeira geração, em suas memórias, como fundamento de *ser, estar e pensar* o mundo e a terra como local de trabalho.

As falas e práticas da segunda geração indicaram, por sua vez, a ressignificação dessa visão idílica da terra em proveito de uma visão mais pragmática, utilitarista e mercadológica. Isso ficou claro quando, em algumas respostas, nota-se a recorrência do “*pensar empresarial*” em relação às perguntas sobre a função da terra e a produção. Nestes termos, é possível concluir que a terra é submetida à lógica racional do mercado visando o lucro, deixando de ser vista como local de trabalho para passar a ser vista como base para o capital que deve ser investido no intuito de conseguir, nas palavras de muitos entrevistados, “*boa renda*”.

Essa boa renda revela outro elemento importante na mudança da força do sentido simbólico do trabalho no campo para a segunda geração, pois a terra, antes vista como fonte de autonomia e liberdade (*valor de uso*) pela primeira geração, agora, na segunda geração, é encarada como mercadoria e meio de conseguir dinheiro (*valor de troca*). Assim, a autonomia e a liberdade foram substituídas pela visão das garantias do dinheiro que pode proporcionar o acesso aos bens de consumo. É notória, na fala dos sujeitos, as inúmeras vezes em que a palavra *dinheiro* aparece, seja no sentido de capital para investimento, seja em forma de retorno da produção (lucro).

Por fim, cumpre ainda observar que as novas gerações estão buscando elaborar novas trilhas para a história do assentamento, a partir de novas

formas de trabalho rural, seja na elaboração de atividades não rurais dentro do assentamento, na busca de trabalhos não agrícolas nas cidades, sem deixar a localidade do assentamento, seja na busca de novos mercados e, principalmente, na transformação dos modos de vida e sociabilidade. É importante frisar, contudo, que todas essas estratégias, arranjos e experiências não devem ser submetidos aos esquemas analíticos binários, a partir dos quais se identificaria rupturas formais que não se verificam no cotidiano dos assentados. A rigor, estes processos revelam a complexidade da convivência geracional, mediada pela história local. No caso em questão, verificou-se a busca dos sujeitos em viabilizar a vida dentro do assentamento, do lote e de sua própria família, com o emprego de estratégias muitas vezes elaboradas de forma inventiva, criativa e à custa, em alguns casos, de significativo sofrimento subjetivo. No limite, é a luta pela vida de pessoas que elaboram estratégias para explorar as inconsistências e/ou incoerências dos sistemas sociais e políticos, para encontrar frestas nas quais consigam viver com autonomia no campo.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- BORGES, Carolina Campos; MAGALHÃES, Andrea Seixas. Laços intergeracionais no contexto contemporâneo. **Estudos de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 171-177, maio-ago. 2011.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A partilha da vida**. São Paulo: Cabral, 1995.
- BRANDEMBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente e sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 417-428, 2010.
- CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do rio bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 10. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2003.
- FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 185-204, maio-ago. 2010.
- GARCIA JR., Afrânio. Libertos e sujeitos: sobre a transição para trabalhadores livres do nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 5-41, jun. 1988.
- GOODMAN, David; SORJ, Bernard; WILKISON, Jhon. **Da lavoura às biotecnologias**: agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- HALL, Stuart. **Identités et cultures**: politiques des "cultural studies". Paris: Amsterdam, 2008.
- INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - ITESP. **Caderneta de campo 2010/2011**. São Paulo: Itesp, 2011.
- MANNHEIM, Karl. El problema de las generaciones. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas - REIS**, n. 62, p. 145-168, 1993.
- MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1964.
- _____. **O capital**: crítica da economia política (livro III). São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 123-172.
- MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MARTINS, Rodrigo Constante. Modernização e relações de trabalho na agricultura Brasileira. **Revista Agrária**, São Paulo, n 4, p. 165-184, 2006.
- NABÃO, Maria Teresa Papa. Lembranças que tecem diferentes fios de uma mesma história. In:

-
- SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção (org.). **Assentamentos rurais e cidadania**: a construção de novos espaços de Vida. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 7-188.
- SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção. Os sentidos do trabalho para as famílias dos assentamentos rurais. In: SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção (org.). **Assentamentos rurais e cidadania**: a construção de novos espaços de Vida. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 53-66.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra**: experiência e memória. São Paulo: Unesp, 2004.
- SIMMEL, Georg. **Philosophie de l'argent**. Paris: PUF, 1999.
- TAUSSIG, Michel. **O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul**. São Paulo: Edunesp, 2010.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.
- WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico** 87. Brasília: UnB, 1990. p. 11- 73.

Recebido em 29/07/2016

Aceito em 07/11/2016

**ALÉM DA TERRA, O DIREITO AO PASSADO:
notas sobre o ensino de história no MST**

***BEYOND THE LAND, THE RIGHT TO THE PAST:
notes on history teaching within MST***

Fernando Perli*

Resumo

Este artigo propõe analisar o ensino de história na formação de quadros políticos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A referência temporal é a década de 1990, período marcado por debates que possibilitaram a elaboração de propostas educacionais do movimento social. O acesso à educação e comunicação amparadas na construção de práticas cooperativistas fortaleceu o Setor de Educação do Movimento. A produção de *Cadernos de Formação e de Educação*, como resultado da atuação de entidades de apoio ao movimento social, sugere entender a condição do ensino de história enquanto instrumento de formação política e a função do passado na organização dos trabalhadores rurais sem-terra.

Palavras-chave: Ensino de história. Leituras do passado. Movimento social. Formação política.

Abstract

This article intends to analyze the teaching of history as part of the education of political cadres within the Landless Workers' Movement (MST). The time reference is the 1990s, years marked by debates that allowed the social movement to develop educational proposals. The access to education and communication based on the construction of cooperative practices has strengthened MST's Education Sector. The production of *Cadernos de Formação e de Educação*, as a result of the performance of the social movement's supporting organizations, suggests that one should understand history teaching conditions as a tool for political education as well as the meaning of the past to the organization of rural landless workers.

Keywords: History teaching. Readings on the past. Social movement. Political education.

* Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professor Adjunto da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Brasil. E-mail: fernandoperli@ufgd.edu.br

Introdução

O presente artigo analisa impressos de formação política e educação popular produzidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e por entidades de apoio à luta pela reforma agrária. As fontes são constituídas pelos *Cadernos de Formação* e *Cadernos de Educação* direcionados para a militância política, num período em que as reivindicações por escolas em acampamentos e assentamentos colocaram em cena novas bandeiras políticas do MST. Como objetivo específico, propõe-se entender as articulações do movimento social em defesa de demandas educacionais que resultaram em propostas de ensino de história voltadas para a formação política dos sem-terra. Embora o recorte temporal de análise seja a década de 1990, recorre-se aos anos 1980 para compreender as procedências de materiais informativos e como leituras e usos do passado passaram a configurar a organização do movimento social.

A produção da história na organização de movimentos sociais é de longa data motivo de debates entre historiadores politicamente engajados. Um tanto polêmico, o assunto colocou em questão as implicações e os limites entre o objeto de estudo do pesquisador e a militância política, o lugar da história na organização de atores coletivos, a elaboração de leituras do passado por grupos sociais em defesa de projetos políticos, a utilidade política dos materiais didáticos, o que se deve ensinar sobre o passado para novas gerações e a postura do professor de história diante de temáticas que suscitam a ideologização do ensino.

As pesquisas em ensino de história correlacionadas à historiografia social ocupam pouco espaço e vislumbram muito trabalho no campo acadêmico, ainda que tenham perspectivas de variadas abordagens desde a vulnerabilidade do ensino às mobilizações de grupos sociais, a luta estabelecida entre diferentes grupos para escrever e difundir leituras do passado que os legitimam e os usos da história na formação de quadros políticos de movimentos sociais.

Destas questões levantadas, a que interessa neste artigo é a construção de leituras do passado sistematizadas em propostas de ensino do MST, que apontaram a função da história na formação política da militância sem-terra. Apesar das limitações, o texto sugere que as propostas de ensino de história do movimento social resultaram de diversas ações voltadas para a preservação e o uso da memória na organização dos trabalhadores rurais sem-terra.

Consciência organizativa e leituras do passado

O processo de formação do MST, na década de 1980, foi marcado pela solidariedade entre inúmeros grupos políticos, sociais, religiosos e econômicos que prestaram assessorias diversas, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Pastoral Universitária (PU), o Movimento de Justiça e dos Direitos Humanos (MJDH) e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic).

Na fundação do MST, em 1984, foram estabelecidos princípios de que a direção do movimento social era prerrogativa de seus militantes e aos agentes pastorais e simpatizantes caberia a função de assessoria. A partidarização e a sindicalização rural de quadros políticos, embora muito dinâmica diante das peculiaridades regionais, teve um alinhamento com o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Além disso, organizações não governamentais (ONGs) passaram a prestar assessorias em educação sindical e popular, caso do Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (Cepis), e na produção de materiais impressos, que contou alguns anos com o apoio do Centro de Assessoria Multiprofissional (Camp).

Diante da visibilidade política alcançada pelo MST, o apoio financeiro de agências internacionais a entidades civis e ONGs possibilitaram o desenvolvimento de projetos de educação popular e assessoria ao movimento social por meio da produção e distribuição de materiais didáticos e informativos e a aplicação de cursos de capacitação. Como exemplo, pode-se citar o importante papel do Camp na produção de impressos para a educação de movimentos populares e, mais especificamente, para a organização dos trabalhadores rurais sem-terra, com a publicação do *Boletim* e do *Jornal Sem Terra* na década de 1980. O Camp agregou forças ao seu trabalho através de agências financiadoras internacionais.

Em 1986, foi criada a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca), entidade jurídica com sede em São Paulo, capital, para receber doações de organizações nacionais e internacionais, firmar parcerias educacionais e de formação política com universidades públicas e privadas, fazer convênios com prefeituras e governos estaduais, celebrar contratos de programas de créditos federais, assumir a administração financeira de materiais de divulgação e de educação de movimentos populares. A Anca tinha como fundamentos estatutários a democratização da comunicação e a realização de cursos para militantes de movimentos sociais rurais, como o MST, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e grupos de pescadores.

A entidade desenvolveu projetos educativos com o apoio de organizações religiosas da Europa e América do Norte, vinculadas às Igrejas Luterana e Católica. Outras entidades de cooperação, como a Fundação Ford dos Estados Unidos e o Instituto Rosa Luxemburg Stiftung (IRLS) da Alemanha, davam os primeiros passos para firmar parcerias de educação popular e social com a Anca. Além da cooperação internacional, recursos próprios e de entidades solidárias brasileiras mantiveram a produção e distribuição de materiais, livros e cartilhas direcionados para a organização de movimentos populares.

A organização do MST, no decorrer da década de 1980, caminhou para a definição de setores de atuação, como os de Comunicação, Formação e Educação. O Setor de Comunicação foi definido por entidades de apoio, partindo de um sentido externo de solidariedade aos sem-terra para a elaboração de meios de comunicação que representaram a direção nacional do MST. O Setor de Formação foi configurado diante de uma demanda para o assessoramento de quadros através de agentes de apoio e lideranças sem-terra que viram na política de capacitação um importante

instrumento de manutenção e consolidação do movimento social. Por sua vez, o Setor de Educação pode ser entendido como uma estrutura produzida além dos interesses de conquista da terra, originado da mobilização para manter as crianças nas escolas e lutar contra o analfabetismo, seja em acampamentos ou assentamentos.

Preocupados com a educação dos seus filhos, os trabalhadores rurais sem-terra do Rio Grande do Sul produziram uma luta política e pedagógica pelo direcionamento do processo educativo (CALDART, 1997, p. 63). Com a conquista de escolas para vários assentamentos, em meio às contradições da oficialização de instituições formais em ambientes de suposta ilegalidade e de conflito social – como era o caso de acampamentos –, iniciou-se a reivindicação por professores com formação especial para educar crianças sem-terra.

Uma educação diferente, baseada nas propostas dos pais de que a escola deveria servir para o avanço da luta, não podendo haver separação entre o que acontecia nos assentamentos com o que deveria ser ensinado nas salas de aula, exigiu “*uma nova formação para um professor novo*” (DER/FUNDEP, 1990, p. 17, grifo nosso). A necessidade de titulação dos professores aprofundou a discussão sobre a formação política, envolvendo os educadores num projeto ambicioso. Além das reivindicações pela terra, que marcaram as origens do MST, demandas como a formação de professores para atuação em escolas de acampamentos e assentamentos foram permeadas por um amplo debate que envolveu educadores populares na elaboração de propostas pedagógicas.

A conquista de espaço do Setor de Educação na organicidade do MST agregou educadores de acampamentos e assentamentos, lideranças sem-terra e professores universitários, com o objetivo de discutir, planejar e publicar materiais para a capacitação. Formado em 1987, com o objetivo de aprofundar conhecimentos sobre educação e desenvolver um projeto educativo do MST, o *Coletivo Nacional de Educação* promoveu encontros na Anca, cujo trabalho de assessoramento oferecia espaço para reuniões e recursos para a publicação dos materiais de educação.

O apego à terra como modo de vida, marca daqueles que passaram a participar do movimento social, forjou identidades entre simpatizantes e militantes por meio de afinidades encontradas em trajetórias sociais e memórias de trabalhadores rurais. As ações dos sem-terra, historicamente, confundiram-se com reuniões (COMERFORD, 1999, p. 47). O planejamento do MST em diferentes instâncias da organização, desde as bases até a direção nacional, foram feitos a partir de reuniões que reforçaram a identidade de luta pela terra entre os participantes mediante falas recorrentes à história para a construção de ações políticas. Nos encontros que pautaram as organizações de acampamentos e assentamentos, com frequência, decisões foram tomadas em meio à socialização de experiências dos agricultores de suas práticas de sobrevivência e luta social pela terra, o que possibilitou o fortalecimento de laços sociais através das falas que desvendam leituras do passado e a identidade sem-terra.

Como parte da construção da identidade, as falas e sensibilidades que remeteram sujeitos ao passado constituíram o cotidiano da luta pela terra. A identidade sem-terra tornou-se suporte social para as ações políticas, sendo forjada pela capacidade de organização e nas mobilizações do MST. A unidade da luta,

entendida como sustentação do movimento social, ao produzir uma consciência organizativa, evidenciou uma concepção de valorização do coletivo que silenciou posições individuais ou divergentes perante a opinião pública. Na história, o erro da fragmentação de movimentos sociais de luta pela terra foi identificado a partir do aprendizado das experiências anteriores numa estreita relação entre consciência organizativa e leituras do passado em cursos de formação promovidos pelo MST. A valorização da experiência histórica contribuiu para manter e alcançar resultados. Por meio dela foram desnudadas lições para evitar fracassos de movimentos sociais de luta pela terra, como a dependência em relação a um único líder ou partido político (CHAVES, 2000, p. 16).

Nesse sentido, a construção de uma consciência organizativa no MST esteve atrelada à configuração de leituras do passado, o que merece considerar o lugar ocupado pelo conhecimento histórico na formação de quadros políticos do movimento social. As relações entre um amplo conceito de consciência histórica, aqui entendido como interpretações que os sujeitos fazem das experiências do tempo que orientam suas práticas sociais (RÜSEN, 2001, p. 58-59), e a configuração de um conceito de consciência organizativa são percebidas em meios de comunicação produzidos ou apropriados pelo MST. Em materiais didáticos e documentos que lançaram propostas pedagógicas do movimento social, narrativas foram elaboradas e delinearão formas, leituras e funções do passado na organização dos trabalhadores rurais sem-terra. Foi o que apontou o *Caderno de Educação* nº 8, intitulado *Princípios da Educação do MST*, sistematizado por Roseli Salette Caldart, pedagoga e militante do Setor de Educação do MST, e publicado, em 1996, pelo Coletivo Nacional de Educação, ao tratar do “vínculo orgânico entre educação e cultura” e a função da história daí depreendida:

Aprendemos com a história, que as lutas culturais são parte dos processos de transformação social. [...] Nossas escolas, nossos cursos de formação, precisam ser espaços privilegiados para a vivência e a produção da cultura. Seja através da comunicação, da arte, do estudo da própria história do grupo, da festa, do convívio comunitário como antídoto ao individualismo que é valor absoluto do capitalismo. [...] O que não podemos perder de vista é o objetivo maior de tudo isso, e que diz respeito não a um simples resgatar da chamada cultura popular, mas principalmente ao produzir uma nova cultura; uma cultura da mudança que tem o passado como referência, o presente como vivência que ao mesmo tempo em que pode ser plena em si mesma, é também antecipação do futuro, nosso projeto utópico, nosso horizonte (CADERNO DE EDUCAÇÃO, 1996, p. 19).

A construção de uma consciência organizativa imbricada na consciência histórica produziu uma condição de pertença e de identidade dos trabalhadores rurais sem-terra, retratada pela dedicação ou silenciamento ao ensino de história em propostas educacionais e de capacitação de quadros. Na organização do MST, a configuração de um saber histórico se confundiu com a produção de instrumentos políticos. Pensar, escrever e compartilhar o passado entre um maior número de militantes permeou a organização do movimento social, não restringindo o estudo da história ao ambiente da sala de aula.

O aprendizado histórico passou a ser entendido como uma ferramenta de socialização das estratégias políticas do grupo social, dando ao passado uma função de legitimação da luta pela reforma agrária. Como exemplo, vale lembrar a recorrente periodização da História adotada pelo MST, em cursos de capacitação, para dar suporte à unidade da luta. As “lutas messiânicas”, as “lutas radicais localizadas” e os “movimentos de camponeses organizados” constituíram uma estrutura de interpretação do passado que serviu de referência para muitos materiais didáticos e de formação política (GÖRGEN, STÉDILE, 1993). A “história do latifúndio”, de uma perspectiva de colonização e de manutenção de privilégios da classe proprietária de terras, cuja base é a escravidão, explica uma desigualdade social no Brasil que se acentuou com a concentração do capital e justifica a organização, ao longo dos séculos, de movimentos sociais de luta pela terra, como dos negros e dos índios, o messianismo, o cangaço e as ligas camponesas, que servem de lições históricas para o MST (CADERNO DE FORMAÇÃO, 1986).

Deve-se convir que as experiências de luta teceram representações de passado que reforçaram relações solidárias entre os trabalhadores rurais sem-terra. Iniciado com as ações de entidades de apoio ao MST, o passado da organização camponesa foi sistematizado através do reconhecimento da história do movimento social pela historiografia, da produção de materiais impressos que difundiram leituras do passado na militância, das práticas de ensino em escolas de acampamentos e assentamentos, e da elaboração de propostas pedagógicas e curriculares de história.

Na fase inicial de organização do MST, a preocupação com as leituras do passado de mobilização dos sem-terra e a preservação da memória das ações coletivas se restringia a um campo de prática da oralidade na organização política, a temáticas abordadas em *Cadernos de Formação* e a recortes na seção “Memória” do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, periódico oficializado como portavoz da direção nacional do MST. Além disso, as poucas ações estavam presentes em trechos de materiais de informação sobre a importância da compreensão histórica para a formação da militância e uma breve preocupação em armazenar impressos que, no decorrer na década de 1980, não encontraram um lugar fixo e estruturado em entidades de apoio para serem devidamente armazenados e postos à disposição para pesquisa.

Diante do crescente interesse de pesquisadores pelo MST, grande parte dos impressos passou ser disponibilizada na Anca. Em convênio firmado em 1999 e finalizado em 2009, entre a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) e o MST, os materiais impressos foram guardados e digitalizados no Centro de Documentação e Memória (Cedem/Unesp). O acervo do MST no Cedem foi organizado a partir dos trabalhos de campo feitos pelo geógrafo Bernardo Mançano Fernandes (Unesp/Presidente Prudente) na década de 1990. Nos últimos anos, tornou-se possível acessar o acervo pelo site do Cedem/Unesp.

Dentre as principais formas de apoio recebidas pelo MST, tornaram-se visíveis os trabalhos de educação popular e de comunicação, amparados pela variada produção de materiais didáticos e de meios de comunicação. Nessa gama de materiais impressos se destacaram as publicações dos *Cadernos de Formação* que tinham por objetivo contribuir para a capacitação de quadros políticos.

Para a formação de quadros naqueles anos, chama atenção a publicação do *Caderno de Formação* nº 11, *Elementos sobre a teoria da organização no campo*, escrito pelo professor Clodomir Santos de Moraes. Um dos dirigentes das Ligas Camponesas nos anos de 1960, ex-deputado federal que teve seus direitos cassados e foi exilado pela ditadura civil-militar, Moraes carregava em seu currículo uma vasta bibliografia produzida nos círculos acadêmicos e pelos resultados de experiências do que convencionou chamar de “Laboratório Organizacional de Campo”.

Através da Organização Internacional do Trabalho (OIT/ONU), que prestava assessoria para o desenvolvimento de cooperativas agrícolas em países como Chile, Honduras, Costa Rica, México e Nicarágua, o professor elaborou o texto “Teoria de la organizacion”, editado em vários países da América Latina antes de ser publicado no Brasil, em 1986, na forma de caderno do MST. O material formativo teve como propósito divulgar um método de organização de assentamentos agrícolas a partir de experiências latino-americanas, para definir uma linha política do MST, estimulando a organização de cooperativas agrícolas para resolver problemas sociais e econômicos de assentamentos rurais (CADERNO DE FORMAÇÃO, 1986, p. 1).

Moraes defendeu a criação do “Laboratório Experimental”, um método que incitaria a construção da teoria a partir das experiências práticas dos assentados, desmerecendo ideários utópicos de complexa assimilação para os sem-terra, buscando introduzir no grupo social a consciência organizativa para o avanço das lutas do MST. Apesar de ser apresentado com uma linguagem pouco utilitária e ser muito criticado nas bases do movimento social, o método laboratorista lançou no MST o debate sobre estratégias de formação política mediante uma educação direcionada pela prática da militância que, ao passar por um processo de reflexão, propunha teorias para alimentar ações políticas.

Quando foram lançados os primeiros *Cadernos de Formação* para cursos de capacitação política dos trabalhadores rurais sem-terra, a questão de gênero ocupou um lugar nos debates. Além da cartilha nº 2 tratar da importância de as mulheres se organizarem na luta pela terra, o MST fez leituras do passado para orientar a atuação política das mulheres em acampamentos e assentamentos.

Os Cadernos analisaram diferentes níveis de organização das mulheres no movimento social em suas relações com a história. As principais orientações foram direcionadas para a organização de espaços mais restritos da luta, como fazer convites, preparar encontros com antecedência, “providenciar água no local de encontro”, realizar a divisão de tarefas, preparar ciranda infantil, criar momentos de descontração e dinâmicas para envolver as mulheres que participavam dos encontros (CADERNO DE FORMAÇÃO, 1986, p. 2). O que se percebeu, num primeiro momento de organização das mulheres no MST, foram ações que caracterizaram relações de poder muito próximas daquelas que praticadas no cotidiano da organização doméstica.

Após várias mobilizações que ampliaram a luta das mulheres no MST, no final da década de 1980, foi produzido o *Caderno de Formação* nº 15, intitulado “A mulher nas diferentes sociedades”. Nele, é possível identificar uma rica interpretação e uma narrativa com base na luta de classes que o movimento social fez da história. O material apresentou, de maneira mais consistente, leituras do passado do MST sobre a luta das mulheres e as perspectivas de organização no movimento pela reforma agrária.

O *Caderno de Formação* apresentou a história a partir da perspectiva dos modos de produção, inserindo as mulheres nas sociedades primitiva, escravista, feudal, capitalista e numa nova sociedade. Como se vê, a leitura do passado era baseada nos modos de produção. Neles, foi possível entender que a mulher sempre ocupou um lugar nas sociedades, desde os tempos primitivos, numa condição secundária (CADERNO DE FORMAÇÃO, 1989, p. 2-12).

As leituras de passado do MST sobre as mulheres a partir dos *Cadernos de Formação* produzidos na década de 1980 ganharam novas dimensões com a organização do Coletivo Nacional de Mulheres do MST, que publicou, na década de 1990, cartilhas sobre a questão de gênero. A partir do Encontro Nacional das Mulheres Militantes do MST, a “dominação de gênero” foi tratada historicamente e definiram-se produções de cartilhas para tratar das temáticas e de textos que divulgassem experiências e estudos através do *Jornal Sem Terra*. Na cartilha “Compreender e construir novas relações de gênero”, publicada no final da década de 1990, textos de militantes trataram das lutas de gênero, classe, educação, trabalho e cidadania sob as mais variadas perspectivas históricas (CARTILHA, 1998).

Como se vê, as novas demandas geradas pelo crescimento do MST evidenciaram a superação de reivindicações que focavam apenas a conquista da terra. O aumento de assentamentos conquistados, as implicações de suas formas de organização, o processo de internacionalização de movimentos camponeses para fazer frente às forças políticas e econômicas neoliberais ganhou visibilidade, e produziram novos efeitos de solidariedade e identidades nos movimentos sociais (BOURDIEU, 1998).

Os setores de Comunicação, Formação e Educação consolidaram projetos por meio da manutenção de informativos que difundiram a “pedagogia sem terra” forjada na luta como o modo pelo qual o MST “historicamente vem formando o sujeito social”, sendo o princípio desta pedagogia “o próprio movimento”. A concepção de movimento está na condução da “formação de um ser humano”, desafiando-o a “transformar-se transformando” (CADERNO DE EDUCAÇÃO, 1999, p. 5). Nesse sentido, o MST não adotou uma concepção pedagógica, mas valorizou inúmeras que foram inseridas no que considerou “pedagogias em movimento”, como a da luta social, da organização coletiva, da terra, do trabalho e da produção, da cultura, da história e da alternância.

A proposta de uma pedagogia da história foi originada e fortalecida com o cultivo da memória pelo movimento social, o que possibilitou dar sentidos à história e a percepção de ser parte dela, “não apenas como resgate de significados, mas como algo a ser cultivado e produzido” (CADERNO DE EDUCAÇÃO, 1999, p. 4), sendo fundamental para a construção da identidade sem-terra.

Uma Educação para a reforma agrária

As ações de sistematização de leituras do passado fizeram parte de um período de conquista de espaço do Setor de Educação na organicidade do MST,

que agregou educadores de acampamentos e assentamentos, lideranças sem-terra e professores universitários, com o objetivo de discutir, planejar e publicar materiais para a capacitação.

Tais mudanças ocorridas em ambientes internos de consolidação da luta dos sem-terra, como os acampamentos e assentamentos, ou nas formas de atuação do MST, em face das novas reivindicações diante da expansão de políticas neoliberais que exigiam articulações políticas internacionalizadas, fizeram parte de um movimento em que a concepção de luta de conquista pela terra, entendida como ingênua por alguns militantes (STÉDILE; FERNANDES, 1999), deveria ceder lugar para outros tipos de conquistas, como o fortalecimento da cooperação agrícola e as frentes de organização nos campos da comunicação, da formação política e da educação do MST.

Com a legalização da Escola do Acampamento da Fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul, em 1987, a equipe de Educação montada no acampamento começou a discutir alternativas e parcerias para formar professores das próprias áreas de reforma agrária, para lecionarem em escolas de acampamentos e assentamentos ou prestarem concursos para trabalhar em escolas vinculadas ao MST (CALDART, 1997).

Esta proposta, aparentemente ousada, desencadeou um debate no MST que contribuiu para a criação, em 1989, da Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa da Região Ceileiro (Fundep), entidade educacional dos movimentos populares, no Rio Grande do Sul. Na Fundep criou-se o Departamento de Educação Rural (DER) para viabilizar demandas específicas de movimentos sociais do campo. Através do DER/Fundep, foi oferecido o curso de Magistério do MST que, com o passar dos anos, formou estudantes de outros Estados e, juntamente com outros projetos, como o da criação do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa de Reforma Agrária (Iterra), serviram de referência para a formação do Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC) em 1995, com estrutura legalizada pelo Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, em 1997.

O Iterra, com sede no município de Veranópolis (RS), consolidou-se como entidade jurídica mantenedora do IEJC, que se tornou escola de educação média e profissional voltada para a educação geral, escolarização e formação de quadros políticos e técnicos do MST. A concepção de escola defendida pelo MST foi fundamentada a partir de um amplo debate do Setor de Educação e do DER/Fundep no início da década de 1990, quando a autocrítica do curso de magistério, com um olhar para as experiências passadas, deu forças à proposta de condução das escolas interagidas com o MST, mediante a efetiva participação dos estudantes, como parte dos objetivos de formação da militância e de redefinição do método pedagógico. O método laboratorista de Clodomir Santos de Moraes foi revisitado e, num contexto interno de forte apelo a medidas de capacitação de quadros, adotou-se a versão “Laboratório de Curso”, posteriormente denominado de Oficina Organizacional de Capacitação (Ofoc).

Da proposta de escola defendida pela Fundep foram assumidas posturas para revelar o político presente no pedagógico (FREIRE, 1983), definindo objetivos mais amplos e uma metodologia que deveria ser empregada no processo, assumindo-

se, ao mesmo tempo, uma concepção materialista e dialética de educação popular. A importância da prática na aprendizagem dos sem-terra construiu-se a partir das necessidades que as escolas interagidas com o MST tiveram de responder aos problemas de organização política dos acampamentos e assentamentos, o que conduziu para um debate de valorização de propostas metodológicas para formar e preparar militantes (DER/FUNDEP, 1991, p. 1).

A escola deveria ser o “lugar da vivência e desenvolvimento de novos valores” (CADERNO DE FORMAÇÃO, 1991, p. 3.) para o aperfeiçoamento dos princípios organizativos. O espaço de aprendizagem dos sem-terra deveria “preparar igualmente para o trabalho manual e intelectual”, ensinando a “realidade local e geral” e criando “sujeitos da história” (CADERNO DE FORMAÇÃO, 1991, p. 3). Para a equipe dos setores de *Educação e Formação*, a consciência organizativa estava relacionada à construção de “sujeitos da história” por meio de comemorações de datas importantes para a classe trabalhadora e do cultivo de valores, como “o cuidado com a saúde, a livre expressão de ideias e sentimentos” (CADERNO DE FORMAÇÃO, 1991, p. 3).

Ensino de história na luta pela terra

Os debates desenvolvidos no Setor de Educação do MST e no DER/Fundep sobre o sentido das ações práticas no MST vislumbraram o ensino de história como um processo de conhecimento feito a partir de um “currículo centrado na prática”, conforme aponta o texto elaborado por Roseli Salet Caldart:

[...] queremos retomar esta reflexão sobre a metodologia do partir da prática, desenvolvendo alguns elementos a mais sobre seus princípios pedagógicos e sobre seu jeito de fazer. Sempre sem perder de vista nosso objetivo: preparar as crianças para que participem, organizada e conscientemente, da história que já estão ajudando a conduzir (DER/FUNDEP, 1993, p. 1).

Estudar a história a partir da prática significava entendê-la pelo trânsito de diferentes temporalidades, ou seja, as práticas que estão acontecendo – como a organização do assentamento; as práticas que aconteceram – como as formas de participação das crianças no movimento de Canudos no final do século XIX; as práticas futuras – como o planejamento de ajudar os pais no trabalho da cooperativa. Chama atenção o apelo ao trabalho através da cooperação agrícola e como esta perspectiva de ensino se transferia para a produção de um conhecimento histórico por meio do trabalho coletivo.

Num ensaio de proposta pedagógica de ensino de 5ª a 8ª séries em áreas de assentamento, escrito por integrantes do Setor de Educação em 1995, o objetivo principal do ensino de história apontava para:

[..] que os alunos se situem no tempo histórico, compreendam as transformações da sociedade, ampliem o seu horizonte de conhecimentos gerais em relação ao seu mundo próximo, mas também em relação ao país e mundo, junto

com a geografia. Esta disciplina é espaço privilegiado de formação político-ideológica, de caráter científico e voltado à compreensão da própria realidade (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1995, p. 16).

O trabalho integrado entre história e geografia era defendido por se considerar as noções de tempo histórico e espaço geográfico na compreensão dos processos sociais, tendo em vista que a prática na aprendizagem se faria pelo estudo do meio considerando diferentes leituras do passado que o organizou, fazendo da História um campo situado em todas as áreas que compunham a pedagogia do MST.

A inserção do ensino de história em lugares sociais que constituíam a realidade dos sem-terra, para além da sala de aula, é percebida no *Caderno de Educação* nº 9, “Como fazemos a escola de educação fundamental”, escrito por Paulo Ricardo Cerioli e Roseli Salette Caldart, publicado em 1999, com o apoio da Congregação dos Oblatos de São Francisco de Sales (OSFS), do Setor de Educação do MST e do Iterra. A concepção de escola defendida pelo MST punha o trabalhador rural sem-terra como um sujeito com identidade historicamente construída, relacionando as origens e crescimento do movimento social com a educação e colocando sua história como a história de uma grande obra educativa.

É enquanto produto humano de uma obra educativa que os sem-terra podem ser vistos como mais um elo que se forma em uma longa tradição de lutadores sociais que fazem a história da humanidade. Enraizamento de passado e projeto de futuro. A educação dos sem-terra do MST começa com o seu enraizamento em uma coletividade, que não nega o seu passado, mas projeta um futuro que eles mesmos poderão ajudar a construir. [...] É, pois, do processo de formação dos sem-terra que podemos extrair as matrizes pedagógicas básicas para construir uma escola preocupada com a formação humana e com o movimento da história (CADERNO DE EDUCAÇÃO, 1999, p. 4).

O ensino de história, criticado pelo conjunto de fatos e datas difundidos por livros didáticos atrelados a referenciais curriculares de secretarias de educação, a programas governamentais de incentivo ao uso destes materiais e à forte presença de empresas editoriais num mercado atrativo, tornou-se alvo de debates quando da formulação de uma pedagogia da terra, voltada para estudantes trabalhadores rurais e professores formadores das escolas rurais interagidas com o MST.

No centro do debate, estava o problema de como tornar atrativo aos estudantes e militantes conteúdos comumente trabalhados em escolas públicas que não se encaixavam nas propostas do MST, cujo objetivo era um ensino de história voltado para a formação do militante. Afinal, para fortalecer a militância, a proposta de história não deveria se basear em conteúdos extensos, mas em temas selecionados que se identificassem com as leituras do passado do MST ou em ações voltadas para o desenvolvimento de habilidades para a compreensão do conhecimento histórico na organização e ação política do movimento social.

Pelas propostas divulgadas nos *Cadernos de Educação* do MST, a extensa lista de conteúdos tão comuns em livros didáticos deveria ceder espaço para um conteúdo engajado com os problemas e situações de mundo dos trabalhadores rurais, o que foi priorizado com a proposta de um currículo baseado nas experiências práticas de acampamentos e assentamentos interagidos com o movimento social.

Mas, mais importante que os conteúdos propostos, deveria se fazer valer uma prática de ensino de história agregada com as ações dos sem-terra que demonstrassem a importância do movimento da história para fundamentar a luta dos movimentos sociais no campo. Assim, o ensino de história passou a ser fundamentado pelo sentido prático e a valorização do trabalho para, além de valorizar temáticas passadas, entender que as ações presentes estavam vinculadas a trajetórias históricas da luta pela terra.

O estudo da história tinha por objetivo fazer os trabalhadores rurais “sentir o passado” e “fazer a história” como algo inerente à vida e às relações humanas, como sentido de escolha individual e, ao mesmo tempo, experiência coletiva que fortaleceria a consciência organizativa.

Fazer uma ação simbólica *em memória* de um companheiro que tenha tombado na luta, ou de uma ocupação que tenha dado início ao movimento em algum lugar, é educar-se para *sentir* o passado como seu, e portanto, como uma referência necessária às escolhas que tiver que fazer em sua vida, em sua luta; é também dar-se conta de que a memória é uma experiência coletiva: ninguém ou nada é lembrado em si mesmo, descolado das relações sociais, interpessoais. [...] Ela brota do cultivo da memória e da compreensão do sentido da história e da percepção de ser parte dela, não apenas como resgate de significados, mas como algo a ser cultivado e perseguido. A memória coletiva é fundamental para a construção de uma identidade. Cultivar a memória é mais do que conhecer friamente o próprio passado. Por isso talvez exista no MST uma relação tão próxima entre memória e mística (CADERNO DE EDUCAÇÃO, 1999, p. 10).

Para “sentir o passado” e “fazer a história” seria necessário desenvolver percepções de “lugares de memória” consagrados pelo MST ao longo dos anos e que demonstravam, como sugere Nora (1984), a existência de “rastros, distância, mediação” que diziam muito mais da história do que da memória. A percepção de lugares muito apegados ao espaço de vivência, ocupação, resistência e produção junto à terra possibilitaria a construção de “sujeitos da história” capazes de transformar a realidade. Para se perceberem no tempo, os trabalhadores rurais sem-terra deveriam conhecer e compreender a história e seu movimento, seja o movimento da condição do ator político coletivo, seja o movimento da mudança social.

No ensino, a representação de movimento e transformação residia na relação prática – teoria – prática. Esta relação produziria temas geradores ou objetos geradores. Entendidos como assuntos/problemas da realidade, tais temas, ao serem estudados, gerariam conhecimentos para instigar novas práticas. Os objetos geradores criariam respostas e questões para a condução do processo de aprendizagem a partir das ações dos estudantes sobre a realidade. Assim, o

movimento da história passou a ser entendido como a construção do saber e do fazer história, constituindo-se pelas ações e representações do trabalho, do assentamento e da cooperação através de distintos e dinâmicos lugares de memória.

Para a compreensão do que se entendia por movimento da história e como sua prática poderia refletir no debate sobre a função do ensino de história na formação política dos sem-terra, pode-se tomar um caso hipotético apresentado por Roseli Salete Caldart. Ao perceberem a falta de material escolar, alunos se organizaram e foram até a prefeitura municipal reivindicar seus direitos. Após conversas com o prefeito, perceberam que necessitavam de uma lista de materiais com custos especificados, o que demandava pelo menos uma semana. Assim, retornaram para a escola do assentamento e solicitaram ao professor de matemática que ensinasse o cálculo da planilha e à professora de língua portuguesa que ensinasse a elaborar um documento de solicitação do material (CADERNO DE EDUCAÇÃO, 1999, p. 7).

Para além do exemplo citado por Caldart, como poderia se situar o professor de história neste contexto? Seu foco estaria no debate sobre as reivindicações e ações dos trabalhadores para conquistarem seus direitos, referindo-se diretamente ao conhecimento histórico enquanto prática em movimento, dando condições para se estudar temas e objetos que permeariam diferentes temporalidades na construção do movimento social.

Uma educação para a reforma agrária que valoriza o ensino de história deve compreendê-lo não apenas como “uma disciplina”, mas como “uma dimensão importante de todo o processo educativo” (CADERNO DE EDUCAÇÃO, 1999, p. 10). Para isso, a descoberta dos sem-terra como sujeitos históricos não se daria pelo acúmulo de conteúdo, mas pela compreensão da história e do seu movimento que transforma a sociedade.

Considerações finais

A trajetória de organização do MST, em grande parte, está vinculada a raízes históricas e culturais que se manifestaram em várias temporalidades: o passado, pela tradição e expropriação; o presente, pela organização, manifestação e solidariedade; o futuro, pelo projeto socialista e a utopia da igualdade social. Porém, a reconstrução do passado pelo movimento social, aqui entendida como um aprendizado da formação histórica através da capacidade dos sujeitos de se orientarem na vida prática e interpretarem suas condições sociais (RÜSEN, 2010, p. 104), encontra problemas entre as representações construídas por intelectuais e militantes que atuam em entidades de apoio e a diversidade das histórias e práticas moldadas através de situações de acampamentos e assentamentos (JEZINE; ALMEIDA, 2010, p. 195).

A proposta de uma escola diferente, entendida como um espaço que deveria ajudar os estudantes a “conhecer a realidade”, foi fundamentada por um “currículo centrado na prática”. Assim, o conhecimento, para ser produzido, deveria partir do tempo presente para alcançar situações mais abstratas em tempos passados. Nas

bases do projeto pedagógico, o ensino de história estava relacionado à compreensão do assentamento, através dos temas “Nossa luta pela terra” e “Nossa cultura e nossa história de luta” (CADERNO DE EDUCAÇÃO, 1992, p. 39-42).

A interação entre trabalho, produção e cultura delineou a concepção de ensino de história centrada na prática, pois, no movimento social, a mística, as festas, as manifestações, os símbolos, as criações culturais encontraram significados quando atreladas ao trabalho e à produção agrícola (ARROYO, 2014, p. 103). Suas práticas, seus usos e significados tornaram-se elementos para os estudantes e militantes sem-terra compreenderem a história, não apenas como conhecimento passado, mas como ação presente e motivadora para alcançar resultados futuros na organização do movimento social.

Os lugares de memória identificados no tempo presente deram ao ensino de história a condição de permear variados campos de saberes. O que se pode considerar é que o ensino de história na organização do MST configurou-se através de diferentes formas de produção simbólica que não se restringiram a sala de aula. Estudar história e fortalecer variados lugares de memória significava articular trabalho com luta social, capacidade de organização e formação política.

Referências

- ARROYO, Miguel. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- CADERNO DE EDUCAÇÃO, nº 1. São Paulo: MST, 1992.
- CADERNO DE EDUCAÇÃO, nº 9. São Paulo: MST, 1999.
- CADERNO DE FORMAÇÃO, nº. especial. Passo Fundo: MST, 1986.
- CADERNO DE FORMAÇÃO. nº 2. São Paulo: MST, 1985.
- CADERNO DE FORMAÇÃO, nº 11. São Paulo: MST, 1986.
- CADERNO DE FORMAÇÃO, nº 15. São Paulo: MST, 1989.
- CADERNO DE FORMAÇÃO, nº 18. São Paulo: MST, 1991.
- CALDART, Roseli Salete. **Educação e movimento: formação de educadoras e educadores no MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CHAVES, Christine de Alencar. **A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2000.
- COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1999.
- DER/FUNDEP. **Cartilha**. Três Passos: MST, 1990.
- _____. **Documentos**. Três Passos: MST, 1991.
- _____. **Documentos**. Três Passos: MST, 1993.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GÖRGEN, Frei Sérgio; STÉDILE, João Pedro. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1993.
- JEZINE, Edineide; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de (orgs.). **Educação e movimentos sociais: novos olhares**. 2 ed. Campinas: Alínea, 2010.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. **Cartilha Compreender e construir novas relações de gênero**. 2 ed. São Paulo: MST, 1998.

_____. **Proposta pedagógica de 5ª a 8ª séries em áreas de assentamento.** São Paulo: MST, 1995.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire.** La République. Paris: Gallimard, 1984.

RÜSEN, Jörn. **História viva.** Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Ed. da Unb, 2010.

_____. **Razão histórica.** Teoria da história I: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Ed. da UnB, 2001.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

Recebido em 31/08/2016

Aceito em 20/02/2017

Artigos

**“ARES DO MUNDO” E MEDITAÇÕES SOBRE CENTROS
DE DECISÕES NACIONAIS:
o valor heurístico da “obra autobiográfica de Celso Furtado”¹**

**“WORLDWIDE EXPERIENCE” AND MEDITATIONS
ON NATIONAL DECISION CENTERS:
*the heuristic value of “Celso Furtado’s autobiographical work”***

Afrânio Raul Garcia Jr*

Resumo

Este artigo estuda as publicações reunidas e editadas como *Obra autobiográfica de Celso Furtado* pela editora Paz e Terra (1997), para compreender melhor não só o itinerário social e intelectual desse autor, como sua contribuição à “formação da economia brasileira” e para a diversificação do campo do poder no Brasil. O material estudado são os escritos que foram editados como testemunhos autobiográficos contrapostos aos seus próprios livros como economista. O argumento central é que, não sendo originário de frações dominantes das “elites do poder”, a autobiografia serve de rico instrumento para enxergar melhor as razões sociais do impulso para posições a que não estava predestinado, tanto quanto os bloqueios enfrentados por seus projetos, ou mesmo sua derrocada com o golpe de 1964, que o obrigaram a repensar seus passos e os universos em que continuaria a viver e trabalhar. De maneira mais geral, possibilita se interrogar sobre a pertinência de se apoiar sobre depoimentos pessoais de escritores, como é comum em “histórias de vida”, de largo uso em Antropologia Social e em Sociologia, para entender as circunstâncias que contribuíram a moldar ou facilitar a expressão do próprio pensamento.

Palavras-chave: Celso Furtado. Economia internacional. Autobiografia.

Abstract

Celso Furtado was born in the *sertão* of Paraíba on 26/07/1920 and was one of the most original and creative Latin American intellectuals in the twentieth century. This article studies

1 Versão original deste texto foi apresentada em Buenos Aires em novembro de 2011 e em São Paulo em junho de 2012 graças à rede formada no projeto “História dos intelectuais na América Latina”. Agradeço aos comentários dos debatedores Ângela Alonso e Sérgio Miceli, assim como dos demais participantes desses dois seminários.

* Doutor em Antropologia Social (CESSP/EHESS). E-mail: afrânio-raul.garcia@ehess.fr

the publications collected and published as the “Autobiographical work of Celso Furtado” by Paz e Terra (1997), to better understand not just the social and intellectual itinerary of this author, but also his contribution to the “formation of the Brazilian economy” and to the diversification of the field of power in Brazil. The material studied is the writings published as autobiographic testimonials, contrasted with his own books as an economist. The central argument is that, not coming from the dominant factions of the ‘elites of power,’ the autobiography serves as a rich instrument to better see the social reasons behind his impulse to positions which were not predestined for him, as well as the blockages faced by his projects, or even his defeat with the 1964 coup, which obliged him to rethink his steps and the universes in which he continued to live and work. In a more general manner, it allows an interrogation of the relevance of drawing support from the personal statements of writers, as is common in ‘life histories’ widely used in Social Anthropology and Sociology, to understand the circumstances which help to mold or facilitate the expression of thought.

Keywords: Celso Furtado. Internacional economy. Autobiography.

Que ensinamentos e informações válidas para as ciências sociais é possível extrair de depoimentos pessoais publicados pelos escritores sobre as circunstâncias que contribuíram para moldar, ou facilitar, a expressão de seu próprio pensamento? Essa interrogação sobre o valor de testemunhos para reconstruções de processos históricos e elaboração do pensamento foi objeto das entrevistas com seletos grupos de economistas brasileiros, que figuraram como ministros ou cargos de alto escalão entre os anos 1960 - 1990 (cf. BIDERMAN; COZAC; REGO, 1996). No prefácio da obra, Pedro Malan, então ministro da Fazenda a gerir o êxito da estabilização monetária proporcionada pelo plano Real, nem hesita em ressaltar que o projeto da obra se inspirou no *Conversations with Economists* de Arjo Klaimer (1983), assim como nas histórias de sucesso do *Lives of the Laureates: thirteen Nobel Economists*, de William Breit e Roger Spencer (1997).

O livro que o autor tem em mãos constitui uma síntese dessas duas abordagens [...] O conjunto das entrevistas constitui importante leitura e inestimável contribuição para uma radiografia, não só do processo de formação da profissão no Brasil na segunda metade do século XX, como também da situação em que se encontra a profissão, hoje, no país (BIDERMAN; COZAC; REGO, 1996, p. 8).

Afeitos a métodos matemáticos e estatísticos de exposição do próprio pensamento, a maior parte dos treze entrevistados sublinha sua concordância com o relato na primeira pessoa do singular como via de acesso privilegiada à explicitação dos modos de formação do próprio pensamento. Entre os entrevistados figura Celso Furtado, apreciado pelos demais como figura emblemática da originalidade da ciência econômica no Brasil, embora a maioria seja adversária de suas concepções em economia. Sem dúvida, tal publicação fornece dados seguros para a objetivação do “campo dos economistas” no Brasil, emprestando à noção de campo o significado

a ela atribuído por Pierre Bourdieu (1997)². O objetivo deste artigo é mais modesto, buscando estudar a “obra autobiográfica de Celso Furtado”, editada como tal pela Paz e Terra em 1997, como fonte de dados e pistas de explicações de ordem mais geral, permitindo compreender o percurso social e intelectual desse autor e as origens de novidades teóricas que contribuiu para afirmar. Pretende ainda contribuir para o conhecimento do processo de autonomização do “campo dos economistas no Brasil”, a partir da carreira de um dos seus protagonistas, explorando a questão dos modos de acesso ao conhecimento internacional, a que tenho me dedicado juntamente com ampla rede de cientistas sociais no Brasil e na França (cf. CANÊDO; TOMIZAKI; GARCIA JR., 2013). Entre as singularidades dos livros publicados por Furtado como “memórias” está o fato de iniciar seu relato ressaltando o impacto que lhe causou presenciar a Europa arrasada pela Segunda Guerra, na condição de oficial da Força Expedicionária Brasileira. A necessidade de reconstrução do parque industrial europeu, bem como das redes de comércio e finanças internacionais, parece servir de contraponto e de matriz para a elaboração, bem mais adiante em seu percurso, de modelos sobre as economias subdesenvolvidas e a identificação de modos de superar os impasses que as condenam à estagnação e à pobreza. A forma e as datas dos relatos parecem ser tão significativas quanto seu conteúdo; assim, as explicações fornecidas pelos depoimentos, editados em anos diferentes, serão aqui confrontadas às condições de sua efetivação, bem como às edições dos livros sobre a economia do desenvolvimento/subdesenvolvimento deste autor, e aos estudos em paralelo da literatura especializada, particularmente a voltada para a “história das ideias”. Cremos que a leitura da “obra autobiográfica” permite melhor entender a sequência de sua obra como economista e as controvérsias intelectuais e políticas em que esteve envolvido. Ela agrega um valor heurístico ao entendimento dos escritos de um autor: a melhor compreensão da evolução do próprio pensamento pela explicitação dos desafios aos quais se viu confrontado.

Note-se que para qualquer leitor habituado ao estilo cerrado do economista Celso Furtado, no tratamento de lógicas complexas como as que identificam e explicam os obstáculos à industrialização dos países da América Latina e à distribuição da renda que poderia proporcionar, bem como seus vínculos com a concentração do poder de decisão sobre o futuro econômico em mãos dos países centrais, localizados no hemisfério norte, e a falta de meios intelectuais e políticos para agir de maneira equivalente nos países periféricos, como os da América Latina, ou de ex-colônias europeias da África e da Ásia, a citação explicativa do título do livro, “Fantasia Organizada”, com que inicia o ciclo voltado para suas memórias, não deixa de ser surpreendente: “Ne sommes-nous pas une fantaisie organisée? une incohérence qui fonctionne, et un désordre qui agit?” Paul Valéry – *L'âme et la danse* (apud FURTADO, 1985, p. 7).

Essa referência a processos irracionais, ininteligíveis ou misteriosos, não parece estar voltada para o mundo da economia, ou mesmo da política, seus objetos

2 Excelentes análises sobre a gênese do “campo dos economistas” brasileiro, nesse período, são apresentadas por Maria Rita Loureiro (1997) e por Yves Dezalay e Bryan Garth (2002).

de predileção, sempre examinados por meio dos métodos e instrumentos conceituais inventados pelas ciências sociais, especialmente pelas ciências econômicas. Creio que permite advertir o leitor que quem vai contar os fatos na primeira pessoa do singular, apresentar seu “testemunho”, como anuncia a capa da primeira edição, por mais lúcido que tenha tentado ser, foi surpreendido várias vezes com o rumo dos acontecimentos, que ora abriu portas que o impulsionaram para posições a que não estava predestinado, ora permitiu nutrir esperanças em melhoras coletivas ou individuais que não se confirmaram. Foi obrigado seguidamente a repensar a direção de seus próprios passos, literalmente de seu lugar no mundo, a redimensionar sua carreira profissional e intelectual, mas sobretudo rever os lugares onde iria viver e continuar a pesquisar e escrever suas reflexões. Descreve muitos projetos realizados individualmente, ou nos quais esteve envolvido, quando coletivos, detalha sua ação como criador do Ministério do Planejamento no Brasil, mas pode-se ver claramente como projetos individuais e coletivos, que antecipam cenários e fatos, apoiam-se em pressupostos, desconhecem restrições objetivas que se revelam incontornáveis, informam ações individuais e coletivas que acarretam resultados bem diferentes dos antecipados conscientemente e, sobretudo, frequentemente suscitam resultados indesejados e adversos. A forma mesma do relato autobiográfico é significativa, a meus olhos, de alguém que se volta sobre seu itinerário para encontrar alguma lógica em uma sucessão de surpresas e reviravoltas, examinando a coerência do destino de sua carreira intelectual. Difere profundamente de narrativas em que o autor se diz sentir desde a mais tenra idade em condições de atingir as mais altas posições de círculos dirigentes nacionais e internacionais. Pela forma do relato, percebe-se que não se trata de simples herdeiro que assume a sucessão de seus ancestrais para posições já dadas em círculos dirigentes.

Seguidas vezes, em seus escritos, Celso Furtado faz uso ainda da metáfora “os ares do mundo”, extraída de verso do poeta Juan Ramon Jiménez, “corazon, cabeza, en el aire del mundo” (apud FURTADO, 1991, p. 9). Sem dúvida alguma, enfatiza a vivência em centros cosmopolitas, ou para além das fronteiras do território nacional, como fundamental para conquistar o lugar que almejava, fosse como autor de livros de economia ou como dirigente político voltado para provocar profundas transformações sociais. Se, em sua carreira, projetou-se como liderança política vinculada ao Nordeste e à reversão do declínio desta região, suas memórias acentuam as bases propriamente internacionais de seu pensamento, de quem, desde jovem, se aventurou a respirar “os ares do mundo”. De fato, nascido em Pombal, em 1920, no sertão da Paraíba, nada parecia o predispor a se tornar, aos trinta e poucos anos, um dos economistas mais influentes em toda a América Latina, como braço direito de Raúl Prebisch na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe da Organização das Nações Unidas (Cepal/ONU), detentor de doutorado em economia, obtido na França, e redator do relatório de grupo misto Cepal/BNDE, que serviria de base para o “plano de metas” posto em prática pelo presidente Juscelino Kubistcheck com o intuito de provocar “cinquenta anos de desenvolvimento no Brasil em cinco”. Brasília, construída em área virgem, nos mesmos cinco anos (1955-60), é apenas uma das metas a revelar o voluntarismo do período.

Celso Furtado provinha de alta origem social, pois descendia de magistrados em linhagem paterna, por três gerações, e de proprietários de terra em linhagem materna. Mas sua origem geográfica reduz consideravelmente o capital social

implicado na variável anterior; nasce em uma época em que o declínio da importância política e econômica do Nordeste é patente (cf. LEVINE, 1980), em região semiárida marcada pela periodicidade das secas, onde a riqueza com agricultura do algodão, consorciada à pecuária, nunca se equiparou ao padrão de vida dos senhores do açúcar da Zona da Mata litorânea (cf. ANDRADE, 1998). Por outro lado, a “Paraíba pequenina e boa” nunca desfrutou da posição de destaque na Federação brasileira conferida aos estados de Pernambuco e de Bahia, líderes do Nordeste (cf. LEWIN, 1993). Como exploraremos adiante, sua narrativa deixa claro que não acedeu a postos de primeiro plano no cenário internacional e nacional mediante a proteção política de elites tradicionais daquela região, mas, sim, por tecer novas redes de intervenção pública relacionadas ao exercício da economia como competência renovadora de círculos dirigentes. Por outro lado, sua inscrição profissional em universidades apenas se realiza durante o exílio, o início da carreira sendo voltado para organismos da burocracia internacional e nacional, como a Cepal/ONU, o BNDE e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Os desafios intelectuais que enfrentou, sobretudo no período 1948-1964, tiveram por origem tanto a ação política imediata, embora afastada de disputas eleitorais, quanto debates propriamente acadêmicos sobre modelos conceituais.

Recato ao evocar o universo familiar e social de origem

O primeiro dos livros de memórias, editado em 1985, focaliza, desde a primeira página, a situação da Europa devastada no pós-guerra, marcada pelos primeiros sinais do que se tornará conhecido como “guerra fria”, onde a virulenta competição entre as grandes potências implicava também a necessidade de reconstrução das economias nacionais e do comércio, e das finanças internacionais. Verdade que 1985 foi o ano de transição do regime militar para Estado de direito, onde novos ventos sopravam, e o deslocamento da França para o Brasil se viu associado a recrutamento ao posto de Embaixador e de Ministro da Cultura. Celso Furtado fora à Europa em 1945, como oficial militar de tropas brasileiras combatendo ao lado dos Aliados, e retornou em seguida como jornalista para “observar de perto o drama europeu”, convicto que assim teria acesso ao palco central onde se decidia o espaço de poder em escala planetária: “o mundo de minha geração seria moldado pelas forças que viessem a prevalecer no processo de reconstrução da Europa, em particular da Europa ocidental” (FURTADO, 1985, p. 14). Como objetivo apresentado como secundário tentava se inscrever em doutorados voltados para economia, particularmente economia internacional. Diante de dificuldades para aceder às universidades inglesas, ou de pretender observar o planejamento soviético *in loco*, acata conselho do economista Maurice Byé, que se exilara no Brasil durante a ocupação da França pela Alemanha, inscrevendo-se no doutorado na Faculdade de Direito da Universidade de Paris e no prestigioso Instituto de Estudos Políticos (IEP), conhecido por *Science Po*. Foram, sem dúvida, as competências e títulos adquiridos desta forma que mudaram suas oportunidades de acesso aos círculos dirigentes internacionais, nacionais e mesmo de seu Nordeste natal. Sua

reconversão como economista teve, nas estadias europeias entre 1945 e 1948, um de seus momentos decisivos; a seus olhos ao menos foram tão importantes que o levaram a contrariar a ordem cronológica habitual desse gênero literário, sugerindo a infância e o ambiente familiar como capítulos iniciais. De fato, os dados sobre família, infância e adolescência apenas são explicitados em artigos e não nos livros, em textos destinados ao público internacional interessado em economistas dispendo de notoriedade.

Em artigo publicado em revista editada pela Unesco, em Paris, em 1973, intitulado “Autorretrato intelectual”, incluído posteriormente nas edições intituladas *Obra autobiográfica de Celso Furtado* (1997), este autor trata de sua infância e adolescência, assunto totalmente ausente das duas “*Fantasia*” posteriores. O universo descrito é “marcado pela incerteza e pela brutalidade”, conduzindo os indivíduos a se afirmarem escapando “para o sobrenatural. Os grandes milagreiros existiam não somente como legenda, mas também como presença”. Menciona o Padre Cícero do sertão do Ceará, área próxima de sua região, mas sobretudo o fascínio que havia inspirado João Pessoa, antes mesmo de ter sido assassinado no cargo de governador, e na condição de candidato à vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas, o que provocou comoção pública e contribuiu para que o levante vitorioso em 1930 mobilizasse uma indignação moral forte:

Dirigindo-se ao povo como se fora seu protetor e passando por cima de todos os formalismos legais, conseguiu ele mobilizar a população de forma só comparável aos movimentos religiosos. Eu ouvia crédulo, das domésticas de minha casa, as histórias desse homem que se disfarçava “numa pessoa qualquer” para praticar o bem nos bairros mais humildes. O assassinio brutal desse homem (exatamente no dia que completava meus dez anos [o dia referido é 26/07/1930]) provocou uma tal angústia coletiva que ainda hoje não posso recordar sem emocionarme. (FURTADO, 1983, p. 31).

Mais adiante dessa explícita referência a suas emoções, fato raro em sua narrativa, resume o significado dessa configuração social particular para sua própria formação intelectual, como descendente do patriciado:

[...] a formação intelectual num pequeno mundo provinciano como o do Nordeste do Brasil não era boa nem ruim. Era sim atrasada de pelo menos um quarto de século com respeito as áreas culturalmente dominantes à época. Refiro-me à formação intelectual do pequeno patriciado local, pois quatro quintos da população estavam constituídos de analfabetos. (FURTADO, 1983, p. 32).

Curiosamente, essa narrativa serve de ponto de apoio para afirmar três ideias-força a enquadrar sua ação e sua “atividade intelectual criadora”. A primeira tende a universalizar a experiência da socialização primária, pois acredita que “a arbitrariedade e a violência tendem a predominar no mundo dos homens”. A segunda revela a desconfiança da força da persuasão para provocar um mundo mais tolerável, pois “a luta contra esse estado de coisas exige algo mais do que

simples esquemas racionais.” A terceira relativiza a força da própria ação coletiva, pois “essa luta é como um rio que passa, traz sempre águas novas, ninguém a ganha propriamente e nenhuma derrota é definitiva” (FURTADO, 1983, p. 32). Tudo isto foi posto por escrito no exílio, no momento (1973) em que o regime militar apoiava-se na tortura sistemática para controle de seus oponentes e exibia as taxas de crescimento econômico como certificado do “milagre brasileiro”.

Se, aos dez anos de idade, sua família já está localizada na capital do estado, assegurando acesso à escola secundária em colégio público de bom nível e permitindo ainda completar os estudos secundários em Recife, a simples migração solitária para o Rio de Janeiro, vivendo em pensões de estudante, mesmo com sua entrada na Faculdade de Direito da então Universidade do Brasil, não assegurou diretamente a mobilidade social ascendente nos moldes que aconteceriam no pós-guerra. Por um lado, o próprio ambiente universitário na época do Estado Novo não deveria ser muito estimulante intelectualmente. No mesmo texto para a Unesco, Furtado registra que não foi durante a graduação que enveredou pelas ciências sociais:

Quando entrei na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, os estudos de ciências sociais estavam apenas em seus começos. Uma reforma recente, de inspiração francesa, introduzira esses estudos visando a formar professores para as escolas secundárias. A economia ainda não existia como estudo universitário. O Direito era o caminho para a atividade pública e, no meu caso, a tradição familiar (FURTADO, 1983, p. 34).

Com a criação de muitas escolas de direito a partir da proclamação da República, o diploma de bacharel se desvaloriza, e a linhagem de juristas não assegura cargos para novas gerações. Verdade que a centralização do Estado e a expansão do raio de ação dos poderes públicos estiveram associadas a novas prerrogativas das administrações; assim é que, já no terceiro ano de Faculdade, passa em concurso para o Departamento Administrativo do Setor Público (Dasp) e para serviço público em Niterói. Mantém vínculos com a imprensa, mas seu ingresso no Estado é feito em postos modestos do funcionalismo público. Por outro lado, como assinala, não existia ainda Faculdade de Economia, que só será criada nos anos de pós-guerra no Brasil (BIDERMAN et al., 1996; LOUREIRO, 1997). O serviço militar, prestado no momento em que o governo brasileiro decidiu atender aos apelos de Roosevelt para que o Exército brasileiro participasse da guerra, vai significar a partida para a campanha da Itália, no período da ofensiva final dos aliados. A ida à Europa, respirar os “ares do mundo”, altera radicalmente suas chances de carreira tanto do ponto de vista intelectual como de acesso à alta administração do Estado.

Farda para ir à Europa

A *Fantasia organizada* tem por marco inicial a presença de Celso Furtado como oficial das tropas brasileiras em relação com tropas norte-americanas e termina com sua estadia em Cambridge, na Grã-Bretanha, no interior dos círculos

keynesianos de mais alta notoriedade mundial, onde redigiu *Formação econômica do Brasil*, passaporte para o retorno como um dos pensadores mais promissores da nova geração (tinha então 38 anos), e como “técnico” de fama internacional, disponível para apontar novos caminhos para as políticas públicas de promoção do desenvolvimento. Nesse livro, é contada a saga da Cepal/ONU, das incertezas sobre sua continuidade institucional à formulação de projeto original associado a Estados nacionais dotados de dispositivos de planejamento capazes de assegurar seu papel histórico de promotores da industrialização e do bem-estar material que contribuiriam para criar. O investimento de Celso Furtado nesse empreendimento é tanto intelectual, buscando entender e explicar como é possível dotar o Estado de meios de promover o debate sobre os modos de industrializar a nação, quanto político, engajando-se nas batalhas diplomáticas e nas polêmicas jornalísticas que permitiram salvar a Cepal/ONU de todas as tentativas de liquidá-la como centro de ensino e pesquisa, já que não rezava pelo catecismo pregado por Washington ou Londres. Assim, o périplo internacional, que começa no final da Segunda Guerra, torna possível a posição de primeiríssimo plano que assumirá Furtado entre 1959 e abril de 1964, tanto como dirigente da Superintendência do Nordeste, a Sudene, quanto como formulador do projeto nacionalista de desenvolvimento autossustentado; é o que será contado no *Fantasia desfeita*, que termina com as lembranças do golpe militar e a deposição do governador Miguel Arraes, em seu palácio, no Recife. Desta feita, não mais iria ao exterior como mandatário de missão nacional, mas como exilado, privado de seus direitos políticos. A carreira universitária no exterior se inicia com a perda de acesso aos cargos da alta administração em seu país de origem. Os percalços do exílio durante a ditadura militar constituem a matéria básica da obra que finda a trilogia, *Os ares do mundo*. O reingresso na carreira política, com a Nova República, tanto como Embaixador junto à Comunidade Europeia quanto como ministro da Cultura, não foi objeto de memórias; sua notoriedade como pensador foi reforçada por sua acolhida na Academia Brasileira de Letras e na Academia Brasileira de Ciências. Em 2002, com a eleição de Lula à Presidência da República, figurou Celso Furtado entre os raros intelectuais a que o novo mandatário supremo fez questão de agradecer o apoio em visita à sua residência, em Copacabana.

As memórias de Celso Furtado estão, portanto, marcadas por um duplo olhar sobre sua vida e sobre a vida da nação: de um lado, sente-se a perspectiva do intelectual engajado em lutas por transformações políticas, econômicas e sociais que assegurem o poder de decisão da coletividade nacional sobre seu futuro e favoráveis aos setores mais desprovidos da população. De outro, vê-se o pensador conectado com os debates dos centros intelectuais mais avançados e atento à evolução do cenário econômico e político mundial. Contrariamente aos nacionalismos europeus da atualidade, que tentam promover o recuo das interações econômicas e políticas para dentro de fronteiras bem delimitadas, a postura nacionalista de Celso Furtado está voltada para incrementar o volume de decisões sobre o destino da coletividade nacional e permitir maior projeção e participação de seu país no concerto internacional. Seu itinerário, para ser cumulativo, exigiu muito trabalho e reflexão, pois há sempre escolhas a fazer diante de desafios inesperados, sobretudo quando limitadas por mudanças incontornáveis do cenário

internacional. Entender as mudanças em curso, ou mesmo antecipá-las, é condição *sine qua non* para aumentar a previsibilidade dos combates a serem enfrentados. Sua atenção e conduta puderam estar direcionadas para o plano regional ou nacional, como no caso da Sudene, mas o “coração e a cabeça” não puderam prescindir de lufadas de “ares do mundo”. Mesmo cheirando a pólvora e povoada por companheiros de farda que foram sendo ceifados, a atmosfera experimentada durante a Segunda Guerra parece ter servido de lembrete que a fixação de fronteiras entre as nações depende sempre de correlações de forças, de aliados com quem se pode contar e de inimigos existentes na arena planetária. Talvez seja ainda esta vivência da juventude³ que ancore a pergunta constante, ao longo de toda a obra como economista, sobre onde se localizam (e quem participa de) os centros de decisão estratégicos a configurar os embates, e que modificarão o conjunto do cenário e a vida de cada ser.

A retomada da trilogia citada acima, redigida entre 1985 e 1991, em edição cuidada da mesma editora Paz e Terra, com a inclusão de livro de contos sobre a vivência de soldados brasileiros durante a Segunda Guerra, e igualmente de artigo redigido para revista da Unesco e outro para publicação do Banco Mundial, recebeu o título de *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. Dedicada a *Fantasia Organizada* à jornalista Rosa Freire D’Aguiar, com quem se casou em 1979, pela segunda vez, que “me encorajou a escrever este livro e colaborou na preparação final do texto”, a edição completa da “obra autobiográfica” reserva uma página de rosto onde é mencionado “edição: Rosa Freire D’Aguiar”. A parceria na recuperação de lembranças e de textos que as objetivaram é assim assinalada. Note-se que os “contos da vida expedicionária”, primeira obra efetivamente editada sob a forma de livro, em 1946, mas nunca mencionados até meados dos anos 70 (ver as primeiras páginas de *O mito do desenvolvimento econômico* de 1974), reaparecem em *Criatividade e dependência na civilização industrial* de 1978, com seu título original completo: *De Nápoles a Paris (contos da vida expedicionária)* e são incorporados como capítulo do tomo I da “obra autobiográfica” (precedido pela apresentação do historiador Francisco Iglesias e de cronologia, sucedido por *Fantasia Organizada*). No tomo I, em nota datada de julho de 1997, explicita que, cinquenta anos mais tarde, esses escritos iniciais “refletem o deslumbramento de um jovem recém-saído do interior do Nordeste brasileiro face à riqueza de uma civilização que parece desmoronar” (FURTADO, 1997, p. 15). Os vários escritos autobiográficos, redigidos em momentos bem distintos de sua trajetória, não são, portanto, remetidos a um mesmo projeto unificado de falar de si, mas servem de documentos de suas visões do mundo social e de suas prioridades em cada etapa de seu trajeto. O livro sobre a experiência durante a Grande Guerra trata pouco dos combates finais e das estratégias das tropas em confronto, mas bastante do sucesso pessoal de oficiais brasileiros diante de jovens europeias.

3 Roberto Pereira Silva (2011) analisou minuciosamente, e com grande inteligência, os escritos jornalísticos de Celso Furtado juntamente com aqueles consagrados à administração, primeiro ramo do conhecimento a que se dedicou sistematicamente. Permite assim ver melhor as continuidades e descontinuidades com os escritos sobre economia a partir da tese de doutorado. Trabalho tão mais precioso que os textos jornalísticos nunca haviam sido reeditados.

Com efeito, esses contos, apresentados como inspirados em “fatos [...] substancialmente verdadeiros”, versam principalmente sobre aventuras amorosas de oficiais aliados, mas sobretudo de brasileiros, apreciados por jovens italianas e francesas no momento da ofensiva final. Celso Furtado embarcou para Europa em janeiro de 1945 e, após ferimento que o obriga a ser hospitalizado, retorna ao Brasil em agosto do mesmo ano. Os contos iniciais mostram que o risco de vida de fato esteve inscrito no cotidiano, mas vê-se claramente que, mesmo na Itália, as tropas aliadas são percebidas como liberadoras e que os “tedescos” estão batendo em retirada, o desespero sendo sugerido pelo suicídio de soldado alemão que teria passado a noite na mesma pousada que os brasileiros. Assim, as aventuras relatadas assumem sobretudo a forma de “casos”, como aqueles que esquentam as conversas de bar, e bem menos o de ferozes combates ou de descrição densa do panorama das dificuldades da vida quotidiana ao final da refrega. A impressão que transmite ao leitor, paradoxalmente, é bem mais amena que a evocação das lembranças no início de *Fantasia Organizada*:

[...] a reconstrução dos países devastados pela II Guerra Mundial resultou ser tarefa mais árdua do que se havia inicialmente imaginado. À diferença do ocorrido na Primeira Grande Guerra, quando as destruições se circunscreveram a certas áreas, a devastação dentro e fora dos sistemas de produção fora de tal ordem que o sacrifício de toda uma geração parecia inevitável (FURTADO, 1985, p. 13).

Nesses contos, transparece o embarque para Europa como combatente como oportunidade de acesso à contemplação de obras culturais refinadas e antigas, de frequentar palácios e pessoas formadas intelectualmente e com acesso constante a essas obras. Assim, um amigo companheiro de farda, que recebe o prenome de Mário, exulta ao ser escolhido para treinamento em motores de blindados por instrutores norte-americanos, porque isso lhe permitia ir à Florença e “saber até que ponto a gente florentina está integrada em sua linhagem cultural; sentir o espetáculo vivo desta gente lendo Dante e vendo Giotto” (FURTADO, 1997, p. 34-35). Afirma sempre que são bem recebidos, tanto por gente modesta quanto por círculos sofisticados, que põem à prova seus conhecimentos intelectuais. O desconforto provocado por situações desse tipo é verbalizado inúmeras vezes: “tudo o que ele dissesse revelaria o estrangeiro – o estrangeiro que espia a cultura pelo lado de fora.” (FURTADO, 1997, p. 38). Todo o paciente trabalho de leitura sobre aquele universo não era facilmente mobilizado para se sentir um igual em diálogos corriqueiros: “dolorosa angústia: a consciência de sua incapacidade para assimilar a cultura; sentiu que todas suas leituras lhe ficavam na cabeça como papel amontoado” (FURTADO, 1997, p. 38). Essa dissimetria no plano intelectual é contraposta à atração física pessoal, que minora as distâncias sociais. Após dissertar sobre Goethe e Horácio em jardins noturnos, como preâmbulo para o amor, o herói da narrativa ouve estupefato o elogio do privilégio de ser meio “selvagem” e não herdeiro da cultura clássica: “o que invejo em você é pertencer à raça que desperta [...] Você não imagina o que é ter o destino de uma parede onde se depõem quadros respeitáveis. O que é viver

para transportar nos ombros mil anos de tradição. E(é) a consciência da decadência” (FURTADO, 1997, p. 42).

A vivência de universo extremamente rico culturalmente, mas, com o desenrolar da guerra, tributário de alianças com americanos do norte e do sul (embora os contingentes brasileiros fossem diminutos, servindo apenas para alargar o perímetro dos países aliados) para derrotar o nazifascismo, e forçados a reconstruir suas economias, provavelmente contou bastante na decisão de Celso Furtado de retornar logo à Europa para realizar estudos doutorais, embarcando novamente em dezembro de 1946, mediante a mobilização de suas economias pessoais e contando com a possibilidade de trabalhos ocasionais para a imprensa brasileira. Em *Fantasia organizada*, retoma o fio da meada quarenta anos mais tarde, revelando objetivos ambivalentes, embora ressalte, sobretudo, a condição de observador e menos a de aprendiz de saber especializado como a economia:

[...] tomara a decisão de voltar à Europa fascinado pelo inusitado da cena social e humana que aí se armara, certamente sem precedentes, por sua amplitude e complexidade, na história dos homens. Acumulara algumas economias e considerei que o melhor presente que podia fazer-me a mim mesmo era propiciar-me os meios para observar de perto o drama europeu. (FURTADO, 1985, p. 14).

Sua carreira posterior, sobretudo suas ideias consignadas em livros, mostraria que os estudos doutorais na França impregnaram fortemente seu pensamento, e apenas em suas memórias registra o que observara durante a Segunda Guerra e no imediato pós-guerra, no período 1945-1948. Observadores da cena internacional eram plethora, pretendentes a círculos dirigentes internacionais com doutorado em universidades prestigiosas, sobretudo de origem brasileira, eram bem mais raros. Mas a valorização de títulos e competências internacionais exigiu esforços adicionais tanto no nível intelectual quanto político.

Hipóteses novas através do conhecimento internacional

Estas observações sobre a motivação para voltar à Europa inscrevem sua partida sobretudo como jornalista, já que não dispunha de estudos precedentes em economia, fora de suas incursões neste terreno como autodidata. A condição de “observador” da cena europeia, embora mais “nobre” à primeira vista que a de simples estudante, não era tanta novidade, pois frequente entre membros da elite brasileira menos aquinhoados, precisando financiar suas estadias como correspondentes de periódicos no Brasil (fora este o caso de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1930). Muito mais raros eram os jovens brasileiros que partiam para Europa, ou para os EUA, para realizar estudos doutorais, entrando na competição futura pelos cargos internacionais ou nacionais, a exigir títulos e competências muito superiores aos que dispunham grupos dirigentes antes da guerra. Os combates finais da guerra mostraram que os avanços científicos

e tecnológicos, especialmente no domínio da física nuclear, mas também no da bioquímica, tinham se tornado os elementos-chave da condição de potência mundial. Apenas ser herdeiro de cultura multissecular, por mais refinada que fosse, por maior reverência e admiração que suscitasse em escala planetária, não assegurava a país algum ter domínio sobre o seu futuro. Afinal, as nações asiáticas ou do Oriente Médio, de cultura milenar, como Índia, China, Camboja, Indonésia, Egito, Irã etc., dispunham de monumentos arquiteturais, esculturais, pictóricos e literários de notoriedade sem equivalência no Ocidente, mas estavam todas reduzidas à situação de colônia ou, no melhor dos casos, à de “protetorado” de países europeus. Em contraponto, o esforço de reerguer as economias nacionais e estimular o comércio internacional tornou-se prioridade absoluta das agendas políticas nacionais e internacionais; competências neste domínio passaram a ser altamente valorizadas e dotavam seus possuidores de horizontes amplos para exercê-las.

Celso Furtado vai desfrutar, posteriormente, da condição de um dos raríssimos casos de economistas da sua geração no Brasil que dispuseram de diploma de doutorado, mesmo se confrontado aos herdeiros de grandes famílias com fácil acesso ao universo cosmopolita, como era o caso de Eugênio Gudim e seu sobrinho Mário Henrique Simonsen. Mesmo Roberto Campos, que se inscreveu em estudos doutorais nos EUA graças à sua nomeação para aquele país como diplomata de carreira, não chegou a defender tese e obter o diploma em Columbia (BIDERMAN et al., 1996). Segundo o repertório de teses sobre o Brasil, defendidas na França, organizado por Anita Sabóia-Clemens no Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain (CRBC) da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), apenas duas outras teses em economia foram defendidas antes da de Furtado. Foi, sem dúvida, pioneiro ao investir em estudos doutorais em economia em centros de excelência internacional. De fato, logo teve de abandonar a postura de “observador” da cena europeia, como o fora Joaquim Nabuco no século XIX, segundo o registro de *Minha Formação*, para cavar a entrada em doutorados de primeiro plano internacional⁴. O acesso a círculos dirigentes brasileiros e internacionais de economistas, formados em meados dos anos 1960, passou a exigir doutorados em instituições de primeiro plano internacional, como assinalam as obras de Maria Rita Loureiro (1997) e de Yves Dezalay e Bryan Garth (2002). Neste sentido, as decisões de Furtado sobre realizar o doutorado na Europa prefiguram investimentos incontornáveis para gerações posteriores de aspirantes aos círculos dirigentes, sobretudo aqueles voltados para a economia.

4 Em sua autobiografia, Joaquim Nabuco, que se apresenta como quarta geração de políticos do Império brasileiro, educado em engenho de açúcar da Zona da Mata de Pernambuco, discorre sobre sua estadia na Europa como observador dos espaços políticos e intelectuais da França e da Inglaterra. Constitui bom exemplo de “viagem à Europa” como uma espécie de rito de passagem de jovens pretendentes de elites dirigentes brasileiras; modelo que pode ser observado também nos romances da última fase de Machado de Assis, sobretudo *Esau e Jacó* e *Memorial de Aires*. Uma excelente biografia de Joaquim Nabuco, inscrevendo sua ação nos círculos dirigentes de seu tempo, foi apresentada por Ângela Alonso (2007).

Começou por tentar lugar na potência vencedora da guerra, a Grã-Bretanha, mas logo se defrontou com as restrições em vigor, pois “tudo era medido e contado e as escolas superiores estavam praticamente fechadas para quem não fosse veterano das forças armadas de Sua Majestade” (FURTADO, 1985, p. 14). Então, tomou contato, em Paris, com Maurice Byé, integrante da missão francesa junto à Universidade do Brasil, e que fora privado da nacionalidade francesa, por ter o governo de Vichy punido dessa forma os que aderiram às Forças Francesas Livres, comandadas por De Gaulle. Esse professor o ajudou a racionalizar sua estadia na França, pois “foi por conselho seu que me inscrevi para preparar uma tese de doutorado em economia”, embora Furtado reafirmasse, ainda em 1985, que “na época em nada me atraíam os títulos, particularmente universitários” (FURTADO, 1985, p. 19). Inscreveu-se igualmente no Institut d’Études Politiques (IEP) de Paris, mais conhecido por Sciences Po, escola superior formadora da “nobreza de Estado”, segundo Pierre Bourdieu (1989). Frequentou, portanto,

[...] a fina flor dos futuros quadros dirigentes do país, em grande parte filhos de profissionais de nível universitário e também os remanescentes da *‘haute bourgeoisie’*. Na França é mais importante a inserção social que a renda, que é muito menos concentrada do que a riqueza e os privilégios não-monetários (FURTADO, 1985, p. 19).

Maurice Byé era especialista em comércio internacional, mas, para Furtado, era difícil pesquisar os desequilíbrios externos daquela época, em razão da ausência de dados estatísticos confiáveis. Graças a Paulo Emilio Salles Gomes, também estudando em Paris à época, Furtado teve acesso à biblioteca brasileira bem sortida, possibilitando estudar a economia colonial brasileira no período do açúcar. Maurice Byé, que não era especialista em história econômica, exigiu então a comparação com a economia açucareira das Antilhas francesas; e foi assim que Celso Furtado começou a privilegiar o ângulo da economia internacional para enfocar as dinâmicas próprias das grandes plantações brasileiras. Em suas palavras: “Minha visão internacional da economia brasileira começou com esse exercício” (FURTADO, 1985, p. 20). Não através de dados de antigos engenhos permitindo estudar as conexões com mercado mundial do açúcar, mas com análises da flutuação dos mercados do açúcar e seus reflexos na economia brasileira.

Além dos conhecimentos adquiridos ao redigir a tese de doutorado, sua realização permitiu mudar o patamar de sua carreira ao retornar ao Brasil. Além da retomada de suas funções nos estratos inferiores da burocracia pública brasileira, Furtado pôde integrar a equipe responsável pela revista *Conjuntura Econômica*, editada pela Fundação Getúlio Vargas, onde havia sido montado um centro de estatísticas sobre contas nacionais, ou seja, as variáveis-chaves do modelo de Keynes para os equilíbrios macroeconômicos, como renda nacional, investimento público e privado, gastos do governo, poupança, balanço do comércio exterior e de pagamentos etc. O mesmo centro calculava ainda vários índices de preços, fator central na economia que seria marcada pela inflação até meados dos anos 1990. Sua entrada no espaço dos economistas brasileiros se deu através do polo cosmopolita

e neoclássico, de quem se demarcaria nos anos 1950, pois na FGV pontificavam Eugênio Gudín e Otávio Gouveia de Bulhões, grandes herdeiros de famílias tradicionais instaladas na capital e ferrenhos adeptos dos dogmas neoclássicos e partidários da especialização do Brasil em exportação de produtos agrícolas ou minerais, pela crença no “teorema das vantagens comparativas”. Em suas memórias, enfatiza a superficialidade dos debates locais e dos efeitos nefastos da proscrição do Partido Comunista do Brasil em 1947, em que

[...] a guerra fria penetrava nos espíritos como um veneno paralisante. Idealizava-se a União Soviética que ninguém conhecia, e a simpatia que existira pelos Estados Unidos durante a guerra fora substituída por um preconceito desfavorável com respeito a tudo que procedia deste país. (FURTADO, 1985, p. 41).

A vinda da missão americana presidida por homem de negócios, a missão Abbink, suscitou a esperança que um plano Marshall estaria sendo concebido para dotar a economia brasileira de dinamismo equivalente à recuperação europeia; o debate sobre a soberania nacional foi virulento, ainda mais porque a missão teve por fim último apenas dimensionar a eventual inadimplência do Brasil, dada sua capacidade reduzida de pagamento de suas dívidas internacionais. Nessa época, chega a notícia de instalação da Comissão Econômica das Nações Unidas em Santiago, com pedido a Otávio Gouveia de Bulhões, então chefe da divisão de Estudos Econômicos e Financeiros, ligada ao Ministério da Fazenda, que indicasse um economista brasileiro. Para surpresa de Bulhões, Celso Furtado pleiteou este posto; vários foram os colegas que tentaram dissuadi-lo, alegando que os EUA haviam combatido a criação da Cepal/ONU e que seu mandato era temporário. O secretário-executivo da Comissão, em ida ao Rio de Janeiro, foi recebido por Celso Furtado e se mostrou bem pouco receptivo à ideia de acolhê-lo em Santiago. Todavia, não teve como recusar a indicação formal de Bulhões do nome de Celso Furtado, que teve que viajar às suas custas para poder se apresentar, no dia fixado, nos escritórios de Santiago. Lá chegando, soube que outro funcionário, de origem cubana, havia tentado sustar sua nomeação, alegando que “nunca seria um economista aproveitável” (FURTADO, 1985, p. 52). Diante de tantos obstáculos, cabe se interrogar por que Celso Furtado investiu tanto nessa oportunidade de se tornar funcionário das Nações Unidas, baseado em Santiago do Chile. Não demonstra haver sido contrariado em sua passagem pela FGV, tampouco de estar sendo mal remunerado. Diferentemente da diversidade de motivos adiantados para a segunda viagem à Europa, onde todos têm sua pertinência, a simples desilusão com o nível dos debates intelectuais no Brasil não parece ser suficiente para tantos investimentos materiais e emocionais implicados nessa mudança de rumos. A ausência de competidores para essa função diz muito sobre o interesse restrito que tinha para pretendentes a círculos dirigentes brasileiros ou internacionais. No livro de memórias, nenhum outro acontecimento relevante é aventado; na cronologia apresentada no tomo I, há referência ao casamento com a química de origem argentina, Lucia Pieva Tosi, no segundo semestre de 1948, o primeiro filho do

casal, Mário Tosi Furtado, nascendo no ano seguinte. Possivelmente, a residência em Santiago, metrópole de certa forma equidistante entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro, tivesse atrativos outros que não razões de ordem intelectual, política ou profissional.

Ressalte-se ainda que o ambiente inicial de trabalho na Cepal/ONU foi decepcionante, sobretudo pela ausência de diálogo estimulante entre colegas, em virtude do recrutamento de jovens de elite latino-americanos com doutorado nos EUA e aspirações muito limitadas. Furtado parece ter ficado isolado como ex-doutorando de universidade francesa: “Perguntava-me como era possível que aqueles jovens, educados em universidades norte-americanas, tivessem um horizonte de preocupações tão limitado. A maioria pensava em buscar trabalho nos Estados Unidos, se a Cepal não perdurasse” (FURTADO, 1985, p. 55).

A ousadia de economistas periféricos

Apenas em fevereiro de 1949 as coisas começaram a mudar, com a chegada de Raúl Prebisch, criador do Banco Central Argentino e, segundo as lembranças de Furtado (1985, p. 58), “sem lugar a dúvida, o único economista latino-americano de renome internacional”. Em um primeiro momento, não houve muita interação com a equipe da Cepal/ONU em funcionamento; em seguida, Prebisch distribuiu *paper* subitamente recolhido, no qual apresentava teses ligadas a confrontos havidos sobre controles de câmbio na América Latina, contra a vontade de Washington. Apenas às vésperas da conferência de Havana, Prebisch distribuiu novo texto com quadros e gráficos, onde o tom era incisivo, pois Celso Furtado o qualifica de “manifesto que conclamava os países latino-americanos a engajar-se na industrialização”; desde o princípio “o ataque à ordem internacional existente e seus ideólogos era direto: nessa ordem não cabia a industrialização dos países novos”, se os latino-americanos não possuíam uma correta interpretação teórica, sabiam ser necessário abandonar “a ótica dos centros mundiais” (FURTADO, 1985, p. 60). A crítica central estava voltada para o caráter da divisão internacional do trabalho, pois as “relações de troca evoluíram persistentemente contra os países da periferia” (FURTADO, 1985, p. 61). Data deste momento a aproximação intelectual e afetiva entre Prebisch e Furtado, com o jovem economista aderindo à teorização proposta por Raúl Prebisch, se prontificando a traduzir o texto para o português e a editá-lo na *Revista Brasileira de Economia (RBE)*, reduto por excelência do pensamento ortodoxo no Brasil.

Adversário de Perón, Prebisch não dispunha de cobertura diplomática em seu país de origem; a aliança com Celso Furtado dotava-o de um jovem discípulo que difundia suas formulações polêmicas, em um Brasil que ensaiava, desde a guerra, a arrancada para a industrialização. Celso Furtado vai usar as interrogações de Prebisch para conceber novas explicações do processo de industrialização no Brasil, processo que seria chamado de “substituição de importações”: a crise de 1930 não levava à falência as unidades agroexportadoras de café porque houvera “socialização das perdas”, o Estado adquirindo em moeda nacional os estoques invendáveis. A redução de divisas estrangeiras limitava as aquisições de produtos

importados, elevando seus preços em moeda nacional, o que dotava as indústrias locais de competitividade superior. Começa assim o crescimento apoiado na produção industrial, que reconduz o gargalo na capacidade de importar, permitindo à indústria avançar, sobretudo quando as previsões de órgãos públicos antecipam os maiores gargalos a cada passo. Além de tudo, a interdependência criada entre as várias empresas e setores industriais permitia unificar o enorme espaço territorial brasileiro, até então ocupado por ilhas de grandes plantações voltadas para o comércio exterior, mas pouco ou nada vinculadas entre si. O novo modo de interligar todos os setores econômicos dava solidez e consistência às decisões elaboradas com base no que podia ser observado no interior do território do país. Conclusão lógica: a industrialização “estava cimentando a nacionalidade” (FURTADO, 1985, p. 70). Esse ensaio, preparado durante o segundo semestre de 1949, será editado pela mesma *RBE* em março de 1950. O dueto Prebisch-Furtado começava, assim, a propor novas problemáticas a serem investigadas na articulação agricultura de exportação-indústria, e também nos modos de gerir as sucessivas crises cambiais, abrindo o espaço de alternativas para ação do Estado como promotor do crescimento econômico e de uma melhor distribuição dos incrementos de renda assim obtidos. A fecundidade intelectual das questões impostas pela Cepal/ONU apontava novos caminhos para as economias latino-americanas e logo se duplicou, por conceber modalidades de programação de políticas públicas para assegurar a continuidade (hoje sealaria de sustentabilidade) de longo prazo desse crescimento. Treinar jovens dos países latino-americanos para enfrentar os desafios apresentados pela transição de economia “primário-exportadora” à “industrial” tornou-se atividade estratégica para divulgação do novo pensamento; essa tarefa reforçou a rede de apoio à existência da Cepal/ONU em todo o continente, particularmente entre os jovens universitários com poucas chances de acesso aos doutorados na Europa e nos EUA, e obrigou a sistematizar as novas concepções teóricas e a explicitar em que constituíam os avanços em face do corpo tradicional da disciplina, ou mesmo das demais correntes heterodoxas.

Esse dueto entre Furtado e Prebisch seria reforçado ao enfrentarem a ameaça à liquidação da Comissão, com a manobra da diplomacia norte-americana de absorver seus “serviços” no quadro da Organização dos Estados Americanos (OEA), muito mais dócil a Washington que a arena da ONU. Com a passagem de Prebisch à posição de secretário-geral da Comissão em 1950, com sua postura independente diante das instâncias superiores na ONU e sua aproximação com economistas da assessoria econômica do segundo governo de Vargas, além do acirramento da Guerra Fria com os combates na Coréia, as restrições à Cepal/ONU aumentaram no interior da diplomacia norte-americana, com boatos constantes sobre o seu fechamento futuro. Um embate decisivo teve lugar na conferência do México, em 1951, quando as instruções enviadas por Getúlio Vargas fizeram ruir todas as manobras norte-americanas contra a Cepal/ONU e sua crescente autonomia intelectual, para forjar instrumentos de identificação dos obstáculos à industrialização e à partilha mais equânime de seus frutos. Prebisch solicita audiência de agradecimento a Getúlio Vargas, assegurada pela mediação do colega de Liceu Paraibano de Furtado, Cleantho Leite, na época vinculado à poderosa assessoria econômica de Vargas. A

conversa demonstrou a Prebisch que Vargas lhe garantiria apoio duradouro na ONU e em seus organismos, e mostrou a Getúlio Vargas que as escolhas pragmáticas que fizera tinham fundamento teórico, proposto por economistas de renome na cena internacional, embora em círculos periféricos. Tudo isso mediado pelo jovem nordestino de trinta anos, amigo de membro de sua assessoria. As lembranças de Furtado mereceram o seguinte registro:

Vargas ouvia com inequívoco interesse (“uma daquelas sínteses magistrais de Prebisch”). Ele havia sido o homem da industrialização, mas a tateios, lutando contra a “boa doutrina” dos mestres da época. Agora ouvia uma demonstração lapidar de que havia feito a escolha certa. (...) Vargas praticamente iniciava seu novo governo e parecia decidido a imprimir – lhe um cunho altamente industrialista. Agora tomava conhecimento de que havia todo um movimento de idéias, na América Latina, em prol dessa política, de que não estava só (FURTADO, 1985, p. 122-123).

Por conseguinte, o depoimento de Furtado demonstra como o pensamento inovador da Cepal/ONU supôs suportes políticos fruto de profundos investimentos pessoais em duas frentes diferentes. Uma relativa ao plano do conhecimento, pela busca e tratamento de informações sobre as economias de diferentes países latino-americanos, permitindo entender como as crises sucessivas das atividades agroexportadoras, ou de exploração de minérios como no Chile, poderiam desembocar em industrialização através de substituição de importações, atraindo os centros dinâmicos e as decisões para o interior das arenas nacionais, diminuindo o peso do mercados de bens e de instituições financeiras sem vínculos com os circuitos internos aos marcos nacionais. Não se tratava de modo algum de romper os laços de comércio com as potências do hemisfério norte, de promover uma modalidade de “produção para autoconsumo” ou promoção de autossuficiência nacional, mas de alterar esses vínculos internacionais, permitindo importar bens de equipamento e tecnologia inovadora, ou combustíveis e minerais não disponíveis em cada território, mediante pautas de exportação que poderiam ser diversificadas. A outra frente fundamental de investimentos pessoais implicava construir as bases políticas e diplomáticas que assegurassem a existência dessa instituição internacional no longo prazo. Note-se que a equipe foi-se ampliando e numeroso e diversificado foi o quadro de “técnicos” da Cepal/ONU, e mesmo de instituições de formação e treinamento universitário, a exigir vínculos de solidariedade e compreensão mútua em toda a América Latina. Sem sombra de dúvidas, se Celso Furtado também exprimiu no mesmo livro as questões que provocaram divergências e desacordos com Raúl Prebisch, um dos maiores méritos de seu testemunho foi o de restituir como apenas Prebisch dispunha de capitais sociais e de notoriedade suficiente para contestar a hegemonia absoluta das visões conservadoras, defensoras do caráter imperativo e inexorável da “divisão internacional do trabalho”, e abrir os horizontes para todas as mudanças sociais associadas à industrialização. Os fundamentos do prestígio de Prebisch, baseados em seus vínculos com as negociações internacionais em face dos preços de bens agrícolas, como o trigo e a carne, foram minuciosa e brilhantemente

estudados por Joseph Love (1996), que faz notar a origem social bem mais elevada do argentino em relação ao seu discípulo brasileiro. Ambos pertencem a gerações diferentes e a frações dirigentes diferentes em seus países de origem. Estamos diante de depoimentos que chamam atenção para as condições sociais e institucionais de elaboração do pensamento coletivo, admitindo variações e discordâncias individuais. Os protagonistas não precisam se devorar para se apresentarem como pioneiros únicos de ideias de fato partilhadas, porque se tornaram conscientes de que apenas com a junção de qualidades diferentes e complementares, inclusive seus pertencimentos nacionais distintos, puderam enfrentar por certo tempo adversários bem melhor dotados de recursos sociais, de credenciais intelectuais, de prestígio e de apoios políticos.

Não detalharemos aqui as polêmicas entre os tenores do pensamento neoclássico, sobretudo Gudin e Bulhões, e os economistas da Cepal/ONU, sobretudo a dupla Prebisch e Furtado⁵. Não foram apenas economistas e diplomatas norte-americanos que buscaram se opor a essa nova corrente de pensamento e com a força das instituições internacionais por eles controladas; de maneira crescente, constituiu-se uma frente de economistas liberais no Brasil, sobretudo encastelados na Fundação Getúlio Vargas, com progressiva vinculação com departamentos das universidades norte-americanas, de maneira homóloga aos “Chicago Boys”, em época posterior, em Santiago, para contestar as teses propostas pela Cepal/ONU e para reafirmar o primado da política econômica restrita à política fiscal e monetária. Como ressaltou M. R. Loureiro (1997), esboça-se, neste momento, um “campo dos economistas”, na acepção de Pierre Bourdieu (2001), de microcosmos dotados de força centrípeta, onde os especialistas disputam principalmente a palavra autorizada sobre o assunto objeto de controvérsia. Celso Furtado detalha ainda como foi constituído o “grupo-misto” Cepal/BNDE, sob sua coordenação, ainda em 1953, para estudar os pontos de estrangulamento do processo de industrialização brasileiro. Data dessa mesma época a preparação de seu primeiro livro, intitulado *A economia brasileira*, publicado em 1954 pela casa editorial A noite. Mas a ponte, para seu retorno ao Brasil em 1958, foi reforçada com a crise que redundou no suicídio de Vargas. Furtado apresenta seu testemunho nos seguintes termos: “Criado o trauma, a campanha eleitoral de 1955 concentrou-se em torno da ideia de prosseguir ou não com a política de Vargas, vale dizer dar continuidade ao esforço de industrialização ou negar-lhe validade” (FURTADO, 1985, p. 175). Na urgência, e diante de vivas polêmicas, a equipe de Juscelino Kubitschek pode retomar as metas calculadas pelo grupo misto Cepal/BNDE, pois “ali estavam calculadas as metas de todos os setores estratégicos, com explicitação do esforço de investimentos a ser realizados” (FURTADO, 1985, p.175). Assim, Celso Furtado passava a figurar como personagem ainda nos bastidores, mas com participação direta na definição das orientações a serem imprimidas ao esforço econômico mobilizado a partir do Estado. Também frente à assessoria econômica de Vargas e seu progressivo deslocamento para o BNDE, Celso Furtado figurava como

5 O leitor interessado nas controvérsias teóricas suscitadas pela Cepal/ONU deve ler os dois livros de referência publicados por Ricardo Bielschowszki (1988; 2000); bem como o livro de Joseph Love (1996).

“técnico” dispo de mais títulos internacionais, como o doutorado, e seu renome evocava ainda hipóteses inovadoras sobre o futuro da América Latina e do Brasil.

Antes do retorno ao país natal, porém, decide passar um ano no reduto mais duro do keynesianismo, a convite de Nicholas Kaldor, em 1957, para estadia ligada a estudos, pesquisas e conhecimento mais acurado dos debates internacionais mais relevantes sobre crescimento econômico. Ir para Cambridge, naquele momento, significava dialogar com o centro de formação doutoral e de pesquisas de ponta em economia de maior fama em todo o mundo. Em certo sentido, pode-se aproximar essa estadia em Cambridge do que seria considerado, nos anos 1980, um pós-doutorado no exterior, diversificando os centros de excelência a que teve acesso direto.

Com as mudanças políticas na Argentina, a partir da queda de Perón, Prebisch havia retornado ao país de origem; desse modo, os investimentos intelectuais e políticos do dueto não foram concentrados apenas no fortalecimento da instituição internacional da Cepal, mas multiplicaram-se com a inscrição de cada um dos parceiros em círculos políticos de seus países respectivos. Fato é que, a partir de 1953-1954, nota-se que Celso Furtado passa a investir prioritariamente na cena brasileira, como demonstra a publicação de sua obra como economista que começa a ser editada neste momento. Contudo, as controvérsias desencadeadas pela Cepal foram eminentemente internacionais e os ataques se dirigiam à pertinência e a unicidade das hipóteses sobre as quais se assentavam diante do conhecimento econômico utilizado na Europa ocidental, sobretudo na Inglaterra e na França, assim como nos Estados Unidos. Abrir espaço para o conceito de “subdesenvolvimento”, em que se pensava o caminho particular do crescimento econômico em “países periféricos”, implicava restringir a abrangência da teoria econômica então existente, que de “geral” e “universal” passava a ter validade restrita para países ditos “centrais”, “industrializados” ou “desenvolvidos”. Esse esforço propriamente conceitual e crítico começou nos primeiros textos da Cepal, sobretudo no famoso relatório de 1949 (cf. NACIONES UNIDAS, 1950). Como ressalta Joseph Love (1996), Prebisch era um bom conhecedor da obra de John Maynard Keynes, e havia publicado um livro sobre suas teorias. Ao aceitar o convite de Cambridge, financiado por bolsa da Fundação Rockefeller, Furtado dava, de certa forma, continuidade a investimentos intelectuais feitos na Cepal, retomando como quadro teórico questões e conceitos proposto por Keynes. Na *Fantasia Organizada*, Furtado relatou antes a ida aos Estados Unidos, em 1951, para certificar-se sobre os debates teóricos em andamento, particularmente em relação ao crescimento dos países periféricos, ocasião em que encontrou Walter Rostow e sua generalização das etapas explicitadas pela curva do crescimento de qualquer país e do significado do *take off*. O conceito de “subdesenvolvimento” se contrapunha explicitamente à ideia de apenas uma forma da historicidade do desenvolvimento econômico e da revolução industrial. Essa expressão não veio de teóricos vinculados a departamentos norte-americanos de excelência, mas apareceria sobretudo dentro de Comissões Econômicas promovidas pela ONU nos diversos continentes, em aberta oposição a esta formulação de pretensão universal por parte de acadêmicos norte-americanos. Na segunda metade dos anos 1950, o keynesianismo fornecia o quadro teórico hegemônico tanto na Europa como nos

EUA, e Cambridge se afirmara como polo central do cenário mundial. Segundo Furtado, embora não dominantes institucionalmente, teóricos como Nicholas Kaldor, Joan Robinson, Piero Sraffa, Amartya Sen, impulsionavam debates sobre o processo de acumulação de capital, os dois primeiros tendo publicado, à época, obras de referência sobre o assunto. A controvérsia com os neoclássicos norte-americanos, sobre a função de produção macroeconômica e as maneiras de operacionalizá-la, contribuiu ainda mais para sublinhar a fecundidade científica dos “keynesianos de esquerda” de Cambridge, UK.

Foi nesse quadro estimulante, de retorno ao quadro conceitual proposto por Keynes para pensar o processo de crescimento econômico e a acumulação de capital que o torna possível, que Celso Furtado retomou seus trabalhos precedentes sobre o Brasil e redigiu seu livro de maior impacto intelectual: *Formação econômica do Brasil*. Iniciando o trabalho pelo exame da economia do açúcar desde o século XVII, tema abordado em sua tese de doutorado, passando pela economia do café e o estudo das políticas econômicas adotadas para tentar controlar as flutuações do mercado internacional, com uso de recursos do Tesouro Nacional para defender os rendimentos das elites agrárias hegemônicas, consolidava interpretação original para explicar a passagem de economia de *plantation*, voltada para mercados do hemisfério norte, à economia industrial dotada de molas de crescimento internas. Não houve propriamente novidade historiográfica nesse trabalho, por uso de fontes inéditas, nem acesso a arquivos desconhecidos, mas, sim, uma elaboração sistemática de hipóteses extraídas do quadro teórico keynesiano para repensar dados disponíveis em trabalhos historiográficos ou de estatísticas econômicas analisadas dentro da FGV e da Cepal. O depoimento de Celso Furtado revela lucidez e honestidade intelectual:

Foi dessa idéia (elaborar modelo da economia do açúcar) que surgiu a *Formação econômica do Brasil*, redigido entre novembro de 1957 e fevereiro de 1958 nas “sobras de tempo” que ia furtando ao festival do debate teórico. [...] O livro seria uma coleção de hipóteses com demonstrações apenas iniciadas ou sugeridas. Os detalhes historiográficos seriam praticamente omitidos, para que o leitor captasse facilmente o movimento do tempo do conjunto observado. (FURTADO, 1985, p. 205).

O qualificativo de sua obra como um “vasto afresco” define bem o teor do livro, que tinha o valor de propor novas interrogações e novo quadro conceitual para pensar a “economia brasileira”. Sua notoriedade como “teórico do subdesenvolvimento” se afirmou a partir de então, passando de jovem promissor, importante nos bastidores do poder, à liderança intelectual no Brasil com projeção internacional. Para essa notoriedade nacional, referendada pelo prestígio internacional, contribuiu fortemente a publicação de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, em 1961, no momento em que já se firmara como “técnico” e administrador inovador através da Sudene. Retomou trabalhos publicados nos últimos dez anos e adicionou capítulos inéditos dedicados a explicitar dinâmicas particulares das economias subdesenvolvidas (ver FREIRE D’AGUIAR FURTADO, 2009). A exemplo do que fizera Prebisch no famoso relatório da Cepal de 1949

editado pela ONU, faz uma recapitulação dos modelos econômicos dos clássicos, dos neoclássicos, dos keynesianos e dos marxistas, assinalando as críticas que dirigia a uns e outros e buscando fundar a ideia de que todos eles servem para dar conta das economias de países do hemisfério norte, onde ocorreram revoluções industriais, mas que os diferentes arcabouços teóricos eram insuficientes para entender as dinâmicas de economias “periféricas” ou “subdesenvolvidas”. Assim, atacava frontalmente a universalidade da ciência econômica, mesmo considerando o pluralismo de correntes. Na segunda parte, apresentava seu próprio modelo das economias subdesenvolvidas e a historicidade de suas transformações. Houve aí também análises originais sobre o processo brasileiro, mas se valeu sobretudo de sua inscrição anterior em estudos sobre o conjunto da América Latina para apresentar problemática de visada universal. Nomeou seu esforço teórico de ponto de vista de “economista de país subdesenvolvido”, mas que merecia permanecer lado a lado com os estudos feitos nos países industriais avançados, recusando qualquer redução das economias subdesenvolvidas a meras etapas anteriores das economias industriais avançadas. Especialmente em relação à economia internacional, este enfoque implicava polaridades diferentes e subordinadas, forçando a análise a ultrapassar as fronteiras nacionais e se situar de saída no plano de sistema assentado em bases internacionais. Afirmou acreditar que desta forma contribuía para “melhor compreensão do papel do Estado no plano econômico”; sua qualificação, na introdução do livro, enfatizando a complementaridade de seus esforços com os modelos oriundos de economias industriais avançadas, mostra como percebia seu esforço teórico dentro da divisão internacional do trabalho intelectual:

A evolução do autor nesse terreno realizou-se em anos de trabalho como pesquisador e analista, principalmente na qualidade de economista da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). A necessidade de diagnosticar a problemática de sistemas econômicos nacionais em diversas fases de subdesenvolvimento levou – o a aproximar a análise econômica e o método histórico. O estudo comparativo de problemas similares, no plano abstrato, em variantes condicionadas por situações históricas diversas e em distintos contextos nacionais, induziu-o progressivamente a adotar o enfoque estrutural dos processos econômicos. [...] Evidentemente, é este um ponto de vista de economista de país subdesenvolvido. Não exclui a possibilidade de que o trabalho teórico, atualmente em curso nos países desenvolvidos, de construção de modelos mais e mais completos das estruturas típicas industriais mais avançadas, no quadro institucional da livre empresa, continue contribuindo para precisar conceitos e relações de ampla eficácia explicativa. (FURTADO, 2009, p. 19).

O livro alcançou amplo sucesso de crítica e de público, com duas edições no mesmo ano de lançamento e quatro até 1965; logo foi traduzido para o espanhol (1964), o inglês (1964) e o francês (1966), o que contribuiu para a inserção universitária posterior durante seu exílio. Assim, o retorno ao Brasil, durante a presidência de JK, não o desvinculou de debates da ciência econômica no nível internacional, como poderia acontecer se oferecesse modelos cuja validade seria

restrita às fronteiras brasileiras, mas reforçou sua estratégia de desafio às teorias hegemônicas em escala planetária, e de elaboração de quadro conceitual original e distinto. A imagem de “teórico” promissor contribuiu para sua ação como “ideólogo” de forças nacionalistas que buscavam sua consolidação diante do acirramento dos conflitos localizados da época de “guerra fria”. Francisco de Oliveira, seu braço direito na Sudene, cunhou uma expressão para definir o ímpeto com que retornou para os debates intelectuais e políticos brasileiros desde finais de 1958, e o sentido de missão para com as próximas gerações de brasileiros, até o voo ser interrompido pelo golpe militar de abril 1964: “demiurgo do Brasil” (OLIVEIRA, 1983).

Demiurgo sem tropas, construção interrompida

A publicação de *Formação econômica do Brasil* permitiu a Celso Furtado retomar seus trabalhos anteriores, desde a tese de doutorado na França, passando pelos trabalhos realizados dentro do quadro da Cepal, até os livros editados no Brasil, para explicar a especificidade da industrialização brasileira, que não fora impulsionada por política protecionista assegurada pelo Estado nacional, mas efeito não intencional da política de proteção aos interesses agroexportadores, sobretudo de defesa das elites de cafeicultores de São Paulo. Essa hipótese tinha a vantagem adicional de tentar explicar, de forma plausível, como havia ações do Estado que favoreceram as indústrias nascentes, e a interdependência entre os vários ramos da indústria, sob a clara hegemonia do pensamento de elites conservadoras e adeptas da tese do caráter inelutável da “divisão internacional do trabalho”, que imporia ao Brasil a especialização na produção de alimentos e matérias primas tropicais. Tese que se ajustava perfeitamente aos forçados interesses agroexportadores, que lograram impor, desde o regime de 1930, organismos como o Instituto Brasileiro do Café, o Instituto do Açúcar e do Alcool, o Instituto Brasileiro do Cacau, e outros, que controlavam completamente as decisões de produção e comercialização interna e externa dessas agroindústrias, financiando o *deficit* de tais empreendimentos, sempre que havia evoluções desfavoráveis dos preços internacionais, com recursos do Tesouro Nacional, agravando as fontes de inflação no país. Note-se que tanto Celso Furtado como os demais colaboradores da Cepal sempre tentaram demonstrar que essa via de industrialização era a de maior custo social, e que a industrialização poderia prosseguir deixando falir os empreendimentos agroexportadores sem condições de concorrência no nível internacional e nacional, aproveitando a ocasião para redistribuir o patrimônio fundiário sem aproveitamento agrícola (os “latifúndios improdutivos”), mediante ampla reforma agrária. Havia vias alternativas de crescimento econômico que permitiriam a melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo e da cidade. Por conseguinte, a análise do legado histórico da economia brasileira abria os horizontes para entender a multiplicidade de atores sociais e políticos com interesses conflitantes, bem como a diversidade de caminhos a que o crescimento industrial, e a urbanização que favorecia, poderia estar associado. O retorno de Celso Furtado ao Brasil, em 1958, se deu, assim, como autor de mensagem mobilizadora, fundada em arquitetura conceitual referendada por um

dos mais importantes centros do pensamento econômico - Cambridge, Grã Bretanha -, herdeiros de Keynes, numa época em que tinham hegemonia mesmo entre os economistas norte-americanos; bem antes, portanto, da revolução conservadora e neoliberal promovida pelos mentores dos “Chicago Boys” (DEZALAY; GARTH, 2002). Note-se também que seu retorno contou com o apoio do grupo de economistas polarizado pela FGV do Rio de Janeiro, pois a nomeação de Lucas Lopes para ministro da fazenda de Juscelino elevou Roberto Campos à condição de presidente do BNDE, entrando Celso Furtado como diretor de desenvolvimento regional. Celso Furtado se situou em ponto mediano entre os neoclássicos da FGV, por um lado, e os marxistas da assessoria econômica de Vargas, por outro.

De fato, o que tornam claro as memórias editadas no livro *Fantasia Desfeita*, organizadas como tomo II do *Fantasia Organizada*, é que as responsabilidades assumidas por Celso Furtado para promover a industrialização de sua região natal – o Nordeste – implicaram o uso de sua notoriedade internacional e de seus contatos políticos na mais alta esfera do Estado brasileiro para se impor na arena regional. Sua imagem – fotos, gravuras, filmes – e seu sotaque nordestino inofismável pareciam sugerir que sua liderança se impusera naturalmente, pelo seu brilhantismo, desde a cena local e regional até chegar aos mais altos escalões da política nacional e internacional. Mas foi exatamente o inverso que ocorreu, o que explica também que foi na condição de adversário declarado das elites agrárias e conservadoras nordestinas, as mais tradicionais em um país colonizado a partir do século XVI, que instituiu a agência federal para dinamizar e promover melhorias econômicas e sociais capazes de reverter o declínio secular da região e sua integração no esforço nacional de industrialização. Essa inovação institucional se inscreveu, sem dúvida, na tentativa havida no período de 1959-1964 de renovação das lideranças nordestinas; em abril de 1964, quando tropas do Exército depuseram o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, em Recife, Furtado estava ao seu lado: o relato apresentado nessa “Fantasia 2” é simbólico de como foi abortada uma ação coletiva de resultados até então encorajadores. Retrospectivamente, ele assinala como as disparidades regionais, acrescidas da evolução concentrada no centro-sul, estavam provocando tensões fortes, e que esperava contribuir para a “renovação dos quadros políticos”:

A alarmante decadência do Nordeste, em mãos de uma velha classe de políticos predatórios, numa fase de forte crescimento do Centro – Sul, como eram os anos 50, induzia a pensar que o país, como um sonâmbulo caminhava para o despenhadeiro. [...] O presente livro recolhe um testemunho em torno do considerável esforço realizado, com a chamada Operação Nordeste, para mudar o rumo da história da região. Esse esforço se inseria em amplo processo de mudança social, todo ele orientado para recuperar o atraso político e abrir espaço a fim de que parcelas crescentes da população regional assimilassem na plenitude os direitos de cidadania. Verdadeiras mudanças não poderiam vir senão da renovação dos quadros políticos, com o aumento de sua representatividade e a rejeição, para um desvão da história, das velhas oligarquias. (FURTADO, 1989, p. 11).

Cabe considerar que o voluntarismo do Plano de Metas de Juscelino Kubistchek provocou, indubitavelmente, crescimento econômico, mas associado à meta de construir Brasília a partir do nada, não prevista pelos economistas do BNDE, para inaugurá-la antes do fim de seu mandato presidencial, os investimentos públicos provocaram uma aceleração da inflação e o aumento da dívida externa. Em 1958, as críticas à política econômica de JK aumentaram e o Fundo Monetário Internacional (FMI) pressionou para que se reduzisse a velocidade das obras públicas e fosse dada prioridade ao combate inflacionário. Internamente, as críticas de adversários políticos aumentavam, porque 1957 havia conhecido forte seca na região Nordeste – fato que tinha ainda maior repercussão porque o adversário mais expressivo de JK nas eleições presidenciais, após a morte traumática de Vargas, fora Juarez Távora, justamente originário de família do sertão do Ceará. Desde 1954, implantaram-se em Pernambuco as Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião, reivindicando direitos sociais para o campesinato e propugnando a reforma agrária, em quebra frontal do monopólio da representação política em mãos de grandes senhores de terra. Mesmo a Igreja Católica, sobretudo com a chegada de Dom Helder Câmara a Recife, chamava atenção para a pobreza na região e a ameaça potencial que isto representava. Celso Furtado relata em suas memórias que foi neste quadro de crise política que Juscelino convidou ao palácio vários atores da arena política, como o citado D. Helder, chamando também o novo diretor do BNDE, para se refletir sobre o combate às disparidades regionais. Furtado aproveitou essa ocasião para uma crítica em regra dos modos de intervenção do Estado federal na região Nordeste e para validar os resultados dos estudos feitos recentemente por sua equipe no BNDE.

O economista evidenciou que, valendo-se da política de combate às secas desde o governo de Epitácio Pessoa, retomada em maior amplitude com a criação do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) em 1932, justamente por políticos de sua Paraíba natal, o governo federal nada mais fez do que subsidiar a retenção de camponeses explorados violentamente por grandes proprietários de terra, alimentando-os e atribuindo pagamentos irrisórios, e realizando obras de construção de açudes e de estradas que valorizavam as terras dos grandes proprietários, uma vez a seca terminada. Assim desvelava o paradoxo: quem mais vocalizava a miséria da região eram elites que mais se aproveitavam das modalidades de combate às crises cíclicas. Em reportagens posteriores de Antônio Callado, para viabilizar o voto na Sudene, tais elites seriam mesmo alcunhadas de “industriais da seca”. Mostrava ainda que as águas retidas em barragens e açudes não beneficiavam a produção de alimentos em roçados e sítios de camponeses, mas ficavam esterilizadas por fazendas de pecuária ao seu redor. Caso o governo quisesse impedir o caráter cíclico das crises deveria concentrar seus esforços no estímulo à produção de alimentos, o que significava privilegiar as explorações de camponeses e médios proprietários, nunca os fazendeiros. Por outro lado, o verdadeiro remédio para conter a emigração, que acompanhava a constatação de salários mais elevados na indústria do centro-sul, era promover a industrialização no Nordeste, assegurando mercado para produtores de bens alimentares e maiores índices de produtividade na ocupação de mão de obra. Celso Furtado aplicava, assim, à sua região natal os

programas de desenvolvimento promovidos pela ONU em escala planetária; e ao mesmo tempo contribuía para deslegitimar o poder político das elites agrárias tradicionais, fazendo ver que a seca era menos uma fatalidade imposta pela natureza, como o imaginário nacional assimilara desde *Os Sertões* de Euclides da Cunha, mas processos sociais que impediam a produção de alimentos por camponeses em maior escala, em que as modalidades de ação do Estado no momento de crise aguda contribuía para agravar o problema em crise futura. Na verdade, poucos teóricos contribuía tanto para a visualização precisa dos modos de perpetuação de elites decadentes, que apelavam à solidariedade extrarregional com “dramas dos irmãos atingidos pela fatalidade da natureza”, quanto Celso Furtado, que havia descrito em detalhes, em *Formação*, como também os cafeicultores, senhores de engenho e usineiros do açúcar faziam constantes apelos à “socialização das perdas” e à “privatização dos benefícios”.

A intervenção oral de Furtado convenceu os demais participantes da reunião sobre os instrumentos para enfrentar a crise do Nordeste e, sobretudo, o Presidente da República, indicando que era preciso criar um novo programa, denominado de “Operação Nordeste”. JK chegou mesmo a prometer, nessa ocasião, que este programa teria a mesma prioridade que a construção de Brasília, já que poderia associar a modernidade simbolizada pela nova capital à reversão do declínio do polo atrasado do desenvolvimento brasileiro. O presidente mineiro, que lançara Brasília para desanuviar os conflitos entre estados federados, de longa data acostumados com o Rio de Janeiro como capital, à imagem do que Minas Gerais fizera em fins do XIX ao abandonar a centralidade de Ouro Preto, ao construir Belo Horizonte, via agora sua ação poder se implantar no polo regional mais hostil ao seu governo: o Nordeste.

A criação da Sudene, em 1959, foi obra de engenharia política tão específica que o próprio Furtado classifica tal feito como “reforma constitucional”. Segundo a análise que reproduz em suas memórias, o sistema federativo operava nos anos 1950 da seguinte maneira: afora o Presidente da República, as figuras mais importantes eram os governadores dos estados, que negociavam com a presidência diretamente os créditos e os investimentos que poderiam beneficiar os territórios de cada estado. Não era à toa que a eleição decisiva no nível local era a de governador do estado, que influía diretamente em todas as demais disputas para órgãos legislativos. Entre o nível federal e o de cada estado da federação, nenhuma mediação. Exatamente nesse plano é que a Sudene constituiu uma invenção política: Furtado previu um conselho deliberativo da Sudene como seu órgão de maior poder, onde tinham assento todos os governadores dos estados, assim como os bancos públicos e as empresas federais com atividades locais. Criou-se, assim, uma instância de poder propriamente regional, obrigando a que governadores de diferentes partidos políticos negociassem entre si, adotassem uma retórica comum em bases regionais e explicitassem interesses coletivos para reverter as desigualdades constatáveis em escala nacional. Note-se, porém, que essa articulação em bases regionais propiciava de fato um aumento do poder centralizado nas mãos do Presidente da República, pois o número de representantes nomeados diretamente no nível federal, para além do superintendente, era majoritário nesse conselho.

A nova política regional foi anunciada em maio de 1959, mas o voto de criação dessa agência federal ocorreu apenas em dezembro daquele ano. Suas memórias registram que a principal oposição a este órgão, que não ousava proclamá-lo abertamente, era composta pelas elites políticas nordestinas; o voto majoritário pela criação da Sudene veio de parlamentares do Centro-Sul, não do Nordeste. Por sinal, o trabalho político de criação de um arco de forças que apoiassem a existência desse novo órgão não se limitou aos debates locais ou regionais. Em seu início, Furtado chegou a contar com o apoio da administração Kennedy, que o percebia como um reformista que introduzia mudança social por meios pacíficos, representando a melhor garantia de que uma revolução de inspiração comunista não viesse a prosperar. Bob Kennedy, irmão do Presidente, chegou a visitar Pernambuco, sendo conduzido por Celso Furtado à sede da primeira Liga Camponesa, no engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão. A United States Agency for International Development (Usaid) apoiou as primeiras ações conduzidas por essa agência, mudando radicalmente seu proceder com o fracasso da invasão da Baía dos Porcos em Cuba, visando derrubar Fidel Castro. Como a *Fantasia Desfeita* assinala, a lógica da guerra fria passou a impor a velha estratégia binária dos poderes imperiais: ‘quem não está comigo, está contra mim’. Como Furtado aprendera na Cepal, a construção institucional dependia tanto de apresentar projetos inovadores para remover os obstáculos ao crescimento econômico e à distribuição de seus frutos quanto de preservar bases de sustentação propriamente políticas, que inibissem as manobras de adversários de diferentes matizes. A nova agência funcionou diante de um equilíbrio de forças bastante instável, as pressões para retomar seu controle por parte dos políticos tradicionais sendo tanto mais fortes quanto mais ela era tida como órgão dotado de meta-poder sobre todas as demais agências federais existentes na região, chegando de fato a exercer uma hegemonia incontestável na coordenação dos investimentos de maior porte e mais decisivos para o futuro regional.

Fato é que três presidentes tão diferentes como Juscelino, Jânio Quadros e João Goulart confirmaram Celso Furtado no posto de superintendente e elogiaram sua ação, contribuindo para sua reputação de ‘técnico’ competente e de servidor público com visão de estadista, de honestidade a toda prova. Constata-se assim que a fragilidade de não dispor de vínculos fortes com forças políticas locais, de depender apenas de suas competências e das que conseguia mobilizar no nível extrarregional ou local, de fazer valer sua capacidade de servidor da causa nordestina para reverter o declínio e combater a miséria, acabou por reforçar a imagem de Furtado como promotor da modernização do Nordeste. Chamado a colaborar com o governo federal de Jango para vencer a inflação, elaborou o primeiro plano havido no Brasil, o Plano Trienal, sem nunca ter abandonado o cargo de superintendente da Sudene. Assim, o “Demiurgo do Brasil”, que apostava na generalização dos efeitos benéficos da industrialização recente, pareceu emergir, nos anos 1960, da arena nordestina como grande reformista. Sua permanência em cargos da mais alta administração dependeu da confiança que gozava entre as diferentes facções que disputavam o poder nacional (o PSD de Juscelino, a UDN de Jânio e o PTB de Jango), reforçando a imagem de “técnico” acima dos partidos, inteiramente voltado para construção de Estado moderno e legítimo. Relata ainda que muitos dos políticos nordestinos que

gostariam de vê-lo afastado de suas funções só não o fizeram porque temiam perder o acesso à drenagem de recursos federais, que a imagem da Sudene assegurava. Na primeira metade dos anos 1960, nas representações de líderes os mais diversos, sem o livre movimento do “Demiurgo”, toda a tentativa de reversão do declínio do Nordeste poderia perigar. A postura de reformista às claras parece depender diretamente da ambivalência de seus dotes sociais e intelectuais, assim como das mudanças propostas para os usos do Estado nos modos de promover o crescimento econômico. Sua “liberdade de movimentos” não deixa de ser tributária dos impasses enfrentados pelo modo de dominação tradicional, particularmente no mundo rural.

Um dos aspectos dentre os mais interessantes da ação política de Celso Furtado foi certamente seu exame da importância da “questão agrária” e da relevância do nascimento do movimento camponês para a democratização da vida pública no Brasil. Os escritos dos anos 1960, particularmente a *Pré-revolução brasileira* e *Dialética do desenvolvimento*, redigidos diante de crises agudas e sucessivas, analisam em detalhes as formas de poder no meio rural e os motivos que provocaram as primeiras mobilizações camponesas. Foram as bases mesmo do poder de seus principais adversários regionais submetidas a estudo fino e meticuloso, desvelando aspectos cruciais dos modos de dominação dos camponeses por elites agrárias tradicionais (sobretudo os “dons” dos patrões de moradia e acesso a lote de subsistência retribuídos com dívida moral de gratidão). Mas há, nesse momento, uma dualidade nas formas de ação de Furtado: como político, investido de mandato da Presidência da República, vê que não poderia promover diretamente medidas de reforma agrária, bloqueada por dispositivo constitucional exigindo que toda desapropriação fosse paga em dinheiro ao valor de mercado. Qualquer ação maciça de reforma agrária aumentaria ainda mais o *deficit* público e a inflação. Como intelectual, sabia ser a redistribuição do patrimônio fundiário um meio poderoso de intensificar o uso da terra e a produtividade da força de trabalho, e meio indispensável para promover a cidadania. A concentração no esforço industrialista foi, assim, uma escolha estratégica, para aumentar o reconhecimento das forças modernizadoras, para poder adiante atacar de frente a redistribuição do patrimônio fundiário. Em seu depoimento, reafirma o princípio que norteou sua decisão de evitar o confronto direto com as elites agrárias:

Sentia que contava com o apoio entusiasta do Presidente, cujo mandato terminaria em pouco mais de um ano. Por que não aproveitar as circunstâncias e tentar uma vitória maior, capaz de criar uma situação irreversível? Falávamos muito de industrialização mas eu sabia que as dificuldades maiores tinham que ver com a agricultura, nó górdio do intrincado problema do subdesenvolvimento regional. Se me fosse dado escolher, começaria por contestar a utilização das terras úmidas do açúcar do litoral, secularmente monopolizadas pelos latifundiários do açúcar. Bastaria que uma parte dessas terras fosse dedicada à produção de alimentos, e teríamos uma melhor base para projetar atividades criadoras de empregos urbanos. Mas a Constituição vigente fechava todos os canais de acesso a um começo de reforma agrária. (FURTADO, 1989, p. 62).

Assim, toda a programação da Sudene para a pequena agricultura de alimentos se baseou em deslocar famílias camponesas para os vales úmidos do Maranhão, começando o ciclo de migrações em larga escala do que seria posteriormente a ocupação da Amazônia. Os governos militares dos anos 1970, ao terem de enfrentar outra crise social com a seca, promoveram em grande escala a ocupação da Amazônia, iniciando a construção da estrada Transamazônica. Celso Furtado, porém, apresentava essa política tímida para o campo, de deslocamento do campesinato dependente para a fronteira agrícola, como provisória, mostrando acompanhar as evoluções do movimento camponês em todas as suas vertentes, descrevendo não apenas as mobilizações das Ligas, mas também o aparecimento das correntes comunistas e católicas no sindicalismo rural, e o enorme impacto representado pela extensão dos direitos trabalhistas ao campo com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em fevereiro de 1963. De fato, pela meticulosidade com que enfrenta o estudo das transformações sociais no campo em *Dialética do Desenvolvimento*, livro redigido em 1963, mas só publicado após o golpe, vê-se que se limitou a acompanhar os percalços das mobilizações camponesas, mas tão de perto e difundindo suas vitórias que instaurava, desse modo, uma forma de divisão do trabalho político entre as forças modernizadoras: uns se ocupando da indústria e da infraestrutura regional, outros de fazerem valer os protestos de camponeses explorados e coagidos no cotidiano. Na *Pré-revolução*, redigida antes do voto do Estatuto do Trabalhador Rural⁶, apontava justamente para a diferença com que eram tratados os trabalhadores urbanos diante do que ocorria com os camponeses, e designava as lideranças políticas que poderiam crescer com o protesto social:

Consideremos agora de frente o problema brasileiro. [...] é que a nossa sociedade é aberta para a classe operária mas não para a camponesa. [...] A situação dos camponeses é totalmente diversa. Não possuindo qualquer direito, não podem ter reivindicações legais. Se se organizam, infere-se que o fazem com fins subversivos. A conclusão necessária que temos que tirar é que a sociedade brasileira é rígida em um grande segmento: aquele formado pelo setor rural. E com respeito a este segmento é válida a tese de que as técnicas revolucionárias marxistas-leninistas são eficazes. (FURTADO, 1962, p. 28).

Note-se que este texto foi acolhido e editado em inglês pela revista do Departamento de Estado norte-americano *Foreign Affairs*, o que mostra bem como eram convergentes os esforços promovidos pelo reformismo americano antes da virada relacionada ao tratamento da revolução cubana. Assim é que nos anos 1962-64 esses textos foram associados – e fizeram parte do repertório – aos esforços de reagrupamento de forças nacionalistas, definido um programa de reformas de base e uma fundamentação teórica, onde Celso Furtado desempenhou papel de primeiro

⁶ Estudo detalhado sobre os debates parlamentares entre 1946 e 1964, com a cronologia dos votos sobre os direitos trabalhistas e sobre a regulação da reforma agrária, e de todos os contratos de arrendamento e parceria, foi feito por Aspásia Camargo (1973), tendo por colaborador Mario Grynszpan.

plano. No mesmo período, oficiais militares de alta patente e ligados à Escola Superior de Guerra, como Golbery do Couto e Silva, intelectuais conservadores, como os economistas presentes na Consultec do Rio de Janeiro, inclusive Mário Henrique Simonsen, representantes de bancos, indústria e particularmente das elites agrárias, vão se preparar para desfechar um golpe de Estado (DREYFUSS, 1981). Em março- abril de 1964, Furtado residia em Recife como superintendente que era da Sudene. Decidiu então ir para o Palácio onde estava o governador Miguel Arraes, diante do anúncio de golpe, para verificar o que havia a fazer para preservar a ordem democrática. Ali permaneceu até a prisão do governador, testemunha que foi tanto do cerco ao palácio, das tentativas de negociação e da medida de força final. Dada sua condição de antigo oficial, de uma das poucas guerras efetivas de que participou o Exército brasileiro, ficou surpreso ao saber que seus direitos políticos haviam sido cassados. Parte então para o exílio no Chile.

Ao retomar o caminho dos “ares do mundo” na Cepal, em Santiago do Chile, sua primeira missão foi organizar seminário de crítica aos primeiros textos da Cepal nos anos 1950, juntamente com Fernando Henrique Cardoso, também exilado. Desse seminário em comum saíam os textos que tanto sucesso fizeram como “teoria da dependência”. No Chile, Furtado iniciaria sua carreira de “*scholar*” internacional; dali seguiria para Universidade de Yale, nos Estados Unidos, e posteriormente para Paris, onde foi professor nas Universidades Paris 1 e Paris 3. Esta fase é relatada em *Ares do mundo*, “memórias” a serem estudadas em artigo posterior a esse. Os contatos sociais no meio universitário francês, instituição que vai conhecer um profundo abalo e transformações de monta após maio de 1968, bem como os debates europeus desde então, modificaram substancialmente as bases onde se desenvolvera sua carreira profissional e sua projeção política até essa época. Não creio que esse período possa ser analisado tão somente como interregno, até seu retorno ao alto escalão da República brasileira com o fim do regime militar. O aprofundamento do estudo do terceiro volume da trilogia, que funda sua obra autobiográfica, deverá servir de revelador do afastamento da teoria macroeconômica keynesiana da posição hegemônica, que ocupara em escala internacional desde o final da Segunda Guerra, incontestemente nos anos 1950-70, e da progressiva conversão dos polos dominantes do campo dos economistas ao evangelho neoliberal de instituição de mercados interdependentes, em nível planetário, como maneira única de promover o desenvolvimento (DEZALAY; GARTH, 2002). Sua obra intelectual a partir de 1965-66 tanto buscou explicitar os modos de funcionamento de empresas multinacionais, e como minavam os centros de poder constituídos pelos Estados nacionais, quanto melhor explicitar os modos de funcionamento da hegemonia internacional da potência norte-americana, e, sobretudo, quais as alternativas aos modelos de acumulação autoritária, com o sacrifício das classes populares, promovidos pelos militares brasileiros nos “anos do milagre”. Por isso mesmo deixaremos para um trabalho posterior o estudo das memórias do período 1964-1985; a proximidade inicial em 64, e a distância claramente formulada de parte à parte, entre seu percurso intelectual e político e o de Fernando Henrique Cardoso (GARCIA JR., 2011), constituem motivos adicionais a aconselhar uma análise detida em outra oportunidade.

Conhecimentos internacionais e reconversão através do investimento no Estado

Creio ao menos haver demonstrado que o estudo da “obra autobiográfica de Celso Furtado” é um desses casos “bons para pensar”, retomando a expressão de Lévi-Strauss, em como o acesso ao conhecimento de ponta e às redes internacionais por ele responsáveis, por parte de jovens brasileiros, pode os dotar de recursos sociais e intelectuais para tentar promover mudanças substantivas, tanto de instituições de suas regiões de origem quanto do arsenal cognitivo correntemente usado para pensar as coisas mais corriqueiras e quotidianas de seus países. Em síntese, a falta de capital fundiário, ou de capital político, em sua região de origem foi mais do que compensada pelos investimentos intelectuais de Celso Furtado em nível internacional, dotando-o de nomeada, permitindo demonstrar como o Estado nacional estava vinculado a orientações políticas de preservação de elites agrárias decadentes, e esboçar outras vias de desenvolvimento baseadas na industrialização e na afirmação da cidadania de trabalhadores rurais descendentes de escravos.

Sua trajetória individual pode servir de exemplo antes de seu tempo da hipótese central da pesquisa sobre “mobilidade de universitários e circulação internacional de ideias” (CANÊDO, TOMIZAKI, GARCIA JR., 2013; GARCIA JR., MUÑOZ, 2009; CANÊDO, MUÑOZ, 2005), qual seja, como os estudos doutorais afinados com centros de excelência internacional permitiram a detentores de novos títulos e competências mobilizá-los para provocar inovações institucionais, forçando a recomposição de círculos dirigentes, e renovar as formas de pensar o futuro da coletividade. A “construção interrompida”, de que falou Celso Furtado, talvez não seja a da nacionalidade, ou ‘do Brasil’, mas de caminhos para reforçar centros de decisão em bases nacionais, com a incorporação de outros personagens sociais como industriais e trabalhadores urbanos e rurais. Seu “Brasil” implicava alargar os círculos dirigentes e considerar interesses de grupos sociais postos à margem do desenvolvimento. Certamente, impôs-se pela força militar, em 1964, um caminho de transformações que permitiu reproduzir a posição e o poder dos grupos mais tradicionais das elites brasileiras, assentado no monopólio de decisões de Estado por oficiais militares e círculos de economistas e engenheiros, caminho sustentado pelas frações da elite no poder em Washington e por outras potências ocidentais (DREYFUSS, 1981). Examinaremos em outra oportunidade a atividade crítica de Celso Furtado quando de sua carreira universitária nos EUA e na Europa (1964-1985).

Cabe assinalar que a redefinição do Estado brasileiro em jogo no período 1946- 64 ampliava o leque de reconversões possíveis para descendentes de antigas elites agrárias, ou de burocracia tradicional, ameaçadas de declínio, sendo este também o caso de Celso Furtado. O Estado pelo qual se batem novas lideranças, identificadas como “desenvolvimentistas”, se declina em lógica meritocrática, com peso de diplomas superiores e de competências permitindo enfrentar desafios e debates internacionais; sua defesa implica combate ao Estado patrimonial, ou clientelista, mais ao gosto de elites econômicas e políticas tradicionais. A acumulação

de conhecimentos e habilidades especializadas através de estudos doutorais e pós-doutorais em centros de excelência internacional se impôs como exigência crescente, reforçada sobretudo no recrutamento para postos de decisão nas áreas econômicas e financeiras. Biderman, Cosac e Rego, os organizadores do livro *Conversa com economistas brasileiros* (1996), ressaltam que a falta de doutoramento na Europa ou nos EUA não atrapalhou as carreiras de Eugênio Gudín, de Octávio Gouveia de Bulhões, ou mesmo de Mário Henrique Simonsen na geração seguinte, todos provindos de estirpes abastadas do Rio de Janeiro e expoentes do pensamento neoclássico, guindados à condição de ministros da Fazenda em momentos diversos; mas, duas gerações mais tarde, em princípios dos anos 1970, ser ministro ou autoridade monetária ou fiscal esteve diretamente vinculado à posse de título obtido em universidade norte-americana de prestígio (ver ainda LOUREIRO, 1997). No livro citado acima, os organizadores afirmam o que se segue:

Na década de 70 aprofunda - se a tendência, presente desde a época anterior, de as universidades representarem uma via privilegiada de acesso aos principais cargos de governo. E só a partir dos anos 70 que indivíduos de classe alta passam a frequentar as escolas de Economia, considerada até então uma disciplina “menor”. O acesso a altos postos governamentais privilegiou os pós-graduados em Economia aqui ou no exterior. Como quem determinava em última instância quem ia para o exterior eram os centros de pós-graduação, estas instituições passaram a deter o monopólio na formação dos dirigentes econômicos do país. (BIDERMAN, COSAC; REGO, 1996, p. 23).

A trajetória intelectual de Celso Furtado antecipou o atendimento a uma exigência feita a qualquer pretendente prevalecendo-se do título de economista, que se imporia com o tempo; essa ligeira vantagem em relação a seus primeiros patronos, apenas partilhada com Roberto Campos, que seguiu carreira diplomática e fez estudos doutorais em Columbia, não sancionados por tese, parece ter contado ao não se intimidar diante das virulentas polêmicas a que foi submetido. A recepção imediata de seus livros como *Formação Econômica do Brasil e Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* parece referendar a ideia da hegemonia intelectual que alcançou no período 1959-64. As mudanças do espaço político afetaram ainda sua relação com o público letrado, passando a ser considerado pensador em oposição ao regime militar; a hegemonia neoclássica precoce na América Latina, conquistada nos anos 1970 e bem antes da queda do muro de Berlim, também foi fruto do afastamento compulsório dos economistas cepalinos e dos marxistas do espaço público, provocando uma heteronomia clara do ‘campo dos economistas’, que conquistara certo grau de autonomização entre os anos de 1950-64. Mas, como observou Maria Rita Loureiro (2005), diferentemente da Argentina e do Chile, no Brasil os cepalinos e os marxistas não desapareceram dos debates públicos; tiveram sua força diminuída por restrições políticas, mas não sumiram do panorama.

Ponto ainda mais interessante é verificar que a hipótese examinada pela pesquisa sobre a mobilidade internacional de universitários, concentrada no exame das gerações que se formaram a partir do final dos anos 1960, atualiza, em certo

sentido, a hipótese central demonstrada por Sérgio Miceli para as transformações dos laços entre os intelectuais e o poder político nos anos de 1920-45, a saber: a reconstrução do Estado brasileiro em bases propriamente nacionais permite a criação em larga escala de cargos públicos atendendo à necessidade de reconversão de oligarquias agrárias ou de burocracia tradicional ameaçadas de declínio, ou mesmo de desclassificação social. Já no período estudado por Miceli, este autor observa o seguinte:

[...] a cooptação de novas categorias de intelectuais continua dependente do capital de relações sociais mas passa cada vez mais a sofrer a mediação de trunfos escolares e culturais, cujo peso é tanto maior quanto mais se acentua a concorrência no interior do campo intelectual. (MICELI, 2001, p. 79).

Essa concorrência acirrada, com a progressiva ampliação dos contingentes de estudantes universitários a partir dos anos 1950, vai conhecer novo patamar com a ‘reforma universitária’ provocada pela instalação de cursos de pós-graduação, a partir de 1968, e o requisito de diplomas pós-graduados com padrões próximos dos centros de excelência internacional para seleção de docentes. A própria revalorização dos estudos em economia, que passam a atrair a “juventude dourada” interessada em passaportes de prestígio para ingresso em círculos dirigentes, como foi acima ressaltado, inscreve-se entre os frutos das novas hierarquias promovidas pela pós-graduação articulada com centros de excelência internacionais. Os investimentos intelectuais de Celso Furtado o dotaram de recursos, facilitando o acesso a novos postos da burocracia internacional como a Cepal, e novos investimentos intelectuais e políticos o projetaram para os embates mais decisivos dos anos 1950-60. Seu itinerário, e o depoimento sobre seu itinerário, constituem, por conseguinte, excelentes reveladores dos conflitos e das recomposições dos círculos dirigentes no Brasil nesse período, e também da notoriedade crescente da condição de economista entre os dirigentes do Estado, fazendo ruir a hegemonia incontestada dos juristas até esta época (DEZALAY; GARTH, 2002).

Mas não deixa de ser significativa sua forma de assinalar sua condenação ao ostracismo. A citação erudita de Erasmo de Rotterdam, que abre o volume de *Fantasia Desfeita*, testemunha o sentimento de Celso Furtado de que os “ares do mundo” o haviam dotado de categorias de percepção permitindo explicar em melhores condições os modos de funcionamento das formações sociais, mas “os prisioneiros encarcerados na caverna” de Platão preferiram o mundo das sombras. O exílio por mais de duas décadas teria sido o preço a pagar por esclarecer as vias alternativas do futuro da coletividade nacional:

Recordemos a ficção platônica dos prisioneiros encarcerados na caverna, de onde não vêem mais do que a sombra das coisas. Um deles, que lograra escapar, retornou ao antro e revelou aos companheiros que havia visto os objetos reais e quanto era errôneo imaginar que fora das sombras nada existia no mundo. Riram de seu delírio e o expulsaram. (Erasmo de Rotterdam, *Elogio da Loucura*, apud FURTADO, 1989, p. 8).

Durante o exílio, sua vida profissional em nada dependerá de organismos relacionados à ONU, como na fase precedente ou no itinerário de Raúl Prebisch (DOSMAN, 2011), mas será marcada por sua inscrição propriamente universitária em estabelecimentos norte-americanos e europeus, em particular em centros de pós-graduação de notoriedade comprovada. Acompanhará mais uma vez a tendência dos investimentos escolares de grupos pretendentes a círculos dirigentes, recebendo ele mesmo, muitas vezes, contingentes de estudantes brasileiros, mas seu perfil universitário reforçará a imagem de pensador desvinculado de cargos de poder. Todavia, o contexto europeu em que se inseriu difere, e muito, do vivenciado em Santiago do Chile como funcionário da ONU, abrindo novas oportunidades, mas impondo novos condicionantes. Seu percurso desde então é revelador tanto dos debates econômicos e políticos no Brasil como das recomposições da cena europeia e internacional implicando a hegemonia absoluta do credo neoliberal a partir dos anos 1990 em nova ameaça de ostracismo intelectual e político – artigo que será objeto de estudo complementar ao aqui apresentado.

Referências

- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. Recife: Ed. da Universidade Federal de Pernambuco, 1998.
- ALONSO, Ângela. **Joaquim Nabuco: os salões e as ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BIELSHOWSKI, Ricardo. **O Brasil e o ciclo ideológico do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1995.
- _____. **A evolução do pensamento da CEPAL (1948 – 2008)**. Brasília: Funagri/Ipri, 2009.
- BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis; REGO, José. **Conversa com economistas brasileiros**. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **La noblesse d'État**. Paris: Minuit, 1989.
- BREIT, William; SPENCER, Roger. **Lives of the Laureates: Thirteen Nobel Economists**. Boston: MIT Press, 1997.
- CAMARGO, Aspásia. **Crise de poder e reformas de base**. Rio de Janeiro: FGV/RJ, 1979.
- CANÊDO, Letícia; MUÑOZ, Marie Claude. Le Brésil et le marché mondial de la coopération scientifique. **Cahiers du Brésil Contemporain**, n. 57/58 - 59/60, Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2004-2005.
- CANÊDO, Letícia; TOMIZAKI, Kimi; GARCIA JR., Afrânio. **Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 2013.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Lammaert, 1902.
- DEZALAY, Yves; GARTH, Bryan. **La mondialisation des guerres de palais**. Paris: Editions du Seuil, 2002.
- DOSMAN, Edgar. **Raul Prebisch (1901 – 1986): a construção da América Latina e do Terceiro mundo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- DREYFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação política poder e golpe de classe**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.
- FURTADO, Celso. **L'économie coloniale e brésilienne**. 1948. Tese (Doutorado) - Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris, 1948.
- _____. **A economia brasileira**. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.
- _____. **Uma economia dependente**. Rio de Janeiro: MEC, 1956.

- _____. **Perspectivas da economia brasileira**, Rio de Janeiro: Iseb, 1958.
- _____. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959.
- _____. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959a.
- _____. **A operação Nordeste**. Rio de Janeiro: Iseb, 1959b.
- _____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- _____. **A pré-evolução brasileira**, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- _____. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- _____. **Fantasia organizada**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. **Fantasia desfeita**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- _____. **Os ares do mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. **Obra autobiográfica de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 3 vol.
- FREIRE D'AGUIAR FURTADO, Rosa. Apresentação. In: FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento/ Contraponto, 2009.
- GARCIA JR, Afrânio. A globalização subdesenvolvida: Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e a formação de uma escola de pensamento latino-americana. **Antropolítica**, Niterói, n. 26, p. 127-159, out. 2011.
- GARCIA Jr, Afrânio; MUNOZ, Marie Claude (orgs.). Cahiers de la recherche sur l'éducation et les savoirs. **Revue internationale de sciences sociales**, Paris, Hors Série n. 2: Mobilité universitaire et circulation internationale des idées. Le Brésil et la mondialisation des savoirs, juin 2009.
- KLAMER, Arjo. **Conversations with Economists**. Totowa, New Jersey: Rowen & Allenheid, 1983.
- LEVINE, Robert. **A velha usina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- LOUREIRO, Maria Rita. **Economistas no Governo**. São Paulo: FGV, 1997.
- LOVE, Joseph. **Crafting the third world: theorizing under development in Rumania and in Brazil**. Stanford: Stanford University Press, 1996.
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NACIONES UNIDAS. Secretaria de la Comision Economica para a America Latina. **Estudio económico de America Latina 1949**. Prologo do Secretario Geral da ONU Trygve Lie seguido de “carta de transmission” de Raul Prebisch datada de Santiago de Chile novembro de 1950. Nova York: Naciones Unidas, 1951.
- OLIVEIRA, Francisco de. A navegação venturosa. In: OLIVEIRA, Francisco de (org.). **Celso Furtado: economia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 7-30.
- PREBISCH, Raul. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- SABOIA, Anita Clemens. Catalogue général de thèses sur le Brésil. **Cahiers du Brésil Contemporain**, Hors – série, Paris, Maison des Sciences de l'Homme, 2000.
- SILVA, Roberto Pereira. **O jovem Celso Furtado**, São Paulo: Edusc, 2011.

TEMPO DE URGÊNCIA E ESTRATÉGIAS PREVENTIVAS DE SAÚDE DOS TRABALHADORES

TIME OF EMERGENCY AND PREVENTIVE STRATEGIES ON OCCUPATIONAL HEALTH

Leo Vinicius Maia Liberato*

Resumo

O objetivo principal deste artigo é problematizar estratégias comunicativas de prevenção à saúde dos trabalhadores que se baseiam em uma racionalidade econômica da prevenção. A hipótese defendida é de que tais estratégias, a despeito de quaisquer outros motivos, tendem a ser ineficazes diante de um quadro de dissonância temporal, isto é, no qual o regime de urgência da atividade de trabalho impede a projeção temporal da saúde dos trabalhadores. Essa problematização é realizada com base na experiência do autor como bancário e cipeiro, e na literatura que versa sobre a nova temporalidade do mundo contemporâneo – marcada pela urgência, imediatismo e curtuprazismo –, que domina também as atividades econômicas. Por fim, conclui-se que, diante dessa nova temporalidade de urgência normalizada, torna-se ainda mais pertinente a adoção da perspectiva e do conceito de saúde ligados ao poder de agir dos trabalhadores, em detrimento do conceito de saúde como ausência de doença.

Palavras-chave: Urgência. Saúde do trabalhador. Prevenção. Poder.

Abstract

The main purpose of this essay is to call into question the communication strategies for preventing occupational health that are based on economic rationality of prevention. The thesis argued in this work is that such strategies, regardless of any other reasons, tend to be ineffective inside a context of temporal dissonance, that is, in which the activity emergency regime obliterates the temporal projection of workers health. This questioning is carried out based on the experience I had as employee of a bank and member of the Internal Commission for Accident Prevention, as well as on literature that deals with the new temporality of the contemporary world – of emergency, immediacy and short-termism – which also rules the economic activities. Finally, it is concluded that in this normalized new emergency temporality becomes even more important to adopt the perspective and the concept of health connected to the workers power to act, instead of the concept of health as absence of disease.

Keywords: Emergency. Occupational health. Prevention. Power.

* Doutorado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pós-doutorado no Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), Brasil. E-mail: leo.liberato@fundacentro.gov.br

Introdução

A questão que procurarmos desenvolver é a da possibilidade de conciliar saúde e objetivos econômicos quando a atividade tem como horizonte o próprio presente, quando a eficiência econômica é medida em curto prazo e quando os benefícios econômicos advindos de práticas coerentes com a manutenção da saúde dos trabalhadores só são percebidos no longo prazo. O trecho abaixo, extraído de um documento da Organização Mundial de Saúde, serve-nos como exemplo do que pretendemos questionar: uma estratégia comunicativa na qual converge o interesse econômico que dirige as empresas e a manutenção da saúde dos trabalhadores.

Vários dados demonstram que, a *longo prazo*, as empresas que promovem e protegem a saúde dos trabalhadores estão entre as mais bem-sucedidas e competitivas, e também desfrutam de melhores taxas de retenção de funcionários. Alguns fatores que os empregadores necessitam considerar são:

- a) Os custos de prevenção versus os custos resultantes de acidentes;
- b) Consequências financeiras das violações jurídicas de leis e normas de segurança e saúde no trabalho;
- c) Saúde dos trabalhadores como importante patrimônio da empresa.

A adesão a esses princípios evita afastamentos e incapacidades para o trabalho, minimiza os custos com saúde e os custos associados com a alta rotatividade tais como treinamento, e aumenta a produtividade a *longo prazo* bem como a qualidade dos produtos e serviços (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2010, p. 4, grifos nossos).

Nosso intuito não é contestar ou endossar que o investimento e o cuidado com a saúde e a segurança dos trabalhadores por parte da empresa reverta em benefícios econômicos e produtivos para ela¹. A questão a ser discutida é por que as estratégias comunicativas que visam conciliar resultados econômicos (“produtivos”) e a prevenção de agravos à saúde tendem a ser ineficazes contemporaneamente. Para articular uma resposta nos remeteremos às características temporais do econômico e do social que têm prevalecido desde algumas décadas.

Inicialmente, apresentaremos aspectos concernentes ao tema, a título de ilustração, a partir da experiência própria como trabalhador numa agência bancária. Em seguida, abordaremos nossa relação contemporânea com o tempo, buscando a gênese dessa relação no último grande ciclo de lutas dos trabalhadores e na financeirização e mundialização econômica. Essa nova relação com o tempo dá forma a uma normalização da urgência, que será conceituada por nós para, posteriormente, apontarmos, a partir da literatura que versa sobre o tema,

1 Para uma crítica da ideia de que os critérios econômicos de produção e a saúde do trabalhador convergem, embasada em análise de custo benefícios, ver Lima e Samohyl (1986).

como ela se institui como forma de controle e instrumento de poder. Por fim, procuraremos apontar que esse regime de urgência leva à necessidade de reforçar a visão e o conceito de saúde ligada ao poder de agir dos trabalhadores.

Urgência na atividade bancária

Em parte, as questões que nos propomos discutir foram suscitadas pela experiência como bancário em uma agência, em Santa Catarina, durante dezoito meses, entre 2010 e 2012, em que também fui o “cipeiro” no período. Como membro da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) tive maior contato com o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (Sesmt) da empresa, assim como com a estratégia de engenheiros e técnicos de segurança para tentar persuadir os gerentes nas agências a incorporarem a preocupação com a saúde dos trabalhadores nas suas ações. A percepção a partir dessa experiência era de que a estratégia comunicativa do Sesmt aos gerentes nas agências era ineficaz em relação ao objetivo que tinha.

Embora nós bancários percebêssemos, de um modo geral, que as ameaças ao nosso bem-estar e saúde se relacionavam principalmente com a pressão por metas e outros fatores imateriais², a atuação direta do Sesmt, visível da minha posição como técnico bancário e cipeiro, compreendia: i) a observância e intervenção nas características físicas do ambiente de trabalho, de acordo com os marcos legais vigentes; ii) difusão de ginástica laboral e de práticas de gerenciamento de estresse (manter hobbies, dormir de forma eficiente, entre outras); iii) tentar convencer os gerentes nas agências a considerarem a importância da saúde dos trabalhadores. Esse último ponto é o que particularmente nos interessa.

No Sesmt da superintendência à qual a agência onde trabalhei estava vinculada, uma abordagem bastante pragmática era utilizada pelos engenheiros e técnicos de segurança nas suas tentativas de influenciar os gerentes a adotarem boas práticas relativas à manutenção da saúde de seus subordinados. O entendimento que baseava a construção das mensagens e dos discursos direcionados aos gerentes, conforme dito explicitamente, era de que se deveria falar a língua que eles “compreenderiam”, isto é, convencê-los de que funcionários sem problemas de saúde significaria maior produtividade, menos afastamentos, maior produção, alcance de metas etc. Com o intuito de atingir os gerentes, o discurso do Sesmt inseria a saúde do trabalhador como fator de produtividade positivo para os fins

2 Corroborando essa percepção, inúmeras pesquisas apontam que as questões psicossociais ligadas à organização do trabalho (que chamamos de fatores imateriais) figuram em primeiro plano como determinantes do adoecimento dos bancários, na percepção da categoria. De forma secundária, são percebidos os fatores físicos e ambientais. Para além da percepção dos bancários, pesquisadores também apontam essa relação. Ver por exemplo Bruno (2011), Maeno (2011), Sato (2003), Amazarray e Jacques (2006), Francisco Lima (1998), Maria Elisabeth Lima (1998), Campello (2004), Santos Junior, Mendes e Araújo (2009), Mendes e Netz (2006), Scopel, Oliveira e Wehrmeister (2012) e Sznelwar e Masseti (2002).

que dominavam suas preocupações: o alcance das metas e a obtenção de melhores resultados nos índices pelos quais eles eram avaliados. A saúde do trabalhador era, assim, pragmaticamente inserida numa suposta racionalidade econômica, reduzida a um investimento de retorno certo. Nas comunicações aos gerentes, era deixada de lado, por exemplo, a ideia de que a saúde do trabalhador deveria ser respeitada como um valor em si.

A minha percepção era de que tal discurso não atingia os gerentes como pretendido, ou melhor, não resultava em mudança substancial de atitude e de gestão ou em ações por parte dos gerentes. Em suma, minha percepção – e creio que não só minha – era de que tais mensagens e discursos eram, na melhor das hipóteses, muito pouco efetivos.

A observação da atividade dos gerentes e das situações de trabalho trazem pistas para compreendermos por que tais estratégias comunicativas “pragmáticas” de prevenção de agravos à saúde do trabalhador parecem ser tão pouco efetivas. A primeira observação nesse sentido é que a atividade dos gerentes era condicionada fundamentalmente pelo alcance de objetivos de curto prazo: os índices e metas mensais, trimestrais, tendo como horizonte limite o ano.

Um exemplo de como a busca desses objetivos de curto prazo podem gerar efeitos negativos no médio e longo prazo, pude vivenciar através da prática informal de troca de contratos entre agências. Uma vez que as metas são distribuídas pela superintendência entre as agências, não era incomum que gerentes de agências trocassem entre si contratos de financiamento ou de venda de um produto financeiro. Dessa forma, por exemplo, uma agência que já havia atingido a meta de um financiamento x , mas que estava aquém da meta de um financiamento y , dava contratos x em troca de contratos y , estes vindos de uma agência que já havia atingido as metas de financiamento y , mas que ainda precisava de financiamentos x para atingir a meta. Esse tipo de troca evidentemente não era prevista nas normas internas do banco, era uma espécie de “jeitinho” para os gerentes perfazerem suas metas, embora em nada alterasse os números alcançados pela superintendência e pelo banco. Pelo menos nos contratos de financiamento habitacional, cujos prazos eram quase sempre bastante longos, frequentemente de trinta anos, os efeitos negativos dessas trocas, em médio ou longo prazo, poderiam ser previstos. O fato é que essas trocas de contratos de financiamento habitacional gerariam, futuramente, problemas nas atividades chamadas de “manutenção do contrato”. Um dos problemas se daria em virtude da conta do cliente estar em uma agência diferente daquela a que o contrato acabou sendo vinculado. Sem entrar em explicações pormenorizadas, quando os funcionários se deparassem com a necessidade de realizar uma operação relativa a esses contratos (estorno, cobrança, amortização etc.), teriam que despender um tempo muito maior até, possivelmente, encontrar uma forma de realizar a tarefa, com um aumento considerável de carga de trabalho. Tempo e trabalho a mais que diminuiriam sua produtividade em termos de contratação, ou seja, para alcançar as metas daquele momento. Em suma, nas ações para atingir as metas imediatas, as

consequências para atingir metas futuras, no médio e longo prazo³, tendiam a não ser levadas em consideração pela gerência, aspecto agravado pela política de rotatividade dos gerentes entre agências, adotada pelo banco.

Sabendo que provavelmente ficariam na agência apenas alguns poucos anos, a tendência era que os gerentes levassem ainda menos em consideração as consequências de médio ou longo prazo dos meios que utilizavam para atingir as metas e índices exigidos. E se nos bancos privados a lógica da eliminação (VIANA, 2013) implica potencialmente demissão dos gerentes que não atingem as metas, nos bancos públicos a eliminação ocorre pela perda da função gratificada, que significa uma drástica redução salarial, além de outros efeitos de ordem psíquica. “Eliminados” são produzidos de tempos em tempos como exemplo aos demais do que lhes pode acontecer. Podemos dizer que a urgência da atividade em uma agência bancária é aquela de uma corrida contra a eliminação e para estar bem ranqueado, numa organização do trabalho que é reflexo de um sistema econômico estruturado “para operar sob a ameaça permanente da morte súbita” (ARANTES, 2004, p. 304).

Uma nova temporalidade

Uma considerável literatura nas ciências sociais tem sugerido que vivemos, nas últimas décadas, uma nova relação com o tempo (ARANTES, 2014; AUBERT, 2003; HARTOG, 1995, 2003; LAÏDI, 1994, 1999, 2001). Em geral, esses autores buscam explicar, mediante os conceitos de *campo de experiência* e *horizonte de expectativa*⁴, nossa relação atual e nossas relações passadas com o tempo. Comum a eles, temos a intensificação da mundialização e financeirização dos mercados como fenômeno crucial, embora não único, dessa nova relação com o tempo. Relação essa que se caracterizaria pelo encurtamento e supressão da distância entre a experiência vivida (o campo de experiência) e a espera (o horizonte de expectativas). O conceito de *expectativa* é importante aqui. No entendimento de Laïdi (2001, p. 113), a expectativa é algo que não pode ser deduzido somente da experiência vivida, ela constituiria uma possibilidade de futuro para além do “real disponível”. Se na modernidade a distância entre a experiência (aquilo que fazemos e sabemos fazer) e a expectativa (aquilo a

3 A significação específica que ganhou a “fidelização de clientes” nas empresas bancárias parece ser reveladora também da exclusão do longo prazo nas preocupações operacionais, ou talvez da subsunção real do longo prazo ao imediato. Para os bancos, “fidelizar” não significa manter um cliente como consequência deste ter gostado dos produtos ou serviços prestados, e nem sequer manter o cliente por criar nele uma identificação com a marca. Fidelizar, para os bancos, significa vincular o cliente ao banco vendendo-lhe produtos que o mantenham em relação com o banco. Não se trata de produção de um relacionamento com o cliente, mas de enredá-lo economicamente ao banco. Fidelizar tornou-se sinônimo de vender produtos financeiros. O processo de fidelização, desta forma, não existe fora das metas e benefícios imediatos para o banco. Talvez seja uma forma de integração do médio prazo no imediato, mas na qual o futuro está subsumido no presente.

4 Ambos conceitos formulados pelo historiador alemão Koselleck (2006).

que aspiramos) se ampliou em razão da ideologia do progresso, hoje, essa distância entraria em colapso, originando um presente autárquico (LAÏDI, 2001), que basta a si mesmo, sem referência a um passado ou a um futuro. Assim, o futuro já não seria mais a categoria temporal à qual o homem se ajustaria, como nos séculos XIX e XX. Esse presentismo seria sinônimo da anulação da “distância entre intenção e ação, entre o projeto e sua realização” (LAÏDI, 2001, p. 112), submergindo o homem no universo da contingência imediata. Quando o projeto, a finalidade, encontra-se no próprio presente, o imediatismo prevalece e, com ele, o regime de urgência. Arantes (2014), por exemplo, define esse novo tempo do mundo como um *estado de perpétua emergência*.

A instantaneidade das novas tecnologias de comunicação somada às exigências de um mercado concorrencial mundializado levariam à primazia do imediatismo (AUBERT, 2003; JAURÉGUIBERRY, 1998). Por sua vez, o imediatismo contribui para que a urgência se torne o modo de funcionamento mesmo em setores e atividades não emergenciais (VOLKOFF, 1997). O regime de urgência se impõe, assim, para além de domínios delimitados, tornando-se norma generalizada, a partir da representação de cenários dramáticos ou catastróficos caso não haja mobilização para uma intervenção imediata; no caso das empresas, como se uma morte econômica estivesse em jogo (AUBERT, 2006).

Essa urgência como regime normal de funcionamento das empresas seria uma realidade desde as décadas de 1970 e 1980 (ROUX-DUFORT, 2004). Apesar de usualmente a ascendência desse regime de urgência ser relacionada, na literatura, à financeirização da economia, que foi atingindo novos patamares a partir da década de 1970, pensamos que sua origem, assim como o aprofundamento dessa financeirização e mundialização da economia, devem se reportar ao ciclo de lutas sociais que ocorreu da década de 1960 até o início da década de 1980. Isso por dois motivos: porque entendemos que a luta de classes não é externa ao capital, mas, sim, constituinte dele; e por tornar mais inteligível o regime de urgência na sua existência como forma de controle e instrumento de dominação.

A dupla fuga trabalho-capital

Afirmar que a luta de classes é interna ao capital resulta da concepção de capital “como a luta para se apropriar do feito e voltá-lo contra o fazer” (HOLLOWAY, 2003, p.254). Luta essa que se expressa na forma de uma dupla fuga: a fuga da subordinação por parte do trabalhador e a fuga da insubordinação do trabalho por parte do capital. Ambos tentam continuamente libertar-se de uma dependência recíproca.

A insubordinação do trabalho é assim o eixo sobre o qual gira a constituição do capital como capital. É a repulsão centrífuga mútua entre duas classes, a fuga de e em relação à subordinação, o que distingue o capitalismo das sociedades de classes anteriores, o que dá uma forma peculiar à exploração do trabalho em que o capitalismo, como qualquer outra sociedade de classes, se baseia. A intranquilidade da insubordinação entra na relação de classe como o movimento do trabalho e do capital (HOLLOWAY, 2003, p. 267).

Essa fuga da subordinação se manifestou de forma muito clara, ativa e coletiva, no Ocidente e no Oriente, nas lutas dos trabalhadores durante as décadas de 1960 e 1970. A contestação e recusa práticas do regime disciplinar e da forma de autoridade, dentro e fora dos locais de trabalho, além de reivindicações salariais desvinculadas da produtividade (LUMLEY, 1990; SACCHETTO; SBRÒGIO, 2012), puseram em crise o pacto fordista. Como aponta Bernardo (2005), essas lutas mostraram que o fordismo e o taylorismo haviam se esgotado como meio de controle do trabalho, gerando uma crise de produtividade que levou à reestruturação de processos produtivos e formas de gestão.

Acumulação flexível, toyotismo, pós-fordismo, são todos conceitos utilizados para identificar a reestruturação produtiva e gerencial decorrente do nível de insubordinação do trabalho alcançado por aquelas lutas e da crise econômica que lhe correspondeu. Contudo, o novo regime de produção e gestão se constitui a partir da própria subjetividade, desejos e capacidades demonstradas nessas lutas e recusas. Ele se constitui a partir dos mesmos pressupostos subjetivos e culturais presentes na classe trabalhadora, seja nos operários de fábrica, seja nas juventudes que constituíam a chamada *contracultura* (VIRNO, 2003). Quanto a essa então nova subjetividade, dentro da nossa temática mais específica, Hartog (1995) nos lembra que as utopias revolucionárias eram majoritariamente progressistas e futuristas, mas nos anos 1960 passa a prevalecer nelas um caráter presenteísta e imediatista, expresso em *slogans* como *esquecer o futuro*, e na inscrição nos muros parisienses em 68, “*Tou, tout de suite!*”⁵. Nas lutas operárias, as exigências salariais desvinculadas da produtividade e formas de luta que punham em prática as demandas (LUMLEY, 1990; SACCHETTO; SBRÒGIO, 2012), algo muito claro no caso das lutas italianas, denotavam também um sentido de imediatismo e impaciência que, em si, entrava em conflito com a concepção histórica dos partidos comunistas e sindicatos ligados a eles, os quais se apoiavam numa expectativa dada por uma visão de determinação dialética da história.

Em termos objetivos, a reestruturação produtiva e gerencial, em resposta à luta dos trabalhadores e à crise dos anos 1970, deu-se por meio da ampliação geográfica da força de trabalho disponível e da mobilidade dos investimentos internacionais. Em termos operacionais, os meios foram a unificação dos mercados financeiros, em que o fim do padrão-ouro e a libertação da moeda (no caso o dólar) como signo sem referente desempenhou um papel importante, e a utilização de instrumentos de crédito como forma de controle/domínio. Já em termos fenomenológicos, no nível da ‘produção’, emprestando as palavras de Gaulejac (2007, p. 117), “passamos de um governo por meio de ordens para um gerenciamento por meio da realização de projetos, de uma vigilância hierárquica para o agenciamento de uma autonomia controlada”.

A mundialização financeira e a dominância do valor acionário (CHESNAIS, 1996; SAUVIAT, 2005) vinculados à normalização do regime de urgência, que veremos mais detidamente a seguir, devem, portanto, ser compreendidas como parte

5 “Tudo, imediatamente!” (tradução nossa).

do movimento e da necessidade do capital de fugir da insubordinação do trabalho. Fuga que ganha forma também no processo de rearticulação da subordinação em novos termos.

Hegemonia do valor acionário e curttoprazismo

Com a fim do padrão-ouro, o mercado cambial se tornou o primeiro elemento da chamada mundialização financeira, iniciada na década de 1970. Depois, vieram a liberalização dos mercados de títulos da dívida e a abertura e desregulamentação dos mercados acionários. Através dos dividendos, o mercado de ações acabou ganhando papel central na acumulação financeira. A entrada dos fundos de pensão e de investimento no controle de grande número de ações, antes dispersas, gerou uma concentração de poder que teve como resultado a dominância da valorização acionária na gestão das empresas. Essa dominância da valorização acionária e do pagamento de dividendos resulta em busca da maximização de renda em curto prazo, e motiva por si só a flexibilização produtiva e a terceirização, de modo a garantir maior liquidez aos ativos, além de inibir investimentos. O curto prazo dessa lógica financeira internalizada na gestão acaba por prevalecer sobre o longo prazo da produção e do retorno de investimento. As consequências dessa lógica financeira são interiorizadas não apenas nas empresas diretamente submetidas ao mercado financeiro, mas em todas aquelas que mantêm relações com elas ou que dependem do sistema de crédito (CHESNAIS, 1996). Em última análise, essas consequências acabam se difundindo como uma cultura de gestão (GAULEJAC, 2007).

Essa mundialização dos mercados financeiros está estreitamente ligada ao presente autárquico e, portanto, ao “estreitamento do horizonte temporal do capitalismo que só raciocina em curto prazo” (LAÏDI, 2001, p. 156). Uma das implicações, como lembra Laïdi (2001), é a identificação dos encargos sociais como nocivos à concorrência, ocultando o fato de que os encargos de hoje podem vir a ser as vantagens de amanhã. A temporalidade da empresa muda com a obrigação da capitalização bursátil de curto prazo, reduzindo empregos, salários e encargos sem consideração pelo desenvolvimento futuro. Esse curttoprazismo se reflete, por sua vez, nas avaliações dos gestores, e, assim, o fato de se fazer melhor num prazo mais longo acaba não obtendo nenhuma consideração aos olhos dos avaliadores (LAÏDI, 2001).

Nesse contexto de “curto-prazismo”, [os dirigentes] tem interesse em obter uma valorização máxima das ações, com o risco de tomar decisões para produzir efeitos de anúncio que se fazem em detrimento do interesse em médio prazo da empresa e de sua perenidade. O conjunto das funções da empresa está subordinado à lógica financeira pelo viés de técnicas de gestão que levam os agentes a interiorizar a exigência de rentabilidade. Cada equipe, cada serviço, cada departamento, cada estabelecimento tem objetivos a atingir, cuja medida, cada vez mais frequente é, por vezes, efetuada em tempo real. A obrigação de resultados, medida conforme o metro da rentabilidade de cada um, deve ser assumida por cada elemento do sistema (GAULEJAC, 2007, p. 48).

Entre essas técnicas está a gestão por metas, meio que instala um regime de urgência de alto abaixo na empresa (ROUX-DUFORT, 2004).

Regime de urgência

Conceitos de urgência

O termo *urgência* surgiu no meio hospitalar e até hoje nos reporta à ideia de emergência médica. Seguindo o pensamento de Laïdi (2001), o serviço de urgência remete a uma situação fora do normal diante de nós, sendo usado quando não há outra solução aparentemente possível. Em termos conceituais, a urgência seria “o modo temporal de abolição rápida da distância entre a expectativa e a experiência” (LAÏDI, 2001, p. 121). Enquanto representação, ela remeteria a um tempo escasso que pressionaria no sentido de uma ação rápida com vistas a maiores benefícios.

Jauréguiberry (1998) conceitua a urgência, em termos vividos, como a mudança deficitária entre o tempo normalmente admitido como necessário por um indivíduo para executar uma tarefa e o tempo disponibilizado sob a forma de um constrangimento exterior incontornável para executar a mesma tarefa. Na definição de Jelliman (2000), a urgência é um julgamento feito por um indivíduo ou um coletivo, em dado instante, sobre uma situação com consequências dramáticas e com um tempo para agir menor do que o necessário com os meios disponíveis. Mas um ponto essencial seria que a esperança de alcançar o objetivo subsistiria, pois sem ela não haveria mais urgência.

Como bem aponta Riveline (1991), somente aceleração e excesso de trabalho não são suficientes para qualificar a urgência. Trata-se, para ele, de uma noção que remete a uma falta de tempo e a um estado de crise, a uma ameaça iminente com resultados catastróficos. A analogia sugerida por ele, da urgência como o problema que vive um jogador de tênis diante de um adversário melhor, nos traz elementos para pensarmos a urgência em termos de controle autônomo e heterônomo. Como ressalta Riveline (1991), o jogador inferior tecnicamente não controla as bolas, no máximo as salva. Na urgência, o reflexo ganha espaço sobre a reflexão. Ela pode ser vista, assim, como um estado de perda de controle geral do indivíduo, primeiro sobre o tempo e, por fim, sobre si mesmo (AUBERT, 2003).

Aspectos negativos e positivos da urgência no trabalho

A urgência, em geral, é vivida negativamente, como obstáculo ao *trabalho bem feito* (RAVEYRE; UGHETTO, 2002; VOLKOFF, 1997; LORIOL, 2011). Como aponta Laïdi (2001, p. 226), ela viola os “rituais lentos”, agredindo, assim, o simbólico que os sustenta. Ela cresce em penosidade e constrangimentos ao trabalho. A polivalência e flexibilidade do trabalhador têm também relação com um estado de urgência,

obrigando-o a trabalhar onde não está acostumado, sem tempo para adquirir o saber necessário, sem poder prever ou planejar, o que leva ao aumento da carga de trabalho (VOLKOFF, 1997). Ela se relaciona ainda a fenômenos de estresse, *burn out*, esgotamento etc. (AUBERT, 2003; HÉNON, 2005; LORIOL, 2011).

No entanto, a urgência não é apenas vivida negativamente. Ela pode ser uma ocasião para mudar prioridades e hierarquias, para negociar mais margens de manobra e pode ser fonte de construção da identidade no trabalho. As consequências e a significação da urgência não são dadas *a priori*, mas construídas no curso da ação de acordo com o contexto social (LORIOL, 2011).

Algumas pesquisas nos mostram o papel que a urgência fabricada pode ter dentro de uma empresa como instrumento de tomada de decisão e de mediação entre diferentes valores (MOISDON, 1990; CORDELIER, 2005; DENOIT, 2005). A urgência organizacionalmente fabricada, no contexto da empresa, pode servir para encerrar discussões e divergências e jogar decisões para níveis hierárquicos mais altos, efetuando-as assim com base em critérios econômicos e orçamentários, sem deslegitimar diretamente os critérios técnicos (MOISDON, 1990). Para Riveline (1991), a urgência é ingrediente inevitável em toda tomada de decisão, só variando a dose. Usada como meio para justificar medidas de exceção e julgamentos expeditivos, ela ganha aspecto de instrumento de poder.

Urgência como forma de controle e poder

Assim, a urgência permite reduzir ou suspender os debates, agindo como uma injunção que inibe questionamentos (LAÏDI, 2001; LORIOL, 2011), pois o estado de emergência é exatamente aquele em que a necessidade se torna fonte das regras e da lei (AGAMBEN, 2004). Em uma forma fabricada, como “modo temporal planejado”, a urgência possibilita manter a organização em estado de crise permanente (GRAMACCIA, 2005), mantendo, desse modo, as injunções impositivas, embora impessoais. A criação artificial da urgência como método de gestão é descrita por Jelliman (2000) nos termos de uma “teatralização” da gestão, observável em empresas. A encenação do risco e a dramatização do perigo seriam, assim, mecanismos para conseguir o engajamento, possivelmente mais eficazes do que ameaças de sanções e promessas de recompensas. Como bem aponta Carayol (2005), a urgência legitima práticas de enquadramento que, embora sejam coercitivas, não aparecem como resultado de decisões vindas de superiores hierárquicos, mas como um argumento de autoridade de um poder sem corpo, sendo essas práticas de enquadramento percebidas como resultado de forças impessoais: do mercado, de um ambiente... Podemos dizer que a urgência aparece, dessa maneira, como uma forma de controle e gestão produtiva em que o poder se torna mais abstrato, impessoal e invisível; ela é percebida e simulada como imperativo natural, pertencente à ordem das coisas, fruto da necessidade coletiva de sobrevivência.

Aqui abrimos um parêntese digressivo. Esse imperativo de sobrevivência construído socialmente institui uma difusão da condição de miséria, ou de

seus signos e sintomas, naquilo que a miséria se associa fenomenologicamente à impossibilidade de planejamento no tempo e à restrição de possibilidades de escolha. A esse título, são úteis as definições de classe por renda de Pochmann (2013), na qual ele as relaciona à experiência vivida de cada classe com o tempo: “O miserável planeja o dia, não sabe se vai ver o amanhã. O trabalhador é aquele que vive o mês. A classe média é a que planeja o ano. E o rico planeja décadas”. Essa difusão dos sintomas da miséria, resultado da expectativa deixar o horizonte futuro para encrustar-se no presente imediato, foi percebida por Zaki Laïdi nos seguintes termos:

A clivagem entre o presente e o futuro expressa também um aumento do número daqueles que já não tem recursos materiais ou simbólicos para se projetarem no futuro. A “falta de futuro”, que estava reservada até agora aos danados da terra, torna-se uma experiência cada vez mais frequente (LAÏDI, 2001, p. 122).

Caberia pensar nos termos de uma *acumulação primitiva do futuro*? Uma *acumulação* que, *cercando e dificultando o acesso* a um horizonte de expectativa, põe ao dispor do capital uma força de trabalho que não tem outra escolha a não ser um engajamento imediato e intenso às suas solicitações.

Regime de urgência e práticas de prevenção

Laïdi (2001) nos diz que, à medida que desaparece um horizonte de expectativa, portanto de perspectiva de transformação social, cresce a capacidade de transformação genética do ser humano. Se nos tornamos incapazes de transformar o social, a transformação recairia então sobre o individual. Nesse sentido, também podemos enxergar no regime de urgência que dá forma ao *novo tempo dos negócios* uma tendência a reforçar a “cultura do EPI”, que domina as práticas preventivas das empresas relativas à saúde do trabalhador. Não seria o Equipamento de Proteção Individual (EPI) uma espécie de *enxerto físico* que visa mudar a constituição do trabalhador para torná-lo capaz de resistir às condições, situações e ao ambiente de trabalho? Embora, em geral, seja uma medida preventiva mais barata e de fácil implementação pelos gestores – apesar de frequentemente menos eficiente que outras –, encontrando aí a justificativa para sua dominância, o regime de urgência e o ofuscamento do horizonte de expectativas, o que inclui a expectativa de transformação das condições e do ambiente de trabalho, possivelmente também exercem um papel na posição de destaque que o EPI tem conquistado como política preventiva.

Sem esse horizonte de expectativa, em um futuro fadado a ser apenas a repetição do presente, resta somente gerir os efeitos de uma situação precária perenizada pelo próprio regime de urgência (ARANTES, 2014). Para além da

prevalência da “cultura do EPI”⁶ em Saúde e Segurança no Trabalho (SST), a difusão de práticas de gerenciamento de estresse se encaixa perfeitamente nesse quadro. Como aponta Gaulejac (2007), a “resistência ao estresse” se torna ela própria uma qualidade necessária para o sucesso. Uma espécie de “seleção natural” se opera; mais uma vez a transformação (biológica) do homem ocupando o lugar da transformação do social. Quando o longo prazo do horizonte de expectativa sai de cena, deixando de influenciar as ações, é também o homem como ser histórico que sai de cena. Sua condição de ser temporal é, assim, limitada a um presente imediato (LAÏDI, 2001). Sua própria biologia – e saúde – é limitada a um presente imediato no terreno de trabalho, sem projeções num futuro. A preocupação com a deterioração da saúde de seus subordinados tem pouco espaço entre gerentes que operam em um regime de urgência normalizado, pois, como lembra Arantes (2004), por definição, não há futuro numa situação de urgência. Impondo uma «arbitragem imperativa a favor do presente», a urgência leva à «desvalorização do futuro, identificado com a incerteza ou a não-verificação» (LAÏDI, 2001, p. 221). O acidente e o agravo à saúde, como probabilidades do futuro, incertas e não verificáveis, tendem, dessa forma, a ser descartados das preocupações, imersas que estão no presente, nas situações de trabalho.

As práticas preventivas se veem inibidas quando só o imediato passa a ter legitimidade. A obrigação de resultado movida pelo imperativo da rentabilidade leva os atores a não executarem ações que não possam justificar em curto prazo (LAÏDI, 1994). A inação em relação à prevenção se torna, então, consequência da própria obrigação de apresentar resultados.

Quanto à estratégica comunicativa do Sesmt da superintendência do banco, reportada anteriormente, podemos lançar a hipótese de que ela encontra obstáculo para eficiência, podendo até se tornar contraprodutiva, em razão da provável *dissonância cognitiva* que tal discurso preventivo gera nos gerentes diante das injunções contraditórias que eles percebem no seu cotidiano, na sua atividade de trabalho. Como já é de conhecimento, “toda falha de consistência entre as ‘mensagens em palavras’ e as ‘mensagens em ato’ da organização coloca os atores da empresa em situação de dissonância cognitiva” (DANIELLOU; SIMARD; BOISSIÈRES, 2013, p. 48). Uma vez que o gerente não encontra meios ou poder para modificar as situações que podem comportar risco a seus subordinados, a tendência é que entre em operação algum processo psíquico, uma racionalização, por exemplo, para amenizar ou suprimir essa dissonância.

6 As ações para manter a segurança e saúde do trabalhador devem privilegiar, nessa ordem: 1) eliminação da fonte de risco (mudança de matérias-primas e materiais, por exemplo); 2) mudança no processo para eliminar ou ao menos diminuir a exposição; 3) uso de Equipamento de Proteção Coletiva (EPC); 4) uso de EPI. O que temos visto, em geral, é uma inversão dessa ordem na prática. Indicativo dessa “cultura do EPI” é o anúncio de um fabricante de EPC que aponta seu produto como um complemento do EPI, quando o conhecimento e as boas práticas de SST consolidados mostram que o EPI é que deve ser um complemento do EPC, se necessário. No anúncio do fabricante de EPC publicado na revista da Cipa (2012, p. 87) lemos: “Os EPC’s são indispensáveis ao complemento dos EPIs”.

Mensagens visando convencer os atores da empresa sobre a importância da segurança, sendo que sua aplicação na situação é contraditória com outras exigências, vão contribuir para que muitos assalariados se convençam de que “isso não é tão perigoso assim” (DANIELLOU; SIMARD; BOISSIÈRES, 2013, p. 48).

Evidentemente, o mesmo ocorre com mensagens sobre a importância da prevenção de agravos à saúde. As justificativas, em tais mensagens, só tendem a ser levadas a sério se a empresa implementar inúmeras outras medidas coerentes com elas (DANIELLOU; SIMARD; BOISSIÈRES, 2013) que, na percepção do trabalhador (ou do gerente, no caso), sejam fundamentais para a prevenção. Os profissionais de um Sesmt que é concebido basicamente para cumprir e fazer cumprir requisitos legais⁷, como é o caso em muitas empresas, por vezes com as melhores intenções, veem-se diante da tarefa quixotesca de criar uma cultura de prevenção que não pode ser criada a não ser pelas práticas e prioridades, ascendentes e descendentes, que movem a empresa no seu dia a dia⁸.

O pano de fundo da dissonância cognitiva de que estamos tratando é formado pelo que poderíamos chamar de *dissonância temporal*. Atividade “produtiva” e ações preventivas em saúde se encontram mais do que nunca em temporalidades distintas, que entram em conflito.

Desafios à saúde do trabalhador em tempos de urgência

O que vimos até aqui leva-nos a perguntar como adequar a temporalidade da atividade produtiva à temporalidade da saúde do trabalhador. Como integrar esse médio e longo prazo da saúde no curtíssimo prazo da ‘produção’?

Podemos encontrar algumas ideias ou propostas em Jellimann (2000), embora fuja às nossas possibilidades aqui traçar os meios e os instrumentos para pô-las em prática. Ele fala da urgência como simulação. Simular, como ressalta Baudrillard (1981), é mais do que fingir a existência de algo. Simular é criar sintomas, criar os signos que identificam o real; criar aquilo que implode a distinção entre o verdadeiro e o falso, o real e o imaginário. Jellimann (2000) nos conta sobre a prática de simular urgência – que ele chama de *fabricar urgência* – para que questões e projetos de longo prazo recebam atenção e mobilização da organização. A estratégia é fazer os atores visados entrarem num perímetro de percepção no qual a questão ou projeto passaria a ser visto como urgente. Para isso, são utilizados recursos, chamados por ele de rituais, como eventos, assembleias, reuniões etc. Uma vez que só o imediato é legítimo e emana autoridade, simular urgência se torna um imperativo de existência.

7 Sobre a prevenção via engenharia de segurança ir a reboque do Direito, ver Assunção e Lima (2002).

8 Sobre cultura de segurança industrial, semelhante a uma cultura de prevenção de agravos, ver o capítulo 10 de Daniellou, Sirmard e Boissières (2013).

Seria possível fabricar uma urgência da saúde dos trabalhadores em médio e longo prazo, uma urgência da projeção da saúde dos trabalhadores? Restaria saber como poderia ser fabricada, e qual o poder que um Sesmt deveria ter para ser um ator nessa *fabricação*.

Essa nova temporalidade do mundo, que é também do “mundo do trabalho”, leva-nos, por outro lado, a reforçar outra perspectiva de saúde. Uma perspectiva em que a saúde do trabalhador não se dissocia da temporalidade da ‘produção’, uma vez que se relaciona ao próprio poder dos trabalhadores sobre a ‘produção’, através da sua atividade. O conceito negativo de saúde como ausência de doença, ou mesmo como ausência de desequilíbrio que impeça viver disposto física e mentalmente, tende a conduzir à frustração de ações preventivas diante do curtoprazismo e da urgência, que não podem pensar essa saúde no amanhã. Nesse conceito de saúde, o sujeito é passivo ante uma organização, ambiente e condições de trabalho que agem sobre ele. A outra perspectiva de saúde de que falamos podemos encontrar, por exemplo, em Clot (2010, p.112), para quem “a estrita conservação de si se opõe à saúde”. Inspirado em Alain Wisner, a saúde, para ele, não deve ser vista “apenas como aptidão de sobreviver em um ambiente de trabalho, suportando suas coerções, mas também como capacidade de criar um meio para viver” (CLOT, 2010, p. 46).

A saúde identificada ao poder de agir de um coletivo de trabalho, em última análise, pode significar a possibilidade de ação sobre o próprio poder de coagir que pesa sobre ela. Isto é, em última análise, pode significar agir sobre a própria urgência como poder de coação. Nessa perspectiva de saúde, ela se constrói na própria capacidade de agir para dominar as bolas e não apenas salvá-las, para usarmos a analogia do jogo de tênis. A saúde dos trabalhadores é uma questão de relações de poder, enraizadas no próprio terreno da atividade de trabalho – aliás, como sempre foi, nos novos e velhos tempos. A questão é que mais do nunca, nesse novo tempo, ou a saúde dos trabalhadores é concebida na sua relação com seu poder de agir, ou simplesmente ela não será.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AMAZARRAY, Mayte R.; JACQUES, Maria da Graça C. Trabalho bancário e saúde mental no paradigma da excelência. **Boletim de Saúde**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 93-105, jan./jun. 2006.
- ARANTES, Paulo E. **O Novo Tempo do Mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- _____. **Zero à Esquerda**. São Paulo: Conrad, 2004.
- ASSUNÇÃO, Ada A.; LIMA, Francisco de Paulo A. A Contribuição da Ergonomia para a Identificação, Redução e Eliminação da Nocividade do Trabalho. In: MENDES René. **A Patologia do Trabalho**. 2. ed. Belo Horizonte: Atheneu, 2002. p. 1767-1789.
- AUBERT, Nicole. Le culte de l'urgence: La société malade du temps. Paris: Flammarion, 2003.
- _____. L'urgence, symptôme de l'hypermodernité: de la quête de sens à la recherche de sensations. **Communication et organisation**, n. 29, p. 11-21, 2006.
- BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulação**. Lisboa: Relógio d'Água, 1981.

- BERNARDO, João. Trabalhadores: Classe ou Fragmentos? **O Comuneiro**, 1º set. 2005. Disponível em: <http://www.ocomuneiro.com/nr01_09_trabalhadores.htm>. Acesso em: 17 dez. de 2014.
- BRUNO, Walcir P. Bancários não são máquinas. In: SZNELWAR, Laerte (org.). **Saúde dos Bancários**. São Paulo: Publisher, 2011. p. 2 1-32.
- CAMPELLO, Jaqueline C. **Cargas de trabalho e evidências de seu impacto sobre a saúde de trabalhadores em bancos**: estudo de caso em quatro instituições financeiras em Porto Alegre. 2004. 220f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- CARAYOL, Valérie. **Principe de contrôle, communication et temporalités organisationnelles**. *Études de communication*, n. 28, p. 77-89, 2005..
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- CIPA, n. 392, maio 2012.
- CLOT, Yves. **Trabalho e Poder de Agir**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.
- CORDELIER, Benoit. L'urgence, un outil de médiation locale dans les projets de changement organisationnel. In: CARAYOL, Valérie (coord.). **Vivre l'urgence dans les organisations**. Paris: L'Harmattan, 2005. p. 97-106.
- DANIELLOU, François; SIMARD, Marcel; BOISSIÈRES, Ivan. Fatores Humanos e Organizacionais da Segurança Industrial: um estado da arte. **Les Cahiers de la Sécurité Industrielle**, 7. Toulouse: FoncSI, 2013.
- DENOIT, Nicole. L'urgence néguentropique. In: CARAYOL, Valérie (coord.). **Vivre l'urgence dans les organisations**. Paris: L'Harmattan, 2005. p. 17-28.
- GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como Doença Social**. Aparecida: Idéias & Letras, 2007.
- GRAMACCIA, Gino. Pression cellulaire et craintes hypertéliques dans le management de projet. In: CARAYOL, Valérie (coord.). **Vivre l'urgence dans les organisations**. Paris: L'Harmattan, 2005. p. 121-136.
- HARTOG, François. Régimes d'historicité. Présentisme et expérience du temps. Paris: Seuil, 2003.
- _____. Temps et histoire. "Comment écrire l'histoire de France?". *Annales Histoire, Sciences Sociales*, v. 6, n. 50, p. 1219-1236, 1995.
- HÉNON, Florence. Urgence en entreprise. In: CARAYOL, Valérie (coord.). **Vivre l'urgence dans les organisations**. Paris: L'Harmattan, 2005. p. 147-163.
- HOLLOWAY, John. **Mudar o Mundo Sem Tomar o Poder**. São Paulo: Viramundo, 2003.
- JAUREGUIBERRY, Francis. Télécommunications et généralisation de l'urgence. **Sciences de la société**, n. 44, p. 83-96, 1998..
- JELLIMANN, Pascal. **Gérer par l'urgence des enjeux de long terme**. Palestra no Seminário "Vie des Affaires", Ecole de Paris du management. 4/2/2000. Disponível em: <<http://ecole.org/telechargement?cr=VA040200.pdf&type=2>>. Acesso em: 11 nov. de 2014.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- LAÏDI, Zaki. **A Chegada do Homem-Presente**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- _____. **La tyrannie de l'urgence**. Saint-Lauren: Fides, 1999.
- _____. **Um monde privé de sens**. Paris: Fayard, 1994.
- LIMA, Francisco de Paula A. A organização da produção e a produção da LER. In: LIMA, Maria E. A.; ARAÚJO, José N. G. de; LIMA, Francisco P. A. (org.). LER – lesões por esforços repetitivos: dimensões ergonômicas e psicossociais. Belo Horizonte: Health, 1998. p. 237-263.
- LIMA, Francisco de Paula A.; SAMOHYL, Robert W. Determinantes da Insegurança no Trabalho. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 179-196, 1986.
- LIMA, Maria Elisabeth A. A LER no Setor Bancário. In: LIMA, Maria E. A.; ARAÚJO, José N. G. de;

- LIMA, Francisco P.A. (org.). LER – lesões por esforços repetitivos: dimensões ergonômicas e psicossociais. Belo Horizonte: Health, 1998. p. 52-107.
- LORIOU, Marc. Les urgences dans le travail: entre contraintes et ressources. **Revue Economique et Sociale**, v. 69, n. 2, p. 11-22, 2011.
- LUMLEY, Robert. **State of Emergency**: cultures of revolt in Italy from 1968 to 1978. New York: Verso, 1990.
- MAENO, Maria. LER e transtornos psíquicos relacionados ao trabalho: faces de uma mesma moeda. In: SZNELWAR, Laerte (org.). **Saúde dos Bancários**. São Paulo: Publisher, 2011. p. 207-230.
- MENDES, Jussara M. R.; NETZ, Jacéia A. O massacre dos trabalhadores bancários e a ação sindical: sobre jornadas, metas excessivas, pressão, medo, práticas gerenciais autoritárias versus práticas preventivas. **Boletim de Saúde**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 25-34, jan./jun. 2006.
- MOISDON, Jean-Claude. **Grands projets, organisation et urgence** [Palestra]. In: SEMINÁRIO VIE DES AFFAIRES, École de Paris du management, Paris, 7/12/1990. Disponível em: <<http://ecole.org/telechargement?cr=VA071290.pdf&type=2>>. Acesso em: 10 out. de 2014.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Ambientes de trabalho saudáveis**: um modelo para ação: para empregadores, trabalhadores, formuladores de política e profissionais. Brasília: SESI/DN, 2010.
- POCHMANN, Marcio. Aumento de renda não significa elevação social. Entrevista concedida a Patrícia Monteiro Rizzotto. **Brasil Econômico**, 30 out. de 2013. Disponível em: <http://brasileconomico.ig.com.br/ultimas-noticias/aumento-de-renda-nao-significa-elevacao-social_136854.html>. Acesso em: 19 out. 2014.
- RAVEYRE, Marie; UGHETTO, Pascal. **“On est toujours dans l’urgence”**: surcroît ou défaut d’organisation dans le sentiment d’intensification du travail? In: COLÓQUIO ORGANISATION, INTENSITÉ DU TRAVAIL, QUALITÉ DU TRAVAIL. Centre d’études de l’emploi, Cebremap et Latts Paris, nov. 2002. Disponível em: <http://www.comprendre-agir.org/images/fichier-dyn/doc/2007/sentiment_intensification_travail_ires_ughetto_raveyre_chsct.pdf>. Acesso em: 9 out. de 2014.
- RIVELINE, Claude. De l’urgence en gestion. **Annales des mines, Gérer et Comprendre**, n. 22, p. 82-92, mars 1991.
- ROUX-DUFORT, Christophe. L’urgence est devenue le régime normal de fonctionnement. Interview. Journal du Net, oct. 2004. Disponível em: <<http://www.journaldunet.com/management/dossiers/041055urgence/rouxdufort.shtml>>. Acesso em: 5 nov. de 2014.
- SACCHETTO, Devi; SBROGIÒ, Gianni. **Pouvoir ouvrier à Porto Marghera**: Du Comité d’usine à l’Assemblée de territoire (Vénétie – 1960-80). Paris: Les Nuits rouges, 2012.
- SANTOS JUNIOR, Adalberto V. dos; MENDES, Ana M.; ARAUJO, Luciane K. R. Experiência em clínica do trabalho com bancários adoecidos por Ler/Dort. **Psicologia, Ciência & Profissão**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 614-625, 2009.
- SATO, Leny. Subjetividade, saúde mental e trabalho. In: RUIZ, Roberto (org.). **Um mundo sem LER é possível**. Montevideo: Rel-Uita, 2003. p. 62-76.
- SAUVIAT, Catherine. Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário. CHESNAIS, François. (org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo. 2005. p. 109-132.
- SCOPEL, Juliana; OLIVEIRA, Paulo Antonio B.; WEHRMEISTER, Fernando C. LER/DORT na terceira década da reestruturação bancária: novos fatores associados? **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 46, n. 5, p. 875-88, out. 2012.
- SZNELWAR, Laerte I.; MASSETTI, Morgana. Agressões ao corpo e/ou sofrimento psíquico? Um estudo construído a partir da experiência de trabalhadores com LER/DORT. **Travaille**, n. 8, p. 153-176, 2002.
- VIANA, Sílvia. **Rituais de Sofrimento**. São Paulo: Boitempo, 2013.

VIRNO, Paolo. **Gramática de la Multitud**: para un análisis de las formas de vida contemporáneas. Madrid: Traficante de Sueños, 2003.

VOLKOFF, Serge. La dictature du temps. **Evolutions technologiques, densité du travail, contraintes temporelles**. Entrevista, fev. 1997. Entrevista. Disponível em: <http://www.comprendre-agir.org/images/fichier-dyn/doc/dictature_du_temps_volkoff.pdf>

Acesso em: 1º out. de 2014.

Recebido em 01/07/2015

Aceito em 06/12/2016

OS RELATÓRIOS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DAS NAÇÕES UNIDAS E AS CONDIÇÕES ATUAIS DE AMBIVALENCIAS

THE UNITED NATIONS HUMAN DEVELOPMENT REPORTS AND THE CURRENT CONDITIONS OF AMBIVALENCE

Maria José De Rezende*

Resumo

Os Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs) possuem um caráter ambivalente uma vez que difunde, anualmente, tanto um conjunto de propostas para a ampliação de políticas de combate à privação decorrente da pobreza extrema, quanto um rol de constatações que indicam as enormes barreiras e desafios, muitas vezes inviabilizadores, da ocorrência no curto e médio prazo, de mudanças no acesso a melhores condições de renda, de saúde, de educação e de moradia adequada para as populações que vivem em situação de pobreza extrema. Assinale-se que os RDHs são fruto de condições ambivalentes, em que se reforçam promessas de avanços sociais em meio a processos econômicos e políticos que negam qualquer possibilidade de mudanças efetivas no decorrer dos anos vindouros. A sua natureza ora ambígua, ora ambivalente não impede, porém, que os relatórios travem, no campo dos argumentos, da narrativa, uma luta contra essa incompatibilidade entre o proposto e o exequível.

Palavras-chave: Ambivalência. Desenvolvimento humano. Pobreza.

Abstract

The Human Development Reports (HDRs) have an ambivalent character since it diffuses, annually, both a set of proposals for the expansion of policies to combat deprivation resulting from extreme poverty, and a list of findings that indicate the huge barriers and challenges, often making it impossible the occurrence, in the short to the medium term, of changes in access to improved income, health, education and adequate housing for the population living in extreme poverty. It should be noted that the HDRs are the result of ambivalent conditions under which promises of social progress amid economic and political processes that deny any possibility of effective changes over the coming years, are reinforced. Its nature sometimes ambiguous sometimes ambivalent does not, however, impede that reports struggle, in the arguments field, against this incompatibility between what was proposed and what is feasible.

Keywords: Ambivalence. Human development. Poverty.

* Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil. E-mail: mjderezende@gmail.com

Introdução

Os Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs) encomendados anualmente, desde 1990, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), podem ser analisados em seus vários aspectos (econômicos, políticos, sociais), perspectivas (olhares lançados sobre os problemas sociais atuais pelos seus elaboradores) e propostas (feitas aos estados nacionais, às organizações da sociedade civil, às lideranças políticas, aos organismos internacionais). São muitos os objetos de estudo que podem ser construídos, inúmeros os problemas sociológicos que podem ser levantados e diversos os procedimentos de pesquisa que podem ser utilizados na averiguação de suas narrativas, discursos e argumentações.

Os procedimentos de pesquisa sobre os RDHs têm de levar em conta o contexto histórico no qual eles têm sido gerados, a natureza desses documentos propositivos e ordenadores – ao longo da última década do século XX e das duas primeiras do século XXI – de uma multiplicidade de argumentos e narrativas sobre o desenvolvimento humano e o seu caráter politicamente voltado para a solução de uma parte dos problemas (miserabilidade, fome, analfabetismo, exposição a doenças evitáveis, entre outros) presentes no mundo atual.

Todos os elaboradores dos RDHs constroem seus argumentos emoldurados pela proposta de expansão, para todas as populações do planeta, do direito ao desenvolvimento humano. Em cada edição anual, são propostos caminhos para que estes avanços ocorram: ampliação da participação política – RDH de 1993 e 1995 –, da cooperação internacional – RDH de 1992, 1994 e 2005 –, do financiamento ao desenvolvimento – RDH de 1991 –, do combate à pobreza – RDH de 1997, 2003, 2010 e 2011 –, das mudanças nas pautas de consumo e da globalização – RDH de 1998 e 1999 –, da expansão dos direitos e da democracia – RDH de 2000 e 2002 –, da universalização do acesso à educação e às tecnologias informacionais – RDH de 1997, 2001 e 2004 –, do combate à urbanização precária expressa na falta de moradia, água e saneamento adequados – RDH de 2006, 2007/2008 e 2011; dos novos equilíbrios políticos globais (1999 e 2013), do combate às vulnerabilidades e dos fatores que impulsionam o desenvolvimento humano – RDH de 2013 e 2014, entre outros. Os formuladores dos RDHs também buscam formas mais eficientes de medir (RDHs,) os avanços que estariam em curso bem como os fatores que têm dificultado a expansão do desenvolvimento humano – RDH de 1990, 1991, 2003 e 2010.

Esclarece-se que a noção de desenvolvimento humano que embasa os RDHs tem uma forte aproximação, não uma identificação e/ou filiação total, com o modo de Amartya Sen (1981, 1999, 2006, 2008, 2010) conceber o desenvolvimento¹. Veja-se o que ele diz:

1 Fukuda-Parr, que foi diretora dos RDHs, diz: “A teoria de Sen de desenvolvimento como expansão das capacidades é um ponto inicial para ADH [Abordagem do Desenvolvimento Humano]: a ideia de que o objetivo do desenvolvimento é melhorar a vida humana, [o que] significa expandir as possibilidades de [...] [dotar] o indivíduo ([de] funcionamentos e capacidades de funcionar, tais como ser saudável e bem nutrido, ter conhecimento, participar da vida da comunidade) [da possibilidade de [agir sobre] si mesmo e

A expansão dos serviços de saúde, educação, seguridade social etc. contribui diretamente para a qualidade da vida e seu florescimento. Há evidências até de que, mesmo com renda relativamente baixa, um país que garante serviços de saúde e educação a todos pode efetivamente obter resultados notáveis [de] duração e qualidade da vida de toda a população. [...] As recompensas do desenvolvimento humano [...] vão muito além da melhora direta da qualidade de vida e incluem também sua influência sobre as habilidades produtivas das pessoas e, portanto, sobre o crescimento econômico em uma base amplamente compartilhada (SEN, 2010, p. 191).

Quanto a este último, deve-se ter em conta que todas as suas propostas podem dar margem a inúmeras interpretações acerca de como os formuladores e encampadores (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD/ Organização das Nações Unidas – (ONU) dos relatórios sugerem ações e procedimentos para superar alguns desafios (pobreza extrema, miserabilidade, exclusão, desigualdades de renda, poder, recursos e oportunidades, inacessibilidade a direitos, à escolarização e às liberdades em geral) que indicam que a humanidade (e não somente alguns indivíduos, grupos ou segmentos) encontra-se numa encruzilhada na qual ela poderá escolher a melhoria coletiva através de uma associação cada vez mais estreita entre desenvolvimento humano e direitos humanos ou a barbárie que, de um modo ou de outro, lançará seus tentáculos sobre uma parte expressiva dos habitantes do planeta.

Desde 1990, ano da publicação do primeiro RDH, são muitas as indicações e sugestões de ações e investimentos diversos, os quais devem ser abraçados pelos estados nacionais, organismos internacionais (através de programas de cooperação que envolvam as organizações não governamentais, a sociedade civil, nas suas diversas ramificações, os setores privados e as associações voluntárias), lideranças políticas (principalmente aquelas preocupadas com as populações em condição de privação e impotência) e instituições sociais diversas.

Demonstrar-se-á que os RDHs são documentos que condensam dualidades, ambiguidades e ambivalências, expressas quer nas promessas, expectativas e perspectivas de construção de avanços coletivos, de ampliação das liberdades e da geração de melhores equilíbrios de poder através de suas propostas de ampliação da participação política – RDH de 1993, 1995 e 2002 – fundada na governança² e

sobre a sociedade]. Assim considerado, o desenvolvimento significa [remoção dos] obstáculos [...], tais como analfabetismo, falta de saúde, impossibilidade de acesso a recursos, ou ausência de liberdades civis e políticas” (FUKUDA-PARR, 2002, p.3).

2 Há, na atualidade, muitas discussões sobre governança. Rhodes (1997, p. 3) considera que a governança (SMITH, 2010) é formada por “redes intergovernamentais auto-organizadas”. É interessante observar como essa noção adentrou fortemente nas discussões acadêmicas e nas propostas de ação política.

na governação³-RDH de 2010, quer nas formas de retratar uma dada realidade econômica e política atual, negadora da possibilidade e da probabilidade de construção de um mundo onde os mais pobres tenham, de fato, o destino em suas mãos (BAUMAN, 1999b, 2000, 2001) nos moldes amplamente defendidos por Amartya Sen⁴ (2006, 2008, 2010) em sua abordagem sobre a necessidade de ampliação das capacidades⁵ (profissionais, educacionais e políticas) daqueles segmentos populacionais que vivem em situação de privação e impotência extremas. Ao mesmo tempo, os RDHs constroem uma narrativa indicando caminhos e potencialidades de mudanças diversas, que, porém, parecem inviabilizadas pela maneira de processar a vida econômica, social e política na atualidade.

Em síntese, o objeto deste estudo são as narrativas contidas nos RDHs e as suas nuances ambivalentes calcadas tanto no anúncio de que a vida social atual e os seus jogos interacionais, através da junção de diversas forças políticas, possuem os requisitos para enlaçar todos os povos do planeta num projeto, exequível e factível, de geração das diversas políticas que levem ao desenvolvimento humano expresso na acessibilidade dos segmentos mais pobres à renda, à saúde, à educação, à moradia adequada, à participação política e às oportunidades, quanto na constatação, por meio de dados diversos, levantados com o intuito de subsidiar a elaboração dos relatórios, da extrema dificuldade de, no limiar do século XXI, superar os fatores que impedem a desconcentração da riqueza, da renda e do poder para que haja avanços capazes de atingir os que vivem em situação de privação e impotência extremas.

O problema sociológico que orientará esta exposição será o seguinte: de que forma se pode verificar, nos RDHs, uma narrativa ambivalente? Parte-se do pressuposto de que tal narrativa é oriunda da maneira como seus elaboradores e encampadores alardeiam que é possível alcançar o desenvolvimento humano, bem como das evidências negadoras, reunidas nos próprios relatórios, de que haja, de fato, nos anos vindouros, mudanças substantivas rumo à efetivação da seguridade humana⁶, a qual “aparece como resposta a seis tipos fundamentais de ameaças: econômicas, alimentares, salutareis, ambientais, pessoais e comunitárias e políticas” (PUREZA, 2009, p. 28-9).

3 O RDH de 2010 propõe equacionar a governação em três dimensões: segurança, capacidade inclusão. “A dimensão de segurança é abordada na ótica de duas medidas, genericamente complementares, de aferição da probabilidade de eclosão de um conflito interno e vulnerabilidade ao conflito [...]. A dimensão da capacidade é abordada sob o prisma da capacidade dos governos para mobilizar recursos e aplicar de forma eficiente [...]. A dimensão de inclusão é analisada na ótica da democraticidade das instituições e também de uma inclusão mais alargada” (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2013, p. 209).

4 Amartya Sen e Mahbub Ul Haq são considerados os idealizadores dos RDHs, os quais passam a ser encomendados e encampados desde 1990 pelo PNUD.

5 “O aumento das capacidades humanas também tende a andar junto com a expansão das produtividades e do poder de auferir renda. [...] O aumento de capacidades ajuda direta e indiretamente a enriquecer a vida humana e a tornar as privações humanas mais raras e menos pungentes” (SEN, 2010, p. 126).

6 José Manoel Pureza (2009, p. 28-9) assinala que a noção de seguridade humana torna-se um pilar dos RDHs que a utilizam pela primeira vez no documento de 1994.

Esclarece-se, então, que há, quase sempre, ambivalências em ações políticas (de movimentos sociais, partidos, associações da sociedade civil, instituições políticas e sociais), documentos (declarações, tratados internacionais, acordos políticos, relatórios tais como os RDHS e os REPTs – *Relatórios de Monitoramento Global das Metas de Educação para Todos*), propostas de intervenção social, políticas públicas e programas governamentais. A ambivalência existe sempre que as mudanças apontarem para dois lados ao mesmo tempo, ou seja, para possibilidades e impossibilidades que caminham juntas.

Celso Furtado (1964, 1992, 1997a, 1997b, 1997c, 1997d) é talvez um dos cientistas sociais que mais ajuda na compreensão dos desafios e ambivalências da modernidade. Segundo ele, o progresso e o desenvolvimento são “como o deus Jano, tanto olha para frente como para trás, não tem orientação definida” (FURTADO, 1992, p. 57). Tanto um como o outro dependem de ações e projetos políticos difíceis de serem viabilizados, já que são muitas as disputas e interesses envolvidos. Objetivamente, a ambivalência que se instaura acerca das (im) possibilidades e das probabilidades, ou não, de instauração de melhorias coletivas é a essência das lutas políticas.

A ambivalência como característica das narrativas e/ou das relações sociais?

A relação de ambivalência não pode ser captada se as narrativas sobre o desenvolvimento humano, registradas nos RDHS, forem tomadas como autônomas e/ou isoladas do contexto histórico que as produziu. Conforme ensina Norbert Elias (1998, 1999, 2001) nas palavras de Bauman⁷ (2010, p. 197), “as ações e ideias não podem ser explicadas e entendidas se forem tratadas isoladamente; elas precisam ser entendidas dentro do esquema da figuração”.

São muitos os cientistas sociais que têm discutido a modernidade como uma promessa, realizável ou não, de construção de melhores equilíbrios de poder, de recursos políticos e de oportunidades (de renda e de participação política). Dentre eles, Norbert Elias se destacou ao refletir sobre os processos civilizacionais e descivilizacionais, os quais caminham paralelamente. O que pode ser entendido como a fonte principal de ambivalência à medida que a indecisão, a irresolução e a sensação contínua de que se está perdendo, a passos largos, todos os esforços de melhorias sociais, conforme discutido por Bauman (1999), podem, em determinadas circunstâncias históricas, prevalecer.

Isto quer dizer que a ambivalência das propostas contidas nos RDHS – relacionadas à dualidade tanto de ações, estratégias e práticas sugeridas (expressas, por exemplo, na forma como os governantes subscrevem tratados e declarações que, na maioria das vezes, não irão cumprir) quanto de expectativas, perspectivas, valores e disposições sociais e políticas de que os diversos agentes poderão abraçar

7 Esta discussão de Bauman está presente no texto intitulado “Hermenêutica e teoria social moderna”, o qual foi traduzido e publicado, como anexo, na tese de doutorado de Fábio R. Ribeiro da Silva (2010).

a causa dos que vivenciam condições de pobreza extrema nos diversos âmbitos da vida (educação, moradia, saúde, renda, oportunidades) – não pode ser identificada e estudada se for dada autonomia aos argumentos postos nas muitas narrativas que estruturam os RDHs ao longo de mais de 20 anos.

Os argumentos, os discursos, as narrativas não são, de modo algum, tomados por eles mesmos, como se fossem autônomos. Eles são compreendidos somente graças aos jogos configuracionais⁸ e às relações e desequilíbrios de poder no mundo atual. Isto não significa, porém, que as narrativas e os discursos não tenham importância. Há, nas Ciências Sociais, uma ampla discussão teórico-metodológica acerca das formas de trabalhar com os documentos escritos. As análises do discurso, argumentativas e de conteúdos, têm produzido muitos materiais sobre isso. Uma questão que vem à tona com frequência é esta sobre a ineficácia sociológica das análises que dão autonomia ao que é dito sem a devida contextualização histórica. Norbert Elias (1998), M. Foucault (1979), J. B. Thompson (1995) e P. Ricouer (1988, 2000) discutiram intensamente sobre isso. Tendo em vista esta discussão, Zygmunt Bauman faz a seguinte afirmação:

É por isso que os problemas hermenêuticos (que surgem quando o significado não é irrefletidamente evidente, quando tomamos consciência de que palavras e significado não são a mesma coisa, de que existe um *problema* de significado) são vividos como irritantes. Problemas hermenêuticos não resolvidos significam incerteza sobre como uma situação deve ser lida e que reação deve produzir os resultados desejados. Na melhor das hipóteses, a incerteza produz confusão e desconforto. Na pior, carrega um senso de perigo (BAUMAN, 1999, p. 66).

Conforme assinala Bauman em *Modernidade e ambivalência* (1999), a linguagem classifica, ordena, estrutura e manipula (im)possibilidades de ocorrência, ou não, de um evento, por isso sua importância – que no estudo das condições de ambivalência, presentes nos RDHs, não pode ser entendida como produto da língua, do discurso, somente. Ela é produzida por um conjunto de relações sociais e de poder que procura sustentar um tipo de ordem social com o fito de calcular “a probabilidade” (BAUMAN, 1999a, p.10) de que algo venha a ocorrer. “A ambivalência confunde o cálculo dos eventos e a relevância dos padrões de ação memorizados” (BAUMAN, 1999a, p.10).

Segundo Bauman (1989, 1998, 1999), é possível reconhecer, nas narrativas, argumentos, discursos, ações e procedimentos, tentativas continuadas de evitar os

8 “Por configuração entendemos o padrão mutável criado pelo conjunto dos [agentes] – não só pelos seus intelectos mas pelo que eles são no seu todo, a totalidade das suas ações nas relações [...] uns com os outros. Podemos ver que esta configuração forma um entrançado flexível de tensões. A interdependência dos [agentes], que é uma condição prévia para que formem uma configuração, pode ser uma interdependência de aliados ou de adversários” (ELIAS, 1999b, p. 142). Os estados nacionais, os organismos internacionais, as organizações da sociedade civil e as instituições sociais e políticas formam as muitas configurações interdependentes que estão envolvidas direta ou indiretamente nas propostas de ações contidas nos RDHs.

efeitos mais flagrantes da ambivalência desafiadora das práticas sociais e políticas. A ambiguidade da liberdade e/ou das expectativas de liberdade existentes ao longo dos últimos séculos, a incoerência da esperança de que ocorram melhorias coletivas capazes de alcançar os mais empobrecidos, a incongruência da expectativa de justiça social, num mundo marcado pelas desigualdades extremas, a incompatibilidade entre um sistema econômico, concentrador de riqueza, renda, patrimônio e oportunidades, e as perspectivas de desenvolvimento humano, a ilogicidade da proposição de ampliação da segurança humana, da democracia, da participação política em meio a uma evidente concentração de poder e a um inquestionável e crescente desequilíbrio de poder acompanham como um fantasma todos os RDHs.

Todavia, deve-se considerar que tal condição ambivalente não é uma invenção dos relatórios. Ela não emerge somente do modo como os seus formuladores elaboram suas narrativas, seus argumentos. Ela está ancorada em um conjunto de relações sociais, econômicas e políticas como qual os elaboradores destes documentos têm de lidar, ao produzir um conjunto de propostas para os estados nacionais, governantes, sociedade civil organizada, organismos internacionais e instituições sociais e políticas diversas.

A ambivalência é gerada, outrossim, pelo modo de organização do poder e por seus desequilíbrios gritantes. Conforme destaca Bauman, no texto *A liberdade* (1989), toda organização de poder⁹ exhibe ambiguidades e ambivalências que se expressam nas promessas de proteção e na sua negação, nas promessas de liberdade e na sua negação, nas promessas de promoção da justiça social e na sua negação, nas promessas de segurança e na sua concomitante negação.

Não há dúvida de que os RDHs, ao tentarem mobilizar algumas agências (Estados, organismos internacionais), as quais deveriam dar respostas eficientes e rápidas à implantação de políticas capazes de levar ao desenvolvimento humano, lidam, de forma direta, com as ambiguidades, indecisões e incongruências destas configurações de poder que, ao subscreverem, no limiar do século XXI, tratados, declarações e cartas de intenções, continuam sinalizando a possibilidade de envidar esforços nesse sentido, mas, ao mesmo tempo, em suas ações concretas, deixam transparecer a sua condição ambivalente, ou seja, “sempre mesclando a esperança de alcançar [as mudanças indicadas nos documentos] com a [possibilidade] de não [se] caminhar suficientemente depressa” (BAUMAN, 1998, p.91).

Os RDHs são documentos complexos, pois no seu interior evidencia-se uma multiplicidade de vozes, crenças, esperanças, expectativas e perspectivas acerca do modo de reagir das configurações (Estados, governos, agências internacionais, organizações da sociedade civil) incumbidas de agir em favor do desenvolvimento humano. Evidencia-se que a luta contra a ambivalência, travada nos documentos, revela o quão difícil é tornar efetivo, nas ações e nos procedimentos, o que as configurações de poder pactuam com os organismos internacionais como, por exemplo, as Nações Unidas. A luta contra a ambivalência se expressa, também,

9 Bauman (1989) cita uma passagem de George Balandier (1970, p.41) que diz: “todos os regimes políticos exibem esta ambiguidade, quer se submetam à tradição, quer à racionalidade burocrática”.

na incapacidade (dos Estados, governos, organismos internacionais) de tomar decisões concretamente voltadas para a obtenção de Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs) que pudessem, de fato, indicar mudanças nas condições de vida das populações mais pobres. Segundo o RDH de 1997,

O conceito de desenvolvimento humano é muito mais profundo e rico que o que se pode captar em qualquer índice composto ou incluso em um conjunto detalhado de indicadores estatísticos. Mas é útil para simplificar uma realidade complexa, e isso é o que o IDH procura fazer. É um índice composto de avanços a respeito da capacidade humana básica em três dimensões fundamentais: uma vida longa e saudável, conhecimentos e [a] um nível decente de vida. Têm-se escolhido três variáveis para representar essas três dimensões: esperança de vida, êxito educacional e [melhoria de] renda (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1997, p. 51-2).

É comum que se busquem nos RDHs não só proposições, mas também indicações de experiências que foram postas em andamento e deram resultados na reversão da pobreza extrema e de suas mazelas. Os próprios documentos são construídos de maneira a apresentar as propostas, a indicar caminhos, a convencer a todos acerca da viabilidade, factibilidade e exequibilidade das sugestões apresentadas à sociedade civil, aos organismos internacionais, aos estados nacionais, aos governantes, bem como a apontar os avanços ou não avanços nas áreas formadoras dos pilares da Abordagem do Desenvolvimento Humano (ADH)¹⁰ de Amartya Sen, que servem como base para a formulação de todos os relatórios.

A tese de Sen é que o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Ela contrasta com as visões mais restritas, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do PIB¹¹, aumento da renda per capita, industrialização, avanço tecnológico ou modernização. Essas cinco façanhas são obviamente importantíssimas como meios de expandir as liberdades. Mas as liberdades são essencialmente determinadas por saúde, educação e direitos civis (VEIGA, 2001, p. 3).

Quando se menciona que os RDHs condensam uma luta contra a ambivalência, isto quer dizer que seus formuladores e encampadores estão empenhados em vencer a seguinte dúvida: é ainda possível, cabível, desejável,

10 “O que a perspectiva da capacidade faz na análise da pobreza é melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos meios (e de um meio específico que geralmente recebe atenção exclusiva, ou seja, a renda) para os fins que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as liberdades de poder alcançar esses fins. [...] As privações são vistas em um nível mais fundamental – mais próximo das demandas informacionais da justiça social. Daí a relevância da perspectiva da pobreza baseada na capacidade” (SEN, 2010, p. 123).

11 Produto Interno Bruto.

factível a luta contra a pobreza extrema? Empenham-se, assim, em levar mais e mais instituições, grupos e pessoas a considerar a temeridade de manter e difundir a ideia da irrelevância da luta contra a pobreza extrema. Ainda que os proponentes e realizadores dos relatórios não possuam instrumentos para convencer a todos, de modo definitivo, sobre as vantagens da diminuição paulatina da pobreza extrema e suas mazelas (tais como: moradia precária, enfermidades evitáveis, analfabetismo, desnutrição crônica), eles travam uma batalha para, a cada ano, inserir novos elementos que possam ampliar os interesses, ao longo do século XXI, dos setores que têm capacidade de ação em proveito do desenvolvimento humano centrado na constituição de melhores formas de bem-estar material e psicológico.

A moradia adequada relaciona-se diretamente com o progresso em matéria de saúde, alfabetização e longevidade e com a estabilidade social das comunidades. O melhoramento da moradia impulsiona o bem-estar e a saúde material e psicológica, com a qual se incrementa a produtividade do trabalho e o rendimento escolar. E a localização apropriada dos assentamentos [habitação] pode ampliar as oportunidades de emprego (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1996, p. 28).

Obviamente, não há nenhuma possibilidade, e isto fica evidenciado no decorrer dos relatórios, de vencer as incertezas, mesmo no plano das narrativas, sobre os interesses políticos dos Estados, governantes e organizações da sociedade civil em abraçar uma proposta de desenvolvimento que ponha os mais pobres no centro das discussões. Todavia, é travada, nos RDHs, uma luta contra as indefinições políticas, as incapacidades de tomar decisões em favor dos que vivem na pobreza extrema, razão pela qual pode-se fazer a seguinte pergunta: “por que os esforços para dissolver a categoria ambivalente resultam em mais ambivalência?” (BAUMAN, 1999a, p.24).

Talvez, a melhor resposta seja aquela que esclareça, por inúmeras razões políticas, que a batalha a favor da ampliação da seguridade humana suporia tantas mudanças e transformações sociais que os formuladores dos RDHs não parecem ter condições de enfrentar. Assim, toda e qualquer proposta de avanços substantivos aparenta ser irrealizável. É válido distinguir as incertezas em geral, geradoras de ambivalências também genéricas, daquelas que circundam os RDHs e os fazem gerar sempre uma desconfiança acerca de seu caráter, de fato, propositivo. Muitas vezes, examinando as ideologias presentes nos documentos – como aquelas que, de forma muito frequente, parecem confundir as idealizações de combate à pobreza extrema com o que tem sido feito na atualidade –, as ambivalências e ambiguidades parecem formas de manipulação, ou seja, é a exaltação de promessas cujo intento é deixar acesa uma luz indicativa de que ainda há indivíduos, grupos e organizações voltados para o combate à pobreza extrema em meio a uma situação em que os mais pobres figuram como esquecidos e descartáveis (BAUMAN, 2008, 2008a).

Não tem validade sociológica para qualquer análise, e muito menos para a dos RDHs, a afirmação de que, se tudo é incerto, ambivalente, incongruente, porque não o seriam também as propostas contidas nos relatórios. É interessante assinalar que esses documentos fazem emergir, em caráter sistematizado e global, uma ambivalência

singular – ou seja, aquela vinculada à possibilidade e à improbabilidade de que sejam postas na agenda pública as muitas políticas e ações em proveito daqueles que estão em situação de pobreza extrema – bem como uma luta específica, particular, contra as contradições e as ambiguidades de uma situação da qual já se conhecem, profundamente, as consequências, para todos, da inexistência de esforços na luta em favor do desenvolvimento humano que visa combater a pobreza multidimensional¹².

Que dimensão tem o problema da pobreza? Nos países em desenvolvimento em seu conjunto a pobreza humana afeta mais de uma quarta parte da população. Onde está mais generalizada a pobreza? A África ao sul do Saara e a Ásia meridional têm a incidência mais elevada tanto de pobreza de renda (segundo a linha de pobreza de 1 dólar diário) como de pobreza humana, ao redor de 40%. [...] Onde estão os pobres? Na Ásia meridional vivem dois quintos (515 milhões dos 1.300 bilhões) dos pobres de renda. [...] Onde se encontram os contrastes agudos entre pobreza humana e pobreza de renda? América Latina e Caribe têm reduzido a incidência de pobreza humana ao redor de 15%, mas a pobreza de renda é ao redor de 24%. [...] Os estados árabes têm podido reduzir a pobreza de renda aos 4%, mas sua pobreza humana é de 34% (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1997, p. 54).

O esforço, ainda que irrealizável na sua forma plena, dos formuladores dos relatórios, para diminuir as dúvidas quanto à viabilidade ou não de que sejam produzidas políticas de combate à pobreza extrema, é todo baseado em diversos tipos de conhecimento produzido nas últimas décadas. Os saberes acumulados sobre a sociedade civil, a participação política, os Estados nacionais, os organismos internacionais, as desigualdades, a pobreza e o desenvolvimento são mobilizados pelos formuladores dos relatórios para atestar a viabilidade de suas sugestões. A utilização destes conhecimentos visa diminuir as zonas ambivalentes.

A preocupação em determinar quem acaba sendo afetado pela pobreza e o desejo de medir [seu grau de intensidade] têm obscurecido, às vezes, o fato de que [o fenômeno da] pobreza é demasiado complexo para reduzir-se a uma dimensão única da vida humana. Tem sido comum que os países fixem uma linha de pobreza baseada na renda e no consumo. Ainda que se ocupe de uma dimensão importante da pobreza, este conceito [renda] dá somente uma imagem parcial das muitas formas [da pobreza] [...] afetar a vida humana¹³ (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1997, p. 18).

12 “O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) identifica as privações sobrepostas que as famílias sofrem na saúde, na educação e nos padrões de vida. Estima-se que um terço da população de 104 países em desenvolvimento – ou cerca de 1.75 [bilhão] de pessoas – vivam em pobreza multidimensional. Mais da metade vive no sul da Ásia, embora as taxas sejam superiores na África subsaariana, com uma variação significativa nas regiões, grupos e populações indígenas” (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2010, p.90).

13 Os relatórios da década de 1990 não estão em língua portuguesa. Para esta pesquisa, as versões em português foram elaboradas pela autora.

Nos últimos 30 anos, o crescimento mundial da renda tem-se distribuído muito desigualmente, e a desigualdade está aumentando. Se for examinada a participação relativa [...] dos 20% mais ricos da população mundial e [...] dos 20% mais pobres, entre 1970 e 1991, a proporção que corresponde aos 20% mais ricos aumentou de 70% da renda mundial para 85%, [enquanto], a dos 20% mais pobres reduziu de 2,3% para 1,4% (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1996, p. 15).

Todavia, esta redução não tem como ser feita somente através dos conhecimentos acumulados sobre desigualdades, pobreza, exclusão social e política. Isto se deve à complexidade das propostas de desenvolvimento humano dos proponentes dos RDHs. A luta em favor do desenvolvimento e da segurança humana depende de uma multiplicidade de configurações, cada uma delas dotada de mais ou menos poder, mais ou menos possibilidade de agir. As diferenças de poder entre as configurações (ELIAS, 1999a, p. 87) chamadas a agir em favor da redefinição das condições dos mais pobres impõem jogos em múltiplos níveis, cujo resultado é impossível prever¹⁴.

Os RDHs produzem e combatem, ao mesmo tempo, a ambivalência; talvez seja esta a sua característica mais marcante e também a que mais torna complexa a sua análise, a qual deve sempre levar em conta três questões postas por Celso Furtado. A primeira é a de que a luta contra a pobreza extrema, a concentração de renda, recursos e poder e pelo desenvolvimento “é como um rio que passa: traz sempre águas novas, ninguém a ganha propriamente e nenhuma derrota é definitiva” (FURTADO, 1997d, p. 13). A segunda é que “o mundo não está constituído por coisas acabadas, e sim por um conjunto de processos e de que somente uma lógica do desenvolvimento nos poderá capacitar para compreender esses processos” (FURTADO, 1964, p. 13). A terceira diz respeito à complexidade deste organismo embrionário chamado Nações Unidas, que têm dado indicação sobre o quão complexo são os laços de interdependência num mundo que é uma “babilônia de contradições” (FURTADO, 2001, p.66).

Foram mencionadas as questões formuladas por Celso Furtado para indicar que, ao tentar pôr na agenda pública a questão do desenvolvimento humano, ainda que isso tenha gerado muitas ambivalências políticas a respeito da sua finalidade, isto é, para que e para quem têm servido, de fato, os esforços do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, pode-se verificar que não se sabe ao certo, daí a ambivalência: poderão tais investimentos dar, ou não, frutos positivos? Diante de tal dúvida, é de fundamental importância, do ponto de vista sociológico e político, acompanhar o percurso desses intentos que revelam os muitos desafios de uma humanidade cada vez mais interligada e interdependente.

¹⁴ “Os modelos de jogo são uma forma excelente de representar o caráter distintivo das formas de organização que encontramos no nível de integração que as sociedades humanas representam” (ELIAS, 1999a, p. 105).

O momento presente talvez seja o único, desde então, no qual as pessoas formaram, coletivamente, uma unidade – não simplesmente como um belo ideal, mas como uma realidade social. Mesmo assim, ainda não se compreende bem por que o processo de integração avança na direção da interdependência regional da humanidade, de sua pacificação interna e da redução das diferenças relativas ao bem-estar. Não é fácil entender esse movimento porque, nesse percurso, como sempre ocorre, deparamos com forças poderosas no sentido oposto – forças que, em vista da miséria humana que as acompanha, deixam nas mentes de muitos de nós uma impressão mais forte (ELIAS, 2006, p.62).

Entre as possibilidades alardeadas e as impossibilidades constatadas: os processos geradores de ambivalência

Nos escritos do economista paquistanês Mahbub Ul Haq, um dos idealizadores dos RDHs, publicados pela primeira vez em 1976, na coletânea *A cortina da pobreza: opções para o terceiro mundo*, já se encontravam vários elementos indicadores dos muitos desafios enfrentados por países da Ásia, Oceania, América Latina e África, quando se tentava propor e buscar formas de levar a cabo políticas de melhorias coletivas para os mais pobres. Seus textos podem ser tomados como repletos de elementos ambivalentes, uma vez que se observa, ao mesmo tempo, um esforço estruturador de políticas, procedimentos e ações que pudessem levar à superação do subdesenvolvimento, da pobreza extrema e das fragilidades institucionais e a constatação de que seria difícil que isso ocorresse, em razão dos muitos empecilhos e obstáculos às tentativas de fazer com que o desenvolvimento alcançasse, de fato, as pessoas mais pobres.

Por essa linha de raciocínio, pode-se dizer que são muitas as discussões sobre o desenvolvimento social da década de 1960, 1970 e 1980 com esse caráter ambivalente. Isso se devia ao fato de que eram conferidas, a esse processo denominado desenvolvimento, muitas possibilidades e orientações que poderiam ou não expressar avanços expressivos para os segmentos mais pobres. Se as mudanças não os alcançam, isso pode estar relacionado a várias razões, entre as quais, as peculiaridades da organização social e política que poderiam bloquear qualquer possibilidade de desfazer as armadilhas da perpetuidade da pobreza extrema em larga escala e das desigualdades sociais e políticas.

Não se pode esperar que, numa sociedade em que não existe a igualdade de oportunidades, os resultados do crescimento filtrem-se pelo corpo social para atingir os segmentos [mais pobres]. Sempre que estejam presentes a rigidez institucional, a falta de mobilidade da força de trabalho, a disparidade dos níveis educacionais, a desigualdade extrema de acesso aos meios de produção e a disparidade acentuada nos níveis de renda, o crescimento sofrerá, inevitavelmente, uma distorção em benefício da minoria privilegiada, enquanto não se executarem as reformas institucionais de base (UL HAQ, 1978, p. 60).

Por que há ambivalência nesse tipo de afirmação? E por que esse tipo de construção linguística é interessante para compreender as narrativas dos relatórios acerca das (im)possibilidades do desenvolvimento humano? Em primeiro lugar, há uma ambiguidade muito sutil nesse tipo de discussão. À primeira vista, pode parecer que não há qualquer ambivalência, indefinição, ambiguidade, incoerência. Todavia, ainda que o texto de Ul Haq não aparente ser uma luta contra a ambivalência, esta não deixa de existir, pois pressupõe que o crescimento econômico e o desenvolvimento sejam inevitáveis, e o que se faz necessário é o combate à rigidez institucional, às disparidades educacionais e aos elementos impeditivos da mobilidade social e da empregabilidade. Esse pequeno trecho contém as expectativas e perspectivas que, de certa forma, vão alimentar os debates, propostas e constatações presentes nas abordagens das capacidades.

No conceito de capacidade a pobreza de uma vida se baseia não somente na situação empobrecida em que a pessoa vive efetivamente, mas também na carência de oportunidade real, determinada por limitações sociais e por circunstâncias pessoais, para viver uma vida valiosa e valorada (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1997, p. 18).

Por exemplo, em estudo sobre a Tailândia se chegou à conclusão de que os agricultores com quatro ou mais anos de educação teriam três vezes mais probabilidade de optar por fertilizantes e outros insumos modernos que os agricultores com três ou mais anos de escolaridade. No Nepal ter pelo menos sete anos de educação redundava em aumentar a produção de trigo em mais de ¼ e a de arroz em 13%. [...] A educação ajuda os agricultores, não tanto porque lhes dá mais informações, mas sim porque aumenta a sua capacidade para aprender com a sua experiência e com a dos demais (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1997, p. 87).

Há nesses trechos dos relatórios uma aposta na educação como garantidora de um tipo de desenvolvimento social e humano capaz de enlaçar os indivíduos mais pobres que vivem nas sociedades do hemisfério sul, os quais teriam mais oportunidades econômicas e políticas, fazendo com que suas limitações fossem aos poucos sendo superadas. Deve-se notar que os formuladores dos RDHs não estão inventando e/ou criando, no final do século XX e limiar do século XXI, essas expectativas. Elas têm estado presentes durante séculos.

Norbert Elias, nas entrevistas que compõem o livro intitulado *Conhecimento e poder* (1994), assinala que há muitas razões para associar conhecimento e desenvolvimento, já que o analfabetismo tem diminuído na medida em que as sociedades se desenvolvem, industrializam e democratizam. A educação tem sido, segundo ele, nos últimos dois séculos, um requisito fundamental para todas as nações que pretendem desenvolver-se. Desse modo, não é por acaso que o núcleo central dos relatórios seja a abordagem das capacidades e habilidades. Os formuladores dos RDHs não estariam inventando que “o acesso ao conhecimento mais amplo [...] incrementa o poder potencial dos grupos humanos” (ELIAS, 1994, p.57). Eles estariam, sim, potencializando essa crença à medida que suas propostas

de ação vão dando centralidade à escolarização e ao aprendizado como motor do desenvolvimento humano.

A educação constitui-se, então, tanto num ganho efetivo, constado ao longo dos séculos, quanto numa promessa capaz de puxar os segmentos mais pobres para dentro de uma engrenagem que os levará ao desenvolvimento humano. Há ambiguidades nisso? Sim, claro que há, pois, como diz Celso Furtado, “há sociedades em que esse processo de habilitação está bloqueado” (FURTADO, 2002, p.17) pela extremada concentração de riqueza, patrimônio e poder. Todavia, de modo incongruente, os formuladores dos RDHs dão pouquíssima atenção a esses bloqueios econômicos, políticos e institucionais. Aventa-se a necessidade e a urgência de implantar processos de habilitação educacional sem deter-se, demoradamente, nas dificuldades de uma melhor distribuição das oportunidades econômicas e educacionais, profundamente arraigadas em muitas sociedades do hemisfério sul. Isso gera, sem dúvida, ambivalências. Vejam-se as seguintes passagens:

A abordagem do desenvolvimento humano representa um progresso considerável no difícil exercício de compreensão dos êxitos e privações das vidas humanas e de reconhecimento da importância da reflexão e do diálogo, promovendo, dessa forma, a equidade e a justiça no mundo (SEN apud PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2013, p. 21).

Um nível de educação superior aumenta as liberdades das mulheres, ao fortalecer a capacidade [delas] para interrogar, refletir e agir sobre a sua condição e ao aumentar o acesso à informação. Existem mais probabilidades de as mulheres [instruídas] apreciarem um trabalho que lhes dê satisfação, participarem no debate público, preocuparem-se com a sua saúde e a saúde da sua família e empreenderem outras iniciativas (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2010, p. 96).

O que é que é novo e diferente na tecnologia da informação e da comunicação como meio de erradicação da pobreza, no século XXI? Primeiro, é um fator comum a quase todas as atividades humanas: tem um potencial de utilização numa quase infinita gama de localizações e objetivos. Segundo, as tecnologias de informação e comunicação quebram barreiras ao desenvolvimento humano, pelo menos de três formas que não eram possíveis anteriormente: Quebrar barreiras ao conhecimento [...]; quebrar barreiras à participação [...] e quebrar barreiras à oportunidade econômica (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2001, p. 35-36).

Essas três passagens levam a perceber o modo linear de os elaboradores dos RDHs ligarem a educação a avanços econômicos, sociais e políticos. Eles insistem, em demasia, que se as barreiras do acesso à escolarização forem quebradas as portas para o desenvolvimento humano se abrirão. Há ambiguidades porque conferem ao processo educacional potencialidades irrealizáveis. E por que seriam incompatíveis a crença no poder salvador da educação e as condições econômicas e políticas vigentes na atualidade? Em razão da existência de uma ordem econômica

mundial, indicativa de que todos os esforços exógenos e endógenos para melhorar a vida dos mais pobres podem ser nulos. Os próprios produtores e encampadores dos relatórios deixam isso claro em vários momentos, escancarando, assim, o quão ambivalente são as posições aventadas ao longo de mais de 20 anos. Vejam-se as seguintes passagens:

A análise demonstra que os mercados internacionais não são muito amigáveis com as nações pobres nem com as pessoas pobres. Os países em desenvolvimento ingressam nos mercados em qualidade de sócios desiguais e obtêm recompensas desiguais. Seu caminho tem obstáculos precisamente em áreas em que desfrutam de uma vantagem comparativa, como as manufaturas que utilizam mão-de-obra intensiva. [...] Aos governos nacionais compete a responsabilidade principal de acelerar o crescimento econômico e elevar os níveis de desenvolvimento humano (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1992, p. 159).

É evidente que o mercado internacional de trabalho não é livre. É dirigido e controlado pelos países industrializados. Os habitantes dos países pobres não podem aproveitar oportunidades no exterior que permitiriam igualar os rendimentos de acordo com capacidades e esforços equivalentes. Não obstante, as pressões das migrações prosseguirão, a menos que avance o desenvolvimento no Sul (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1992, p. 138).

De fato, é provável que às vezes os grupos mais pobres sofram com os programas de ajuda, já que quem detém o poder local transfere as difíceis condições da ajuda e a carga do ajuste aos setores politicamente mais débeis da sociedade. Para que beneficie autenticamente os pobres, a ajuda terá de estar mais centrada no ser humano e promover preferencialmente a participação (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1994, p. 81).

Fica evidenciado, nos respectivos documentos, o entrelaçamento das dificuldades com as (im)possibilidades econômicas e políticas. No âmbito local, a concentração de poder, que possibilita aos Estados nacionais ter não só seus recursos direcionados para gastos militares exorbitantes, cujo objetivo é somente manter intato o *status quo* de alguns grupos e segmentos sociais, mas também um papel decisivo nesse processo de obstar aperfeiçoamentos em defesa do desenvolvimento humano. Ainda que os produtores dos RDHs reconheçam as travas econômicas e políticas internacionais e nacionais, eles realizam, de maneira muitas vezes incongruente, incoerente e ambígua, um procedimento que obscurece as evidentes impossibilidades de alcançar incrementos substantivos, duradouros e crescentes para os segmentos que vivem em situação de pobreza extrema.

O RDH de 2001, cujo título é *Pôr o avanço tecnológico a serviço do desenvolvimento humano*, pode ser tomado como o ápice de uma narrativa ilógica e incompatível, quando a questão é a confusão entre o ideal de tornar as tecnologias de informação acessíveis aos mais pobres e o que é encontrado na

prática social, econômica e política dos setores controladores da globalização tecnológica e financeira atual (FURTADO, 2001, 2002). No plano ideal, parece exequível um processo de geração de habilidades e capacidades que tornariam os mais pobres aptos para enfrentar as adversidades provenientes da subtração dos postos de trabalho em razão dos avanços tecnológicos. No plano real, no seio de diversos relatórios, isso parece incongruente em vista do modo como se têm exacerbado as condições de pobreza e desigualdades atuais (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1997, 2003, 2005, 2009, 2010).

Aproveitar o potencial dessas novas tecnologias dependerá da sua adaptação às condições dos países em desenvolvimento, sobretudo dos [...] mais pobres. E muita coisa dependerá de inovações – tecnológicas, institucionais e empresariais – para criar aparelhos de baixo custo e de fácil utilização e para estabelecer o acesso [a elas] a partir de centros públicos ou de mercados com produtos a preços acessíveis (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2001, p. 33).

As incongruências e incoerências avultam no âmbito dos diversos relatórios quando seus formuladores tentam encontrar algumas saídas para a insegurança humana na qual está mergulhado 1/3 da população mundial. Como ter acesso à tecnologia se o acesso à nutrição, à saúde, à educação está bloqueado para aqueles que vivem em situação de pobreza extrema?

E as coisas se complicam quando os elaboradores do RDH de 1994 fazem uma proposta que beira o absurdo, ao apregoar que a saída seria possivelmente o estabelecimento de uma seguridade mínima garantidora de que cada pessoa extremamente pobre tivesse em torno de 1 dólar por dia para suas necessidades básicas. Por que isso é um disparate? Pelo fato de que a condição de pobreza absoluta é definida, muitas vezes, tendo-se em conta esse patamar de consumo. Não há como gerar seguridade humana alguma com 1 dólar diário por pessoa.

De que modo um indivíduo com somente esse valor diário, para suas despesas, poderá ter acesso ao aprendizado, à habilitação e capacitação técnica para utilizar as novas tecnologias? Observe-se que os formuladores dos relatórios de 1994 estão defendendo a necessidade de que surja um sistema mundial de seguridade para os que vivem na pobreza extrema.

A magnitude de um sistema mundial de seguridade social mínima poderia expressar-se em função do nível de consumo essencial, talvez um mínimo de 1 dólar por pessoa, por dia. Ou poderia fixar-se em função de certos bens públicos como saúde, educação e nutrição. Seja como for que se defina, o sistema deveria ter financiamento adequado, e a contribuição exata seria objeto de negociação (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1994, p. 89).

A Abordagem do Desenvolvimento Humano (ADH) tem o mérito de mobilizar aspectos multidimensionais¹⁵ da pobreza e das desigualdades, mas como é difícil encontrar meios de equacionar ações, em todos os recônditos do hemisfério sul, capazes de produzir efeitos reais e duradouros nas diversas áreas atingidas pela pobreza extrema, transparece, muitas vezes, o quanto são contraditórios, ilógicos e incoerentes os argumentos presentes nos RDHs. Quando se examinam as dificuldades políticas na implantação de programas de melhorias sociais que atinjam os privados de renda e recursos, já que a pobreza extrema obsta a formação de capacidades e habilidades políticas, vê-se reafirmada, nas narrativas, tanto a situação ambivalente quanto a renhida luta contra a própria ambivalência. Bauman (1999) nos diz no livro *Modernidade e ambivalência* que esse tem sido o núcleo central do agir político nos tempos modernos.

Como esta luta contra a ambivalência pode ser também reforçadora das condições de ambivalência? Não há dúvida de que as discussões e propostas de ação que levem à ampliação da participação política, num mundo onde são ingentes e contínuos os desequilíbrios de poder impostos por sua incomensurável concentração em favor dos interesses dos grupos mais abastados, colocam muitos desafios para os produtores dos RDHs. Eles reforçam uma situação de ambivalência ao mencionar as dificuldades de distribuição de poder na atualidade. Não pôr em discussão quais são as reais probabilidades de construir novos equilíbrios de poder em meio a um processo econômico e político altamente concentrador de riqueza, renda e poder e, ao mesmo tempo, insistir na possibilidade de criar espaços de participação, no âmbito local, para os mais pobres leva a muitas incongruências.

Isso ocorre porque se reitera o ideal de novos equilíbrios de poder, em que os mais pobres possam reivindicar formas de participar dos processos decisórios, em meio às claras indicações de que os que vivenciam situações de privação têm pouca ou nenhuma possibilidade de intervir na vida política. Alardeia-se que o mundo está caminhando para situações mais democráticas, mas constata-se, nos próprios relatórios, que aos mais pobres cerceia-se cada vez mais a participação em qualquer redistribuição de poder.

Bernardo Kliksberg, ex-diretor do Projeto Regional, para a América Latina, de Modernização Estatal, da ONU, faz as seguintes considerações acerca disso:

Os altos níveis de desigualdades afetam duramente a tão almejada governabilidade das sociedades democráticas. A sensação de exclusão forçada que transmitem a amplos setores da sociedade gera neles uma baixa credibilidade nos setores governantes. Assim, perdem legitimidade as principais instituições representativas: presidência, congresso, partidos políticos, grupos

15 “Entretanto, quando se trata de elaborar um índice não é fácil definir se os 30% dos habitantes [afetados por] inadequações [nos] três tipos (acesso [precário ou inexistente] ao serviço de saúde, à água potável, à nutrição) constituem [...] maior pobreza social que os 90% dos habitantes que têm uma só insuficiência. [...] Para os efeitos do IPH, têm-se tratado ambos os casos como equivalentes, de maneira que, em certo sentido, se têm considerado [...] [como de] igual profundidade e amplitude” (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1997, p. 22).

de poder relevantes. [...] Os elevados graus de tensão latentes em sociedades com alta desigualdade criam permanentes tendências à instabilidade política e à incerteza (KLIKSBERG, 2002, p. 24).

Não se pode dizer, no entanto, que os formuladores dos RDHs não lutam contra a situação de ambiguidade e de ambivalência. Lutam quando tentam encaminhar propostas e sugestões que, se postas em prática, propiciariam aos mais pobres adquirir habilidades e capacidades políticas. A abordagem do desenvolvimento humano, ao pressupor, em favor dos que vivem em situação extremamente precária, a ampliação do acesso à renda, à educação e à saúde, tenta tornar possível a abertura de caminhos por onde fluíssem meios de participação e de ampliação da capacidade e habilidade dos mais pobres para intervir nos processos decisórios. Note-se como isso aparece nos relatórios de 1993 e 2002:

Participar significa intervir [...] nos processos econômicos, sociais, culturais e políticos que afetam a vida dos indivíduos. Em alguns casos, a pessoa pode exercer um controle completo e direto sobre esses processos; em outros casos, o controle pode ser parcial ou indireto. O importante é que ela disponha de um acesso constante às tomadas de decisões e ao poder. A participação nesse sentido é um fator essencial do desenvolvimento humano (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1993, p. 25).

Uma participação política democrática requer algo mais que [...] eleições governamentais, uma política verdadeiramente democrática necessita de direitos civis e políticos que abram a porta a uma participação real. [...] A defesa dos direitos humanos é crucial para garantir o bem-estar das pessoas e para [assegurar] uma sociedade humana e não discriminatória, assim como para permitir [um] compromisso ativo dos cidadãos (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2002, p. 16).

Considerações finais

Teve-se, neste artigo, um objetivo bastante específico, ou seja, o de demonstrar que as narrativas e os argumentos referidos nos RDHs só podem ser compreendidos à luz de um processo histórico que tem como característica básica a ambivalência, nos moldes tratados por Zygmunt Bauman (1989, 1998, 1999). Considerando-se o conjunto da obra deste pensador, verifica-se que as condições ambivalentes devem ser estudadas em duas dimensões: na da vida social, econômica e política e na da linguagem, das narrativas que buscam ordenar o mundo, os eventos, os acontecimentos e os processos sociais de modo a dotá-los de sentido.

Os RDHs promovem o encontro dessas duas dimensões, posto que elaboram um conjunto extensíssimo de argumentos, interpretações e narrativas acerca das possibilidades e probabilidades de construção – por meio de uma multiplicidade de agentes (Estados, organismos internacionais, sociedade civil, governantes, lideranças

políticas diversas) – de caminhos por onde poderá e deverá se dar o desenvolvimento humano como forma de vencer os desafios da pobreza extrema, da desigualdade de oportunidades, do desequilíbrio de poder e de acesso à educação, à saúde, aos direitos, ao trabalho digno e à moradia adequada.

Há, ao longo dos últimos séculos, um processamento da vida social ambivalente, por estar assentado em esperanças de avanços sociais e em negações contínuas de que tais melhoramentos possam, de fato, ocorrer. Não só as diversas lutas políticas de muitas naturezas e provenientes de vários segmentos sociais têm enfrentado o dilema sobre se existe ou não a possibilidade de efetivar as mudanças sugeridas e propostas nos RDHs, mas também as ciências humanas e sociais, de modo geral, desde o século XVIII, têm expressado, de diversas maneiras, expectativas positivas e também desesperanças em relação ao devir, reiterando, assim, ambiguidades e ambivalências¹⁶.

Quando se fala em ambivalência, no âmbito dos estudos desenvolvidos pelas ciências sociais, de imediato vem à tona a ideia de que a referência a ela se encontra nos estudos sobre as subjetividades, uma vez que os valores, as expectativas, as perspectivas, as disposições sociais, as atitudes, os sentimentos é que seriam, na modernidade capitalista, ora ambivalentes, ora ambíguos, duais, contraditórios, conflitantes. Pode-se dizer que o exame hermenêutico dos relatórios, ou seja, aquele que busca os significados subjetivos e objetivos produzidos por eles, intencionalmente ou não, revela o quanto as dualidades, ambiguidades e expectativas conflitantes emergem quando os produtores dos RDHs tentam convencer os governantes, os estados nacionais, os organismos internacionais, os diversos agentes da sociedade civil e, principalmente, as populações mais pobres de que é possível vencer as barreiras impeditivas do direito de todos ao desenvolvimento¹⁷.

Todavia, partiu-se do pressuposto de que as condições ambivalentes não aparecem nos documentos denominados Relatório do Desenvolvimento Humano somente quando eles se referem aos elementos do plano subjetivo, aparecem também, no plano objetivo, à medida que todas as propostas de combate à pobreza extrema, às desigualdades sociais, à exclusão, à marginalização, à falta de oportunidades (educacionais e políticas) e pelo acesso aos direitos encontram-se cerceadas por um conjunto de condições socioeconômicas e políticas negadoras da possibilidade e da probabilidade de que o direito ao desenvolvimento alcance, de fato, as populações mais pobres. Isso se dá em razão do grau extremado da concentração de riqueza, de patrimônio, de renda, de recursos e de poder.

Os relatórios tentam travar uma luta contra a sensação, o sentimento, a convicção de que os problemas sociais oriundos da pobreza extrema não têm qualquer solução. Seus formuladores constroem muitos argumentos visando

16 A ambiguidade não aponta para qualquer direção de modo preciso. A indefinição é a sua característica principal, pois aponta sempre para várias possibilidades. A ambivalência aponta para dois lados ao mesmo tempo: para a possibilidade e a impossibilidade.

17 Os RDHs subscrevem a *Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento* aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 04/12/1986.

convencer a sociedade civil organizada, os governantes, os Estados nacionais e organismos internacionais a não aceitar a condenação daqueles que vivem em situação de pobreza extrema. Procuram, assim, incentivar a geração de disposições sociais que ampliem habilidades e capacidades (sociais e políticas) dos segmentos mais pobres¹⁸.

Entre a possibilidade alardeada e a impossibilidade constatada, os relatórios constroem um conjunto de argumentos que são muitas vezes ilógicos, indefinidos, contraditórios, incoerentes, incongruentes, ambíguos e ambivalentes nos moldes empregados por Bauman (1999). Todavia, conforme alerta este último, “a luta contra a ambivalência é, [por conseguinte], tanto autodestrutiva quanto autopropulsora. Ela prossegue com força incessante porque cria seus próprios problemas enquanto os resolve” (BAUMAN, 1999a, p.13), ou tenta resolvê-los.

Referências

- BALANDIER, George. **Political Antropology**. Nova Iorque: Randon House, 1970.
- BAUMAN, Zygmunt. **A liberdade**. Lisboa: Estampa, 1989.
- _____. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999a.
- _____. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999b.
- _____. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- _____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. Sou por caso o guardião do meu irmão? In: **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. p. 95-109.
- _____. Usos da pobreza. In: **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. p. 148-156.
- _____. Hermenêutica e teoria social moderna. In: RIBEIRO DA SILVA, Fábio R. **Realismo e redes: dilemas metodológicos na obra de Anthony Giddens**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 188-198.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre o Direito ao desenvolvimento**. Assembleia geral, 4/12/1986. Disponível em: <<http://direitoshumanos.gddc.pt/3>>. Acesso em: 1 mar. 2015.
- ELIAS, Norbert. **Conocimiento y poder: entrevista**. Madrid: La Piketa, 1994.
- _____. **Envolvimento e alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1998.
- _____. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Ed. 70, 1999a.

18 “A longo prazo, a solução exige mais do que o aumento de oferta de alimentos. Exige a habilitação. É de 1981, o artigo seminal sobre ‘*Poverty and famines*’ (1981) do economista indiano Amartya Sen, no qual ele introduz o conceito de *entitlement* (habilitação). O futuro prêmio Nobel da Economia aí já demonstrava com clareza que o problema da fome epidêmica e da pobreza endêmica que ocorrem em vastas áreas do mundo não encontra solução simples no aumento da oferta de bens essenciais nos países afetados. Isso porque, para participar da distribuição da renda, a população necessita estar habilitada por um título de propriedade ou pela inserção qualificada no sistema produtivo” (FURTADO, 2002, p. 16).

- _____. Características universais da sociedade humana. In: **Introdução à sociologia**. Lisboa: Ed. 70, 1999b. p. 113-145
- _____. Tarde demais ou cedo demais: notas sobre a classificação da teoria do processo e da figuração. In: **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p.144-163.
- _____. **Tecnização e civilização**. In: **Escritos e Ensaios**: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 35-87.
- FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 1-14.
- FUKUDA-PARR, Sakiko. **Operacionalizando as ideias de Amartya Sen sobre capacidades**. 2 set. 2002. Disponível em: <<http://sergiorosendo.pbworks.com/f/Fukuda-Parr%2B2002%2BSen.pdf>>. Acesso em: 11 dez 2015.
- FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- _____. **Brasil, a construção interrompida**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- _____. Entre inconformismo e reformismo. In: **Obra autobiográfica**. T. III. São Paulo: Paz e Terra, 1997a.p. 9-40.
- _____. Os ares do mundo. In: **Obra autobiográfica**. T. III. São Paulo: Paz e Terra, 1997b. p.41-390
- _____. A fantasia organizada. In: **Obra autobiográfica**. São Paulo: Paz e Terra, 1997c. p. 87-359.
- _____. Aventuras de um economista brasileiro. In: **Obra autobiográfica**. T. II. São Paulo: Paz e Terra, 1997d. p. 9-26.
- _____. **O capitalismo global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- _____. **Em busca de novo modelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- KLIKSBERG, Bernardo. **Desigualdade na América Latina**. São Paulo: Cortez; Unesco, 2002.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO- PNUD. **Human Development Report 1990**. New York/Oxford: Oxford University Press, 1990. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/219/hdr_1990_en_complete_nostats.pdf>. Acesso em:2 fev. 2015.
- _____. **Human Development Report 1991** [Financiamento do Desenvolvimento Humano]. New York/Oxford: Oxford University Press, 1991.Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/220/hdr_1991_en_complete_nostats.pdf>.Acesso em:2 fev. 2015.
- _____. **Human Development Report 1992** [Relatório do Desenvolvimento Humano:Uma nova visão sobre o desenvolvimento humano internacional]. New York/Oxford: Oxford University Press, 1992. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/221/hdr_1992_en_complete_nostats.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2015.
- _____. **Human Development Report 1993** [Relatório do Desenvolvimento Humano: Participação popular].New York/Oxford: Oxford University Press, 1993.Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/222/hdr_1993_en_complete_nostats.pdf>.Acesso em: 2 mar. 2015.
- _____. **Human Development Report 1994** [Relatório do Desenvolvimento Humano: Um programa para a cúpula mundial sobre desenvolvimento humano]. New York/Oxford: Oxford University Press, 1994. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/255/hdr_1994_en_complete_nostats.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2015.
- _____. **Human Development Report 1995** [Relatório do Desenvolvimento Humano: La revolución hacia la igualdad en la condición de los sexos].New York/Oxford: Oxford University Press, 1995. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/256/hdr_1995_en_complete_nostats.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2015.
- _____. **Human Development Report 1996** [Relatório do Desenvolvimento Humano: Crecimiento económico para apropiar el desarrollo humano?].New York/Oxford: Oxford University Press, 1996. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/257/hdr_1996_en_complete_nostats.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2015.

- _____. **Human Development Report 1997** [Relatório do Desenvolvimento Humano: desenvolvimento humano para erradicar a pobreza]. New York/Oxford: Oxford University Press, 1997. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/258/hdr_1997_en_complete_nostats.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2015.
- _____. **Human Development Report 1998** [Relatório do Desenvolvimento Humano: Mudar as pautas atuais de consumo para o desenvolvimento humano do futuro]. New York/Oxford: Oxford University Press, 1998. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/259/hdr_1998_en_complete_nostats.pdf>. Acesso em: 2 abr.2015.
- _____. **Human Development Report 1999** [Relatório do Desenvolvimento Humano: La mundialización com rostro humano]. New York: ONU Pub., 1999. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/260/hdr_1999_en_nostats.pdf>. Acesso em: 2 abr.2015.
- _____. **Human Development Report 2000** [Relatório do Desenvolvimento Humano 2000: Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano]. New York: ONU Pub., 2000. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/261/hdr_2000_en.pdf>. Acesso em: 11 mar.2015.
- _____. **Human Development Report 2001** [Relatório do Desenvolvimento Humano: Fazendo as novas tecnologias trabalhar para o desenvolvimento humano]. New York/Oxford: Oxford University Press, 2001. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/262/hdr_2001_en.pdf>. Acesso em: 11 maio 2015.
- _____. **Human Development Report 2002** [Relatório do Desenvolvimento Humano: Aprofundar a democracia num mundo fragmentado]. New York/Oxford: Oxford University Press, 2002. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/263/hdr_2002_en_complete.pdf>. Acesso em: 2 maio 2015.
- _____. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2003: Um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana**. New York: PNUD; Lisboa: Mensagem, 2003. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2003-portuguese.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2015.
- _____. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2004: A liberdade cultural no mundo diverso hoje**. New York: PNUD; Lisboa: Mensagem, 2004. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2004-portuguese.pdf>>. Acesso em: 8 maio 2015.
- _____. **Human Development Report 2005** [Relatório do Desenvolvimento Humano: Cooperação internacional numa encruzilhada]. New York: PNUD, 2005. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/266/hdr05_complete.pdf>. Acesso em: 9 maio 2015.
- _____. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2006: Além da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água**. New York: PNUD; Lisboa: Ipad, 2006.
- _____. **Human Development Report 2007/2008** [Relatório do Desenvolvimento Humano: A luta contra o câmbio climático: solidariedade frente a um mundo dividido]. New York: Palgrave Macmillan, 2007. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/268/hdr_20072008_en_complete.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2015.
- _____. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2010: A verdadeira riqueza das nações: caminhos para o desenvolvimento humano**. New York: PNUD; Lisboa: Ipad, 2010. Disponível em: <<http://www.pnud.org/en/reports/global/hdr2010/download/pt>>. Acesso em: 11 jun. 2013.
- _____. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2011: Sustentabilidade e equidade: um futuro melhor para todos**. New York: PNUD; Lisboa: Ipad, 2011. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2011_pt_complete.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2015.
- _____. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2013: A ascensão do sul: progresso humano num mundo diversificado**. New York: PNUD, 2013. Disponível em: <https://www.un.cv/files/hdr2013_portuguese.pdf>. Acesso em: 20 mar.2015.

-
- _____. **Human Development Report 2014** [Relatório do Desenvolvimento Humano: Sustener o progreso humano: Reducir las vulnerabilidades y construir resiliência]. New York: PNUD, 2014. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr14-report-en-1.pdf>>. Acesso em: 20 mar.2015.
- PUREZA, José Manoel. Segurança humana: vinho novo em odores velhos? In: NASSER, Reginaldo M. (org.). **Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 21-33.
- RHODES, Rod. **Understanding Governance**. Milton Keynes: Open University Press, 1997.
- RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.
- _____. **Teoria da interpretação**. Lisboa: Ed.70, 2000.
- SEN, Amartya. **Poverty and famine: on essai on entitlement and deprivation**. Oxford: University Press, 1981.
- _____. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- _____. **O valor da democracia**. Madrid: El Viejo Topo, 2006.
- _____. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- _____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- SMITH, Andy. Governança de múltiplos níveis: o que é e como pode ser estudada. In: PETERS, Guy; PIERRE, Jon (orgs.). **Administração pública**. São Paulo: Unesp; Enap, 2010.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- UL HAQ, Mahbub. **A cortina da pobreza: opções para o terceiro mundo**. São Paulo: Cia Nacional, 1978.

Recebido em 21/09/2015

Aceito em 22/01/2017

**GRANDES PROJETOS E POPULAÇÕES
TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA:
a Suzano Papel e Celulose no Maranhão**

**GREATS PROJECTS AND TRADITIONAL
POPULATIONS IN THE AMAZON:
the Suzano Paper and Cellulose in the Maranhão**

Vanda Maria Leite Pantoja*

Jesus Marmanillo Pereira**

Resumo

Este artigo tem como propósito fomentar o debate acerca da inserção de grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia e seus efeitos sócio espaciais, tendo como foco de análise os impactos causados pela implantação da empresa Suzano Papel e Celulose-SPC sobre o modo de vida das comunidades da Estrada do Arroz, na cidade de Imperatriz, localizada no sudoeste maranhense. Trata-se, assim, de apontar aspectos do processo de implementação desta e as diferentes percepções e projetos em torno da terra e das relações com a natureza: de um lado a versão de defesa do empreendimento industrial e de outro os relatos de líderes das comunidades impactadas pela referida empresa. Para tanto, a pesquisa foi baseada em um levantamento bibliográfico, análise de relatórios de impactos ambientais e entrevistas com lideranças da Estrada do Arroz. Os efeitos da implantação da SPC na região ainda não podem ser mensurados, uma avaliação mais segura certamente só poderá ser feita a médio e longo prazo, no entanto, já se percebe grande alteração nas formas de organização dos grupos sociais que já habitavam a área onde a empresa se instalou.

Palavras-chave: Grandes Projetos. Suzano papel e Celulose. Imperatriz. Amazônia Maranhense. Camponeses.

Abstract

This article aims to foster debate about the inclusion of major development projects in the Amazon and its spatial social effects, with the focus of analysis the impacts caused by the implementation of the company Suzano Papel e Celulose-SPC on the way of life of communities

* Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. E-mail: vanpantoja@gmail.com

** Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade da Paraíba (PPGS-UFPB), Brasil. E-mail: jesusmarmanillo@hotmail.com

Rice road in the city of Imperatriz, Maranhão located in the southwest. It is, therefore, to point out aspects of the implementation process of this and the different perceptions and projects around the Earth and the relationship with nature: on one side the defense version of industrial enterprise and other reports of leaders of communities impacted by this company. Therefore, the research was based on a literature review, environmental impact reports analysis and interviews with leaders of Rice Road. The effects of the implementation of the SPC in the region can not yet be measured, for safer evaluation certainly can only be made in the medium and long term, however, already see major change in the forms of organization of social groups who inhabited the area where the company settled.

Keywords: Amazon Maranhense. Large projects. Suzano Papel e Celulose. Imperatriz. Peasants.

Introdução

A implantação na Amazônia brasileira de um modelo de desenvolvimento altamente impactante sobre populações e ambientes, concebido no regime ditatorial de 1964, resultou no confronto com lógicas diferenciadas de ocupação e uso de territórios e recursos. Este modelo, ainda hoje, é mantido em boa parte de suas características e continua a impactar grupos sociais que reagem, na busca de manter seus modos de vida (SANT'ANA JUNIOR et al., 2009, p. 19).

Este artigo tem como propósito fomentar o debate acerca da inserção de grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia e seus efeitos sócio-espaciais. Para tanto, analisamos o caso da implantação da empresa Suzano Papel e Celulose na cidade de Imperatriz, no Maranhão, mais especificamente os impactos e percepções na relação entre a referida empresa e as comunidades da Estrada do Arroz.

Um ponto de partida foi o estudo dos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) dos polos florestais dos municípios maranhenses de Porto Franco e Timon, e os Estudos de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) elaborado no processo de implantação da Unidade Industrial no município de Imperatriz, também no Maranhão. Além disso, foi feito levantamento de pesquisas sobre a temática na região, e realizados diálogos com algumas lideranças das comunidades moradoras da Estrada do Arroz, próximas da Unidade Industrial.

O processo de anexação da Amazônia ao Brasil ou, como é mais conhecido, o processo de modernização da Amazônia (SANT'ANA JÚNIOR, 2014) é um desdobramento do modelo de desenvolvimento pensado para o Brasil e para essa região, e tem origem nas políticas de desenvolvimento dos governos ditatoriais. A implantação de obras de infraestrutura, como estradas, portos, ferrovias, hidrelétricas, entre outros, pelo Governo Federal, foi a contrapartida que o estado ofereceu/oferece para atrair o grande capital para a região, esta, entendida até então, e para muitos ainda hoje, como um grande vazio demográfico (D'INCAO; SILVEIRA, 1994).

A noção de vazio demográfico possibilitou que, por ocasião dos processos de implantação de grandes projetos na Amazônia Brasileira, as populações nativas, sobretudo aquelas ligadas ao trabalho no campo, fossem completamente desconsideradas e, como consequência, seus direitos e sua própria existência

como agentes sociais fossem negados. Esses vários grupos sociais afetados pelos empreendimentos, conforme pontua Almeida (1996), reagem aos processos de expropriação a que são submetidos com maior ou menor intensidade, organizando-se, reivindicando seus direitos ou simplesmente cedendo ao capital e seus representantes.

Nesse cenário de expropriação, uma das principais questões que surge desse embate de lógicas diferenciadas entre o grande capital e as comunidades locais, diz respeito ao valor que a terra adquire para esses, não apenas diferentes, mas cujas posições são antagônicas. Para os trabalhadores do campo, como agricultores, pescadores, indígenas, quilombolas, extrativistas, entre outros, a terra significa valor de uso, sendo um elemento fundante no processo de reprodução material e simbólica do grupo. Um meio de produção que se incorpora ao processo produtivo mediante o trabalho familiar, sendo sua apropriação realizada, apenas e somente, por meio do processo produtivo, isto é, do trabalho (GISTELINK, 1988). Para o capital, seja este nacional ou internacional, a terra significa acúmulo de riqueza, sua incorporação ao processo produtivo se dá mediante o trabalho assalariado de outrem, traduzindo-se, assim, em valor de troca.

Seguindo essa perspectiva, foram realizadas pesquisas documentais nos, já citados, Relatórios de Impacto Ambiental, além de diálogos com três importantes lideranças das comunidades rurais da Estrada do Arroz – próxima da área de implantação do empreendimento industrial. Nesse âmbito, teve-se contato com a presidenta do Fórum da Cidadania da Estrada do Arroz, o presidente de um sindicato rural e uma importante representante das quebradeiras de coco babaçu. Por meio dessa pesquisa e da literatura afim, o presente artigo foi organizado em duas partes, onde serão abordadas 1) a forma como tal empreendimento pode ser pensado em relação a um projeto mais amplo de integração nacional, ancorado em uma cadeia produtiva projetada para todo o estado do Maranhão, e 2) como tal contexto foi sentido no Sudoeste Maranhense, especificamente nas diferentes percepções mapeadas nas comunidades da Estrada do Arroz, na cidade de Imperatriz-MA.

Suzano Papel e Celulose no Maranhão: grandes projetos, modernização e integração nacional

Com a implantação dos grandes empreendimentos econômicos na região, o acesso aos recursos naturais, notadamente o acesso à terra – ocupada muitas vezes de forma arbitrária pelo capital, configurando aquilo que Harvey (2004) chama de mecanismo de acumulação por espoliação – é modificado, o que leva a uma alteração das formas de produção dos trabalhadores do campo e, conseqüentemente, de todo o seu modo de vida.

Harvey (2004) entende por acumulação por mecanismo de espoliação aquela forma de acumulação baseada na depredação, na fraude e na violência, características do capitalismo, e que, de acordo com o autor, não se fizeram presentes apenas nas etapas “primitiva” ou “originária” do modo de produção capitalista, mas podem, ao longo do tempo, ser percebidas no percurso do capitalismo. Ainda de acordo com o autor, todos os processos observados por Marx na acumulação primitiva, tais como: mercantilização e privatização da terra e expulsão forçada das

populações camponesas; conversão de diversas formas de direito de propriedade – comum, coletiva e estatal – em direito de propriedade exclusivo; supressão dos direitos aos bens comuns; transformação da força de trabalho em mercadoria, entre outros, assim como novos processos relacionados ao direito de propriedade intelectual que alienam populações inteiras de suas produções, depredação dos bens ambientais globais, entre outros, são todos entendidos como mecanismos de acumulação por espoliação (HARVEY, 2004, p. 110).

No que refere ao estado do Maranhão, a história não é diferente. Os desdobramentos que as políticas desenvolvimentistas do governo federal assumem neste estado não são diferentes daqueles em outras paragens da Amazônia, pois fazem parte do processo global de reestruturação das relações produtivas que, no campo, ganha contornos bastante desastrosos para as populações camponesas, visto que significa a desestruturação das formas de produção em todos os sentidos.

Na década de 1970, a construção da Rodovia Federal (BR 010) Belém-Brasília, processo que viabilizou de forma mais rápida e eficiente a integração física das regiões Norte e Nordeste ao restante Brasil, era condição para a entrada do capital, via estado, nessas regiões. Para além do discurso da integração, esse fenômeno significou, para as populações trabalhadoras do campo, uma maior pressão sobre os recursos naturais da região, sobretudo, a terra, uma vez que, com a abertura de vias de acesso, muitas empresas foram atraídas para a região, dando início também à grilagem das terras. Sobre isso, Asselin (2009), contextualizando a construção desta rodovia em relação à Imperatriz, explica:

Com o projeto de construção da Belém-Brasília começou a mudar a vida no município [...] acabavam de nascer também as primeiras falsificações de documentos das terras que compõe, hoje, a área prioritária dos grandes projetos econômicos. Eram os grilos Gurupi, Torre Segunda, Campo Alegre e Frades [...] foram anos muito movimentados, porque além do movimento migratório provocado pela abertura da Belém-Brasília e o início da grilagem abriu-se o ramal para o Nordeste via Grajaú, que traria contingente populacionais importantes, pois era o momento da grande seca nordestina (ASSELIN, 2009, p. 33).

Além da Rodovia Belém-Brasília, a abertura da Transamazônica (BR-230), ligando a Paraíba ao Amazonas, da BR 316, conectando Alagoas ao Pará, e da BR 222, ligando o Ceará ao Pará, também causaram profundas mudanças nas terras devolutas do Estado do Maranhão, pois houve um aumento da ocupação das terras livres do estado pelo capital, assim como o acirramento das tensões entre campesinato e grandes capitalistas na região (GISTELINK, 1988). Para dar conta da questão, o governo do estado criou, em 1972 a Companhia Maranhense de Colonização (Comarco), que tinha como propósito promover a “ocupação racional e ordenada das terras disponíveis” (GISTELINK, 1988, p. 15). A estratégia seria deslocar as populações das áreas conflitivas para as áreas consideradas de terras livres. Mas, no Maranhão, nesse contexto, as terras livres já estavam em processo de ocupação pelo capital, pois a Lei de Delegacia de Terras ou, como é mais conhecida, a Lei de Terras Sarney, de 1969, já havia intensificado o uso de terra coletiva como

terra privada, visto a lei facultar a venda de terras devolutas, sem licitação, a grupos organizados em sociedades anônimas, sem número limitado de sócios, podendo requerer, cada um, até três mil hectares.

Como se observa, as questões referentes ao acesso à terra no Maranhão são históricas e merecem uma avaliação mais pormenorizada; o que se pode dizer é que as políticas de inserção do Maranhão no circuito da economia de mercado através da implantação de grandes projetos de desenvolvimento têm grande impacto nas populações locais, pois agravam uma situação já bastante conflituosa por questões internas ao próprio funcionamento de uma estrutura agrária que fora desenhada historicamente para limitar ou impedir o acesso à terra pelos trabalhadores (ASSELIN, 2009).

Na década de 1980, deu-se a implantação do Projeto Grande Carajás associado a outros projetos de infraestrutura, como a Estrada de Ferro Carajás, conectando a província mineral de Carajás (sudeste do Pará) ao litoral maranhense, o Complexo Portuário de São Luís, formado pelos Portos do Itaqui, da Ponta da Madeira e da Alumar, alimentando também oito usinas de processamento de ferro gusa às margens dessa estrada de ferro; uma grande indústria de alumina e alumínio (ALUMAR) e bases para estocagem e processamento industrial de minério de ferro (Vale) na Ilha do Maranhão; um centro de lançamento de artefatos espaciais (Centro de Lançamento de Alcântara – CLA); projetos de monocultura agrícola no sul, sudeste e leste do estado; bem como, mais recentemente, a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, a Termelétrica do Porto do Itaqui e a Refinaria Premium I da Petrobrás, projeto iniciado em 2010 e abandonado em 2015.

A implantação da unidade industrial da Suzano Papel e Celulose no oeste do estado e a produção de eucalipto no leste e centro maranhenses alteraram sobremaneira as formas de organização social das populações locais, sobretudo no que refere ao acesso à terra. Da chegada dos grandes empreendimentos vindos com a antiga Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), hoje Vale, particularmente a exploração do minério de ferro, à entrada das florestas de eucalipto na década de 1980, com a Celmar, e no final da primeira década do século XXI, com a Suzano Papel e Celulose, os conflitos pelo acesso à terra e aos recursos naturais se intensificaram e os trabalhadores do campo têm sentido cada vez mais pressão sobre suas formas de organização.

Apesar de todo discurso de desenvolvimento que acompanha esses projetos de intervenção, discursos muitas vezes produzidos para convencer as populações locais de que suas vidas mudarão para melhor, a avaliação do próprio estado é que não há motivo para comemorar. De acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema), esses empreendimentos não se traduziram em desenvolvimento para a região, mas apenas em crescimento econômico, pois:

Impacta a economia, mas não gera os efeitos de irradiação que se esperava, isto é, o adensamento das cadeias produtivas. Os projetos Carajás e Alumar abrem um novo ciclo da economia, mas com pouco efeito multiplicador e limitada agregação de valor, desafios que se colocam até hoje ao desenvolvimento recente do estado (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO MARANHÃO, 2009, p. 27-28).

A implantação da empresa multinacional Suzano Papel e Celulose (SPC) no Maranhão envolve a construção de uma Unidade Industrial para fabricação de celulose branqueada e papel no município de Imperatriz e a criação do Projeto Florestal de plantio de eucalipto em dois polos: Porto Franco, abrangendo os municípios do oeste maranhense e o Polo Timon, abrangendo os municípios do leste e do centro.

Apesar de a Unidade Industrial da empresa Suzano ter iniciado seus trabalhos no ano de 2013 na cidade de Imperatriz, dando continuidade, assim, à ação dos grandes projetos de desenvolvimento nessa região do Maranhão, não são recentes os impactos da empresa na região, nem na cidade. A ação da empresa Suzano remonta a meados da década de 1980, quando iniciaram as primeiras experiências no Maranhão com a plantação de eucalipto no leste maranhense, no município de Urbano Santos. Segundo Poyry (2010), estas experiências utilizaram variados tipos de eucaliptos, dentre os quais se destacou uma espécie que se adaptou ao clima seco da região.

Segundo os Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) elaborados no processo de implantação do Projeto Florestal e o Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) referente à implantação da Unidade Industrial, o Maranhão teria sido escolhido para a implantação da empresa em razão da “logística favorável”, isto é, o fato de haver uma série de aspectos, como disponibilidade de água, qualidade do ar e dispersão atmosférica favoráveis, acesso ao Porto de Itaqui, farta mão de obra, e localização do projeto longe de aglomerados urbanos. Contudo, embora afirme a distância em relação aos aglomerados urbanos, pressupondo uma ideia de vazio demográfico, “a própria empresa reconhece em seus relatórios que há várias comunidades moradoras próximas ao empreendimento” (POYRY, 2010b, p. 79-82).

De acordo com as análises de Ribeiro Junior (2014, p. 151), o fator preponderante que explica a territorialização da Suzano no Maranhão é a “terra barata”. Se comparadas, por exemplo, às terras do estado de São Paulo, onde a empresa tem sede, as terras no Maranhão chegam a ser sete vezes mais baratas.

Além do atrativo do valor das terras, há, no Maranhão, florestas de eucaliptos necessárias para a fase inicial da produção da Suzano. Elas correspondem aos ativos florestais do Programa Vale Florestar, contando com 34500 hectares de eucaliptos já plantados no estado do Pará e do Maranhão, que podem ser utilizados pela empresa na fase inicial de implantação, até que ela forme sua base florestal. Segundo este autor, a referida empresa já realizava pesquisas sobre o plantio de eucalipto no Maranhão desde o ano de 1983, quando descobriu (na cidade de Urbano Santos, no leste maranhense) um tipo de eucalipto de fácil adaptação à região. Enfim, se nos tempos da pesquisa e dos primeiros contatos dessa empresa no Maranhão, os esforços eram realizados de leste a oeste do estado, o resultado disso é que “atualmente há cerca 500 hectares de terras em 10 municípios com o intuito de pesquisa para melhor adaptação do eucalipto” (RIBEIRO JR., 2014, p. 147).

Além disso, em se tratando de infraestrutura, o Maranhão dispõe, segundo o Rima, de um dos maiores e mais modernos sistemas de transporte intermodal do Nordeste, com rodovias, ferrovias, portos e aeroportos (STPC ENGENHARIA DE

PROJETOS, 2010). Se considerarmos a área de abrangência dos Projetos Florestais Polo Timon e Polo Porto Franco e da Unidade Industrial, tem-se envolvida as mesorregiões oeste, leste e centro maranhense, além de municípios do estado do Tocantins, conforme exposto no Quadro 1.

Quadro 1 - Municípios impactados pela Suzano Papel e Celulose no Maranhão e Tocantins

Polo Timon	Polo Porto Franco	Unidade Industrial
Afonso Cunha	Carolina	Davinópolis
Buriti Bravo	Buritirana	Imperatriz
Caxias	Davinópolis	João Lisboa,
Codó	Estreito	Senador La Roque
Coelho Neto	Feira Nova do Maranhão	Praia Norte (TO)
Colinas	Fortaleza dos Nogueiras	São M. do Tocantins (TO).
Gov. Eugênio Barros	Formosa da Serra Negra	
Governador Fortuna	Grajaú	
Jatobá	Governador Edson Lobão	
Lagoa do Mato	Imperatriz	
Luis Rocha	João Lisboa	
Matões	Lajeado Novo	
Parnarama	Montes Altos	
Passagem Franca,	Nova Colina	
São Francisco do Maranhão	Porto Franco	
Senador Alexandre Costa,	Ribamar Fiquene	
São João do Sóter	São João do Paraíso	
Timon	Senador La Roque	
	São Pedro dos Crentes	
	Sítio Novo	

Fonte: STPC ENGENHARIA DE PROJETOS, 2010a e 2010b; POYRY, 2010.

Organizado pelos autores.

A amplitude das áreas potencialmente afetadas pelo projeto é imensa, nelas estão contidas quatro Unidades de Conservação: Parque Nacional da Chapada das Mesas, nos municípios de Carolina, Estreito, Riachão e Imperatriz; Parque Estadual do Mirador, no município de Mirador; Reserva Extrativista Mata Grande, nos municípios de Davinópolis, Senador La Roque e Imperatriz, e Reserva Extrativista do Ciriaco, no município de Davinópolis.

Quando às populações tradicionais, a empresa reconhece e classifica alguns grupos que estão sendo diretamente afetados pelo empreendimento, são eles: sertanejos, quebradeiras de coco, indígenas (com oito terras indígenas impactadas¹), afrodescendentes, quilombolas², migrantes, além das comunidades Bacaba, Imbiral, Esperantina, Açaizal e São José da Matança, no caso da área de abrangência da Unidade Industrial na Estrada do Arroz.

Algumas incursões teóricas demonstram esforço em compreender a ação da Suzano Papel e Celulose na região, a exemplo da dissertação *O desenvolvimento geográfico desigual da Suzano Papel e Celulose no Maranhão*, de José Arnaldo Ribeiro dos Santos Junior (2014), que expõe uma avaliação dos impactos da implementação, dentro de uma perspectiva crítica, dando ênfase para a relação da empresa com o Estado. É possível referenciar, também, o relatório de pesquisa da professora Marta Inez Medeiros Marques (2014), intitulado *Análise geográfica da expansão recente da indústria de papel e celulose no campo brasileiro: o caso do Grupo Suzano Papel e Celulose*, no qual a autora conclui que houve aumento das plantações de eucalipto no Estado de São Paulo, tendo como uma das principais indústrias do ramo a Suzano Papel e Celulose. No texto *Desenvolvimento, conflitos e impactos ambientais: a territorialização da Suzano e a resistência camponesa na mesorregião Leste Maranhense*, Ribeiro Jr., Oliveira e Costa (2014) buscam compreender, a partir de fontes documentais, o processo de territorialização da SPC em alguns municípios do leste maranhense e quais os impactos ambientais advindos dessa presença. Em relação aos aspectos populacionais, há a monografia *Processo migratório e transformações sócio espaciais: o caso dos migrantes/trabalhadores ocupados na implantação da Empresa Suzano Papel e Celulose em Imperatriz - MA*, na qual Alfred Torres (2014) avalia as razões e impactos do processo migratório ocorrido em Imperatriz por ocasião da implantação da Unidade Industrial da SPC na cidade. Como se nota, ainda são poucos os trabalhos dedicados a compreender a ação dos grandes projetos nessa região do Maranhão, particularmente a ação do mercado voltado para a produção do eucalipto empregado no processo de produção da celulose.

No que diz respeito às populações afetadas por esse empreendimento, destacam-se as comunidades localizadas às margens da MA-386, no trecho que liga a cidade de Imperatriz ao município de Cidelândia, conhecido como Estrada do Arroz, em alusão ao cultivo de arroz que acontecia com abundância no passado recente. É nesse trecho também que estão as comunidades Esperantina, Açaizal, São José da Matança, Olho d'Água, Coquelândia, São Félix, Petrolina, Bacaba e Imbiral.

1 Aldeias Araribóia e Governador em Amarante; Aldeias Geralda/Toco Preto e Bacurizinho em Grajaú; Aldeia Cana Brava, Aldeia Canela, Buriti Velho, Porquinhos e Chinela em Barra do Corda; Aldeia Kraolândia no estado do Tocantins (STPC ENGENHARIA DE PROJETOS, 2010).

2 Segundo o relatório (STPC ENGENHARIA DE PROJETOS, 2010), não há territórios quilombolas reconhecidos no sul do Maranhão, mas há vestígios encontrados pelos pesquisadores por ocasião da coleta de dados para o relatório.

Atores, concepções e desenvolvimento: Estrada do Arroz, do carvão, do eucalipto...

[...] Foi muitos, anos de muita fartura, aí depois, pegou o povo a vender as terras pros fazendeiro, foi diminuindo a fartura, diminuindo até que agora a Celmar tomou de conta, comprou tudo, os fazendeiros vendeu tudo. Alguns fazendeiros tinham terras, aí a gente arrendava, pra fazer as roças, mas depois que a Celmar tomou de conta... ainda teve um tempo que deram uns matos pra botar roça... aí depois mudaram pra esse negócio de eucalipto, acabou tudo. Agora essas mulher ainda tão quebrando coco aí, por causa dessa Associação. Mas aí a vida agora é carvão. Essa estrada era Estrada do Arroz, agora é estrada do carvão (risos). É como eu gosto de dizer: estrada do carvão. Era muita fartura.

O depoimento acima foi dado no ano de 2008, por uma quebradeira de coco, moradora da Estrada do Arroz, para o pesquisador Raimundo Santos, quando estese preocupava em entender as implicações do Projeto Grande Carajás para as populações extrativistas do Maranhão. O depoimento nos situa e nos esclarece sobre a extensão dos problemas causados pelo PGC às populações trabalhadoras do campo no Maranhão, em particular as da Estrada do Arroz.

Os trabalhadores rurais que vivem nas várias comunidades localizadas nas proximidades da Estrada do Arroz não ficaram surpresos quando souberam que, no quintal de suas casas, seria construída uma fábrica de papel e celulose, e que provavelmente suas roças e plantações seriam substituídas pela cultura do eucalipto. Muitos deles lembraram décadas passadas quando a Celmar S. A, Indústria de Papel e Celulose chegou à região de Imperatriz tomando conta de suas terras e modificando suas formas de organização social.

A gênese da Celmar remonta à década de 1970, com a tentativa do governo federal de criar florestas de eucalipto na região a fim de atrair fábricas de celulose. Para tanto, foram plantados mais de 500 mil hectares de área reflorestada. No entanto, apesar dos incentivos federais, nenhuma fábrica foi implantada, e toda a produção de eucalipto foi destinada para a produção de carvão. Sobre a questão, Santos pontua:

Na região de Imperatriz, sem dúvida, um dos fatores que mais tem contribuído para marcar socioeconomicamente o lugar são as plantações de eucalipto. Ainda que a fábrica de celulose prevista pela Celmar nunca tenha se concretizado, ela contribuiu para alterar, em parte, a fisionomia social desse local, por meio da concentração de terras e danos ambientais (SANTOS, 2011, p. 193).

A atividade da produção de carvão causou e causa muitos danos aos trabalhadores do campo, um dos mais graves apresentados pelas comunidades, sobretudo as quebradeiras de coco, está relacionado à atividade de quebra do coco babaçu, uma vez que, estando o carvão em alta na região, os fazendeiros começam a disputar o babaçu com as quebradeiras, utilizando o coco para fazer carvão (SANTOS, 2011). Nesse sentido, Santos explicar que:

Na Microrregião de Imperatriz, a produção do carvão, marca fortemente a economia e as relações sociais, especialmente em nível tradicional e familiar. Uma das principais motivações para seu crescimento está no fato de a cidade de Açailândia, em meados das décadas de 1980, ter uma produção de ferro-gusa que se estruturou a um preço equivalente à metade do valor da mesma produção no estado de Minas Gerais. Isso é um elemento importante para se perceber a intensidade da produção regional dessa matéria prima e suas consequências para os diversos grupos sociais (SANTOS, 2011, p. 191).

Algumas décadas após a chegada da Celmar, a SPC instala uma fábrica de celulose e papel na cidade de Imperatriz, nas imediações da Estrada do Arroz, próxima dos povoados Bacaba, Esperantina, Imbiral, Açaizal e São José da Matança – valendo ressaltar que, segundo Asselin (2009), o povoado do Imbiral é um dos mais antigos da região de Imperatriz.

Tais povoados existem há décadas nessa região, e viviam/vivem sobretudo da pesca, da agricultura de subsistência e da coleta de coco babaçu, e a chegada da Suzano alterou sobremaneira seus modos de vida, pondo em risco seu presente e ameaçando o futuro de seus filhos, especialmente no que refere à reprodução do modo de vida e ao acesso aos recursos naturais.

Os moradores da Estrada do Arroz que tivemos como interlocutores nessa fase inicial do trabalho são representativos de uma forma de lidar com a terra que nos permite considerá-los como camponeses, e sua atuação nos movimentos sociais está relacionada à formação nas Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. São eles: Maria Querubina da Silva Neta, Maria Lourdes Silva e Daniel Pereira Conceição Nascimento. Maria Querubina, ou simplesmente Querubina, é uma das principais lideranças do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco (MIQCB); Maria Lourdes Silva, 62 anos, moradora e militante há 18 anos na Estrada do Arroz, atualmente coordena o Fórum da Estrada do Arroz – em 2014, recebeu o título de cidadã imperatrizense, concedido pela prefeitura da cidade, numa clara tentativa de desmobilização dos propósitos do Fórum. Daniel Pereira Conceição Nascimento, 30 anos, é filho de quebradeira de coco, lavrador, professor e presidente da Associação de Moradores e Produtores Rurais das comunidades Esperantina, São José da Matança e Açaizal (Ampema).

Considerando tanto as diferentes características biográficas, os contextos específicos das principais lideranças das comunidades da Estrada do Arroz, suas percepções sobre a situação da implementação da empresa, quanto as classificações e percepções produzidas no âmbito da Suzano Papel e Celulose – inserida em um amplo discurso *capitalcentrista* (ESCOBAR, 2005) que desconsidera a dimensão cultural e ecológica do território –, notamos a existência de um conflito de percepção e classificação sobre os usos dos recursos naturais.

Sobre as tensões existentes, historicamente, entre os discursos desenvolvimentistas e movimentos sociais ambientais, Almeida (2008) pontua que, desde 1988, ocorre uma intervenção sistemática dos movimentos sociais locais que deixa clara uma tentativa de ruptura de percepção e classificação ambiental, e

também um nível de organização por meio de redes de articulação entre diversos movimentos e organizações, ou seja, possuem existência coletiva.

Sistematizando os principais impactos causados pela empresa, segundo as falas de nossos informantes, é possível pensar, em pelo menos três formas: 1) impactos ambientais caracterizados pelas mudanças nos cursos e qualidade da água dos córregos, eliminação dos resíduos da unidade industrial da empresa Suzano, tráfego intenso e constante de caminhões durante o dia e a noite; 2) impactos na forma de organização comunitária, já que também foi relatada a ocorrência de assédio, por parte da empresa, sobre associações e indivíduos, práticas individualistas, falta de confiança em determinados membros da comunidade com função de mediação entre as comunidades e a empresa; e3) impactos nas formas de produção, visto que se restringe o acesso à terra tornando, com isso, inviável a relação de produção direta com a terra, ou seja, a condição de camponês ou lavrador, termo mais utilizado pelos moradores, fica ameaçada. Por conta disso, é possível inferir que está em jogo não apenas o presente, mas o futuro das gerações mais novas, dado que a chegada do grande empreendimento alterou a dinâmica de trabalho no que se refere à relação com a natureza, forma de trabalho e de produção das relações sócio- espaciais e simbólicas.

Além de alterar as formas de produção material e simbólica dos grupos mencionados, notamos uma espécie de desmobilização política dos grupos via empresa ou terceirizadas, seja pela cooptação para seus quadros de antigos militantes das comunidades ou de fora dela, colocando-os como negociadores entre a empresa e as comunidades, seja assumindo o papel de empresa cidadã e lançando mão de alguns serviços básicos como asfalto e educação, por exemplo, que, após implantados na comunidade, torna a resistência à empresa bem mais frágil. Isso configura, a nosso ver, um processo que leva à desmobilização entre os membros das comunidades, o que favorece a expansão da indústria.

Mas os impactos da Suzano não se limitam apenas àqueles advindos da produção da celulose. Nas áreas de produção de eucalipto, no leste maranhense, conforme denuncia o jornalista Antenor Ferreira (2011)³, a empresa tem inviabilizado que a comunidade persista nas suas formas produtivas, uma vez que tem se apropriado das áreas de planície, restando, para os agricultores, apenas as de encosta, inviabilizando, por exemplo, a cultura de arroz, um dos alimentos fundamentais na base alimentar do maranhense. Além disso, há um processo de sedução de pequenos e médios agricultores locais para que abandonem suas antigas culturas e passem a cultivar eucalipto em suas terras, com assistência técnica e compra garantida pela Suzano.

Numa perspectiva mais ampla, a chegada desse empreendimento na região e seu funcionamento a partir do ano de 2013 faz parte daquilo que conhecemos como implantação dos Grandes Projetos (GPs) na Amazônia Legal⁴. A forma como o projeto

3 Cf. *Territórios livres do baixo Parnaíba* [blog]. Disponível em: <http://territorioslivresdobaixoparnaiba.blogspot.com.br/2011_01_01_archive.html>.

4 O oeste do Maranhão, assim como toda a Região Norte e praticamente todo o Mato Grosso compreendem a Região Geoeconômica da Amazônia.

se instala e como opera obedece aos mesmos mecanismos de qualquer outro grande empreendimento que, trazendo a reboque o discurso do desenvolvimento, necessita realizar grandes alterações sócio-espaciais para que possa se implantar. Nesse processo, a vida das populações trabalhadoras do campo sofre grandes transformações.

Considerando que a instalação da Suzano Papel e Celulose em Imperatriz se insere diretamente no processo de expansão e modernização da economia no estado, é importante frisar que os efeitos sócio-espaciais das políticas de desenvolvimento para o Maranhão não são diferentes das experiências de outras populações e lugares que passaram por esse processo, a exemplo da comunidade Piquiá de Baixo, no município de Açailândia -MA que, impactada diretamente pelo empreendimento da Vale – a ferrovia que transporta o minério de ferro para o Porto de Itaqui atravessa a comunidade causando morte e afetando a saúde dos moradores – luta pelo direito de ser remanejada.

Além de comprometer a reprodução material e simbólica dos grupos camponeses esses projetos de desenvolvimento comprometem e alteram a dinâmica da cidade, a exemplo do processo de crescimento desordenado pelo qual passa a cidade de Imperatriz, que pode se considerado sintomático do resultado das políticas de desenvolvimento pensadas para a região, e mostra que os impactos causados por esse tipo de empreendimento, que tem como lógica apenas o crescimento econômico, não se restringem apenas às populações camponesas, mas modificam as formas de organização da cidade.

Na década de 1960, a cidade de Imperatriz tinha pouco menos de 40 mil habitantes, 20 anos mais tarde, na década de 1980, a cidade passa dos 200 mil habitantes, e em 2010, o número de habitantes chegava a 247553 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). Entre as décadas de 1960 e 1980, a grande movimentação demográfica se explica pela construção da rodovia Belém-Brasília, que resultou em um grande surto migratório, tendo em vista as possibilidades que se impunham à cidade pela nova via que a ligava ao Centro-Sul do país.

Atualmente, a cidade passa por um profundo processo de transformação sócio-espacial. A instalação da Hidrelétrica de Estreito, em 2010, no município de Estreito, distante de Imperatriz cerca de 100 quilômetros, assim como da Multinacional Suzano Papel e Celulose, com sede industrial na cidade, além de outros empreendimentos que surgem para dar suporte ao empreendimento e para atender os novos moradores da cidade, foram/são responsáveis por uma série de mudanças sócio-espaciais na cidade de Imperatriz. Apesar de não ser este o ponto de discussão desse artigo, tais mudanças podem observadas no aumento da especulação imobiliária, na elevação do preço de serviços, na grande atração de migrantes, e na violência urbana, entre outros.

Diante disso, a Suzano Papel e Celulose reconhece que a implantação de uma Unidade Industrial e das florestas de eucalipto trará profundas transformações socioambientais para a área atingida⁵. As questões relacionadas à restrição do acesso à terra e às modificações ambientais, sobretudo aquelas referentes aos corpos hídricos,

5 Em ambos os estudos citados a empresa lista uma série de impactos positivos e negativos advindos da sua implantação na região.

são as mais preocupantes. Por outro lado, as comunidades tradicionais (ALMEIDA, 2008) que residem próximas dos empreendimentos, tanto das Bases Florestais como da Unidade Industrial, são os mais autorizados para falar do alcance dos impactos que o empreendimento significou e pode significar para (re)produção de seus modos de vida. Isso porque são as populações afetadas pela construção da Unidade Industrial e das Bases Florestais que devem ser os sujeitos falantes de tal processo.

Considerações finais

Apesar de ser vasto o conhecimento sobre os impactos de Grandes Projetos na Amazônia Brasileira e, de certa maneira, no estado do Maranhão, ainda é pouca a produção de conhecimento sobre esse tema em relação ao sudoeste maranhense. Além disso, procurou-se com este texto dar visibilidade às populações que foram e são afetadas por grandes empreendimentos. Procurou-se também ampliar o conhecimento sobre a temática do desenvolvimento na Amazônia, particularmente no Maranhão.

É importante atualizar os estudos e pesquisas sobre a ação dos Grandes Projetos na Amazônia, numa perspectiva crítica, que colabore com a desconstrução de lógicas perversas (SANTOS, 2011) e considere as populações afetadas por esses projetos como sujeitos de direitos. Isso implica produzir conhecimentos sobre a realidade local sem desconsiderar variantes globais, e entendê-la tendo em vista a capacidade de transformação dos povos tradicionais em relação a projetos de desenvolvimento que seguem a lógica *capitalcentrista* (ESCOBAR, 2005). Tal lógica é pensada em oposição aos saberes tradicionais e, segundo Escobar (2005), é central na narrativa do desenvolvimento, pois não leva em conta quaisquer alternativas que não se insiram na dinâmica do capital.

Nesse sentido, as diferentes percepções sobre os impactos, verificados nos documentos produzidos pela empresa e nos relatos colhidos com as lideranças locais, podem ser compreendidas como um esforço preliminar diante de um vasto e rico campo de problematizações que pode ser construído a partir da relação analítica entre o mapeamento dos grupos e suas percepções, tomando como parâmetro a lógica *capitalcentrista* e as especificidades históricas, sociais e culturais das populações locais.

Referências

- ASSELIN, Victor. **Grilagem**: corrupção e violência em terras do Carajás. Imperatriz-MA: Ética, 2009.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Biologismos, geografismos e dualismos: notas para uma leitura crítica de esquemas interpretativos da Amazônia que dominam a vida intelectual. In: **Antropologia dos arquivos da amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8; Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da. **A Amazônia e a Crise de modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, set. 2005. p. 133-168. (Col. Sur Sur)

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO MARANHÃO – FIEMA. **Plano estratégico de desenvolvimento industrial do Maranhão**. 2009. Disponível em: <www.fiema.org.br/>. Acesso em: fev 2017.

FEREIRA, Antenor. Quem é a Suzano e por que o Maranhão? **Território Livre**, 31 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://territorioslivresdobaixoparnaiba.blogspot.com.br/2011_01_01_archive.html>. Acesso em: fev 2017.

GISTELINK, Frans. **Carajás, Usinas e Favelas**. São Luís: Minerva, 1988.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Análise geográfica da expansão recente da indústria de papel e celulose no campo brasileiro: o caso do Grupo Suzano Papel e Celulose**. Relatório de Pesquisa. São Paulo: USP, 2014.

PÖYRY TECNOLOGIA. **Estudo de impacto ambiental/relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA) referente à implantação da unidade industrial da Suzano Papel e Celulose para fabricação de celulose branqueada e papel, no município de Imperatriz, estado do Maranhão**. 2010b.

RIBEIRO JUNIOR, José Arnaldo dos Santos. **O desenvolvimento geográfico desigual da Suzano Papel e Celulose no Maranhão**. 2014. 220f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SANTANA JÚNIOR, Horácio Antunes. **Projeto de Cooperação Internacional - Projetos de desenvolvimento e populações locais: experiências em Cabo Verde e no Brasil**. São Luís, Universidade Federal do Maranhão, 2014.

SANTOS, Raimundo Lima. **O Projeto Grande Carajás e suas consequências para as populações extrativistas do Maranhão**. Imperatriz: Ética, 2011.

STCPEGENHARIA DE PROJETOS. **Relatório de Impacto Ambiental** – Rima da área de implantação do projeto florestal da Suzano na região de Porto Franco, Maranhão. Curitiba, jan. 2010.

_____. **Relatório de impacto ambiental** – Rima da área de implantação do projeto florestal da Suzano, na região de Timon, estado do Maranhão. Curitiba, jan. 2010b.

TORRES, Alfred Rinald Ribeiro. **Processo migratório e transformações sócio-espaciais: o caso dos migrantes/trabalhadores ocupados na implantação da empresa Suzano Papel e Celulose em Imperatriz – MA**. Monografia (Bacharelado em História e Geografia) - Universidade do Estado do Maranhão, São Luís, 2014.

Recebido em 28/09/2015

Aceito em 07/12/2016

RELAÇÕES LABORAIS NO CAPITALISMO INFORMACIONALISTA

LABOUR RELATIONS IN INFORMATIONAL CAPITALISM

Elizardo Scarpati Costa*

Resumo

Este artigo discute conceitos e contextos com base no referencial analítico demarcado pelo processo de transformações das relações laborais, principalmente com a implementação das novas tecnologias de informação e comunicação no âmbito do capitalismo informacionalista, que Manuel Castells qualificou como “Era da Informação”. É notória a heterogeneização, fragmentação e complexificação das relações laborais. *Pari passu*, a imposição dos mercados de trabalho para a profissionalização das atividades nas empresas e no Estado possibilitou o incremento da segmentação e da flexibilidade laboral, permitindo a expansão da precariedade e da precarização no mundo do trabalho, agora com o primado das novas tecnologias de comunicação e informação como fator estruturante do capitalismo global.

Palavras-chave: Capitalismo. Relações laborais. Informacionalismo. Precariedade.

Abstract

This article argues concepts and backgrounds based on analytical references marked by the process of labor relations transformation, mainly with the implementation of new communication technologies in the development context of the capitalist system, which Manuel Castells has called the “information era”. It’s remarkable the constant heterogeneity, fragmentation and complexity of labor relations. *Pari passu*, the enforcement of labor markets for permanent professional occupations in business and in the state, allowed the increasing segmentation and labor flexibility enabling the expansion of insecurity and precariousness in the current labor market, with the primacy of new information and communication technologies (TIC’s) as structural factor of global capitalism.

Keywords: Capitalism. Labor relations. Informationalism. Precariousness.

* Doutor em Sociologia pelo Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (UC) e Professor de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Brasil. E-mail: eliscarpati@hotmail.com

Introdução

O artigo aqui apresentado é o corolário da revisão teórica e analítica utilizada no âmbito de um estudo comparativo entre dois *call centers* (CCs), um no Brasil e outro em Portugal (COSTA, 2016), onde fizemos uma observação direta da realidade laboral dos trabalhadores envolvidos nos estudos de caso, inspirado pela metodologia proposta por Michael Burawoy (2000). A partir da comparação entre os estudos de caso, reconstruímos as reais condições de trabalho, de organização do trabalho, de profissionalização, de precariedade e precarização das relações laborais assentes nas novas tecnologias de comunicação e informação TICs.

No campo da Sociologia do Trabalho, a pluralidade metodológica é fundamental para analisarmos as novas formas das relações laborais. Para Michael Burawoy (2000), *O Método do Caso Alargado (Extended Case Method)* tem na sua essência metodológica a observação direta, que leva em conta os aspectos qualitativos do objeto analisado no conjunto global das relações que o envolvem – entre o macro e o microsocial. Esta metodologia permite que a pesquisa social necessite somente de um caso relevante para se obter a objetividade e veracidade do estudo de caso, ou seja, é importante sobretudo destacar a ideia de exemplaridade do objeto empírico.

Nesse sentido, o trabalho é transversal a todas as formas de organização societal ao longo da história da humanidade. Trata-se de um fenômeno social que surge com a transformação do ser humano para o *status* de ser social nas suas mais variadas vicissitudes e experiências quotidianas estabelecidas com a natureza e entre si. Desde a Idade da Pedra Lascada e Polida, passando pela Idade do Ferro e do Bronze, através das grandes navegações e do expansionismo mercantilista, no campo das artes e das letras, no apogeu da Revolução Industrial e, por fim, na consolidação da chamada “Era da Informação” e da globalização do capital. Consideramos que o emprego se tornou a maneira pela qual o sistema capitalista assalariou o trabalho no nível de mercado, sendo um fenômeno intrínseco e irrevogável na atual modernidade.

Assim, o desenvolvimento técnico-científico, dinamizado pelo capitalismo no seu complexo aparato produtivo – tendo como primado o elevado grau de automação presente nas técnicas de produção, execução, organização e realização do trabalho produtivo –, desencadeou metamorfoses no mundo do trabalho que ocupam a ordem do dia, inquietando e levando à reflexão distintos cientistas sociais. Nesse marco, revela-se notória a constante heterogeneização, fragmentação e complexificação das relações laborais que, consecutivamente, impactaram as formas de organização do trabalho nas empresas dos vários setores da economia. Durante o século XX, os estudos sobre o mundo do trabalho utilizavam o conceito de “relações industriais” como forma de análise do binómio taylorismo-fordismo. Na linha de Ferreira e Costa (1998/99), propomos a readequação conceitual para “relações laborais”, em razão das mudanças significativas da organização do trabalho, das classes sociais, envolvendo a perda de centralidade do industrialismo e a introdução de novos modelos de produção e orientações tecnológicas.

Essas mudanças engendradas pelo capitalismo alteraram radicalmente a noção de trabalho, considerando que a globalização neoliberal, que se beneficia, predominantemente, do capital financeiro, propiciou a financeirização do trabalho e o crescimento do precariado (STANDING, 2009, 2011; BRAGA, 2012). Desta forma, com a hegemonia dessa política econômica, surge a massificação e a difusão dos recursos das TICs. A formação e a complexificação de uma nova divisão internacional do trabalho ergueu-se sob a tutela da reestruturação produtiva e, rapidamente, influenciou os Estados a praticarem a mesma lógica em relação às empresas públicas, através dos processos de privatização (SILVA, 2007; COSTA, 2016) que, por fim, produziram fortes impactos no conjunto das relações laborais, levando à erosão do modelo de pleno emprego e à crescente precarização e flexibilização dos vínculos laborais, bem como ao recrudescimento do Estado de bem-estar social que, conseqüentemente, levou à eclosão da chamada sociedade informacional (CASTELLS, 2003).

Para efeito da discussão que nos interessa, este artigo está subdividido em quatro seções. Na primeira, abordamos a questão da tecnologia como ciência, com especial enfoque na problemática do informacionalismo no seio das relações laborais no capitalismo contemporâneo. Na segunda seção, trazemos algumas pesquisas realizadas sobre os CCs, a partir do século XXI, incluindo, aqui, nossas próprias reflexões retiradas dos estudos de caso realizados anteriormente (COSTA, 2016). Na terceira seção, procuramos demonstrar como os níveis de precariedade e precarização das profissões podem, eventualmente, ser analisados de acordo com o nível de profissionalização ditado pelo mercado de trabalho. Por último, trabalhamos com a questão da mudança do perfil das classes sociais na atualidade, conduzindo uma discussão analítica, de caráter teórico e empírico (Costa, 2016), sobre essa temática que tem se revelado o “calcanhar de Aquiles” de várias pesquisas sociais na contemporaneidade.

A Tecnologia como Ciência na Era da Informação

A ciência e a técnica têm-se revelado profundamente voltadas para a constituição de uma sociedade consumista e para a perpetuação do modo de produção capitalista, com todo o seu rol de valores e costumes hegemônicos, nos mais variados segmentos da vida social. Segundo Miranda (2002, p. 51),

A tecnologia é fruto da aliança entre ciência e técnica, a qual produziu a razão instrumental, como no dizer da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt. Esta aliança proporcionou o agir- racional-com-respeito-a-fins, conforme assinala Habermas, a serviço do poder político e econômico da sociedade baseada no modo de produção capitalista (séc. XVIII) que tem como mola propulsora o lucro, advindo da produção e da expropriação da natureza. Então se antes a razão tinha caráter contemplativo, com o advento da modernidade, ela passou a ser instrumental. É nesse contexto que deve ser pensada a tecnologia moderna; ela não pode ser analisada fora do modo de produção, conforme observou Marx.

A ciência moderna é representada pela epistemologia que precisa ser submetida sempre à reflexão hermenêutica, conforme a problematização do sentido da ciência (SANTOS, 1989). Em outras palavras, o objeto da reflexão hermenêutica é o sentido produzido e inculcado na sociedade de consumo, para além da materialidade técnica das consequências fabricadas pelos avanços tecnológicos impulsionados pelo capitalismo na contemporaneidade. Segundo Elísio Estanque et al. (2005), não há um determinismo histórico para o desenvolvimento das tecnologias, mas, sim, as tecnologias servem a determinados contextos políticos e socioculturais. A ligação entre o trabalho e as novas tecnologias faz parte da realidade social, por isso, contribui para o aprofundamento das desigualdades sociais.

Doravante, o industrialismo que vigorou, por todo o século XX, perdeu força com a proliferação das TICs e a consolidação do setor terciário nas economias globais. Nesse marco, vale perguntar se podemos considerar que vivemos o ápice do capitalismo informacionista e, conseqüentemente, as transformações provocadas pelas TICs no mundo do trabalho. Importa, pois, verificar quais são as tendências fundamentais e os impactos das inovações tecnológicas tão aclamadas pelas ciências humanas, sociais e naturais através da chamada “Revolução Informacional” no florescimento da “Sociedade da Informação”. Vale lembrar que alguns autores defendem uma tese mais radical, a de que a economia neoliberal se baseia nas ideias, no conhecimento tecnológico e na inteligência. Por este motivo, o capital e o trabalho ficaram menos antagônicos e, tendencialmente, o verdadeiro capital passa a ser o capital intelectual (LÉVY, 1997; NEGRI, LAZZARATO, 2001).

Nesse sentido, as TICs são para a Revolução Informacional aquilo que o carvão, e outras fontes de energia e de matéria-prima, foram para a Revolução Industrial. A configuração decisiva dessa acumulação de conhecimentos é denominada por Manuel Castells (2003) como o “informacionalismo”, sendo que o desenvolvimento tecnológico tem papel fundamental na criação de conhecimento e no conjunto do processamento das informações, ou seja, o desenvolvimento centralizado no informacionalismo representa a linha mestra desse novo momento histórico.

Assim, a mudança do industrialismo para o informacionalismo não é o equivalente histórico da transição das economias baseadas na agropecuária para as industriais e não pode ser equiparada ao surgimento da economia de serviços. Há agropecuária informacional, indústria informacional e atividades de serviços informacionais que produzem e distribuem com base na informação e em conhecimentos incorporados no processo de trabalho pelo poder cada vez maior das tecnologias da informação (CASTELLS, 2003, p. 110-111).

Neste sentido, as diversas convergências e divergências dos sistemas operacionais das TICs interligadas em redes contribuíram para o declínio do industrialismo típico do século XX – na sua forma de organizar o trabalho, nos tempos e nos espaços sociais, que se tornaram dependentes do novo domínio tecnológico da “Sociedade da Informação”. O conjunto de relações laborais se readaptou às novas exigências ditadas por essas transformações tecnológicas

influenciadas pelo capitalismo de livre mercado, interligando o trabalho através das redes informáticas e o controle intensivo dos serviços e a constante informatização da produção.

Nesse marco, as TICs podem ser consideradas uma das bases produtivas da sociedade da informação, de modo que a revolução tecnológica é dependente de novos conhecimentos oriundos das TICs. A aplicação e o uso desses conhecimentos na geração de novas informações tem como fim a maximização do capital. Segundo Castells (2003, p. 50-1),

O que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação acumulativo entre as inovações e seu uso.

Portanto, o conjunto de interações resultantes desses processos produziu uma redefinição histórica das relações de produção, de hierarquia, de poder e de “despotismo”, que são verificados nas novas relações laborais e na sua especial flexibilização funcional-estrutural (BURAWOY, 1979; ESTANQUE, COSTA, 2012).

Em outras palavras, as TICs representam a manifestação de parte considerável das metamorfoses do mundo do trabalho, sendo componente fulcral da precarização e o cimento tecno-ideológico do neoliberalismo aplicado às novas relações laborais. São responsáveis pela fluidez e polivalência das funções e pela ampliação da automação de tarefas dos trabalhadores dentro das empresas, em todos os ramos da economia, bem como pelo aumento da competitividade das empresas em nível global (LOJKINE, 1992). Assim, a expansão da TICs representa uma guinada na forma de organização das empresas, as quais mudaram a maneira de administrar os negócios e também a integração entre processos produtivos, prestadores de serviços e clientes, tendo impacto sem precedente nas novas relações laborais.

Como pontua Maman (2008, p. 103), a internet,

Instrumento essencialmente cibernético em função das características de controle do fluxo de informação que permite, [...] vai ser apropriada pelas empresas com o objetivo primordial de interconectar sistemas transacionais de parceiros, fornecedores e clientes com vistas à redução de custos associados à troca de informação necessária à produção e comercialização de bens e serviços. Mais do que interconectar pessoas, a comunicação em rede praticada pelas empresas adotará modelos de fluxo de informação estandardizados com o objetivo de interconectar posições, máquinas e computadores.

Nesse sentido, a primazia do modelo da capacitação profissional dos trabalhadores representa a disseminação do modelo flexível de polivalência (*skills*) e da empregabilidade que determina o uso, o controle, a formação e a avaliação do desempenho da força de trabalho. Assim, as consequências resultantes da utilização desse léxico tecno-ideológico acabam por permear todos os níveis de ensino – básico,

secundário, técnico e superior –, sob a égide de um espírito toyotista transmitido pelas TICs na formação dos trabalhadores e na sua aceitação posterior da condição de precário. “O emprego nas chamadas TICs foi concebido quase como sinônimo de não trabalho, tal a disjuntiva e mesmo antinomia que operava em relação à modalidade vigente de trabalho assalariado” (ANTUNES; BRAGA, 2000, p. 8).

A Globalização neoliberal – definida essencialmente pela capacidade do capital financeiro em ditar os processos que vêm transformando o mundo contemporâneo – proporcionou o encurtamento das distâncias, alterando de forma definitiva as concepções de espaço e de tempo, mas, ao mesmo tempo, estendeu também as fronteiras e segregou as culturas, aprofundando o multiculturalismo (THOMPSON, 1995; SOUZA FILHO, 2003). As questões ligadas à globalização e, logo, ao capital financeiro, permitem-nos entender porque cresce a relevância do trabalho, contraditoriamente, na sociedade dita da informação.

Qualquer processo de transição histórica, uma das expressões de mudança sistémica mais direta é a transformação da estrutura ocupacional, ou seja, das categorias profissionais e do emprego [...] a fonte de produtividade e crescimento reside na geração de conhecimento, estendidos a todas as esferas da atividade económica mediante o processamento da informação (CASTELLS, 2003, p. 266-267).

Nesse marco, o conjunto de interações resultantes destes processos produziu uma redefinição histórica das relações de produção, de poder, da linguagem e da hierarquia na organização das relações laborais, impactando, principalmente, a força de trabalho. A reinvenção global do trabalho através das forças do mercado engendradas pelas TICs o desfigurou e desvalorizou, diminuindo, assim, o seu *status* de maneira generalizada, fragmentando-o. O processo de venda da força humana do trabalho encontra-se, além disso, à mercê de Estados e comprometido com a ordem estabelecida pelo novo espírito do capitalismo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2001).

O caso emblemático dos *call centers*

Indissociável da forma de trabalho executado nos *call centers*, o *telemarketing* caracteriza-se como uma atividade laboral desenvolvida por meio de sistemas de rede telemática (associação da informática às telecomunicações), visando aperfeiçoar ações de *marketing* desenvolvidas pelos operadores de telemarketing (OPs) – (*inbound* e *outbound*) –, na interação entre os clientes e as empresas, ou seja, informatização da produção e da qualidade total do trabalho (WOLFF, 1998; VENCO, 2006; LOUÇA, 2014; COSTA, 2016; BONO, 2000; SANTOS, MARQUES, 2006). Esse segmento emprega as TICs configurado num ambiente de trabalho organizado pela racionalização do trabalho científico (BUSCATTO, 2002; LECHAT, DELAUNAY, 2003; COSTA, 2016). Segundo alguns estudos já realizados, o histórico de ampliação desse setor é creditado aos países anglo-saxónicos, sobretudo os Estados Unidos, em meados do século XX (BATT *et al.*, 2004; CONNELL, BURGUESS, 2006).

Burguess e Connel (2006), por exemplo, analisando a qualidade do trabalho nos *call centers*, demonstraram que a tese da organização do trabalho é inerente às demandas colocadas pelo mercado na forma de criação de emprego, em razão do crescimento rápido e do desenvolvimento dessa nova forma de organização do trabalho ao longo das últimas três décadas. Com efeito, os CCs seriam frequentemente descritos como o conjunto de atividades cuja característica central dos empregos gerados é baixos salários, horários flexíveis, condições precárias de trabalho, alta rotatividade, mão de obra qualificada e incorporação de alguns princípios primordiais do taylorismo na organização do trabalho (Costa, 2016).

Assim, os avanços proporcionados pelas TICs e, mais adiante, na década de 1990, com as privatizações dos setores das telecomunicações no Brasil e em Portugal, por exemplo, bem como o crescimento exponencial dos serviços terceirizados, proporcionaram o aumento do consumo de produtos informáticos e telecomunicacionais pelas populações antes não atingidas por essas tecnologias. Com a crescente demanda por tecnologias, advinda de vários segmentos das sociedades brasileira e portuguesa, consolidou-se a força desse novo segmento na economia – as empresas de CC que se desenvolveram com o intuito de se constituírem num elo de interação entre os consumidores e as empresas, por meio da utilização de novas ferramentas tecnológicas e de mão de obra jovem e qualificada (COSTA, 2016).

Portanto, segundo a proposta de definição de CC pela *Health and Safety Executive* (HSE) do Reino Unido, trata-se de

[...] ambientes de trabalho nos quais a principal atividade é conduzida via telefone utilizando-se, simultaneamente, terminais de computador. O termo inclui parte das empresas dedicadas a essa atividade em centrais internas de atendimento, tanto quanto empresas especificamente voltadas para essa atividade.¹

Porém, nossa concepção e definição dos CCs é mais abrangente do que a proposta pela HSE, principalmente no que toca o aspeto do trabalho executado pelos OPs: o CC é o novo modelo de fábrica moderna, pois a organização do trabalho praticada é marcada pelo trabalho repetitivo baseado na reprodução de falas padronizadas pelos *scripts*, demarcadas pelo tempo médio de atendimento (TMA), controladas minuciosamente e, posteriormente, avaliadas individualmente, reproduzindo-se os procedimentos industriais nas relações de trabalho no setor de serviços.

Segundo Marie Buscatto (2002), a característica marcante de um *call center* reside na taylorização, no estresse e no trabalho penoso, na precarização, e na baixa remuneração, ou seja, a atividade dos CCs simboliza o taylorismo do setor terciário. A autora argumenta ainda que as ferramentas informáticas permitem acentuar a uniformização das atividades e que, apesar de haver uma renovação dos suportes

¹ Ver Health & Safety Executive (2003), disponível em: <<http://www.hse.gov.uk/research/rrpdf/rr169.pdf>>. Na mesma linha, ver também S'engager Pour Chacun Agir Pour Tous (CFDT), disponível em: <<http://www.cfdt.fr>>.

clássicos de produtividade, mantêm-se os princípios de racionalização baseados na divisão do trabalho, na elevada hierarquização e centralização, e no forte controle das tarefas laborais. Assim, a precariedade, a flexibilidade e a identidade tornaram-se cada vez mais interligadas à análise das atuais condições das relações laborais nas empresas de *call center*. Os CC's são organizações empresariais organizadas em regime de *outsourcing* que prestam serviço, em seu nome ou de terceiros, através dos vários meios de comunicação disponíveis: telefone, e-mail, chat e *web-browsing*.

O trabalho no setor de *telemarketing* é rigidamente condicionado pelas características desse processo de reprodução contraditória. Articula tecnologias do século XXI com condições de trabalho do século XIX, mescla estratégias de intensa e brutal emulação dos OP's, ao modo de flexibilidade toyotizada, com técnicas gerenciadas tayloristas de controle sobre os trabalhadores; associa o serviço em grupo com a individualização das relações trabalhistas, estimula a cooperação ao mesmo tempo que fortalece a concorrência entre os OP's, dentre tantas outras alterações, ampliando as formas mais complexificadas de estranhamento e alienação contemporânea do trabalho (ANTUNES; BRAGA, 2009, p. 10).

Nesse sentido, o setor de telecomunicações adquiriu fundamental importância para a compreensão do capitalismo global, pois consegue conjugar a competitividade entre as empresas, valendo-se da agilidade das TICs que aceleram o processo de negociações no mercado, e ao mesmo tempo estabelecendo a “mercantilização da informação” (NOGUEIRA, 2006). Por outro lado, a organização do trabalho observada nos *call centers* centra-se na eliminação dos tempos mortos, integrando, na sua dinâmica, as TICs fundamentadas no neotaylorismo. Tal fenômeno ocorre tanto nas estratégias empresariais como nas condições de trabalho no setor, que conduzem a índices expressivos de rotatividade, o que resulta, por um lado, na facilidade em se obter no mercado força de trabalho abundante e, por outro, na conformação dos reais entraves organizativos da classe trabalhadora, dificultando a construção do pertencimento de classe social (SENNETT, 1999). A partir dos estudos de Jean-Pierre Durand (2004), podemos analisar a questão da intensificação do trabalho por dois ângulos: um seria o da eliminação total dos tempos mortos entre as atividades diárias, suprimindo-se o período de recuperação dos trabalhadores, com o intuito de pô-los a realizar outra tarefa imediatamente, e o outro ângulo seria o do aumento da velocidade de execução dos trabalhos. Isto quer dizer que a base da teoria de serviços reproduz a compra do tempo de trabalho:

Comprar um serviço também é comprar o tempo para o trabalho não cristalizado em um bem durável, mas um tempo de mão-de-obra qualificada está disponível para um indivíduo ou instituição para o benefício de um privado ou de uma organização [...] está compra tempo de trabalho mais ou menos um qualificado ou o outro (tanto individual como atores coletivos) se reflete na oferta de uma relação de serviço [...] (Durand, 2004, p. 218-219).

A intensificação promovida pelas TICs no mundo do trabalho tornou-se o principal alicerce da nova organização flexível do trabalho nesse setor. A caracterização da rotinização, da formalização e da centralização das atividades, através das metas a cumprir em determinado tempo, é aplicada de forma integral nas empresas que serão analisadas. Com a taylorização nos *call centers*, decorrente da nova automatização do trabalho, os OPs maximizaram os ganhos de produtividade para as empresas (COSTA, 2016). Cremos ainda que um dos medidores desse processo de “robotização” é o uso dos *scripts* preestabelecidos nas empresas de *call center*. De todo modo, essa intensificação qualitativa e quantitativa dos ritmos de trabalho envolve severas consequências para as condições laborais e de vida dos OPs. Nesse sentido, a precarização do trabalho e a estagnação salarial estão intimamente ligadas a esse processo de intensificação dos ritmos de produção e ao aumento do controle realizado pelos equipamentos informáticos, supervisores e gerentes de produção, que representam a nova organização toyotista da linha de montagem nos CCs (COSTA, 2016).

A título de exemplo, as chamadas atendidas ou feitas pelos OPs, devidamente controladas pelo TMA, se não forem cumpridas, representam uma advertência por parte dos superiores hierárquicos, podendo levar à demissão. Outro recurso utilizado para ditar o trabalho dos OPs é o guia *online* de informações, que serve para demonstrar como os OPs devem proceder em cada atendimento, de acordo com a demanda do cliente. Tudo isto dentro de um ambiente de trabalho que reúne um conjunto de operações telefônicas e informáticas, onde as pessoas são, sobretudo, uma extensão das máquinas informatizadas no seu trabalho diário, tendo como objetivo maximizar os ganhos da empresa (COSTA, 2016).

Segundo Costa (2016), as atuais metamorfoses do mundo do trabalho evidenciam uma tendência em direção à precarização, à fragmentação e à flexibilização das relações laborais de maneira global. Com efeito, essa lógica não colocou em causa a centralidade do trabalho como categoria social importante nas sociedades capitalistas no século XXI. Por conseguinte, com a globalização do capital, surgem novos mercados produtivos e consumidores de tecnologias, mas, também, novas formas de organização do trabalho, ocasionando um aumento da competitividade entre as empresas num mundo cada vez mais audaz e refém dos capitais financeiros.

A profissionalização das profissões

O caminho da profissionalização das atividades tem sido tema da sociologia desde o início do século XX. Deve-se entendê-la como um conjunto de ações mediante as quais uma atividade busca elevar seu prestígio (material e imaterial). Com efeito, a profissionalização constitui um processo longitudinal, no qual um grupo cada vez maior e mais diversificado de trabalhadores troca suas experiências laborais, visando conquistar *status* profissional e reivindicar o monopólio de determinadas competências, do ponto de vista da institucionalização da profissão e, conseqüentemente, garantir um espaço no mercado de trabalho. Esse processo envolver quase todas as atividades hoje desenvolvidas nas sociedades capitalistas (BOSI, 1996).

A sociologia das profissões tem no funcionalismo norte-americano a primeira tentativa de análise das profissões oriundas da escola de Talcott Parsons. No estabelecimento do processo de profissionalização, o funcionalismo parsoniano destacava a dimensão do conhecimento perante outras características da constituição profissional – trabalho e educação representavam a integração do trabalhador ao corpo social (PARSONS, 1939). Além disso, procurava-se estabelecer um patamar de reconhecimento de cada profissão, tendo como base a sua legitimidade na relação entre hierarquias na realidade social. Assim, através do conhecimento e da institucionalização das profissões, ocorria uma hierarquização de importância das profissões. Como Parsons, Andrew Abbott reforça a importância da educação (campo do conhecimento) para a independência dos grupos profissionais, mantendo-se dentro da tradição funcionalista, que carece de maior criticidade analítica com relação ao objeto empírico (ABBOTT, 1988).

Por outro lado, as abordagens oriundas do interacionismo simbólico proveniente da Escola de Chicago contradizem a ideia de superioridade de uma profissão em face da outra, permitindo assim, sustentar a concepção de que as profissões envolvem afirmações e fazeres diferentes, sendo essenciais para o desenvolvimento da sociedade (TRUPIER et al., 2011). *Pari passu*, o interacionismo tenta se afastar do problema teórico-metodológico do funcionalismo, mas não provocando uma ruptura completa. Por exemplo, Eliot Freidson (1975) analisa criticamente o papel das ideologias profissionais no seu estudo sobre a relação entre médicos e pacientes. Globalmente, o autor se distancia da proposta mais geral do pensamento funcionalista, mas os interacionistas referenciam, tal como os funcionalistas, o peso da estrutura social sobre a escolha do indivíduo, sem um questionamento mais profundo desse fenômeno no âmbito profissional. Ou seja, Freidson estuda as identidades profissionais não no sentido dos grupos ou classes sociais, mas discutindo as semelhanças e diferenças entre as diversas profissões.

Entre as décadas de 1950 e 1980, ocorreu um aumento significativo do debate sobre o papel do Estado no processo de profissionalização (criação de escolas, faculdades, cursos técnicos e elaboração de leis de regulamentação das profissões). Nesse marco, todas as novas profissões só podem atuar no mercado de trabalho (formalmente) quando o Estado regula e permite a sua atuação, seja por fornecimento de estrutura produtiva, seja por parceria/concessão com o setor privado, seja pela privatização total de um seguimento econômico. Assim, a burocratização e a racionalização de uma profissão, conforme analisou Max Weber (2004) já no início do século XX, é essencial para sua consolidação e para a atribuição de direitos sociais que englobam esse processo. Essa questão foi colocada por Larson (2012), que demonstra como emanam da burocracia os principais recursos sociais das profissões, o que pode assegurar-lhes seus nichos no mercado de trabalho.

No caso brasileiro, é consensual, no meio acadêmico, que Maria da Glória Bonelli (1993) foi precursora na operacionalização da sociologia com enfoque analítico sobre as profissões. Atualmente, a sociologia das profissões segue a tendência outrora analisada pela autora, na medida em que caminha em direção à especialização de acordo com o tipo de ocupação estudada, como é o caso dos

trabalhadores dos *call centers*. As diversas análises produzidas na sociologia das profissões revelam que as mudanças estruturais ao longo do século XX alteraram o conteúdo dos estudos acerca dos grupos profissionais.

De acordo com Virgínia Ferreira (2004), as atividades de escritório incorporaram mais profissões que utilizam as TICs como ferramentas primárias na execução dos trabalhos. Com efeito, os trabalhadores são responsáveis pela acumulação dos seus próprios rendimentos, estando assim sob sua responsabilidade o seu conteúdo laboral. A socióloga sugere uma tabela para a conceituação geral dos trabalhos desenvolvidos nos escritórios que nos parece aplicável aos trabalhadores de CCs, com algumas adaptações para tal realidade. Portanto, propomos retomar um quadro esboçado por ela focado em sua síntese tipificada dos trabalhos de escritório:

Tabela 1 - Classificação de atividades e tarefas dos *call centers*

Atividades	Tarefas
Comunicação/internet	Telefone (<i>had set</i>), reuniões e formações, distribuição em ilhas e recepção de novos pacotes de atendimento ao cliente.
Recolha e elaboração parcial das informações sujeitas à verificação dos superiores hierárquicos	Recolha, partilha, elaboração, <i>script</i> pré-estabelecido
Arquivo de cada cliente e processo de acumulação de informação	Codificação, sistematização do atendimento, organização dos ficheiros individuais
Preparação do atendimento	Apresentação do produto, recepção de reclamações (<i>inbound</i>), impressão e correção das vendas (<i>outbound</i>)
Assistência pessoal e coletiva quando for o caso	Agendamento, finalização do atendimento
Tomada de decisões parcial	Interpretação dos problemas, programação seguindo ordens superiores da empresa

Fonte: FERREIRA, 2004, p. 615 – tabela adaptada pelo autor.

Com base nesse quadro, podemos perceber como são executadas parte das atividades de trabalho nos CCs e como se processa a reorganização do trabalho e sua complexificação nos escritórios (COSTA, 2016). Segundo Ursula Huws (2009), os trabalhadores/as de escritório dedicam parte considerável do seu tempo de trabalho operacionalizando computadores e aperfeiçoando as *skills* necessárias para execução dos serviços no quotidiano de trabalho (no caso do OPs, o *hat set* e os *scripts*), como os softwares e a própria Internet, promovendo, assim, uma reorganização das diversas atividades profissionais, cujo norte é a rotinização e a precarização do trabalho.

Portanto, o grau de precarização da profissão também pode ser medido pelo nível de profissionalização que essa atividade tem no mercado de trabalho. A constituição do monopólio profissional perante a divisão do trabalho, orientada para a consolidação das qualificações profissionais essenciais para o exercício da profissão, é fundamental para

que o trabalhador possa garantir o controle, a gerência e a autonomia necessárias para o seu exercício no mercado de trabalho. Além disso, uma organização profissional é fundamental para participar do processo de negociação com os atores sociais envolvidos nas relações laborais (FREIRE, 2001; PARADEISE, 1988; COSTA, 2016).

Análise de classes e transformação social

Segundo Ricardo Antunes e Ruy Braga (2009), os OPs representam a expressão mais completa do infoproletário (um segmento qualificado da classe trabalhadora). Em outras palavras, o trabalhador está sob controle absoluto na sua relação de trabalho, como nos moldes criados pelo fordismo. No seu ambiente de trabalho, ele fica isolado em ilhas de produção. O seu tempo é rigidamente controlado e é advertido quando não cumpre as metas estabelecidas pela empresa. Nesse sentido, os CCs são, obviamente, importantes empregadores de jovens, principalmente a procura do primeiro emprego, havendo uma grande rotatividade no trabalho, pois em poucos meses já não suportam o emprego.

Para Marx e Engels, a divisão de classes sociais (capitalistas e proletariado como classes sociais antagônicas) era a base de dominação e exploração social hegemônica, sendo a propriedade dos meios de produção e a propriedade privada a face mais avançada da divisão do trabalho intelectual e manual (MARX; ENGELS, 2002). Não obstante, os autores analisaram, na composição das classes sociais, que havia segmentos com características próprias na vida econômica e social – a burguesia (industrial, comercial e financeira), o proletariado (o lumpemproletariado, os pequenos burgueses proprietários da terra – campesinato, do comércio e da indústria artesanal, os empregados dos serviços) e, ainda, seria necessário frisar, o chamado exército industrial de reserva, ao qual Marx (1996) dedicou atenção especial. No âmbito do marxismo, encontramos autores como Nicos Poulantzas que afirma:

As classes sociais significam para o marxismo, em um e mesmo movimento, contradições e luta das classes: as classes sociais não existem *a priori*, como tais, para entrar em seguida na luta de classe, o que deixa supor que existiriam classes sem luta das classes. As classes sociais abrangem as práticas de classe, isto é, a luta de classes (POULANTZAS, 1975, p. 14).

Portanto, a equação teórica de Poulantzas não se reduz ao estruturalismo econômico *stricto sensu*:

[...] classe social define-se pelo seu lugar no conjunto das práticas sociais, isto é, pelo seu lugar no conjunto da divisão social do trabalho, que compreende as relações políticas e as relações ideológicas. A classe social é, neste sentido, um conceito que designa o efeito de estrutura na divisão social do trabalho (POULANTZAS, 1975, p. 14).

Nesse cenário, Marx observa que a única forma de sobrevivência para o trabalhador no contexto da acumulação de capital é a venda da força de trabalho em troca de salário. Assim, o empresário compra a força de trabalho no mercado com o objetivo de maximizar a sua produtividade e atuando na organização do trabalho. Consecutivamente, os capitalistas criam, desse modo, uma forma de controle sobre o processo produtivo, mantendo os trabalhadores sob suas diretrizes.

Nesse sentido, André Gorz desempenha um papel decisivo com relação aos estudos da classe operária francesa na década de 1970 e 80. O autor traça uma linha de pensamento no sentido da separação e classificação das classes sociais na nova ordem sociopolítica emergente na Europa. Para ele, ocorreu, como mencionado anteriormente, uma substituição da classe trabalhadora por uma “não-classe-de-não-trabalhadores” (GORZ, 1982), definida como

O conjunto dos indivíduos que se encontram expulsos da produção pelo processo de abolição do trabalho, ou subempregados em sua capacidade pela industrialização (ou seja, pela automatização e pela informatização) do trabalho intelectual. Engloba o conjunto desses extranumerários da produção social que são os desempregados reais e virtuais, permanentes e temporários, totais e parciais. É o produto da decomposição da antiga sociedade fundada no trabalho: na dignidade, na valorização, na utilidade social, no desejo do trabalho (GORZ, 1982, p. 87-88).

Por outro lado, vários autores (ALVES, 2000; ANTUNES, 1999) criticam esta conceituação apresentada por Gorz. Ricardo Antunes (1999) afirma que se trata de uma nova morfologia do trabalho. Para ele, todo esse conjunto de indivíduos extranumerários que Gorz menciona compõem a classe que vive do trabalho.

A superação do capital somente poderá resultar de uma empreitada que aglutine e articule o conjunto dos segmentos que compreendem a classe-que-vive-do-trabalho. O não reconhecimento desse ponto constitui, em nosso entendimento, outro equívoco de Gorz. Sua ênfase em ver no universo da não-classe dos não-trabalhadores o pólo potencialmente capaz de transformar a sociedade tem, por um lado, o mérito de localizar nesse segmento social as potencialidades anticapitalistas. Mas tem como contraponto negativo o fato de conceber os trabalhadores produtivos como quase irreversivelmente integrados à ordem do capital, perdendo a possibilidade de vê-los enquanto sujeitos capazes de lutar por uma vida emancipada. Esta caracterização padece também do equívoco conceitual de denominar como não-classe dos não-trabalhadores um segmento importante e crescente da classe trabalhadora (ANTUNES, 1999, p. 98).

A análise de classes criada por Eric Olin Wright (1985) propõe uma separação entre opressão econômica e exploração. Do ponto de vista da opressão econômica, ele descobre que o bem-estar da classe opressora é oriundo das privações materiais dos oprimidos, em decorrência da sua posição privilegiada na sociedade, atribuída pelos direitos de propriedade. Do ponto de vista da exploração, o materialismo e o poderio material da classe exploradora depende da sua capacidade de apropriação

do trabalho, bem como da sofisticação da transferência de rendimentos de uma classe para outra. Não obstante, Wright (1981) construiu o seu modelo em torno do conceito de lugares contraditórios nas relações de classe. Esses lugares de classe são identificados não somente nos quadros do modo de produção capitalista, mas levam em consideração as articulações complexas entre diferentes modos de produção que, historicamente, coexistem numa mesma formação social. Segundo Wright, as vantagens na operacionalização do conceito de classe conjugado com os interesses objetivos estão ligadas à propriedade efetiva das forças produtivas, cujo desenvolvimento está assente na trajetória linear de classes sociais.

Nas empresas modernas, o exercício efetivo do controle sobre a organização do trabalho – “chão do escritório e da fábrica” – está nas mãos dos supervisores e gerentes de produção altamente qualificados. Esse controle laboral sustenta, particularmente, as relações hierárquicas estabelecidas entre gerentes/supervisores de produção e trabalhadores qualificados e não qualificados (WRIGHT, 1985). No sistema capitalista contemporâneo, os gerentes e supervisores de produção exercem um poder repassado pela classe capitalista, que lhes confere autoridade no processo produtivo. A estrutura de classes está ligada às relações laborais segundo as posições ocupadas por indivíduos que determinam seus interesses de classe. Além disso, as classes não podem ser definidas como meros agrupamentos de ocupações (empregos), já que os dois fenômenos têm diferentes dimensões na teoria marxiana. Os empregos definem posições de poder nas relações de produção, as classes sociais caracterizam-se pela sua posição na cadeia produtiva. As empresas são os lugares privilegiados das relações sociais de produção por excelência, mas as formações de classe incorporam e transcendem o espaço da empresa.

Em termos globais, Wright afirma que a estrutura de classes pode ser analisada por três prismas: os interesses materiais, as experiências de vida e a capacidade de mobilização de classe para a ação coletiva. Nesse sentido, ele elabora uma tipologia básica de classe em função da apropriação diversificada de ativos em meios de produção, ativos de qualificação e a relação com o despotismo laboral dentro da produção. A tipologia de posições de classe encontra-se nas assimetrias entre os assalariados, atribuídas à operação dos sistemas de exploração não necessariamente capitalistas, complementadas pela dominação nas relações de produção (WRIGHT, 1989). A distribuição das pessoas nos escalões da tipologia de classe depende dos parâmetros de distribuição e de interdependência no contexto da dominação dentro da produção.

Portanto, idealmente, é possível definir as origens de classe social dos OPs a partir de duas condições centrais. A primeira vai de encontro àquilo que Machado et al. (2003), inspirados no modelo da tipologia de classe de Wright, readaptaram para analisar diversas categorias profissionais em Portugal, tendo como base a estratificação das classes de acordo com a questão das qualificações profissionais, das habilitações literárias, do perfil dos pais e dos cônjuges de jovens estudantes e de trabalhadores na seguinte divisão tipológica de classe: a classe capitalista propriamente dita, tendo os empresários e os quadros dirigentes como representantes; as classes médias em posição contraditória, tendo os profissionais liberais e técnicos; a pequena burguesia com os trabalhadores independentes;

e a classe trabalhadora sendo dividida em empregados executantes e operários industriais. A segunda diz respeito ao aspecto econômico e à constituição dos direitos laborais. Aqui pretendemos incluir a perspectiva das tipologias de classes sociais inspiradas por Writgh (1997, 1985) e Machado et al. (2003) sistematizada na Tabela 2, abaixo, utilizando como exemplo o caso português.

Tabela 2 – Tipologia de classes sociais para análise de operadores de *telemarketing*

Tipologia de classes sociais para análise de operadores de telemarketing				
Classe dominante	1 - Burguesia	2 - Empresários e quadros dirigentes	+ relações de autoridade -	+ direitos laborais -
Alta Classe média	2 - Gerentes especializados e qualificados	3 - pequenos empregados		
Baixa Classe média	4 - pequena burguesia	5 - supervisores especializados e qualificados		
Classe trabalhadora	6 Trabalhadores independentes	7- operário industrial		

Fonte: Elaborada pelo autor.

Considerações finais

Ao longo desse artigo, procuramos debater o conjunto das relações laborais na Era da Informação valendo-nos das contribuições teóricas e analíticas da Sociologia do Trabalho e das teorias das organizações, que analisam os impactos da precariedade laboral no mundo do trabalho. Concluimos que o trabalho, na contemporaneidade, é sinônimo do uso total das TICs pelos operadores dos mercados de trabalho, com base nas empresas modernas e com a participação do Estado.

Por outro lado, a centralidade do trabalho e das classes sociais, diante da nova organização do mundo do trabalho, continua sendo fundamental para o aumento da rentabilidade de capitais, tendo por base a organização do trabalho nos moldes do sistema neotaylorista. O neotaylorismo representa a intensificação do trabalho, a rotinização das atividades, o controle excessivo e o esgotamento dos trabalhadores (*burnout*), perdas materiais (baixos salários, horários intensos de trabalho etc.) e a precariedade laboral. Por outro lado, o capital continua utilizando as potencialidades criativas oriundas da força de trabalho, mesmo que os empregadores estejam se tornando, cada vez mais, independentes da empregabilidade da mão de obra na produção, em razão do avanço das TICs e da automatização da linha de produção.

A profissionalização das atividades no capitalismo informacionalista, na prática, tem se mostrado improdutivo no sentido de garantir que determinada atividade

possa ser praticada com menos precariedade laboral, e de acordo com o seu nível de institucionalidade. Além disso, a retórica “inclusiva” associada à expansão das novas TICs não anulou a persistência de velhas clivagens e hierarquizações no trabalho. O *modus operandi* da expansão das novas TICs não superou a oposição entre as atividades laborais de execução (o trabalho manual) e o trabalho de reflexão. Assim, a tão aclamada horizontalização do trabalho não diminuiu as hierarquias no ambiente de trabalho, embora se tenha criado a ilusão de que o trabalhador é um colaborador, ao invés de um simples empregado que vende sua força de trabalho para a empresa. Portanto, as distintas perspectivas sobre o trabalho no século XXI e as consequências das mudanças engendradas pelas TICs colocam o trabalho como categoria sociológica vital para a interpretação dos fenômenos sociais na contemporaneidade. Percebe-se as mudanças no mundo do trabalho como centro de reflexão heurística, tendo em conta o lugar atribuído ao trabalho pelas distintas epistemologias nas Ciências Sociais, o que também sugere uma readequação teórica acerca dos aspectos conceituais e analíticos com os quais o artigo se propôs a contribuir.

Referências

- ABBOTT, Andrew Delano. **The system of professions: an essay on the division of expert labor.** Chicago: The University of Chicago Press, 1988.
- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.** São Paulo: Ed. Boitempo, 2000.
- ANTUNES, Ricardo; Braga, Ruy (orgs.). **Infoproletários (Degradação Real do Trabalho Virtual).** São Paulo: Ed. Boitempo, 2009.
- BATT, R. et. al. (orgs.). **The U.S. call center industry: national benchmarking report.** Ithaca: Cornell University, 2004.
- BONELLI, Maria da Glória. **As ciências sociais no sistema das profissões: mercado de trabalho e identidade profissional dos cientistas sociais.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 1993.
- BONO, Andrea del. Call centers, ¿el trabajo del futuro?. **Sociologia del Trabajo**, n. 39, p. 3-31, prim. 2000.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **Le nouvel esprit du capitalisme.** Paris: Gallimard, 2001.
- BOSI, Maria Lúcia Magalhães. Profissões e profissionalização: O debate teórico. In: **Profissionalização e conhecimento, a nutrição em questão.** São Paulo: Hucitec, 1996. p. 35-56.
- BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista.** São Paulo: Boitempo, 2012.
- BURAWOY, Michael. **Manufacturing Consent – Changes in the Labor Process under Monopoly Capitalism.** Chicago: University of Chicago Press, 1979.
- _____. Grounding globalization. In: Burawoy et al (orgs.). **Global Ethnography.** Los Angeles: University of California Press, 2000. p. 1-40.
- BUSCATTO, Marie. Les centres d'appels, usines modernes? Les rationalisations paradoxales de la relation téléphonique. **Revue sociologie du travail**, v. 44, n. 1, p. 99-117, 2002.
- CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura.** Vol. I, II e III. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2003.
- CONNELL, Julia; BURGUESS, John (orgs.). **Developments in the Call Centre Industry.** London: Routledge, 2006.

- COSTA, Elizardo Scarpati. **A Hegemonia do Capital nas Atlantidades Telecomunicativas**: o trabalho e o social na era da informação. Rio de Janeiro: Multifoco, 2016.
- DURAND, Jean-Pierre. **La chaîne invisible travailler aujourd'hui**: flux tendu et servitude volontaire. Paris: Seuil, 2004.
- ESTANQUE, Elísio et. al. Mudanças e clivagens no Mundo do trabalho: novas tecnologias ou novas desigualdades? O caso português. In: **Mudanças no trabalho e ação sindical**: Brasil e Portugal no contexto da transnacionalização. São Paulo: Ed Cortez, 2005.
- ESTANQUE, Elísio; COSTA, Hermes Augusto. Trabalho, precariedade e movimentos sociolaborais. In: CASACA, Sara Falcão (org.). **Mudanças laborais e relações de gênero**: novos vetores de (des) igualdade. Lisboa/Coimbra: Almedina, 2012. p. 165-203.
- FERREIRA, António Casimiro; COSTA, Hermes Augusto. Para uma sociologia das relações laborais em Portugal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 52/53, p. 141-171, 1998/99.
- FERREIRA, Virginia. **Relações Sociais de Sexo e Segregação do Emprego**: Uma Análise da Feminização dos Escritórios em Portugal. Tese (Doutoramento em Sociologia) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2004.
- FREIDSON, Eliot. **Profession of Medicine**: A study of the sociology on applied knowledge. New York: Dodd, Mead & Company, 1975.
- FREIRE, João. **Sociologia do trabalho**: uma introdução. Porto: Afrontamentos, 2001.
- GORZ, André. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- HUWS, Úrsula. A construção de um cibertariado? Trabalho virtual num mundo real. In: Braga, Ruy; Antunes, Ricardo (orgs.). **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 37-58.
- LARSON, Magali Sarfatti. **The Rise of Professionalism**: Monopolies of Competence and Sheltered Markets. New Jersey: Transaction Publishers, 2012.
- LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho Imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.
- LECHAT, Noël; DELAUNAY, Jean-Claude. **Les centres d'appels**: un secteur en clair-obscur. Paris: L'Harmattan, 2003.
- LÉVY, Pierre. **Cyberculture**. Paris: Odile Jacob, 1997.
- LOJKINE, Jean. **La révolution informationnelle**. Paris: PUF, 1992.
- LOUÇA, João Carlos. **Call Centers**: Trabalho, Domesticação, Resistências. Porto: Deriva, 2014.
- MACHADO, Fernando Luís et. al. Classes sociais e estudantes universitários: Origens, Oportunidades e Orientações. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 66, p. 45-80, 2003.
- MAMAN, Armano. **O impacto da comunicação em rede nas relações de trabalho capitalistas**. 2008. 315p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- MARQUES, Ana Paula; Santos, Maria João. O caso dos call centers: organização do trabalho e atitudes face ao trabalho e emprego. **Sociologia, Problemas e práticas**, Lisboa, n. 52, p. 67-86, 2006.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro I, Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- MIRANDA, Angela Luzia. **Da natureza da tecnologia**: uma análise filosófica sobre as dimensões ontológica, epistemológica e axiológica da tecnologia moderna. 2002. 161f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, Curitiba, 2002.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado**: a divisão sexual no trabalho e na reprodução — um estudo das trabalhadoras do telemarketing. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- PARADEISE, Catherine. Les professions comme marchés du travail fermés. **Sociologie et sociétés**, n. 2, p.

9-21, 1988.

PARSONS, Talcott. The Professions and Social Structure. **Social Forces**, v. 17, n. 4, p. 457-467, 1935.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, Manuel Carvalho. **Trabalho e sindicalismo em tempo de globalização: reflexões e propostas**. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2007.

SOUZA FILHO, Carlos F. M. Multiculturalismo e direitos coletivos. In: Santos, Boaventura de Souza (org.). **Reconhecer para libertar: Os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

STANDING, Guy. **Work after globalization**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2009.

_____. **The precariat: the new dangerous class**. London: Bloomsbury Academic, 2011.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TRIPPIER, Pierre et al. **Sociologie des professions**. Paris: Armand Colin, 2011.

VENCO, Selma. **Tempos moderníssimos nas engrenagens do telemarketing**. 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2006.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol. 2. 4. ed. São Paulo: Ed. da UnB, 2004.

WOLFF, Simone. **Informatização do trabalho e reificação: uma análise à luz dos Programas de Qualidade Total**. 1998. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 1998.

WRIGHT, Erik Olin. **Classe, Crise e o Estado**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Classes**. Londres: Verso, 1985.

_____. The Comparative Project on Class Structure and Class Consciousness: An Overview. **Acta Sociologica**, v. 3, n. 1, p. 3-22, 1989.

Recebido em 15/04/2016

Aceito em 22/07/2016

ENTRE REPRESENTANTES E FOFOQUEIROS

BETWEEN REPRESENTATIVES AND GOSSIPERS

Gustavo Belisário*

Resumo

Este artigo foi elaborado a partir da pesquisa realizada para a monografia de conclusão de curso de Ciência Política. A pesquisa foi desenvolvida entre fevereiro e maio de 2013 com uma turma do 6º ano de uma escola de Ensino Fundamental na Cidade Estrutural (DF). As crianças tinham entre 11 e 14 anos. O foco era acompanhar as atividades da representante de turma eleita por seus colegas. Ao longo da pesquisa, as crianças classificaram a representante da turma como uma fofoqueira, categoria que utilizavam para indicar colegas que contavam para os professores quem descumpria as regras da escola. A partir das reflexões das crianças em relação ao papel da representante e de fofoqueiros, discuto as ideias de representação, legitimidade e ação política de crianças.

Palavras-chave: Crianças. Representante. Escola. Ação Política.

Abstract

This article was developed from a research made to conclude the graduation at Political Science. The research was conducted between February and May 2013 with a group of children of a school at Cidade Estrutural (Federal District). The children were between 11 and 14 years old. The idea was to monitor the activities of the class representative elected by the classmates. During the research, children classified the class representative as a gossipier, a category used to indicate classmates that denounced to the teachers who was against the school rules. From the reflection of children in the role of representatives and gossipers, I discuss the representation, legitimacy and political action of children.

Keywords: Children. Representative. School. Political Action.

Entre representantes e fofoqueiros¹

Para fazer trabalho de campo, assim como para escrever, partimos de algum lugar. Mudamos nossas perspectivas e criamos novas percepções depois de iniciar

* Mestre pelo programa de Pós-Graduação de Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB), Brasil. E-mail: pp.belisario@gmail.com

¹ Este trabalho ganhou o segundo lugar do prêmio Lévi-Strauss, na modalidade artigo, da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia.

nossas conversas e relações com aqueles e aquelas que encontramos em campo. E um elemento importante do campo é seu ponto de partida. O ponto de partida da pesquisa foi a vontade de estudar métodos de escolha de representantes de turma e os aprendizados envolvidos nessas relações nos contextos escolares. Como as crianças iriam escolher seu representante? Como se daria a relação entre representantes e representados no campo? De forma implícita ou explícita, essas eram as perguntas que me levaram para o Centro de Ensino Fundamental 01 (CEF 01) da Cidade Estrutural, região administrativa do SCIA, no Distrito Federal. Das conversas com as crianças e do acompanhamento cotidiano de uma das turmas da escola, emergiram outras ideias, conceitos e perguntas, que reorientaram o enfoque da monografia. Levar a sério o que as crianças diziam sobre seus cotidianos e acreditar em sua capacidade de formular seu próprio instrumental teórico para lidar com seu cotidiano político exigiu de minha parte um esforço constante de desconstrução e construção do lugar da criança na política. Passado algum tempo desde o início da pesquisa, percebo que, por trás do meu ponto de partida, existia a premissa de que a inserção da relação representante/representados inauguraria uma série de novas formas de as crianças se relacionarem, por introduzir algo mais próximo daquilo que eu concebia como política. Visibilizar a capacidade das crianças de criar formas diferentes da representação e agir politicamente permitiu que eu enxergasse os processos políticos anteriores e atravessados pela representação de turma.

Este artigo é produto de uma pesquisa realizada para minha monografia de conclusão de curso em Ciência Política, que teve como tema a ação política de crianças em uma escola da Cidade Estrutural, periferia de Brasília-DF². A pesquisa ocorreu de dezembro de 2012 a maio de 2013, precedida por um levantamento da bibliografia sobre crianças, política e sobre a Cidade Estrutural. A etnografia contou com visitas frequentes ao Centro de Ensino Fundamental 1. Os principais momentos da etnografia foram os de sala de aula, com o 6º ano, e no recreio. Entretanto, também pude acompanhar reuniões na sala dos professores, a sala da orientação educacional e as aulas de educação física fora de sala. Enquanto acompanhava o cotidiano da escola, anotava o máximo de detalhes e de falas em meu caderno de campo, no instante que ocorriam. A recriação das cenas foi um processo que se deu posteriormente, no uso da memória, na transcrição do caderno de campo e na escrita desse trabalho, de acordo com detalhamento posterior dos pressupostos epistêmicos e metodológicos dessa invenção.

Para compreender as distintas concepções de política elaboradas por crianças do Ensino Fundamental, foi imprescindível romper com a invisibilização das crianças enquanto agentes sociais relevantes. Diana Milstein, em sua tese, no início de seu trabalho de campo, escreve sobre duas distorções que invisibilizavam as crianças enquanto produtoras de cultura:

2 A monografia de conclusão do curso de Ciência Política na Universidade de Brasília (UnB) teve como título *A Rua é Pública! A Boca é nossa! Uma etnografia com crianças na Estrutural - DF* e foi orientada pela professora Antonádia Borges do Departamento de Antropologia da UnB.

Não só desestimava de forma “natural” o que faziam e diziam os meninos e as meninas em relação ao que acontecia, como também tendia a compreender seus comportamentos a partir de parâmetros próprios dos adultos. Esta distorção operava como uma forma de etnocentrismo e se agravava ao estar sustentada em suposições que podiam parecer válidas pela simples razão de ter sido criança alguma vez e porque estava com eles muito a miúdo ((Fine e Sandstrom, 1988, p. 35, *apud* Milstein, 2007, p. 196).

Milstein comenta sua tendência em subestimar a relevância do que as crianças diziam sobre o contexto de sua escola, na Argentina. O olhar dos adultos era privilegiado em relação ao das crianças na elaboração e compreensão da pesquisadora sobre as relações entre a escola argentina e a constituição da ideia de nação. No quarto mês de pesquisa de campo, Diana Milstein passa a dar mais importância para o que as crianças diziam e faziam e descobre uma série de outros olhares que estavam sendo construídos na escola. A autora descreve essas distorções como uma forma de etnocentrismo. Milstein diz que essa parametrização se segurava na frágil sustentação de que ela fora criança um dia.

Nos meses que passei com as crianças na CEF 01, pude aprender e inventar outras formas de ver a política. A invenção da representação se relacionou com conceitos e relações que não pude imaginar antes. Na escrita deste trabalho, exploro o conceito de “fofoqueiro”, da forma como aprendi com as crianças do 6º ano da CEF 01, como categoria analiticamente interessante para a descrição do contexto. Pretendo também mostrar como a representação de turma esteve imbricada com a existência desse conceito.

O que é fofoqueiro?

Antes de expor as lições que pude tirar do contato com as crianças da Estrutural, esclarecer de que forma o conceito de cultura é desenvolvido no presente trabalho pode ser importante para a compreensão dos limites e potenciais desses aprendizados. Roy Wagner defende que a cultura não é algo objetivo que pode ser apreendido e guardado de forma igual por todos que entram em contato com ela. Para o autor, a cultura é inventada pelas pessoas. Dizer isso não implica dizer que a cultura é um simples artifício ou falsidade, em oposição ao que é real e verdadeiro. Wagner argumenta que, ao experienciar um contato com outra cultura, as pessoas, em sua criatividade, identificam novas formas e possibilidades de vida. Essa compreensão de cultura muda o que se entende como fazer etnografia. O etnógrafo, nessa perspectiva, não é aquele que traduz, para seus pares, uma cultura que domina. Ele também inventa uma cultura a partir dos choques culturais que experiencia:

Todo empreendimento antropológico situa-se, portanto, numa encruzilhada: pode escolher entre uma experiência aberta e de criatividade mútua, na qual a “cultura” em geral é criada por meio das “culturas” que criamos com o uso desse conceito, e uma imposição de nossas próprias pré-concepções a outros povos. (WAGNER, 2010, p. 68).

Admitir que a forma de me relacionar com as crianças da CEF 01, bem como as reflexões que emergiram desse encontro são uma invenção não é negar a concretude da experiência relatada. É recusar me colocar em uma posição de quem fala dessas crianças tais como elas seriam, para falar do que aprendi e inventei com elas. As personagens, as explicações teóricas, a ordem cronológica e até alguns fatos descritos no decorrer deste texto possuem uma dose de criatividade que é minha. Primeiro, porque é impossível que não sejamos criativos se partirmos dessa perspectiva de cultura. Segundo, para evitar uma exposição indesejada das crianças e funcionários da escola, optei por borrar as identidades dos participantes da pesquisa por via da ficção. Escrever, portanto, traz o desafio de não apagar as criatividades das outras pessoas que contribuíram para essa invenção ao mesmo tempo em que admito a minha própria capacidade criativa na elaboração desse trabalho.

Para exprimir essa tentativa de “criatividade mútua”, o conceito de “fofoqueiro”, da forma como aprendi com as crianças do 6º ano, é uma categoria para a descrição dessa realidade inventada. Acredito que explicar esse conceito criado por elas facilitará a visualização dessa imagem construída na etnografia. Conversando com as crianças, por diversas vezes as ouvi chamando, umas às outras, de fofoqueiras. O uso do termo era acompanhado de alguma história sobre alguma ação tomada por professores. Depois de tanto ouvir as crianças chamando umas às outras de fofoqueiras, resolvi perguntar:

Eu: *Quem é fofoqueiro?*

André: *A Dyarley.*

Eu: *A Dyarley é fofoqueira?*

André: *A Dyarley ganhou fama de jornalista da sala.*

Eu: *E o que é fofoqueiro?*

André: *O que é?*

Eu: *É.*

Jackeline: *Uai, você não sabe? (Não respondo) Fofoqueiro é tipo carteiro. Fica levando uma coisa para um, para outro. [...] Coisa que nem é assunto de professor ela [pessoa fofoqueira] vai lá falar.*

Eu: *O que não é assunto de professor?*

Jackeline e André: *Namorar.* (Caderno de Campo, conversa realizada em abril de 2013).

André e Jackeline me explicaram o que era “fofoqueiro”. “*Coisa que nem é assunto de professor*” o fofoqueiro vai lá e fala. Existe quem fica levando e trazendo “assuntos”, assim como os carteiros, os jornalistas, e alguns desses assuntos são próprios de um público e impróprio para outros. O “fofoqueiro” é quem leva o “assunto” indevidamente para onde ele é impróprio. As crianças chamavam umas às outras de fofoqueiras quando esses “assuntos” eram levados a professores. E um exemplo de assunto impróprio para professores, que Jackeline e André respondem juntos, é “namorar”.

A princípio, esse diálogo pode parecer pouco frutífero para elaborar a imagem da realidade vivida no cotidiano da escola CEF 01, e ainda menos para conceber uma ação política de crianças.

Professora: *William, vai na direção, agora!*

André: *Que foi?* (para William)

William: *Não sei* (enquanto saiu da sala)

André: *Tinha que ser o Caetano, fofoqueirão!*

Dyarley: *Ele machucou a Ritinha bem ali!* (Caderno de Campo, conversa realizada em abril de 2013).

Usando a definição de fofoqueiro já apresentada anteriormente, quando chama Caetano de “fofoqueirão”, André está acusando Caetano de ter contado para a professora um assunto impróprio para ela. Ou seja, a situação vivida no recreio não devia ter chegado à professora. André só chama Caetano de “fofoqueirão” quando a professora manda William para a direção. A punição dada pela professora, a princípio sem explicitação da causa, instigou André a deduzir que alguém teria contado alguma coisa que ela não deveria saber. Que elementos e pistas sobre uma realidade social podem ser apontados, do que já foi exposto?

A associação da punição dada pela professora com a existência de um fofoqueiro traça outros aspectos do contexto escolar de que estamos falando. Existe, na escola, uma série de condutas esperadas das crianças e punições distribuídas por professores, coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, diretora e vice-diretora. Sair de sala, suspensões, reunião com responsáveis e outros mecanismos fazem parte de um amplo repertório mobilizado por esses profissionais diariamente na escola³. Quando algum professor pune uma criança, é por julgar uma conduta como inapropriada. Se associarmos essa prática à existência de fofoqueiros é porque acreditamos que alguém não devia ter contado ao professor sobre algo que não devia ter sido feito. A criança leva uma punição por culpa de algum fofoqueiro que contou.

A princípio, o que é ou não apropriado para um professor saber tem uma íntima ligação com processos de disciplinamento dos corpos no espaço escolar. A descrição de Michel Foucault, em *Vigiar e Punir*, do processo de incorporação das disciplinas, a partir de tecnologias desenvolvidas pelas instituições modernas, com o fim de docilizar e normalizar grupos, pode ser uma metáfora – um *como se* – interessante para esta invenção. Todas as vezes em que vi uma criança acusar outra de fofoqueira, foram momentos que se sucederam à aplicação de sanções por parte dos professores ou, pelo menos, as crianças tinham expectativas de sua aplicação. Assim, o que é e o que deixa de ser “assunto de professor” tem íntima ligação com o que as crianças entendem que é passível de sanção ou o que não é, e com a posição disciplinadora desses professores. O panóptico foucaultiano, onde a vigilância constante das crianças e a aplicação de sanções e punições constitui

3 Na monografia, discuto mais a fundo esse exercício de mobilizar repertórios de punição para as crianças que desviam do comportamento esperado. Mais do que uma ação mecânica, esses dispositivos são respostas de acordo com o contexto. Na descrição presente na monografia, esse mecanismo é apresentado mais como um exercício tenso de criatividade de condutas, por um lado, e de repertórios de punição, por outro, que testam um ao outro em uma permanente negociação.

o disciplinamento dos corpos infantis, parece ser uma condição para a existência dos fofoqueiros. Sem punições e vigilância, parte importante da classificação de “assunto que nem é de professor” cairia. Entretanto, esta dimensão remetente ao disciplinamento das crianças na instituição escolar não resume tudo o que esta categoria exprime. Quando as crianças da CEF 01 chamavam alguém de fofoqueiro, articulavam em uma só palavra um contexto de punições e vigilância constante com suas possibilidades de ação em relação a esses dispositivos. O julgamento que tinham da legitimidade ou não da professora ficar sabendo é parte integrante de seu uso:

Eu: *Você é fofoqueiro?*

André: *Não.*

Dyarley: *É sim!*

André: *Não sou não!*

Dyarley: *Aquele dia você falou pra professora que a Jackeline tava dançando funk na sala!*

André: *Ela sempre fala que eu to bagunçando na sala!*

Dyarley: *Mas você sempre tá!* (Caderno de Campo, conversa realizada em abril de 2013).

Mais do que apontar para os processos de disciplinamento dos corpos, a categoria “fofoqueiro” nos apresenta uma série de relações. De acordo com a primeira definição, dada por Jackeline, “fofoqueiro” é quem leva “assunto” que não é próprio de professor para seu conhecimento. Se as crianças do sexto ano discordam dos empregos do termo, então existem divergências sobre em que contextos os assuntos eram para ser trazidos, ou não, para o professor. Na conversa com Dyarley e André, os dois discordam. Para Dyarley, André é fofoqueiro por ter dedurado Jackeline um dia. André parece justificar não ser fofoqueiro acusando Jackeline de frequentemente dedurá-lo, transformando em ato legítimo ter dito para a professora sobre Jackeline dançando funk. Dyarley continua dizendo que foi legítima a denúncia de Jackeline, tornando André, e não Jackeline, o fofoqueiro.

Para falar das implicações políticas do estabelecimento deste tipo de relação entre as crianças, a literatura sobre fofocas, na antropologia, pode ser interessante para traçar paralelos e apontar as especificidades da forma como estamos entendendo os fofoqueiros. Max Gluckman (1963), em *Gossip and Scandal*, apresenta a perspectiva de que a fofoca também tem uma função de regulação de moralidades. Gluckman defende que a escandalização dos Makah, em grupos de fofoca, sobre outros Makah, marcando o que é indesejável ou escandalizável, reafirma as condutas valorizadas destes enquanto grupo. O compartilhamento de fofocas significa a afirmação de uma moral e do grupo em si. Em diálogo com Max Gluckman, Robert Paine (1967) apresenta outra dimensão da fofoca em *What is gossip about? An alternative hypothesis*. Este autor discute a dimensão interessada que indivíduos podem ter da fofoca. Ela é também um meio de fazer a sua versão da história prevalecer, aproximando a reafirmação da moral, defendida por Gluckman, com um manejo individual dessas histórias. O melhor fofoqueiro é aquele que possui acesso

ao maior número de informações e que consegue ter maior controle sobre a versão que está sendo contada.

Acredito que os fofoqueiros do 6º ano da CEF 01 também têm uma relação com a afirmação de certas moralidades, uma vez que operam com um disciplinamento corporal do espaço escolar que estabelece condutas esperadas, condutas indesejadas e exemplos. O manejo individual dessas fofocas para os professores também envolve um critério interessado, pois não se fala para os professores qualquer coisa de qualquer pessoa. Existe uma seletividade nos “assuntos” que são levados aos professores e, principalmente, sobre quem são essas fofocas. Esta seletividade tem a ver com desafetos, proximidades e vinganças, e será mais aprofundada quando formos falar da relação de representante.

Com as crianças da etnografia, essa operação da moralidade também passa pelo professor ou coordenador ou outro adulto da escola. As crianças contam suas versões das histórias buscando ter controle sobre essa moralidade, que é bastante concreta na forma de punições e chamadas de atenção. Fofoqueiros manejam as disposições de disciplinamento contando o que os colegas fizeram. Entretanto, essas disposições de controle com que jogam não são de seu domínio completo. Podemos imaginar situações em que o fofoqueiro conta para o professor algo de um colega e esse professor não pune ninguém. A fofoca pode também servir de teste para descobrir quando esse dispositivo de disciplinamento funciona e quando não funciona. Parte do jogo do fofoqueiro é uma relação com o professor.

Podemos entender essa disputa por versões da história e pelo controle da disciplina como ação política das crianças. Antes de expor o que as crianças inventaram na relação de representação, gostaria de pontuar que essa forma de fazer política não era esperada por mim. Reconhecê-la e compreendê-la foi um processo iniciado na etnografia, continuado na monografia e perdura na escrita deste artigo.

O que o representante faz?

Após apresentar o que as crianças entendiam como fofoqueiro e em que contextos elas empregavam esse termo, fica muito mais simples apreender como operou a relação de representantes e representados no 6º ano da CEF 01 da Estrutural e as reflexões que floresceram disto. Depois que Jackeline ganhou a eleição para representante, procurei a professora titular, responsável por fazer a eleição no 6º ano, para comentar um pouco sobre o processo:

Eu: E o que você achou dela ganhar?

Marta: Ah, Jackeline é uma ótima aluna. Se comporta super bem nas minhas aulas. Só não consegue ficar 5 minutos sentada (risos). Mas sempre faz as atividades. Pelo menos na minha aula, né? Já veio um professor falar que na aula dele ela não é assim não.

Eu: E o que a representante tem que fazer?

Marta: *Olha, toda aula eu começo perguntando pra Jackeline como está o comportamento da turma. Ela responde para mim e para os outros professores que perguntam e a gente repassa para a direção. Os meninos falam que ela é dedoduro, mas eu falo pra eles que essa é a função dela mesmo: ser minha representante na turma.* (Caderno de Campo, conversa realizada em março de 2013).

A representante é aquela que é perguntada sobre o comportamento da turma. A associação com o fofoqueiro é quase automática. A representante também informa professores sobre as condutas de colegas para que estas sejam “repassadas para a direção”. Representantes e fofoqueiros se aproximam e se diferenciam em determinados aspectos importantes de serem explorados: a primeira semelhança entre fofoqueiros e representantes é que ambos operam com mecanismos de disciplinamento dos corpos. Ao contar para o professor sobre as condutas das colegas, podemos entender que tanto representantes quanto fofoqueiros fazem parte de uma engrenagem de um mecanismo ordenado e orientado para vigiar e punir corpos infantis no contexto escolar.

A intenção disciplinadora do representante de turma apareceu nas falas de professores e crianças. É difícil negá-la. Mesmo assim, alguns questionamentos cabem: a representante de turma só exerce a vigilância na sala? Essa representante não tem nenhuma outra possibilidade de ação? O poder da representante só pode ser entendido como parte de uma engrenagem de disciplinamento? Discutimos que os usos da categoria “fofoqueiro” pelas crianças referiam-se a processos que ultrapassavam o disciplinamento, quando também se relacionavam com a mobilização de interesses próprios. Veremos que é possível traçar um paralelo entre fofoqueiros e representantes também neste sentido, com semelhanças e diferenças a serem pontuadas. Diferente da professora, quando perguntei a Jackeline sobre a representação de turma, ela indicou essas possibilidades de manobra que a representante pode ter:

Eu: *E o que você já fez como representante?*

Jackeline: *Já levei quatro alunos na direção. Dois em um dia e dois no outro. A professora falou o que eu tenho que falar, e aí eu falo (para a direção).*

Dyarley: *Anota o nome...*

Eu: *E você sempre fala o que a professora fala para dizer?*

Jackeline: *Alguns amigos eu não gosto de pegar advertência não...*

Eu: *Já aconteceu de ter que dar advertência para um amigo?*

Jackeline: *Era convocação aos pais. Aí eu não quis falar que era convocação para os pais. Aí ele falou que deram só uma advertência.* (Caderno de Campo, conversa realizada em maio de 2013).

Existe uma seletividade no momento de cumprir o papel disciplinador de representante. No cotidiano de representante, Jackeline tem que anotar os nomes de quem bagunça, levar alunos para a direção e “falar o que o professor fala”. Porém, Jackeline anota alguns nomes mais do que outros, protege alguns mais do que

outros. A mobilização da ação disciplinadora vai de acordo com interesses próprios, similarmente aos fofoqueiros. Os afetos e desafetos de Jackeline produzem resultados diferentes na sua função de representante.

Apesar das similaridades, essa situação também indica uma diferença em relação aos fofoqueiros. Ser representante de turma garante uma credibilidade de Jackeline diante da direção para contar para os funcionários da escola sobre aqueles que estão bagunçando e repassar recados dos professores para a direção sobre as atitudes dessas crianças. Os fofoqueiros não têm prerrogativas como levar para a direção, dar a versão dos professores para a direção, buscar advertências.

Essa credibilidade cria possibilidades de ação para a representante que não se resumem ao simples repasse de informações. Por conta da credibilidade, Jackeline pode omitir ou não repassar totalmente as informações, dependendo de quem se trata, para livrá-los de sanções ou diminuí-las. A ação de Jackeline teve o resultado esperado e o colega apenas levou uma advertência para casa. As proteções e as omissões recriaram as relações afetivas da turma. Enquanto algumas crianças passaram a ser mais próximas de Jackeline, outras reclamaram bastante da forma como a colega agia como representante. Ainda sobre as diferenças entre representantes e fofoqueiros:

Eu: E quando o representante fala para o professor quem tá bagunçando, ele tá sendo fofoqueiro?

Dyarley: Não, como representante, tá no direito.

André: Quando a professora obriga, não é.

Dyarley: Mas, por exemplo, eu tô fazendo uma coisa errada e você está fazendo uma coisa errada. Se você contar que só eu tô fazendo coisa errada, tá sendo fofoqueiro. (Caderno de Campo, conversa realizada em abril de 2013).

A fala de Dyarley é muito significativa para refletir a disputa do limite dos representantes e a condição de ilegitimidade dos fofoqueiros. Em uma simples frase, Dyarley indica que o representante tem um “direito” mais amplo e legítimo de falar quem está bagunçando do que os fofoqueiros. André ainda completa a ideia lembrando que os professores imputam essa responsabilidade à Jackeline, diferenciando da legitimidade que os fofoqueiros têm. Entretanto, essa legitimidade da representante não é irrestrita. Para Dyarley, a representante passa a ser fofoqueira quando ela conta para os professores sobre a bagunça dos colegas ao mesmo tempo em que omite a sua. Entendi o papel da representante como a institucionalização do fofoqueiro. Os fofoqueiros são difusos e não possuem a responsabilidade da representante em contar o que os colegas fazem. Os fofoqueiros contam aos professores quando a bagunça os afeta diretamente ou quando simplesmente querem contar. A forma difusa por meio da qual as informações chegam aos professores pelos fofoqueiros difere daquela da representante. A representante é eleita e imputada da responsabilidade de contar. A concentração da responsabilidade de repassar as informações dá à representante outra legitimidade diante da direção, dos professores e até das crianças. Com essa legitimidade diferenciada em relação à dos

fofoqueiros, a representante cria possibilidades de omissão e proteção das colegas, das sanções. Essa legitimidade e poder de omissão da representante tiveram impacto direto no cotidiano das crianças. Percebendo que algumas crianças da sala estavam sendo protegidas pela representante enquanto outras não, emergiram noções de legitimidade e de justiça para limitar a ação da representante.

A ação política das crianças

As possibilidades de omitir ou dizer quem estava bagunçando impactou a dinâmica das relações entre as crianças. A relação da turma com a representante foi criada a partir dessas possibilidades. Da interação com a representante, surgiram reciprocidades e compromissos. As relações entre as crianças foram recriadas cotidianamente a partir desta mediação entre elas e os funcionários da escola. Jackeline me contou como essas relações nem sempre são simples de administrar:

Eu: E você gosta de ser representante?

Jackeline: Gosto. Mas tem umas coisas que não gosto.

Eu: O quê?

Jackeline: Ah, fica todo mundo dizendo “Olha a representante fazendo isso”, “A representante tá em pé?” Até minha mãe falou pra eu ficar quieta agora. Tinha que ser um representante por bimestre. Ai ninguém fica com raiva de uma pessoa só. (Caderno de Campo, conversa realizada em maio de 2013).

Jackeline diz que junto com o poder de omitir e proteger os colegas das sanções da escola vem a cobrança da postura de representante exemplar e a raiva dos colegas quando são delatados. A função de anotar os nomes daqueles que estão bagunçando, cria uma vigilância ainda maior sobre a representante. As crianças não veem como legítimas as delações de alguém que também estava bagunçando. A centralização e formalização de uma representante, que deve contar quem está bagunçando, pressiona a representante a negociar com seus colegas a sua legitimidade enquanto representante. Jackeline gosta da função, mas defende que ela seja rotativa, para que essa pressão não recaia sobre uma criança só. As negociações entre a representante e as crianças surgem dessa tensão entre a vigilância da representante e a vigilância sobre a representante. As crianças criam acordos, compromissos e vínculos para lidar com a representação de turma:

Eu: E quando a representante fala que você tá bagunçando?

André: Ela não fala...

Eu: Ela não fala?

André: É. A gente tem um acordo.

Eu: Que acordo?

André: É porque teve uma vez que eu ia falar pra professora que ela tava dançando funk na sala. Ai ela me disse que se eu não falasse, ela não ia falar quando eu bagunço. (Caderno de Campo, conversa realizada em maio de 2013).

As crianças estabelecem regras de obrigação e compromisso da representante na proteção mútua contra as sanções da escola. Quando a representante protege, os colegas da turma têm uma obrigação de retribuir a proteção. E, da mesma forma que as trocas podem gerar acordos e compromissos, elas podem gerar desacordos e inimizades. Podemos imaginar que delatar alguém que te protege é um descompromisso grande para com o colega e que a resposta a isso pode ser um duelo de delações. O controle foucaultiano dos corpos é constantemente desmontado e remontado em um jogo de relações múltiplo que as crianças jogam cotidianamente. A representante liga ou desliga o maquinismo disciplinador de acordo com obrigações e compromissos pessoais para com os colegas com que ela convive cotidianamente. A lógica disciplinar e a lógica da costura de vínculos por meio das trocas de proteção e delação se sobrepõem. Mesmo as duas tendo dinâmicas opostas e inconciliáveis, a construção do espaço público escolar se dá na tensão entre elas. A agência da representante não corresponde a apenas uma dessas lógicas constituintes do espaço público, e sim às possibilidades que a disputa entre essas forças fornecem para suas ações enquanto representante. Esses vínculos criados pelas trocas de encobrimentos e delações não são vistos pelos professores e demais funcionários da escola. Os afetos, os laços entre as crianças, os namoros, todos esses assuntos não são “de professor”. A descoberta, por parte do professor, de algum acordo ou encobrimento nesse sentido é a própria dissolução das obrigações com o outro.

Conclusão

O aprendizado com as crianças é constante. Entretanto, sem perceber, muitas vezes subestimamos e os desprezamos. Levar a sério os dilemas e conflitos das crianças, para podermos aprender com elas, requer um esforço de desnaturalização da posição da criança em nossa sociedade. Antes de ir a campo, algumas leituras e reflexões foram essenciais para conseguir ouvir e perceber as crianças de uma forma mais sincera e aberta. Márcia Buss-Simão (2009), em *Antropologia da Criança*, faz uma revisão da literatura de um campo em construção. A autora apresenta as divergências entre abordagens clássicas da antropologia da criança e o olhar da chamada ‘nova’ Antropologia da Criança. Nesta, as crianças são percebidas como atores sociais capazes de engendrar mudanças, interpretar os contextos, reproduzindo e recriando as relações com adultos e entre as próprias crianças. As crianças deixam de ser receptáculos de uma socialização unidirecional que chega do mundo adulto, e passam a ser produtoras de culturas que se relacionam com os adultos, também desempenhando um papel socializador em relação a estes.

A leitura de trabalhos da antropologia da criança trouxeram desafios centrais à pesquisa. Perceber as crianças como produtoras de cultura, sem projetar nelas o adulto que virão a ser, requer um esforço constante. Tive que me esforçar também para superar a tendência em não acreditar nas crianças ou legitimar mais as

interpretações dos professores e demais adultos do que as interpretações delas. Outro desafio foi o de não encarar a ação política na escola como uma “questão de adultos” (MILSTEIN, 2007).

A própria concepção restrita e mais institucional da política dificulta observar essa ação política das crianças. Se concebermos a ação política a partir do Estado e da participação cidadã por meio do voto, não enxergaremos possibilidades de uma ação política de crianças. Crianças não votam, são inelegíveis para cargos públicos e possuem pouca ou nenhuma influência na tomada de decisões produzidas no âmbito do Estado. Parte dos estudos de socialização política busca observar de que forma essas crianças aprendem a ser cidadãs para que, quando adultas, influenciem da melhor forma a política institucional. A incorporação das interpretações das crianças na pesquisa me permitiu olhar para a escola de outra forma. Lá, as crianças convivem todas as manhãs e passam boa parte de sua rotina, assistem às aulas, estabelecem relações de amizade e namoro no espaço da escola. Desconsiderar as percepções delas sobre como funciona o cotidiano compartilhado na escola é desconsiderar boa parte daquela realidade social.

O contato com as crianças da CEF 01 da Cidade Estrutural e a invenção das relações e interpretações que surgiram desse encontro me fizeram refletir sobre a ideia de escola como lócus político. A disputa dos diferentes significados sobre aquilo que é comum e as regras que orientam as condutas dentro do espaço escolar foi um processo constante e bastante criativo. Entretanto, a criatividade não é inerente à tensão e desigualdade que conforma o contexto escolar. A ideologia de que a escola se constitui em um campo neutro e não permeado por interesses políticos para formar, igualmente, cidadãos e cidadãs para o acesso à esfera pública dificulta a abertura para a percepção dessa capacidade criativa das crianças:

Um segundo conjunto de argumentos permite compreender a invisibilidade do protagonismo das novas gerações na escola, derivados da polêmica teórico-política sobre as funções da escola na sociedade moderna. Para os liberais, a constituição da escola como espaço público igualitarista, capaz de adiar as diferenças sociais, econômicas e culturais de quem acede ela, supôs um “pacto democrático de neutralidade valorativa” (condensado no direito universal à educação) que exige por definição a exclusão dos interesses políticos.⁴ (BATALLÁN; CAMPANINI, 2008, p. 95-6, tradução nossa).

A suposta neutralidade valorativa da escola cria, por definição, uma tensão com o protagonismo e a capacidade criativa das crianças, quando essas pensam

4 No original, leia-se: “Un segundo conjunto de argumentos permiten comprender la invisibilidad del protagonismo de las nuevas generaciones en la escuela, derivados de la polémica teórico-política de las funciones de la escuela en la sociedad moderna. Para los liberales, la constitución de la escuela como espacio público igualitarista, capaz de posponer las diferencias sociales, económicas y culturales de quienes acceden a ella, supuso un “pacto democrático de neutralidad valorativa” (condensado en el derecho universal a la educación) que exige por definición la exclusión de los intereses políticos.”

formas alternativas de constituir o espaço público escolar. Nessa perspectiva, a escolarização e as técnicas de controle e disciplina dos corpos são formas “neutras” de alcançar uma sociedade melhor com adultos melhores. Desnaturalizar essas crenças e remontar o processo histórico de criação da neutralidade da escola são passos importantes para que a gente perceba a ação política que as crianças empreendem na escola.

As fofocas aparecem como formas de manejo destas técnicas de controle e teste destas formas “neutras” de construção de espaço público. As agências das crianças e a *visibilização* de suas agências políticas apontam para um espaço escolar parcializado, cheio de idiosincrasias e um campo de disputa. As crianças deduram as colegas, acusam umas as outras de fofoqueiras, buscam colocar limites nas delações da representante e fazem acordos.

As trocas de proteção e delação costumam relações de amizade e inimizade entre as crianças. Proteger os colegas é honrar as relações estabelecidas. Os compromissos gerados por essas trocas remetem ao *Ensaio sobre a dádiva*, de Marcel Mauss (2008). No ensaio, Mauss argumenta que as trocas possuem um papel fundamental na constituição política, moral e econômica de diversas sociedades. As ações de “dar, receber e retribuir” costumam vínculos e geram obrigações e compromissos. Honrar os compromissos com aqueles que foram generosos consiste em retribuir o que foi dado. Caso contrário, a pessoa estará em falta com aquele que a presenteou.

A monografia que deu origem a este artigo foi escrita em 2013. De lá para cá, o debate político em torno da seletividade e das delações de representantes políticos ganhou contornos nacionais. A defesa de uma escola avessa a projetos políticos – a escola sem partido – também tomou conta dos debates públicos. A ação política das crianças pode ser uma chave interessante para desmistificar a neutralidade do espaço escolar. As crianças inventam formas de agir político em meio a uma *invisibilização* da sua capacidade criativa. Levar a sério o que essas crianças têm a dizer, o que criam e a forma como interagem com adultos pode derrubar crenças e nos fazer refletir sobre a escola e até lançar novas perspectivas sobre a política.

Referências

- BATALLÁN, Graciela et al. La participación política de jóvenes adolescentes en el contexto urbano argentino. Puntos para el debate. *Última década*, Santiago, v. 17, n. 30, p. 41-66, jul. 2009.
- BATALLÁN, Graciela; CAMPANINI, Silvana. La participación política de niñ@s y jóvenes-adolescentes. Contribución al debate sobre la democratización de la escuela. *Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires, n. 28, p. 85-106, 2008
- BUSS-SIMÃO, Márcia. Antropologia da Criança: uma revisão da literatura de um campo em construção. *Teias*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 1-16, jul. 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. O nascimento da prisão. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
- GLUCKMAN, Max. Gossip and Scandal. *Current Anthropology*, v. 4, n. 3, p. 307-316, June 1963.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

MILSTEIN, Diana. **A nação na escola**. Frentes políticas na cena “neutra” da escola argentina. 2007. 210 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

PAINÉ, Robert. What is gossip about? An alternative hypothesis. **Man**, new series, v. 2, n. 2, p. 275-285, June 1967.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

Recebido em 26/04/2016

Aceito em 07/12/2016

Entrevista

**O MUNDO SOCIAL ENTRE COMPARTILHADO E SEGMENTADO:
RELEMBRANDO OS ESPAÇOS DE O SUL: CAMINHO DO ROÇADO.
ENTREVISTA COM AFRÂNIO GARCIA JR.¹**

***THE DIVISION OF THE SOCIAL WORLD: FREEDOM AS A PRIVILEGE.
RETURN TO “O SUL: CAMINHO DO ROÇADO”
BY AFRÂNIO GARCIA JR.***

Patrícia Alves Ramiro*

Afrânio Garcia Jr. obteve, em 1968, o Diploma em Estudos Econômicos Gerais (DEUG) pela Université de Paris X (Paris-Nanterre) e, no ano seguinte, graduou-se em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Na década de 1970 ingressou no Programa de pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no qual obteve título de mestre em 1976 e doutor em 1983 sob a orientação de Moacir Palmeira. Entre os anos de 1983-1986 realizou estágio pós doutoral na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS) sob a direção de Pierre Bourdieu, o que abriu a possibilidade de suas publicações em francês.

Foi professor do Programa de Pós-graduação de Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ durante o período de 1977 a 1998. Desde 1996 é *maitre de conférences* na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), em Paris. Mantém intenso diálogo com pesquisadores brasileiros, dentre os quais podemos destacar sua participação como professor associado do Colégio Brasileiro de Altos Estudos, centro de pesquisas interdisciplinar vinculado à UFRJ, e a condição de pesquisador do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) em projeto sobre História social da Ciência. Na França, segue coordenando o *Groupe de Réflexion sur le Brésil contemporain* na EHESS.

Tem ampla produção acadêmica internacional vinculada às seguintes temáticas: mundialização dos mercados agrícolas, mobilizações camponesas e transformações dos modos de dominação no Brasil e mobilidade universitária e circulação internacional de ideias.

¹ Esta entrevista foi realizada em 30 de agosto de 2016, na cidade de Natal/RN, durante a vinda de Afrânio Garcia Jr. ao Brasil para o II Encontro da Rede de Estudos Rurais.

* Pós-doutorado na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* Paris no *Centre de Sociologie Européenne* (CSE), Brasil. E-mail: patriciaalvesramiro@gmail.com

Patrícia Ramiro: *Primeiro gostaria de agradecer imensamente a disponibilidade do senhor em conceder esta entrevista. O título deste dossiê, Reordenamento agrário e estratégias de reprodução social, remete-nos, imediatamente, ao seu livro O Sul: caminho do roçado, leitura obrigatória para os estudiosos do rural brasileiro. Ainda que, em 2016, esteja fazendo 40 anos da sua primeira ida a campo ao brejo e agreste paraibano, locus da pesquisa de campo da referida obra, temos a atualidade do tema, dada a permanência de um campesinato ameaçado que, mesmo assim, continua tentando se renovar constantemente. Sabemos que o senhor é graduado em Economia e que iniciou sua carreira de antropólogo com sua entrada no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Então, para iniciarmos, queria que o senhor falasse um pouco desse período.*

Afrânio Garcia Jr.: Bom, começando por aí, realmente a minha entrada no Programa de Pós-graduação em Antropologia do Museu Nacional foi algo que mudou a minha vida. Fui para o Museu Nacional, onde uma literatura absolutamente nova e bastante internacionalizada é proposta aos alunos, mas, sobretudo, algo que era novidade absoluta naquele momento, era a chance de você juntar pesquisa empírica com debate teórico. O Programa de Pós-graduação do Museu Nacional tinha uma grande novidade, pois estava acoplado a um grande projeto de pesquisa que se chamou *Projeto de Desenvolvimento Regional Comparado* em paralelo ao programa de formação propriamente dito, com cursos e depois defesas de teses, que tinha sido organizado pelo Roberto Cardoso de Oliveira, com a ajuda do David Maybury-Lewis², e como eu retraço em outro artigo³, contando ainda com Luiz de Castro Faria⁴ como figura tutelar dessa entrada da pós-graduação em Antropologia dentro da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nesse contexto, o Moacir Palmeira⁵, que dirigia as pesquisas sobre o Nordeste, convidou José Sérgio⁶,

2 David Maybury-Lewis (1929-2007), antropólogo britânico especializado na etnologia dos povos indígenas do Brasil central.

3 A esse respeito ver Garcia Jr. (2009).

4 Luiz de Castro Faria (1913-2004) foi antropólogo do Museu Nacional e um dos fundadores da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), tendo sido seu primeiro presidente entre os anos de 1954-1956. Participou da expedição à Serra do Norte, chefiada por Claude Lévi-Strauss, que resultou na obra *Tristes Trópicos*. Sobre o assunto, cf. Faria (2001).

5 Conferir Palmeira (1971a, 1971b, 1977).

6 José Sérgio Leite Lopes tem itinerário semelhante ao de Afrânio Garcia Jr, tendo se tornado professor do PPGAS do Museu Nacional. Foi coordenador adjunto do Projeto *Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste*. É autor de “Vapor do Diabo: o trabalho dos operários do açúcar” (1976) e “A tecelagem dos conflitos na cidade das chaminés” (1988), além de editor de “Mudança social no nordeste: estudo dos trabalhadores urbanos” (1979).

Marie France⁷ e eu para entrarmos como auxiliares e vir para o Nordeste, na área de Pernambuco, para realizar o que ele fazia todo ano: um recenseamento das feiras daquela época. A hipótese do Moacir era exatamente esta – voltando ao que eu estava falando ontem [*durante palestra de abertura do VII Encontro da Rede de Estudos Rurais*⁸] –, que toda a grande plantação canavieira estava estruturada por uma relação vertical entre senhores, usineiros e moradores, impedindo uma relação horizontal entre os moradores, e entre os moradores e os pequenos proprietários ou ainda com os que migravam para a Zona da Mata nos momentos da colheita da cana, como os corumbas e outros. Ora, a feira era o inverso de relações verticais que tudo permeia. Como se estruturavam as relações de distribuição de alimentos dentro das próprias plantações? Você tinha a rede de barracões, controlada indiretamente pelos senhores. E a rede de barracões reproduzia essa dívida original dos moradores. Isso eu realmente não abordei ontem, mas um dos fatos mais típicos dos engenhos era a existência do barracão. Quer dizer, no barracão você reproduzia uma dívida material que era transformada em dívida simbólica assegurando que os moradores permanecessem ali – a imobilização da mão de obra, na conceituação de Moacir. Esta configuração foi o objeto da Marie-France; ela foi tentar entender como uma feira tinha sido criada dentro da usina, no pátio da usina Serro Azul⁹. Então, se o barracão é algo oposto à feira, como apareceu essa entidade ao lado do barracão? E o Moacir começou primeiro nos levando para fazer esses recenseamentos de feira e iniciamos a discussão sobre quais eram os outros objetos de estudo complementares que podiam ser desenvolvidos para que se entendesse melhor o processo de transformação social que esse crescimento enorme de feiras evidenciava. Como a expansão significativa de laços horizontais e, portanto, de classe, entre os de baixo eram, de uma certa maneira, independentes dos laços verticais com as elites tradicionais? Esse era o centro da interrogação.

Patrícia Ramiro: *No período em que ficam com as pesquisas concentradas em Pernambuco temos seu livro Terra de trabalho (1983). Poderia falar de modo resumido o que foi sua pesquisa lá?*

7 Marie France Garcia-Parpet, pesquisadora do *Institut National de la Recherche Agronomique* (Inra) e do *Centre de Sociologie Européenne* da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS) e esposa de Afrânio Garcia Jr., a quem se referiu em parte não editada da entrevista como “parceira afetiva e grande companheira de trabalho”.

8 Afrânio Garcia Jr. realizou a Conferência Magistral de abertura do VII Encontro da Rede de Estudos Rurais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no dia 29 de agosto de 2016, cujo título era *Bem-estar das casas-grandes e a salvação da lavoura: uma particularidade brasileira no universo internacional?*

9 Em referência à pesquisa que resultou na dissertação de mestrado de Marie-France Garcia-Parpet, intitulada *Bacurau: estudo de uma feira de usina*, defendida no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRJ, em 1977.

Afrânio Garcia Jr.: *Terra de trabalho* nasceu da pesquisa sobre origens sociais e históricas dos pequenos produtores de bens de subsistência que eram vendidos nas feiras da Zona da Mata como feijão, milho, farinha de mandioca, cará e outros tubérculos etc. Esses agricultores eram tanto pequenos proprietários como *foreiros* que se instalaram em terras monopolizadas, no passado, por engenhos de açúcar, sobretudo a partir dos anos de 1940 e 1950. Esse neocampesinato já surge ameaçado de não reprodução e teve papel central tanto na expansão das feiras da Zona da Mata quanto na criação das Ligas Camponesas. Fui examinar esse processo na Mata Sul e Beatriz Heredia na Mata Norte, em regiões de transição entre a Mata e o Agreste. Mas o centro de nossas etnografias foi dedicado à compreensão da divisão familiar do trabalho, em particular as diferenças entre as esferas de decisão e atividades masculinas (no *roçado* ou no *sítio*) e as esferas reservadas às mães de família na casa, assim como atividades que marcavam o ciclo de vida de crianças, de rapazes e moças (*roçado-roçadinho* e acumulação de animais para fazer frente aos futuros casamentos). A partir de leitura minuciosa de Chayanov, creio que demonstramos os modos particulares de existência das unidades domésticas camponesas, a especificidade de sua inscrição no mercado de produtos agrícolas e as dificuldades crescentes que enfrentavam para sua reprodução no longo prazo. Para ter acesso à “*terra de trabalho*”, aceitavam arrendar terras dos grandes proprietários contra a obrigação de, após a segunda colheita, plantarem capim para o gado do fazendeiro. O drama que sentiam era que se viam como agentes ativos de seu próprio desaparecimento como grupo social: a expansão das *terras de gado* liquidava com as *terras de trabalho* do passado, de modo semelhante ao cercamento dos campos sufocando os camponeses ingleses de antes da revolução industrial (vide Marx, nos capítulos sobre acumulação primitiva em *O Capital I*). A condição de campesinato ameaçado e marginal à *plantation* açucareira era uma constante da existência desse grupo social, desde suas origens. Por fim, a categoria *trabalho* carregava um significado simbólico muito particular, que marcava bem a tragédia que os aguardava.

Patrícia Ramiro: *Essa questão das estratégias de reprodução do campesinato se aprofunda na pesquisa no Estado da Paraíba. Como houve essa transição para o Estado da Paraíba e o porquê do novo locus da pesquisa? Enfim, como foi essa passagem depois de “Terra do trabalho” para a região de Areia e Remígio e que resulta na obra da qual falaremos de modo mais aprofundado aqui, O sul: caminho do roçado?*

Afrânio Garcia Jr.: As questões iniciais vieram das investigações sobre Pernambuco. A equipe começou a trabalhar fortemente sobre Pernambuco e, nesse momento, o PPGAS do Museu entra numa crise muito grande, porque a Ford não renovou os financiamentos que concedia e ameaçou a vida de toda a nova instituição de pós-graduação. Nós não tínhamos ainda nem defendido o mestrado e colocou-se a questão de como voltar a Pernambuco para completar a investigação – fazer mais campo e reforçar o material empírico. Nós tínhamos que dar conta da vida, e eu

estava trabalhando como economista, o Sérgio¹⁰ também, Marie France havia sido bolsista da Ford. Nesse momento, eu, assim como Sérgio, fazia parte do Grupo de Pesquisas da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e nós dois trabalhávamos com distribuição de renda e emprego; fomos convidados para um debate em Brasília, promovido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), onde vários economistas, como Edmar Bacha, Cláudio Salm, e outros, exprimiram a preocupação com o fato de que o número de pessoas que estava saindo do campo não iria encontrar emprego na cidade. Mas não conseguiam integrar isso numa lógica de explicação global das transformações sociais em curso. Nessa reunião, soubemos que o Banco Mundial estava interessado em pesquisas nessa direção. Ao voltarmos ao Rio, propusemos a muitos colegas do Museu que a gente pensasse em um projeto de pesquisa que poderia ser apresentado ao Banco Mundial por intermédio do Ipea. Essa é a origem do projeto *Emprego e Mudança Socioeconômica no Nordeste*, até revi os documentos mais recentemente, em 1973. Nós aproveitamos as experiências e hipóteses do grupo Zona da Mata¹¹, e incluiu-se nessas discussões o diálogo com colegas que vinham trabalhando sobre a Amazônia e sobre a cidade do Rio de Janeiro. Aprofundou-se, assim, o diálogo sobre as transformações das *plantations* açucareiras do Nordeste do Brasil com um movimento forte de migrações para a Amazônia, tematizadas por Otávio Velho, e para o Rio, tematizadas por Machado. O projeto *Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste* foi concebido em 1973, não vou entrar aqui em todos os detalhes, mas ele só viria a ser financiado em 1975. Nessa época, eu já deveria ter entregado a dissertação de mestrado. Na verdade, a passagem de Pernambuco para Paraíba proveio de ideia muito simples, que era localizarmos outras plantações canavieiras no Nordeste com variação significativa para ver se aquilo que a gente estudara em Pernambuco era recorrente ou não. Então Beatriz¹² foi para Alagoas, onde a expulsão de moradores era muito mais rápida e a transformação desses moradores em clandestinos de ponta de rua era muito mais ampla; e Marie France e eu fomos para o brejo e o agreste da Paraíba. Nós fizemos algo cumulativo com as gerações precedentes: é que nós vimos que os geógrafos tinham realizado grandes excursões e, sobretudo no caso da Paraíba, tinham feito uma descrição minuciosa de excursões pelo brejo e pelo agreste e depois pelo sertão da Paraíba, que eu uso muito em minha monografia. Quer dizer, são fontes preciosas para mim, pois havia diálogo com pesquisadores de campo como Manuel Correa de Andrade, Mário Lacerda de Melo, Nilo Bernardes, e outros do mesmo porte. Nós usamos o mesmo roteiro percorrido pelos geógrafos para identificar outras

10 Referência a José Sérgio Lopes Leite.

11 Nome utilizado para se referir aos pesquisadores que participaram do *Projeto do Desenvolvimento Regional Comparado* na região Nordeste coordenado pelo professor Moacir Palmeira. Muitas publicações resultantes deste projeto são referenciais teóricos importantes para a compreensão da sociedade rural (e urbana) brasileira. Algumas aparecerão em rodapé no decorrer dessa entrevista, conforme indicações no depoimento de Afrânio Garcia Jr.

12 Referência à Beatriz Alasia de Heredia e sua dissertação de mestrado defendida em 1976. Cf. HEREDIA, 1979.

situações que podiam ser confrontadas com aquelas que nós tínhamos analisado em Pernambuco. O famoso problema da universalização de hipóteses acarretava o seguinte: a monografia permite a você transformar o conhecimento teórico sobre as situações sociais particulares e suas alterações, mas esse modelo construído precisa ser enriquecido por monografias que o transformem em hipóteses, pois dar conta das variações é fundamental. Verdade que isso podia ser traduzido em linguagem estruturalista, prestigiada naquele momento. Lévi-Strauss, na *Análise dos mitos*, capítulo de *Antropologia Estrutural*, afirma que um mito é constituído por todas as suas variantes. Toda a questão é como, a partir do exame de uma variante, você chega aos invariantes? Como fazer para testar a passagem da explicação de uma variante ao enunciado dos invariantes? Você pode fazer o estudo de outras variantes e, confrontando-as, melhor formular os invariantes do processo de transformação. Os enunciados sobre invariantes são sempre uma universalização provisória de hipóteses que você trabalhou antes numa escala mais restrita. Foi assim que eu cheguei no brejo da Paraíba acompanhado de Marie France e de nossa filha de dois anos.

Vimos que a expressão *libertos e sujeitos* é algo que todo mundo usa e, à diferença de Pernambuco, não como “coisa do passado”, mas como “coisa do presente”. Aí eu disse: – Opa! Então tudo aquilo que eu tinha feito por meio de reconstituição através de pesquisa em cartório, tudo aquilo que no *Terra de trabalho* tinha sido reconstrução histórica a partir de outras fontes, eu podia estudar no nível etnográfico. A mesma coisa para Marie-France, porque o ciclo de feiras da região do brejo paraibano e do agreste era sempre descrito como um ciclo de feiras fundamental para a região, que eram as feiras que tinham por epicentro, ali, Campina Grande. E mesmo o município de Areia era um lugar que tinha sido importante do ponto de vista comercial; e se a feira se retraiu nesse município, havia feiras que muito cresceram em municípios vizinhos como Solânea e outros. O ciclo de feiras complementares e concorrentes passava ao primeiro plano de sua investigação. Além de tudo, Areia tinha um colégio de freiras que estava em grande decadência, Colégio Santa Rita, onde havia dormitórios vazios. Nós, que tínhamos já uma filhinha pequena, podíamos residir de uma maneira mais simples nesse local sem precisar encontrar hotel nesta cidade, normalmente destinados aos comerciantes de passagem.

Patrícia Ramiro: *Quando o senhor fala sobre o problema da universalização das hipóteses, me vêm à mente uma coisa interessantíssima do ponto de vista metodológico deste grupo de pesquisadores, e que eu acho que, para mim, ficou muito claro relendo agora seu livro: a teoria nem sempre explica tudo. O senhor escreve que precisamos saber o que a teoria é capaz de explicar e o que ela não é capaz de explicar. O senhor poderia desenvolver um pouco mais essa afirmação?*

Afrânio Garcia Jr.: Pois é, esse ponto fundamental foi Moacir quem nos fez internalizar. Uma frase dele nos seminários que nunca esqueci dizia o seguinte: quem não conhece os seus limites é a ideologia. A teoria, em ciência, conhece sempre os seus limites. Ela tem que começar por formular o que o estado dos conhecimentos permite explicar e o que o balanço teórico não consegue explicar. Essa concepção

do que seja teoria em ciência aceita que toda a explicação abstrata fornecida seja provisória e que você deve submeter esse provisório eternamente a uma verificação através de exame de fatos observáveis. O que os franceses chamariam hoje de *mettre à l'épreuve une théorie*. A relação mesma com o conhecimento passava a ser de um outro tipo. Por contraste, eu diria que ainda existe muito, particularmente no debate entre Ciências Sociais e Filosofia, uma atitude na qual a teoria é apresentada como o elixir do *Santo Graal*. Quem puder atingir o *Santo Graal* tem ali a boa teoria e, bebendo-se daquela fonte, pode-se explicar qualquer coisa. Neste último caso, todo trabalho empírico é apenas uma ilustração da teoria (e não a condição *sine qua non* de qualquer avanço teórico).

Patrícia Ramiro: *Como se essa teoria fosse descolada de um contexto empírico que permite que ela surja...*

Afrânio Garcia Jr.: Infelizmente a teoria é com frequência apresentada em termos de filosofia platônica, como algo que existiria no mundo das ideias, chegando aos mortais por vias misteriosas, em que os iluminados dizem quais são os caminhos já trilhados, e que estariam ultrapassados, e quais são as vias a serem privilegiadas no futuro. O que está descolado completamente daquilo que se tornou corrente em todas as ciências e que a epistemologia evidenciou: a explicação científica baseia-se em experimento, quer dizer, é necessário retomar as ideias as mais abstratas e submetê-las a algum tipo de objetivação, criando algo como um experimento que possa ser reproduzido ou possa ser verificado por outros. A teoria, inclusive, não é algo que você detenha sozinho, não há nada semelhante a um profeta único. Supõe sempre a famosa noção de “comunidade científica”. Quer dizer, supõe sempre que o seu trabalho se inscreva num conjunto de outros trabalhos que vão ser, em situações sociais as mais diferenciadas, postos em diálogo. Subsistem os enunciados que se mostram mais explicativos. O famoso problema da universalização do conhecimento, ou seja, que explicações subsistem quando você aumenta a generalidade do processo de conhecimento, diferindo daquelas explicações que, ao contrário, são válidas para aquela situação, mas, comparando com outras, você vê que elas não resistem a uma dúvida sobre a sua generalidade. Essa frase de Moacir, que a ideologia e a religião explicam tudo, mesmo antes de qualquer experiência; a pretensão é que elas tenham a resposta para toda e qualquer situação vivida ou a viver de qualquer um dos mortais. Muito longe estamos dos caminhos fecundos da explicação científica.

Tudo aquilo que estava diante dos nossos olhos, inclusive aquela situação de desgraça de um regime militar tal qual como se punha, era uma situação social que não se entendia e que você não iria explicar sua ocorrência e efeitos sociais sem fazer trabalho empírico direito. O que contribuiu para acreditarmos que o que estava sendo feito era importante. Moacir era muito consciente da originalidade do grupo a que dera origem, mas nunca cultivou o isolamento aristocratizante: chamava atenção para a experiência comum e convergente de colegas de São Paulo, de Minas Gerais, do próprio Nordeste e da Amazônia, do Rio Grande do Sul etc. A pesquisa sobre os grupos populares se avolumava: camponeses, assalariados, operários, pequenos comerciantes, pequenos empregados eram ouvidos como uma maneira de entender

o mundo onde todos nós estávamos inseridos. Para mim, essa foi a contribuição fundamental trazida pelos modos de trabalhar em Antropologia Social. É que as representações mentais fazem parte da construção da sociedade na qual vivemos, em ruptura com a tradição objetivista que só aceitava como dados comportamentos observados, nunca enunciados emitidos por atores.

Patrícia Ramiro: *Então eu vou adiantar uma pergunta que tem tudo a ver com o que o senhor está dizendo, e que eu percebi como uma provocação, no seu livro, à academia da época ou à de um momento um pouco anterior, quando o senhor afirma que, abre aspas, “a pesquisa de campo não é um confessionário”. Aqui o senhor quis dizer exatamente o quê?*

Afrânio Garcia Jr.: Esse ponto também é decisivo. Quer dizer, a relevância de se tomar em consideração a representação dos agentes foi tão forte que levou muitos antropólogos, naquela época, a dizer assim: conseguimos tantos resultados com a “análise de discurso” que a verdade é aquilo que sai da boca do ator. Acho erro de perspectiva, um erro simétrico ao erro do observador fora da situação social, que quer descrever os atores sem ter relação com eles, sem saber o que pensam e ressentem. Naquele momento, alguns supunham que toda a verdade sobre cada indivíduo ou seu grupo de pertencimento é dita por ele mesmo. Outros chegavam a afirmar que só podia falar sobre homossexuais quem era homossexual, só podia falar sobre mulher quem era mulher, só podia falar sobre negro quem era negro. Ou seja, dizer que “a pesquisa de campo não é um confessionário” significa que essa via do conhecimento não era a única forma de aceder à verdade. Nós não estávamos buscando que as pessoas dissessem a verdade da situação que eles viviam; estávamos evidentemente buscando que elas dissessem o mais possível como elas pensam suas condições de existência e o mundo em que vivem. Agora, isso não nos desobrigava de pegar aqueles relatos e confrontar com outros relatos, confrontar com os dados que a gente tinha extraído de arquivos, confrontar com dados de observação recorrente como as estatísticas, e enunciar nossa própria visão em monografias. Não tem jeito, é forçoso saber que o que nós vamos apresentar aos nossos pares e leitores é uma monografia, e essa monografia também é uma construção feita pelo cientista social, uma representação do mundo social que se quer mais compreensiva.

Patrícia Ramiro: *Recordando que o senhor cita, em seu livro, trechos da obra A Bagaceira, de José Américo de Almeida e, nesse caso, essa literatura serve para aquilo sobre o que o senhor falou, ou seja, para confrontar algumas falas também... Mas, por favor, prossiga.*

Afrânio Garcia Jr.: Eu vou voltar à frase mencionada: “a pesquisa de campo não é um confessionário”. Quer dizer, eu não tenho que pegar cada relato individual, como se ele tivesse que ser carimbado como verdade ou mentira. Eu tenho que pegar cada relato recolhido durante a pesquisa e confrontar com outros, com tantas versões de um determinado processo experimentado por indivíduos diversos, uma forma mais rica de elaborar nossa compreensão das ocorrências. Quero ressaltar um ponto que

creio ser central na diferença entre *O Sul: caminho do roçado* e *Terra de trabalho*. É que neste último eu já tinha explorado o fato de que muita gente havia saído dali e ido para o Rio de Janeiro, para São Paulo e outros lugares com oportunidades “que acenavam com outras promessas” (segundo José Américo de Almeida), mas eu acabei descrevendo essas tendências em *Terra de trabalho* como se fossem apenas uma evidência do processo de expropriação daquele grupo. Em outras palavras, eles perdiam sua condição de agricultor, não a reproduziam, e tinham que se inserir em mundos distantes para fazer face à própria sobrevivência e de suas famílias. Quando chegamos à Paraíba, ainda na segunda semana de campo, Marie-France e eu sentávamos sempre para discutirmos as entrevistas que estávamos fazendo, e a gente se admirou quando percebeu – acho que havia mais de sessenta entrevistas, entre curtas e médias – que todo mundo estava falando do Rio de Janeiro como um lugar onde já esteve, ou algum irmão, ou algum filho tinha passado ou estava vivendo lá. Começamos a nos confrontar com o reducionismo de perceber Rio de Janeiro ou São Paulo como um mundo totalmente distante, que nada tinha a ver com o mundo em que eles estavam vivendo, mas que as duas imagens se interpenetravam. E essa frase enigmática, que acabou dando o nome do livro, passou a enigma número um: “O Sul hoje é o caminho do roçado”. Que diabo era isso, caminho do roçado? Caminho do roçado é uma coisa de fácil acesso, que eu faço todo dia, um fato banal. O sul, era o contrário, era um objeto de fantasmas, ninguém sabia o que reservava tal destino. Como é que uma pessoa repete o refrão: “O Sul hoje é o caminho do roçado”?

Patrícia Ramiro: *E tem até outra expressão que lamento ter ficado num rodapé, que é fantástica, de uma depoente sua que diz que ela “comia de correio”.*

Afrânio Garcia Jr.: Isso!

Patrícia Ramiro: *Pois é, ela dependia do envio do dinheiro do marido no sul para se sustentar e para depois poder comprar sua parcela de terra, ou investir em gado e fazer sua poupança.*

Afrânio Garcia Jr.: Exatamente. Começamos a ver que essas migrações se inscreviam em um leque muito amplo de estratégias de reprodução da unidade doméstica. Só que isso não era mais como no livro *Terra de trabalho*, uma coisa que ocorria na escala do dia a dia, mas eram estratégias que passavam por várias gerações, e versavam sobre um leque de situações muito variáveis, que dependia de idade, de sexo, da composição social do grupo doméstico, ou seja, obrigou a complexificar a análise do que era a unidade doméstica, aproximando o que eu estava fazendo daquilo que faziam outros colegas antropólogos. Porque antropólogos sempre trabalharam sobre família e sobre os significados que estão em jogo dentro do mundo familiar. Acho que sob este aspecto *O Sul: caminho do roçado* foi, num certo sentido, uma retomada de coisas que já tinham sido começadas a ser investigadas em *Terra de trabalho*, mas acredito que as migrações apareceram como aspecto forte das transformações sociais. Na época, a resistência maior ao livro *O Sul*, que eu me lembro que ocorriam em seminários dos quais participava, era a resistência brutal

que suscitava analisar a migração de retorno como uma estratégia de reprodução de agricultores do brejo e do agreste da Paraíba. Que história é essa que você está falando de nordestino que volta à terra de origem?

Patrícia Ramiro: *Talvez porque fosse mais fácil pensar tudo como proletarização do campesinato?*

Afrânio Garcia Jr.: Sem dúvida alguma. Por essa época, já se havia demonstrado as várias faces da transformação da condição de morador, mas as faces da proletarização todo mundo aceitava. Já a face do encampesinamento não, esta encontrava resistências virulentas. E como a reforma agrária, naquele momento, estava completamente excluída do horizonte político, então essa face do encampesinamento aparecia como uma coisa de antropólogo, que adora estudar coisinhas miúdas sem se importar com as “grandes tendências históricas”...

Patrícia Ramiro: *Eu queria pegar o gancho, Afrânio, com essa ideia da capacidade do antropólogo de interpretar o que parecem ser pequenos detalhes, porque acho que é justamente aí que está a riqueza do livro: quando o senhor mostra que as trajetórias são diversas, mesmo entre indivíduos com posição similar, porque os capitais, as formas de acesso ao poder, de transitar de cada indivíduo, tudo isso vai influenciar na possibilidade e na maneira de reconversão de cada um. Então gostaria que o senhor falasse um pouco sobre quais as estratégias de reconversão encontradas para os senhores de engenho nesse momento de declínio do domínio tradicional do engenho e da dominação personalizada.*

Afrânio Garcia Jr.: No livro são mais estudadas as estratégias propriamente econômicas dos senhores de engenho e usineiros. Mais diretamente, são trabalhadas todas as estratégias produtivas de recuperação dos recursos materiais que lhes asseguravam as posições dominantes e sem paralelo com os disponíveis para as classes subalternas. Então, como você passa do cultivo da cana para tentar qualquer outro tipo de cultivo? Como se explica o crescimento dos pastos cultivados naquele momento? Como houve, num determinado momento, cultivo do sisal? Creio que no capítulo sobre estratégias de reconversão dos grandes proprietários¹³ há uma fala de um pequeno produtor que diz: “quando não é gado, é a cana do usineiro”. Pois, naquele momento, começa a se expandir enormemente a criação de gado, porque há financiamento subsidiado de pastos com capim plantado.

Patrícia Ramiro: *Pois é, o José de Souza Martins fala que os grandes proprietários se transformam, na verdade, em “pastores de incentivos fiscais”...*

Afrânio Garcia Jr.: Isso, exatamente isso. Recuperei, no *Sul: caminho do roçado*, tendências que foram estudadas no *Terra de trabalho*, como a expansão de pastos

13 O entrevistado refere-se ao capítulo VII, *Estratégias de reconversão dos grandes proprietários*, do livro *O Sul: caminho do roçado*.

plantados e da pecuária bovina. Por outro lado, foi aí que me confrontei com questões tratadas ontem [*referindo-se à palestra do dia anterior*]: como havia reconversões dependentes do que acontecia na ordem institucional, como se impunham dentro do Instituto do Açúcar (IAA)¹⁴? Porque é nesse momento que se vê ali, em Areia, em Pilões, Serraria e outros municípios do brejo, a importância do Programa Nacional de Melhoramento de Cana-de-Açúcar (Planalsucar)¹⁵. A primeira coisa a estudar era a importância do Planalsucar, decisiva na concorrência entre engenhos rapadureiros e usinas. Num segundo momento, que está apenas começando em 1975, entraria o Programa Nacional do Álcool (Pró-álcool). Até que, no campo, eu observei menos o Pró-álcool do que se estava anunciando. A expansão da cana tem a ver com uma imensa construção de aparato institucional que sustenta as reconversões dos senhores de engenho e dos usineiros. A usina Santa Maria, por exemplo, está descrita por Manuel Correa de Andrade como usando equipamentos que foram comprados de usina desmobilizada de Pernambuco. Quer dizer, o IAA condena equipamentos ligados à superprodução em Pernambuco, mas, na prática, os usineiros vendem aquela maquinaria a outros usineiros em áreas de menor produtividade. Esse controle institucional da produção dos derivados da cana recriava a superprodução em escala nacional. Era estratégico entender esses mecanismos. Para mim, foi uma benesse encontrar o livro de Tamás Szmrecsányi (1979) na Universidade de Estadual de Campinas (Unicamp), porque o livro era baseado em enorme pesquisa sobre a construção do mercado do açúcar e do álcool, um mercado totalmente enquadrado por entidades públicas cujos movimentos eram financiados, em última instância, pelo tesouro nacional. Assim nasceu a ideia de demonstrar que, na prática, não se tratava de um processo de mercado clássico, ou pelo menos daquele descrito e pressuposto pelos neoclássicos. Aqui, estou diante de um processo em que o Estado é uma alavanca central. Mas todas as outras reconversões, como estas de tornar-se escritor, de privilegiar os estudos, tornar-se universitário e, enfim, tentar passar a profissões exigentes em capital escolar, eu não estava ainda atento a elas. Na tese, eu menciono o José Américo de Almeida, mas não o descrevo como uma pessoa, eu sabia que ele tinha sido um líder da Revolução de 30 no Nordeste, que era o autor do romance tido por pioneiro do romance nacional – *A Bagaceira* –, mas não explorei isso. Esse veio analítico se firmou a partir do pós-doutorado na França, trabalhando com o grupo de Bourdieu e estudando sua obra. Essa ideia das reconversões passando por investimentos escolares e por investimentos propriamente culturais surgiu com toda nitidez. As entrevistas feitas nos anos de 1976 e 1977 – se me permito uma autocrítica – tiveram certo viés mais economicista, examinei, sobretudo, as estratégias dos grandes proprietários voltadas para a reconversão econômica.

Patrícia Ramiro: *Para as usinas, não é? Por outro lado, o senhor também mostra que não serão todos, afinal também houve uma seleção de quem iria ser, ou poderia ser esse senhor de engenho mais poderoso, maneira como o senhor chama, em certo*

14 O Instituto do Açúcar e do Álcool era uma autarquia federal existente no Brasil de 1933 até 1990.

15 Trata-se de Programa elaborado em 1971.

momento, no livro, o usineiro. E é interessante nesse sentido também e retomando a ideia sobre a qual começamos a falar e não demos sequência, sobre as categorias de libertos e sujeitos. Deste mundo vivido, compartilhado e segmentado que, independente da posição, irá apresentar sua percepção do espaço social apoiando-se nestas duas categorias. Enfim, acho que isso também é extremamente importante para a compreensão do livro, de que não são categorias explicativas do mundo só de baixo, mas que irão aparecer em cima também, não é mesmo? Um momento em que ela aparece em cima é, por exemplo, quando o usineiro vira um senhor de engenho mais forte e aquele senhor de engenho que não conseguiu se reverter viraria “sujeito”, ao passar a ser visto como um mero fornecedor de matéria-prima.

Afrânio Garcia Jr.: Exatamente isso.

Patrícia Ramiro: *Quer dizer, a sujeição não se encaixa só embaixo. São categorias explicativas do universo social.*

Afrânio Garcia Jr.: Isso ficava claro em algumas entrevistas em que as famílias de senhores de engenho falavam da passagem dolorosíssima da condição de senhor de engenho para a condição de fornecedor de cana. E essa passagem é descrita, por exemplo, brilhantemente por José Lins do Rego, sobretudo no romance *Fogo Morto*, não é? Expressão com conotação de potência sexual afetada, como um processo de morte e de vida pós-morte que é essa vida de fornecedor. Mas é sempre a vida de uma pessoa que ocupa posição no alto do espaço social, que estava acima de todos e passa a estar em posição subordinada. Exatamente como você coloca; essas oposições são usadas para processos que se referem a figuras situadas no alto do espaço social. Tentar entender quem as usava e em que contexto era uma forma de decodificar o significado da vivência dos grupos dominantes.

Patrícia Ramiro: *E se a gente pensar na reconversão do que vamos chamar ‘dos de baixo aqui’, como apareciam essas categorias? Lembrando que o senhor vai fazer muito bem a divisão entre agricultores fortes e fracos e os moradores, os alugados. Como essas categorias aparecem na dominação a partir do olhar de baixo?*

Afrânio Garcia Jr.: O grande desafio era esse: começar a entrevistar, e fazer um mapa social a partir das entrevistas. Quero dizer que fazíamos as entrevistas e constatávamos qual era o mapa que um agricultor, por exemplo, que era pequeno proprietário, fazia: quem ele localizava como morador, quem ele localizava como senhor, quem ele localizava como alugado e assim sucessivamente. E íamos entrevistando indivíduos imersos em cada uma destas outras posições para ver o mapa de que faziam uso e desse modo enriquecíamos o nosso próprio mapa. Começávamos a ver qual era, ou como é que você podia montar um mapa social que desse conta desta multiplicidade de perspectivas muitas vezes contraditórias. Sempre atentos a uma coisa simples: não há nenhuma razão para que uma pessoa que vivia do *alugado*, e que todo o dia está ali no sufoco para saber aonde é que vai tentar ganhar o pão daquele dia para a família dele, não há nenhuma razão para que

ele conheça a fundo como o *usineiro* elabora suas decisões. Como ele consegue ou não dinheiro dos bancos? E nem há também nenhuma razão para que você suponha que o *usineiro* efetivamente entenda como esse *alugado* sofre no dia a dia, inclusive porque há desprezo, porque há distância social reafirmada no cotidiano. Se você entende que as categorias dos entrevistados não são as suas categorias, mas elas são centrais para construir as suas categorias de entendimento, o estudo da oposição entre *libertos* e os *sujeitos* abre perspectivas fantásticas. Moacir havia analisado as categorias *cativos* e *libertos*, Lygia também as tinha estudado entre moradores e trabalhadores da rua, o José Sérgio, examinando os operários industriais, tinha se confrontado com categorias assim¹⁶, a Marie-France, trabalhando com negociantes de feira, também as tinha encontrado, Beatriz também – então, todo mundo tinha se deparado com essas categorias. No entanto, todos nós sabíamos que, pela legislação brasileira, mesmo durante a ditadura, ninguém poderia ser reduzido à condição de escravo, de *cativo* do século XIX. O desafio era esse: se as pessoas vivem no presente uma relação jurídica do passado, o que diabos isso quer dizer? Se eu extirpo essa representação de minhas análises, de que me serve isso? O que me obrigou a pensar em algo que acho até hoje fundamental: eu também, como tudo e todos naquela época, nós nos perguntávamos o que era ser livre. E o que era a liberdade que a gente queria quando saísse do mundo da ditadura? Era uma espécie de pergunta por procuração através de pessoas que têm experiências de vida muito diferentes, pois estão situadas em pontos diferentes do espaço social. Elas estão nos dizendo o que é a liberdade para elas. Acredito que, para mim, foi um exercício que permanece forte até hoje. Entender o que é liberdade para os outros é um exercício fundamental para entender melhor as vicissitudes positivas, mas também os limites, da nossa própria liberdade.

Patrícia Ramiro: *Até porque o fim da sujeição não significou a liberdade para muitos moradores que...*

Afrânio Garcia Jr.: Pelo contrário.

Patrícia Ramiro: *Para eles foi pauperização.*

Afrânio Garcia Jr.: E essa precariedade da emancipação era muito verbalizada: “sou livre, mas pobre”. No fundo, ele estava mandando uma outra mensagem: como o estatuto de pobreza material afetava a própria condição de liberto. Ponto, aliás, que surgiu com maior intensidade quando escrevi a versão francesa e tive que traduzir *libertos* e *sujeitos*¹⁷. Porque *assujettis* era fácil e entrava no vocabulário francês, embora eu soubesse, pela análise dos dicionários brasileiros, que *sujeitos* é um vocábulo utilizado desde o século XVIII no Nordeste do Brasil para se referir

¹⁶ Pesquisa publicada em Leite Lopes (1976).

¹⁷ Versão francesa da obra publicada com o título *Libres et Assujettis. Marché du travail et modes de domination au Nordeste* (1989).

a escravos. Quer dizer, a relação entre *sujeito* e escravidão era clara. Agora *liberto*, que eu comecei a traduzir e traduzi até o final como *libres*, na verdade não era a boa tradução. A tradução literal é *affranchi*, que é emancipado. E uma coisa cuja relevância só fui perceber quando, na França, li todos os trabalhos da Kátia Mattoso¹⁸ sobre escravidão no Brasil, é que a emancipação brasileira era condicional: uma família que deu a emancipação a alguém podia reconsiderar seu gesto benfazejo.

Patrícia Ramiro: *Então, não é um pouco no sentido de autonomia que o senhor está falando em emancipação?*

Afrânio Garcia Jr.: Não exatamente; penso em emancipação como sair da condição de escravo e não dever mais nada a ninguém. Quando você sai da condição de escravo, mas a qualquer momento você pode voltar a ser submetido ao mesmo estatuto, é um livre ameaçado. Então na palavra *liberto* reside exatamente a ideia dessa precariedade, como aparece depois, também, na noção de campesinato ameaçado, quer dizer, você conquista uma situação nova, mas esta situação está sob ameaça constante, entendeu? A ideia da perpetuação problemática de uma coisa nova e boa é intrínseca a essas posições. Infelizmente, na monografia, não passei com tanta força essa dimensão. Acho que se retomasse ou fizesse outra monografia sublinharia esse aspecto. Aprendi muito no momento de editar a mesma pesquisa na França e quando traduzi *libertos* e *sujeitos*, por *libres* e *assujettis* e não, o que seria a boa tradução, *affranchis* e *assujettis*. *Affranchissement* você encontra nas mais variadas sociedades onde há escravos, mas o *affranchissement* com reversão quer dizer uma coisa que não é acumulativa, isso não é corrente em todas, agora, no Brasil, é. Hoje em dia, por exemplo, você tem brilhantes historiadores, como o João José Reis, que vão mostrar que aquilo que está sendo descrito como quilombos em torno de Salvador, muitas vezes, nada mais eram do que uma reunião de escravos de ganho *com libertos*, dados os riscos do *affranchissement*. Porque o medo era sempre que chegasse alguém e dissesse assim: “não se trata *de liberto*, eu sou o dono desse escravo”, e ele é escravo, um escravo fujão, então tem que voltar sob o meu controle. Ou ainda, havia senhoras de engenho com alguém doente na família, prometia liberar os seus escravos de uma maneira religiosa, construindo uma capela e instalando aquelas famílias, atribuindo chão de casa e terras para cultivo. Mas nada indica que um de seus filhos ou uma pessoa que comprasse o engenho, sucedendo-a, não pudesse chegar e dizer: “Não senhor! O senhor não tem nada de livre. O senhor nunca saiu daqui, na verdade, o senhor é escravo e o senhor vai voltar para o lugar de onde nunca deveria ter saído”. Há algo de provisório na condição *de liberto*.

Patrícia Ramiro: *Ainda falando da categoria de agricultor, o senhor mostra também que ela própria depende da posição de quem manipula a palavra, tanto do ponto de*

¹⁸ Kátia Maria de Queirós Mattoso (1932-2011), historiadora e cientista política. Publicou, entre outras obras, *Ser escravo no Brasil* (1990). Sobre sua biografia, ver Reis e Souza (2013).

vista das relações sociais horizontais quanto verticais. Nesse sentido, por exemplo, para o agricultor, o morador não é um agricultor, mas, para o senhor de engenho, ele pode ser, até porque ele depende desse plantio para viver. E todo o processo de dominação não é só afirmado de maneira simbólica, pois o senhor de engenho diz até o que ele pode e o que ele não pode plantar. O senhor deixa isso bem claro, por exemplo, no caso da região do agreste, onde moradores, rendeiros e meeiros não podiam plantar a mandioca. Tinha que ser roçados mais temporários, para depois o gado poder ir lá comer. Poderia desenvolver um pouco mais esse aspecto?

Afrânio Garcia Jr.: Havia uma complementariedade entre os roçados dos camponeses e a alimentação do gado do fazendeiro. A palavra agricultor é menos uma palavra técnica do que uma designação das atividades que cada um faz ao cultivar a terra. É uma palavra com um conteúdo social forte. Ela só faz sentido se você pega as polaridades todas para entender que você localiza as pessoas em baixo, no meio e em cima do espaço social. Particularmente, os agricultores situavam-se no meio. As nuances eram marcadas por adjetivos: agricultor fraco, agricultor forte e por aí vai. Porque os próprios senhores de engenho algumas vezes falavam de si como agricultores, mas quando entravam os plantadores de lavoura branca, aí senhor de engenho é senhor de engenho. Ele pode plantar mandioca, ele pode plantar feijão, plantar milho, mas ele é sobretudo cultivador de lavoura para vender, como a cana-de-açúcar. Enquanto outros agricultores com menos terra vão dizer, “eu só produzo lavoura branca”, o que era também uma maneira de dizer que não mantinham nenhuma posição subordinada. De outro lado, estavam sempre dizendo, “eu sou livre”, “eu controlo meu tempo”, “eu posso conversar aquilo que eu quero”, então, ele não era um morador. Quando nos acercávamos de algumas casas, em tudo semelhante às casas dos pequenos proprietários, tentávamos falar com o dono da casa, que nos respondia assim: “Não. O senhor vai conversar primeiro na sede da fazenda e se ele disser que eu posso falar, então eu lhe dou a fala”. Tratava-se de um *sujeito*. Enquanto que, se chegávamos, às vezes, em casas mais pobres, o dono nos olhava e dizia: “aqui, eu sou liberto. O senhor pode começar a dizer o que o senhor quer”. Quer dizer, esse processo de categorização simbólica era central na maneira como as pessoas se comportavam, em como se comportavam no processo produtivo, na venda dos produtos, como se comportavam em vários aspectos: na relação com sua mulher, na relação com seus filhos. A mulher de um *liberto* difere da mulher de um *morador*, e os filhos de uns e de outros também têm, infelizmente até hoje, os destinos sociais marcados por restrições e volume de recursos bem diferentes.

Patrícia Ramiro: *Pensando agora, um aspecto que enriquece a análise da obra reside na maneira com que dialoga com os conhecimentos de economia, oriundos de sua formação na graduação, com os do antropólogo que se torna a partir do ingresso na pós-graduação. A análise detalhada das diferentes esferas da vida social (econômica, social, cultural e histórica) rompe com uma visão linear de que uma coisa sozinha desencadeia outra. O senhor aponta três fatores como viabilizadores deste declínio da dominação tradicional dos senhores de engenho. Se eu estiver errada, por favor, me corrija. Um, que já comentamos aqui, foi essa passagem, com a chegada das*

usinas, de alguns senhores de engenho para usineiros – e sempre reafirmando que eles também não dependiam exclusivamente de cana-de-açúcar (o que, acredito, foge também de uma visão simplista da realidade). O senhor deixa muito claro que eles não eram apenas monocultores de cana, que tinham fazendas na região do agreste onde combinavam roçado de agricultores e criação de gado, o que rompe com aquela visão simplista dos livros da escola que dizem que tudo foi culpa da queda do mercado do açúcar. Não era tão simples assim, afinal. Além disso, o senhor ainda mostra, com base em dados econômicos, que a produção de açúcar no Nordeste era muito mais onerosa em relação às outras regiões, aspecto compensado por subvenções que configuravam, na realidade, uma política de manutenção destas elites agrárias, bem como a manutenção de um patrimônio fundiário concentrado em poucas mãos no Nordeste.

Afrânio Garcia Jr.: Sim, esse foi um ponto que eu retomei ontem [*em referência à palestra do dia anterior*] e penso inclusive que é um ponto até hoje pouco explorado: a negociação da existência de elites nordestinas em concorrência com elites agrárias do centro-sul não foi regulada pela flutuação dos preços de mercado. A regulação do mercado nacional foi negociada politicamente, porque o preço de compra pelo IAA no centro-sul não era o mesmo preço do Nordeste. Isso não foi uma coisa válida por um ano, dois, dez, quinze... Não. Isso foi uma coisa duradoura, que vigorou por décadas. Quando se fala em decadência da região Nordeste, deve-se assinalar que essa diferenciação de produtividade foi algo duradouro. Ao descrever esses preços administrados, fiquei muito mais à vontade do que repetindo o dizer dos economistas de que estávamos diante de um mercado nacional regulado pela livre flutuação dos preços.

Patrícia Ramiro: *Entendo. Depois vinha a questão sobre a qual falamos um pouco também, dessa possibilidade, a partir dos anos 1950, de migração para o sul, uma opção que aparece como masculina, em geral, dos filhos, sendo que alguns manifestam o desejo de voltar para o roçado. O senhor já falou um pouco sobre o caminho de voltar e comprar um pedaço de terra ou investir no negócio, ou melhorar algum negócio já existente, ou comprar gado – o que a gente sabe que até hoje é uma espécie de poupança, mesmo para os pequenos agricultores. Em seguida, o senhor aborda um terceiro fator explicativo, e esse penso que poderíamos aprofundar um pouco, que é a questão da chegada dos direitos para regular a evolução da condição de morador. E aqui me lembro de uma frase na qual a própria percepção do morador muda, uma expressão de um entrevistado seu que diz: “o morador é um santo para entrar e um capeta para sair”. Então só porque ainda não tocamos nesse aspecto, pergunto: como é essa questão da chegada do direito ali, o surgimento das Ligas, os foreiros que vão se mobilizar naquele momento?*

Afrânio Garcia Jr.: Creio que essa frase foi dita por um pequeno sitiante que era também comerciante de laranja em grande escala. Uma das questões centrais para todo o grupo de pesquisa foi como é que o direito se introduziu nessas relações dos senhores com os moradores. Acabei de publicar um texto sobre Lygia Sigaud e o último projeto dela, que foi o projeto para a cátedra Sérgio Buarque de Holanda na *Maison des Sciences*

de l'Homme, e que versava sobre como é que os direitos se introduziam nas relações sociais¹⁹. E é muito interessante, porque ela problematiza “a entrada dos direitos” ao apontar que não depende apenas das relações desses personagens rurais mencionados acima, mas também dos advogados, dos militantes políticos, do padre, do delegado de polícia etc. E ela assinala que os processos ocorridos na Zona da Mata do Nordeste e, sobretudo no caso dela, em Pernambuco, são como verdadeiros laboratórios para pensar o que significa ter regras transcendentais aos indivíduos concretos para normatizar relações que, até então, eram apenas de natureza interpessoal. Entender o que o direito considera apenas como relações costumeiras ou de “não de direito”. E eu penso que essa é uma questão central: como a entrada dos direitos dependeu efetivamente de condições políticas e de outras transformações sociais? Entra em jogo um trabalho de reordenação da vida das pessoas e de suas visões de mundo. Quando a gente examina as pessoas que entraram com processo na Justiça, vê-se como a Justiça provoca alterações nas maneiras de ser e de pensar. Os advogados usam de pedagogia: “você vai ter que falar isso”, “isso aqui não pode”, “a parte adversária vai tentar montar uma armadilha”. A própria existência de redes de sindicalistas permitia maximizar as chances de desempenhos favoráveis na Justiça. Não sei se eu cheguei a contar o exemplo que o Julião narra em um livro onde faz uma retrospectiva, intitulado *Cambão* (1970), redigido enquanto ele estava exilado no México. Conta ele que seu ato mais recorrente nas Ligas era convidar famílias de camponeses que nada tinham a ver com o diferendo na Justiça para assistirem ao desenrolar do processo em conjunto, com as famílias cujos destinos dependiam da sentença do tribunal. E por quê? Porque no tribunal essas pessoas todas viam o juiz virar para o senhor de engenho e falar: “o senhor conte os fatos, por favor” e, em seguida, fazer uma coisa que ali ninguém fazia, que era virar para um morador e falar: “o senhor, o senhor faça o favor de relatar o que motiva sua queixa”. As grandes agressões feitas às famílias de testemunhas ou às famílias que botaram os processos na Justiça vinham depois da primeira audiência e não antes. Não era violência para parar o processo. É como se tivesse acontecido algo no processo que acarretava uma vergonha total para os senhores. Qual a razão da vergonha total? Era que o formalismo jurídico simetrizava a palavra dos de cima com as palavras dos de baixo. “Todos eram iguais diante da lei” significava que ninguém mais poderia se arvorar a deter o monopólio da palavra pública, sobretudo da verdade. Resumindo: o que se passava no tribunal destruía a crença no poder simbólico unilateral dos senhores.

Patrícia Ramiro: *Poder simbólico que se reproduzia também no uso de palavras como homem e cabras, não é mesmo?*

Afrânio Garcia Jr.: Claro, você tem toda razão. A palavra *homens* designava apenas aqueles que podiam ser senhores do seu nariz, ter sempre arma no coldre e responder a agressões de honra, inclusive a agressões de honra familiar, enquanto os outros eram

19 GARCIA JR, Afrânio. Lygia Sigaud e a antropologia do direito. In: MAGALHÃES, Luiz Edmundo (org.). *Cientistas humanistas brasileiros*. São Paulo: SBPC/EDUSP, 2013.p. 265-294.

considerados como pessoas que estavam ali, mas não mereciam mais respeito do que os animais domésticos. E *cabra* é uma palavra com muito significado simbólico, porque é um tipo de animal doméstico que não exigia muito trato, por ser mais fácil de pôr em qualquer lugar, com qualquer alimento, e se você não tivesse o leite de vaca, você dava o leite de cabra para sua prole. Então, essa própria dualidade levava àquilo que, em outros lugares, era corrente para opor nobres e *roturiers*, e que, no caso do Nordeste, aparecia como *homens e cabras*. A Lygia pôs o nome da dissertação do mestrado dela de *A nação dos homens*, para mostrar claramente o caráter restrito dos que participam do espaço público. O direito, quando entra, desarticula essa hierarquia tão forte. Creio que estamos nesse processo até hoje. E esse é o grande drama – não vou desenvolver isso –, mas penso que o direito é isso: é a universalização da norma de comportamento, quando todos são obrigados a respeitar as mesmas normas e a ser sancionados por eventuais transgressões em seus comportamentos diante destas normas. As diferenças de riqueza, as diferenças de origem étnicas, as diferenças religiosas não podem contar diante de normas universais. Direito vem junto com a palavra cidadania. É aí que entra a noção de nação moderna. E, no Brasil, o mais interessantes foi isso: o direito não entrou tanto pela vertente civil ou penal, ele entrou mais pela vertente do direito trabalhista. Não é muito comum na literatura clássica pensar os modos de universalização do direito, como assinala a novidade radical do projeto inconcluso de Lygia Sigaud.

Patrícia Ramiro: *Para irmos encerrando, será que o senhor poderia tentar responder a pergunta com a qual terminou sua palestra ontem: para quando e como o fim de casas-grandes e senzalas?*

Afrânio Garcia Jr.: Desejei finalizar com essa pergunta para sublinhar nossas incertezas atuais e nossas angústias. A resposta transcende a minha capacidade não só de entendimento, como, sem dúvida alguma, é algo que depende de mobilizações coletivas. Acredito que exige tanto um esforço intelectual para melhor compreender esses processos quanto a tecelagem de redes sociais que provoquem a simetria das relações sociais. Agora me parece crucial que, se quisermos caminhar para um universo onde cada um trate o outro como um igual, ou seja, respeitando a famosa igualdade que estava lá no frontispício desde 1789, sabendo que a igualdade não é a igualdade em todas as maneiras de ser, de posse das riquezas em quantidades absolutamente semelhantes, temos que admitir que a igualdade de que se está falando é que não há nem haverá mais privilégios de qualquer ordem, e que cada um vai ter que tratar os outros de uma maneira equivalente àquela que ele deseja que os outros o tratem.

Patrícia Ramiro: *Bom, Afrânio, vamos encerrar por aqui. Agradeço muito pela entrevista.*

Afrânio Garcia Jr.: Eu que agradeço muito pela leitura profunda do livro e pela discussão que propiciou.

Patrícia Ramiro: É sempre um aprendizado reler seu livro. Foi uma honra podermos dialogar. Obrigada.

Referências

- FARIA, Luiz de Castro. **Um outro olhar**: diário da expedição da Serra do Norte. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2001.
- GARCIA JR, Afrânio. Lygia Sigaud e a antropologia do direito. In: MAGALHÃES, Luiz Edmundo (org.). **Cientistas humanistas brasileiros**. São Paulo: SBPC/Edusp, 2013. p. 265-294.
- _____. Fundamentos empíricos da razão antropológica: a criação do PPGAS e a seleção das espécies científicas. **Mana**, v. 15, n. 2, p. 411-447, 2009.
- _____. **O Sul**: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero ; Brasília : CNPq, Editora UNB, 1989.
- _____. **Libres et Assujettis**. Marché du travail et modes de domination au Nordeste. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1989.
- _____. **Terra de trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- HEREDIA, Beatriz Alasia de. **A morada da vida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- JULIÃO, Francisco. **Cambão**. Cuernavaca: Cidoc, 1970.
- LEITE LOPES, José Sérgio. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo/Brasília: Marco Zero/ CNPq, 1988.
- LEITE LOPES, José Sérgio. **O vapor do diabo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LEITE LOPES, José Sérgio; SILVA, L. A. M. **Mudança social no Nordeste**: a reprodução da subordinação (estudos sobre trabalhadores urbanos). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GARCIA-PARPET, Marie-France. **Bacurau**: estudo de uma feira de usina. Tese (doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1977.
- PALMEIRA, Moacir. **Latifundium et capitalisme**: lecture critique d'un débat. Tese - Faculté de Lettres et Sciences Humaines, Paris, 1971a.
- _____. Feira e mudança econômica. Simpósio de Pesquisas. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1971b. (mimeo)
- _____. et. al.. Projeto emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste. **Anuário Antropológico**, nº 76, Rio de Janeiro, 1977.
- REIS, João José; SOUZA, Evergton Sales. Katia Mytilineou de Queirós Mattoso (Volos, 1931 - Paris, 2011). **Afro-Ásia**, v. 48, p. 363-381, 2013.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. **O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)**. São Paulo: Hucitec/Ed. da Unicamp, 1979.

Recebido em 16/01/2017

Aceito em 17/02/2017